Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 11

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15

3.7 - Nível de Endividamento 16

3.8 - Obrigações 17

3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 55

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 66

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 98

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 103

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 105

4.7 - Outras Contingências Relevantes 110

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 118

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 119

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 127

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 136

5.4 - Programa de Integridade 138

5.5 - Alterações significativas 145

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 146

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 148

6.3 - Breve Histórico 149

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 155

6.6 - Outras Informações Relevantes 156

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 157

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 158

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 159

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 165

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 186

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 187

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 190

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 191

7.8 - Políticas Socioambientais 192

7.9 - Outras Informações Relevantes 196

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 197

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 199

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 200

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 201

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 202

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 203

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 205

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 236

9.2 - Outras Informações Relevantes 239

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 240

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 285

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 295

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 300

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 301

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 308

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 309

10.8 - Plano de Negócios 310

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 315

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 317

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 319

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 320

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 333

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 337

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 338

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 339

12.7/8 - Composição Dos Comitês 351

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 356

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 357

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 358

12.12 - Outras informações relevantes 360

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 362

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 368

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 372

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 374

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 390

13.6 - Opções em Aberto 393

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 394

13.8 - Precificação Das Ações/opções 395

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 397

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 398

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 399

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 401

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 402

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 403

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 404

13.16 - Outras Informações Relevantes 405

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 406

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 407

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 408

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 409

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 410

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 411

15.3 - Distribuição de Capital 413

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 414

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 421

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 422

15.7 - Principais Operações Societárias 424

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 429

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 430

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 433

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 448

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 451

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 452

17.2 - Aumentos do Capital Social 453

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 454

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 455

17.5 - Outras Informações Relevantes 456

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 457

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 458

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 460

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 461
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 462
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 463
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 464
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 465
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 466
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 473
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 474
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 476
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 477

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 483
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 484
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 486

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 487
20.2 - Outras Informações Relevantes 489

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 490
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 491
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 494
21.4 - Outras Informações Relevantes 495

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Lorival Nogueira Luz Jr.**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Carlos Alberto Bezerra de Moura**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÂO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Diretor Presidente

Eu, Lorival Nogueira Luz Júnior, brasileiro, casado, administrador de empresas, com endereço profissional na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 1º andar, bairro Pinheiros, CEP 05425-070, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.580.434-7 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 678.741.266-53, Diretor Presidente Global da BRF S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que (i) revi as informações do Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no formulário na forma do item "i" acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários per ele emitidos.



Lorival Nogueira Luz Júnior

Diretor Presidente Global

DECLARAÇÂO

PARA FINS DO ITEM 1.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Diretor de Relações com Investidores

Eu, Carlos Alberto Bezerra de Moura, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº. 91385872 SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 034.141.847-10, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. das Nações Unidas, 8501, 1º andar – Pinheiros – São Paulo - SP – CEP 05425-070, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da BRF S.A. ("Companhia"), neste ato declaro que, desde a minha posse em 16 de setembro de 2019, (i) revi o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Carlos Alberto Bezerra de Moura
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes

CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	23/02/2017
Descrição do serviço contratado	2017: (i) Auditoria Externa: auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31.12.17; auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia sobre a elaboração de relatórios financeiros; e revisão limitada e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.17, 30.06.17 e 30.09.17, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias. (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: procedimentos pré-acordados relacionados com a emissão de sênior notes na Argentina, assessoria tributária anual, suporte para validação de informações da Companhia em procedimentos administrativos e prestação de serviços relacionados à recuperação tributária na Holanda. 2018: (i) Auditoria Externa: auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31.12.18; revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.18, 30.06.18 e 30.09.18, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias; auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia sobre a elaboração de relatórios financeiros; emissão de laudo de avaliação para a incorporação do patrimônio líquido contábil da SHB Comércio e Industria de Alimentos S.A. pela Companhia e um relatório sobre o demonstrativo de contas a pagar da SHB para o aumento de capital social da SHB; auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.18; procedimentos pré-acordados relacionados à emissão de bonds da Companhia. (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: prestação de serviços relacionados à recuperação tributária na Holanda. 2019: (i) Auditoria Externa: auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31.12.19; revisão e emissão de relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas de 31.03.19, 30.06.19 e 30.09.19, bem como revisão da tradução livre para a língua inglesa dessas informações financeiras intermediárias; auditoria e emissão de relatório sobre a eficácia dos controles internos da Companhia sobre a elaboração de relatórios financeiros; e auditoria e emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras das subsidiarias internacionais, preparadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no país de origem de cada entidade, para o exercício encerrado em 31.12.19; procedimentos pré-acordados relacionados à emissão de bonds da Companhia; asseguração limitada sobre as informações ambientais, sociais e de governança (ASG) do relatório de sustentabilidade de 2019 da Companhia, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative; e asseguração limitada sobre o inventário de emissões de gases de efeito estufa da Companhia, referente ao ano-base 2019, segundo as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol. (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: N/A.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Valores para o exercício social de 2019: (i) Serviços de auditoria externa: R$9.819,4 mil; e (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: não houve.
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Guilherme Nunes	23/02/2017	201.828.928-40	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre A, 6 andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39403104, Fax (011) 39403104, e-mail: grnunes@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras informações relevantes

O Conselho de Administração da Companhia aprova todos os serviços de auditoria e demais serviços a serem prestados pelos auditores independentes, após a submissão e análise das respectivas propostas pelo Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia. A contratação dos serviços não relacionados à auditoria externa está alinhada com a política da Companhia de assegurar que os demais serviços prestados pelos auditores independentes não gerem conflito de interesse, perda de independência ou objetividade para os serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	8.148.349.000,00	7.531.777.000,00	11.712.782.000,00
Ativo Total	41.700.631.000,00	42.382.377.000,00	45.228.481.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	33.446.980.000,00	30.188.421.000,00	28.314.160.000,00
Resultado Bruto	8.076.938.000,00	4.867.668.000,00	5.712.945.000,00
Resultado Líquido	297.452.000,00	-4.466.246.000,00	-1.098.854.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	811.539.167	811.294.251	803.559.763
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	10,040611	9,282263	14,576118
Resultado Básico por Ação	0,370000	-5,482670	-1,367483
Resultado Diluído por Ação	0,37	-5,48	-1,40

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Valor das medições não contábeis

O valor do EBIT (*Earnings before Interest and Taxes*) ou LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) da Companhia para o exercício social de 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.955.559 mil, para o exercício social de 31 de dezembro de 2018 foi de R$(2.914.091) mil e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$736.078 mil.

O valor do EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) da Companhia para o exercício social de 31 de dezembro de 2019 foi de R$4.270.317 mil, para o exercício social de 31 de dezembro de 2018 foi de R$(910.858) mil e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$2.654.097 mil.

O valor do EBTIDA Ajustado (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA Ajustado (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) da Companhia para o exercício social de 31 de dezembro de 2019 foi de R$5.313.871 mil, para o exercício social de 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.616.088 mil e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$2.857.407 mil.

(b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação entre o EBIT, o EBITDA, o EBITDA Ajustado e o resultado líquido consolidado divulgado nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Montantes expressos em R$ milhões)

	2019	**2018**	**2017**
(=) Resultado líquido do exercício	297,5	(4.466,2)	(1.098,9)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(238,9)	(205,6)	(246,6)
(+) Despesas financeiras liquidas	1.897,0	1.757,7	2.081,6
(=) EBIT	**1.955,6**	**(2.914,1)**	**736,1**
(+) Amortização e depreciação	2.314,7	2.003,2	1.918,0
(=) EBITDA	**4.270,3**	**(910,9)**	**2.654,1**
(-) Participação minoritária	0,2	18,2	(26,7)
(+) Impactos Operação Carne Fraca	108,4	492,8	363,4
(+) Custos provenientes de alienação de Negócios	943,7	2.595,4	36,7
(+) Dívida designada – como hedge accounting	-	207,9	55,5
(-) IValor Justo de Florestas	28,1	(107,0)	(7,4)
(-) Recuperações tributárias	(53,6)	(52,2)	(218,2)
(+) Reestruturação Corporativa	14,5	213,5	-
(+) Impacto Paralisação Caminhoneiros	-	85,1	-
(+) Hiperinflação	2,3	73,3	-
(=) EBITDA AJUSTADO	**5.313,9**	**2.616,1**	**2.857,4**

(c) Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBIT (*Earnings before Interest and Taxes*) ou LAJIR (Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos sobre Renda incluindo

3.2 - Medições Não Contábeis

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) são medidas não contábeis adotadas pela Administração da Companhia como uma forma de mensurar seu desempenho, as quais são elaboradas por esta em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), conciliada com as suas demonstrações contábeis. O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras. Já o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT e o EBITDA são indicadores para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor. Em consonância com a Instrução CVM 527, a qual permite às Companhias ajustarem o EBITDA por itens derivados das Demonstrações Financeiras auditadas e que contribuam para o entendimento do potencial de geração bruta operacional de caixa, a Companhia, a partir do 4º trimestre de 2017, introduziu (adicionou) o conceito de EBITDA Ajustado em seu material de divulgação, como parte do processo de avaliação de performance dos negócios estabelecido pela sua Administração. A intenção da Companhia é prover mais detalhes sobre os efeitos não recorrentes que impactam suas atividades e como a mesma avalia suas linhas de negócio. A introdução deste conceito não altera as informações contábeis já publicadas conforme legislação vigente, apenas as complementa.

A Companhia acredita que o EBIT, o EBITDA e o EBITDA Ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas reconhece que não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boad (IASB) e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas e sua emissão autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de março de 2020. Os seguintes eventos subsequentes foram informados nas referidas demonstrações financeiras:

Ação coletiva nos Estados Unidos

Em 12.03.18, foi ajuizada ação coletiva (*class action*) em face da Companhia, alguns de seus ex-administradores e um atual diretor perante o Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos, na cidade de Nova York, em nome dos detentores de ADRs entre as datas de 04.04.13 e 02.03.18. A ação alegou violações das leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos, relacionadas a alegações relativas, dentre outras matérias, à Operação Trapaça e à Operação Carne Fraca. Em 02.07.18, referido Tribunal nomeou como principal autor da ação *City of Birmingham Retirement and Relief System*. Em 25.10.19, o Tribunal concedeu ao autor principal permissão para apresentar um Quarto Aditamento da Reclamação à *class action*, que foi apresentada em 08.11.19. Em 13.12.19, os réus notificados, incluindo a Companhia, apresentaram um pedido de indeferimento (*motion to dismiss*). Em 21.01.20, o autor principal apresentou sua oposição e, em 11.02.20, os réus apresentaram a sua resposta. Enquanto o pedido de indeferimento estava em análise, em 27.03.20 as partes firmaram um acordo, sem admissão de culpa por parte da Companhia e dos demais réus, e a Companhia concordou efetuar um pagamento aos detentores de ADRs no montante de US$40 milhões para encerrar a ação coletiva, sujeito a documentação definitiva e aprovação judicial. Em 13 de maio de 2020, o Tribunal emitiu uma ordem aprovando o acordo de forma preliminar e agendará uma audiência final sobre a razoabilidade do acordo (*fairness hearing*), a partir de 21 de agosto de 2020. O pagamento ocorrerá conforme as regras aplicáveis e determinações da corte do Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos.

Suspensão temporária de exportações de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão para Arábia Saudita

Em 16.02.20, a Companhia tomou conhecimento da nota oficial da Saudi Food and Drug Authority ("SFDA"), serviço sanitário da Arábia Saudita, acerca de relatório suspendendo temporariamente dois estabelecimentos da Companhia no Estado do Paraná, sendo Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, para exportação de carne de frango para aquele país. A Companhia já iniciou os ajustes de redirecionamento de produção para suas demais plantas até que os fatos sejam devidamente esclarecidos, possuindo cinco plantas habilitadas para a Arábia Saudita.

O impacto efetivo dessa medida para a Companhia se restringe às exportações da planta de Dois Vizinhos, que vinha operando com um volume de aproximadamente 6 mil toneladas por mês de exportação para a Arábia Saudita. A planta de Francisco Beltrão não estava realizando embarques ao país.

A SFDA informa que a medida é temporária e solicita às autoridades brasileiras, entre outros, mais detalhes acerca das investigações conduzidas entre 2014 e 2018 sobre supostas violações cometidas pela Companhia na produção de ração e Premix. A Companhia tem cooperado irrestrita e continuamente com as autoridades brasileiras e internacionais na elucidação dos supostos fatos e não tolera quaisquer desvios de qualidade e integridade em seu processo produtivo.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Após o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o Estatuto Social da Companhia estabelece que 20% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição de reservas para aumento de capital, até atingir o limite de 20% do capital social. Além disso, até 50% do lucro líquido será destinado para constituição da reserva para expansão, até que atinja 80% do capital social, com a finalidade de assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos de capital de giro, inclusive por meio de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; e (iv) na incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
Valores das retenções de lucros	O lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em dezembro de 2019 foi integralmente absorvido na rubrica de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.	A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
Percentuais em relação aos lucros totais declarados.	O lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em dezembro de 2019 foi integralmente absorvido na rubrica de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.	A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).	De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Ademais, a Companhia pode optar pelo pagamento dos dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP).
Periodicidade das distribuições de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.	Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP) à conta do lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrições à distribuição de dividendos	Por força de nota de crédito à exportação, cédula de crédito bancário, escritura de emissão debêntures e contrato de cessão de créditos vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) emitidos pela Companhia, é vedada a distribuição, pela Companhia, de lucros, dividendos e/ou juros sobre capital próprio caso a Companhia esteja em mora com o cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em tal nota, exceto pelos dividendos mínimos obrigatórios previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava em dia com o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, portanto, não havia restrições ao pagamento de dividendos pela Companhia	Não havia restrições às distribuições de dividendos.	Não havia restrições às distribuições de dividendos.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	297.452.000,00	-4.466.246.000,00	-1.098.854.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	3,650457	-59,298702	-0,093817
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	02/03/2020	25/02/2019	22/02/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos últimos três exercícios sociais, não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	33.552.282.000,00	Índice de Endividamento	4,11770000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		51.236.180,00	0,00	0,00	0,00	51.236.180,00
Títulos de dívida	Quirografárias		128.317.472,00	3.333.353.660,00	2.413.893.013,00	5.287.680.562,00	11.163.244.707,00
Empréstimo	Quirografárias		2.952.474.818,00	3.119.076.328,00	533.698.667,00	800.548.010,00	7.405.797.823,00
Total			3.132.028.470,00	6.452.429.988,00	2.947.591.680,00	6.088.228.572,00	18.620.278.710,00

Observação

Observação

As informações prestadas neste item se referem às informações contábeis consolidadas da Companhia.
Para segregação das obrigações da Companhia, foram levados em consideração os seguintes critérios:
(i) foram consideradas dívidas com garantia real todas as dívidas garantidas por garantia real, assim entendidas a hipoteca e o penhor, dentre outras garantias reais;
(ii) foram consideradas dívidas quirografárias todas as dívidas que não possuem garantia ou que possuem garantia fidejussória, assim entendidas a garantia de aval e a fiança, dentre outras garantias fidejussórias; e
(iii) a Companhia não possui dívidas com garantia flutuante.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Para mais informações relevantes acerca dos contratos financeiros da Companhia, como, por exemplo, a existência de disposições sobre *cross-default*, vide item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, em consonância com sua estratégia de sustentação de liquidez e disciplina financeira para enfrentar as incertezas trazidas pela pandemia de COVID-19, a Companhia contratou, entre 25 e 31 de março de 2020 e no dia 15 de maio de 2020, linhas de financiamento junto a instituições financeiras no Brasil, no montante agregado de, aproximadamente, R$2.400.000 mil e prazo médio de 1,5 ano, sem quaisquer cláusulas de covenants financeiros. Essa iniciativa visa reforçar, preventivamente, o seu nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade. Vale ressaltar ainda que, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia contratou uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) junto ao Banco do Brasil, no montante de até R$1.500.000 mil, pelo prazo de até 3 anos e cujos recursos não foram desembolsados, conforme informada no item 10.1.e.i deste Formulário de Referência. Considerando o nível atual de liquidez, as iniciativas adicionais citadas anteriormente e as perspectivas para o curto e médio prazo, a administração não antevê comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a continuidade da Companhia. Para maiores informações sobre os riscos e medidas adotadas pela Companhia com relação à pandemia do COVID-19, consulte o item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*", o item 5.6 - Outras informações relevantes, o item 10.1.a - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais e o item 10.9 - Outros fatores com influência relevante.

Além do indicado acima, a Companhia não possui outras informações consideradas relevantes para este item 3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrições dos fatores de risco

Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao Emissor

Riscos relacionados à saúde envolvendo o setor alimentício podem prejudicar a capacidade da Companhia de vender seus produtos.

A Companhia está sujeita a riscos que afetam a indústria de alimentos em geral, inclusive riscos relacionados à contaminação ou deterioração de alimentos, preocupações crescentes quanto aos aspectos nutricionais e de saúde, reclamações de responsabilidade sobre o produto feitas pelo consumidor, adulteração e sabotagem de produtos, possível indisponibilidade de produtos e despesas com seguro por responsabilidade civil, percepção pública da segurança do produto tanto do setor em geral quanto especificamente de produtos da Companhia, mas não exclusivamente, em virtude de ocorrência ou temor de ocorrência de surtos de doenças, além dos possíveis custos e transtornos do *recall* de produtos e impactos sobre a imagem e sobre as marcas detidas pela Companhia. Entre estes riscos, destacam−se, ainda, os riscos intrínsecos à criação de animais, incluindo doenças e condições climáticas adversas.

Os produtos de origem animal estão sujeitos à contaminação durante a criação dos animais, o processamento e distribuição. Particularmente, carnes *in natura* ou processadas podem ficar expostas a vários agentes patogênicos de interesse de saúde pública, incluindo *Listeria monocytogenes*, *Salmonella enteritidis*, *Salmonella typhimurium* e *E. coli O157:H7*. Tais patógenos também podem contaminar produtos da Companhia durante o processo de criação e abate dos animais, produção ou em virtude de manejo inadequado por processadores de alimentos terceirizados, franqueados, distribuidores, prestadores de serviços de alimentação ou consumidores. A contaminação, principalmente provocada por falhas nos sistemas de controle de temperatura de armazenamento e transporte, também configura um risco. Os sistemas mantidos pela Companhia para monitorar os riscos de segurança dos alimentos em todas as fases de criação dos animais, produção e distribuição dos produtos *in natura* ou processados podem não funcionar adequadamente e a contaminação pode ocorrer. Além dos problemas acima descritos, falhas em sistemas que garantam a segurança dos alimentos da Companhia podem resultar em publicidade negativa, prejudicando as marcas, a reputação e a imagem da Companhia, afetando negativamente as vendas da Companhia, o que pode ter um efeito prejudicial significativo nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia anunciou o *recall* voluntário de aproximadamente 164,7 toneladas de carne fresca de frango para o mercado interno brasileiro e aproximadamente 299,6 toneladas de frango *in natura* para o mercado , devido a uma potencial presença de contaminação destes produtos por *Salmonella enteritidis*. Embora a Companhia tenha tomado todas as medidas legais e adequadas para solucionar este problema, este *recall* e possíveis *recalls* futuros resultou e poderão resultar, respectivamente, em aumento de custos e podem vir a afetar negativamente a reputação das marcas da Companhia. Além disso, no futuro a contaminação ou suspeita de contaminação poderá resultar em retiradas ou *recalls* de produtos que já tenham sido distribuídos, descarte de estoque de produtos, publicidade negativa, fechamento temporário de fábricas, desabilitação de fábricas para exportação, em custos substanciais de conformidade ou em remediação e julgamentos por responsabilidade civil pelo produto envolvendo valores significativos contra a Companhia. Qualquer um desses eventos pode resultar em uma perda ou diminuição significativa na demanda dos produtos, o que poderá levar a um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia.

Mesmo que os produtos da Companhia não sejam afetados pela contaminação, se produtos fornecidos por outros produtores forem contaminados, a Companhia poderá enfrentar publicidade negativa em alguns mercados, o que poderia resultar em percepção negativa do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

público sobre a segurança dos produtos e na redução da demanda pelos consumidores dos produtos na categoria afetada. Processos judiciais relevantes, *recalls* generalizados de produtos e outros eventos negativos enfrentados pela Companhia ou pelos concorrentes da Companhia podem resultar em uma perda generalizada da confiança do consumidor na segurança e na qualidade dos produtos da Companhia. As vendas da Companhia são, em última análise, dependentes das preferências do consumidor e habilitações de fábricas para exportação e quaisquer riscos reais à saúde ou que sejam associados aos produtos podem causar perda de confiança na segurança e qualidade destes e levar a fechamento de mercados e a impactos adversos relevantes nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A Companhia foi alvo de investigações relevantes relacionadas à segurança dos alimentos e ao controle de qualidade, entre outros, e um resultado negativo de qualquer uma dessas investigações poderia resultar em penalidades, multas e outras formas de passivos, e poderia ter um efeito adverso significativo sobre os negócios, reputação, marca, resultados das operações e condição financeira da Companhia.

Em 17.03.17, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo juiz da 14ª Vara Federal de Curitiba - Paraná, que autorizou a busca e apreensão de documentos e informações e a prisão de pessoas no contexto da Operação Carne Fraca, que envolve diversas empresas no setor de produção de proteína animal, investigadas de oferecer vantagens indevidas a fiscais do MAPA. Dois funcionários da Companhia foram presos (posteriormente libertados) e três foram chamados para prestar depoimento.

Em abril de 2017, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal apresentaram denúncias contra dois funcionários da Companhia, aceitas pelo juiz responsável pelo processo. As principais alegações nesta fase envolveram conduta irregular relacionada a ofertas e/ou promessas impróprias a fiscais governamentais.

Em 04.06.18, a Companhia foi comunicada sobre a instauração de Procedimento Administrativo de Responsabilização pela Controladoria Geral da União (CGU), sob a égide da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), que visa apurar eventuais responsabilidades administrativas conexas à ação penal (nº 5016879-04.2017.4.04.7000) ("Ação Penal"), em trâmite na 14ª Vara Federal da subseção de Curitiba/PR, em decorrência da Operação Carne Fraca.

A Companhia informou determinados órgãos reguladores e entidades governamentais, com a inclusão da *Securities Exchange Comission* ("SEC") e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, sobre a Operação Carne Fraca e, posteriormente, sobre a Operação Trapaça (comentada abaixo) e vem cooperando com as autoridades.

Em 28.09.18, foi publicada a sentença da Ação Penal em primeira instância, que absolveu um dos funcionários da Companhia e condenou o outro à pena de detenção de seis meses com possibilidade de substituição por pena restritiva de direito. O Ministério Público apresentou recurso de apelação à sentença de primeira instância. O recurso encontra-se em fase de análise pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região.

Em 22 de janeiro de 2018, a 3ª Promotoria do Estado de Goiás, protocolou uma denúncia contra o ex-gerente industrial e contra o ex-chefe do controle de qualidade da unidade de Mineiros na época dos acontecimentos investigados pela Operação Carne Fraca. Tais pessoas não trabalham mais na Companhia. Ambos foram indiciados por suspeita de cometimento de crimes contra consumidores, nos termos do artigo 7º, item II da Lei 8.137/90.

De acordo com a denúncia, testes laboratoriais (testes de gotejamento) constataram níveis excessivos de água absorvida pelos produtos à base de frango apreendidos na fábrica de Mineiros, no Estado de Goiás. A 3ª Promotoria do Estado de Goiás alega que a Companhia

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

produziu produtos à base de frango com quantidades de água superiores aos limites permitidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"), o que levaria a potenciais danos aos consumidores, considerando que estes estariam adquirindo produtos com peso inferior àquele indicado na embalagem do produto, uma vez que parte do peso do frango congelado consistiria apenas da água contida nele.

Além disso, em 5 de março de 2018, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida pela 1ª Vara Federal de Ponta Grossa no Estado do Paraná, que autorizou a busca e apreensão de informações e documentos da Companhia, de certos ex-funcionários e funcionários da Companhia, bem como detenção temporária de determinados indivíduos. Conforme identificado nas reportagens de imprensa, como parte da Operação Trapaça, 11 funcionários e ex-funcionários da Companhia tiveram suas prisões provisórias determinadas para prestar depoimento, incluindo o Sr. Pedro Faria, ex-Diretor Presidente Global da Companhia, e o Sr. Hélio Rubens, Vice-Presidente de Operações Globais da Companhia. Todos os funcionários e ex-funcionários foram liberados, sendo os funcionários ativos envolvidos no tema preventivamente afastados. Vários outros funcionários e ex-funcionários da Companhia foram intimados para prestar depoimentos. As principais alegações envolvendo a Companhia na Operação Trapaça são: (i) violação do dever de conduta no que concerne a violações de qualidade de produto; (ii) uso indevido de determinados componentes de ração; e (iii) falsificação de testes de determinadas plantas da Companhia e de laboratórios credenciados.

Em decorrência da Operação Trapaça, em 14 de maio de 2018, a União Europeia anunciou a decisão que deslistou 12 unidades de produção da Companhia localizadas no Brasil, revogando a aprovação de exportação de produtos de carne para os países da União Europeia.

Em vista do impacto causado pelo embargo às importações das plantas da Companhia por parte da União Europeia, a Companhia não é mais capaz de exportar carne para a União Europeia, o que resulta em prejuízos para seus resultados operacionais e financeiros e causa um efeito adverso relevante para a Companhia.

Em 15 de outubro de 2018, a Polícia Federal emitiu o relatório final sobre as investigações no âmbito da Operação Trapaça, denunciando 43 pessoas, das quais 23 são funcionários ou ex-funcionários da Companhia, inclusive o ex-Diretor-Presidente, o Sr. Pedro Faria, o ex-Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Abílio Diniz, e três outros ex-diretores. As pessoas que ainda eram funcionários ativos da Companhia e que foram denunciados foram preventivamente afastadas. Em geral, o foco das alegações contra os membros da alta administração à época recai sobre comunicações relativas a uma suposta contaminação por dioxina de produtos vendidos no mercado interno e externo. Desde então, as investigações estão sendo analisadas pela Procuradora da República responsável pelo caso para determinar se oferecerá ou não a denúncia, tendo já sido oferecida denúncia sobre um dos pontos investigados, conforme abaixo mencionado.

Em 1 de outubro de 2019, a Polícia Federal deflagrou a denominada "Operação Romanos", oriunda da Operação Carne Fraca, tendo como alvo auditores do MAPA que teriam recebido vantagens indevidas para beneficiar frigoríficos. Na referida data, foram tomadas, pela Polícia Federal, medidas cautelares em resposta às solicitações apresentadas pelo Ministério Público Federal, tais como buscas e apreensões, suspensão do exercício de função pública e oitiva de auditores. Nem a Companhia, nem qualquer de seus administradores foi alvo de tais medidas, no âmbito dessa operação. A Companhia colaborou com as autoridades no fornecimento de informações que resultaram na Operação Romanos.

Em 4 de dezembro de 2019, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra 11 pessoas físicas, ex-funcionários ou funcionários afastados da Companhia, no âmbito da Operação Trapaça, por alegadamente terem cometido, na fabricação de rações e do composto Premix (complemento adicionado às rações) da Companhia, estelionato qualificado, falsidade ideológica, invólucro ou recipiente com falsa indicação, falsificação de substância ou produto alimentício, falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais e associação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

criminosa, no mínimo, entre os anos de 2012 e 2018. Os denunciados foram notificados em 21 de janeiro de 2020 para a apresentação de suas respectivas defesa.

Além disso, qualquer uma dessas investigações, existentes ou futuras, poderá resultar em penalidades, multas ou outras formas de responsabilização e podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, a reputação, a marca, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Barreiras comerciais mais rígidas em mercados importantes de exportação podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Em vista do crescente *market share* de produtos à base de aves, carnes suína e bovina brasileiros nos mercados internacionais, os exportadores brasileiros estão sendo cada vez mais afetados por medidas de proteção aos produtores locais, adotadas pelos países importadores. A competitividade das companhias brasileiras levou determinados países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso dessas companhias a seus mercados. As barreiras comerciais podem consistir em barreiras tarifárias e não tarifárias. Na indústria na qual a Companhia atua, barreiras não tarifárias representam uma preocupação particular, especialmente às restrições sanitárias e técnicas.

Como resultado das investigações dos órgãos reguladores e da divulgação pública de alegações de má conduta envolvendo a Companhia e outras companhias da indústria de carnes brasileira no âmbito das Operações Carne Fraca e da Operação Trapaça, alguns mercados para os quais a Companhia exporta seus produtos foram temporariamente fechados. Para maiores informações, vide os fatores de risco acima, consulte "*Riscos relacionados à saúde envolvendo o setor alimentício podem prejudicar a capacidade da Companhia de vender seus produtos.*" e *"A Companhia foi alvo de investigações relevantes relacionadas à segurança dos alimentos e ao controle de qualidade, entre outros, e um resultado negativo de qualquer uma dessas investigações poderia resultar em penalidades, multas e outras formas de passivos, e poderia ter um efeito adverso significativo sobre os negócios, reputação, marca, resultados das operações e condição financeira da Companhia*".

Alguns países, como a Rússia e a África do Sul, possuem um histórico de imposição de barreiras comerciais às importações de produtos alimentícios. A União Europeia, outro importante mercado de atuação da Companhia, adotou um sistema de cotas para determinados produtos à base de aves e tarifas proibitivas para determinados produtos que não possuem cotas, a fim de atenuar os efeitos dos custos de produção, que são menores no Brasil para os produtores locais em comparação aos custos dos produtores europeus.

Outros países também impuseram barreiras comerciais contra os produtos da Companhia. Por exemplo, em agosto de 2017, o governo chinês iniciou investigação *antidumping* relacionada às exportações brasileiras de frangos e partes de frango, incluindo as exportações da Companhia. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e as companhias exportadoras brasileiras concordaram em estabelecer determinados preços mínimos de exportação para as vendas à China.

Muitos países desenvolvidos contam com subsídios diretos e indiretos para aumentar a competitividade de seus produtores em outros mercados. Ademais, produtores locais em alguns mercados podem exercer pressão política sobre seus governos para impedir que produtores estrangeiros exportem para o seu mercado, especificamente em meio a condições econômicas desfavoráveis. Qualquer uma das restrições supracitadas pode afetar substancialmente os volumes de exportação da Companhia e, consequentemente, suas vendas e seu desempenho financeiro. Se novas barreiras comerciais surgirem nos principais mercados internacionais, a Companhia poderá enfrentar dificuldades na realocação para outros mercados em termos favoráveis, e seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais podem ser afetados de forma adversa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, em abril de 2018, a Arábia Saudita reforçou, para os países exportadores, a exigência de não utilizar métodos atordoantes (*stunning*) no processo de abate de animais. A Arábia Saudita afirmou que as práticas de abate de frango das empresas brasileiras não estavam aderentes aos princípios Halal adotados naquele país, devido ao uso de choques elétricos para insensibilizar as aves no momento do abate. A Companhia e outras empresas brasileiras foram, portanto, obrigadas a ajustar seus processos de produção para abates sensibilizados, a fim de continuar atendendo ao mercado da Arábia Saudita. A Companhia incorreu e espera incorrer em custos adicionais relacionados a esses requisitos para exportar para a Arábia Saudita.

Em janeiro de 2019, a Autoridade de Alimentos e Medicamentos da Arábia Saudita publicou um relatório autorizando 25 instalações brasileiras a produzir carne de frango para o mercado da Arábia Saudita, o que incluía 8 plantas industriais da Companhia. A habilitação de plantas e cancelamento ou suspensão de habilitação de plantas para a exportação para a Arábia Saudita ocorrer de forma rotineira ao longo dos anos. Atualmente, a Companhia possui 6 plantas habilitadas para exportação para aquele país, a saber: Videira (SIF 87), Capinzal (SIF 466), Buriti Alegre (3001), Nova Mutum (SIF 4567), Dois Vizinhos (SIF 1985) e Francisco Beltrão (SIF 2518), sendo que as duas últimas encontram-se temporariamente suspensas, desde fevereiro de 2019. Também conta na lista de unidades habilitadas o SIF 3169 (Frigorifico Nicolini ltda), empresa com a qual a Companhia tem contrato de parceria para exportação sob as marcas BRF. Tais mudanças podem resultar em redução de receitas e ocorrência de despesas adicionais.

Em agosto de 2019, a Arábia Saudita impôs um embargo sobre a carne de frango temperada produzida na unidade da Companhia em Kizad, em Abu Dhabi, que foi impedida de exportar para a Arábia Saudita. A Arábia Saudita ampliou o embargo para outros produtos processados nas instalações da Companhia em Kizad. O governo Saudita poderá restringir ainda mais a capacidade da Companhia de exportação de produtos para a Arábia Saudita, o que poderia prejudicar significativamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em fevereiro de 2020, a Companhia recebeu uma notificação da agência de vigilância sanitária da Arábia Saudita ("SFDA") sobre um relatório que impedia temporariamente duas unidades da Companhia, especificamente em Dois Vizinhos (PR) e Francisco Beltrão (PR), de exportarem carne de frango para a Arábia Saudita. A SFDA informou que a medida é temporária e, dentre outras iniciativas, solicitou que as autoridades brasileiras forneçam maiores detalhes sobre as investigações realizadas entre 2014 e 2018 com relação a supostas violações, pela Companhia, na produção de ração animal e do composto PREMIX consumidos pelas duas plantas. Para mais informações sobre essas investigações, consulte o fator de risco "*A Companhia foi alvo de investigações relevantes relacionadas à segurança dos alimentos e ao controle de qualidade, entre outros, e um resultado negativo de qualquer uma dessas investigações poderia resultar em penalidades, multas e outras formas de passivos, e poderia ter um efeito adverso significativo sobre nos negócios, reputação, marca, resultados das operações e condição financeira da Companhia*".

Conflitos comerciais entre outros países também criam incertezas que podem afetar negativamente as exportações brasileiras e as operações da Companhia. Por exemplo, os Estados Unidos e a China estiveram em guerra comercial durante quase 18 meses, o que afetou a economia global. Em 1º de janeiro de 2020, os Estados Unidos e a China assinaram a primeira fase do acordo comercial que deverá aliviar as tensões entre os dois países. Espera-se que seja ainda mais difícil alcançar uma segunda fase do acordo, ainda mais no contexto da pandemia gerada pelo COVID-19 que afetou gravemente a economia dos Estados Unidos. Não há garantias de que a guerra comercial será completamente resolvida e que a economia global não será ainda mais afetada por ela. Os Estados Unidos devem manter as tarifas de 25% sobre uma ampla variedade de produtos industriais chineses e peças usadas pela indústria americana. Tanto as melhorias nas relações comerciais desses países, quanto os novos acordos comerciais mutuamente benéficos, em detrimento de outros países, podem ter um efeito adverso significativo sobre os resultados das operações da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pode falhar em cumprir suas políticas de compliance e a legislação nacional e internacional sobre antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro, e outras normas internacionais.

A Companhia está sujeita a leis antifraude, anticorrupção, contra lavagem de dinheiro e outras leis e regulamentos internacionais. A Companhia é obrigada a cumprir as leis e regulamentos brasileiros e de outras jurisdições onde realiza operações ou tem títulos de sua emissão negociados. Em particular, está sujeita à Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846, à Lei Americana Anticorrupção no Exterior de 1977 (*U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, "FCPA") e à Lei de Suborno do Reino Unido (*United Kingdom Bribery Act of 2010*). Dentre diversas proibições, o FCPA proíbe fornecer qualquer coisa de valor a autoridades estrangeiras com o objetivo de obter ou manter negócios ou assegurar qualquer vantagem comercial imprópria. Como parte dos negócios, a Companhia pode lidar com entidades e funcionários que são considerados autoridades estrangeiras para fins do FCPA. Ademais, a Companhia participa de algumas ofertas públicas e licitações para contratos envolvendo órgãos públicos no Brasil e possivelmente em outros países onde atua, cujas atividades costumam estar sujeitas a maior fiscalização regulatória e exigir conformidade com leis e regulamentos internacionais específicos contra fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Embora a Companhia tenha políticas e procedimentos internos projetados para garantir o cumprimento das leis antifraude, anticorrupção, anti-lavagem de dinheiro e outras leis e regulamentos internacionais aplicáveis, possíveis violações da lei foram identificadas pelos processos de *compliance* e controle interno da Companhia. Além disso, a Companhia foi notificada sobre alegações envolvendo possível má conduta de alguns de seus funcionários no contexto da Operação Carne Fraca e Operação Trapaça, dentre outras investigações. Para mais detalhes, consulte o fator de risco "*A Companhia foi alvo de investigações relevantes relacionadas à segurança dos alimentos e ao controle de qualidade, entre outros, e um resultado negativo de qualquer uma dessas investigações poderia resultar em penalidades, multas e outras formas de passivos, e poderia ter um efeito adverso significativo sobre os negócios, reputação, marca, resultados das operações e condição financeira da Companhia*" e o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Como resultado da Operação Carne Fraca, da Operação Trapaça e assuntos relacionados, a Companhia incorreu em despesas e registrou provisões para perdas nos estoques no valor total de aproximadamente R$79.937 mil, em 2019, e R$492.799 mil, em 2018, que impactaram negativamente os seus resultados operacionais. Além disso, estes ou outros procedimentos podem ainda resultar em penalidades, multas, sanções ou responsabilização da Companhia. Ademais, qualquer impacto negativo sobre a imagem ou marca da Companhia, a partir dessas ou de outras atividades, pode afetar negativamente seus resultados operacionais, bem como a capacidade da Companhia de cumprir a sua estratégia de crescimento.

Em função do tamanho das operações da Companhia e da complexidade da cadeia de produção, a Companhia não pode garantir que suas políticas e procedimentos internos serão suficientes para impedir ou detectar todas as práticas impróprias ou ilegais, incluindo fraudes ou violações da lei ou das políticas e procedimentos internos por parte de seus funcionários, diretores, executivos, parceiros ou quaisquer representantes terceirizados e prestadores de serviços. A Companhia também não pode garantir que tais pessoas não realizarão ações que violem as políticas e procedimentos (ou, que de outra forma, violem as leis antifraude, anticorrupção e outras leis e regulamentos aplicáveis) com relação aos quais a Companhia e tais pessoas estejam sujeitas. As violações das leis e regulamentos antifraude, anticorrupção, antitruste ou outras leis ou regulações internacionais podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, preços de venda, resultados operacionais e condição financeira, inclusive como resultado do fechamento de mercados internacionais. A Companhia pode estar sujeita a um ou mais processos de fiscalização, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação dessas leis. Esses processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilização da Companhia. Potenciais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desdobramentos negativos na Operação Carne Fraca, na Operação Trapaça e em outras investigações também podem afetar negativamente o preço de mercado das ações e ter um efeito adverso relevante para os resultados operacionais e capacidade financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos antitruste e concorrencial e pode não ser capaz de garantir o cumprimento de tais leis e regulamentos.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentações concorrenciais e antitruste nas jurisdições em que opera. Consequentemente, a Companhia pode estar sujeita a escrutínio regulatório em algumas dessas jurisdições.

Por exemplo, em 14 de março de 2019, a Autoridade Concorrencial da Turquia ("ACT") proferiu decisão sobre a investigação realizada na Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayii A.S. ("Banvit"), controlada da Companhia, e em outros produtores, referentes a alegações de práticas anticompetitivas em relação à produção de carne de frango na Turquia no período compreendido entre novembro de 2013 a julho de 2017. A ACT impôs à Banvit multa administrativa no valor equivalente a R$22.507 mil (TRY30.518 mil), ou aproximadamente US$5,2 milhões. Em 17 de setembro de 2019, foi publicada decisão fundamentada e a Banvit decidiu realizar o pagamento de multa administrativa, considerando um desconto de 25% sobre o valor original da penalidade, a fim de proceder com recurso da decisão. A Companhia tem direito a ressarcimento da multa paga e de certos custos associados com base em apólice de seguro e dispositivos contratuais de indenização por perdas referentes ao período anterior à aquisição da Banvit pela Companhia nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com os antigos acionistas controladores da Banvit. A Banvit segue discutindo a imposição da penalidade na esfera judicial.

Ademais, em 07 de maio de 2020, a ACT iniciou uma investigação contra 29 empresas, incluindo a Banvit, referente a alegações de práticas anticompetitivas em relação ao aumento de preços durante a pandemia de COVID-19. Segundo o relatório preliminar da ACT, a investigação foi iniciada em função do grande número de reclamações recebidas pelo órgão de consumidores sobre aumento de preços, em especial no período imediatamente após a decretação das medidas de restrição relacionadas à pandemia e no período que antecedeu o Ramadan. A Banvit foi notificada formalmente sobre o início das investigações em 13 de maio de 2020 e terá 30 dias para apresentar manifestação escrita. A ACT determinou, mediante decisão preliminar, que as empresas investigadas deverão informar semanalmente a variação dos preçosde seus produtos à ACT. Embora o relatório preliminar não mencione diretamente a Banvit, há referências genéricas a aumentos de preços alegadamente abusivos da carne de frango.

Não existe nenhuma garantia de que as políticas e procedimentos internos da Companhia projetados para garantir o cumprimento das leis e regulamentos antitruste aplicáveis serão suficientes para prevenir ou detectar todas as práticas inapropriadas ou ilegais por parte dos funcionários da Companhia. Nesse sentido, a Companhia está sujeita a medidas administrativas ou judiciais, investigações ou processos pelas autoridades por alegada violação de leis e regulamentos antitruste. Esses processos podem resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilidade e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios, na reputação, na marca, nos preços de venda, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, inclusive como o resultado do fechamento de mercados internacionais no qual a Companhia opera. Além disso, não há garantias de que a introdução de novas leis e regulamentações concorrenciais nas jurisdições em que a Companhia opera, a interpretação de leis antitruste existentes, a aplicação de leis antitruste por autoridades ou processos judiciais cíveis relacionados à defesa da concorrência ajuizados por particulares ou quaisquer acordos com autoridades antitruste, contra a Companhia ou suas subsidiárias, não terão impacto adverso relevante nos negócios, resultados de operações ou na condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O descumprimento das leis e regulamentos de controle de exportação ou sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia, na sua condição financeira e reputacional.

A Companhia opera globalmente e enfrenta riscos relacionados à observância de leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, incluindo aquelas administradas pela Organização das Nações Unidas, União Europeia e pelos Estados Unidos, incluindo a Agência de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos *(U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control*). Os programas de sanções econômicas restringem as negociações da Companhia com certos países, indivíduos e entidades que foram sancionados. Entretanto, a Companhia faz e pode, no futuro, buscar fazer negócios em determinados países que estão sujeitos a sanções sob as leis dos Estados Unidos ou de outros países, observadas as autorizações e isenções pertinentes. Embora a Companhia tenha buscado tais negócios, e pretenda buscar outros negócios no futuro, em total cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, as autorizações e isensções pertinentes, a Companhia pode não ser bem-sucedida em garantir o cumprimento de limitações ou restrições nos negócios com empresas localizadas em tais países. Se a Companhia violar leis ou regulamentações aplicáveis, poderá sofrer multas e outras penas nas esferas cível e penal, sofrer impactos adversos em sua reputação e seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a Companhia não pode garantir que seus funcionários, diretores, sócios, executivos, parceiros ou quaisquer terceiros com quem tem negócios, incluindo, dentre outros, distribuidores e fornecedores, não violam tais leis e regulamentos. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por qualquer violação das leis e regulamentos relativos a sanções por tais indivíduos, o que poderia resultar em multas de natureza cível ou penal ou outras penalidades, além de ter um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais, condição financeira e prejudicar a reputação da Companhia.

Falhas na manutenção de controles internos da Companhia podem afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

A administração da Companhia é responsável por elaborar e manter controles internos adequados sobre os relatórios financeiros que forneçam garantia razoável da confiabilidade da elaboração e do relatório das demonstrações financeiras da Companhia para uso externo. Controles internos inadequados podem resultar em falhas no cumprimento das regulamentações aplicáveis, nos prazos aplicáveis, o que pode afetar negativamente a reputação da Companhia, bem como a análise realizada por seus acionistas e o mercado em geral. De qualquer forma, os controles podem não ser capazes de prevenir ou detectar todas as fraudes e informações imprecisas, independentemente da adequação desses controles, e, portanto, a Companhia não pode garantir que deficiências relevantes não serão identificadas no futuro.

Falhas da Companhia em continuamente inovar e lançar novos produtos com sucesso que atendam às necessidades e exigências dos clientes da Companhia, assim como manter a imagem de sua marca, podem adversamente impactar os seus resultados operacionais.

O sucesso financeiro da Companhia depende de sua capacidade de prever mudanças nas preferências e hábitos alimentares dos consumidores, além da sua capacidade de desenvolver e lançar novos produtos e variações de produtos com êxito, conforme o desejo desses consumidores. Os recursos que a Companhia dedica ao desenvolvimento de novos produtos e extensões de produtos podem ser insuficientes e a Companhia pode não ser capaz de desenvolver produtos inovadores com êxito ou seus novos produtos podem não ter sucesso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comercial. Por exemplo, as tendências para priorizar a saúde e o bem-estar representam um desafio para o desenvolvimento e a comercialização de novas linhas de produtos de sucesso para atender a essas preferências do consumidor. Além disso, uma redução de investimentos no desenvolvimento de produtos pode não só afetar negativamente a capacidade da Companhia de gerar soluções inovadoras, mas também afetar no sucesso de tais produtos. Ademais, os empregados da Companhia que trabalham com pesquisa, inovação e desenvolvimento de produtos podem migrar para um de seus competidores, o que poderá comprometer a capacidade da Companhia em gerar novos produtos e poderá fazer com que seus competidores tenham acesso às informações que, na análise da Companhia, são de sua propriedade. Se a Companhia não conseguir estimar de modo eficaz o direcionamento dos seus principais mercados e identificar, desenvolver, produzir e comercializar produtos novos ou aprimorados para estes mercados em constante evolução, de forma oportuna ou rentável, os seus produtos, marcas, resultados financeiros e posição competitiva podem ser afetados, impactando de maneira adversa os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

A Companhia também procura manter e ampliar a imagem de suas marcas por meio de marketing, incluindo publicidade e promoções voltadas ao consumidor. Devido aos riscos inerentes do mercado associados à publicidade, promoções e lançamentos de novos produtos, incluindo incertezas sobre mercados e aceitação do consumidor, os investimentos da Companhia em marketing podem não ser bem-sucedidos para manter ou aumentar a participação da Companhia no mercado. O foco global contínuo na saúde e no bem-estar, incluindo o controle de peso, o aumento da atenção que a mídia dedica ao papel do marketing de alimentos e a cobertura negativa da mídia sobre os controles de qualidade e produtos da Companhia, inclusive em relação à Operação Carne Fraca e à Operação Trapaça, podem afetar negativamente a imagem da marca da Companhia ou levar a regulamentações mais rígidas e um maior escrutínio das práticas de marketing de alimentos.

O sucesso da Companhia em manter, estender e expandir a imagem de suas marcas depende também da sua capacidade de adaptação rápida às mudanças no ambiente da mídia em rápida transformação, incluindo o aumento da confiança nas redes sociais e a disseminação de campanhas *online*. O aumento crescente do uso de redes sociais e da mídia digital aumentou a velocidade e a extensão em que informações ou desinformações e opiniões podem ser compartilhadas.

Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, suas marcas ou produtos em redes sociais ou mídias digitais podem prejudicar muito a reputação e a imagem das marcas da Companhia. Caso a Companhia não consiga reverter impressões negativas para melhorar sua imagem, a venda, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma significativa e adversa.

Aquisições ou desinvestimentos recentes e futuros ou joint ventures podem desviar recursos de gestão ou provar serem prejudiciais para a Companhia.

A Companhia analisa e busca regularmente oportunidades de racionalização dos negócios por meio de aquisições, desinvestimentos ou expansão, *joint ventures* e outras iniciativas. A Companhia concluiu diversas operações de desinvestimentos e aquisições nos últimos anos. Para mais detalhes sobre algumas dessas operações, consulte o "Item 15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas". Aquisições, desinvestimentos, novos negócios e *joint ventures*, especialmente operações envolvendo companhias de grande porte, podem apresentar incertezas financeiras, administrativas, operacionais e de *compliance* que incluem:

- Desafios na consumação dos benefícios esperados da transação;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Dificuldades com a administração de variáveis macroeconômicas e seus impactos nos negócios da Companhia;
- Dificuldades com a administração de relações comerciais em diversos países;
- Desvios da atenção da Administração aos negócios existentes;
- Dificuldades de integração de pessoal, especialmente com relação às diferentes práticas de gestão;
- Dificuldade na integração ou montagem de sistemas financeiros, tecnológicos e outros;
- Dificuldade na identificação de possíveis bons negócios ou na conclusão de uma transação em termos favoráveis para a Companhia;
- Desafios de retenção de clientes e empregados fundamentais da companhia adquirida;
- Desafios com relação à perda de empregados-chave, em casos de desinvestimento;
- Aumento nas despesas de remuneração com empregados recém−contratados;
- Exposição a passivos ou problemas desconhecidos com as companhias adquiridas ou *joint ventures*;
- Pedidos de garantia e de pagamento de indenização que podem estar limitados quanto ao teor, prazo e valor, de forma a não fazer frente às contingências identificadas no processo de diligência;
- Desafios jurídicos, inclusive pedidos de indenização;
- Desafios resultantes da falta de familiaridade com novos mercados, cujas normas e costumes comerciais e culturais sejam diferentes, podendo afetar de modo adverso os objetivos estratégicos da Companhia;
- Necessidade de adaptação do seu modelo de *marketing* e vendas para países específicos;
- Cumprimento da legislação e regulamentação estrangeiras;
- Dificuldades de transferência de capital a novas jurisdições; e
- Dificuldades na obtenção de aprovações necessárias de governos e autoridades internacionais de defesa da concorrência.

A Companhia pode não conseguir obter os benefícios estratégicos de aquisições ou desinvestimentos no prazo previsto ou fora dele. Além disso, a Companhia pode não conseguir identificar, negociar ou financiar futuras aquisições, desinvestimentos ou outras iniciativas estratégicas, com êxito ou em condições favoráveis. Quaisquer *joint ventures* ou aquisições futuras de empresas, tecnologias, serviços ou produtos podem exigir que a Companhia obtenha financiamento adicional por meio de emissões de ações ou títulos de dívida, o que talvez não esteja disponível em termos favoráveis, ou não esteja disponível de forma alguma. Desinvestimentos, aquisições e/ou *joint ventures* futuras também podem resultar em dificuldades operacionais e despesas imprevisíveis, assim como sobrecarregar a estrutura organizacional da Companhia.

Pandemias ou surtos envolvendo doenças humanas ou de aves e suínos, como o novo Coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia.

Pandemias ou surtos envolvendo doenças humanas ou de aves e suínos, como o novo Coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, poderão afetar negativamente o mercado de capitais global, as indústrias mundiais, a economia mundial e brasileira e os negócios e operações da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, que pode atingir gravemente humanos, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países, incluindo o Brasil, em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo medidas de quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e de outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19, tiveram um impacto adverso no mercado de capitais global e no Brasil, inclusive causando seis paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, na qual a Companhia também encontra-se registrada, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19. Da mesma forma, os pregões da NYSE, onde a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) negociados, foram interrompidos por quatro vezes ao longo do mês de março de 2020, após quedas superiores a 7% no índice S&P 500.

Adicionalmente, qualquer mudança relevante nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente a sua cotação.

A dimensão e o impacto da pandemia de COVID-19 permanecem incertos já tendo causado alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção em escala mundial. Especificamente com relação à Companhia, a pandemia do COVID-19 afetou seus negócios, inclusive com relação à postergação substancial de remessas de produtos, em razão da maior disseminação do vírus e por conta de medidas de precaução implementadas por governos ou estabelecimentos comerciais para limitar sua disseminação.

A operação da Companhia inclui unidades internacionais de produção e distribuição, e se houver surto de COVID-19 em suas unidades ou nas comunidades onde atua e distribui seus produtos, a produção da Companhia, bem como suas operações, funcionários, fornecedores, clientes e canais de distribuição, poderão ser gravemente afetados. Os portos e outros canais de entrada poderão ser fechados ou operar com capacidade reduzida, pois os trabalhadores poderão ser proibidos ou impossibilitados de comparecerem ao trabalho, e os meios de transporte de produtos nas regiões ou países poderão ficar limitados por qualquer razão, além das possíveis restrições de transporte relacionadas a quarentenas, *lockdowns* ou proibições de viagens.

Os efeitos da pandemia do COVID-19 podem ensejar medidas restritivas às unidades e operações da Companhia por parte das autoridades competentes, como a celebração de termos de ajustamento de conduta ou termos de compromisso para estabelecer obrigações de fazer relativas a condições de saúde e segurança, movimentação e circulação de pessoas ou até mesmo determinação da paralisação de unidades da Companhia como medida de prevenção à

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

disseminação do vírus nas localidades em que estão instaladas. Em 4 de maio de 2020, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ajuizou ação civil pública com pedido de antecipação de tutela, requerendo a paralisação da unidade da Companhia localizada em Lajeado, no Estado do Rio de Grande do Sul, a qual possui capacidade de abate diária de aproximadamente 460 mil aves e 4 mil suínos. Em 8 de maio de 2020, o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Lajeado deferiu o pedido do Ministério Público, determinando liminarmente a paralisação integral das atividades na referida planta industrial da Companhia pelo período de 15 dias, bem como a higienização e descontaminação de tal unidade segundo critérios e orientações dos órgãos de vigilâncias sanitárias e a elaboração de plano de retomada gradativa das atividades para implementação após o período de suspensão das atividades. No dia 15 de maio de 2020, a Companhia e o Ministério Público celebraram um termo de acordo para a volta parcial e gradativa das operações, condicionada à realização de determinados procedimentos, tais como, dentre outros, a realização de teste em todos os empregados da unidade antes do retorno aos postos de trabalho e a realização de doações de equipamentos médicos e hospitalares, dentro do programa de doações da Companhia a dois hospitais da região, com o objetivo de ampliar a capacitação de tratamento e combate ao COVID-19. Não há como prever se outras unidades industriais da Companhia serão objeto de medidas restritivas como as medidas impostas à unidade de Lajeado. Qualquer nova restrição imposta pelas autoridades competentes poderá aumentar os custos e afetar de forma adversa e significativa os negócios e resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Os clientes provenientes de determinadas regiões e canais nos quais a Companhia opera estão sendo afetados pelo COVID-19, principalmente em razão das medidas de distanciamento social imposta por autoridades. A Companhia acredita que haverá um aumento generalizado das taxas de inadimplência de clientes durante o terceiro trimestre de 2020, seguido do aumento de perdas de crédito previstas. A subsequente deterioração no ciclo de crédito dos clientes da Companhia pode afetar de forma adversa os seus resultados e fluxos de caixa no futuro.

A pandemia do COVID-19 também poderá prejudicar a demanda de consumidores, pois a quarentena ou *lockdown* podem inibir o consumo e as restrições a aglomerações ou interações poderão limitar a oportunidade dos clientes e consumidores de adquirirem produtos da Companhia. As consequências dessa pandemia também poderão resultar em uma crise generalizada no sistema de saúde, que desestabilizaria os preços de *commodities* e as economias e mercados financeiros de diversos países, resultando em uma recessão econômica que poderia afetar a demanda pelos produtos da Companhia e prejudicar significativamente os resultados das suas operações.

Para mais informações sobre os processos, efeitos e medidas tomadas pela Companhia, consulte os itens 4.3, 4.7, 5.6, 10.1, 10.2.ii e 10.9 deste Formulário de Referência.

As vendas da Companhia no mercado internacional estão sujeitas a uma ampla gama de riscos associados a operações transnacionais.

As exportações de produtos pela Companhia a clientes localizados no mercado externo representam uma parte significativa das vendas líquidas globais da Companhia, equivalente a 43,3% das vendas líquidas em 2018 e 44,5% das vendas líquidas em 2019. O mercado externo da Companhia é divulgado no segmento de negócios Internacionais, formado pelos mercados islâmicos, incluindo Turquia, norte da África, Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) e Malásia, Ásia, Europa, Eurásia, África e Américas, onde a Companhia está sujeita a muitos dos mesmos riscos descritos abaixo em relação ao Brasil. Além disso, a Companhia poderá vir a expandir as suas vendas para outros mercados internacionais. O desempenho financeiro futuro da Companhia, portanto, depende, em grande parte, das condições econômicas, políticas, sociais e regulatórias nessas regiões, bem como das suas condições de fornecimento.

A capacidade futura da Companhia de realização de negócios em mercados externos pode ser afetada negativamente por fatores que estejam além do controle da Companhia, tais como:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Política monetária, taxas de juros e impacto da hiperinflação;
- Volatilidade do preço das *commodities*;
- Deterioração das condições econômicas globais;
- Riscos políticos, como turbulência e instabilidade, controles cambiais e incerteza em relação às políticas do governo;
- Diminuição da demanda, principalmente de grandes mercados, como a China e a Arábia Saudita;
- Imposição de aumento de tarifas, impostos *antidumping* ou outras barreiras comerciais não tarifárias;
- Restrições impostas ao comércio internacional e aos fluxos financeiros, devido ao saldo de déficits de pagamento;
- Greves ou outros eventos que afetem os portos, aeroportos, estradas, ferrovias e outras infraestruturas de transporte de mercadorias;
- Fechamentos de fronteira imprevisíveis que restrinjam a circulação de produtos, materiais e pessoas;
- Conformidade com diferentes regimes legais e regulatórios estrangeiros, incluindo aspectos sanitários e relacionados à segurança dos alimentos;
- Greves, não apenas dos funcionários da Companhia, mas também de agentes portuários, caminhoneiros, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes governamentais nos portos brasileiros, nos quais a Companhia exporta a maior parte de seus produtos;
- Acesso à infraestrutura adequada, que pode ser afetada por inundações ou eventos similares, escassez de água e energia;
- Sabotagem sobre os produtos da Companhia; e
- Exposição negativa na mídia relacionada à agricultura e/ou à indústria brasileira de processamento de carnes, inclusive em relação à Operação Carne Fraca, Operação Trapaça e/ou outras investigações.

Decisões desfavoráveis em processos administrativos e judiciais podem reduzir a liquidez da Companhia e afetar-lhe negativamente.

A Companhia é ré em processos judiciais e administrativos e também está sujeita a Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrados para encerrar alguns processos que tramitaram no passado contra a Companhia. As decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos, assim como o descumprimento de TACs, podem reduzir a liquidez da Companhia e ter um impacto adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Em relação às contingências tributárias, atualmente a Companhia é ré em diversos casos que incluem, por exemplo, disputas relativas à compensação de créditos tributários e o uso de incentivos fiscais em vários Estados. Tais questões ainda não chegaram a uma decisão final nos tribunais superiores. Além disso, a Companhia pode enfrentar riscos decorrentes da possível

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

baixa por ausência de expectativa de recuperabilidade de créditos acumulados nas operações de exportação.

Além disso, em 2019, a Companhia recebeu duas sentenças finais referentes à exclusão do ICMS da base tributária das contribuições sociais de PIS e COFINS, que permitiu reconhecer uma quantia significativa de impostos a recuperar, descrita na Nota 9.2 das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Por diversas razões processuais, é possível que haja uma demora para o recebimento dessas quantias, seja como restituição/compensação ou precatório.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha R$1.794.369 mil em provisões para contingências, sendo R$307.177 mil para contingências cíveis e outras contingências (incluindo de natureza administrativa, regulatória e ambiental), R$583.464 mil para contingências fiscais, R$603.074 mil para contingências trabalhistas e R$300.654 mil para passivos contingentes decorrentes de combinações de negócios.

A Companhia está sendo investigada na Operação Carne Fraca e na Operação Trapaça, que podem resultar em penalidades, multas e sanções de autoridades governamentais ou outras formas de responsabilidade para a Companhia e seus administradores, além da imposição de restrições e barreiras comerciais. Qualquer outra investigação de autoridades governamentais atualmente desconhecidas pela Companhia com relação a qualquer prática comercial potencialmente ilegal também pode resultar em penalidades, multas, sanções ou outras formas de responsabilidade.

Em 12 de março de 2018, uma ação coletiva de acionistas foi apresentada contra a Companhia e contra alguns dos antigos administradores da Companhia, bem como um atual diretor, perante o Tribunal Distrital Federal dos EUA, no Distrito Sul de Nova York. Em 2 de julho de 2018, o Tribunal nomeou como autor principal a Comissão de Aposentadoria e Assistência da Cidade de Birmingham (*City of Birmingham Retirement and Relief System)* na ação coletiva ("Autor Principal"). Em 5 de dezembro de 2018, o Autor Principal protocolou uma petição aditada que pleiteava a representação de todos os indivíduos e entidades que compraram ou adquiriram *American Depositary Receipts* ("ADR") da Companhia durante o período de 4 de abril de 2013 até 2 de março de 2018. A ação coletiva alega, dentre outros pontos, falhas no processo de elaboração do Fomulário 20-F apresentado anualmente à *Securities and Exchance Comission – SEC*, notadamente com relação aos temas que foram objeto de investigação pelas autoridades brasileiras no contexto das chamadas Operação Carne Fraca e Operação Trapaça. Em 13 de dezembro de 2019, a Companhia e o outro réu entraram com um pedido de extinção do processo. Em 21 de janeiro de 2020, o Autor Principal protocolou uma ação de oposição, e, em 11 de fevereiro de 2020, a Companhia e os outros réus ajuizaram um recurso. Em 27 de março de 2020, enquanto aguardavam a decisão judicial sobre o pedido de rejeição da denúncia, as partes, no âmbito de uma mediação, firmaram um acordo, sem admissão de culpa por parte da Companhia e dos demais réus, e a Companhia concordou efetuar um pagamento aos detentores de ADRs no montante de US$40 milhões para encerrar a ação coletiva, sujeito a documentação definitiva e aprovação judicial. Em 13 de maio de 2020, o Tribunal emitiu uma ordem aprovando o acordo de forma preliminar e agendará uma audiência final sobre a razoabilidade do acordo (*fairness hearing*), a partir de 21 de agosto de 2020. O pagamento ocorrerá conforme as regras aplicáveis e determinações da corte do Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos.

Em março de 2020, três pedidos de arbitragem foram propostos contra a Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado por investidores que haviam comprado as ações da Companhia, visando o ressarcimento de supostos prejuízos incorridos por eles em razão da queda no preço das ações da Companhia, a partir de 4 de abril de 2013. Como essas três arbitragens encontram-se em estágios bastante preliminares, a Companhia entende não ser possível, no atual momento, apresentar prognóstico de perda. Caso a Companhia obtenha uma decisão desfavorável ou entre em um acordo, não há como assegurar que tal resultado não tenha um impacto financeiro substancial sobre a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A falha ou a incapacidade da Companhia em proteger a sua propriedade intelectual e qualquer violação à sua propriedade intelectual poderá ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

A propriedade intelectual de maior relevância da Companhia consiste em suas marcas nacionais e internacionais. A capacidade da Companhia de efetivamente competir nestes mercados depende, em parte, de seus direitos a marcas comerciais, logotipos, bem como outros direitos referentes à propriedade intelectual que a Companhia possui ou licencia. A Companhia não solicita o registro ou a proteção de todas as suas marcas em todos os países nos quais estas são ou podem vir a ser usadas, o que significa que terceiros podem limitar ou contestar, nestes países, os direitos da Companhia referentes ao registro destas. Além disso, as diferenças das leis referentes à propriedade intelectual ou direitos de propriedade nos países em que a Companhia atua podem levar a níveis diferentes de proteção legal nessas jurisdições. Desta forma, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Caso, nestas ações, os direitos da Companhia não sejam assegurados, esta poderá sofrer efeitos adversos relevantes sobre seus negócios, o valor de seus intangíveis, bem como na sua reputação, situação financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa. Além disso, terceiros podem alegar que a propriedade intelectual e/ou atividades comerciais infringem a sua própria propriedade intelectual ou direitos de propriedade e qualquer litígio a este respeito seria dispendioso, independentemente do mérito tratado. Se a Companhia não obtiver êxito na defesa destas reclamações ou na celebração de acordos, a Companhia poderá ser obrigada a pagar indenizações e/ou celebrar contratos de licenciamento em termos desfavoráveis à Companhia. Ademais, a Companhia poderá ser obrigada a reformular ou remodelar seus produtos, de forma a evitar infrações, o que poderá resultar em custos significativos em determinados mercados. Caso as decisões considerem que a Companhia infringiu a propriedade intelectual de qualquer terceiro, esta poderá vir a sofrer impactos adversos relevantes em sua reputação, negócios, posição financeira, resultado operacional e fluxos de caixa.

Danos não cobertos pelas apólices de seguros da Companhia podem resultar em perdas à Companhia, o que poderia ter um efeito adverso em seus negócios.

Certos danos podem não estar cobertos por seguros contra terceiros, bem como as apólices da Companhia estão sujeitas a limites e exclusões de responsabilidade. Por exemplo, riscos políticos, eventos ambientais e climáticos, fraude, greve, *recall* de produtos, multas e encargos, terrorismo, os próprios animais, vazamentos de amônia, riscos financeiros, como queda no preço das ações, riscos de segurança cibernética, sabotagem, espionagem industrial, desastres naturais ou outros eventos catastróficos podem causar danos ou a interrupção das operações da Companhia, do comércio internacional e da economia global e, portanto, podem ter um efeito negativo considerável para a Companhia. Além disso, a Companhia está exposta a certos riscos de qualidade do produto, como contaminação criminosa, febre suína, gripe aviária, salmonela e outras doenças que contaminem animais, que podem afetar os seus negócios e podem não estar cobertos pelo seguro. Na hipótese de ocorrência de um evento que não esteja coberto por uma apólice de seguro contratada pela Companhia, ou no caso de os danos ultrapassarem os limites contratados nas apólices, a Companhia poderá incorrer em custos significativos. Ademais, existe ainda o risco de a Companhia ser instada a indenizar pessoas afetadas por tais eventos. Além disso, mesmo com relação a perdas que estão, em última análise, cobertas por seguros, a Companhia pode ter despesas adicionais para atenuá-las, como, por exemplo, no caso o deslocamento da produção para diferentes instalações, as quais podem não ser totalmente protegidas pelo seguro da Companhia. Tais custos podem não estar cobertas pelas apólices de seguro.

Existe, ainda, o risco de as instalações da Companhia virem a ser afetadas por incêndios, como os que ocorreram nas instalações da Companhia de Chapecó (SC) e Paranaguá (PR), em 2016,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Lajeado (RS), em 2017, e Arroio do Meio (RS), em 2019, e por enchentes, como a que atingiu as instalações da Companhia em Bandirma, na Turquia, em 2018, bem como por danos elétricos, explosões em subestações ou greves gerais de caminhoneiros. Nem todos os custos diretos, indiretos e/ou intangíveis decorrentes da interrupção de negócios da Companhia podem estar cobertos pela apólice de seguro. Por exemplo, em 2018, os impactos negativos da greve dos caminhoneiros sobre os negócios da Companhia, inclusive a suspensão das operações nas unidades produtivas da Companhia e o aumento dos custos de transporte e logística, não foram cobertos por nenhuma das apólices de seguro da Companhia. Qualquer evento semelhante no futuro poderá acarretar um efeito adverso significativo nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

Ademais, as apólices de seguro da Companhia podem não cobrir custos jurídicos incorridos para defender a Companhia em processos legais e administrativos. A Companhia incorreu, e espera ainda incorrer, em custos significativos no âmbito da Operação Carne Fraca e da Operação Trapaça, bem como dispendeu uma soma relevante para celebrar um acordo encerrar a *class action*. Os custos associados a essas investigações e os custos associados à celebração do acordo no âmbito da *class action* podem não ser suportados pelas apólices de seguros contratadas pela Companhia. Além disso, não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá obter cobertura das seguradoras no futuro, relacionados a essas e outras matérias, em termos aceitáveis à Companhia. Como resultado disso, a Companhia poderá incorrer em custos e despesas adicionais, o que poderá impactar sua capacidade financeira e seus resultados.

A Companhia depende de membros de sua alta administração e da sua capacidade de recrutar e reter profissionais qualificados para implementar sua estratégia.

A Companhia depende de seus membros da alta administração e outros profissionais qualificados para implantar suas estratégias de negócios. Os esforços para atrair e reter profissionais podem resultar em despesas adicionais significativas, podendo afetar a Companhia de forma adversa e impactar os seus resultados. Além disso, a perda de profissionais importantes pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia, bem como as despesas associadas a essas perdas podem afetar os resultados da Companhia. Em 2017, 2018 e 2019, a Companhia vivenciou perdas importantes de membros de sua Administração, incluindo dois CEOs, Diretor Vice-Presidente Financeiro, Vice-Presidente de Recursos Humanos, Diretor Geral das Operações Brasileiras e Vice-Presidente de Operações. Ainda, em 5 de março de 2018, a Companhia convocou Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a qual se realizou em 26 de abril de 2018, conforme solicitado por dois acionistas da Companhia (Caixa Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI e Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS), que juntos detinham aproximadamente 20% do capital social da Companhia. Na referida Assembleia Geral Ordinária, o número de membros do conselho de administração da Companhia foi fixado em 10 membros e foram eleitos novos membros para compor o Conselho de Administração, bem como seu Presidente e Vice-Presidente. Apenas quatro dos dez membros eleitos já eram membros do Conselho de Administração da Companhia. Ainda, conforme determina o regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor Presidente não podem acumular a mesma função, por prazo superior a um ano, como era o caso do Sr. Pedro Pullen Parente. Após o término do mandato do Sr. Pedro Pullen Parente em 28 de março de 2019, o Sr. Lorival Nogueira Luz Júnior, então Vice-Presidente Executivo Global da Companhia, foi nomeado sucessor do Sr. Pedro Pullen Parente, como Diretor Presidente e seu mandato teve início em 18 de junho de 2019. Ademais, em 25 de abril de 2019, o Sr. Ivan de Souza Monteiro, à época Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, renunciou ao cargo, o qual foi interinamente ocupado pelo Sr. Lorival Nogueira Luz Júnior até a posse do atual Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, em 16 de setembro de 2019, o Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2020 foram eleitos os membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

2022, sete dos quais integravam o Conselho de Administração da Companhia e foram reeleitos, e três foram eleitos para exercer o primeiro mandato. Tais alterações, ou potenciais alterações futuras, na composição da administração da Companhia podem resultar em modificações na estratégia de negócios da Companhia, o que poderá gerar um efeito adverso relevante.

Violações, interrupções ou falhas dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, incluindo como resultado um possível ataque cibernético, podem interromper as operações e impactar negativamente nos negócios e na reputação da Companhia.

A tecnologia da informação é uma parte essencial do funcionamento dos negócios da Companhia, que depende cada vez mais de sistemas computadorizados para gerenciar as informações de seus negócios e aumentar a eficiência de suas unidades produtivas, centros de distribuição e dos processos de gestão de estoques. A Companhia utiliza a tecnologia da informação para processar informações financeiras e resultados operacionais em relatórios internos e atender às exigências regulatórias, legais e tributárias. Além disso, a Companhia depende da tecnologia da informação para realizar o *marketing* digital e trocar mensagens eletrônicas entre suas plantas, pessoal, clientes e fornecedores. A Companhia também processa os dados pessoais de seus funcionários e clientes. A Companhia depende da tecnologia de criptografia e programas de autenticação eletrônica fornecida por terceiros para processar de forma segura a coleta, o armazenamento e a transmissão de informações confidenciais, incluindo dados pessoais.

Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem estar vulneráveis a uma variedade de interrupções, ameaças e incidentes relacionados a ataques cibernéticos. Há diversos e crescentes riscos relacionados à segurança cibernética e privacidade, incluindo *hackers* criminosos, hacktivistas, intrusões patrocinadas pelo Governo, espionagem industrial, má conduta de funcionários públicos e erro humano ou tecnológico. *Hackers* e outros, rotineiramente, tentam violar a segurança dos sistemas de tecnologia da informação e induzem fraudulentamente funcionários, clientes e outros terceiros a divulgar informações ou, inadvertidamente, a fornecer acesso a sistemas ou dados. Ataques de segurança cibernética bem-sucedidos, violações, improbidade de funcionários públicos ou erro humano ou tecnológico podem resultar, por exemplo, em acesso não autorizado, divulgação, modificação, uso indevido, perda ou destruição de dados ou sistemas, incluindo aqueles que pertencem à Companhia, aos seus clientes ou a terceiros; roubo de dados confidenciais, regulamentados ou confidenciais, incluindo informações pessoais; a perda de acesso a dados ou sistemas críticos através de *ransomware*, ataques destrutivos ou outros meios; erros de transação; atrasos nos negócios; e interrupções no serviço ou no sistema. No caso de tais acontecimentos, a Companhia, seus clientes e terceiros, podem estar expostos a possíveis responsabilidades, litígios e ações regulatórias ou governamentais. Somado a isto, a Companhia poderá, ainda, estar sujeita à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se a Companhia não for capaz de evitar violações à segurança, poderá sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à divulgação não autorizada de informações confidenciais pertencentes à Companhia ou a seus parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores. O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética e implementar medidas de remediação podem ser significativos e podem não ser cobertos pelo seguro. O risco de segurança cibernética da Companhia também depende de fatores como as ações, práticas e investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros.

Os esforços da Companhia para monitorar, identificar, investigar, responder e remediar incidentes de segurança, inclusive aqueles associados a ataques à cibersegurança podem não ser adequados ou suficientes. As medidas que a Companhia implanta quanto à segurança tecnológica e ao plano de recuperação de desastres podem não ser adequadas ou suficientes. A Companhia não pode garantir que esses esforços e medidas serão bem sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. A ocorrência de qualquer evento dessa natureza poderá ter um efeito adverso significativo sobre as operações, negócios e reputação da Companhia. Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o cenário de segurança cibernética evoluem, talvez a Companhia necessite fazer investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a infraestrutura de tecnologia de informações, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

O ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos negócios da Companhia, incluindo aumento de riscos, custos e aumento das obrigações de *compliance*. Por exemplo, em 25 de maio de 2018, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 sobre a proteção de pessoas físicas com relação ao processamento de dados pessoais e da livre movimentação desses dados ("GDPR") se tornou diretamente aplicável em todos os países-membro da União Europeia. O não cumprimento do GDPR resulta em riscos financeiros, devido às penalidades em caso de vazamento de dados ou processamento inadequado de dados pessoais (incluindo uma possível multa de até 4% do total do faturamento mundial anual do exercício anterior para infrações mais graves), e poderá também afetar negativamente a reputação e as atividades da Companhia que dependem do processamento de dados pessoais. A Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), que entrará em vigor em 2021, e um número cada vez maior de leis de proteção de dados em todo o mundo, pode continuar a resultar em maiores custos e riscos de compliance. Para maiores informações sobre o assunto, consultar o fator de risco "*A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados, e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção*". Os possíveis custos de *compliance*, impostos pelos atuais ou novos regulamentos e políticas aplicáveis à Companhia podem afetar os negócios da Companhia e podem ter um impacto adverso relevante nos seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados, e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais mudará a maneira como a proteção de dados pessoais é regulamentada no Brasil. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de processamento de dados pessoais, e garante, entre outras coisas, os direitos dos proprietários de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, as exigências para obter consentimento, obrigações, requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como autorização para a criação da Agência Nacional de Proteção de Dados.

Se a Companhia não cumprir com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, tanto a Companhia quanto as suas controladas poderão estar sujeitas a sanções, tanto individual quanto coletivamente, incluindo avisos, obrigação de divulgar incidentes, bloqueio temporário e/ou exclusão de dados pessoais, e penalidades de até 2% da receita da Companhia ou da receita do grupo ou conglomerado da Companhia no Brasil no ano anterior, excluindo os impostos, até o valor total de R$50.000 mil por infração. Ademais, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia, e poderá estar sujeita à responsabilidade solidária e subsidiária por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas controladas, devido a falhas em cumprir com as obrigações estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Portanto, a falha em proteger dados pessoais processados pela Companhia ou por suas controladas, bem como a falha em se ajustar à legislação aplicável, poderá resultar em multas consideráveis à Companhia e suas controladas, na divulgação de incidentes na imprensa, exclusão de dados pessoais do banco de dados da Companhia, e até mesmo na suspensão das

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

atividades da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso sobre a reputação, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Riscos Relacionados ao endividamento da Companhia

O nível de endividamento da Companhia é substancial e a sua alavancagem pode afetar negativamente a capacidade da Companhia de refinanciar suas dívidas e expandir seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizavam R$18.620.279 mil.

O endividamento substancial da Companhia pode ter grandes consequências para a Companhia, incluindo:

- Exigência de que uma parte substancial do fluxo de caixa da Companhia proveniente de operações seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros sobre a dívida da Companhia, reduzindo os recursos disponíveis para operações, gastos de capital ou outras necessidades de capital;

- Limitação da flexibilidade da Companhia no planejamento ou na reação a mudanças nos seus negócios e no setor em que opera, pois o fluxo de caixa da Companhia disponível após o pagamento do valor principal e dos juros sobre a sua dívida pode não ser suficiente para fazer com que o capital e outros gastos necessários trate dessas mudanças;

- Aumento da vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas e industriais adversas gerais, pois, durante os períodos nos quais a Companhia experimenta rendimentos e fluxos de caixa menores, ela seria obrigada a dedicar uma quantidade proporcionalmente maior do seu fluxo de caixa ao pagamento do valor principal e juros de dívidas;

- Limitação da capacidade da Companhia de obter financiamento adicional no futuro para financiar capital de giro, despesas de capital, aquisições e exigências corporativas gerais;

- Aumento dos gastos da Companhia devido a desvalorizações do Real, o que pode levar a um aumento no montante de capital necessário para o serviço de endividamento denominado em dólares norte-americanos;

- Dificuldade em refinanciar o endividamento da Companhia ou fazer isso em termos favoráveis, inclusive com relação a securitizações de contas a receber existentes;

- Posição de desvantagem competitiva em comparação a concorrentes relativamente menos alavancados que possam estar em melhor condição para resistir a crises econômicas; e

- Exposição dos empréstimos atuais e futuros da Companhia feitos com taxas de juros flutuantes a aumentos nas taxas de juros.

Tendo em vista as métricas de crédito atuais da Companhia e de acordo com as políticas e diretrizes definidas pelas agências de classificação de risco para avaliar a qualidade de crédito de uma empresa, além de outros fatores, a classificação de crédito da Companhia foi rebaixada recentemente e está atualmente abaixo do "grau de investimento" segundo todas as agências de classificação de risco que avaliam a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia tem dívidas substanciais que vencem nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto do endividamento da Companhia era de R$3.132.028 mil com vencimento em 2020, R$1.906.989 mil com vencimento em 2021, R$2.123.475 mil com vencimento em 2022, R$2.421.966 mil com vencimento em 2023 e R$9.035.821 mil com vencimento a partir de 2024.

Uma parte substancial da dívida da Companhia em aberto é denominada em moedas estrangeiras, principalmente em dólares norte-americanos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto de dívida da Companhia em moeda estrangeira totalizava R$11.006.524 mil, incluindo R$296.849 mil de dívida de curto prazo em moeda estrangeira. A dívida da Companhia denominada em dólares norte-americanos deve ser atendida por recursos gerados pelas vendas comerciais de suas subsidiárias, cuja maioria não é denominada em dólares norte-americanos. Consequentemente, quando a Companhia não gera receitas em dólares norte-americanos suficientes para cobrir esse serviço da dívida, a Companhia deve usar as receitas geradas em Reais ou outras moedas para o serviço da dívida norte-americanos. . A desvalorização do valor do real ou de qualquer outra moeda dos países em que a Companhia opera em comparação com a cotação dos dólares norte-americanos poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de honrar com a sua dívida. Os contratos de *hedge* de moeda estrangeira podem não ser eficazes para cobrir esses riscos relacionados a moedas.

Qualquer incerteza futura nos mercados de ações e de crédito também poderia afetar negativamente a capacidade da Companhia de acesso a financiamento adicional de curto e longo prazo, o que poderia impactar negativamente a liquidez e situação financeira da Companhia. Se, nos próximos anos:

- As pressões sobre o crédito retornarem como resultado de interrupções nos mercados globais de ações e crédito;
- Os resultados operacionais da Companhia piorarem significativamente;
- A Companhia for incapaz de concluir quaisquer alienações necessárias de ativos não essenciais e o fluxo de caixa da Companhia ou os recursos de capital da Companhia comprovem ser inadequados; ou
- Se a Companhia for incapaz de refinanciar qualquer dívida que tenha vencido,

a Companhia poderá enfrentar problemas de liquidez e talvez não consiga pagar suas dívidas pendentes no vencimento, o que poderia ter um efeito adverso relevante nos negócios consolidados e na situação financeira da Companhia.

Os termos do endividamento da Companhia impõem à Companhia restrições significativas.

Os instrumentos que regem o endividamento consolidado da Companhia impõem à Companhia significativas restrições. Estas restrições podem limitar, direta ou indiretamente, a capacidade da Companhia, entre outras coisas, na realização das seguintes ações:

- Obter empréstimos;
- Realizar investimentos;
- Vender ativos, incluindo capital social de subsidiárias;
- Fornecer garantia sobre o endividamento;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Celebrar acordos que limitem dividendos ou outras distribuições de determinadas subsidiárias;

- Realizar transações com afiliadas;

- Criar ou assumir ônus; e

- Realizar operações de fusões e aquisições.

A violação de quaisquer cláusulas às quais a Companhia está sujeita poderia resultar em inadimplência nos termos de outras obrigações de dívida existentes. Caso tal evento de inadimplência ocorra, todos os montantes em aberto de acordo com os instrumentos de dívida aplicáveis e a dívida emitida conforme outros instrumentos de dívida contendo cláusulas de vinculação automática ou de vencimento cruzado (*cross default*), juntamente com juros acumulados não pagos, se houver, poderão se tornar ou serem declarados imediatamente devidos e pagáveis. Caso tal endividamento venha a ser antecipado, a Companhia poderá não dispor de fundos suficientes para pagar integralmente essa dívida. Além disso, com relação à entrada em novos financiamentos ou alterações de acordos de financiamento existentes, a flexibilidade financeira e operacional das subsidiárias da Companhia poderá ser reduzida ainda mais como resultado da imposição de compromissos mais restritivos, exigências para segurança adicional e outros termos.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controlador definido.

c. a seus acionistas

Não há riscos específicos originados aos acionistas da Companhia, ou seja, riscos cuja fonte seja o acionista, que devam ser tratados neste subitem.

d. a suas controladas e coligadas

Não há riscos específicos originados das controladas ou coligadas da Companhia que devam ser referidos neste subitem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e. a seus fornecedores

Os negócios dependem do fornecimento de insumos produzidos por agricultores e produtores integrados, bem como o desempenho da Companhia depende da sua capacidade de atrair e manter uma rede de agricultores e produtores integrados qualificados.

A Companhia é uma produtora verticalmente integrada de produtos alimentícios que depende de grande quantidade de insumos de origem animal para conduzir seus negócios. Parcela substancial dos insumos de origem animal utilizados pela Companhia em suas atividades é produzida por uma rede de agricultores e produtores no âmbito de acordos de produção integrada celebrados com a Companhia ("Produtores Integrados"). Os Produtores Integrados são responsáveis por gerenciar e criar as aves e suínos sob a supervisão da Companhia, na condição de integradora. Em 31 de dezembro de 2019, 4.632.637 toneladas de insumos de origem animal, correspondentes a 99,3% dos insumos utilizados pela Companhia em suas atividades, foram adquiridos de Produtores Integrados.

A seleção e retenção de agricultores e produtores é altamente competitiva e a concorrência entre as integradoras foi intensificada nos últimos anos. Os Produtores Integrados da Companhia estão localizados principalmente em cidades próximas às unidades industriais da Companhia, onde integradoras concorrentes conduzem atividades similares às atividades conduzidas pela Companhia. A Companhia pode não ser capaz de selecionar e reter esses agricultores e produtores, em particular em tempos de maior concorrência, ou pode ser obrigada a aumentar os preços pagos pelos insumos e os benefícios oferecidos para reter esses agricultores e produtores. A incapacidade de reter um número adequado desses agricultores e produtores pode impactar negativamente os planos estratégicos da Companhia e resultar na diminuição de seu desempenho operacional.

Além disso, os Produtores Integrados são financiados, em grande parte, por linhas de crédito rural contratadas diretamente pelos respectivos Produtores Integrados junto a determinadas instituições financeiras. Tais linhas de crédito rural são oferecidas no âmbito de convênios de colaboração financeira celebrados entre a Companhia e as respectivas instituições financeiras que preveem obrigações para a Companhia relativas à seleção dos Produtores Integrados aptos à obtenção do financiamento, manutenção de fluxo de pagamento aos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos no âmbito desses convênios de colaboração financeira e acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros concedidos aos Produtores Integrados. Em situações excepcionais, como no caso de interrupção das atividades de alguma unidade produtiva da Companhia ou de alienação e/ou arrendamento de alguma das unidades industriais da Companhia que adquirem a produção dos Produtores Integrados financiados no âmbito dos referidos convênios de colaboração financeira, a Companhia poderá ser obrigada a arcar com a liquidação antecipada dos financiamentos obtidos pelos Produtores Integrados ou com a manutenção do fluxo de pagamento aos respectivos Produtores Integrados em montante suficiente para amortização e liquidação das parcelas dos financiamentos concedidos até que uma nova integradora eventualmente suceda a unidade produtiva em questão perante os Produtores Integrados com relação aos respectivos acordos de produção integrada, o que poderá impactar negativamente os resultados da Companhia.

Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à ciclicidade, à volatilidade, aos preços de commodity, carne de frango e carne de porco, podendo afetar negativamente todo o negócio da Companhia.

O negócio da Companhia é amplamente dependente do custo e fornecimento de milho, farelo de soja, soja, suínos e outras matérias-primas, bem como dos preços de venda de suas aves, suínos e produtos processados. Esses preços são determinados pela oferta e demanda, que podem flutuar significativamente, e por outros fatores sobre os quais a Companhia tem pouco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou nenhum controle. Esses fatores incluem, entre outros, flutuações nos níveis locais e globais de produção de aves e suínos, regulamentações ambientais e de conservação, condições econômicas, climáticas, doenças dos animais e condições das safras, custo de frete internacional, taxa de câmbio e flutuações das taxas de juros. Além disso, os preços das matérias-primas da Companhia, incluindo milho, farelo de soja e soja foram afetados e podem continuar a ser afetados pela disputa comercial em curso entre os EUA e a China. Não está claro se essa disputa comercial será resolvida e quais efeitos ela pode ter nas condições políticas e econômicas globais a longo prazo. Quaisquer mudanças no preço das matérias-primas necessárias para produzir os produtos da Companhia, decorrente do exposto acima ou de outros fatores, podem ter um impacto relevante nos seus negócios.

A indústria em que a Companhia atua, tanto no Brasil quanto no exterior, é geralmente caracterizada por períodos cíclicos de preços mais altos e maior lucratividade, seguidos por excesso de oferta, levando a períodos de preços mais baixos, de menor lucratividade ou de perdas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de se adaptar adequadamente a qualquer ciclicidade ou volatilidade, o que pode ter um efeito adverso sobre suas operações e resultados financeiros.

Desastres naturais, condições meteorológicas extremas, inundações, pandemias ou surtos de doenças, frio excessivo, calor, furacões ou outras tempestades, bem como qualquer interrupção nas plantas da Companhia que possa exigir a realocação temporária das funções da planta para outras instalações ou a interrupção, ainda que temporária, das operações de uma ou mais plantas podem, dentre outras consequências, prejudicar a saúde ou crescimento das aves e suinos, o momento adequado de abate ou interferir com as operações da Companhia devido a quedas de energia, danos às instalações de produção e processamento ou interrupção nos canais de transporte e sistemas de informação.

A Companhia é vulnerável a riscos de transporte e logística de terceiros e depende de um número limitado de fornecedores terceirizados disponíveis para entregar alguns materiais especializados necessários para as suas atividades de produção.

A Companhia depende de serviços de transporte e logística rápidos e eficientes para, entre outras coisas, entregar matéria-prima às suas instalações de produção, entregar ração animal aos produtores de aves e suínos e distribuir os produtos. Qualquer interrupção prolongada desses serviços pode ter um impacto adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais. Por exemplo, em 21 de maio de 2018, uma greve nacional de caminhoneiros começou no Brasil, por conta dos aumentos nos preços dos combustíveis. A greve interrompeu materialmente a cadeia de fornecimento de várias indústrias em todo o País, incluindo a cadeia de fornecimento de matérias-primas para as instalações de produção e a entrega de ração animal para os produtores de aves e suínos da Companhia e, em seu auge, levou à suspensão ou redução da operação de todas as suas instalações de produção localizadas no Brasil. Além disso, essa greve também afetou materialmente o funcionamento regular dos portos de onde os produtos da Companhia são exportados. A Companhia teve aumento de custos em relação à greve dos caminhoneiros e foi obrigada a descartar animais que não podiam ser alimentados ou abatidos no momento adequado. Não há garantia de que os caminhoneiros não tentarão realizar novas greves e que o governo brasileiro ou qualquer outra parte relevante poderá atender às demandas dos caminhoneiros de maneira satisfatória ou que tal greve não será prejudicial à cadeia de suprimentos ou à operação das unidades de produção da Companhia. Além disso, qualquer outra redução na disponibilidade de serviços de transporte ou logística ou um aumento significativo nas taxas de serviço de transporte, bem como inundações em portos, incêndios em armazéns ou greves de trabalhadores, poderiam prejudicar a capacidade da Companhia de satisfazer os requisitos da cadeia de fornecimento e entregar os produtos aos clientes. Qualquer interrupção nos serviços de transporte e/ou logística de que a Companhia depende para suas atividades poderá causar um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, parte das atividades de produção da Companhia exigem materiais especializados que a Companhia adquire de um número limitado de fornecedores disponíveis. Por exemplo, a Companhia depende de compras de material genético utilizado em seus programas de criação de animais fornecido por empresas do ramo de genética animal. Se qualquer um desses fornecedores não for capaz de fornecer os materiais na quantidade e frequência com que normalmente a Companhia os adquire, e se a Companhia não conseguir substituir o fornecedor de forma aceitável ou em absoluto, a Companhia poderá ser impossibilitada de manter o seu nível usual de produção e vendas na categoria de produto afetada, o que poderá prejudicar significativamente os seus negócios e operações e, consequentemente, os resultados das suas operações.

f. a seus clientes

A Companhia enfrenta concorrência significativa de produtores brasileiros e estrangeiros, o que pode afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A Companhia enfrenta, no Brasil, uma forte concorrência de outros produtores brasileiros e, no exterior, de produtores estrangeiros e brasileiros. O mercado interno de aves inteiras, cortes de aves e de suínos é altamente fragmentado. Pequenos produtores podem ser concorrentes importantes, alguns dos quais operam na economia informal e são capazes de oferecer preços mais baixos com padrões inferiores de qualidade. Em relação às exportações, a Companhia concorre com produtores estrangeiros e outros grandes produtores brasileiros, verticalmente integrados, que conseguem produzir produtos de qualidade a custos similarmente competitivos.

Além disso, o tamanho e o potencial de crescimento do mercado interno para alimentos processados, aves, suínos e bovinos, combinados aos baixos custos de produção no Brasil são atrativos para os concorrentes internacionais. Embora a principal barreira que as empresas que entram no mercado brasileiro enfrentam tenha sido a necessidade de construir uma rede de distribuição abrangente e uma rede de integrados para a criação de animais, inclusive uma rede de subcontratados (produtores terceirizados), os concorrentes internacionais com importantes recursos poderiam construir uma ampla rede de distribuição e uma rede de produtores ou adquirir e expandir as já existentes.

Os mercados brasileiros de cortes de aves e suínos, em particular, são altamente competitivos em termos de preço e sensíveis à substituição de produtos. Ainda que a Companhia continue na posição de produtora de baixo custo com marcas fortes, os consumidores podem decidir comprar outros produtos ou marcas, o que já começou a ser feito por alguns consumidores da Companhia nos principais mercados internacionais.

A Companhia acredita que continuará a enfrentar forte concorrência em todos os seus mercados e prevê que os atuais ou novos concorrentes poderão ampliar suas linhas de produtos e expandir seu alcance geográfico, o que poderá afetar de forma negativa o seu desempenho financeiro. Qualquer atraso ou falha da Companhia em relação aos produtos, preços e outras estratégias por parte dos concorrentes pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados, do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de suas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, aumento dos custos relacionados a questões trabalhistas e lesões nas instalações da Companhia pode afetar adversamente seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha um total de aproximadamente 93.000 funcionários no mundo todo. Todos os empregados da produção, no Brasil e em países que possuem sindicatos trabalhistas, costumam ser representados por sindicatos. Após o fim da vigência dos acordos coletivos de trabalho existentes ou outros acordos coletivos de trabalho, a Companhia pode não ser capaz de celebrar novos acordos com os sindicatos. Além disso, alguns desses acordos podem não apresentar condições satisfatórias para a Companhia, como o pagamento de salários ou benefícios maiores aos trabalhadores sindicalizados. Se a Companhia não for capaz de negociar acordos em termos aceitáveis com os sindicatos, a Companhia estará sujeita a paralisações ou greves.

O custo da mão-de-obra representa um dos principais gastos. Em 2019, esse custo respondia a, aproximadamente, 14,3% do custo de vendas da Companhia. Em caso de revisão da estrutura do contrato de trabalho, outras despesas operacionais podem ser incorridas. Além disso, no curso normal dos negócios, a Companhia utiliza-se de mão-de-obra terceirizada, o que a expõe a possíveis contingências derivadas dessa relação. Tais contingências podem envolver reclamações diretas contra a Companhia, como se fosse empregador direto desses terceirizados. Caso um número significativo dessas reclamações resulte em decisões desfavoráveis à Companhia, esta pode ser condenada ao pagamento de valores superiores aos valores provisionados, o que pode causar um efeito adverso significativo sobre os seus negócios, situação operacional e financeira e resultados operacionais. Além disso, se as atividades terceirizadas forem consideradas pelas autoridades como principais negócios da Companhia, a terceirização pode ser considerada ilegal e os terceirizados podem ser considerados empregados, o que poderia aumentar significativamente seus custos e sujeitar a Companhia a processos administrativos e judiciais ajuizados pelas autoridades competentes, além do pagamento de multas.

A Companhia também está sujeita a aumentos no custo de mão−de−obra, em virtude da inflação no Brasil e aumento do preço dos seguros de saúde. Aumentos significativos nos custos de mão−de−obra podem apresentar um efeito adverso significativo sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas.

Além disso, a Companhia enfrenta riscos relacionados à segurança de suas instalações. Caso a Companhia falhe em implementar procedimentos de segurança ou se os procedimentos implementados forem ineficazes ou não forem seguidos por seus funcionários ou outras pessoas, tais pessoas podem se ferir, o que poderá resultar em custos e perda de produtividade. Qualquer um dos itens acima mencionados pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais e a reputação da Companhia.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A crescente regulamentação relacionada à segurança dos alimentos e ao bem-estar animal pode aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente os resultados de suas operações.

As unidades industriais e produtos da Companhia estão sujeitos a inspeções governamentais e a regulamentos abrangentes na área sanitárias e de segurança dos alimentos, incluindo controles governamentais de processamento de alimentos em todos os países para os quais a Companhia exporta. A Companhia já incorreu em custos significativos relativos aos seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

esforços para cumprir com as regras aplicáveis. Não obstante, mudanças nos regulamentos sanitários ou relativos à segurança dos alimentos e bem-estar animal podem exigir outros investimentos ou custos para atender às novas especificações exigidas. Os produtos são muitas vezes inspecionados fora do Brasil por autoridades alfandegárias ou de segurança dos alimentos estrangeiras e qualquer reprovação durante tais inspeções pode acarretar a devolução total ou parcial de produtos ao Brasil, *recall* dos lotes, descarte total ou parcial de produtos ou custos devido a atrasos na entrega aos clientes. A Companhia adota práticas em conformidade com os padrões brasileiros e internacionais de bem-estar animal para atender às expectativas das autoridades regulatórias e de seus clientes. Qualquer nova regra, procedimento ou restrição imposta no que tange à saúde alimentar e bem-estar animal pode aumentar os custos e afetar de forma adversa e significativa os negócios e resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

As leis e as regulamentações ambientais exigem cada vez mais gastos para seu cumprimento.

A Companhia, como os outros produtores alimentícios brasileiros, está sujeita a leis abrangentes, regulamentos, autorizações e licenciamentos federais, estaduais e municipais no Brasil, relativos, entre outras coisas, à interferência em áreas protegidas (unidades de conservação, áreas arqueológicas e áreas de preservação permanente), ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, barulho e limpeza de contaminações, entre outros, os quais afetam os seus negócios. A gestão da água é especialmente importante e apresenta muitos desafios com relação a este ramo de atividade. No Brasil, regulamentação sobre o uso da água impacta as operações agrícolas, a produção industrial e a energia hidrelétrica. Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos ou qualquer falta de autorizações ou licenças sujeitará a Companhia a sanções administrativas, civeis e penais, tais como multas, cancelamento de autorizações ou revogação de licenças, além de publicidade negativa e responsabilidade civil na reparação ou compensação de danos ambientais, para as quais não foram estabelecidos limites. As sanções administrativas e civis podem incluir intimações, multas, embargos temporários ou permanentes, suspensão de subsídios por órgãos públicos e suspensão temporária ou encerramento permanente das atividades e indenizações. As sanções penais incluem: multas; interdição temporária de direitos e reclusão, no caso de pessoas físicas; liquidação; interdição temporária de direitos; multas; e serviços comunitários, no caso de pessoas físicas. Por exemplo, recentemente, em abril de 2020, a unidade produtiva da Companhia localizada em Rio Verde - GO, teve as suas atividades suspensas por alguns dias, por conta de apontamentos constatados no sistema de abastecimento de água pelo Serviço de Inspeção Federal local.

Adicionalmente, de acordo com as leis ambientais brasileiras, poderá haver a desconsideração da personalidade jurídica (de forma que seus acionistas ou administradores responderão peor passivos ambientais da Companhia), caso seja necessário garantir o pagamento de custos relativos à reparação de danos ambientais, sempre que o juízo competente entenda que a personalidade jurídica representa um obstáculo ao pagamento de indenização pelos danos ambientais.

A Companhia já incorreu e continuará a incorrer em despesas e gastos operacionais (OPEX) e investimentos (CAPEX) para cumprir as leis e regulamentos ambientais. Devido a medidas regulatórias imprevistas ou outros acontecimentos em particular, o endurecimento de leis ambientais no Brasil, o valor e a periodicidade de despesas futuras relacionadas à observância dessas leis podem aumentar e afetar de forma negativa a disponibilidade de recursos para investimentos e outros fins. O cumprimento das leis e regulamentos ambientais atuais ou futuros, bem como de obrigações derivadas de acordos firmados com entes públicos, podem resultar em aumento de custos e despesas para a Companhia.

As plantas da Companhia estão sujeitas a licenciamento ambiental e operacional, com base no seu potencial poluidor e uso dos recursos naturais. Se uma das plantas for construída ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

expandida sem licença ambiental ou se as licenças ambientais expirarem, não forem renovadas no prazo ou sua renovação for indeferida pelo órgão ambiental competente, a Companhia estará sujeita a multas e outras sanções administrativas, como suspensão de operações ou fechamento de unidades. Essas mesmas sanções também podem ser aplicadas em caso de falta de cumprimento das condições de validade previstas nas licenças ambientais já detidas pela Companhia. A Companhia não pode operar uma planta se a licença ambiental exigida não for válida ou não estiver atualizada. Atualmente, algumas das licenças ambientais estão em processo de renovação e não se pode garantir que as autoridades ambientais aprovarão as solicitações de renovação. A Resolução 237 do CONAMA estabelece que a renovação de licenças ambientais deve ser solicitada com pelo menos 120 dias de antecedência do final da sua vigência, de forma que possa ser automaticamente prorrogada até que a autoridade ambiental emita uma decisão final. Além disso, caso tenham ocorrido alterações regulatórias nas normas ambientais que devem estar em cumprimento pela planta desde o início do processo de renovação da licença, o órgão ambiental pode condicionar a renovação a dispendiosas melhorias nas instalações, o que pode resultar em atrasos ou interrupções e, no pior dos casos, em indeferimento da licença.

Ainda, a Companhia está sujeita a regulações e restrições ambientais similares em todas as jurisdições em que atua, o que poderá exigir que a Companhia incorra custos significativos.

Mudanças nas leis tributárias ou em suas interpretações podem aumentar a carga tributária da Companhia e, como consequência, afetar negativamente o seu resultado operacional e a sua condição financeira.

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia, seus fornecedores e de seus clientes, podendo elevar os preços de venda dos seus produtos, restringir a capacidade de fazer negócios nos mercados de atuação da Companhia e, portanto, afetar adversamente o seu resultado operacional e a sua capacidade financeira.

Essas alterações incluem modificações das alíquotas de tributos e, ocasionalmente, criação de tributos temporários, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. No passado, o governo brasileiro apresentou propostas de reforma tributária elaboradas para simplificar o sistema tributário brasileiro, a fim de evitar disputas internas e entre os Estados e municípios, além de redistribuir as receitas provenientes de impostos. As propostas de reformas tributárias preveem mudanças nas regras que regem o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o ICMS, além de outros impostos, como aumentos nos impostos sobre folha de pagamento e no imposto retido na fonte sobre as distribuições de dividendos. Não há garantias de que tais propostas serão aprovadas e promulgadas como lei e se, caso aprovadas, refletirão essas ou outras mudanças nos regimes tributários.

Outras propostas, como o programa de incentivo fiscal de P&D (por exemplo, Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, também conhecida com a Lei do Bem) e a dedução de juros sobre capital próprio, podem ser revogadas para aumentar a receita do governo, em virtude de uma possível redução da alíquota do imposto de renda, que foi e continua sendo estudada pela equipe econômica do novo governo brasileiro. Os efeitos dessas novas propostas de reforma tributária, bem como de quaisquer outras mudanças decorrentes da promulgação de outros ajustes fiscais, ainda não foram, nem podem ser quantificados até o momento, devido à incerteza a respeito da implantação destas reformas. Ademais, algumas dessas medidas, se promulgadas, podem resultar em aumentos da carga tributária geral e prejudicar o desempenho financeiro da Companhia como um todo. Além disso, o fim da desoneração da folha é também um tema que requer atenção.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas por parte das autoridades fiscais, as quais poderão divergir das interpretações dadas pela Companhia, o que pode afetar adversamente a Companhia.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Riscos políticos e econômicos nas regiões e países onde a Companhia atua podem limitar a lucratividade de suas operações e sua capacidade de executar sua estratégia.

Uma vez que a Companhia desenvolve suas atividades em diferentes países, ela está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente. Para as regiões onde a Companhia possui produção e distribuição, existe uma variedade de riscos, como por exemplo:

- Instabilidade governamental;
- Riscos e conflitos geopolíticos (incluindo guerra, terrorismo e conflitos civis);
- Imposição de controles de câmbio ou preço;
- Imposição de restrições às exportações dos produtos ou às importações de matérias-primas necessárias à produção (incluindo embargos de países em que a Companhia possui atividades de produção e/ou atividades distribuição);
- Flutuação de moedas locais contra o real;
- Nacionalização dos bens da Companhia;
- Influência política de governos locais em comunidades onde a Companhia atua que exigem investimentos ou outros gastos;
- Aumento das tarifas de exportações e das alíquotas do imposto de renda sobre produtos da Companhia; e
- Mudanças institucionais e contratuais unilaterais (governo), incluindo controles sobre investimentos e limitação a novos projetos.

Como consequência desses riscos, o resultado operacional e as condições financeiras das operações nessas regiões onde a Companhia possui produção e distribuição podem ser negativamente afetados e pode haver, no futuro, significante variação das receitas. Não está claro para a Companhia se a crise diplomática atual entre o Catar e outros países árabes pode levar a medidas, como embargos comerciais, que possam, em última análise, afetar as operações atuais da Companhia no Catar e no Oriente Médio. Além disso, o governo brasileiro inaugurou um escritório de representação comercial em Jerusalém em dezembro de 2019, cujo anúncio no início de 2019 provocou protestos e manifestações em todo o Oriente Médio, além de causar apreensão entre exportadores brasileiros, que temem possíveis retaliações ou embargos de países árabes para exportações brasileiras. Não é possível precisar o impacto desses riscos na capacidade da Companhia de entregar seus projetos e executar sua estratégia, podendo, portanto, representar um impacto negativo sobre as suas operações e o seu resultado financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

j. as questões socioambientais

Surtos ou receios de surtos de quaisquer doenças de origem animal podem levar ao cancelamento de pedidos por clientes da Companhia e, especialmente se houver possibilidade de a doença afetar humanos, poderão gerar publicidade negativa, de modo a afetar de maneira material e adversa a demanda de consumidores pelos produtos da Companhia. Além disso, os surtos de doença de origem animal no Brasil podem resultar em ações por parte de governos estrangeiros para fechar os mercados de exportação para alguns ou para todos os produtos da Companhia, o que pode levar ao sacrifício de tais animais.

As operações da Companhia envolvem a criação de aves e suínos e o processamento de sua carne, o que exige que a Companhia mantenha certos padrões de saúde animal e controle de doenças. A Companhia pode ser obrigada a abater animais ou a suspender a venda ou distribuição de alguns de seus produtos para clientes no Brasil e no exterior, no caso de um surto de doença que afete animais, como: (i) febre aftosa e gripe, no caso de suínos e alguns outros animais (H5N1) e peste suína africana; e (ii) no caso das aves de criadouro, gripe aviária e doença de Newcastle. Além disso, se a Síndrome Reprodutiva e Respiratória dos Suínos (SRRP), que surgiu na Europa e nos Estados Unidos em 1985 e 1990, respectivamente, e a Diarreia Epidêmica Suína (DES), que eclodiu na Europa e nos Estados Unidos em 2014 e 2013, respectivamente, e a peste suína africana, que começou na China em 2018, chegarem no Brasil, a Companhia pode ser obrigada a abater os suínos precocemente, o que afetará negativasmente seus resultados e operações futuras.

Apesar de ter havido surtos da Peste Suína Clássica no Brasil, ainda que nenhuma tenha ocorrido nas áreas livres de onde proveem os suínos da Companhia para produção, essa ocorrência pode obrigar a Companhia a descartar os animais afetados. O abate precoce ou sanitário de aves, suínos ou outros animais impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra desses animais e resultaria em despesas adicionais para o seu descarte, além de causar perda de estoque. Um surto de febre aftosa ou de doenças similares pode afetar o rebanho da Companhia e a disponibilidade de rebanhos de terceiros para compra. Além disso, os efeitos globais da gripe aviária ou de outras doenças similares afetariam a percepção dos consumidores sobre a qualidade de determinadas proteínas e a capacidade da Companhia de acesso a certos mercados, o que poderia prejudicar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Frangos e outras aves em alguns países, particularmente na Ásia, mas também na Europa, nas Américas e na África, têm sido contaminados por gripe aviária altamente patogênica nos últimos anos. Em um pequeno número de casos altamente divulgados, a gripe aviária foi transmitida de aves para humanos, resultando em doença e, às vezes, morte de seus portadores. Consequentemente, as autoridades de saúde de muitos países tomaram medidas para prevenir surtos desta doença viral, incluindo o abate sanitário de aves afetadas.

Nos últimos anos, alguns casos humanos de gripe aviária e mortes relacionadas foram relatados, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Os casos relatados foram causados pelo vírus H5N1. Em 2013, a transmissão direta de humano para humano do vírus H7N9 foi comprovada. Vários países da Ásia, Oriente Médio e África relataram casos humanos nos últimos cinco anos e vários países europeus relataram casos de gripe aviária em aves de criadouro. Em 2014, houve relatos de casos humanos de gripe aviária no Egito, na Indonésia, no Camboja, na China e no Vietnã, dentre outros países. Nas Américas, houve relatos de casos humanos de gripe aviária no Canadá e nos Estados Unidos. No início de 2015, novos casos de H5N1 e H5N2 relatados nos Estados Unidos resultaram em restrições às exportações dos EUA. Em 2016, novos surtos ocorreram em populações de aves no norte da Europa, incluindo França, Holanda, Suíça, Finlândia e Alemanha. Os países do Oriente Médio e da África também tiveram surtos em 2016. No início de 2017, o Chile, país vizinho ao Brasil, confirmou a ocorrência da gripe aviária. Em 2019, diversos países da Europa, Ásia e África, além do México, registraram casos de gripe aviária altamente patogênica em aves.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Apesar de o Brasil ainda não ter tido casos documentados de gripe aviária, há preocupação de que um surto desta doença possa ocorrer no País no futuro. Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar à necessidade de abater e descartar as aves da Companhia, o que resultaria na diminuição das vendas no setor avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação de aves e traria despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, qualquer surto de gripe aviária no Brasil provavelmente levaria a restrições imediatas na exportação de alguns dos produtos da Companhia para os principais mercados de exportação. Ações preventivas adotadas pelas autoridades brasileiras podem não ser eficazes para impedir a disseminação da gripe aviária no Brasil.

Ainda que não ocorra um surto de gripe aviária no Brasil, novos surtos de gripe aviária em qualquer lugar do mundo podem ter um impacto negativo no consumo de aves nos principais mercados de exportação da Companhia ou no Brasil, e um surto significativo afetaria negativamente os resultados de operações e condição financeira da Companhia. Qualquer surto poderia levar à imposição de controles preventivos dispendiosos sobre as importações de aves nos mercados de exportação. Assim, qualquer disseminação da gripe aviária, ou aumento das preocupações sobre esta doença, pode ter um efeito material e adverso sobre a Companhia.

Mudanças climáticas podem afetar negativamente o negócio da Companhia e o resultado de sua operação.

A Companhia leva em consideração os potenciais efeitos da mudança climática quando avalia e gerencia suas operações e cadeia de fornecimento, reconhecendo a vulnerabilidade dos recursos naturais e dos insumos agrícolas que são essenciais para seus negócios. Os principais riscos que foram identificados no que tange às mudanças climáticas estão relacionados a alterações na temperatura, mudanças na precipitação, incluindo seca, enchente e temporal e falta de água, que podem influenciar a produtividade agrícola, a qualidade e disponibilidade de pastagem para os animais, o bem-estar animal e a disponibilidade de energia e água.

Essas alterações poderiam impactar diretamente nos custos e resultados das operações da Companhia, elevando o preço das *commodities* agrícolas em função de longos períodos de estiagem ou de excesso de chuva, aumentando os gastos operacionais para garantir o bem-estar animal, bem como o risco de racionamento e o preço da energia elétrica. A Companhia pode não ser capaz de efetivamente implantar programas para reduzir a sua exposição às mudanças climáticas, o que pode afetar adversamente os seus negócios e resultados operacionais no futuro.

A Companhia também pode ser afetada por possíveis alterações regulatórias, como preço e taxação de carbono, e alteração na legislação que dispõe sobre autorizações quanto à gestão de emissões de gases de efeito estufa, nos níveis nacional e internacional. Quaisquer mudanças dessa natureza poderão elevar os custos da Companhia e afetar negativamente os resultados das suas operações.

Os negócios da Companhia dependem muito de energia elétrica, sendo a despesa com eletricidade um de seus maiores custos fixos. Os custos com energia elétrica têm sofrido uma variação histórica significativa ao longo do tempo, sendo que o seu aumento pode resultar em diminuição dos lucros da Companhia. Uma interrupção significativa no fornecimento de eletricidade ou um *blackout* em qualquer das instalações da Companhia pode interromper temporariamente a produção e entrega de produtos aos clientes e resultar em custos extras, afetando negativa e significativamente os resultados das operações da Companhia.

Atualmente, uma parcela significativa da capacidade instalada de geração de eletricidade no Brasil depende das usinas hidrelétricas. A produção hidrelétrica é vulnerável a diversos fatores, incluindo diferenças na precipitação. Não há garantia de que os esforços da Companhia para aumentar a eficiência energética e reduzir a demanda por eletricidade terão sucesso. Se o volume de água disponível para produção de energia diminuir muito durante estações de seca

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

ou em virtude de desvios para outros fins, como ocorrido nos últimos anos, as despesas da Companhia com eletricidade podem aumentar e os resultados das operações da Companhia poderão sofrer um impacto negativo significativo.

A escassez ou falta de água e qualquer descumprimento das regras e dos regulamentos aplicáveis relacionados ao uso e à gestão da água, poderão afetar de forma adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

No último século, o uso da água aumentou em âmbito global, duas vezes mais que o índice de crescimento da população, e cada vez mais regiões do mundo estão atingindo o limite em que os serviços de fornecimento de água podem ser realizados de maneira sustentável. De acordo com estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), até 2025, cerca de 1.800 milhões de pessoas estarão vivendo em países ou regiões com escassez hídrica absoluta (menos de 500 m³ por ano per capita), e dois terços da população mundial poderá estar sujeita a condições críticas (entre 500 e 1.000 m³ por ano per capita). A água é matéria-prima fundamental para os negócios da Companhia, sendo utilizada na produção de grãos, outros insumos agrícolas e no próprio processos produtivo da Companhia. O uso industrial da água também poderá afetar negativamente sua disponibilidade. Consequentemente, a escassez ou falta de água representa um risco crítico para os negócios da Companhia. A Companhia está ciente de que o uso industrial da água pode afetar a sua produtividade de forma adversa e significativa.

Os procedimentos que a Companhia desenvolve para reduzir o seu consumo de água, cumprir as regras e os regulamentos aplicáveis e minimizar o seu impacto sobre o meio ambiente e a comunidade podem falhar ou ser insuficientes. Ademais, as análises da Companhia de microbacias e macrobacias hidrográficas nas regiões onde a Companhia atua, as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos podem ser imprecisas para compreender o crescimento da demanda local por água. Além disso, a metodologia de avaliação de riscos da Companhia relacionados à água nas áreas em que possui operação pode não estimar com precisão o abastecimento de água ou antecipar os riscos relacionados à água e o aumento do uso industrial de água por meio de negócios que demandam o uso intensivo de água também pode afetar adversamente a disponibilidade e a qualidade contínua da água no Brasil. Todos esses fatores poderão afetar de forma adversa os negócios e resultados operacionais da Companhia.

k. às ações de emissão do emissor

Os detentores de ações de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar anualmente a seus acionistas, a título de dividendo obrigatório, pelo menos 25% de seu lucro líquido anual ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O resultado de determinado exercício pode, no entanto, ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, e não ser disponibilizado para distribuição aos acionistas, mesmo em caso de geração de lucro líquido em determinado exercício. A Companhia pode, ainda, não pagar quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que seu Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a sua situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos atuais detentores das ações de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em ofertas públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária destes no capital social da Companhia, bem como diminuir a cotação de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

Disposições do Estatuto Social da Companhia podem impedir esforços por parte de seus acionistas em alterar seu controle ou administração.

O Estatuto Social da Companhia contém disposições que podem desencorajar, retardar ou dificultar qualquer alteração no seu controle ou a destituição de seus administradores. Com algumas exceções, o Estatuto Social prevê que qualquer acionista que adquira ações representativas de 33,33% ou mais do capital social da Companhia deverá divulgar tal informação imediatamente por meio de protocolo na CVM e, no prazo de 30 dias a contar da data de aquisição, realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) da totalidade das ações por um preço unitário equivalente ao maior valor entre: (i) 140% da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 120 pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (ii) 140% da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 30 pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Essas disposições do Estatuto Social da Companhia podem atrasar, diferir ou prevenir uma operação ou uma mudança de controle que, de outra forma, poderia ser de interesse dos seus acionistas.

A relativa volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro podem afetar de forma negativa a liquidez e os preços de mercado das ações da Companhia e limitar a capacidade de seus acionistas em alienar as ações por eles detidas pelo preço e na ocasião que desejarem.

Os mercados de valores mobiliários brasileiros, inclusive a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") são substancialmente menores, menos líquidos e mais voláteis que a maioria dos mercados de valores mobiliários dos Estados Unidos. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são também caracterizados por alta concentração de ações.

As dez maiores companhias em termos de capitalização de mercado responderam por aproximadamente 48% do valor total de capitalização de mercado da B3 aferido em 31 de dezembro de 2019. Além disso, as dez ações mais negociadas em termos de volume negociado representaram aproximadamente 30% de todas as ações negociadas na B3 em 2019.

Estas características de mercado podem afetar a cotação das ações da Companhia e limitar de forma relevante a capacidade dos detentores de ações de alienar seus títulos ao preço e dentro do prazo desejado e, como resultado, impactar de forma negativa os valores de mercado de tais valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente em mercados emergentes, podem afetar negativamente a cotação das Ações da Companhia.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado em graus variados pelas condições de mercado em outros países emergentes. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos desenvolvimentos em um determinado país pode causar flutuação nos mercados de capitais de outros países. Acontecimentos ou condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram, por vezes, em saídas significativas de fundos e quedas na quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil. Além disso, crises econômicas e políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar significativamente a percepção do risco inerente ao investimento na região, incluindo o Brasil.

A economia brasileira, bem como o mercado de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras são também afetados, em graus variados, por condições econômicas e do mercado internacional em geral, especialmente as condições econômicas e de mercado dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, têm se mostrado historicamente sensíveis às variações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações dos principais índices de preços de ações nesse país.

Acontecimentos em outros países e mercados de valores mobiliários podem afetar de forma adversa os preços das ações e dos ADRs da Companhia e podem dificultar seu acesso futuro ao mercado de capitais em condições aceitáveis ou em quaisquer condições.

I. a questões macroeconômicas, políticas e conjunturais

As condições econômicas, política e outras do Brasil e as ações e políticas do governo brasileiro em respostas a essas condições poderão afetar negativamente os negócios, resultados operacionais da Companhia e, portanto, o preço de seus valores mobiliários.

A economia brasileira tem sido historicamente caracterizada por intervenções do governo brasileiro e ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem mudado frequentemente as políticas monetárias, de controle de preços, tributação, crédito, tarifas e outras políticas para influenciar o curso da economia brasileira. A capacidade futura da Companhia de realizar negócios nos mercados internacionais pode ser prejudicada por fatores que estão além do seu controle, tais como:

- Flutuações nas taxas de juros e câmbio;
- Expansão ou contração da economia brasileira;
- Mudanças nas políticas fiscais ou monetárias;
- Flutuações no preço das *commodities*;
- Deterioração das condições políticas e econômicas internacionais;
- Riscos políticos, como turbulências, políticas públicas, dificuldades de transferência de capital e instabilidade política;
- Redução de demanda, particularmente em mercados relevantes;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- Imposição de tarifas mais altas, encargos *antidumping* ou outras barreiras comerciais;
- Greves ou outros eventos que afetam portos ou outros meios de transporte;
- Observância de diferentes regimes jurídicos e marcos regulatórios estrangeiros;
- Greves, não só dos empregados da Companhia, mas também de empregados portuários, caminhoneiros, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros agentes públicos nos portos brasileiros a partir dos quais a Companhia exporta os seus produtos;
- Adulterações que afetem os produtos da Companhia;
- Mudanças na regulamentação relativa à segurança dos alimentos; e
- Outros acontecimentos econômicos, políticos, diplomáticos e sociais no Brasil ou que afetem o Brasil, inclusive com relação à suposta conduta antiética ou ilegal do governo brasileiro e seus legisladores, que estão atualmente sob investigação.

Após dois anos de resultados negativos, o PIB do Brasil cresceu 1,0% em 2017, 1,1% em 2018 e novamente de 1,1% em 2019. A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 2,95% em 2017, para 3,75% em 2018 e para 4,31% em 2019. As taxas de juros foram alteradas de 7,00% a.a. em 2017, para 6,5% a.a. em 2018, e para 4,5% a.a. em 2019. O desemprego teve uma ligeira melhora de 12,7% em 2017, para 12,3% em 2018 e para 11,9% em 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio publicada pelo IBGE. No entanto, a expectativa para o ano de 2020 é de agravamento de todos estes números em virtude dos impactos sofridos na economia brasileira e global, em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19.

Além disso, várias investigações em andamento sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Procuradoria Geral, incluindo a maior dessas investigações, conhecida como "Operação Lava Jato", têm impactado, de forma indireta, negativamente a economia brasileira e o ambiente político.

Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do Congresso e do Poder Executivo, e executivos de alta patente de grandes corporações e empresas estatais no Brasil foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, firmaram acordos judiciais com procuradores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos como resultado dessas investigações da Operação Lava Jato. Supõe-se que estes indivíduos tenham aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção. Os lucros dessas propinas, que não foram divulgados publicamente, supostamente financiaram as campanhas políticas de partidos políticos que formaram a coalizão do governo anterior, liderada pela ex-presidente Dilma Rousseff. Esses fundos também foram supostamente usados para o enriquecimento pessoal de certos indivíduos. Os efeitos da Operação Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas que foram implicadas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e de mercado de capitais brasileiro. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo surgirão no futuro.

Em meio a esse cenário de incerteza política, em agosto de 2016, o Senado aprovou a destituição da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, após um processo de impeachment por infração às leis orçamentárias. Michel Temer, o ex-vice-presidente, que assumiu a presidência do Brasil após a saída de Dilma, também esteve sob investigação sobre alegações de corrupção. Além disso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a cumprir uma sentença de 12 anos de prisão por acusações de corrupção e lavagem de dinheiro em abril de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

2018 até ser liberado em 08 de novembro de 2019, em razão de decisão do Supremo Tribunal Federal que determinou que nenhum réu poderá ser preso antes do trânsito em julgado do seu processo.

O novo presidente brasileiro, ex-membro do congresso, militar e congressista de três décadas, foi eleito em 28 de outubro de 2018 e assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2019. Durante sua campanha presidencial, o novo presidente brasileiro teria evocado a privatização de empresas estatais, a liberalização econômica e as reformas previdenciária e tributária. No entanto, não há garantia de que o novo presidente brasileiro será bem-sucedido na execução de suas promessas de campanha ou na aprovação de certas reformas favoráveis de maneira integral ou totalmente, particularmente ao enfrentar um congresso fragmentado. Além disso, o atual ministro da economia propôs, durante a campanha presidencial, a revogação da isenção do imposto de renda para o pagamento de dividendos, o que, se promulgado, aumentaria as despesas tributárias associadas a qualquer dividendo ou distribuição por empresas brasileiras. Isso poderia impactar a capacidade da Companhia de receber dividendos futuros ou distribuições líquidas de impostos de subsidiárias e, também, a capacidade de distribuir dividendos aos acionistas da Companhia, livres de quaisquer impostos. Ademais, o novo presidente brasileiro foi uma figura polarizadora durante sua campanha pela presidência, particularmente em relação a algumas de suas visões sociais, e a Companhia não pode prever as maneiras pelas quais um eleitorado dividido pode continuar a afetar sua presidência e a capacidade de implementar políticas e reformas, o que poderiam ter um impacto negativo nos negócios da Companhia e no preço das suas ações.

Em novembro de 2019, o governo brasileiro aprovou uma reforma do sistema previdenciário após quase nove meses de negociações com o Congresso. Além disso, o governo federal deve propor os termos gerais de uma reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto para 2020, mas é incerto se o governo será capaz de reunir o apoio necessário do Congresso para passar as referidas reformas. Na data deste relatório anual, muitos dos gastos públicos propostos no orçamento do Brasil foram mantidos e não está claro se outras despesas serão reduzidas ou totalmente eliminadas. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas, o Brasil continuará a administrar um déficit orçamentário em 2020 e em diversos anos daqui para frente. A Companhia não tem como prever os efeitos desse déficit orçamentário na economia brasileira. A instabilidade política e econômica em 2019 afetou negativamente a confiança do consumidor no Brasil. O Índice de Preços ao Consumidor publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV apresentou queda de 1,4 ponto percentual, passando de 93 pontos em 2018 para 91,6 em 2019.

A Companhia não pode prever quais políticas o governo federal brasileiro poderá adotar ou alterar, bem como o efeito que tais políticas possam vir a ter sobre os negócios da Companhia ou sobre a economia brasileira. Quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um impacto adverso relevante nos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

O agravamento das condições políticas e econômicas no Brasil podem aumentar os custos da produção e da cadeia de suprimentos e afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia. A incerteza quanto ao governo brasileiro, referente à implementação de mudanças nas políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores no futuro, pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade da produção da Companhia.

A deterioração das condições econômicas e políticas gerais pode impactar negativamente negócios.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade dos mercados nos quais a Companhia opera e contribuir para perdas líquidas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Desacelerações econômicas globais e a instabilidade relacionada no sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. Desacelerações econômicas globais reduzem a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuidade e a expansão das operações comerciais da Companhia em todo o mundo. Embora o Brasil exporte uma gama diversificada de produtos a diversos países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de quaisquer dos principais parceiros comerciais do Brasil, como a União Europeia, a China ou os Estados Unidos, poderia ter um impacto adverso e relevante sobre as exportações e a balança comercial do Brasil, prejudicando o crescimento econômico brasileiro.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente algumas vezes produz um efeito de "contágio", onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia.

Incertezas quanto à implantação pelo governo brasileiro de mudanças significativas nas políticas públicas no futuro podem contribuir para incertezas econômicas no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Consequentemente, o mercado financeiro brasileiro pode apresentar alta volatilidade no curto prazo, prejudicando a recuperação econômica no longo prazo. Assim, melhorias no mercado de trabalho e no aumento da renda podem sofrer limitações, o que pode prejudicar os negócios e resultado financeiro da Companhia.

Além disso, em 23 de junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo sobre a continuidade da participação do Reino Unido na União Europeia, cujo resultado foi a favor da saída do Reino Unido da União Europeia ("Brexit"). O Reino Unido deveria ter saído da União Europeia em 29 de março de 2019. Entretanto, em 21 de março de 2019, a União Europeia e o Reino Unido concordaram em prorrogar o prazo do Brexit. A União Europeia e o Reino Unido concordaram em prorrogar ainda mais o prazo do Brexit para 10 de abril de 2019. Em janeiro de 2020, o Reino Unido anunciou finalmente sua saída oficial da União Europeia e sua entrada em um período de transição. O Brexit causou, e pode continuar causando, incerteza política e econômica, incluindo volatilidade significativa nos mercados de ações internacionais e nas taxas de câmbio.

Os efeitos do Brexit dependerão de diversos fatores, inclusive *hard* Brexit de quaisquer acordos comerciais que o Reino Unido faça para manter o acesso aos mercados da União Europeia. O Brexit pode causar incerteza jurídica e possíveis divergências em leis e regulamentos nacionais até que o Reino Unido defina quais leis da União Europeia serão substituídas ou replicadas. Se nenhum acordo comercial for alcançado, poderá haver aumento de custos resultantes da re-imposição de tarifas sobre o comércio entre o Reino Unido e a União Europeia, atrasos no envio de produtos pela necessidade de inspeção e procedimentos alfandegários e escassez temporária de alguns produtos. Além disso, o comércio e investimentos entre o Reino Unido, a União Europeia, o Brasil e outros países serão afetados pelo fato de o Reino Unido atualmente operar com base nos acordos fiscais da União Europeia. O Reino Unido terá que negociar seus próprios tratados fiscais e comerciais com os outros países, o que pode levar anos para ser concluído. O potencial impacto do Brexit na nossa participação de mercado, vendas, rentabilidade e resultados operacionais não está claro. Dependendo dos termos do Brexit, as condições econômicas no Reino Unido, na União Europeia e nos mercados globais podem ser negativamente afetadas pela redução do crescimento e volatilidade. A incerteza antes, durante e após o período de negociação também poderia ter um impacto econômico negativo e aumentar a volatilidade nos mercados, particularmente na Zona do Euro.

Por fim, a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo e da estabilidade política no Brasil, em virtude dos impactos sofridos em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19 pode impactar negativamente os negócios da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Risco de deterioração das condições econômicas gerais

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir para perdas líquidas.

A desaceleração econômica global e a instabilidade relacionada ao sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. A recessão econômica global reduze a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de negócios em todo o mundo. Enquanto o Brasil exporta um pacote diversificado de produtos, para diversos países, um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como Oriente Médio, China ou Japão, poderia ter impacto material adverso sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente algumas vezes produz um efeito de "contágio", onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas na política pública no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Consequentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

Riscos relacionados à inflação e às medidas governamentais tomadas para controlá-la

O Brasil experimentou altas taxas de inflação no passado. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação ao consumidor no Brasil foram 6,4% em 2014, 10,7% em 2015 e 6,3% em 2016, enquanto as pressões de queda levaram a taxas correspondentes a 2,95% em 2017, 3,75% em 2018 e 4,31% em 2019.

Não há garantias de que as taxas de inflação não aumentarão em breve. Períodos de inflação mais alta retardam a taxa de crescimento da economia brasileira, o que pode levar a um menor crescimento no consumo de produtos alimentícios. A alta inflação também pressiona os custos industriais de produção e despesas, o que pode forçar as empresas a buscar soluções inovadoras para manterem sua competitividade no mercado. A Companhia pode não ser capaz de repassar qualquer aumento de custos para seus clientes e, desta forma, como resultado, poderá afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira. Além disso, a alta da inflação geralmente leva a taxas de juros internas mais altas, o que resulta em aumentos nos custos de manutenção da dívida da Companhia. Ademais, a inflação e seu efeito sobre as taxas de juros domésticas podem levar à redução da liquidez nos mercados de capital doméstico e de empréstimos, o que pode afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento e afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os preços de mercado das ações ordinárias e ADRs da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Riscos de Crédito, Liquidez e de Mercado que podem afetar os negócios da Companhia

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de crédito, liquidez e de mercado:

i. Riscos de Crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito relacionado aos ativos financeiros que detém: contas a receber de clientes, títulos e outras contas a receber, aplicações financeiras, contratos de derivativos, caixa e equivalentes de caixa.

a. Contas a receber

A Companhia possui exposição ao risco de crédito relacionado com as contas a receber de clientes. No curso de suas operações a Companhia recebe parte significativa de suas receitas de clientes que adquirem seus produtos. A incapacidade de tais cliente em honrar suas obrigações pode afetar o resultado da Companhia de forma adversa. A deterioração no crédito desses clientes ou caso estes busquem proteção contra a falência, pode reduzir ou anular a capacidade de a Companhia recuperar tais créditos, impactando o resultado da Companhia de forma adversa.

A tabela abaixo resume as contas e títulos a receber (valores em R$ mil):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Contas a receber de clientes				
Terceiros no país	1.333.344	1.098.173	1.336.762	1.098.750
Partes relacionadas no país	800	233	-	-
Terceiros no exterior	457.413	368.949	2.215.050	1.973.981
Partes relacionadas no exterior	4.779.202	4.270.689	-	59.284
	6.570.759	5.738.044	3.551.812	3.132.015
(-) Ajuste a valor presente	(8.522)	(7.768)	(10.121)	(10.276)
(-) Perdas de crédito esperadas	(457.505)	(441.448)	(503.848)	(508.848)
	6.104.732	5.288.828	3.037.843	2.612.891
Circulante	6.097.935	5.280.864	3.031.046	2.604.928
Não circulante	6.797	7.964	6.797	7.963
Outros recebíveis	150.156	230.544	153.799	235.376
(-) Ajuste a valor presente	(1.936)	(344)	(1.936)	(344)
(-) Perdas de crédito esperadas	(27.986)	(30.960)	(27.986)	(30.960)
	120.234	199.240	123.877	204.072
Circulante	56.002	110.281	59.645	115.113
Não circulante (1)	64.232	88.959	64.232	88.959

(1) Prazo médio ponderado de vencimento é de 2,72 anos.

A cessão de créditos ao FIDC BRF, conforme apresentado na Nota Explicativa 6 das Demonstrações Financeiras de 2019, ocasionou uma redução significativa no montante de contas a receber de terceiros pela Companhia no País. Em 31 de dezembro de 2019, o montante em aberto e transferido ao Fundo era de R$730.251 mil.

Parte do saldo de partes relacionadas no exterior, na controladora, está vinculado a operação Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Em 31 de dezembro de 2019, os títulos a receber foram representados principalmente pelos recebíveis da venda de granjas e diversos imóveis, no valor de R$109.419 mil.

As informações do contas a receber envolvendo partes relacionadas com a controladora estão divulgadas na Nota Explicativa 31 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As movimentações das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir (valores em R$ mil)**:**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Saldo no início do exercício	(441.448)	(407.478)	(508.848)	(467.555)
Adoção Inicial IFRS 9	-	(2.644)	-	(12.612)
Incorporação de empresas	-	(114)	-	-
Transferência - mantidos para venda	-	-	-	8.991
Provisão	(21.336)	(25.327)	(23.899)	(46.357)
Baixas	18.859	38.493	44.039	49.445
Variação cambial	(13.580)	(44.378)	(15.140)	(40.760)
Saldo no final do exercício	(457.505)	(441.448)	(503.848)	(508.848)

A composição das contas a receber por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Valores a vencer	6.028.415	5.252.593	2.820.308	2.451.597
Vencidos				
01 a 60 dias	29.232	27.115	143.303	133.002
61 a 90 dias	5.549	4.506	19.409	25.435
91 a 120 dias	1.568	4.626	3.723	10.575
121 a 180 dias	876	12.791	3.934	27.029
181 a 360 dias	5.166	17.143	20.748	36.783
Acima de 360 dias	499.953	419.270	540.387	447.594
(-) Ajuste a valor presente	(8.522)	(7.768)	(10.121)	(10.276)
(-) Perdas de crédito esperadas	(457.505)	(441.448)	(503.848)	(508.848)
	6.104.732	5.288.828	3.037.843	2.612.891

b. Crédito de Contrapartes

A Companhia possui exposição ao risco de crédito das contrapartes com as quais realiza operações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha aplicações financeiras acima de R$100.000 mil nas seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco BIC, Banco BNP Paribas, Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Santander, Citibank, HSBC e J.P. Morgan Chase Bank.

Também detinha contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco, Banco Itaú, Banco Santander, Banco Votorantim, Bank of America Merrill Lynch, Citibank, Deutsche Bank, ING Bank, Morgan Stanley e Rabobank.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Perturbações na economia global ou local, má gestão e fraudes podem afetar a capacidade de uma instituição financeira de honrar com suas obrigações. No caso de um evento de crédito de uma contraparte, a Companhia pode levar muito tempo para recuperar o seu caixa investido ou mesmo não o recuperar.

ii. Risco de Liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez à medida que necessita de caixa ou outros ativos financeiros para liquidar suas obrigações nos devidos prazos.

A Companhia tem um endividamento substancial e sua alavancagem pode afetar negativamente sua capacidade de refinanciar dívidas e o crescimento do seu negócio. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento consolidado de longo prazo representava 82,5% (78,7% em 31 de dezembro de 2018) do endividamento financeiro bruto com prazo médio de liquidação superior a três anos. Também em 31 de dezembro de 2019, a dívida total consolidada da Companhia (composta por dívidas de curto prazo e de longo prazo) totalizou R$18.620.279 mil.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia (valores em R$ mil):

								Consolidado 31.12.19
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	8.212.795	9.766.282	3.284.296	2.230.020	518.647	1.365.454	391.036	1.976.829
Bonds	10.407.484	13.392.884	430.835	455.397	2.354.479	1.756.083	2.371.831	6.024.259
Fornecedores	5.796.766	5.846.035	5.833.689	6.897	2.854	2.595	-	-
Fornecedores risco sacado	842.037	853.995	853.995	-	-	-	-	-
Arrendamento a pagar	2.430.656	3.192.956	562.890	498.763	449.538	396.849	344.987	939.929
Passivos financeiros derivativos								
Designados como hedge de fluxo de caixa								
Derivativos cambiais (NDF)	8.507	8.262	8.262	-	-	-	-	-
Derivativos commodities - Milho (NDF)	42.920	42.920	42.917	3	-	-	-	-
Derivativos commodities - Farelo de Soja (NDF)	1.275	1.275	1.275	-	-	-	-	-
Derivativos commodities - Óleo de Soja (Opções)	6	(216)	(216)	-	-	-	-	-
Derivativos commodities - Grão de Soja (NDF)	3.056	3.056	3.056	-	-	-	-	-
Derivativos cambiais (Opções)	64.910	(131.009)	(131.009)	-	-	-	-	-
Derivativos commodities - Milho (Opções)	53	(73)	(73)	-	-	-	-	-
Derivativos commodities - Farelo de Soja (Opções)	999	(1.132)	(1.132)	-	-	-	-	-
Derivativos commodities (Futuro)	520	520	520	-	-	-	-	-
Não designados como hedge de fluxo de caixa								
Derivativos cambiais (NDF)	23.803	28.252	28.252	-	-	-	-	-
Derivativos cambiais (Futuro)	4.854	4.854	4.854	-	-	-	-	-
Derivativos cambiais (Opções)	2.712	(1.879)	(1.879)	-	-	-	-	-

O endividamento substancial da Companhia pode ter consequências importantes, incluindo:

- Exigir que uma parcela substancial de seu fluxo de caixa operacional seja utilizada para o pagamento do principal e dos juros de dívida, reduzindo os recursos disponíveis para as operações ou outras necessidades de capital da Companhia;

- Limitar a flexibilidade de planejamento da Companhia ou sua reação a mudanças em seus negócios e na indústria em que atua, pois, o seu fluxo de caixa disponível, após o pagamento do principal e juros de dívida, pode não ser suficiente para formar o capital e pagar outras despesas necessárias para a realização dessas mudanças;

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

- Aumentar a vulnerabilidade da Companhia às condições adversas da economia e do setor, pois durante os períodos em que as receitas e fluxos de caixa são mais baixos, poderia ser necessário utilizar uma quantidade proporcionalmente maior do seu fluxo de caixa para o pagamento do principal e juros de dívida;

- Limitar sua capacidade de obtenção de financiamento adicional no futuro para capital de giro, investimentos (CAPEX), aquisições e necessidades gerais da Companhia;

- Aumentar seus gastos devido à depreciação do real, o que pode levar a um aumento da quantidade de capital necessário para o serviço da dívida denominada em dólares norte-americanos;

- Dificultar o refinanciamento da dívida da Companhia ou o refinanciamento dessa dívida em termos favoráveis, inclusive com relação a recebíveis de securitizações existentes;

- Colocar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos concorrentes, que são relativamente menos alavancados e que podem estar mais bem posicionados para suportar as crises econômicas;

- Expor seus empréstimos atuais e futuros a taxas de juros flutuantes e aumentos nas taxas de juros.

Considerando as atuais métricas de crédito da Companhia e de acordo com as políticas e diretrizes das agências de risco para a avaliação da credibilidade financeira de companhias, o *rating* de crédito da Companhia, em 2019, estava abaixo do "grau de investimento", de acordo com as três agências de risco que avaliam a Companhia.

Além disso, a Companhia tem uma dívida substancial a vencer nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía dívidas no valor de (i) R$3.132.028 mil com vencimento em 2020; (ii) R$1.906.989 mil com vencimento em 2021; (iii) R$2.123.475 mil com vencimento em 2022; (iv) R$2.421.966 mil com vencimento em 2023; e (v) R$9.035.821 mil com vencimento a partir de 2024.

Uma parcela substancial da dívida da Companhia é denominada em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos , em moeda estrangeira, no valor equivalente a R$11.006.524 mil em moeda estrangeira, incluindo R$296.849 mil em dívida de curto prazo. A dívida em dólares norte-americanos da Companhia deve ser paga com recursos resultantes de vendas realizadas por suas subsidiárias, sendo que parte dessas vendas não é denominada em dólares norte-americanos.

Consequentemente, quando a Companhia não gera receitas suficientes em dólares norte-americanos para cobrir esse serviço da dívida, ela pode ter que usar receitas geradas em Reais ou outras moedas para o pagamento de sua dívida em dólar norte-americano. A depreciação do real ou de qualquer uma das moedas dos países em que a Companhia atua, em relação ao dólar norte-americanos, pode afetar de forma adversa a capacidade de pagamento da dívida da Companhia. Os contratos de hedge em moeda estrangeira podem não ser suficientes para cobrir esses riscos cambiais.

Qualquer incerteza futura nos mercados de ações e de crédito também pode afetar de forma negativa a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos adicionais de curto prazo e de longo prazo, o que poderia causar um impacto adverso em sua liquidez e situação financeira. Se, nos próximos anos:

- as pressões sobre o crédito retornarem em função de perturbações nos mercados globais de ações e de crédito;

- os resultados operacionais da Companhia piorarem significativamente;

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

- a Companhia não for capaz de concluir quaisquer alienações necessárias de ativos não essenciais e o seu fluxo de caixa ou recursos de capital forem insuficientes; ou

- a Companhia não for capaz de refinanciar qualquer uma de suas dívidas no vencimento;

a Companhia pode enfrentar problemas de liquidez e não conseguir pagar sua dívida em aberto no vencimento, o que poderia ter um efeito material adverso sobre seus negócios e situação financeira.

Os instrumentos que regem o endividamento consolidado da Companhia impõem restrições significativas sobre ela. Essas restrições podem limitar, direta ou indiretamente, a capacidade da Companhia de, entre outros:

- tomar empréstimos;

- fazer investimentos;

- vender ativos, incluindo ações de suas subsidiárias;

- celebrar acordos que restrinjam a distribuição de dividendos ou outras distribuições de certas subsidiárias;

- garantir dívidas;

- celebrar transações com coligadas;

- criar ou assumir garantias reais; e

- participar de incorporações e fusões.

A violação de qualquer uma das obrigações da Companhia pode resultar em inadimplemento nos termos de outras obrigações de dívida existentes. Após a ocorrência de tal evento de inadimplemento, todos os valores em aberto no âmbito dos instrumentos de dívida aplicáveis e da dívida contraída segundo outros instrumentos de dívida que contenham cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross–default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross–acceleration*), juntamente com juros acumulados e não pagos, se houver, poderão se tornar, ou serem declaradas, imediatamente exigíveis. No caso de pagamento antecipado dessas dívidas, a Companhia pode não ter recursos suficientes para amortizá–los na íntegra. Além disso, com relação à obtenção de novos financiamentos ou alteração dos atuais contratos de financiamento, a flexibilidade financeira e operacional de suas subsidiárias pode ser ainda mais reduzida em virtude da imposição de obrigações ainda mais restritivas, exigências de mais garantias e outros termos.

iii. Riscos de taxa de juros

O Banco Central usa as taxas de juros para tentar manter a inflação sob controle ou estimular a economia. Caso as taxas de juros diminuam, espera-se que haverá maior acesso ao crédito e, assim, o consumo de bens aumentará. Este aumento na demanda pode, por sua vez, resultar em um aumento da inflação. Por outro lado, se as taxas de juros aumentarem, os custos dos empréstimos se elevarão, o que poderá inibir o consumo e os investimentos adicionais. Outra consequência do aumento das taxas de juros é que há um maior retorno de pagamento em relação aos títulos do governo, o que pode afetar outros investimentos, tornando-os menos atraentes. Desta forma, poderá haver um investimento adicional na dívida pública, que absorverá o dinheiro que poderia financiar o setor privado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Para a Companhia, o risco de taxas de juros pode resultar em perdas econômicas decorrentes de alterações nas taxas de juros que afetem seus ativos e passivos.

A Política de Riscos da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

O endividamento está atrelado, essencialmente, às taxas *London Interbank Offered Rate* ("*LIBOR*"), cupom fixo, Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Na ocorrência de alterações adversas no mercado que resultem na elevação da *LIBOR,* CDI e IPCA, o custo do endividamento pós-fixado se eleva e, por outro lado, o custo do endividamento pré-fixado é reduzido em termos relativos.

Quanto às aplicações financeiras, a Companhia mantém predominantemente suas operações no mercado interno pós-fixadas ao CDI e no mercado externo pré-fixadas em moeda dólar norte-americano ("USD").

Em 31 de dezembro de 2019 o total do endividamento da Companhia era de R$18.620.279 mil, sendo que 40,9% deste endividamentoera (i) denominado (ou permutado) em Reais e possuía juros baseados em taxas de juros flutuantes brasileiras, como a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a taxa de juros utilizada nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") com a Companhia ou em CDI, taxa interbancária de certificados de depósito que se aplica aos contratos de *swaps* de moeda estrangeira e alguns de outros endividamentos da Companhia denominados em Reais; ou (ii) denominado em USD e com juros flutuantes baseados na LIBOR.

Qualquer aumento nas taxas de CDI, TJLP ou LIBOR poderá ter um impacto adverso nas despesas financeiras e nos resultados operacionais da Companhia.

iv. Riscos cambiais

Periodicamente, há flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar norte-americano e outras moedas. O real em relação ao dólar norte-americano depreciou 13,4% e 47,0% em 2014 e 2015, respectivamente, valorizou 16,5% em 2016, mas uma desvalorização nos anos seguintes, registrando depreciação de 1,5%, 17,1% e 4,1% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

A apreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode levar a uma amortização do crescimento impulsionado pelas exportações. Os custos de produção da Companhia são em Reais, mas as vendas internacionais são, em grande parte, em dólares norte-americanos. As receitas da Companhia geradas pelas exportações são reduzidas quando convertidas para Reais nos períodos em que o real se valoriza em relação ao dólar norte-americano. Qualquer valorização poderia reduzir a competitividade das exportações e afetar adversamente as vendas líquidas e os fluxos de caixa das exportações da Companhia. Por outro lado, uma desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode levar a maiores exportações e receitas, porém os custos também podem ser maiores para a Companhia.

Os custos também são diretamente impactados pelas taxas de câmbio. Qualquer depreciação do real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, aumentando o preço dos produtos importados e exigindo políticas governamentais deflacionárias. Além disso, os preços do farelo de soja e da soja em grão, que são ingredientes importantes para a ração animal utilizada pela Companhia, estão intimamente ligados à variação do dólar norte-americano, e muitos dos nutrientes minerais adicionados à matéria-prima da Companhia devem ser comprados em dólares norte-americanos. O preço do milho, outro ingrediente importante para nossa matéria-prima, também é influenciado pela variação do dólar norte-americano, mas em menor grau. Além de ingredientes de matérias-primas, adquirimos carcaças de salsicha, ovos de matrizes, embalagens e outras matérias-primas, bem como equipamentos para uso das

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

instalações de produção, de fornecedores localizados fora do Brasil que devem ser pagos em dólares norte-americanos ou em outras moedas estrangeiras. Quando o real se desvaloriza em relação ao dólar norte-americano, o custo em Reais das matérias-primas e equipamentos vinculados ao dólar norte-americano aumenta, e esses aumentos podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia. As políticas e procedimentos atualmente estabelecidos pela Companhia para gerenciar sua sensibilidade a referidos riscos, podem não cobrir adequadamente sua receita e a exposição aos custos das taxas de câmbio.

A Companhia teve um endividamento total em moeda estrangeira em um valor agregado de R$11.006.524 mil em 31 de dezembro de 2019, representando 59,1% de nosso endividamento total consolidado naquela data. Uma desvalorização significativa do real em relação ao dólar norte-americano ou outras moedas aumentará a quantidade de Reais que precisaríamos para atender às exigências de serviço da dívida de nossas obrigações denominadas em moeda estrangeira.

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio de moeda estrangeira que possam ocasionar em perdas não esperadas para a Companhia e à redução dos ativos e receitas, bem como ao aumento dos passivos e custos. A variabilidade da taxa cambial pode ainda ser potencializada em momentos adversos como o da atual pandemia do COVID-19. A exposição da Companhia é administrada em duas dimensões: exposição de balanço e exposição de resultado operacional.

a. Exposição de Balanço Patrimonial

O risco provém da exposição contábil de balanço patrimonial das entidades que compõem o balanço consolidado da Companhia aos saldos ativos e passivos indexados em moeda diferente da moeda funcional das respectivas entidades.

Dentre as variações de moedas mais relevantes que podem impactar as demonstrações financeiras da Companhia, destacam-se: Dinar do Kuwait, Dirham dos Emirados Árabes Unidos, Dólar Norte-Americano, Euro, Iene, Lira Turca, Rial da Arábia Saudita, Rial do Qatar, Rublo, Baht Tailandês, Libra Esterlina, Peso Argentino, sendo que as três últimas perderam relevância em 2019, devido a descontinuação das operações na Argentina, Europa e Tailândia.

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e que impactam o resultado da Companhia são demonstrados a seguir, de forma sumarizada em Reais (mil):

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Caixa e equivalentes de caixa	329.630	127.266
Contas a receber de clientes	32.353	65.820
Fornecedores	(2.057.053)	(861.341)
Empréstimos e financiamentos	(7.862.992)	(7.347.953)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	1.734.517	5.209.168
Investimentos líquidos	7.424.196	2.571.870
Outros ativos e passivos líquidos	146	376
Exposição em resultado	(399.203)	(234.794)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A exposição líquida em resultado é composta, principalmente, pelas seguintes moedas:

Exposição cambial líquida	31.12.19	31.12.18
Pesos Argentinos (ARS)	(13.236)	186.538
Euros (EUR)	23.624	(389.412)
Libras Esterlinas (GBP)	6.949	(71.314)
Ienes (JPY)	(17.285)	4.041
Rublos (RUB)	2.780	91.720
Liras Turcas (TRY)	(418.576)	(348.639)
Dólares dos EUA (USD)	16.541	292.272
Total	(399.203)	(234.794)

A Companhia possui investimentos no exterior em moedas funcionais diferentes do Real, o que gera uma exposição cambial que afeta diretamente o patrimônio líquido da Companhia, na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

Em 01.08.19, a Companhia passou a utilizar a contabilidade de *hedge* de investimento líquido para reduzir esta exposição. Os instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting* de investimento líquido em 31.12.19 estão demonstrados na tabela abaixo:

Hedge de investimento líquido - Instrumentos não derivativos	Proteção (investimento)	Ativo	Passivo	Vencimento	*Notional*	Taxa	31.12.19 Valor justo (1)
Controladora e Consolidado							
Bond - BRF SA BRFSBZ4	Federal Foods LLC	-	USD	3º Tri. 2026	USD 77.018	3,7649	(20.467)
Bond - BRF SA BRFSBZ4	BRF Al Yasra Food	-	USD	3º Tri. 2026	USD 107.918	3,7649	(29.126)
Bond - BRF SA BRFSBZ4	Al Khan Foodstuff LLC	-	USD	3º Tri. 2026	USD 65.064	3,7649	(17.225)
							(66.818)

(1) Corresponde à parcela efetiva do resultado do *hedge* acumulada na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

b. Exposição de Resultado Operacional

A Companhia possui receitas e custos operacionais indexados diretamente e indiretamente a diferentes moedas estrangeiras. Desta forma, variações nas cotações destas moedas podem impactar de forma significativa os resultados operacionais da Companhia.

Entende-se por exposição direta à moeda estrangeira, as receitas e custos originados em tais moedas, ou seja, a formação do preço é originalmente precificada pela taxa de câmbio de tais moedas de forma líquida. A exposição indireta refere-se aos montantes financeiros denominados em Reais com influência indireta da taxa de câmbio na definição do preço.

A Companhia possui modelos internos para mensuração e acompanhamento destes riscos e contrata instrumentos financeiros para proteção, designando as relações como hedge accounting de fluxo de caixa, conforme exposto nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (nota 25.4.b.ii)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional		Taxa média	31.12.19 Valor justo
Controladora e Consolidado								
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2020	USD	218.000	4,1141	19.009
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2020	USD	27.000	4,1032	1.631
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2020	USD	22.000	4,1485	1.893
Non-deliverable forward	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2020	USD	9.000	4,1090	308
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	1º Tri. 2020	USD	343.000	4,0711	9.114
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	2º Tri. 2020	USD	326.000	4,0775	8.987
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	3º Tri. 2020	USD	242.000	4,1973	22.299
Collar	Exportações em USD	BRL	USD	4º Tri. 2020	USD	154.000	4,2046	12.923
								76.164

Hedge de fluxo de caixa - Instrumentos não derivativos	Proteção	Ativo	Passivo	Vencimento	Notional		Taxa média	31.12.19 Valor justo (1)
Controladora e Consolidado								
Bond BRF SA BRFSBZ5	Exportações em USD	-	USD	2º Tri. 2022	USD	109.312	2,0213	(278.077)
Bond BRF SA BRFSBZ3	Exportações em USD	-	USD	2º Tri. 2023	USD	150.000	2,0387	(298.800)
								(576.877)

v. Riscos de preços de commodities

No curso normal de seus negócios, a Companhia compra *commodities*, principalmente milho, grão, farelo e óleo de soja, componentes individuais dos custos de produção.

Os preços do milho e do farelo, grão e óleo de soja estão sujeitos à volatilidade resultante das condições climáticas, rendimento de safra, custos com transporte e armazenagem, política agrícola do governo, taxas de câmbio e dos preços destas *commodities* no mercado internacional, entre outros fatores.

O custo de produção da Companhia é dependente do preço e da oferta de milho, grão de soja, farelo de soja, carne suína e outras matérias–primas, assim como o preço de venda de suas aves, suínos e carne. Todos esses preços são determinados pelas forças de oferta e demanda, que podem flutuar significativamente devido a fatores sob os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle. Esses outros fatores incluem variação na produção local ou global de suínos, aves e gado, leis ambientais e de preservação, condições econômicas e climáticas, doenças dos animais ou condições das plantações, custo do frete internacional, flutuações de juros e taxas de câmbio.

vi. Riscos de Preços de Ação

Em 16.08.17, a Companhia alienou ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria e contratou um instrumento de *Total Return Swap* em valores equivalentes, liquidado em 05.02.19. Por meio deste instrumento, a Companhia possuía o direito de receber ou pagar a variação do preço de sua ação (BRFS3), em contrapartida ao pagamento de juros indexados ao CDI. Em 31.12.19, os únicos riscos vinculados aos preços de ação existentes na Companhia são referentes às aplicações em ações da Cofco (nota 5 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

vii. Análise de Sensibilidade

A Administração considera que os riscos mais relevantes que podem afetar os resultados da Companhia são: a volatilidade nos preços de commodities e nas taxas de câmbio. Atualmente, as flutuações das taxas de juros não afetam significativamente o resultado da Companhia, uma vez que a Administração optou por manter a taxas fixas parte considerável de suas dívidas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Os cenários abaixo estão em concordância com a Instrução CVM nº 475/08 e apresentam os possíveis impactos dos instrumentos financeiros de derivativos e não derivativos, considerando cenários de apreciação e depreciação dos fatores de risco elencados (valores em R$ mil). O montante das exportações e compras utilizadas corresponde ao valor *notional* dos instrumentos financeiros de derivativos contratados com a finalidade de *hedge*.

Paridade - R$ x USD		4,0307	3,6276	3,0230	5,0384	6,0461
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 10%	Cenário II Apreciação 25%	Cenário III Depreciação 25%	Cenário IV Depreciação 50%
Designados como hedge accounting						
NDF	Depreciação do R$	46.325	248.991	552.991	(460.341)	(967.007)
Opções de moedas	Depreciação do R$	52.954	428.644	1.072.548	(880.094)	(1.953.268)
Bonds	Depreciação do R$	(518.452)	(413.931)	(257.149)	(779.754)	(1.041.056)
Exportação (objeto)	Apreciação do R$	442.051	(149.406)	(1.116.964)	1.914.520	3.527.114
Custo (objeto)	Apreciação do R$	(22.878)	(114.298)	(251.426)	205.669	434.217
Não designados como hedge accounting						
NDF - Compra	Apreciação do R$	(18.635)	(173.817)	(406.590)	369.319	757.274
Opções de moedas	Depreciação do R$	-	5.886	14.955	(11.391)	(26.506)
Compra de Futuro - B3	Apreciação do R$	1.605	(76.792)	(194.388)	197.598	393.591
Efeito líquido:		(17.030)	(244.723)	(586.023)	555.526	1.124.359

Paridade - R$ x EUR		4,5305	4,0775	3,3979	5,6631	6,7958
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Apreciação 10%	Cenário II Apreciação 25%	Cenário III Depreciação 25%	Cenário IV Depreciação 50%
Não designados como hedge accounting						
NDF - Compra EUR x USD	Apreciação do EUR	442	(15.415)	(39.200)	40.083	79.725
NDF - Compra EUR x RUB	Apreciação do EUR	(1.764)	(11.323)	(25.660)	22.132	46.028
NDF - Compra	Apreciação do R$	(7.825)	(109.762)	(262.666)	247.015	501.856
Efeito líquido:		(9.147)	(136.500)	(327.526)	309.230	627.609

Paridade cotação CBOT - Soja- USD/Ton		359,21	323,29	269,41	449,01	538,81
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Queda 10%	Cenário II Queda 25%	Cenário III Aumento 25%	Cenário IV Aumento 50%
Designados como hedge accounting						
NDF - Venda de soja	Aumento preço soja	(3.056)	2.007	9.603	(15.715)	(28.373)
Custo (objeto)	Aumento preço soja	3.056	(2.007)	(9.603)	15.715	28.373
Efeito líquido:		-	-	-	-	-

Paridade cotação CBOT - Milho - USD/Ton		156,76	141,08	117,57	195,95	235,14
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Queda 10%	Cenário II Queda 25%	Cenário III Aumento 25%	Cenário IV Aumento 50%
Designados como hedge accounting						
NDF - Venda de milho	Aumento preço milho	13.878	83.998	189.178	(161.423)	(336.723)
NDF - Compra de milho	Queda preço milho	(34.285)	(57.645)	(92.685)	24.115	82.515
Put	Aumento preço milho	(875)	(15.946)	(38.552)	-	-
Opções de milho	Queda preço milho	-	-	(1.718)	2.975	6.118
Custo (objeto)	Aumento preço milho	21.282	(10.407)	(56.223)	134.333	248.090
Efeito líquido:		-	-	-	-	-

Paridade cotação CBOT - Farelo de soja - USD/Ton		122,14	109,93	91,61	152,68	183,21
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Queda 10%	Cenário II Queda 25%	Cenário III Aumento 25%	Cenário IV Aumento 50%
Designados como hedge accounting						
NDF - Compra de farelo de soja	Queda preço farelo de soja	(24)	(8.435)	(21.052)	21.004	42.032
Opções de farelo de soja	Queda preço farelo de soja	-	(2.656)	(8.912)	7.573	18.000
Custo (objeto)	Aumento preço farelo de soja	24	11.091	29.964	(28.577)	(60.032)
Efeito líquido:		-	-	-	-	-

Paridade cotação CBOT - Óleo de Soja- USD/Ton		773,62	696,26	580,22	967,03	1.160,43
Operação/Instrumento	Risco	Cenário Atual	Cenário I Queda 10%	Cenário II Queda 25%	Cenário III Aumento 25%	Cenário IV Aumento 50%
Designados como hedge accounting						
NDF - Compra de Óleo de soja	Queda preço Óleo de soja	3.686	255	(4.892)	12.263	20.840
Opções de Óleo de soja	Queda preço Óleo de soja	-	252	(745)	4.562	7.657
Custo (objeto)	Aumento preço Óleo de soja	(3.686)	(507)	5.637	(16.825)	(28.497)
Efeito líquido:		-	-	-	-	-

As informações utilizadas na preparação destas análises têm como base a posição em 31 de dezembro de 2019, detalhadas nos itens acima. Os resultados futuros a serem mensurados poderão divergir significativamente dos valores estimados, caso a realidade seja diferente das premissas utilizadas. Os valores positivos indicam ganhos e os negativos indicam perdas.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos originados no curso regular de seus negócios. Tais processos dizem respeito principalmente a questões tributárias, cíveis, comerciais, trabalhistas, ambientais, regulatórias e administrativas. O total de contingências classificadas como perdas prováveis, em 31 de dezembro de 2019, era equivalente a R$1.493.715 mil, montante para o qual foi constituída provisão nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Companhia possui contingências possíveis no montante de R$13.299.190 mil, dos quais R$300.654 mil possuem provisões por serem passivos contingentes, oriundos de combinações de negócios.

A Companhia classifica o risco de perda nos processos judiciais, administrativos ou arbitrais segundo o critério de perda "remota", "possível" ou "provável". A Companhia registrou provisões em suas demonstrações financeiras apenas para os processos classificados como perda provável, sendo que a quantificação das contingências é realizada por valor determinado pela sua administração com base em aconselhamento jurídico. A Companhia divulga as quantias agregadas desses processos classificados como perda possível, na medida em que esses valores possam ser razoavelmente estimados e registrou provisões somente para perdas que considera prováveis. Considerando que os valores envolvidos em alguns dos processos são substanciais, as perdas podem, portanto, ser significativamente maiores do que os valores para os quais registrou-se provisões, se houver. Mesmo para os valores registrados como provisões para perdas prováveis, uma decisão desfavorável à Companhia pode ainda ter efeito sobre o fluxo de caixa se a Companhia for obrigada a pagar tais valores.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava envolvida em 12.799 processos trabalhistas, atingindo o montante total de R$729.000 mil (o valor inclui os riscos considerados "remotos", "possíveis" e "prováveis"), sendo que os principais pleitos são decorrentes de interpretações divergentes quanto ao cumprimento de preceitos normativos e legais relacionados às horas extras, tempo gasto pelos funcionários para troca de uniformes, as pausas previstas no artigo 253 da CLT, doenças supostamente contraídas no trabalho e acidentes de trabalho. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis no valor de R$603.074 mil. Não há contingências trabalhistas, judiciais ou administrativas, que a Companhia considere individualmente relevantes.

Além dos processos trabalhistas descritos acima, há uma série de processos propostos pelo Ministério Público do Trabalho relativos ao pagamento de horas extras, intervalos de descanso obrigatórios e outras questões trabalhistas. Outras empresas do setor têm sofrido processos semelhantes e a Companhia não acredita que esses processos terão um efeito relevante adverso sobre ela. Dos 58 processos em tramitação, alguns não têm valor atribuído e o de valor mais alto totaliza aproximadamente R$22.200 mil, valor este incluído no total apresentado acima. A Companhia não concorda com os argumentos apresentados pelo Ministério Público do Trabalho e com as sentenças proferidas e interpôs os recursos cabíveis.

Contingências cíveis, comerciais e outras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava envolvida no polo passivo de 4.209 processos cíveis, comerciais e outros (ambientais, regulatórios, administrativos, etc.), atingindo o montante total de aproximadamente R$1.991.209 mil, sendo que os principais pleitos são decorrentes de acidentes de trânsito, discussões contratuais, alegações de violação da legislação civil e comercial, ações de consumidor, alegações de descumprimentos de normas ambientais e regulatórias, etc. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis no valor de R$ 307.177 mil.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia apresenta, a seguir, uma breve descrição dos processos cíveis, comerciais e outros que são considerados relevantes, em que a Companhia e suas controladas figuram como parte. Não obstante a descrição de tais processos, ressalvamos que a Companhia está envolvida em diversos outros processos. Todos os valores estão expressos em Reais, exceto nos casos em que haja menção expressa.

Ação Civil Pública nº 0282913−62.2014.8.19.0001	
a. Juízo	4ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	21.08.2014
d. Partes no processo	Autor: Procon Estadual do Rio de Janeiro Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a necessidade de indenizar consumidores e a coletividade alegadamente lesados pelo fato de a Companhia ter supostamente colocado à venda leite impróprio para consumo. Pedidos da parte contrária (i) indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R$ 1.000.000,00; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidos, sob pena de multa diária de R$ 50.000,00 e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais.
f. Principais fatos	Na inicial, o Procon requereu fosse a Companhia condenada a arcar: (i) com a indenização por danos morais e materiais causados aos consumidores, individualmente; (ii) com a indenização a título de danos morais coletivos, não inferior a R$ 1.000.000,00; (iii) obrigação de publicar a parte dispositiva de eventual procedência para ciência dos consumidos, sob pena de multa diária de R$ 50.000,00 e (iv) condenação ao pagamento dos ônus sucumbenciais. Recebida a citação, a Companhia apresentou sua defesa. O Ministério Público emitiu seu parecer em 06.07.2015, opinando pela rejeição das preliminares e pelo prosseguimento do feito. Ao sentenciar o feito, em 03.05.2016, o juiz deu parcial provimento à demanda, condenando a Ré a indenizar os consumidores por danos materiais e morais causados pelo consumo do leite supostamente impróprio, tendo em vista a responsabilidade objetiva da Companhia (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença). No entanto, afastou o pedido de indenização por danos morais coletivos, observando a falta de comportamento potencialmente lesivo e conduta irregular da Ré, bem como afastou o pagamento de custas e honorários advocatícios. Em 24.05.2016, a Companhia manifestou-se nos autos noticiando que cumpriria a sentença, requerendo a extinção do processo de conhecimento. Contudo, diante do indeferimento da indenização por dano moral coletivo, o PROCON interpôs Recurso de Apelação em 27.06.2016, tendo a Companhia apresentado contrarrazões.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0282913−62.2014.8.19.0001	
	Em 25.01.2017, o TJ/RJ negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo Procon, tendo sido apresentado Recurso Especial pelo autor. Em outubro de 2017, o Recurso Especial do Procon foi inadmitido. O Procon/RJ apresentou AREsp. Posteriormente, conhecido o agravo, foi dado provimento ao Recurso Especial, a fim julgar procedente o pedido indenizatório por danos morais coletivos e condenar ao pagamento de R$100.000,00. Agravo interno interposto pela Companhia em 23.10.2018 pendente de julgamento.
g. Risco de perda	Provável
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	A Companhia sofre o risco de pagamento de indenização por danos morais coletivos.

Ação Indenizatória nº 0000259-79.2011.8.02.0033	
a. Juízo	Vara Única de Quebrangulo - Alagoas
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	21.09.2011
d. Partes no processo	Autor: Associação das Vítimas dos Vales ("Associação") Réus: Companhia, Município de Bom Conselho e Estado de Pernambuco
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a necessidade de indenizar as vítimas das enchentes da região dos vales dos Rios Paraíba e Mundaú, em razão de rompimento da barragem do Açude das Nações. Pedidos da parte contrária: (i) R$6.035.000,00 de danos materiais, (ii) 5% do faturamento anual da Companhia de danos morais; valores à época da propositura da ação.
f. Principais fatos	Na inicial a Associação das Vítimas requereu a condenação dos réus no pagamento de R$6.035.000,00 a título de danos materiais e de 5% do faturamento anual da Companhia a título de danos morais, o que correspondia a R$40.200.000,00 à época da propositura da ação. A demanda foi ajuizada em 21.09.2011, tendo a Companhia arguido em sua defesa, em suma, preliminarmente: (i) ilegitimidade passiva da Companhia; (ii) falta de interesse de agir e (iii) ilegitimidade ativa da Associação. A contestação do Estado de Pernambuco alega a ausência de responsabilidade do Estado pelo evento, imputa a responsabilidade de conservação à Prefeitura, além da inexistência do dever de indenizar, bem como aduz que o evento enquadrar-se-ia como força maior (excesso de precipitação pluviométrica). O Município também contestou alegando que: (i) a responsabilidade é do Estado de Pernambuco e da Companhia, (ii) a consubstanciação de caso fortuito e força; (iii) ausência de comprovação de danos materiais e; (iv) inexistência de danos morais. Em 18.03.2015 foi proferido despacho saneador, determinando realização de perícia e a oitiva das testemunhas.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Indenizatória nº 0000259-79.2011.8.02.0033	
	Com a audiência de instrução e respectiva oitiva de testemunhas realizada em 07.07.2015 ficou evidenciada a impossibilidade de fechamento da barragem pela Companhia, vez que a barragem possui vertedouros e não comportas. Após manifestação das partes sobre a proposta de honorários periciais, aguarda-se a realização de perícia.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de indenização por danos morais e materiais.

Ação Civil Pública nº 0032034-28.2012.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara da Federal de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	29.06.2012
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a imposição de proibição à Companhia de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso, bem como para que seja condenada ao pagamento de danos materiais supostamente causados ao patrimônio público, ao meio ambiente e à ordem econômica em decorrência dessa atitude e, ainda, dano moral coletivo, decorrente da suposta violação dos direitos à vida, integridade física, saúde e segurança pessoal e patrimonial dos usuários das rodovias. Valores envolvidos: (i) multa cominatória de R$20.000,00 por ocorrência e (ii) danos materiais ao patrimônio público não inferior a R$5.430.450,27
f. Principais fatos	Em 04.07.2012, foi indeferido pedido de tutela antecipada. Em face de tal decisão, o Ministério Público Federal interpôs agravo de instrumento com a finalidade de reformar a decisão. Em 01.10.2012, a antecipação de tutela foi novamente negada pelo Tribunal Regional Federal. Em 24.01.2013, a Companhia apresentou contestação. Em 30.07.2013, a ação foi julgada improcedente com resolução do mérito, por entender o Juízo que a conduta lesiva já tem sua penalidade prevista em lei, não cabendo a substituição do Legislador pelo Judiciário. Em 24.09.2013, o Ministério Público Federal interpôs apelação, tendo a Companhia apresentado suas contrarrazões de apelação. Em 12.09.2016, foi negado provimento à apelação do Ministério Público Federal, por não se encontrarem configurados os danos materiais e morais coletivos, por falta dos requisitos necessários. Ou seja, segundo o TRF, inexistia prova suficiente a demonstrar que o tráfego de veículo com excesso de peso foi condição necessária para os alegados danos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0032034-28.2012.4.01.3400	
	Em 10.03.2017, foram interpostos recurso especial e extraordinário pelo Ministério Público Federal, os quais foram inadmitidos devido ao acórdão recorrido estar em consonância com o entendimento do STJ e esbarrar no reexame de prova vedado pela Súmula 7 da Corte. Em 19.09.2017, o Ministério Público Federal interpôs Agravo contra despacho denegatório de Recurso Especial e Agravo contra despacho denegatório de Recurso Extraordinário. Em 03.05.2019, no STJ, foi proferida decisão monocrática pelo Relator, o Ministro Francisco Falcão, que conheceu o agravo do Ministério Público Federal para não conhecer o recurso especial. Em 08.5.2019 o Ministério Público Federal interpôs agravo interno contra a decisão monocrática que não conheceu do recurso especial, ao qual foi dado provimento ao agravo interno para julgar procedentes todos os pedidos nos termos e patamares requeridos na petição inicial. Em 16.9.2019 foram opostos embargos de declaração pela Companhia, os quais foram acolhidos sem efeitos modificativos. Em 18.11.2019 a Companhia apresentou embargos de divergência, os quais pendem de julgamento.
g. Risco de perda	Provável
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa cominatória de R$20.000,00 por ocorrência, bem como impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de valores a título de indenização por danos materiais e morais coletivos e difusos, os quais serão fixados em liquidação de sentença.

Ação Civil Pública nº 0009980-62.2008.4.01.3803	
a. Juízo	3ª Vara Federal de Uberlândia – Minas Gerais
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	02.12.2008
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Companhia (na qualidade de sucessora legal da Sadia S.A.)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a imposição de proibição à Companhia de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso, bem como para que seja condenada ao pagamento de danos materiais supostamente causados ao patrimônio público. E, ainda, dano moral coletivo, em valor equivalente ao valor total de todas as multas que seriam devidas pelos veículos em excesso de peso nos últimos cinco anos. O valor envolvido na causa demanda prova pericial, de modo que não é possível mensurá-lo nesse momento.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0009980-62.2008.4.01.3803	
f. Principais fatos	Em 02.12.2008, a ação foi distribuída, tendo a Sadia apresentado tempestivamente sua contestação. Em 02.03.2009, foi deferida a antecipação de tutela para que a Companhia se abstivesse de trafegar com excesso de peso e de emitir notas fiscais sem observar todas as obrigações acessórias, por entender que referidos documentos demonstravam peso de carga inferior ao de fato transportado, estando presente o risco de difícil reparação pela deterioração das estradas, sob pena de multa de R$5.000,00 a cada nova ocorrência. Em 12.08.2009, foi interposto agravo de instrumento pela Sadia objetivando a reforma da decisão que concedeu a tutela antecipada. Em 23.06.2010, a ação foi extinta sem resolução do mérito devido a falta de interesse processual do Ministério Público Federal, por entender o Juízo que não cabe ao Judiciário criar normas genéricas, uma vez que o assunto já se encontra regulamentado. Em 07.07.2010, o Ministério Público Federal interpôs apelação, tendo a Companhia apresentado suas contrarrazões de apelação. Em 02.09.2015, foi negado provimento à apelação do Ministério Público Federal, por entender que o tráfego de veículo com excesso de peso pelas rodovias já conta com penas administrativas legislativamente previstas, as quais se presumem suficientes para inibir a referida conduta ilícita. Se de gravidade insuficiente ou não aplicadas, é caso de provocar o Poder Legislativo, para sua agravação, ou o Poder Executivo, para sua eficiente aplicação, incluída a medida mais eficiente de todas, a apreensão do veículo. Em 28.01.2016, foi interposto recurso especial pelo Ministério Público Federal, tendo sido inadmitido, pela ausência de interposição de recurso extraordinário, conforme determina a Súmula 126 do STJ, além de ser vedado o reexame de matéria de fato pela Súmula 7 do mesmo Tribunal. Em 21.03.2017 o Ministério Público Federal interpôs Agravo contra despacho denegatório de Recurso Especial, o qual não foi conhecido pela Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo sob o fundamento de que o Ministério Público Federal havia deixado de impugnar especificamente os fundamentos da decisão da Presidência do Tribunal de origem que negara seguimento ao seu recurso. Face a essa decisão, em 28.8.2017 o Ministério Público Federal interpôs agravo interno, em face do qual a Companhia apresentou contraminuta. Em 4.10.2017 os autos foram redistribuídos para Segunda Turma, com relatoria do Ministro Francisco Falcão, onde seguem pendentes de julgamento.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de multa cominatória de R$10.000,00 por ocorrência, bem como impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de valores a título de indenização por danos materiais e morais coletivos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0009980-62.2008.4.01.3803	
	e difusos, correspondente ao valor da multa cominatória (R$10.000,00) multiplicada pelo número de infrações cometidas nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da demanda, o qual demanda liquidação.

Ação Civil Pública nº 1000524-40.2018.4.01.3603	
a. Juízo	1ª Vara Federal Cível e Criminal de Sinop/MT
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	02.07.2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a imposição de proibição à Companhia de trafegar em qualquer rodovia federal com excesso de peso, bem como para que seja condenada ao pagamento de danos materiais supostamente causados ao patrimônio público. E, ainda, dano moral coletivo, em valor não inferior a R$20.000,00.
f. Principais fatos	Em 23.08.2018 foi proferida decisão diferindo a análise do pedido de tutela provisória para momento posterior à manifestação da Companhia, bem como determinando a citação. Após apresentação de contestação pela Companhia e réplica pelo Ministério Público Federal, em 27.03.2019 foi proferida sentença julgando extinto o processo, sem resolução de mérito em relação: (i) ao pedido de tutela inibitória, por acolher o argumento de existência de litispendência e coisa julgada; e (ii) ao pedido de indenização por danos materiais, por reconhecer a ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal. O pedido de indenização por danos morais coletivos foi julgado improcedente. Em 15.04.2019, o Ministério Público Federal interpôs apelação, tendo a Companhia apresentado suas contrarrazões de apelação. O recurso segue pendente de julgamento.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Obrigação de não fazer, para que a Companhia não coloque em circulação caminhões acima do limite de peso permitido, sob pena de em valor equivalente ao da carga transportada, bem como impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de valores a título de indenização por danos materiais, a ser arbitrado pelo juízo e morais coletivos em favor não inferior a R$20.000,00

Execução nº 0311793-90.2015.8.24.0033 e Embargos à Execução nº 0313094-72.2015.8.24.0033	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Itajaí/SC

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Execução nº 0311793-90.2015.8.24.0033 e Embargos à Execução nº 0313094-72.2015.8.24.0033	
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	23.10.2015
d. Partes no processo	Autor: Perdue Foods LLC Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Direito de utilização da marca nominativa Perdix pela Companhia ao redor do mundo. Como o pedido envolve obrigações de fazer e não fazer e possível liquidação de perdas e danos, o valor envolvido é inestimável.
f. Principais fatos	Em novembro de 2015, a Companhia apresentou embargos à execução, os quais foram recebidos com efeito suspensivo e impugnados pela Autora em fevereiro de 2016. Em junho de 2016 a Perdue requereu o prosseguimento do feito com o julgamento antecipado da lide. Em 4 de abril de 2019, as Partes apresentaram pedido conjunto de suspensão do processo de execução e dos embargos à execução em razão de estarem em tratativas de acordo. Em 8 de maio de 2019, foi determinada a suspensão da tramitação do processo por 30 dias. Em 27 de junho de 2019, as Partes apresentaram novo pedido conjunto de suspensão do processo de execução e dos embargos à execução para dar continuidade às tratativas de acordo. Em 2 de julho de 2019, foi concedido prazo de 30 dias aos advogados para concluir o acordo. Em 14 de agosto de 2019, foi realizado pedido de suspensão da tramitação do processo por 30 dias para que as partes pudessem finalizar as tratativas relativas ao acordo. Em 22 de agosto de 2019, foi concedido o prazo solicitado para a conclusão do acordo. Em 13 de outubro de 2019, foi praticado ato ordinatório intimando as partes a dar prosseguimento ao feito no prazo de 15 dias. Em 5 de novembro de 2019, a Perdue apresentou petição para requerer o julgamento do feito, com o não acolhimento dos embargos à execução opostos pela Companhia. Em 25 de novembro de 2019, a Companhia apresentou petição na qual reiterou os termos e pedidos formulados em suas manifestações anteriores e requereu o acolhimento dos embargos à execução, ainda não julgados.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Em caso de perda, a Companhia está sujeita ao cumprimento do Acordo de Coexistência Mundial e respectivo Aditivo, com possível cancelamento dos registros e/ou a renúncia aos pedidos de registro da marca nominativa PERDIX. Além disso, há possibilidade do pagamento de multa em valor a ser fixado pelo juiz (a Perdue requereu R$50.000,00 por dia) e, ainda, possível liquidação de eventuais perdas e danos que a Perdue tenha suportado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0001042−85.2008.4.04.7007	
a. Juízo	1ª Vara Federal da Comarca de Francisco Beltrão/PR
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	20.08.2008
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Rés: Companhia (na qualidade de sucessora legal da Sadia S/A), Diplomata Ind. e Com. Ltda. e União
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal alegando excesso de água absorvida nas carcaças de aves congeladas, pleiteando, por supostamente causar prejuízos aos consumidores (i) indenização a todos os clientes que compraram o produto com vício na quantidade e qualidade; (ii) indenização por danos morais coletivos; (iii) divulgação em nível nacional (jornais, rádio, etc.), explicando aos consumidores o ocorrido e permitindo que os consumidores alegadamente prejudicados se pronunciassem para o recebimento da indenização.
f. Principais fatos	Recebida a citação, a Companhia e os demais réus apresentaram defesa. Em 10.09.2009, foi proferida sentença afastando as matérias preliminares arguidas, e, no mérito, julgando a ação parcialmente procedente, reconhecendo a ausência de solidariedade da União e condenando a Companhia e a Diplomata ao pagamento de indenização aos consumidores que se sentirem individualmente prejudicados (danos estes a serem comprovados individualmente em fase de liquidação de sentença) e ao pagamento de R$700.000,00, a título de dano moral coletivo, extinguindo o pedido de embargo da produção de frango das Rés. Em face da sentença, tanto o Ministério Público Federal, quanto a Companhia e a Diplomata Ind. E Com. Ltda. interpuseram recurso de apelação. Os recursos da Companhia e da Diplomata Ind. E Com. Ltda. foram improvidos pelo Tribunal, com o acolhimento do apelo do Ministério Público Federal, para impor às Rés a divulgação nacional da procedência da demanda (06/04/2011). Referido Acórdão ensejou a interposição de Recurso Especial pela Companhia, pelo Ministério Público Federal e pela Diplomata Ind. E Com. Ltda., os quais foram todos admitidos. Aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais das partes, os quais estão conclusos desde 21.10.2014.
g. Risco de perda	Provável
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de indenização por danos morais coletivos e possibilidade de pagamento indenização por danos morais individuais eventualmente comprovados em sede de liquidação de sentença, além de danos à imagem da Companhia em virtude da divulgação do inteiro teor da sentença condenatória.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Popular nº 1032860-53.2015.8.26.0053	
a. Juízo	5ª Vara de Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	20.08.2015
d. Partes no processo	Autor: Gilberto Tanos Natalini Réus: Companhia, Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo e outros.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre a legalidade e suposta lesividade ao erário do contrato firmado entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Companhia (Contrato n. 29/SME/DAE/2015 valorado em R$2.141.320,00) por suposto superfaturamento de ingredientes da merenda escolar.
f. Principais fatos	O processo foi ajuizado em agosto de 2015 e, em outubro de 2015, foi deferida parcialmente a tutela antecipada, somente para determinar a suspensão prospectiva do contrato de fornecimento. Em 17.15.2015, a Companhia apresentou contestação. Em abril de 2017, foi proferida decisão que determinou a produção de prova pericial contábil, tendo fixado como ponto controvertido a existência de superfaturamento na compra de salsichas, "considerando-se o preço médio de mercado do produto licitado à época do pregão". A Companhia apresentou pedido de esclarecimentos à decisão saneadora, no sentido de (i) ajustar o ponto controvertido, que deverá levar em consideração as especificidades do produto customizado, e (ii) indeferir a prova pericial e julgar o feito no estado em que se encontra. Subsidiariamente, requereu o reconhecimento da natureza complexa da perícia, que deverá ser realizada não apenas por um contador, mas também por um engenheiro de alimentos ou técnico similar. Em 23.05.2017, diante da pendência de decisão sobre o pedido de esclarecimentos, a Companhia apresentou quesitos e indicou assistente técnico. Em 04.08.2017, foi proferida decisão acolhendo os embargos de Fernando Haddad, para reafirmar a apreciação da legitimidade junto ao mérito, bem como receber o pedido de esclarecimentos da Companhia como embargos de declaração e rejeitá-los. Em 15.08.2017, a Companhia apresentou embargos de declaração em face da decisão anterior para reiterar o pedido de esclarecimentos. Em 25.09.2017, o perito nomeado manifestou-se sobre a necessidade do acompanhamento da perícia junto ao engenheiro de alimentos. Em 06.11.2017, a juíza proferiu decisão (i) rejeitando os embargos de declaração da Companhia; (ii) indeferindo a perícia de engenharia de alimentos; (iii) ressaltando que a base de comparação da perícia contábil deverá se estabelecer entre o preço da salsicha fornecida pela Companhia, e o preço dos produtos existentes nos mercado à época da licitação que atendiam aos critérios estabelecidos no edital; (iv) rejeitando diversos quesitos das partes (embora os principais quesitos da Companhia tenham

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Popular nº 1032860-53.2015.8.26.0053	
	sido mantidos); e (v) determinando a intimação do perito contábil, para que informe se detém condições de realizar a prova. Em 17.11.2017, o perito aceitou o encargo e estimou honorários provisórios. Em 5 de outubro de 2019, o perito apresentou laudo pericial contábil, em face do qual a Companhia e o Autor apresentaram manifestação, requerendo a complementação da perícia. O processo aguarda manifestação do Ministério Público.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento indenizatório, bem como danos à imagem da Companhia.

Ação Civil Pública nº 0025800−71.2015.8.17.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Recife/PE
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	14.12.2015
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco ("MPPE") Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão sobre supostas transgressões à regulamentação técnica de qualidade dos produtos lácteos fabricados na fábrica de Bom Conselho/PE e que foram objeto de diversos autos de infração lavrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA"). Foi requerida aplicação de multa de R$1.000.000,00 para o descumprimento de cada obrigação de fazer e não fazer e, ainda, a condenação da Companhia ao pagamento de danos morais coletivos em valor não inferior a R$5.000.000,00, bem como indenização individual aos consumidores, em valor não especificado, além da publicação do edital nos termos do art. 94 do CDC.
f. Principais fatos	O processo foi ajuizado em 14.12.2015, com a concessão da antecipação de tutela, para que a Companhia se abstivesse de comercializar os produtos lácteos sempre que houver autuação do MAPA, sob pena de multa de R$1.000.000,00 por descumprimento. A Companhia protocolou, em 18.03.2016, contestação e agravo de instrumento contra a tutela antecipada. Em 19,03,2019 foi proferida sentença parcialmente procedente condenando a Ré (i) ao pagamento de danos morais coletivos no valor de R$1.000.000,00; (ii) sempre que for constatada alguma irregularidade, a Ré deverá recolher os lotes de salsichas e veicular, em seus website e redes sociais, mensagens de alerta aos consumidores acerca do recolhimento dos produtos, sob pena de multa de R$5.000.000,00; e (iii) publicar a íntegra da sentença em jornal de grande circulação na comarca de Recife,

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0025800−71.2015.8.17.0001	
	no prazo de 30 dias a contar de sua publicação no DJe, sob pena de multa diária de R$1.000,00. Interposta apelação a mesma foi recebida com efeito suspensivo. Aguarda-se julgamento do recurso.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos de ordem financeira decorrentes da necessidade de pagamento de danos morais coletivos e individuais (caso requeridos individualmente), bem como de multa em caso de descumprimento da regulação técnica aplicável à produção de salsichas. E, ainda, potencial dano à imagem da Companhia em virtude da necessidade de publicação, em jornal de grande circulação, da decisão judicial proferida.

Ação Indenizatória nº 1080106−69.2013.8.26.0100	
a. Juízo	03ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital – São Paulo
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	17.10.2013
d. Partes no processo	Autor: Marcus Macedo Cazarré Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca de suposta violação à patente de modelo de utilidade MU 8300298−7 ("MU"), tecnologia supostamente utilizada pela Companhia em seus biodigestores. O Autor atribuiu à causa o valor de R$306.900.000,00, que corresponderia aos danos que ele alega ter sofrido, segundo estimativa por ele apresentada.
f. Principais fatos	A Companhia foi declarada revel. Há Agravo em Recurso Especial, interposto pela Companhia, pendente de julgamento pelo STJ acerca dessa decisão. Ainda que revel, Companhia formulou pedido de prova pericial, o que foi deferido pelo Juiz. A prova pericial contou com diligência realizada pelo perito (em Dois Vizinhos/PR), o qual foi acompanhado dos assistentes técnicos das Partes, em 28.01.2016. Em 11.05.2016, o perito apresentou laudo pericial, concluindo pela inexistência de violação da patente do Sr. Cazarré pela Companhia. Em 06.06.2016, a Companhia apresentou manifestação ao laudo pericial, acompanhado de laudo concordante suplementar do assistente técnico da Companhia. Marcus Macedo Cazarré, por sua vez, apresentou impugnação ao laudo pericial. Em 07.07.2016, o perito foi intimado para se manifestar sobre as petições das Partes. Em 12.12.2016, o perito apresentou seus esclarecimentos complementares. Em 26.01.2017, Marcus Macedo Cazarré apresentou petição em manifestação aos esclarecimentos periciais e formulando novos quesitos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Indenizatória nº 1080106−69.2013.8.26.0100	
	Em 30.01.2017, a Companhia apresentou petição em manifestação aos esclarecimentos do perito, que constataram, novamente, pela inexistência de violação ao MU do Autor, bem como requerendo que os quesitos complementares formulados por Marcus Macedo Cazarré sejam indeferidos ante a sua impertinência para o deslinde do feito. Aguarda−se intimação do perito para que responda aos quesitos complementares de Marcus Macedo Cazarré. Em 22.09.2017, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos feitos por Marcus Macedo Cazarré, fundamentando tal decisão na conclusão que se extraiu do laudo pericial. Em 01.12.2017, Marcus Macedo Cazarré interpôs Recurso de Apelação em face da sentença. Em 02.02.2018, Companhia apresentou Contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto por Marcus Macedo Cazarré. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao Recurso de Apelação do Autor, e a Companhia foi condenada a pagar indenização por danos materiais (em valor a ser calculado no processo de execução) e R$150.000,00 por danos morais. Em 20.02.2019 a Companhia interpôs Recurso Especial, tendo o Sr. Marcus Carazzé apresentado suas contrarrazões em 27.03.2019. O Recurso especial está pendente de julgamento no STJ, sob a relatoria do Min. Ricardo Villas Bôas Cueva.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de valores a título de danos morais e materiais. A Companhia obteve antecipação de tutela para suspender os efeitos da patente (modelo de utilidade), nos autos de Ação de Nulidade que a Companhia ajuizou em face do Sr. Marcus Macedo Cazarré e o INPI.

Processo nº 5054937- 36.2019.4.02.5101	
a. Juízo	31ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	14/08/2019
d. Partes no processo	Autor: Companhia Réu: Marcus Macedo Cazarré e INPI
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade proposta pela Companhia visando o reconhecimento de nulidade da patente MU 8300298-7 de Marcus Cazarré, na qual a Companhia pode ser condenada em eventuais verbas sucumbenciais, a serem fixadas em percentual de 10 a 20% sobre o valor da causa atualizado.
f. Principais fatos	Em 14.08.2019, a ação foi distribuída., tendo sido concedida tutela de urgência para suspender os efeitos da patente em relação à Companhia em 27.08.2019.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Em 17.12.2019, a Companhia apresentou petição informando que intimou pessoalmente o Réu, tendo sido juntado AR positivo de citação em 05.02.2020.
g. Risco de perda	Remota
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de eventuais verbas sucumbenciais.

Ação Civil Pública nº 0008973-04.2004.4.01.3600 (2004.36.00.008972-3)	
a. Juízo	2ª Vara Federal de Cuiabá – Mato Grosso
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	06.10.2004
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réus: Companhia, Banco do Brasil e Agrisa Engenharia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca de suposta malversação de recursos públicos (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste "FCO") vinculado ao Ministério da Integração Nacional e liberados pela União e, consequentemente, o insucesso da parceria realizada com os avicultores que experimentaram altos prejuízos (desequilíbrio contratual e a transferência dos ônus da produção, no projeto de integração firmado com os produtores mato-grossenses).
f. Principais fatos	Em 6.10.2004 o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública em face da Companhia (na qualidade de sucessora legal da Sadia e Sadia Agrovícola), Banco do Brasil e Agrisa Engenharia, com pedido de tutela antecipada. Foram apresentadas as contestações e, em 15.02.2006, o Ministério Público Federal apresentou réplica. Em 14.03.2007, foi acolhida a preliminar de inépcia da inicial por falta de pedido e incompatibilidade entre pedido e causa de pedir, determinando o prosseguimento da demanda somente em relação aos pedidos indenizatórios formulados pelo Ministério Público Federal. Foi dado início à produção de prova pericial, tendo o laudo sido apresentado em 26.10.2011. Em 9.07.2014 foi proferida sentença julgando o feito parcialmente procedente para condenar a Companhia ao pagamento de indenização por danos materiais a ser apurado em fase de liquidação de sentença. A Companhia opôs embargos de declaração, que foram parcialmente acolhidos apenas para sanar omissão com relação à ausência no dispositivo da sentença de conclusão relativa ao julgamento de improcedência dos danos morais. Em 2014, foram interpostos recursos de apelação pelo Banco do Brasil S.A. e pela Companhia. Em 10.06.2015, após sustentação oral, foi proferido acórdão, por votação unânime, declarando nula a sentença para determinar o retorno do processo à primeira

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0008973-04.2004.4.01.3600 (2004.36.00.008972-3)	
	instância para que fosse realizada perícia complementar para apuração do valor do suposto dano indicado no laudo pericial. Em 08.09.2015 a Companhia interpôs recurso especial reiterando as questões preliminares arguidas nos autos e reforçando a inexistência de dano por não ter sido apurado qualquer valor indenizatório na perícia realizada. Foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial pelo Ministério Público Federal e aguarda-se o juízo de admissibilidade do recurso e a eventual remessa dos autos para a primeira instância.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro decorrente da necessidade de pagamento de indenização a título de danos materiais relacionados ao contrato de integração.

Processo nº 0808530−88.2016.8.12.0001	
a. Juízo	1ª Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos da Comarca de Campo Grande, MS
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	17.03.2016
d. Partes no processo	Autora: Abracon−Saúde – Associação Brasileira de Defesa dos Consumidores de Plano de Saúde Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca da necessidade de inclusão na embalagem dos produtos da Companhia da frase: "CONTÉM GLÚTEN – o glúten é prejudicial aos portadores de doença celíaca" ou, alternativamente, "outra frase, a critério desse respeitável juízo, que advirta os consumidores sobre os riscos da ingestão da proteína glúten". Não há valores envolvidos por se tratar de demanda de obrigação de fazer.
f. Principais fatos	A demanda foi ajuizada em 17 de março de 2016 e, em 30 de junho de 2016, a Companhia contestou a demanda. Em agosto de 2016, foi juntado parecer do Ministério Público Federal opinando pela procedência da demanda. Em 14 de setembro de 2016, foi proferida sentença julgando a demanda procedente e condenando a Companhia a alterar as embalagens de seus produtos para fazer constar a expressão indicada pela Abracon ou semelhante no prazo de 60 (sessenta) dias. Em 06 de outubro de 2016, ambas as partes interpuseram recurso de apelação. Em 08 de novembro de 2016, a Anvisa como terceira prejudicada protocolou recurso de apelação suscitando a competência da Justiça Federal (art. 109, inc. I, da CF).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0808530−88.2016.8.12.0001	
	Após remessa dos autos à segunda instância, foi proferido acórdão pela 6ª Turma do TRF-3 suscitando conflito negativo de competência. Aguarda-se remessa dos autos ao STJ para analisar qual juízo competente.
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Necessidade de readequação de todas as embalagens de produtos que contenham glúten.

Ação Civil Pública nº 0021888-61.2018.8.17.2001	
a. Juízo	3ª Vara Cível de Recife/PE
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	09.05.2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de Pernambuco ("MPPE") Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussões sobre supostas transgressões à regulamentação técnica na fabricação de salsicha em razão da presença de listeria, salmonela, utilização de matérias-primas vencidas e estocagem de ingrediente/produto identificado em linguagem estrangeira sem aprovação e sem comunicação prévia ao SIF. O MPPE pretende a condenação da Companhia ao pagamento de valor não inferior a R$5,0 milhões em razão de suposto dano coletivo e de indenização por danos materiais e morais individuais causados aos consumidores, bem como a obrigações de fazer e não fazer, sob pena de multa no valor de R$5,0 milhões por cada descumprimento.
f. Principais fatos	Em 9 de maio 2018, o juízo da 19ª Vara Cível proferiu despacho determinando a remessa dos autos à 3ª Vara Cível de Recife-PE em virtude da existência da ação civil pública nº 0025800-71.2015.8.17.2001, em razão de suposta conexão. Em 18 de maio 2018, o juízo da 3ª Vara Cível proferiu decisão suscitando conflito negativo de competência. Em 15 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão deferindo o pedido de antecipação de tutela formulado pelo MPPE, para que a Companhia, sob pena de multa de R$5.000.000,00 por cada descumprimento, (i) suspenda a comercialização de salsicha fora dos padrões de qualidade quando alguma desconformidade for detectada pelo seu controle de qualidade ou por fiscalização do Ministério da Agricultura; (ii) cumpra rigorosamente a legislação de regência para fabricação de salsicha; (iii) não utilize matérias-primas vencidas na produção das salsichas, bem como ingredientes/produtos identificados em língua estrangeira sem comunicação prévia do Serviço de Inspeção Federal; (iv) recolha o lote de salsicha sempre que constatado risco ou agravo à saúde do consumidor; (v) veicule mensagem de alerta em seu site, mídias sociais, e local de destaque e fácil visualização para alertar os

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Ação Civil Pública nº 0021888-61.2018.8.17.2001	
	consumidores acerca do recolhimento dos produtos quando for constatado risco ou agravo à saúde de consumidor decorrente do consumo das salsichas. Em 25 de fevereiro de 2019, foi distribuída a carta precatória nº 0000473-71.2019.8.17.3590 em Vitória de Santo Antão para intimação da Companhia acerca da decisão liminar na ACP. Em 3 de maio de 2019, a Companhia apresentou contestação. Recebida a liminar, em 24 de abril de 2019, a Companhia interpôs agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra a decisão liminar que deferiu o pedido de antecipação de tutela, o qual está pendente de julgamento. Aguarda-se análise da contestação e do recurso da Companhia.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro decorrente da necessidade de pagamento de danos morais coletivos e indenização dos consumidores a título de interesses individuais homogêneos, bem como obrigações de fazer e não fazer de valor inestimável.

Processo nº 0300754−76.2015.8.24.0072	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Tijucas – SC
b. Instância	Primeira instância
c. Data de instauração	20.05.2015
d. Partes no processo	Autor: Município de Tijucas Rés: Companhia, Nestlé Brasil Ltda., Invista Fibras e Polímeros Brasil LTDA. e Bardusch Arrendamentos Têxteis Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O Município de Tijucas ajuizou ação indenizatória por danos ao meio ambiente em face da Companhia e outras empresas, com fundamento de que as Rés estavam descartando lixo (uniforme) de forma irregular em áreas verdes. Dessa forma pediu a condenação das Rés ao pagamento solidário de indenização moral coletiva, observando o parâmetro de R$7.900.000,00.
f. Principais fatos	Ação distribuída em 20.05.2015, sendo citada a Companhia em 19.06.2015. A Companhia apresentou contestação em 02/12/2015. O Município de Tijuca apresentou réplica em 14.12.2015. Após, o Ministério Público foi intimado a se manifestar, tendo sido juntada sua cota em 06/04/2016. Em despacho saneador - 15/02/2018 - foi designada audiência de saneamento cooperativo em 03/04/2018. Na audiência houve a suspensão do processo por 60 dias para tratativas de acordo, além de restar consignado que, ao final do prazo de suspensão, a parte autora deveria readequar a causa de pedir e o pedido da ação. Foi determinada a certificação do decurso de prazo de suspensão. Em 14.03.2019, foi publicada decisão de saneamento do processo, com designação de audiência de instrução para o dia 07/05/2019, deferimento de prestação de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0300754−76.2015.8.24.0072	
	depoimento pessoal, inquirição de testemunhas e produção de prova pericial, esta última que teria sido requerida somente pela Nestlé. Em 28.03.2019, foi proferida decisão que acolheu o pedido de desistência da prova pericial pela Nestlé. Em 01.04.2019, foi protocolada petição pela Companhia solicitando de acolhimento do pedido de produção de prova pericial. 03.04.2019: Interposição de Agravo de Instrumento (Autos nº 4009491-56.2019.8.24.0000) em face da decisão que não considerou o pedido de produção de prova pericial efetuado pela Companhia em sede de contestação. Em 06.05.2019. Decisão de concessão de efeito suspensivo da tutela recursal para suspensão da audiência agendada para o dia 07/05/2019 até o julgamento do órgão colegiado.
g. Risco de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Responsabilização por danos relacionados ao descarte irregular dos uniformes, com pagamento de indenização.

Processo nº 0003311-15.2012.8.26.0281	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Itatiba – São Paulo
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	11.04.2012
d. Partes no processo	Autor: WJ Produtos Alimentícios Ltda. Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	WJ Produtos Alimentícios Ltda. propôs ação ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela contra a Companhia, tendo por objeto o contrato de arrendamento mercantil firmado em 01.02.2009 da fábrica localizada na Rodovia D. Pedro I, Km 102,90, na cidade de Itatiba/SP, pedindo: (i) antecipação parcial dos efeitos da tutela para ser reconhecida a vigência do contrato até o julgamento da demanda e que a Ré seja compelida a cumpri-lo, em especial no tocante ao prazo de aviso prévio de um ano; (ii) a condenação da Ré a pagar a multa contratual pela denúncia antecipada da avença, no valor de R$3.764.800,00, mais perdas e danos a serem apurados no curso da presente ação; (iii) se não for possível o cumprimento do aviso prévio, a condenação da Ré a pagar o valor correspondente, de R$5.059.920,00, mais as despesas gerais na fábrica durante o prazo de um ano, multa contratual e perdas e danos; (iv) a condenação da Ré a pagar as custas e despesas do processo e honorários advocatícios.
f. Principais fatos	Em 22.05.2019 foi publicada sentença julgando procedentes os pedidos formulados pela Autora e condenando a Companhia ao pagamento: (i) das parcelas mensais pactuadas pelo período de um ano, contado da data da entrega das chaves em juízo; (ii) da quantia correspondente à multa contratual estipulada no contrato; (iii) a

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0003311-15.2012.8.26.0281	
	importância de R$28.614.881,91, a título de perdas e danos; (iv) dos valores a serem despendidos pela autora para a obtenção de licença de operação da planta fabril, nas esferas municipal, estadual e federal a título de perdas e danos, além do ônus da sucumbência arbitrados em 15% sobre o valor da condenação e despesas processuais. Em 29.05.2019, a Companhia opôs embargos de declaração. Em 25.06.2019 a Autora foi intimada para apresentar resposta aos embargos de declaração. Em 18.07.2019 os autos foram à conclusão. Em 14.08.2019, foi publicada decisão acolhendo em parte os embargos de declaração da Companhia. Em 04.09.2019, a Companhia interpôs recurso de apelação. Em 23.10.2019, foi proferida decisão, intimando a WJ a apresentar contrarrazões ao recurso de apelação da Companhia. Em 27.11.2019, os autos foram remetidos ao TJSP para julgamento da apelação.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro decorrente da necessidade de pagamento das verbas fixadas em sentença, os quais demandam, em parte, sua liquidação

Processo nº 0038886−31.2001.8.26.0100	
a. Juízo	5ª Vara Cível Foro Central de São Paulo, SP
b. Instância	1ª instância (Fase de liquidação de sentença)
c. Data de instauração	18.05.2001
d. Partes no processo	Autora: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A ("Ipiranga") (na qualidade de sucessora legal da Texaco do Brasil S.A. Produtos de Petróleo) Ré: Companhia (na qualidade de sucessora legal da Perdigão Alimentos S.A.)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca de alegado descumprimento de contratos firmados entre as partes ("Compromisso de Aplicação de Incentivos Fiscais e Promessa de Compra e Venda de Ações", "Contrato de Compra e Venda de Ações e Promessa de Revenda" e "Instrumento Particular de Compromisso de Aplicação de Incentivos Fiscais e Promessa de Compra e Venda de Ações"). Por meio de tais contratos, a ré teria se obrigado a comprar as ações ordinárias e preferenciais da Perdigão Amazônia S.A., cujo projeto foi financiado pela Texaco, por meio da aplicação da dedução do Imposto sobre a Renda ("IR") nos exercícios de 1991 e 1992, a título de incentivos fiscais, conforme aprovação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM").
f. Principais fatos	A ação foi julgada procedente em primeira instância por meio de sentença que, embora tenha declarado a nulidade dos contratos celebrados entre as Partes, também reconheceu suposto ilícito praticado pela Companhia. Por esse motivo, julgou procedente o pedido indenizatório alternativo apresentado pela Ipiranga, para o fim de condenar a Companhia a pagar quantia a ser apurada em liquidação de sentença.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0038886−31.2001.8.26.0100	
	A sentença foi parcialmente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo unicamente para estabelecer critérios de liquidação diversos daqueles estabelecidos pelo juízo de primeira instância. A esse respeito, nos termos do voto−vista do terceiro juiz, estabeleceu−se como forma de indenização "o valor provável de venda do negócio naquela época (dezembro de 1993), para tanto considerado não só as instalações físicas que deveriam compor o empreendimento, nela incluídas o terreno, construções civis, máquinas e equipamentos, veículos móveis e utensílios, mas também seu montante incorpóreo, a que se agrega a provável capacidade de faturamento líquido que esse parque industrial produziria naquela ocasião, segundo as condições de mercado então existentes". Em 06.2009, após trânsito em julgado, a Ipiranga iniciou a liquidação de sentença. Inicialmente, houve a designação de perito contábil para analisar os parâmetros fixados no acórdão. Contudo, diante da necessidade de apuração de valores relacionados a itens não contabilizados, tais como o terreno, as construções civis, as máquinas e os equipamentos, os veículos móveis e os utensílios, o perito contábil informou ao juízo a sua incapacidade para realizar essas tarefas e devolveu os autos para que se procedesse à realização de uma perícia de engenharia para a apuração dos referidos itens. O perito de engenharia apresentou o seu laudo em 11.03.2013. Em 5.10.2016 foi proferido despacho homologando o laudo apresentado nos autos e intimando o perito contábil para dar continuidade aos trabalhos. As discussões sobre a perícia de engenharia foram exauridas em primeira instância em agosto de 2017, aproximando-se o processo de um desfecho final quanto à apuração do valor devido pela Companhia. Em 16 de janeiro de 2019, foi proferida decisão pelo juiz almejando sanear o feito, a qual, após ser objeto de Embargos de Declaração, é objeto de Agravo de Instrumento pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça.
g. Risco de perda	Provável
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro decorrente do pagamento de indenização que está sendo apurada em sede de liquidação de sentença.

Processo nº 0102889-14.2009.8.26.0100	
a. Juízo	19ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, MG
b. Instância	Instâncias Superiores
c. Data de instauração	28.01.2009
d. Partes no processo	Autores: Valore Participações e Empreendimentos Ltda. ("Valore") e Ama Participações e Empreendimentos ("Ama") Ré: Companhia

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0102889-14.2009.8.26.0100	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Ação de execução de título extrajudicial, na qual executa a 5ª e 6ª parcelas supostamente devidas pela Companhia em razão da celebração de contrato de Compra e Venda de Unidade Frigorífica, cujo valor fixado era de R$18 milhões (5ª parcela) e R$4 milhões (6ª parcela). Segundo as empresas, caberia à Companhia indicar as inadequações na área construída de forma específica e de acordo com o contrato, caso contrário, o silêncio representaria confirmação/anuência tácita, sendo devidas as parcelas finais fixadas pelas partes.
f. Principais fatos	A Companhia apresentou exceção de pré-executividade e foi proferida sentença extinguindo a demanda sem resolução de mérito, cuja sentença foi reformada pelo TJSP com o provimento da apelação interposta por Valore e Ama, remetendo os autos para 1ª instância. A Companhia interpôs recurso especial, ao qual foi negado seguimento, ensejando interposição de agravo em recurso especial. Foi dado provimento ao agravo e recebido o recurso especial (REsp 1326400/SP), que foi julgado prejudicado em razão da oposição de embargos à execução pela Companhia. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram acolhidos para afastar sua condenação a honorários de sucumbência. A ação de execução permanece suspensa em razão dos embargos à execução opostos pela Companhia que, por sua vez, foram suspensos para aguardar a realização de provas periciais nos autos de demanda de produção antecipada de provas ajuizada pela Companhia a fim de obter elementos suficientes a comprovar o não cumprimento do contrato pela Valore e Ama.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro decorrente da necessidade de eventual pagamento das parcelas inadimplidas do contrato celebrado.

Processo nº 1076382−57.2013.8.26.0100	
a. Juízo	28ª Vara Cível do Foro Central − São Paulo
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	07.10.2013
d. Partes no processo	Autoras: Odila Sperandio e Vera Lúcia Pereira Fontana Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata−se de ação ordinária proposta pelas herdeiras de Attilio Fontana para condenação da Companhia ao pagamento de indenização (danos materiais e morais) decorrente da destruição e/ou sonegação dos livros societários da SADIA S.A. que não foram exibidos na cautelar preparatória e que teriam impedido as Autoras de apurar alegadas doações inoficiosas realizadas por Attilio aos demais herdeiros/irmãos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1076382−57.2013.8.26.0100	
f. Principais fatos	O processo foi ajuizado em outubro de 2013, tendo sido tempestivamente contestado. Saneado o feito, foi determinada a produção de prova pericial. Primeiro laudo pericial apresentado em fevereiro de 2016 com conclusão da existência de danos às Autoras no valor aproximado de R$710 milhões. Ambas as partes apresentaram impugnações e pareceres técnicos divergentes. A Companhia argumentou pela deturpação do objeto da perícia e requereu a realização de uma segunda perícia, o que foi deferido pelo juiz. Segundo laudo pericial apresentado em junho de 2017 com conclusão de não haver danos a serem calculados. Autoras alegaram cerceamento de defesa e nulidade da 2ª perícia e, em novembro de 2017, o Juízo tornou sem efeito o segundo laudo judicial e determinou o refazimento das diligências pelo Perito Otto Nertval (segundo perito). Novo laudo apresentado em março de 2018, com conclusão de inexistência de danos a serem calculados. Em abril de 2018, as Partes apresentaram suas considerações ao segundo laudo pericial, juntamente com os pareceres de seus assistentes técnicos. Em junho de 2018, o segundo Perito apresentou esclarecimentos às impugnações das Autoras e reiterou sua conclusão de que a não apresentação dos livros societários não gerou nenhum dano para as Autoras. Em resumo, a Companhia concordou com os esclarecimentos e requereu a homologação do Segundo Laudo. As Autoras novamente discordaram das conclusões alcançadas pela Segunda Perícia e juntaram parecer do Prof. Guillermo Braunbeck. Em agosto de 2018, as Autoras apresentaram petição contendo um Confronto Analítico entre a 1ª e 2ª Perícias. Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia manifestou-se sobre o confronto analítico entre a 1ª e 2ª perícias e o parecer contábil do Prof. Guilermo Braunbeck apresentado pelas autoras e apresentou parecer jurídico do Prof. Nelson Eizirik. Sentença de improcedência proferida em 12 de dezembro de 2018. As Autoras e a Companhia opuseram embargos de declaração contra a sentença, os quais foram rejeitados (a Companhia apenas com o objetivo de majorar os honorários de sucumbência). Em 20 de fevereiro de 2019, a Companhia interpôs apelação com o objetivo de reformar a sentença para majorar os honorários de sucumbência. Em 21 de fevereiro de 2019, as Autoras interpuseram apelação, para requerer: (i) anulação da sentença e remessa dos autos ao 1º grau para prosseguimento da fase instrutória; ou ii) caso o Tribunal entenda que os fatos já estão suficientemente provados, a reforma da sentença e a condenação da Companhia ao pagamento de danos materiais e morais, em valor a ser arbitrado em fase de liquidação de sentença. Em adição, após o prazo da apelação, as Autoras apresentaram parecer complementar elaborado pelo Prof. Guillermo Braunbeck (petição intempestiva). Em 10.6.2019, a Companhia apresentou contrarrazões ao recurso de apelação das Autoras. Em 11.6.2019, as Autoras apresentaram contrarrazões ao recurso de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1076382−57.2013.8.26.0100	
	apelação. Em 18.10.2019 foi realizada Sessão Conciliatória no TJSP, que foi infrutífera. O julgamento pelo TJ/SP se iniciou em 26.11.2019 e, após sustentações orais, a 2ª juíza pediu vista. Em 3.12.2019, foi proferido acórdão que negou provimento ao recurso das autoras e deu parcial provimento ao recurso da Companhia. Acórdão publicado em 10.12.2019, foi objeto de Embargos de Declaração por ambas as partes, tendo sido ambos rejeitados. O acórdão foi impugnado por Recurso Especial da Companhia e Recurso Especial e Extraordinário das Autoras, os quais pendem de análise de admissibilidade.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de indenização das autoras, a ser eventualmente apurado em sede de perícia.

Processo nº 0303887-83.2014.8.24.0033	
a. Juízo	3ª Vara Cível de Itajaí/SC
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	22.08.2014
d. Partes no processo	Autora: Transfood Logística Ltda. EPP Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Discussão acerca de suposta rescisão imotivada de contrato de prestação de serviços pela Companhia.
f. Principais fatos	Foi realizada a audiência de instrução e colhido depoimento das testemunhas. A Companhia foi condenada ao pagamento de R$56.992,66 após ter confessado ser devido esse montante. Os demais pedidos autorais foram julgados improcedentes. A Transfood opôs embargos de declaração, que foram rejeitados, ensejando a interposição de recurso de apelação. A Companhia foi intimada a apresentar suas contrarrazões e os autos foram remetidos ao TJ-SC para análise do recurso. A Companhia interpôs recurso de apelação a fim de que os honorários advocatícios sejam majorados.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impactos financeiros decorrentes da necessidade de pagamento de indenização em favor da Autora.

Processo nº 9034116-21.2017.8.21.0001	
a. Juízo	10ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 9034116-21.2017.8.21.0001	
b. Instância	Primeira instância
c. Data de instauração	25.10.2017
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul Réu: Companhia, Estado do Rio Grande do Sul; Município de Porto Alegre e invasores.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada com fundamento no Inquérito civil instaurado para averiguar danos ambientais causados por invasão de área localizada entre o Beco Mauro Vieira e a Avenida do Lami, com entrada pela Av. do Lami, em frente ao nº 7000, Bairro Lami, na capital do Rio Grande do Sul.
f. Principais fatos	A Companhia contestou a ação. Alegou, dentre outros argumentos: a) a sua ilegitimidade passiva ante a ausência de nexo de causalidade entre suas condutas ou omissões e o dano ambiental; b) a falta de interesse de agir para o ajuizamento da presente ação em relação à Companhia; c) a inadequação da via eleita; d) a responsabilidade exclusiva do Poder Público pelos danos ambientais apontados, uma vez que não coibiu o parcelamento irregular da área de propriedade da Companhia; e) a inexistência do dever da Companhia de reparar o dano, haja vista ter sido ela vítima da invasão de sua área; f) o descabimento do pedido de compensação ambiental feito pelo Ministério Público, já que o próprio órgão postula a regularização fundiária dos invasores no local. O Juízo vem procedendo tentativas de citação de todos os invasores do bem litigioso já há vários meses, atendendo a pedido do Ministério Público, sendo que em 9.12.2019 foi proferido despacho requisitando a intimação do Ministério Público para informar sobre a possibilidade de destacar um servidor desse órgão para cumprir a diligência, fazendo o levantamento dos moradores e seu endereço na ocupação. Em 28.02.2020 a Companhia e a Procuradoria do Município de Porto Alegre protocolaram uma petição conjunta requerendo a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para tentativa de acordo de regularização fundiária urbana (REURB).
g. Risco de perda	Provável.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Condenação das Rés **(a)** solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, consistente na reparação dos danos ambientais produzidos, providência a ser procedida mediante a reconstituição da área de preservação permanente invadida às condições originais, a demolição das edificações clandestinas e a revegetação da área afetada com espécies nativas, tudo conforme procedimento técnico e jurídico; **(b)** solidariamente, à obrigação de fazer consistente em, na hipótese da irreversibilidade dos danos ambientais e da impossibilidade de recuperação ambiental da área impactada, implementar medida compensatória ecológica, na forma do art. 23, parágrafo único, do Código Florestal Estadual, consistente em preservar ecossistema semelhante ao impactado em área que garanta a evolução e a ocorrência dos processos ecológicos, investindo valor proporcional àquele que seria despendido à

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 9034116-21.2017.8.21.0001	
	restauração in situ.; Condenação do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre a promoverem a regularização fundiária sustentável na área, em relação às ocupações urbanas consolidadas fora de área de risco e fora das áreas de preservação permanente.

Auto de Infração nº 4828-B	
a. Juízo	Fundação do Meio Ambiental do Estado de Santa Catarina (FATMA)
b. Instância	2º instância administrativa
c. Data de instauração	01.10.2009
d. Partes no processo	Autor: FATMA Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Multa no valor de R$270.000,00
f. Principais fatos	Em 01.10.2009, lavrado auto de Infração ambiental pela FATMA por suposto (i) descumprimento de condicionantes da licença, vez que não foi instalado o equipamento aerocondensador, estabelecido na licença de operação; (ii)ocorrência de forte odor em decorrência da ausência do aerocondensador; (iii) verificação de existência de edificações em área de preservação permanente (APP) e (iv) ausência de licença para instalação de tanque de gás. Atualmente, aguarda julgamento do recurso administrativo.
g. Risco de perda	Provável
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Multa no valor de R$270.000,00

Processo nº 5628150.41.2019.8.09.0137	
a. Juízo	Vara da Fazenda Pública do Município de Rio Verde/GO
b. Instância	Primeira instância
c. Data de instauração	28.10.2019
d. Partes no processo	Autor: Companhia Ré: Município de Rio Verde/GO
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Multa no valor de R$7.473.000,00
f. Principais fatos	Em 28.10.2019 a Companhia ajuizou ação anulatória (nº 5628150.41.2019.8.09.0137) em face da Prefeitura do Município de Rio Verde visando a declaração de nulidade do Auto de Infração nº 95/2014. Em 30.10.2019, ocorreu a suspensão da exigibilidade da multa. Em 26.12.2019, foi juntada petição comprovando o recolhimento de custas processuais de locomoção.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	Em 04.02.2020, foi realizada Audiência de Conciliação, que restou infrutífera. Em 27.04.2020, foi protocolada Réplica.
g. Risco de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Multa no valor de R$7.473.000,00

Contingências tributárias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava envolvida em 1.883 processos tributários, sendo que os principais pleitos são decorrentes de suposta da falta de recolhimento de ICMS, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Com base na experiência da Companhia e na opinião dos seus advogados, foram estabelecidas provisões para perdas classificadas como prováveis no valor de R$583.464 mil.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos tributários relevantes em que a Companhia e suas controladas figuram como parte.

1. Crédito Prêmio de IPI – Companhia

Processo nº Resp 1.343.676	
a. Juízo	Justiça Federal do Rio Grande do Sul
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça – STJ
c. Data de instauração	27.02.1987
d. Partes no processo	Autora: União Federal Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$1.849.478 mil
f. Principais fatos	A Companhia teve reconhecido direito ao crédito prêmio de IPI sobre as exportações a partir de 1982. O caso transitou em julgado de forma favorável à Companhia em 2008. Foi iniciada a liquidação da sentença e, em 2010, o tribunal de primeira instância concluiu por inexistir saldo a liquidar. Ainda em 2010, a Companhia recorreu ao Tribunal Federal do Rio Grande do Sul e a decisão foi revista, tendo sido mantida parte dos créditos. Em 2011, foram apresentados pedidos de esclarecimento a respeito da decisão. Em 2013, a Companhia apresentou recurso especial, o qual teve seu seguimento negado pela corte. Foi apresentado agravo interno contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial. Atualmente, o processo aguarda julgamento no STJ.
g. Risco de perda	Não se aplica
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Não há hipótese de a decisão final ser desfavorável, pois já houve o trânsito em julgado referente ao direito ao crédito. A discussão remanescente se refere ao cálculo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº Resp 1.343.676	
	de cumprimento de sentença. Nos casos em que os valores são incontroversos, já houve a contabilização pela Companhia.

2. Execução Fiscal Huaine

Processos nº 0006978-61.2014.4.03.6182 e 0030084-28.2009.4.03.6182	
a. Juízo	Justiça Federal de São Paulo
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça - STJ (Exceção de Pré-Executividade) e 1ª Instância (Embargos à Execução Fiscal).
c. Data de instauração	27.07.2009
d. Partes no processo	Autora: União Federal Ré: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$692.184 mil
f. Principais fatos	Trata−se de auto de infração lavrado pela Receita Federal inicialmente contra Huaine Participações Ltda. (ex−controladora da Perdigão) em 1997 por suposta utilização indevida de despesas financeiras com juros decorrentes de empréstimos não comprovados com empresa no exterior. Após discussão na esfera administrativa, a Huaine aderiu ao REFIS em 2000, tendo sido excluída em 2005. Em 2008, a PGFN responsabilizou solidariamente a Perdigão Agroindustrial pelo débito e promoveu a referida execução fiscal, a qual se encontra garantida por seguro fiança já aceito pelo juízo. Atualmente, aguarda−se a realização de perícia e a posterior prolação de sentença em 1ª instância quanto ao mérito.
g. Chance de perda	Remoto
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

3. IRPJ/CSLL – Compensação de Prejuízo ("Trava") de 30% - Incorporação

Processos nºs 11516.722237/2011-12 (IRPJ/CSLL) relativo à incorporação da Batávia e 11516-720.291/2015-57 (CSLL) e 11516-720.289/2015-88 (IRPJ) relativos à incorporação da Sadia	
a. Juízo	CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
b. Instância	Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF
c. Data de instauração	25.11.2011 (Batávia) e 04.02.2015 (Sadia)
d. Partes no processo	Autor: Receita Federal do Brasil

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos nºs 11516.722237/2011-12 (IRPJ/CSLL) relativo à incorporação da Batávia e 11516-720.291/2015-57 (CSLL) e 11516-720.289/2015-88 (IRPJ) relativos à incorporação da Sadia	
	Autuada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$790.546 mil
f. Principais fatos	Autos de Infração exigindo imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), em razão da compensação de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL pela empresa incorporada Sadia S.A. e Batávia acima do limite de 30% previsto nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.065/95. A Companhia defende que a trava de 30% prevista na legislação não se aplicaria à hipótese de incorporação, em que há a extinção da pessoa jurídica. No projeto de lei consta que o objetivo da legislação que instituiu tal limite de 30% não era retirar a possibilidade de utilização do prejuízo fiscal/base negativa, mas tão somente preservar uma parte de arrecadação. No entanto, no caso em que a empresa é extinta (incorporada), não há a possibilidade de utilizar o prejuízo fiscal/base negativa no próximo exercício, ou seja, se mantida a autuação nesse sentido, o Fisco estará contrariando a própria justificativa que deu origem à lei. Os processos estão na esfera administrativa no CARF, aguardando publicação de acórdão para oposição de Embargos de Declaração em face de decisão que deu parcial seguimento aos Recursos Especiais interpostos.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

4. ICMS – PRODEIC – Crédito Presumido

Processo nº 5679038/2019	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	10/05/2019
d. Partes no processo	Autor: Estado do Mato Grosso Autuada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$225.348 mil
f. Principais fatos	Auto de Infração objetivando a cobrança de ICMS em razão da glosa de crédito presumido sobre operações de transferências no período de janeiro/2018 a dezembro/2018, com relação a saída de produtos (i) que não estão incluídos no Termo de Acordo/Aditivo/Renovação do PRODEIC, (ii) que não passaram pelo

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 5679038/2019	
	processo de beneficiamento no estabelecimento da Companhia e que não corresponderam a operações de comercialização, condições previstas para utilização do benefício fiscal. A Companhia apresentou impugnação, a qual aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível (R$182.203 mil) Remoto (R$43.144 mil)
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

5. ICMS – Fomentar Goiás – Estorno Saídas Isentas

Processo nº 4-0119025-870-96	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	21.11.2019
d. Partes no processo	Autor: Estado de Goiás Autuada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$178.215 mil
f. Principais fatos	Auto de infração lavrado para glosa de créditos de ICMS do período de janeiro/2010 a dezembro/2014, com a aplicação de multa e acréscimos moratórios, baseado na acusação de que o estabelecimento autuado deveria estornar créditos da não cumulatividade do ICMS relacionados a insumos por ele adquiridos para a produção de rações que, segundo o Fisco, foram objeto de saídas internas supostamente amparadas pela não incidência do ICMS. A Companhia apresentou impugnação, a qual aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

6. ICMS – Crédito Outorgado – Desenquadramento

Processo n° 03.583453-0	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	04.02.2020

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n° 03.583453-0	
d. Partes no processo	Autor: Estado do Rio de Janeiro Autuada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$488.525 mil (para março de 2020)
f. Principais fatos	Auto de Infração objetivando a cobrança de ICMS no período de janeiro de 2015 a março de 2019, acrescido de multa em razão da restauração do regime normal de apuração do imposto devido ao desenquadramento da Companhia de tratamento tributário especial de que trata o Decreto 44.945/2014. A Companhia apresentou impugnação, a qual foi rejeitada e, atualmente, há prazo em curso para apresentação de recurso voluntário. O objeto desta ação é discutido também em ação conduzida sob sigilo, incluída na seção 4.5 deste Formulário de Referência.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

7. Contribuição Previdenciária – GILRAT

Processo n° 11516-720.623/2020-61	
a. Juízo	Secretaria da Receita Especial da Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15.06.2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Especial da Receita Federal do Brasil Autuada: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$124.821 mil (para junho de 2020)
f. Principais fatos	Auto de Infração objetivando a cobrança de contribuição do adicional para a aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição, em decorrência da exposição do segurado ao Risco Ruído acima de 85 dB (A), com base nos artigos 22, II, 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (no período de 2016). A Companhia foi intimada da autuação e está levantando informações e documentos para a defesa.
g. Chance de perda	Possível.
h. Análise de impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

As contingências descritas no item 4.3 acima, cuja probabilidade de perda seja classificada como perda provável, possuíam provisão constituída no montante total de R$104.159 mil em 31 de dezembro de 2019.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Processos nº 0001666.36.2015.5.02.0032 e nº 1000134-75.2017.5.02.0020	
a. Juízo	32ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	06.08.2015
d. Partes no processo	Reclamação Trabalhista nº 0001666-36.2015.5.02.0032 Autor: W. N. de M. N. Réu: Companhia Reconvenção nº 1000134-75.2017.5.02.0020 Autor: Companhia Réu: W. N. de M. N.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reclamante pleiteia: a) Pagamento da cláusula de não concorrência de forma completa; b) Indenização por Dano Moral; c) Diferenças de verbas rescisórias, 13º salário, férias com 1/3; d) Pagamento do bônus de 2010, 2011, 2012 e proporcional de 2013; e e) Honorários Advocatícios. Companhia pleiteia: a) pagamento de indenização referente às parcelas pagas a título de compensação pecuniária por termo de não concorrência e multa por quebra do termo de não concorrência; e b) honorários de sucumbência.
f. Principais fatos	O Reclamante ajuizou ação indenizatória na justiça comum que se declarou incompetente para julgamento da ação e declinou a competência para a Justiça do Trabalho. Em 06.08.2015, a reclamação trabalhista foi distribuída na justiça do trabalho. A Companhia apresentou reconvenção em ação autônoma requerendo o pagamento de indenização por violação da cláusula de não concorrência. Os processos foram reunidos para julgamento conjunto na 32ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP. Em 02.04.2018, foi realizada audiência de instrução. Em 19.04.2018, foi proferida sentença julgando a reclamação trabalhista improcedente e julgando a reconvenção parcialmente procedente para reconhecer que o reclamante descumpriu com a cláusula de não concorrência e condená-lo ao pagamento de indenização referente às parcelas pagas a título de compensação pecuniária por termo de não concorrência e multa por quebra do termo de não concorrência.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processos nº 0001666.36.2015.5.02.0032 e nº 1000134-75.2017.5.02.0020	
	As partes apresentaram recursos que foram rejeitados pela 8ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Contra essa decisão foram apresentados recursos pelas partes que aguardam julgamento perante o Tribunal Superior do Trabalho.
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro consistente no pagamento dos valores pleiteados pelo Reclamante.

Processo nº 1002061−09.2016.5.02.0086	
a. Juízo	86 Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	30.11.2016
d. Partes no processo	Autor: M. de O. K. Réu: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reclamante pleiteia: a) unicidade dos contratos mantidos no Brasil e no exterior; b) verbas trabalhistas do período em que ficou no exterior (FGTS + 40%, 13º, férias + 1/3, aviso prévio); c) integração do bônus anual ao salário; d) pagamento do bônus proporcional de 2014; e) FGTS de 19.09.2013 a 15.07.2014; f) adicional de transferência no período em que ficou no exterior); g) indenização do art. 479, CLT; h) indenização por danos morais; i) honorários advocatícios. Valor provisionado: R$50.000,92
f. Principais fatos	Em 11.11.2016, a reclamação trabalhista foi ajuizada. Em 29.03.2017, foi realizada audiência inicial na qual, além da defesa, foi apresentada a reconvenção, que a Companhia pede a condenação da autora ao pagamento em dobro do que ela recebeu pelo acordo celebrado na Holanda. Em 14.09.2017, foi realizada audiência de prosseguimento com oitiva das partes e testemunhas. Determinado adiamento da audiência de instrução para o dia 10/05/2018 às 10h30min, oportunidade em que foram ouvidas testemunhas da reclamada, por meio de conferência, eis que residentes no exterior. Em 26.08.2018, foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados em face da Companhia, bem como improcedentes os pedidos formulados na reconvenção apresentada por Companhia.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 1002061−09.2016.5.02.0086	
	As partes interpuseram Recurso Ordinário que foram rejeitados pela 14ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Contra essa decisão foram apresentados embargos de declaração pelas partes que aguardam julgamento.
g. Chance de perda	Provável – R$53.000,92 Possível – R$53.000,92
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro consistente no pagamento dos valores pleiteados pela Reclamante.

Processo nº 1001742−12.2016.5.02.0031	
a. Juízo	31ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	13.09.2016
d. Partes no processo	Autor: J. B. O. Réu: Companhia
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reclamante pleiteia: a) pagamento do bônus referente ao ano de 2014; b) integração do bônus anual no salário e nas demais verbas de natureza salarial; c) antecipação de prazo de exercício de opções de compra de ações ou indenização equivalente; d) declaração de natureza salarial das parcelas pleiteadas; e e) honorários advocatícios.
f. Principais fatos	Em 13.09.2016, foi ajuizada a reclamação trabalhista. Audiência inicial realizada em 14.12.2016, foi realizada a audiência de instrução. Em 01.03.2017, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente para determinar o pagamento de bônus referente ao ano de 2014. As partes interpuseram recurso ordinário contra essa decisão. Em 04.09.2018, a 14ªTurma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo rejeitou o recurso da Companhia e deu parcial provimento ao recurso do Reclamante para determinar a integração do bônus no salários e nas demais verbas de natureza salarial, bem como para determinar o pagamento de indenização equivalente ao plano de opções de compra de ações. A Companhia apresentou recurso que foi rejeitado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Em 27.11.2019, a decisão se tornou final e irrecorrível. Em 17.12.2019, foi iniciada a liquidação do julgado e o Reclamante apresentou cálculos de liquidação. Em 31.01.2020, a Companhia apresentou impugnação aos cálculos de liquidação. Em 02.04.2020, o juízo da 31ª Vara do Trabalho de São Paulo nomeou perito para elaboração de cálculos. Em 24.04.2020, o perito do juízo apresentou cálculos que foram impugnados pelo Reclamante.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 1001742−12.2016.5.02.0031	
	Aguardando eventual impugnação de cálculos pela Companhia. O perito prestará esclarecimentos sobre as impugnações e efetuará eventuais ajustes. Após a manifestação do perito judicial, os cálculos serão homologados e a Companhia será intimada para efetuar o pagamento ou impugnar os cálculos.
g. Chance de perda	Provável – R$725.880,19 Possível – R$311.091,50
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro consistente no pagamento dos valores pleiteados pela Reclamante.

Processo nº 0000764−92.2015.5.02.0029	
a. Juízo	29ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	15.04.2015
d. Partes no processo	Requerente: M. K. I. Requerida: Companhia (requerida)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Reclamante pleiteia: a) unicidade dos contratos mantidos no Brasil e no exterior; b) declaração de grupo econômico entre as empresas do Brasil e do exterior; c) adicional de transferência no período em que laborou no exterior; d) verbas trabalhistas do período em que ficou no exterior (FGTS + 40%, 13º, férias + 1/3, aviso prévio); e) fixação do salário base da reclamante em moeda nacional; f) declaração da natureza salarial das parcelas *in natura*; g) declaração da natureza salarial do bônus; h) subsidiariamente, o pagamento de indenização por violação à Lei e ao contrato de trabalho; e i) reconhecimento da estabilidade por aposentadoria, bem como o pagamento da respectiva indenização.
f. Principais fatos	Em 15.04.2015, foi ajuizada a reclamação trabalhista. Em 13.07.2015, foi realizada audiência inicial realizada em que a Companhia apresentou defesa. Em 21.03.2016, foi realizada audiência de instrução realizada com prosseguimento em 13 e 14 de junho de 2016. Em 15.03.2017, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em As partes apresentaram recursos ordinários contra essa decisão. Em 15.07.2018, a 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo rejeitou o recurso da

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 0000764−92.2015.5.02.0029	
	Companhia e deu parcial provimento ao recurso do Reclamante. Contra essa decisão a Companhia apresentou recurso que aguarda julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.
g. Chance de perda	Provável - R$770.121,99 Possível – R$330.052,29
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto financeiro consistente no pagamento dos valores pleiteados pela Reclamante.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

As contingências descritas no item 4.4 acima, cuja probabilidade de perda seja classificada como perda provável, possuíam valor provisionado de R$1.549 mil em 31 de dezembro de 2019.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

1) Procedimento Arbitral	
Valor envolvido	R$231,9 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Entendemos não ser possível estimar, por ora, todos os riscos e valores efetivamente envolvidos na demanda. Entretanto, eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado.

2) Procedimento Arbitral	
Valor envolvido	R$298,8 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Entendemos não ser possível estimar, por ora, todos os riscos e valores efetivamente envolvidos na demanda. Entretanto, eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado.

3) Procedimento Arbitral	
Valor envolvido	R$276,8 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Entendemos não ser possível estimar, por ora, todos os riscos e valores efetivamente envolvidos na demanda. Entretanto, eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado

4) Processo Judicial | Procedimento Arbitral	
Valor envolvido	R$12,5 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado

5) Processo Judicial | Procedimento Arbitral	
Valor envolvido	R$12,5 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

6) Processo Judicial	
Valor envolvido	R$6,9 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Eventual decisão desfavorável acarretaria prejuízos financeiros para a Companhia no valor dos pedidos atualizado, bem como danos reputacionais.

7) Processo Judicial	
Valor envolvido	R$ 235,6 milhões
Análise do possível impacto para o emissor ou suas controladas, em caso de perda	Prejuízos financeiros, no valor do pedido atualizado, além da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Item 1	ICMS – GUERRA FISCAL
Valores Envolvidos	R$1.596.903 mil (possível), R$1.503.798 mil (remota) e R$2.451 mil (provável).
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute em diversos processos a glosa pelos Estados de destino da mercadoria, do crédito de ICMS proveniente de incentivos fiscais concedidos pelos Estados de origem de forma unilateral, sem aprovação do convênio Conselho Nacional de Política Fazendária ("CONFAZ"), a denominada "guerra fiscal". Em relação aos processos envolvendo "guerra fiscal" (item i acima), em 18.12.17 foi publicado o Convênio ICMS nº 190/17 que regulamentou a Lei Complementar nº 160/17, permitindo, após as devidas regulamentações internas dos Estados, a remissão dos débitos autuados/executados. Em 01.11.18 foi publicado novo Convênio ICMS nº 109/18 que alterou em parte o Convênio ICMS nº 190/17, prorrogando os prazos de convalidação dos incentivos fiscais e de remissão dos débitos para 2019. Aguarda-se a convalidação de todos os Estados.

Item 2	ICMS – COMPROVAÇÃO EXPORTAÇÃO
Valores Envolvidos	R$261.880 mil (possível); R$202.462 mil (remota) e R$3.294 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia foi autuada pelos Estado do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás por suposta falta de comprovação de exportação relativamente a operações de transferência com fim específico de exportação. Os Processos estão em fase de produção de prova.

Item 3	ICMS – ESTORNO CESTA BASICA
Valores Envolvidos	R$5.851 mil (possível); e R$338.698 mil (provável).
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Autuações por diversos Estados fundamentada na ausência do estorno proporcional de créditos de ICMS relativos às saídas de produtos que compõem a cesta básica. Os Estados não reconhecem o direito ao crédito integral de ICMS quando as saídas posteriores recebem alguma espécie de incentivo fiscal, pois as consideram isenção parcial, de maneira que deveria haver o estorno proporcional do crédito. Em sessão realizada em 16.10.14, o Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou de forma favorável ao Fisco Estadual, o recurso extraordinário nº 635.688, com repercussão geral, interposto pela empresa Santa Lúcia S.A., entendendo como indevida a manutenção integral de créditos de ICMS sobre a saída com base de cálculo reduzida dos produtos alimentícios que compõem a cesta básica. Os embargos de declaração visando a modulação dos efeitos desta decisão foram julgados. Com isso, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu a regra para todos no caso de cesta básica. Após o término do processo, a Companhia reconheceu o seu passivo e parte dessas dívidas já foram quitadas através de programa de anistia no RS, SP e parcelamento no RJ.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Item 4	ICMS – PRODUTOS IN NATURA (HAMBURGUER E VEGETAIS)
Valores Envolvidos	R$94.560 mil (possível) e R$77.944 (remota)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	As autoridades fiscais dos Estados do Mato Grosso e de São Paulo lavraram diversos autos de infração cobrando ICMS e ICMS–ST sobre hambúrgueres, produtos temperados e mix de vegetais (mandioca, ervilha, brócolis etc.) por entenderem que referidos produtos sofrem processo de industrialização, ou seja, não podem ser considerados *in natura*. A Companhia apresentou laudo demonstrando que tais produtos, segundo as normas brasileiras, são considerados *in natura* devendo receber a isenção de ICMS. Os processos aguardam julgamento.

Item 5	ICMS - PRODEPE – PERNAMBUCO
Valores Envolvidos	R$14.689 mil (possível) e R$333.581 mil (remota).
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Trata-se de autos de infração relativos à glosa de crédito de PRODEPE concedido ao Estado de Pernambuco à Sadia incorporada pela Companhia. O Fisco alega que o estabelecimento sucessor não faria jus ao benefício concedido ao estabelecimento incorporado, sendo que a transferência dos benefícios foi aprovada pelo Comitê Diretor do Prodepe. Exige-se, ainda, supostas diferenças creditadas a maior. Os autos se encontram na esfera administrativa.

Item 6	ICMS – PREÇO DE TRANSFERÊNCIAS INTERESTADUAIS
Valores Envolvidos	R$198.174 mil (possível) e R$13.912 mil (remota)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute, ainda, tanto na esfera administrativa quanto judicial, glosas do imposto decorrente de preço de transferência interestadual. O Fisco da Bahia glosou o crédito ICMS relativo às entradas por transferências interestaduais de mercadorias sob alegação de que a base de cálculo é superior ao custo de produção definido na lei complementar 87/96 (art. 13, § 4º). No entender do fisco da Bahia a composição do custo de mercadoria destinada a estabelecimento da mesma empresa situado em outro estado não comporta os custos indiretos e mais os gastos com energia elétrica.

Item 7	ICMS – Glosas de Crédito
Valores Envolvidos	R$1.633.353 mil (possível); R$27.958 mil (remota) e R$10.714 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute, ainda, tanto na esfera administrativa quanto judicial, glosas do imposto decorrente de aproveitamento de créditos de ICMS relativo a materiais de uso e consumo na indústria, diferencial e alíquota, substituição tributária, presumido de ICMS, energia elétrica, serviço de comunicação, combustível, crédito relativo sobre preço de pauta cobrado na origem e sem aplicação da redução na base de cálculo na origem.

Item 8	PIS e COFINS

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Valores Envolvidos	R$4.693.939 mil (possível), R$775.748 mil (remota) e R$129.836 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute administrativamente glosas de créditos de PIS e COFINS decorrentes da sistemática não cumulativa, em face de divergência quanto ao conceito de insumos glosados e utilização no processo produtivo, bem como a exigência de tributação de receitas relativas a créditos presumidos de ICMS, diferenças relativas à classificação fiscal de carnes temperadas, Decretos nº 2.445 e 2.449 (semestralidade) e outros bens sujeitos à alíquota zero, embalagens, peças de manutenção, bens do ativo imobilizado, crédito presumido, indumentárias, serviços de lavagem de uniforme, pallets, etc.

Item 9	**IRPJ/CSLL - LUCROS EXTERIOR**
Valores Envolvidos	R$534.818 mil (possível) e R$8.375 mil (remota)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Autos de infração exigindo o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") relativos aos anos de 2003 a 2008. O Fisco alega que a Companhia deixou de adicionar ao seu lucro líquido os lucros auferidos no exterior pelas suas controladas diretas, conforme determina o artigo 25 § 2º da lei nº 9.429/95, sendo que a norma legal estabelece que os lucros auferidos por controladas no exterior, a serem computados na apuração do lucro real da controlada brasileira, deverão ser apurados segundo as normas da legislação brasileira para, em seguida, serem adicionados ao lucro líquido da controlada brasileira. A diferença nos resultados apurados pelo Fisco em cada país surgiu, sobretudo, em razão da inexistência do Método de Equivalência Patrimonial ("MEP") nas regras comerciais austríacas, país onde os investimentos em controladas são registrados pelo custo de aquisição. Defende-se a prevalência dos tratados internacionais em relação ao ordenamento jurídico interno. Os processos se encontram na esfera administrativa, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF").

Item 10	**SALDO NEGATIVO IRPJ/CSLL E OUTROS**
Valores Envolvidos	R$242.184 mil (possível), R$248.973 mil (remota) e R$999 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute em diversos processos na esfera administrativa e no judiciário a glosa de saldo negativo de IRPJ e CSLL, decorrente basicamente de compensações de estimativas com DCOMP não homologadas em discussão na esfera administrativa. Defende-se que na hipótese de compensação de estimativas não homologada, os débitos serão cobrados com base em Pedido de Ressarcimento ou Restituição/Declaração de Compensação (Per/DComp), e, por conseguinte, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). Discute-se, ainda, glosa de saldo negativo decorrente de crédito reconhecido em ação judicial relativa a expurgos inflacionários.

Item 11	**IPI – CRÉDITO PRESUMIDO - NCM E TRANSFERÊNCIA**
Valores Envolvidos	R$220.338 mil (possível), R$162.461 mil (remota) e R$15.393 mil (provável)

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute a glosa de crédito presumido de IPI compensado relativo às exportações, instituído pela Lei nº 9.363/96, para ressarcimento de PIS e da COFINS relativamente: (i) aquisições de insumos de cooperativas e pessoas físicas não tributados; (ii) aquisições materiais intermediários; (iii) insumos importados; (iv) produtos adquiridos para revenda; (v) sobre vendas para Zona Franca de Manaus e (vi) exportação de produtos não tributados pelo IPI. A parcela provável R$3.333 mil (provisionada) corresponde a materiais não utilizados no processo produtivo. Os processos estão em fase e produção de prova. Com relação ao IPI discute-se, ainda, a classificação fiscal (NCM) na importação de bolsas térmicas cujo processo está na fase judicial em 1ª. instância (elaboração de laudo) e a incidência de IPI na transferência entre estabelecimentos que está em fase de recurso na fase judicial.

Item 12	**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**
Valores Envolvidos	R$274.277 mil (possível), R$64.771 mil (remota) e R$40.871 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute em diversos processos na esfera administrativa e no judiciário a cobrança de contribuições previdenciárias sobre folha de salários, PLR, Plano de Stock Option. Os processos aguardam julgamento.

Item 13	**MULTA ISOLADA**
Valores Envolvidos	R$452.013 mil (possível), R$69.705 mil (remota) e R$1.184 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia discute em diversos processos na esfera administrativa a cobrança de multa isolada em face da não homologação de compensações de PIS/COFINS e Saldo Negativo de IRPJ. A maioria dos processos estão sobrestados até o julgamento dos processos de crédito. Discute-se, ainda, multa isolada decorrente da transmissão das EFD-Contribuições de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2012 com incorreções e omissão de registros, em desacordo com a legislação de regência e em decorrência de descumprimento de obrigação acessória no trânsito e emissão de notas fiscais. Os processos aguardam julgamento.

Item 14	**MULTAS – COBRADAS PELO MAPA**
Valores Envolvidos	R$28.746 mil (provável)
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A Companhia possui passivos regulatórios que correspondem a 1.024 casos discutidos na esfera administrativa. Os casos referem-se a multas do MAPA por suposta inobservância da legislação sanitária e, individualmente, não representam perdas significativas. Essas multas são resultado da inspeção de rotina dos processos de qualidade pelo MAPA. Os casos são discutidos diretamente com o MAPA, e quando a Companhia não obtém sucesso na defesa a pena é o pagamento de multa ao MAPA, ou a Companhia pode iniciar discussão judicial visando anular as penalidades impostas.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Item 15	PROCESSOS DE VALE PEDÁGIO
Valores Envolvidos	Aproximadamente, os processos possuem os seguintes valores envolvidos: R$28 milhões (provável), R$21 milhões (possível) e R$11 milhões (remoto).
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos últimos anos, a Companhia foi processada por ex-transportadoras em busca de indenização pela ausência do pagamento de tarifas de vale pedágio, conforme estabelecido pela lei federal brasileira. Atualmente, a Companhia tem dez casos em andamento relacionados a esse assunto: seis casos resultaram inicialmente em decisões desfavoráveis para a Companhia (dois desses casos estão sendo processados perante o Juizado Especial Cível) e quatro casos estão pendentes de decisão (um desses casos está sendo processado perante o Juizado Especial Cível).

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

PIS/COFINS

Em 15.03.17, o Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário ("RE") Nº 574.706/PR, movido pela Importação, Exportação e Indústria de Óleos ("IMCOPA"), fixou a tese, com repercussão geral, de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e COFINS.

Em 06.06.19, houve o trânsito em julgado de ação judicial referente à Companhia, movida originalmente por sua incorporada Perdigão Agroindustrial S.A. e em 20.08.19 houve o trânsito em julgado de ação judicial referente à Sadia S.A. Por meio destas decisões foi reconhecido o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O valor de R$2.078.610 mil referente a crédito de PIS e COFINS foi reconhecido na rubrica "Tributos a Recuperar" nas demonstrações financeiras da Companhia referentes a 2019, sendo o principal de R$1.185.386 mil registrado em "Outras Receitas Operacionais" e os juros e correções monetárias de R$893.224 mil registrados em "Receitas Financeiras".

A realização desses créditos normalmente ocorre por meio de compensação com operações de venda no mercado interno de produtos tributados, com outros tributos federais, e mais recentemente com contribuições previdenciárias ou ainda, se necessário, por pedidos de restituição ou ressarcimento.

Especificamente, para os créditos gerados com base nos processos transitados em julgado que determinaram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia iniciará a respectiva execução da sentença, buscando o ressarcimento dos valores pela via do precatório.

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matérias trabalhistas

Em 1º de setembro de 2017, foi assinado um TAC com abrangência nacional com o Ministério Público do Trabalho, pactuando adequações relacionadas ao ritmo de trabalho nos abatedouros de aves e suínos da Companhia. No compromisso firmado foi estabelecido cronograma de adequação para as fábricas de Rio Verde/GO, Lajeado/RS, Lucas do Rio Verde/MT, Dourados/MS, Uberlândia/MG, Dois Vizinhos/PR, Chapecó/SC, Francisco Beltrão/PR, Mineiros/GO, Marau/RS, Nova Mutum/MT, Serafina Correa/RS e Carambeí/PR, nos moldes de acordos que já haviam sido firmados com as filiais de Capinzal/SC, Toledo/PR, Concórdia/SC e Videira/SC. Os compromissos estão sendo implementados conforme cronograma firmado para cada atividade e em cada unidade.

Em 23 de abril de 2020, foi assinado um TAC com o Ministério Público do Trabalho, abrangendo todas as unidades frigoríficas da Companhia no Brasil, relacionado com as condições de saúde e segurança dos colaboradores da Companhia durante a pandemia do COVID-19. A Companhia se comprometeu a adotar diversas medidas para mitigar a exposição dos trabalhadores da Companhia ao risco de contágio de COVID-19 em suas unidades produtivas. Dentre as medidas previstas no acordo, estão incluídos fornecimento de máscaras para todos empregados, procedimentos de triagem em portarias, gestão de casos suspeitos, organização de refeitórios e vestiários, ampliação no número de transportes para distanciamento dos trabalhadores e demarcações de distanciamentos em postos de trabalho. O compromisso possui prazo de vigência limitado ao período em que durar a pandemia. O descumprimento do compromisso pode implicar na paralisação temporária das unidades afetadas. Para maiores informações sobre as medidas adotadas pela Companhia para a contenção da contaminação da população e preservação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, vide seção 14.5.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) envolvendo matéria ambiental

Em 20 de maio de 2008, Zulmar Bertuol, antigo proprietário da Fazenda Capivara II, hoje de propriedade da Companhia, assinou um termo de consentimento com o Estado de Mato Grosso relativo a uma recomposição da degradação de 3.3033 ha na Área de Preservação Permanente e 85.8117 na área de reserva legal da propriedade. A emenda foi assinada em 2009 pela Companhia e permanece aguardando análise do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) pelo órgão ambiental. O TAC está em andamento.

Em 7 de dezembro de 2011, a Companhia assinou um termo de consentimento com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo é preencher as áreas não vegetadas, proporcionando cobertura adequada do solo com espécies arbóreas nativas e a consequente minimização dos efeitos da erosão na proteção de encostas e nas margens do córrego na instalação localizada em Lajeado. Foram apresentadas evidências de cumprimento de obrigações pela Companhia. O TAC está em andamento - Aguarda manifestação da Promotoria sobre petição de cumprimento integral do TAC.

Em 24 de abril de 2014, foi assinado um TAC com o Ministério Público do Estado de Goiás devido a questões envolvendo o descarte de materiais sólidos (carcaças de animais) da unidade de Rio Verde. Devido a isto, foi imputado à Companhia o pagamento de multa equivalente a R$ 1.400 mil, além de outras obrigações que ainda estão sendo cumpridas pela Companhia. O TAC está em andamento.

Em 18 de setembro de 2015, a Companhia assinou um termo de consentimento com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para regularizar a licença ambiental da instalação localizada em Duque de Caxias. O TAC se encontra em fase de execução.

Em 4 de abril de 2016, a Companhia assinou um termo de consentimento com o Ministério Público do Estado de Goiás para compensar os danos ambientais causados pelo descarte de resíduos industriais sem tratamento adequado no rio Jataí. O TAC está em andamento.

Em 16 de maio de 2019, a Companhia assinou o Termo de Compromisso nº 009/2019 com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Rio Verde/GO, para possibilitar a emissão de autorização ambiental para intervenção em lagoa, localizada dentro do imóvel ocupado pela Companhia, exigindo o cumprimento de medidas de gerenciamento e remediação de contaminação ambiental. O termo se encontra em fase de cumprimento.

Inquéritos Civis envolvendo matéria ambiental

A Companhia foi formalmente comunicada de que é objeto de 37 Inquéritos Civis e Notícias de Fato em tramitação do Ministério Público de diversos estados, quais sejam: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, cujo objeto é a apuração de eventual violação às normas e obrigações de natureza ambiental envolvendo as seguintes matérias: (i) efluentes; (ii) recursos hídricos; (iii) recursos sólidos; (iv) licenciamento ambiental; (v) bem estar animal; (vi) emissões atmosféricas; e (vii) áreas contaminadas.

Investigações envolvendo a Companhia

A Companhia foi alvo de investigações, conforme abaixo detalhado. O Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia conduziu, mas ainda não concluiu, investigações independentes em conjunto com o Comitê Independente de Investigação, formado por membros externos e assessores jurídicos externos no Brasil e no exterior, com relação às alegações envolvendo os funcionários e ex-funcionários da Companhia, tanto para as referidas operações como em outras investigações em curso.

As investigações independentes implicam, além dos impactos já registrados, incertezas quanto aos desdobramentos dessas operações que podem resultar em penalidades, multas e sanções normativas,

4.7 - Outras Contingências Relevantes

restrições de direito e outras formas de passivo, para as quais a Companhia não é capaz de produzir estimativa confiável do potencial de perda.

Tais desdobramentos podem gerar pagamentos de valores substanciais, os quais poderão ter efeito material adverso na posição financeira da Companhia, nos seus resultados e fluxos de caixa futuros.

1) Operação Carne Fraca

Em 17.03.17, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo juiz da 14ª Vara Federal de Curitiba - Paraná, que autorizou a busca e apreensão de documentos e informações e a prisão de pessoas no contexto da Operação Carne Fraca. Dois funcionários da Companhia foram presos (posteriormente libertados) e três foram chamados para prestar depoimento.

Em abril de 2017, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal apresentaram denúncias contra dois funcionários da Companhia, aceitas pelo juiz responsável pelo processo. As principais alegações nesta fase envolveram conduta irregular relacionada a ofertas e/ou promessas impróprias a fiscais governamentais.

Em 04.06.18, a Companhia foi comunicada sobre a instauração de Procedimento Administrativo de Responsabilização pela Controladoria Geral da União (CGU), sob a égide da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), que visa apurar eventuais responsabilidades administrativas conexas à ação penal (nº 5016879-04.2017.4.04.7000) ("Ação Penal"), em trâmite na 14ª Vara Federal da subseção de Curitiba/PR, em decorrência da Operação Carne Fraca.

A Companhia informou determinados órgãos reguladores e entidades governamentais, com a inclusão da *Securities Exchange Comission* ("SEC") e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos da América, sobre a Operação Carne Fraca e, posteriormente, sobre a Operação Trapaça (comentada abaixo) e vem cooperando com as autoridades.

Em 28.09.18, foi publicada a sentença da Ação Penal em primeira instância, que absolveu um dos funcionários da Companhia e condenou o outro à pena de detenção de seis meses com possibilidade de substituição por pena restritiva de direito. O Ministério Público apresentou recurso de apelação à sentença de primeira instância. O recurso encontra-se em fase de análise pelo Tribunal Regional Federal da 4º Região.

2) Operação Trapaça

Em 05.03.18, a Companhia tomou conhecimento da decisão proferida pelo juiz da 1ª. Vara Federal de Ponta Grossa/PR, que autorizou a busca e apreensão de informações e documentos devido a alegações envolvendo suposta má conduta relacionada a violações da qualidade, uso de componentes alimentícios impróprios e falsificação de testes em certas plantas da Companhia e laboratórios credenciados. Esta operação foi denominada como Operação Trapaça. Na mesma data, a Companhia recebeu notificação do MAPA que suspendeu temporária e imediatamente as exportações das plantas de Rio Verde/GO, Carambeí/PR e Mineiros/GO para 13 países que necessitam de requisitos sanitários específicos relacionados ao controle de *Salmonella spp*.

Em 14.05.18, a Companhia foi notificada sobre a decisão de que 12 (doze) unidades fabris localizadas no Brasil foram excluídas da lista que permite a importação de produtos de origem animal pelos países da União Europeia. A medida entrou em vigor a partir de 16.05.18 e atingiu somente as plantas localizadas no Brasil que possuíam habilitação para exportação para a União Europeia, sem afetar o fornecimento para outros mercados ou as demais plantas da Companhia localizadas fora do Brasil e que exportavam para o mercado europeu.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Em 15.10.18, o Departamento de Polícia Federal submeteu à 1ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Ponta Grossa/PR relatório final acerca das investigações relacionadas à Operação Trapaça. O inquérito policial indiciou 43 pessoas, incluindo ex-executivos chave da Administração da Companhia.

Em 04.12.19, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra 11 (onze) pessoas relacionadas às alegações sobre violações na fabricação de Premix (composto de vitaminas, minerais e aminoácidos com a finalidade de inclusão de micro ingredientes na ração para a nutrição ideal dos animais) como um desdobramento da Operação Trapaça. Nenhum membro da administração, diretor ou executivo em posição de gestão atual na Companhia foi denunciado. Dentre os denunciados apenas um único colaborador ainda permanecia ativo em suas funções e foi preventivamente afastado após o oferecimento da denúncia, seguindo a política atual da Companhia que prevê afastamento até o esclarecimento dos fatos. O oferecimento da denúncia, que foi recebida, originou o processo nº. 5016545-69.2019.4.04.7009. Os denunciados devem apresentar suas respectivas defesas, sendo representados por advogados próprios.

A Companhia informou determinados órgãos reguladores e entidades governamentais, com a inclusão da SEC e do DOJ, sobre a Operação Carne Trapaça e vem cooperando com tais autoridades, que também estão conduzindo suas próprias investigações.

3) Operação Pasteur

Após a deflagração da "Operação Pasteur" em 17.12.2014 pela Polícia Federal, foi iniciada uma investigação policial no setor da indústria de laticínios (leite) para verificar um suposto pagamento indevido (suborno) aos auditores do MAPA. Um dos auditores e um ex-funcionário da Companhia celebraram um acordo de colaboração premiada, confirmando a ocorrência desses pagamentos indevidos no período de 2009 a 2013.

Em 29.11.2019, a Autoridade Policial apresentou acusações criminais contra dois funcionários públicos por supostamente pedido de suborno e contra ex-funcionários da Companhia por supostamente subornar os auditores públicos de 2009 a 2013.

O caso está no Ministério Público, que deve escolher uma das três opções a seguir: oferecer acusações formais que, se recebidas pelo juiz, darão lugar a um processo criminal; negar provimento ao caso; ou solicitar investigação adicional pela polícia, a ser especificada. Ressalta-se que esta investigação estava relacionada à indústria de laticínios, unidade de negócios vendida pela Companhia em 2015. A Companhia está acompanhando o caso.

4) Operação Romanos

Como resultado da Operação Trapaça, a Operação Romanos foi lançada para investigar a conduta de auditores do MAPA com relação ao recebimento de vantagens indevidas. Em 01.10.2019, em resposta às solicitações do Ministério Público Federal, foram tomadas medidas cautelares, como buscas e apreensões, suspensão do exercício de funções públicas e inquérito aos inspetores.

A própria Companhia não é parte de tal procedimento nem nas investigações a ele relacionadas, mas forneceu informações no âmbito do processo de colaboração com as autoridades.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Inquérito Policial – Acordo de Delação premiada do Sr. Antonio Palocci Filho

Foi instaurado inquérito policial em 17.06.2019, perante o Departemento da Polícia Federal de São Paulo (Delecor) para investigar fatos relatados pelo Sr. Antonio Palocci Filho (ex-Ministro das Finanças do Brasil no Governo de Luis Inácio Lula da Silva) no anexo 18 do seu acordo de delação premiada. No referido documento, o Sr. Palocci narra as dificuldades financeiras que a empresa Sadia S.A. enfrentava em 2008 devido a contratos envolvendo derivativos de câmbio. Naquela ocasião, segundo relatos do Sr. Antonio Palocci, ainda não corraborados com evidências, o então presidente da Sadia teria procurado o Sr. Palocci para solicitar uma reunião com o ex-presidente "Lula". Na reunião, teriam sido consideradas duas alternativas: viabilizar a fusão entre Sadia e Perdigão, com apoio e contribuição do BNDES; ou o BNDESPAR injetaria recursos na Sadia por meio de empréstimo e participação acionária. De acordo com o relatado pelo Sr. Palocci, o ex-presidente Lula teria agido para defender a opção de fusão, e sua assistência seria necessária, pois a Perdigão estava sob o controle dos fundos de pensão. Ainda segundo o Sr. Palocci, o ex-presidente Lula teria tido uma participação decisiva, intervindo perante os fundos de pensão (forçando-os a realizar a operação sem análise adequada) e o BNDES (que entregou o empréstimo em tempo recorde).

Após a aprovação da fusão, em 13.07.2011, o ex-presidente Lula supostamente reclamou ao Sr. Palocci sobre a falta de retribuição da Companhia. O Sr. Palocci teria então transmitido a mensagem ao presidente da Sadia na época, que teria, segundo relatos do Sr. Palocci, prometido doar fundos para as campanhas do 'Instituto Lula' e 'PT' (Partido dos Trabalhadores).

O Sr. Palocci menciona um valor doado "na próxima campanha" de R$3.600 mil. Além disso, de acordo com os registros, a Companhia teria doado ao comitê financeiro ou doação partidária ao PT, o valor de R$800 mil em 2010, R$70 mil em 2012 e R$2.150 mil em 2014.

Segundo o Ministério Público Federal, supostamente foram cometidos crimes de corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e administração fraudulenta de instituição financeira.

A Companhia iniciou uma investigação interna, conduzida pela Diretoria de *Compliance*, e está cooperando com as autoridades.

Inquérito Policial – Superintendência da Polícia Federal do Rio de Janeiro (fábrica de lácteos em Barra do Piraí/RJ)

Foi instaurado inquérito policial em 29.10.2018, para investigar possíveis pagamentos ilegais realizados por terceiros (empresa concorrente da Companhia) a Sérgio Cabral (ex-governador do Estado do Rio de Janeiro) e outra pessoa, supostamente feita nas dependências de um Supermercado na cidade do Rio de Janeiro. A investigação é conduzida pela Superintendência Regional da Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Em 06.01.2020, foi anexado um trecho do relatório do Grupo de Combate à Evasão Tributária e Atos Ilícitos contra a Ordem Tributária - GAESF. O relatório discorre acerca de benefícios concedidos a terceiros (Grupo J&F), incluindo um terreno de 400.000 m² em Barra do Piraí / RJ, onde foi instalada uma fábrica da empresa VIGOR (empresa do Grupo J&F).

O relatório também menciona que o imóvel foi anteriormente concedido à Companhia, mas foi posteriormente devolvido e então transferido pelo Governo para a empresa VIGOR. A Companhia foi solicitada a prestar depoimento e esclarecer esses fatos.

Em 26.02.2020 a Companhia prestou os esclarecimentos à autoridade policial, e permanece à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Inquérito Civil Público – Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Benefícios fiscais envolvendo fábrica de lácteos em Barra do Piraí/RJ).

O Inquérito Civil foi instaurado pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro para investigar supostos atos governamentais por meio dos quais benefícios fiscais teriam sido concedidos irregularmente à Companhia e a outra empresa concorrente em contrapartida a supostas doações eleitorais realizadas irregularmente. A investigação é conduzida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Grupo Especializado em Combate à Evasão Tributária e Atos Ilícitos contra a Ordem Tributária - GAESF).

Com relação à Companhia, a investigação analisa a concessão de benefícios fiscais resultantes da instalação, em 2011, de uma fábrica de laticínios pela Companhia na cidade de Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, cujos benefícios fiscais foram concedidos em 2015. A Prefeitura cedeu o terreno, mas a Companhia decidiu por interromper o plano de instalação, em razão da inviabilidade do projeto em face a alterações nas condições do mercado de produtos lácteos, mesmo após a concessão do benefício fiscal. O terreno e suas benfeitorias, no valor total de R$26.000 mil, foram devolvidos à Prefeitura sem contrapartida, conforme preconiza a documentação original de doação.

Como a investigação analisa condutas relacionadas a duas empresas concorrentes, os arquivos são confidenciais e os advogados da Companhia não têm acesso ao seu conteúdo. A Companhia tem cooperado e fornecido todos os esclarecimentos solicitados pelas autoridades.

Ação coletiva nos Estados Unidos

Em 12.03.2018, uma ação coletiva de acionistas (*Class Action*) foi proposta contra a Companhia e alguns de seus atuais e ex-administradores perante o Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos da América, na cidade de Nova York. Na ocasião, falhas no processo de elaboração do Fomulário 20-F apresentado anualmente à *Securities and Exchance Comission – SEC*, notadamente com relação aos temas que foram objeto de investigação pelas autoridades brasileiras no contexto das chamadas Operação Trapaça e Operação Carne Fraca. Em 02.07.2018, o referido Tribunal nomeou como o principal autor da ação a *City of Birmingham Retirement and Relief System*. Em 31.08.2018, o autor principal apresentou um aditamento à ação coletiva e um segundo aditamento foi apresentado em 05.12.2018. Em 03.04.2019 o autor principal protocolou petição pleiteando permissão para apresentar um terceiro aditamento à ação. Em 03.05.2019, o juiz deferiu o pedido. Em 10.05.2019 o terceiro aditamento da ação foi protocolado. Em 10.05.2019 o Tribunal aprovou cronograma de *briefing* para o pedido de indeferimento (*motion to dismiss*) da seguinte forma: todos os acusados citados até a presente data, incluindo a Companhia, devem protocolar o pedido de indeferimento até 24.06.2019; o autor deve protocolar qualquer oposição até 08.08.2019; e os acusados devem protocolar qualquer resposta até 09.09.2019.

Em 25.10.2019, o Tribunal concedeu ao autor principal permissão para apresentar, até 08.11 2019, um quarto aditamento à reclamação. O Tribunal determinou, ainda, o prazo de até 13.12.2019 para a apresentação do pedido de indeferimento (*motion to dismiss*), podendo qualquer oposição ser apresentada até 10.01.2020 e resposta até 31.01.2020

Em 31.12.2019, a Companhia e o outro réu entraram com um pedido de extinção do processo. Em 21.01.2020, o Autor Principal protocolou uma ação de oposição, e em 11.02.2020 a Companhia e os outros réus ajuizaram um recurso.

Em 23.4.2020, a Companhia, mediante Comunicado ao Mercado, informou que celebrou documento que estabelecia os termos e condições para um acordo visando ao encerramento da *Class Action*. Por meio do acordo, a Companhia comprometeu-se a pagar a quantia de US$40 milhões (quarenta milhões de dólares norte-americanos) para encerrar todas as demandas pendentes e que pudessem vir a ser propostas por pessoas ou entidades que compraram ou de outra forma adquiriram *American Depositary Receipts* – ADRs de sua emissão entre 04.04.2013 e 05.03.2018. Em 13.05.2020, o Tribunal emitiu uma ordem aprovando o acordo de forma preliminar e agendará uma audiência final sobre a razoabilidade do acordo ("*fairness hearing*"), a ocorrer após 21.08.2020. O acordo não implica reconhecimento de

4.7 - Outras Contingências Relevantes

responsabilidade ou de prática de atos irregulares pela Companhia ou seus executivos. O acordo expressamente prevê a negativa de qualquer conduta irregular por parte da Companhia ou que qualquer autor tenha sofrido quaisquer danos ou tenha sido prejudicado por qualquer conduta alegada nesta *Class Action*. O pagamento do valor acordado ocorrerá conforme as regras aplicáveis e determinações da corte do Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos

Tutela de urgência em caráter antecipado em virtude da pandemia de COVID-19

Em 04.05.2020 o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ingressou com a Ação Civil Pública nº 5001369-33.2020.8.21.0017 contra a Companhia com base em alegações apresentadas por Fiscais Sanitários da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul que, após vistoria na planta de Lajeado/RS da Companhia, concluíram que apesar das medidas sanitárias já tomadas, a mesma apresentava risco de transmissão do vírus causador do COVID-19 entre os trabalhadores e para a comunidade em geral.

Em 08.05.2020 foi deferido o pedido de tutela de urgência, determinando: A) a paralisação integral de toda a atividade na planta industrial da Companhia, em Lajeado, pelo período de 15 dias, com a fixação de astreinte no valor diário de R$1.000.000,00, em caso de descumprimento, devendo ser mantida a força de trabalho necessária para a manutenção de todo o aparelhamento, com as medidas de contingência, higienização e proteção já ajustadas nos termos de ajustamento de conduta assinados pela Companhia. Ainda, no período de paralisação das atividades, a Companhia deveria reorientar os monitores, de modo a torná-los atuantes e efetivos, capazes de identificar o descumprimento das regras e proceder a correção das mesmas, bem como estabelecer procedimentos padronizados de cada operação; B) Durante o período de suspensão das atividades, a demandada deveria proceder a higienização e descontaminação de toda a unidade industrial, inclusive sistemas de refrigeração de ar, veículos próprios e de terceiros, espaços internos e externos da unidade (estacionamento, paradas de ônibus, acessos à Companhia, etc.), segundo critérios e orientações dos órgãos de vigilâncias sanitárias do Estado RS e Município de Lajeado e da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia, com a fixação de astreinte no valor de R$1.000.000,00, em caso de descumprimento; C) A Companhia deveria elaborar um plano de retomada gradativa das atividades para implementação após o período de suspensão das atividades, observando as orientações dos órgãos responsáveis, o qual somente será efetivado após análise e aprovação do Ministério Público e homologação judicial, sob pena de se prorrogar a suspensão das atividades até a sua completa adequação; D) A Companhia deveria proceder no acompanhamento e monitoramento do retorno ao trabalho, testando todos os trabalhadores, inclusive os terceirizados, prestando e repassando, incontinente, todas as informações aos gestores de saúde dos respectivos domicílios, com a fixação de astreinte no valor de R$10.000,00 por evento, em caso de descumprimento;

Em 09.05.2020, foi interposto Agravo de Instrumento com pedido de liminar (5016925-78.2020.8.21.7000) pela Companhia contra a decisão, a fim de demonstrar que todas as medidas preventivas foram devidamente adotadas. O pedido liminar do Agravo de Instrumento não foi concedido, o que foi objeto de Embargos de Declaração. Os Embargos de Declaração foram rejeitados em 11.05.2020. Dessa decisão caberia recurso ao colegiado.

Em 15.05.2020, em audiência realizada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, foi proposta a celebração de um Termo de Acordo Judicial, no qual a Companhia de obrigou a: 1- Dar cumprimento integral dos protocolos do MAPA, das normas e orientações fixadas pela Vigilância Sanitária, além das condições já acordadas com Ministério Público do Trabalho; 2- Realizar a higienização e desinfecção geral da fábrica, com manutenção dos protocolos de higienização, sanitização e desinfecção da fábrica de Lajeado, em cumprimento às indicações das fiscalizações das equipes das vigilâncias sanitárias estadual e municipal, além de treinar e empoderar os fiscais COVID-19 da Companhia, para que exijam o cumprimento dos itens referente às práticas de cuidados e proteção das pessoas, em face o COVID-19 na unidade; 3- Realizar a testagem de todos os trabalhadores no prazo máximo de 15 dias, com testes para COVID-19 (rápido e/ ou PCR), conforme protocolo desenvolvido pela Companhia (em anexo I), com transparência total dos dados e encaminhamento dos resultados imediatamente à Vigilância Epidemiológica de Lajeado; 4- Realizar a

4.7 - Outras Contingências Relevantes

retomada das atividades durante os próximos dias até fechar o 15º dia estipulado na decisão liminar (25.05.2020), com a limitação global de 50% dos funcionários do setor abate de aves e suínos, com exceção específica de alguns setores, sendo que somente poderão retornar às atividades os funcionários negativados para COVID-19, conforme protocolo desenvolvido pela Companhia e de acordo com as condições já previstas no TAC firmado com o MPT e a busca ativa dos funcionários infectados e seus contactantes, assim como as questões remuneratórias, trabalhistas e previdenciárias deverão ser realizadas de acordo com as condições já previstas no TAC firmado com o MPT.

Por fim, a Companhia assumiu, dentro do seu programa de doações e apoio aos municípios afetados, a: 1- Realizar a doação ao Hospital Bruno Born (70%), de Lajeado, e ao Hospital de Estrela (30%), de equipamentos médicos, hospitalares, insumos e outros voltados a qualificar e ampliar a estrutura das ações de atenção em saúde voltadas ao atendimento dos casos confirmados do novo Coronavírus (COVID-19), que serão oportunamente especificados em plano de aplicação a ser encaminhado pelas entidades hospitalares, no valor total de R$1.200.000,00, no prazo de 30 dias após aprovação do referido plano pelo Ministério Público e BRF S.A.; 2- Realizar, através de equipe multidisciplinar, com no mínimo uma Assistente Social e uma Enfermeira, com carga horária de 40 horas semanais e pelo período mínimo de seis meses, orientação, monitoramento e acompanhamento de seus trabalhadores e suas famílias residentes nos bairros Conservas, Santo Antônio e Jardim do Cedro, em Lajeado, inclusive com o fornecimento de insumos de higiene e equipamentos de prevenção à propagação do contágio do COVID-19, com início no prazo de 10 dias a contar da homologação do presente acordo; 3- Complementar a renda dos agricultores e produtores integrados na criação de frangos e suínos, especificamente em face da suspensão e/ou redução das atividades no período de 11.05.2020 a 25.05.2020, conforme previsto na Cláusula 2ª, item 4, do acordo.

O Termo de Acordo Judicial não foi homologado pelo Juízo. Face a esta decisão, foram interpostos os Agravos de Instrumento pela Companhia e pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por meio dos quais se obteve do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em sede de liminar, a homologação do acordo em 16.5.2020.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é companhia estrangeira.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, validada em reunião pelo Comitê Executivo em 09 de dezembro de 2019, pelo Comitê de Auditoria e Integridade em 13 de dezembro de 2019, pelo Comitê de Finanças e Gestão de Riscos em 19 de dezembro de 2019 e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia por meio de reunião realizada em 19 de dezembro de 2019.

A Companhia também possui uma Política de Gestão de Riscos Financeiros, a qual está descrita no item 5.2 deste Formulário de Referência.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades do processo de Gestão de Riscos, com o objetivo de orientar a Companhia na identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de eventos cuja ocorrência possa impactar negativamente o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia intrínsecos ao negócio da Companhia, como parte do processo de tomada de decisão, para proporcionar geração e proteção de valor à Companhia.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar as suas atividades e operações, como riscos financeiros, operacionais, estratégicos, regulamentares e/ou reputação e imagem. Isso inclui riscos relacionados à energia elétrica, cadeia de fornecedores, riscos operacionais, controle sanitário, compliance, segurança dos alimentos, imagem e reputação, ambientais, mudanças climáticas e recursos hídricos.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Seguem abaixo os instrumentos e estratégias utilizados para proteção de riscos que podem afetar a Companhia:

- **Energia elétrica**: a gestão de riscos relacionada à energia elétrica é conduzida por meio do monitoramento constante das condições políticas regulatórias e climáticas que podem interferir no custo e disponibilidade de energia elétrica, considerando que a matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes hídricas. A estratégia de mitigação dos riscos passa pela redução do consumo, aquisição de energia elétrica no mercado livre avaliada por meio de modelagens matemáticas, considerando cenários climáticos futuros de curto e médio prazo. A Companhia prioriza fontes renováveis de energia, seguindo também os compromissos por ela assumidos em relação a mudanças climáticas.

- **Cadeia de fornecedores**: pela extensão e complexidade de sua cadeia produtiva, a Companhia mantém uma série de ações e diretrizes, entre elas a Norma Corporativa de Processo de Aquisição, a avaliação Probabilidade de Inadimplência (Prinad) – realizada pelo Serasa – a avaliação do fornecedor em listas públicas (Ibama, CEIS e Trabalho Escravo), avaliações realizadas pelo time de Homologação de Fornecedores, com base nos dados do Serasa. Além disso, a Companhia exige a obrigatoriedade de aceite ao Código de Conduta do Parceiro de Negócios da BRF, pois é extremamente importante assegurar que seus fornecedores estejam em linha com as suas diretrizes corporativas. Como controle interno da área de Suprimentos, a Companhia garante o planejamento anual das negociações através da ferramenta ASP (Annual Sourcing Plan) e a elaboração e atualização do Strategic Sourcing – ferramenta utilizada pela área de Suprimentos para analisar o mercado, a categoria (análise voltada ao ambiente interno para entender consumo e utilização) e as estratégias de *sourcing*

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

e negociação, assim como o risco de fornecimento de cada fornecedor envolvido na cadeia. Essas práticas se refletem no Programa de Monitoramento da Cadeia de Fornecedores. Para os fornecedores que possam representar riscos reputacionais para a Companhia, principalmente em relação a condutas antiéticas ou corrupção, a Diretoria de Compliance realiza o processo de Análise Reputacional de Terceiros, formalizado em Norma Corporativa. Os produtores integrados, fornecedores que recebem procuração para representar a Companhia ou têm interação com órgãos públicos em nome da Companhia, por exemplo, são objeto dessa análise. Tal processo compreende a realização de pesquisas em bancos de dados públicos (*screening*) para identificação do grau de risco que, eventualmente, pode estar associado a esses terceiros. Em tais pesquisas, são verificadas informações de processos judiciais e administrativos, listas restritivas e mídias negativas, que tragam indícios de infrações às leis e normas vigentes e/ou às diretrizes contidas no Manual de Transparência e/ou nas Políticas e demais documentos normativos internos da Companhia, praticadas por estes terceiros.

- **Operacionais**: o Programa de Segurança, Saúde e Meio Ambiente (SSMA), existente desde 2008, engloba o desenvolvimento de cultura aderente à mitigação dos riscos e à preservação da vida, tendo como um de seus pilares o Programa de Gestão de Risco Operacional (PGR), desde 2010. A Companhia possui ainda o Centro de Controle Operacional, desde 2014 implantado em Curitiba (PR), que permite a administração integrada de suas operações logísticas. Complementando essas ações, há seguros contra danos e ocorrências envolvendo seus principais ativos, como instalações e mercadorias. Adicionalmente, em 2018, foi criada a Diretoria Global de SSMA, responsável pelos temas e pela mitigação dos riscos.

- **Controle Sanitário e Segurança dos Alimentos**: A Companhia mitiga os riscos relacionados a controle sanitário e segurança de alimentos adotando boas práticas agropecuárias e boas práticas de fabricação e buscando a melhoria constante de controles e de processos em toda a cadeia produtiva. A Companhia mantém sistemas designados a monitorar os riscos à segurança dos alimentos em todos os estágios do processo de produção (inclusive na produção de suínos e aves). Além disso, realiza checagens de aderência a requisitos legais e de clientes diariamente, através de análises de processos e produtos e anualmente através de auditorias internas de qualidade e auditorias externas de clientes. Adicionalmente, a Companhia possui programas de desenvolvimento e homologação de fornecedores para garantir a evolução contínua dos nossos parceiros de negócios. A Companhia realiza também grandes investimentos em tecnologia para melhoria de processos através da digitalização de controles, sistemas avançados para laboratórios e automação de linhas de processo. A Companhia trabalha, ainda, para realizar a capacitação de pessoas nos procedimentos relacionados a controle sanitário e segurança dos alimentos, tanto *online*, como presencialmente. Especificamente em relação ao controle sanitário, a Companhia mitiga esse risco adotando princípios de qualidade nas fábricas, na cadeia produtiva e no processo de distribuição. Nas unidades de abate, por exemplo, há práticas para atender e, também, superar as legislações sanitárias dos mercados e evitar eventuais embargos. Em relação à segurança dos alimentos, o sistema de qualidade da Companhia possui programas específicos para a segurança dos alimentos, como os programas "Boas Práticas de Fabricação" e "Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle", que contemplam medidas preventivas para eliminar perigos biológicos, físicos e químicos. Fornecedores possuem cláusulas específicas de garantia de qualidade em seus contratos, assegurando o nível de cuidados e práticas agropecuárias (ração e medicamentos fornecidos, por exemplo). Adicionalmente, a Companhia investe em equipamentos de ponta, como detectores de metais e equipamentos de raios-X, para redução de contaminações físicas; na certificação de locais de produção; e em compras alinhadas a padrões internacionais.

- **Imagem e Reputação**: a Companhia mantém uma diretriz de risco e reputação e uma Política de Marketing Responsável que suportam todos os segmentos de negócios. A Companhia também adota uma estrutura de iniciativas antifraude e anticorrupção que pauta todos os segmentos de negócios e seus padrões comerciais em todo o mundo. Todavia, ainda que existam controles e procedimentos implementados, a Companhia pode nem sempre ser capaz de mitigar todo e qualquer risco de fraude. No caso de má publicidade ou outros atos que possam afetar a imagem da Companhia, existe um Comitê de Crises, que trabalha diretamente com as partes interessadas. A gestão de reputação na Companhia está centralizada em uma

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

diretoria criada em 2018, Diretoria de Reputação, com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Diretor Vice-Presidente de Recursos Humanos e Serviços Compartilhados da Companhia. A Diretoria de Reputação centraliza todo o contato externo da Companhia com seus diferentes públicos, é integrante do Comitê de Crises da Companhia e participa do sistema de gestão de riscos. A Companhia também tem formalizado um manual de gestão de crises com os princípios básicos para enfrentamento de situações que possam afetar a reputação da Companhia. A Diretoria de Reputação também define o posicionamento externo da marca corporativa, sendo ouvida na avaliação de patrocínios, doações, além da execução do propósito da Companhia em ações para o público externo.

- **Ambientais**: projetos cada vez mais eficientes para a redução de consumo de recursos naturais nas atividades da Companhia. Controles e monitoramentos ambientais cada vez mais rigorosos, em todos os aspectos que possam gerar impactos ambientais (efluentes, resíduos, captação de água, emissões atmosféricas, odor, ruído etc.), trabalhando proativamente para evitar que ocorram acidentes ambientais. Se mesmo assim o acidente acontecer, a Companhia tem uma forma para relato e tratativas imediatas, para que a abrangência e os impactos desse acidente sejam reduzidos. A Companhia realiza também o monitoramento de compras de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, pautando suas decisões de compras e antecipando movimentos de preços nos mercados de commodities. Além disso, a Companhia empreende projetos para desenvolver processos mais eficientes que consumam menos energia. Outras iniciativas incluem inovações tecnológicas nas instalações de criação de animais, melhorando o ambiente e a aclimatação, garantindo bem−estar do animal.

- **Mudanças Climáticas**: entre as ações para minimizar os riscos mapeados e garantir competitividade nos custos estão o acompanhamento dos estoques na compra de grãos e o monitoramento constante do clima nas regiões agrícolas, para direcionar a tomada de decisão de compras e antecipar oscilações de preços no mercado de commodities; o desenvolvimento de projetos de eficiência energética; e a inovação tecnológica nas instalações agropecuárias, a fim de melhorar o ambiente e climatização e garantir o bem-estar animal.

- **Recursos Hídricos**: para mitigar tais riscos, a Companhia desenvolve ações e projetos internos e externos para reduzir o consumo e cumprir as regras aplicáveis, a fim de minimizar o impacto no meio ambiente e na comunidade. Analisam-se as micro e macro bacias hidrográficas que compõem a região, bem como as atividades industriais e as características do uso dos recursos hídricos, a fim de entender o crescimento da demanda local, antecipando os riscos.

- **Compliance**: O Sistema de Integridade BRF, coordenado pela Diretoria de Compliance, é de aplicação obrigatória a todos os colaboradores, desde a alta administração (Conselho de Administração, comitês de assessoramento e Diretoria Executiva) até as unidades produtoras, logística e equipe de vendas. Em parceria com as áreas de Auditoria Interna, Riscos e Controles Internos, a Diretoria de Compliance tem como objetivo a disseminação de uma cultura de ética e integridade, controles internos e gerenciamento de riscos, em todas as suas relações internas e externas.

  O Sistema de Integridade BRF tem enfoque preventivo e foi construído seguindo as melhores práticas nacionais e internacionais de compliance. Aplicável a todos os colaboradores, parceiros de negócio e públicos que se relacionam com a Companhia, o sistema possui oito pilares que se alimentam em um fluxo contínuo de melhoria e buscam responder às demandas das áreas de negócio com eficiência e agilidade. O Comprometimento da Alta Administração, como liderança transformadora, está no centro do Sistema, para garantir a sua eficácia e enforcement, com apoio amplo e visível às atividades desenvolvidas em cada pilar.

  Cada pilar do Sistema de Integridade BRF foi implementado considerando as especificidades do setor de atuação da Companhia, bem como os riscos aos quais a Companhia está sujeita, metodologia e melhores práticas de mercado. Todas as atividades da Diretoria de Compliance tiveram apoio da alta administração, para aprovação do Manual de Transparência e Políticas de Integridade, além de participação ativa de diretorias relacionadas ao Sistema de Integridade BRF, como Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna. A Companhia utilizou recursos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

internos e externos na implementação do sistema, montando equipe robusta de profissionais qualificados, com experiência na área, histórico na Companhia e dedicação exclusiva, bem como contratando escritórios jurídicos e consultorias especializadas no tema, para auxiliar em determinados processos, tais como investigações externas, análise de terceiros e pareceres para casos pontuais. Ademais, a Companhia adquiriu ferramentas de automação de processos, que permitiram maior eficiência no desenvolvimento de pilares do sistema, como Canal de Transparência BRF, análise de terceiros e plataformas de treinamentos on-line.

Para o constante aprimoramento do Sistema de Integridade BRF, são realizadas avaliações de riscos periódicas e testes em controles transacionais, levando em conta as características de mercado onde a Companhia atua, localização das unidades, cultura local, histórico de casos, nível de regulação estatal e interação com órgãos públicos. Com base nos riscos identificados, foram desenvolvidas e atualizadas políticas e procedimentos para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de irregularidades.

Tendo em vista o setor de atuação da Companhia, a implementação do Sistema de Integridade BRF tem papel importante na mitigação dos riscos inerentes às suas atividades, como interação com órgãos públicos (própria e de terceiros), doações, patrocínios, oferta de brindes/presentes e outros benefícios e controle de pagamentos. Para o devido monitoramento de tais riscos, o Sistema de Integridade BRF possui pilares que tratam especificamente desses temas e identificam oportunidades de melhorias, são eles:

1. Identificação e mitigação de riscos de Compliance: a alta administração é responsável pela identificação e mitigação de todos os riscos, conforme descrito em capítulo específico nesse relatório. Especificamente para os temas de Compliance, essa avaliação é feita de forma regular, seguindo os processos da Diretoria Global de Riscos, mas também pode ser efetuada pontualmente uma vez que algum risco específico seja identificado por meio de investigações ou análises realizadas pela Diretoria de Compliance. A estrutura do Sistema de Integridade BRF, assim como os demais pilares aqui descritos, são revisados em função do nível de exposição dos riscos identificados.

2. Estrutura global adequada ao nível de risco: a área de Compliance é corporativa e global, sendo responsável pela definição de políticas e diretrizes no Brasil e no exterior. Com reporte para a Vice-Presidência de Relações Institucionais, Jurídico, Compliance e Governança, além de reportes independentes para o Comitê de Transparência e para o Comitê de Auditoria e Integridade, a área reforçou seu quadro de colaboradores nos últimos anos, contando com estrutura capilarizada e robusta para o gerenciamento de riscos e aprimoramento de políticas e controles. Atualmente, é composta de 23 pessoas, com diferentes expertises, presentes em São Paulo, Curitiba, Itajaí, Dubai e Istambul, além de pontos focais nas regiões e países onde a Companhia possui escritórios ou atua.

3. Políticas e procedimentos globais: o Manual de Transparência é a principal política orientativa para os colaboradores da Companhia a respeito dos comportamentos esperados na condução de suas atividades. Aborda assuntos como direitos humanos, combate à corrupção e ao suborno, defesa da concorrência, desenvolvimento sustentável e normas de comportamento ético em geral, e está disponível na rede interna e no site oficial da Companhia em três línguas (português, inglês e espanhol), além de ter traduções locais em outros oito idiomas (árabe, birmanês, cambojano, francês, holandês, laociano, tailandês e turco). Além do Manual de Transparência, a Companhia possui outras políticas e normas internas relacionadas ao Sistema de Integridade BRF, que passaram por processo de atualização e publicação em 2019, e estabelecem diretrizes a serem seguidas pelos colaboradores e parceiros de negócios, dando sustentação às ações implementadas pela Diretoria de Compliance. Dentre as mais de 20 normas publicadas, destacamos a Política Antissuborno e Anticorrupção; Política de Conflito de Interesses; Política de Doações e Patrocínios; Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades; Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo; Política de Projetos de M&A; Política de Prevenção a Práticas Anticoncorrenciais; Política de Recepção de Delegações e Missões; Política de Denúncias ao Canal de Transparência BRF; Política de Transações com Partes Relacionadas; Política de Relações Institucionais; Política de Licitações

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

e Contratações Públicas; Política de Análise Reputacional de Parceiros de Negócios; Código de Conduta de Parceiros de Negócio; Política sobre Conduta Eleitoral, entre outras.

4. Treinamento, capacitação e comunicação: a divulgação de novas políticas e das principais diretrizes da Companhia é realizada mediante campanhas de comunicação interna, utilizando diversos canais, tais como eventos, e-mails, cartazes, banners e vídeos. Além disso, os colaboradores ao redor do mundo são capacitados por meio de treinamentos presenciais e plataforma de aprendizagem on-line, considerando o público-alvo e os riscos envolvidos em suas atividades. Em 2019, todos os membros da alta administração e diretores foram treinados presencialmente nas Políticas de Integridade, além de mais de 10 mil colaboradores, durante as visitas do time de Compliance a 47 unidades produtoras, filiais de vendas e centros de distribuição. Novidade no ano de 2019, a série Integridade Online, lançada durante o segundo semestre na Academia BRF, nossa plataforma digital de treinamentos, capacitou mais de 19 mil colaboradores nas principais políticas do Sistema de Integridade BRF.

5. Análise contínua dos parceiros de negócio: previamente a determinadas contratações, a Diretoria de Compliance é acionada para realizar a análise reputacional do parceiro comercial, que inclui verificações automatizadas de notícias veiculadas pela imprensa, processos judiciais e a inclusão do terceiro em listas restritivas oficiais. Com isso, é possível realizar o mapeamento de potenciais fatores de exposição da Companhia com relação a terceiros, relacionados à corrupção e fraude. Em casos de potenciais fusões e aquisições (M&A), processos de due diligence também são conduzidos para verificar riscos de corrupção e fraude de negócios. Com o amadurecimento desses procedimentos, em 2019 buscamos a redução do tempo de resposta às áreas clientes, de forma a se adequarem às necessidades da Companhia, bem como o aumento do nosso escopo de análise, chegando a mais de 12 mil análises reputacionais de terceiros durante o ano, considerando novos parceiros e contratos em andamento.

6. Controles digitais e monitoramentos ágeis adequados à dinâmica dos negócios: a aderência das atividades da Companhia às leis, políticas e diretrizes internas é monitorada continuamente mediante a avaliação da eficácia dos controles internos, auditoria e testes transacionais, em conjunto com outras áreas e a auditoria externa. Existem controles específicos monitorados pela área de Compliance, desenhados de acordo com o nível de risco de cada operação e implementados de forma ágil, com o mínimo impacto negativo para as operações.

7. Detecção e implementação de medidas de remediação: o Canal de Transparência BRF, disponível aos colaboradores e público externo para a realização de denúncias, auxilia na detecção de irregularidades, havendo um time de investigações internas dedicado para realizar as tratativas cabíveis e aplicar eventuais medidas disciplinares. O Canal de Transparência BRF é gerenciado por uma empresa terceira, independente, para garantir o anonimato, integridade e confidencialidade dos relatos apresentados.

8. Engajamento externo e compartilhamento de práticas: além da atuação interna, a Diretoria de Compliance busca continuamente colaborar com todas as principais iniciativas de fomento ao combate à corrupção no Brasil. Participamos ativamente de iniciativas como Pacto Global da ONU, International Chamber of Commerce (ICC), Legal, Ethics & Compliance (LEC) e Pacto pelo Esporte, além de diversos fóruns de entidades não governamentais e empresas privadas de diversos setores da economia, compartilhando as melhores práticas no combate à corrupção pública e privada.

Periodicamente, os oito pilares do Sistema de Integridade BRF são avaliados por meio de análises internas e externas, a fim de identificar pontos de melhoria e mapear novos riscos de compliance da Companhia. Indicadores como a disseminação das normas e orientações publicadas e o volume de colaboradores treinados; quantidade de análises reputacionais de terceiros realizadas; respostas a clientes internos e externos e demandas do Canal de Transparência BRF são monitorados em frequência semanal, a fim de mapear situações, riscos e questões sensíveis ou controversas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

O desempenho do Sistema de Integridade BRF e seu nível de adequação aos critérios da Lei Sarbanes-Oxley (SOx) também são avaliados trimestralmente por empresa de auditoria externa independente, em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos na Companhia é conduzida por uma estrutura que envolve: (i) o Conselho de Administração; (ii) o Comitê de Finanças e Gestão de Riscos ("CFGR"); (iii) o Comitê de Auditoria e Integridade ("CAI" e, em conjunto com o CFGR, os "Comitês de Assessoramento"); (iv) a Diretoria Executiva ou Comitê Executivo ("COMEX"); (v) os "Donos do Risco" (o colaborador com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o Risco). Na Companhia, os Vice-Presidentes e seus reportes diretos são os Donos dos Riscos gerenciados por suas respectivas áreas); (vi) os "Pontos Focais" (o colaborador destacado pelos Donos dos Riscos para ser o ponto de contato da Diretoria de Gestão de Riscos em sua equipe); (vii) a Diretoria Global de Gestão de Riscos; (viii) a Diretoria Global de Auditoria Interna e (ix) os colaboradores da Companhia, com as seguintes atribuições, conforme abaixo:

i. **Conselho de Administração**: (i) aprovar a minuta da Política de Gestão de Riscos Corporativos submetida pelo COMEX para sua deliberação e recomendada pelos Comitês de Assessoramento; (ii) fornecer orientações no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia; (iii) aprovar o apetite ao Risco e ajustes, quando aplicável, propostos pelo COMEX e recomendados pelo CFGR; e (iv) acompanhar os principais Riscos da Companhia reportados pelo COMEX e pelo CFGR.

ii. **CFGR**: (i) recomendar ao Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia e solicitar adequações, quando necessário; (ii) recomendar ao Conselho de Administração os limites de exposição a Riscos (alçadas de Riscos) da Companhia, solicitando ajustes, quando aplicável; (iii) reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de Gestão de Riscos da Companhia apresentadas/discutidas no âmbito do CFGR; (iv) recomendar, sob a ótica de Gestão de Riscos, o plano estratégico de longo prazo, plano anual e metas da Companhia, sempre que apresentados ao CFGR; (v) acompanhar os principais Riscos da Companhia (financeiros, operacionais, estratégicos e/ou regulamentares) apresentados ao CFGR e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (vi) recomendar o processo de tratativa dos principais Riscos da Companhia apresentado ao CFGR, considerando os seguintes quesitos: "Assumir", "Mitigar", "Compartilhar/Transferir" ou "Eliminar/Evitar"; (vii) recomendar avaliações de Riscos pontuais e/ou específicos à Diretoria de Gestão de Riscos; (viii) emitir recomendações sobre o plano anual e respectivo orçamento da Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Riscos; e (ix) acompanhar a execução do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia.

iii. **CAI**: (i) discutir com a administração da Companhia as políticas e procedimentos sobre avaliação e gerenciamento de Riscos; (ii) avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados à remuneração dos administradores, a utilização de ativos da Companhia e as despesas incorridas em nome da Companhia; (iii) analisar e opinar sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Corporativos, incluindo o grau de disposição e tolerância para assunção de Riscos, a seleção e reclassificação de Riscos estratégicos, e o acompanhamento dos planos de ação para controle e mitigação de Riscos; e (iv) conhecer o planejamento anual dos trabalhos da Diretoria de Gestão de Riscos, os processos a serem mapeados, os resultados da identificação e mensuração dos Riscos, o relatório semestral de acompanhamento das atividades de Gestão de Riscos e o programa de mitigação de Riscos da Companhia.

iv. **COMEX**: (i) elaborar a minuta, para posterior submissão à análise e deliberação do Conselho de Administração da Política de Gestão de Riscos Corporativos, que deve observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa, e demais regulamentação aplicável vigente, conforme competência definida no Estatuto Social da Companhia; (ii) patrocinar a aplicação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, promovendo a

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

cultura de Gestão de Riscos na Companhia; (iii) a partir das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, submeter para a sua aprovação, os limites de exposição (Apetite à Riscos); (iv) avaliar os Riscos e definir qual o tratamento que será dado (assumir, mitigar, compartilhar/transferir ou eliminar/evitar), adotando ações para mitigação e minimização; (v) propor ao Conselho de Administração a aceitação de Riscos classificados com exposição muito alta ou alta, e aprovar a aceitação dos Riscos classificados como exposição média; (vi) estabelecer e monitorar o sistema de Controles Internos, considerando diretrizes e mecanismos de acompanhamento, alinhado ao nível de apetite e tolerância ao Risco; (vii) validar o promover a integração da Gestão de Riscos com os ciclos de gestão e planejamento; (viii) garantir a implantação de um modelo eficiente de Gestão de Riscos, alinhado aos objetivos de negócios e metas operacionais e supervisionar sua evolução; (ix) acompanhar os indicadores e as estratégias de mitigação dos Riscos prioritários, considerando a análise dos Riscos no processo de tomada de decisão; (x) avaliar, ao menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de Gestão de Riscos e prestar contas ao Conselho de Administração a respeito desta avaliação; e (xi) garantir a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas) destinada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia.

v. **Donos do Risco**: (i) patrocinar a aplicação e disseminação da Política de Gestão de Riscos Corporativos, engajando suas equipes no processo de Gestão de Riscos; (ii) identificar preventivamente e monitorar de forma sistemática os Riscos inerentes ao negócio; (iii) reportar tempestivamente ao COMEX e à Diretoria de Gestão de Riscos quaisquer eventos, fatores ou situações de Riscos que possam impactar as operações e objetivos da Companhia; (iv) gerenciar os Riscos relacionados às atividades, responsabilidades e objetivos de suas respectivas as áreas, no nível de cada macroprocesso e/ou operação, para verificar a efetividade dos controles existentes; (v) destacar e mobilizar os Pontos Focais em suas equipes, que suportarão a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento dos Riscos identificados; (vi) definir e implementar mitigadores e acompanhar as ações corretivas e/ou preventivas; (vii) em conjunto com a Diretoria de Gestão de Riscos, definir Controles Internos dos processos de suas respectivas áreas; (viii) implementar e monitorar os indicadores chave de Gestão de Riscos; e (ix) garantir a interface com as demais áreas de negócios e a Diretoria de Gestão de Riscos, realizando os alinhamentos necessários para a efetiva gestão dos Riscos compartilhados.

vi. **Pontos Focais**: (i) suportar a Diretoria de Gestão de Riscos na análise e monitoramento contínuo dos Riscos identificados; (ii) centralizar as demandas da Diretoria de Gestão de Riscos, mobilizando recursos internos da área para a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação definidas; (iii) acompanhar a implementação e evolução das ações corretivas e/ou preventivas para mitigação dos Riscos mapeados, bem como dos indicadores chave; (iv) apoiar a Diretoria de Gestão de Riscos na atualização periódica do status dos Riscos e ações de mitigação em andamento, suportando na consolidação das informações; e (v) reportar internamente e aos Donos dos Riscos as informações atualizadas relativas ao processo de Gestão de Riscos.

vii. **Diretoria Global de Gestão de Riscos**: (i) estabelecer a metodologia, diretrizes e processo de Gestão de Riscos corporativos na Companhia, assim como revisá-los, sempre que aplicável; (ii) coordenar o processo de Gestão de Riscos, considerando os padrões a serem aplicados e sua periodicidade para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos Riscos intrínsecos ao negócio; (iii) em conjunto com as áreas de negócio, analisar os Riscos identificados, auxiliando as áreas no entendimento dos fatores de risco, na definição de indicadores e planos de ação; (iv) monitorar continuamente a evolução dos Riscos, considerando as informações coletadas com as áreas de negócio; (v) consolidar a avaliação relacionada ao processo de Gestão de Riscos e sistema de Controles Internos da Companhia e reportar, periodicamente, ao COMEX, aos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração e ao próprio Conselho de Administração; (vi) apoiar e capacitar as áreas de negócio (1ª linha de defesa) no gerenciamento dos seus Riscos, suportando metodologicamente na revisão ou desenvolvimento ferramentas e indicadores que tornem sua gestão mais efetiva; e (vii) disseminar a importância da Gestão de Riscos na Companhia e a responsabilidade inerente aos envolvidos no processo, através de treinamentos e comunicação.

viii. **Diretoria Global de Auditoria Interna**: avaliar, de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos Riscos e dos processos de governança, da adequação dos Controles Internos e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ix. **Colaboradores**: (i) participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente da Gestão de Riscos Companhia; (ii) reportar aos seus líderes e/ou à Diretoria de Gestão de Riscos eventos ou fatores que representem Riscos à Companhia (exceto em caso de denúncias, em que se deve seguir as diretrizes no Manual de Transparência da BRF); (iii) sempre que envolvidos no processo de Gestão de Riscos, apoiar na análise dos Riscos identificados, auxiliando com a coleta de informações, dados e indicadores, de acordo com as estratégias de mitigação estabelecidos; e (iv) assegurar a operacionalização da Gestão de Riscos, fazendo parte do processo de identificação, avaliação e mensuração, implementando ações preventivas e corretivas para a mitigação dos Riscos.

A Companhia vem incrementando seu modelo de gestão de riscos, que permite a gestão compartilhada pelas diferentes divisões e áreas da Companhia, conforme estrutura de governança corporativa previamente definida. Anualmente, a Diretoria Global de Gestão de Riscos avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia e atualiza o mapa de riscos e monitora as ações mitigatórias necessárias, enquanto a Diretoria Global de Auditoria Interna realiza testes independentes para verificar a efetividade dos planos implementados e a respectiva mitigação dos riscos. Ademais, os auditores independentes da Companhia também realizam testes independentes para verificar a efetividade e avaliar o ambiente de controles internos.

A Diretoria Global de Gestão de Riscos é subordinada à Vice-Presidência de Finanças e RI, enquanto a Diretoria Global de Auditoria Interna é subordinada ao Comitê de Auditoria e Integridade.

A atuação conjunta dos órgãos acima descritos permite à Companhia monitorar e avaliar os principais riscos relacionados aos seus negócios. Os resultados obtidos por meio dos trabalhos desempenhados por tais órgãos dão subsídio ao Diretor Presidente Global e ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores para atestarem seu estado de responsabilidade sobre a efetividade do ambiente de controles internos, conforme requerido pelas seções 302 e 404 da Lei Sarbanes-Oxley, as quais a Companhia está sujeita por ser uma companhia emissora de ADRs listados na NYSE (New York Stock Exchange).

Diante do exposto, a Companhia entende que todos os órgãos e procedimentos estabelecidos são adequados para mitigar e controlar eventuais riscos, sempre atualizando os procedimentos de controles internos, a fim de se manter em conformidade com os padrões estabelecidos pelo mercado.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O processo de gestão de riscos da Companhia, bem como a aderência ao Plano Diretor de Gestão de Riscos e Controles Internos – que visa garantir a melhoria contínua e adoção das melhores práticas de mercado – são continuamente acompanhados pela alta liderança e pelas demais partes que compõem a governança de gerenciamento de riscos da Companhia, dentre as quais o Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e o Comitê de Auditoria e Integridade, que estão ligados diretamente ao Conselho de Administração da Companhia e monitoram os riscos mapeados, analisam e opinam sobre as diretrizes e Política de Gestão de Riscos Corporativos; e a Diretoria Global da Auditoria Interna, que avalia, de forma independente, imparcial e tempestiva a efetividade do gerenciamento dos Riscos e dos processos de governança da Companhia.

Pelo exposto acima, a Companhia entende que a estrutura operacional para gerenciar os riscos de mercado é adequada.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, qual seja, a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia ("Política de Gestão de Riscos Financeiros").

A Pólítica de Gestão de Riscos Financeiros foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 19 de dezembro de 2019. O Conselho de Administração também é responsável por definir os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis para a Companhia em nome de seus acionistas.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Atualmente, a Companhia busca proteção para os riscos de mercado (câmbio, commodities, inflação e juros), contraparte e liquidez.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

De forma a mitigar os riscos de mercado e contraparte a que a Companhia está exposta, são adotadas as políticas específicas de controle de risco descritas abaixo.

Riscos cambiais

A Companhia possui três tipos de exposição à taxa de câmbio: (1) exposição de resultado operacional; (2) exposição de balanço patrimonial e (3) exposição de patrimônio líquido. A Companhia utiliza as estratégias abaixo para se proteger desses riscos:

(1) Exposição de Resultado Operacional

A exposição advém da projeção de receitas e custos operacionais indexados diretamente e indiretamente às moedas estrangeiras. Entende-se por exposição direta à moeda estrangeira, as receitas e custos originados em tais moedas, ou seja, a formação do preço é originalmente precificada pela taxa de câmbio de tais moedas de forma líquida. A exposição indireta refere-se aos montantes financeiros denominados em Reais com influência indireta da taxa de câmbio na definição do preço.

De forma a mitigar e controlar os riscos oriundos da exposição de resultado à taxa de câmbio, serão adotadas políticas específicas de avaliação e controle de risco, como apresentado abaixo:

- Cálculo periódico da exposição de resultado operacional líquido em moeda estrangeira.
- Monitoramento periódico do fluxo de amortizações dos instrumentos financeiros não derivativos designados como *hedge accounting*.
- Os limites a este risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(2) Exposição de Balanço Patrimonial

Provém da exposição contábil de balanço patrimonial das entidades que compõem o balanço consolidado da Companhia aos saldos ativos e passivos indexados em moeda diferente da moeda funcional das respectivas entidades.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- Cálculo periódico da exposição de balanço patrimonial;
- O limite a este risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – Internacional Financial Reporting Standards*) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(3) Exposição de Patrimônio Líquido

Exposição contábil proveniente dos investimentos em entidades controladas, coligadas ou controladas em conjunto, cuja moeda funcional é diferente do Real. Esta exposição gera variações diretamente nos outros resultados abrangentes, afetando o patrimônio líquido da Companhia.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- Cálculo periódico da Exposição de Patrimônio Líquido.
- O tratamento para este risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Risco de preços de commodities

Trata-se da exposição às variações dos preços das commodities milho, soja em grão, farelo de soja e óleo de soja. Para o risco específico de preço, a Companhia possui dois tipos de exposições: (1) exposição de resultado operacional e (2) exposição de balanço patrimonial (consumo a descoberto). Adicionalmente, será tratado o risco de desabastecimento das *commodities* milho e farelo de soja nas fábricas de rações, denominado como estoque mínimo de segurança.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição total à variação dos preços das *commodities*, serão adotadas políticas específicas de controle de risco, conforme abaixo:

(1) Exposição de Resultado Operacional:

Provém da exposição oriunda das projeções de compra de *commodities*, realizada pela Companhia.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- Cálculo periódico da exposição de resultado.
- Serão considerados *hedges* os instrumentos financeiros e comerciais que tenham como objetivo proteger a Companhia da variação do preço das *commodities*.
- Os limites a este risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – Internacional Financial Reporting Standards*) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(2) Exposição de Balanço Patrimonial (Consumo a Descoberto)

A administração dos estoques de grãos é feita através do acompanhamento do nível de estoque físico. Este poderá figurar de duas formas: a preço fixo, no qual o preço já é conhecido e o estoque é de propriedade da Companhia, e a preço flutuante, no qual o preço ainda não foi fixado (opção do vendedor) e o estoque, apesar de armazenado na Companhia, é de propriedade de terceiro.

Para este último caso, ocorre a possibilidade do consumo a descoberto, quando a Companhia utiliza o produto no processo produtivo e este ainda possui seu preço aberto, ou seja, ainda não fixado com o produtor. Neste momento, a oscilação do preço do mercado à vista afeta o resultado financeiro da Companhia, ocasionando uma variação em seu resultado.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- Cálculo periódico da exposição de balanço patrimonial.
- O limite a este risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.
- Os instrumentos financeiros deverão ser tratados seguindo as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – Internacional Financial Reporting Standards*) e seus reflexos devidamente apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(3) Estoque Mínimo de Segurança

Provém da exposição das fábricas de ração da Companhia ao risco de desabastecimento das commodities.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- Cálculo periódico da exposição.
- O limite a este risco específico é monitorado de forma diligente pela Companhia e quantificado utilizando metodologia proprietária.

Risco de contraparte

Neste tópico, contempla as diretrizes para alocação dos recursos financeiros da Companhia em instituições financeiras (bancos) e dívidas soberanas com foco no risco de concentração nas contrapartes.

Provém da exposição dos recursos financeiros da Companhia classificados como caixa e equivalente de caixa (mercado interno e mercado externo) com disponibilidades imediatas, recursos em conta corrente, valores de alta liquidez em trânsito, créditos e investimento, mas não limitados a estes, além dos valores a receber provenientes de instrumentos financeiros.

A política de controle desse risco e limites consiste em:

- A concentração máxima por instituição financeira se dá pelo somatório das aplicações, conta corrente e das posições em derivativos aferidas pelo MtM.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Os limites a este risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.

Risco de liquidez

Neste tópico contempla a diretriz para a composição do nível de liquidez adequada que possibilite que os compromissos financeiros da Companhia sejam cumpridos. Eventos que possam prejudicar o desempenho operacional da Companhia e provocar restrições de liquidez devem ser prevenidos e mitigados.

Provém das diferentes classificações de caixa e equivalentes de caixa, compostas por títulos mobiliários, cédulas e notas de crédito emitidas por entidades privadas (instituições financeiras) e valores depositados em conta corrente, mas não limitados a estes, visando assegurar o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia.

A política de controle desse risco consiste em:

- A metodologia de gestão do caixa pela Companhia observa três níveis de caixa, com horizonte de curto prazo, a saber:
  - ✓ Caixa Operacional Emergencial: Caixa necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 03 (três) meses;
  - ✓ Caixa Mínimo Prudencial: Caixa mínimo necessário para cumprir com os compromissos da Companhia por um período de 12 (doze) meses;
  - ✓ Complemento de Caixa: Valor que excede o caixa mínimo e reflete o caráter cíclico da Companhia.
- A classificação do caixa, bem como o devido tratamento aos riscos envolvidos são tratados em metodologia específica e monitorado de forma diligente pela Companhia.

Riscos de taxa de juros

Embora a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia não restrinja a exposição a diferentes taxas de juros e também não estabeleça limites entre taxas pré ou pós−fixadas, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar eventuais descasamentos entre ativos e passivos e a necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Risco de inflação

Devido a inexistência de instrumentos específicos de mercado para mitigar o risco de inflação, a Política de Gestão de Riscos Financeiros não possui uma estratégia específica para endereçar esse risco. No entanto, a Companhia entende que o risco de mercado referente a inflação é tratado de forma implícita na formação do preço de venda de seus produtos. Adicionalmente, sempre que oportuno, são tratados os impactos da inflação nos contratos junto aos fornecedores com objetivo de mitigar tais impactos em sua estrutura de custos.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

São instrumentos elegíveis pela Política de Gestão de Riscos Financeiros:

- Contratos de *Swap* (Moedas, Juros e *Commodities*).
- Contratos Futuros (padronizados e balcão – Moedas, Juros e *Commodities*) e NDF (*Non Deliverable Forwards*).
- Contratos de compra de opções de compra (*call*) e de opções de venda (*put*) (Moedas e *Commodities*).

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Dívidas emitidas em moedas Dólar Norte Americano e/ou Euro, desde que contabilizadas pela metodologia de *hedge accounting*, conforme diretriz contábil específica.

Qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem ou contenha dispositivos contratuais que o torne alavancado, está terminantemente vetado.

Para contratos comerciais com instrumentos de derivativos embutidos, os instrumentos de derivativos devem respeitar a lista e regras descritas.

Para maiores informações sobre os instrumentos de *hedge* utilizados pela Companhia para proteção patrimonial, consulte o item 10.1.f.i deste Formulário de Referência e a Nota Explicativa 25 - Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Risco constante nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Política de Gestão de Riscos Financeiros determina limites que devem ser observados, na contratação de instrumentos face aos riscos de mercado, conforme descrito abaixo:

- Prazo máximo de vencimento de 12 meses para hedge cambial de exposição operacional.

- No caso de instrumentos de derivativos de *commodities*, fica autorizado o prazo máximo de vencimento de 18 meses.

- Contratação individual de instrumentos financeiros derivativos que ultrapassem o valor principal de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o Patrimônio Líquido (PL) da Companhia devem ter aprovação formal do Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores. Estas operações, em caráter informativo, serão apresentadas nas reuniões ordinárias do CFGR.

- A contratação das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos poderá ocorrer de forma consolidada ou fracionada, a exclusivo critério da Diretoria Financeira, considerando as circunstâncias de mercado.

- O limite para a contratação individual de derivativos com objetivo de rolagem das operações para gestão da exposição de Balanço Patrimonial da Companhia não será aplicável.

- Todas as operações devem respeitar, primordialmente, os limites definidos e descritos nesta política independentemente do tipo de instrumento, objetivo, volume e prazo de vencimento.

Além do previsto na Política de Gestão de Riscos Financeiros, os limites a este risco específico são monitorados de forma diligente pela Companhia e quantificados utilizando metodologias proprietárias.

Governança

Serão apresentados nas reuniões ordinárias do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos os indicadores de gestão e os relatórios de fechamento do mês anterior com o controle e aferição dos limites. A Diretoria Executiva irá acompanhar as exposições e limites de forma periódica, por meio dos relatórios fornecidos pela área responsável. As extrapolações dos limites verificados nas posições de fechamento mensal, deverão ser comunicadas ao Conselho de Administração que irá deliberar sobre o tema.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Adicionalmente, a Gerência de Risco de Mercado deverá acessar discricionariamente o Diretor Presidente Global da Companhia, bem como os membros do Conselho de Administração vinculados ao Comitê de Finanças e Gestão de Riscos sempre que achar conveniente com objetivo de expor assuntos relevantes referente à gestão dos riscos financeiros da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

A Companhia realiza transações com derivativos com objetivo único de proteção patrimonial e resultado operacional, ou seja, *hedge*. Adicionalmente, a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia veta terminantemente qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem ou contenha dispositivos contratuais que a torne alavancada.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

De acordo com a Política de Gestão de Riscos Financeiros, os órgãos internos da Companhia possuem as seguintes atribuições, papéis e responsabilidades, no processo de gerenciamento dos riscos de mercado:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela aprovação da Política de Gestão de Riscos Financeiros elaborada pelo Comitê de Gestão de Riscos Financeiros e no acompanhamento do cumprimento da política de Gestão de Riscos Financeiros, verificando o enquadramento dos limites globais estabelecidos.

As atribuições do Conselho de Administração são:

- Avaliar e aprovar a Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Aprovar os instrumentos de *hedge* elegíveis e horizonte de contratação.
- Aprovar os limites considerados adequados para a exposição aos fatores de riscos financeiros.
- Aprovar eventuais operações acima dos limites estabelecidos na Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Aprovar eventuais ajustes à Política de Gestão de Riscos Financeiros antes de seu prazo de validade, a pedido do Comitê de Gestão de Riscos Financeiros.

Comitê de Gestão de Riscos Financeiros

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros é um órgão formalmente constituído, subordinado à Diretoria Executiva, responsável por garantir a execução da Política de Gestão de Riscos Financeiros e com poder de vetar quaisquer propostas de operações ou deliberações que, sob sua ótica, não sejam adequadas à Companhia quando avaliadas. O Comitê reunir-se-á mensalmente ou quando necessário, extraordinariamente, e será composto pelos Vice-presidentes e diretores da Companhia.

As responsabilidades do Comitê de Gestão de Riscos Financeiros são:

- Supervisionar o processo de gestão de riscos financeiros da Companhia.
- Avaliar e aprovar, dentro dos limites estabelecidos, as alternativas de *hedge* em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros estabelecida.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Monitorar e acompanhar os níveis de exposição aos riscos da Companhia e o cumprimento da Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Acompanhar o desempenho das operações de *hedge*.
- Formalizar todos os conceitos e metodologias aplicadas na gestão dos riscos financeiros.
- Propor mudanças e alterações na Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Contribuir com a cultura de gestão de riscos na Companhia.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Companhia ou Comitê Executivo (COMEX) deverá atuar diretamente na gestão dos riscos financeiros, com absoluta diligência e disciplina, considerando as seguintes responsabilidades:

- Avaliar o posicionamento da Companhia para cada risco identificado, de acordo com as diretrizes e políticas definidas pelo Conselho de Administração.
- Aprovar os indicadores de desempenho a serem utilizados na gestão de riscos.
- Patrocinar as ações de fortalecimento e disseminação da cultura de gestão de riscos financeiros.
- Aprovar as propostas para limites globais e avaliar sugestões para aprimoramentos na Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Aprovar as propostas de qualquer alteração sugerida na estrutura conceitual de gestão dos riscos financeiros.

Gerência de Risco de Mercado

Ancorada pela Política de Gestão de Riscos Financeiros, a Gerência de Risco de Mercado tem como tarefa primordial acompanhar, monitorar, avaliar e comunicar os riscos financeiros incorridos pela Companhia. Podem-se destacar como principais aspectos:

- Constante análise crítica do escopo da Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Monitorar o cumprimento das exposições a riscos, vis-à-vis aos limites estabelecidos pela Política de Gestão de Riscos Financeiros.
- Responsável pelo desenvolvimento, monitoramento e aperfeiçoamento dos modelos de cálculo da exposição da Companhia aos fatores de risco.
- Responsável pelos controles e relatórios de risco das exposições aos fatores de riscos financeiros da Companhia garantindo transparência na divulgação destes.
- Responsável por modelar e avaliar as exposições ao risco de mercado, com objetivo de evidenciar e dar ciência sobre a magnitude de seus potenciais impactos.
- Responsável pelos modelos e cálculo de marcação a mercado de instrumentos financeiros.
- Responsável por divulgar para o Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e para o Comitê de Riscos Financeiros os resultados das operações de *hedge* realizadas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- Responsável pelos modelos e cálculo dos testes de efetividade de *hedge accounting*.
- Apresentar propostas de mudanças nos modelos de exposição ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros para apreciação dos demais membros.
- Abastecer o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros com informações das exposições da Companhia frente aos fatores de risco mapeados e sugerir alternativas de mitigação destes.
- Promover discussões de outros potenciais fatores de riscos de preços que possam impactar os resultados futuros da Companhia.

Com o intuito de segregar tarefas e garantir a independência dos métodos, modelos, controles e informações, a Gerência de Risco de Mercado reporta-se diretamente ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia.

Auditoria Interna

Tem como objetivo avaliar, de forma sistemática e contínua, o processo de gerenciamento de riscos financeiros e recomendar melhorias.

Relatório Anual da Administração sobre Controle Interno de Relatórios Financeiros

A administração é responsável por estabelecer e manter um controle interno adequado sobre os relatórios financeiros da Companhia. Para avaliar a eficácia dos controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia, conforme exigido pela Seção 404 da lei Sarbanes-Oxley, a administração conduziu uma avaliação, incluindo testes, usando os critérios do Framework de 2013, Cubo Integrado de Controle Interno, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

A KPMG Auditores Independentes que auditou e relatou as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, emitiu um relatório de certificação sobre a avaliação da administração a respeito dos controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia.

Com base na sua avaliação, a administração concluiu que a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia está em consonância com os princípios adotados pelo Cubo Integrado de Controle Interno, emitido pelo COSO (2013).

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Todo o processo de gestão de risco da Companhia é conduzido pelo Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que tem como finalidade garantir a execução da Política de Gestão de Riscos Financeiros, além de recomendar, avaliar, monitorar e aprovar as estratégias e diretrizes de riscos financeiros da companhia. O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros exerce a função consultiva e de apoio à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia. Para maiores informações sobre as competências do Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, vide item 5.2.b.vi acima.

Além da avaliação e monitoramento das estratégias e diretrizes de riscos financeiros feito pelo próprio Comitê, a atuação da área de riscos de mercado é analisada pela Auditoria Interna, que realiza testes para verificar a aderência das transações com instrumentos para proteção patrimonial à Política de Gestão de Riscos Financeiros.

Ademais, a Companhia formalizou a contratação de auditores independentes para realizar testes e verificar a efetividade dos controles internos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Desse modo, considerando que os resultados obtidos pela aplicação dos controles internos têm sido satisfatórios, a Companhia entende que a estrutura operacional para gerenciar os riscos de mercado é adequada.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

A Companhia dispõe de diversas diretrizes (políticas, normas e procedimentos), devidamente divulgadas aos seus colaboradores, além de estrutura formal de controles internos com foco nos controles financeiros, revisada e avaliada de forma contínua pela Diretoria de Gestão de Riscos.

Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, conforme exigido na Seção 404 da Sarbanes–Oxley Act, a administração da Companhia realiza uma avaliação abrangente utilizando os critérios do Framework de 2013, Cubo Integrado de Controle Interno, emitido pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). O sistema de controle interno de divulgação das informações financeiras da Companhia, foi elaborado para garantir de forma razoável a confiabilidade dos relatórios financeiros e a elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa de acordo com os devidos princípios contábeis. Deficiências de controles, quando identificadas, são tratadas prontamente através de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas, bem como monitoradas de forma mensal com *report* à Alta Administração.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos sobre a divulgação das informações financeiras podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou porque o nível de cumprimento das políticas ou procedimentos pode alterar.

Ademais, a Companhia está realizando um projeto de mapeamento dos principais macroprocessos, visando a identificação dos controles chave de cada processo, não se limitando aos controles em atendimento a lei SOx.

a. as estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração da Companhia é o principal órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras, contando com a assessoria do Comitê de Auditoria e Integridade ("CAI") e a fiscalização do Conselho Fiscal para supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias. Adicionalmente, conta com o apoio do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos ("CFGR"), responsável, dentre outras funções, pelo acompanhamento dos riscos não financeiros ou contábeis, incluindo riscos operacionais e outros.

A execução dos controles internos e demais mecanismos de proteção é de responsabilidade das áreas de negócios (1ª linha de defesa), observando todas as diretrizes da Companhia. Anualmente, a Diretoria de Gestão de Riscos avalia o ambiente de controles internos necessário para atendimento das legislações e diretrizes da Companhia, assim como efetua testes nos controles para avaliar a eficácia dos mesmos. Ademais, os auditores independentes da Companhia também realizam testes para verificar a efetividade e avaliar o ambiente de controles internos.

b. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os órgãos mencionados acima, responsáveis pela aprovação das demonstrações financeiras da Companhia, mensalmente se reúnem para realizar uma análise crítica e validar os controles internos tratados pela Companhia.

As Diretorias de Riscos Corporativos, Compliance e Auditoria Interna apoiam as equipes da Companhia na identificação, avaliação, comunicação, tratamento e monitoramento dos riscos através de um modelo de gestão integrado de riscos. Tais trabalhos são reportados pelos respectivos responsáveis à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria e Integridade, ao Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e ao Conselho de Administração. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado às áreas a elaboração de um plano de ação, com indicação de responsável e data de implantação. Cabe ressaltar que os planos de ação são acompanhados de forma sistemática pelas áreas anteriormente citadas.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

c. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No relatório circunstanciado reportado pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, não foram reportadas deficiências significativas ou fraquezas materiais que requerem atenção da Alta Administração. As demais deficiências identificadas foram avaliadas quanto ao impacto e à avaliação da severidade, sendo concluídas como Deficiências de Controles, sendo reportadas às suas respectivas áreas, que, por sua vez, elaboraram um plano de ação, com indicação de responsável pela condução do plano e data para a implementação.

d. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foi reportada deficiência significativa no relatório de auditoria externa relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Para todas as demais deficiências reportadas, classificadas como não relevantes, foram criados planos de ação que serão monitorados constantemente pela Administração da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa de integridade

a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

Descrevemos a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados pela Companhia no âmbito do Sistema de Integridade BRF:

- Manual de Transparência da Companhia: Aprovado em maio de 2015 pelo Conselho de Administração da Companhia, o documento reflete os padrões de conduta ética esperados de seus funcionários, administradores, acionistas, conselheiros, parceiros de negócios, clientes e fornecedores diretos ou indiretos nas interações que mantêm entre si, com a Companhia, com o mercado e com a sociedade. O Manual de Transparência da Companhia estabelece diretrizes em temas como relações com o governo, demonstrações financeiras, combate ao suborno e à corrupção, além de normas de comportamento;

- Política Global Antissuborno e Anticorrupção: Atualizada em novembro de 2019 pelo Comitê de Transparência, o documento tem por objetivo fornecer diretrizes à Companhia e suas subsidiárias, assim como qualquer outra pessoa que trabalhe para ou em nome da Companhia, no que diz respeito a situações de suborno e corrupção, em complemento às definições contidas no Manual de Transparência;

- Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo: Aprovada em outubro de 2019 pelo Comitê de Transparência, o documento tem por objetivo fornecer as diretrizes a respeito dos procedimentos relacionados ao combate e prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo a serem adotadas pelos colaboradores da Companhia, e demais profissionais que atuem em nome ou benefício da Companhia, respeitando as demais normas internas da Companhia, assim como legislações nacionais e internacionais, garantindo um ambiente transparente e ético;

- Código de Conduta do Parceiro de Negócios da BRF: Atualizado em agosto de 2019 pela Diretoria Executiva, o documento contém diretrizes que devem ser seguidas pelos integrantes da cadeia de fornecedores da Companhia, a fim de estimular e orientar a adoção e o cumprimento de práticas éticas e socio-ambientais em suas operações. O aceite do documento é feito previamente à assinatura do contrato pelo terceiro (fornecedor, prestador de serviços e parceiros de negócios);

- Política de Conflito de Interesses: Atualizada em outubro de 2019 pelo Comitê de Transparência, o documento tem por objetivo fornecer diretrizes à Companhia e suas subsidiárias, assim como qualquer outra pessoa que trabalhe para ou em nome da Companhia, no que diz respeito a situações de conflito de interesses, em complemento às definições contidas no Manual de Transparência;

- Política de Doações e Patrocínios: Aprovada em março de 2019 pela Diretoria Executiva, o documento tem por objetivo fornecer diretrizes à Companhia e suas subsidiárias, assim como a qualquer outra pessoa que trabalhe para ou em nome da Companhia, a respeito da realização de Doações e Patrocínios, em complemento às definições contidas no Manual de Transparência;

- Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades: Aprovada em março de 2019 pela Diretoria Executiva, o documento tem por objetivo fornecer diretrizes à Companhia e suas subsidiárias, assim como a qualquer outra pessoa que trabalhe para ou em nome da Companhia, a respeito

5.4 - Programa de Integridade

da oferta ou recebimento de Brindes, Presentes e Hospitalidades, em complemento às definições contidas no Manual de Transparência;

- Política de Denúncias ao Canal de Transparência BRF: Aprovada em outubro de 2019 pelo Comitê de Transparência, o documento tem por objetivo fornecer diretrizes à Companhia e suas subsidiárias, assim como a qualquer outra pessoa que trabalhe para ou em nome da Companhia, no que diz respeito a denúncias e não retaliação a denunciantes de boa-fé, em complemento às definições contidas no Manual de Transparência; e

- Norma Corporativa de Análise Reputacional Contínua de Terceiros: Aprovada em janeiro de 2019, pela Diretoria Executiva, o documento tem por objetivo estabelecer as diretrizes referentes à Análise Reputacional Contínua de Terceiros ou *Due Diligence* Reputacional ("DD"), compreendendo: (i) regras para condução de análises reputacionais de terceiros, que desejam se relacionar ou que já se relacionam com a Companhia, por meio de contratações classificadas pela área de Compliance como de alto risco; (ii) análise das informações identificadas durante as pesquisas; (iii) avaliação e categorização dos riscos associados às contratações de tais terceiros; e (iv) alçadas de deliberação.

Além das políticas descritas acima, a Companhia conta com os seguintes documentos normativos: Política do Sistema de Integridade BRF, Política de Transações com Partes Relacionadas, Norma Corporativa de Diretrizes para Aplicação de Consequências, Política de Prevenção a Práticas Anticoncorrenciais, Norma Corporativa de Projetos de M&A, Política de Licitações e Contratações Públicas, Norma Corporativa de Análise e Monitoramento de Informações pela Área de Compliance, Norma Corporativa do Programa de Embaixadores de Integridade BRF, Norma Corporativa de Relacionamento Institucional, Norma Corporativa de Orientações de Conduta Eleitoral e Instrução de Trabalho de Orientações para a condução de investigações.

As pessoas que violarem os termos das políticas e normas mencionadas estarão sujeitas às medidas legais e/ou disciplinares cabíveis.

No combate à corrupção e práticas ilícitas, outras políticas e procedimentos internos da Companhia também se relacionam com o Sistema de Integridade BRF, como, por exemplo: as Normas Corporativas de Aquisições de Materiais Indiretos e Serviços ou a Política Global de Riscos Corporativos.

Reavaliação de riscos e adaptação de políticas e procedimentos

Em fevereiro de 2019, a Diretoria de Compliance implementou os controles transacionais mensais de processos e atividades da Companhia, com o objetivo de testar a aderência de processos internos às políticas do Sistema de Integridade BRF. Atualmente, os seguintes controles estão ativos, com realização de testes mensais e trimestrais, conforme a criticidade do tema relacionado: Treinamentos sobre as Políticas de Integridade e Aceite do Manual de Transparência; Doações e Patrocínios; Brindes e Presentes; Processo de Investigação; Ex-funcionários; Pagamentos para Integrados; Pagamentos a Parceiros de Negócio de alto risco; Gastos de Viagem; Benefícios; Partes Relacionadas; Análise Reputacional de Terceiros; Compras Emergenciais; dentre outros.

Com base nos resultados dos testes transacionais, a Diretoria de Compliance aborda as áreas relacionadas para que aprimorem seus próprios controles, gerando assim uma cultura de gestão de riscos e controles na Companhia.

Há também controles do Sistema de Integridade BRF que são auditados anualmente pelos Auditores Externos da Companhia, no âmbito da auditoria realizada em atendimento ao SOx, tais como:

- Manual de Transparência devidamente publicado/disseminado aos colaboradores da Companhia;

5.4 - Programa de Integridade

- Treinamento/ Capacitação dos colaboradores da Companhia acerca do Manual de Transparência e políticas de integridade; e

- Definição e formalização do processo de Due Diligence de Terceiros na Companhia.

Considerando a análise de risco periódica e outras revisões de controles do Sistema de Integridade BRF, o Manual de Transparência e as políticas de Compliance são revistas periodicamente. De acordo com a Política Corporativa de Controle e Gestão de Documentos Normativos, todos os documentos normativos publicados na Companhia devem ser revisados sempre que houver alterações nos processos ou no prazo máximo de dois anos.

Providências adotadas, em relação à reavaliação de riscos e readequação das políticas e procedimentos, após a deflagração da operação Carne Fraca e Operação Trapaça

Após a deflagração da Operação Carne Fraca e, especialmente, após a deflagração da Operação Trapaça, o Sistema de Integridade BRF foi sistematicamente aprimorado, com atualização de políticas e procedimentos, implementação de controles e monitoramentos, intensificação da capacitação dos colaboradores via treinamentos *online* e presenciais, frequentes comunicações internas passando mensagem de apoio constante da alta administração da Companhia ao compromisso de integridade, aumento de recursos internos e externos, principalmente relacionados aos processos de investigação. Como exemplos, podemos citar:

- Reestruturação da alta administração da Companhia, incluindo Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração e respectivos Comitês de Assessoramento;

- Estruturação da VP de Qualidade, P&D e Meio Ambiente, com melhorias e investimentos nos processos relacionados, como análises laboratoriais e garantia da qualidade;

- Criação do Comitê Independente de Investigações, coordenado pelo Comitê de Auditoria e Integridade, para apuração de temas relacionados às operações;

- Afastamento cautelar das atividades da Companhia de pessoas indicadas em razão das operações;

- Campanha interna de comunicação dos Compromissos BRF de Integridade, Qualidade e Segurança;

- Elaboração e atualização das políticas relacionadas ao Sistema de Integridade BRF, tais como Políticas Corporativas Anticorrupção, de Conflito de Interesses e de Transações com Partes Relacionadas e Norma Corporativa de Relações Institucionais;

- Estruturação do procedimento de due diligence de terceiros e formalização mediante a publicação da Norma Corporativa de Análise Reputacional de Terceiros; e

- Treinamento da liderança e áreas relevantes da Companhia nas políticas do Sistema de Integridade BRF.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

As áreas de Controles Internos, Compliance, Comitê de Transparência e Auditoria Interna da Companhia são responsáveis pela avaliação da efetividade e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, realizando testes para verificação da aderência de suas ações protetivas e revisitando, periodicamente e sempre que necessário, as falhas mais críticas nos procedimentos da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

A Diretoria de Controles Internos se reporta ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e a Diretoria de Auditoria Interna se reporta ao Comitê de Auditoria e Integridade. A Diretoria de Compliance se reporta ao Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais, Juridico e Compliance. Os referidos reportes ocorrem periodicamente e sempre que necessário. A Companhia ressalta, ainda, que sua Diretoria de Controles Internos foi criada há mais de 10 anos, ao passo que sua Diretoria de Auditoria Interna existe há mais de 30 anos, estando ambas totalmente incorporadas no dia-a-dia da Companhia.

Além disso, a Diretoria de Compliance atua proativamente na realização de controles transacionais mensais, que visam identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos relacionados a leis e regulamentos antifraude e efetividade dos pilares do Sistema de Integridade BRF.

Neste sentido, esclarece-se que a Diretoria de Compliance possui também reporte direto ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria e Integridade, que supervisiona as atividades desenvolvidas e a implementação dos planos de ação. Esse reporte direto confere autonomia e independência à Diretoria de Compliance e está em linha com o que estabelece o Estatuto Social da Companhia.

Além disto, em 2017, foi criado o Comitê de Transparência, órgão da administração que apoia o Diretor Presidente Global na gestão dos temas de Compliance e no reporte ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. O Comitê de Transparência é coordenado pelo Diretor de Compliance e é composto, além deste, pelo Diretor Presidente Global, Diretor Vice-Presidente de Recursos Humanos, Diretor Vice-Presidente de Relações Institucionais, Jurídico e Compliance e Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores.

O processo realizado pela Diretoria de Auditoria Interna compreende exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a auxiliar à administração no cumprimento de seus objetivos.

A atividade de Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da Companhia, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções e oportunidades de melhorias apontadas nos relatórios.

A Diretoria de Auditoria Interna deve assessorar a alta administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

A Auditoria Interna tem amplo e irrestrito acesso a todas as unidades, áreas e informações da Companhia, exceto aquelas expressamente discriminadas pelo Comitê de Auditoria e Integridade.

A Diretoria de Auditoria Interna tem atuação global e reporta-se ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Integridade, sendo composto por um Diretor e três Gerências operacionais distribuídos em cinco (5) escritórios regionais de maior atuação da Companhia, totalizando aproximadamente 67 pessoas.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta denominado Manual de Transparência BRF. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de maio de 2015 e contempla assuntos como direitos humanos, antissuborno, anticorrupção e normas de comportamento, entre outros.

5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Manual de Transparência da Companhia é aplicável a todos os seus empregados, administradores, acionistas, conselheiros, parceiros de negócios, clientes e fornecedores diretos ou indiretos, em todas as suas subsidiárias. A mesma situação se aplica às demais políticas e normas corporativas da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Desde outubro de 2018, as diretrizes do Manual de Transparência e das políticas do Sistema de Integridade BRF são divulgadas pela Companhia em diversos canais, conforme abaixo descrito:

- Semanalmente, são enviados e-mails de comunicação sobre assuntos referentes às políticas de Compliance, para todos os funcionários informatizados totalizando, aproximadamente, 20.000 pessoas;

- As receitas de integridade, que trazem diretrizes das políticas, foram incluídas em treinamentos presenciais realizados pela equipe de Compliance, mensalmente, a áreas da Companhia sujeitas a riscos específicos. Em 2019, mais de 40 Unidades Produtivas foram visitadas e tiveram suas lideranças treinadas;

- O Canal de Transparência BRF foi divulgado fisicamente, via cartazes, *banners*, placas, e-mails, *wallpapers* em TVs corporativas e computadores, em todas as unidades administrativas e produtivas, no Brasil e no Mercado Externo;

- No Jornal Rural, são divulgados textos a respeito dos pilares do Sistema de Integridade BRF, destinado ao público interno e aos produtores integrados da Companhia; e

- No 2º semestre de 2019, foi lançada a Série Integridade, um treinamento *online* com 4 episódios a respeito das políticas de integridade da Companhia, que deve ser concluído por todos os colaboradores informatizados. Em 2019, mais de 19.000 colaboradores foram treinados com a Serie Integridade *online*.

Os exemplos acima demonstram de forma clara e inequívoca a constante capacitação dos colaboradores da Companhia no compromisso de integridade, via comunicações e treinamentos, no mínimo mensalmente.

Os treinamentos relacionados ao Sistema de Integridade BRF são planejados e monitorados pela área de Compliance, considerando os seguintes aspectos:

(i) Público alvo: informatizados, não informatizados, administrativo, operacional e áreas de risco (suprimentos, financeiros, jurídico, relações institucionais, agronegócio);

(ii) Conteúdo e temas a serem abordados: Leis aplicáveis aos negócios da Companhia, Manual de Transparência, Políticas Internas, exemplos e casos reincidentes;

(iii) Formatos possíveis: levando em conta o público alvo, os treinamentos podem ser presenciais, *e-learning*, ministrados pela área de Compliance, advogados externos, consultorias ou líderes regionais.

Todo novo empregado da Companhia participa do treinamento de integração, nas primeiras semanas de trabalho. Tal treinamento é obrigatório e aborda as principais informações sobre a Companhia (história, setor de atuação, marcas, etc), benefícios e as expectativas e comportamentos esperado dos

5.4 - Programa de Integridade

empregados por parte da Companhia. Ademais, é apresentado aos novos empregados um vídeo sobre o Manual de Transparência, entregue uma cópia física e solicitada a assinatura em um termo de aceite.

Em relação aos membros da Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de Assessoramento, esclarece-se que a Diretoria de Compliance realiza treinamentos presenciais sobre o Manual de Transparência, a Lei Anticorrupção Brasileira e demais normas internacionais, como FCPA e UK Bribery Act, sempre que há o ingresso e nomeação de novo membro nos referidos órgãos e/ou a Diretoria de Compliance entende necessária a abordagem de temas referentes à legislação.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

A não observância das diretrizes do Manual de Transparência poderá acarretar ao infrator a imposição das seguintes sanções: medidas disciplinares ou desligamento. Já o descumprimento, por terceiros, do Código de Conduta do Parceiro de Negócios poderá acarretar ao infrator a imposição das seguintes sanções: rescisão imediata do contrato por descumprimento da cláusula de declaração e garantia contida no instrumento jurídico firmado com o parceiro, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos causados pelo referido descumprimento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Manual de Transparência (código de conduta da Companhia), foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 28 de maio de 2015 e pode ser acessado por meio do website www.brf-global.com/sobre/etica-e-integridade/como-atuamos/.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de denúncias, que se chama Canal de Transparência BRF, criado com o objetivo de viabilizar a comunicação de possíveis violações ao Manual de Transparência, às leis aplicáveis ou às políticas, normas e procedimentos da Companhia.

Colaboradores e terceiros podem fazer denúncias, anônimas ou não, sempre que permitido pela lei local, diretamente pelo website www.integridade.brf.com ou www.compliance.brf.com ou pelos telefones nele disponível, conforme o país. Em determinadas localidades, colaboradores e terceiros podem utilizar um formulário disponível no website da Companhia (https://www.brf-global.com/sobre/etica-e-integridade/canal-de-transparencia/) ou por meio do endereço de e-mail denuncia@brf.com.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

O Canal de Transparência BRF é gerenciado pela Diretoria de Compliance. Nas principais localidades onde a Companhia atua, o Canal de Transparência BRF é operado por um terceiro independente, que coleta todos os dados fornecidos por telefone ou pelo site específico (www.integridade.brf.com ou www.compliance.brf.com) pelos denunciantes, os armazena e encaminha às áreas responsáveis pelas tratativas e apuração das denúncias, assegurada a confidencialidade e dados do denunciante contra o uso e/ou acesso não autorizado.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

Sim, o Canal de Transparência BRF está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

5.4 - Programa de Integridade

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;

Sim, os colaboradores e terceiros têm a opção de enviar relatos de forma anônima, se assim desejarem. Além disso, a Companhia não tolera retaliações ou punições àqueles que registrarem uma denúncia de boa fé e com responsabilidade. Neste sentido, a Companhia esclarece que as Políticas de Compliance estimulam expressamente a pronta comunicação e relato, por meio do Canal de Transparência BRF, de quaisquer atos que representem violação às diretrizes e princípios nelas dispostos ou no Manual de Transparência BRF. A esse respeito, a Política de Denúncias ao Canal de Transparência BRF também dispõe que a Companhia condena veementemente qualquer forma de retaliação contra denunciantes motivados pela boa-fé, ainda que tais denúncias não possam ser comprovadas.

Além disto, por meio de comunicação interna (e-mails e cartazes) e treinamentos realizados pela Diretoria de Compliance são reforçadas as formas de acesso ao Canal de Transparência BRF, bem como a garantia de: (i) anonimato, àqueles que não quiserem se identificar; (ii) operação do canal por empresa independente, nas principais localidades; e (iii) não tolerância, pela Companhia, de qualquer forma de retaliação contra quem realizar uma denúncia e/ou relatar uma preocupação de boa-fé.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Os órgãos responsáveis pela apuração de denúncias, a depender da matéria e das pessoas envolvidas, são: (i) a Diretoria de Compliance; (ii) o Comitê de Auditoria e Integridade e/ou Comitê de Transparência; (iii) a Diretoria de Gestão de Riscos; e (iv) a Diretoria de Recursos Humanos.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Para os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, de compliance, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de diligência, inclusive, antissuborno e anticorrupção das partes envolvidas no processo. Este processo está previsto na Política Global de Projetos de M&A, que foi aprovada pelo Comitê de Transparência e pela Diretoria Executiva em dezembro de 2019.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável. A Companhia possui políticas e controles adequados aos riscos a que está sujeita, que fazem parte do Sistema de Integridade BRF, conforme exposto acima.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa as operações e resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial, analisando, principalmente, índices de preços e de atividade econômica. Não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Aprimoramento da governança

Frente às investigações das Operações Carne Fraca e Trapaça, conforme descritas no item 4.7 deste Formulário de Referência, há dois anos a Companhia interage de forma ampla e transparente com as autoridades competentes e colabora para o completo esclarecimento dos fatos.

A Companhia tem assumido postura proativa, colaborando com as investigações das autoridades e buscando uma solução transparente e assertiva para todas as questões – que têm impacto direto sobre a reputação da Companhia, no Brasil e no exterior. A Companhia entende que este processo de cooperação com as autoridades fortalece e consolida sua governança por meio das ações que implementa para garantir os mais elevados padrões de segurança, integridade e qualidade, além de oferecer maior autonomia a sua Diretoria de Compliance.

Em dezembro de 2019, foi apresentada denúncia pelo Ministério Público Federal referente à Operação Trapaça, envolvendo 11 pessoas físicas, que foi aceita pelo juízo competente em 21 de janeiro de 2020. Atualmente o processo aguarda resposta dos réus. Nenhum membro da administração, diretor ou executivo em posição de gestão atual na Companhia foi denunciado. Reforçamos nosso compromisso em continuar aprimorando processos para garantir os mais elevados padrões de integridade, qualidade e segurança, colaborando com as autoridades para o esclarecimento de todos os fatos.

Para maiores informações, consulte item 4.7 – Outras Contigências Relevantes, bem como os posicionamentos oficiais divulgados ao mercado sobre o tema, nos seguintes Comunicados ao Mercado: Denúncia MPF (4/12/2019) e Operação Romanos (1/10/2019).

Planos de contingência e ações frente ao COVID-19

A partir de protocolos definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e demais autoridades de todos os países onde atua, a Companhia desenvolveu planos de proteção aos seus colaboradores e de continuidade operacional. Foi instituído, logo no início do surto da pandemia do COVID-19, em janeiro de 2020, um Comitê Multidisciplinar de Acompanhamento Permanente, composto por executivos e especialistas, incluindo da área de infectologia, para acompanhamento, em tempo real, dos desdobramentos do tema em nível mundial, com foco no embasamento e agilidade na tomada de decisões.

A Companhia desenvolveu planos de contingência em todas as suas áreas visando a continuidade de suas atividades e o cuidado com seus colaboradores. Nesse sentido, foi implementada uma série de medidas, tais como disponibilização de canal telefônico de orientação médica gratuita e realização de campanha interna para salientar atitudes preventivas e informações sobre como proceder em caso de indícios de contaminação.

Além disso, a Companhia instituiu trabalho remoto para suas atividades administrativas, tendo postergado viagens, afastado pessoas pertencentes a grupos de risco, concedido férias para colaboradores com dificuldades em relação à logística com filhos durante o período de paralisação de aulas e antecipação de campanha de vacinação da gripe para todos os seus colaboradores. A Companhia também restringiu o acesso de visitantes em todas as suas unidades produtoras e centros de distribuição, bem como reforçou procedimentos de higienização em suas instalações e veículos de transporte de colaboradores, incluindo medidas evitando aglomerações de pessoas, tendo instituído também protocolo de medição de temperatura dos colaboradores nas portarias de suas unidades, além de outras ações.

A Companhia também adotou medidas proativas visando assegurar a saúde, a integridade e a segurança de todas as pessoas envolvidas em sua cadeia produtiva. Por exemplo, entre os dias 5 e 19 de junho de 2020, as atividades na unidade produtiva de Rio Verde (GO) foram suspensas, com a manutenção de equipes reduzidas para funcionamento dos serviços essenciais de suporte à operação, sendo os demais colaboradores da referida unidade produtiva preventivamente afastados, sem qualquer prejuízo

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

salarial, e devidamente orientados a permanecer em suas residências. Em 10 de junho de 2020 a Companhia iniciou a realização de testagem adicional por amostragem dos colaboradores, seguindo protocolo que vem sendo implementado em todas as unidades da Companhia. O objetivo é obter informações precisas e com rapidez para garantir o bem-estar dos colaboradores da Companhia e maior controle na identificação da COVID-19. Com o objetivo de trazer maior confiabilidade ao processo, a Companhia também solicitou a realização de contraprova, por amostragem, em outros laboratórios, para os resultados então apresentados. A partir de 19 de junho de 2020, a Companhia iniciou a retomada gradativa das atividades da unidade de Rio Verde (GO) mediante a prévia avaliação médica de todos colaboradores. Para evitar impactos em abastecimento durante o período de paralisação, a produção foi redirecionada para outras unidades da Companhia na região.

Adicionalmente, a Companhia, em conjunto com sete das principais empresas de alimentos e bebidas do país, passou a integrar o "Movimento Nós", cujo o objetivo é apoiar a retomada gradual de abertura dos pequenos comércios por meio de um pacote de benefícios, que inclui suporte no reestabelecimento de seus estoques, fortalecimento das relações com os consumidores locais, treinamentos de protocolos de prevenção e compartilhamento de informações. O Movimento Nós investiu R$ 370.000 mil, alcançando 300 mil pequenos estabelecimentos brasileiros que empregam cerca de R$1.000 mil pessoas. As ações do Movimentos Nós foram implementadas em total alinhamento com as decisões dos governos estaduais e municipais relativas à retomada e flexibilização do distanciamento social.

A Companhia, por intermédio do Instituto BRF, está, ainda, implementando diversas ações sociais, como doações de alimentos de sua produção e de determinados insumos médicos, assim como a criação de estruturas locais para as comunidades em que opera, para o enfrentamento do COVID-19.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	18/08/1934
Forma de Constituição do Emissor	Companhia Aberta
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	24/06/1997

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

História e Desenvolvimento da Companhia

A Companhia foi fundada, em 1934, como Perdigão, pelas famílias Brandalise e Ponzoni, com a razão social "Ponzoni, Brandalise & Cia", no Estado de Santa Catarina e foi administrada pela família Brandalise até setembro de 1994. Em 1940, a Companhia expandiu suas atividades, que eram originalmente dedicadas ao comércio em geral e concentravam−se em alimentos e produtos correlatos, para incluir o processamento de carne suína. Durante os anos 50, iniciou seu negócio de processamento de aves. Em 1958, a denominação social foi alterada para Perdigão S.A. Comércio e Indústria, após uma profunda reestruturação administrativa e estatutária. Nos anos 50, a Companhia entrou no negócio de processamento de aves. Nos anos 70, ampliou a distribuição de seus produtos para incluir os mercados internacionais, iniciando as suas atividades na Arábia Saudita. De 1980 a 1990, a Companhia expandiu seus mercados internacionais para incluir o Japão, em 1985, e a Europa, em 1990. Também naquela época, a Companhia iniciou uma série de aquisições nos negócios de processamento de aves e suínos, bem como investimentos em outros negócios.

De 1990 a 1993, a Companhia incorreu em perdas substanciais, devido a (i) aumento das despesas financeiras, (ii) poucos investimentos no desenvolvimento de produtos, (iii) capacidade limitada de expansão, e (iv) poucos investimentos em marketing de seus produtos. Em setembro de 1994, a Companhia enfrentou uma crise de liquidez que resultou na venda do controle acionário detido pela família Brandalise, a qual detinha 80,68% das ações ordinárias e 65,54% das ações preferenciais, para alguns fundos de pensão, dentre eles a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("PREVI") e a PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social ("PETROS").

Com a alteração do controle da Companhia, a administração da Companhia foi substituída por uma nova equipe de executivos, que reestruturou a governança da Companhia, realizou aumentos de capital e implementou programas de modernização. A nova administração também promoveu reestruturações societárias, alienou e liquidou operações comerciais não essenciais e melhorou a estrutura de capital da Companhia.

No início de 2006, a Companhia aprovou alterações estatutárias importantes, o que culminou na transformação das ações preferenciais em ordinárias, direitos igualitários a todos os acionistas, mecanismos de proteção aos investidores e adesão ao segmento especial de governança corporativa denominado Novo Mercado da B3.

Combinação de negócios com a Sadia

Em 19 de maio de 2009, a Companhia celebrou com a Sadia S.A. ("Sadia") acordo para estabelecer os termos da combinação de negócios entre ela e esta última ("Operação"), culminando na alteração da sua denominação social de Perdigão S.A. para BRF – Brasil Foods S.A. A Operação foi concluída no dia 22 de setembro de 2009, momento em que a Sadia se tornou subsidiária integral da Companhia.

A Operação foi analisada e aprovada pelas autoridades antitruste da Europa em 29 de junho de 2009, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 13 de julho de 2011, condicionada ao cumprimento de Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") firmado pela Companhia junto ao CADE em 18 de julho de 2011. De acordo com o TCD, a Companhia concordou com a adoção de várias medidas, tais como a venda de um conjunto de ativos composto por dez fábricas de alimentos processados e quatro de rações, dois abatedouros de suínos e dois de aves, doze granjas de matrizes de frangos, dois incubatórios de aves e oito centros de distribuição.

A incorporação da Sadia pela Companhia foi aprovada na assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 18 de dezembro de 2012 e na assembleia geral extraordinária da Sadia realizada em 31 de dezembro de 2012.

O TCD estabeleceu, ainda, a alienação das marcas Rezende, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Elegant, Fiesta, Freski, Confiança, Doriana e Delicata. Adicionalmente, a Companhia comprometeu−se a suspender temporariamente as marcas Perdigão e Batavo em algumas categorias

6.3 - Breve Histórico

de produtos. Com base nos resultados divulgados de 2010, os ativos e as marcas alienados nos termos do TCD representaram receitas de R$1,7 bilhão, com volumes relativos a 456 mil toneladas de produtos *in natura*, elaborados e processados, comemorativos e margarinas. Já as suspensões de categoria das marcas Perdigão e Sadia equivaleriam a receitas de R$1,2 bilhão. Em 1º de julho de 2015, a Companhia anunciou o retorno da comercialização das seguintes categorias de produtos com a marca Perdigão: (i) presunto suíno cozido, apresuntado e afiambrado, (ii) kit festa suínos (lombo suíno temperado, congelado, paleta suína, defumada, pernil com/sem osso temperado, presunto tender, tender suíno), e (iii) linguiça curada e paio e, mais recentemente, em setembro de 2016, do produto salame da marca Perdigão.

A última suspensão de uso de marca imposta pelo CADE em relação à operação com a Sadia expirou em 3 de julho de 2017. De acordo com o TCD, até 13 de julho de 2021, a Companhia está proibida de (i) ter exclusividade em vendas ou publicidade em pontos de venda no Brasil; e (ii) recomprar os bens vendidos à Marfrig Alimentos S.A. ("Marfrig"). O TCD, no entanto, não restringiu a capacidade da Companhia de atuar livremente nos mercados de serviços alimentícios do Brasil ou do exterior.

Acordo com a Marfrig

Em dezembro de 2011, certos ativos selecionados pelo CADE mencionados acima foram negociados com a Marfrig, sendo o contrato de permuta de ativos firmado em 20 de março de 2012 para execução em julho de 2012. Em troca dos referidos ativos, a Companhia recebeu a totalidade da participação acionária detida pela Marfrig na Quickfood S.A. (então equivalente a aproximadamente 90,05% do capital social), companhia aberta sediada na Argentina, e o pagamento adicional da importância de R$350.000 mil.

O ano de 2012 foi marcado por uma crise econômica internacional e pelo aumento sem precedentes de custos da Companhia, com alta volatilidade e elevação dos preços dos grãos, o que caracterizou um dos anos mais difíceis para o segmento mundial de proteínas. Mesmo com a cessão de ativos e a suspensão de marcas que representavam cerca de um terço de seu volume de vendas no mercado interno, a Companhia conseguiu ampliar sua receita líquida consolidada em 10,9%, para R$28,5 bilhões. Esse resultado foi fruto de um trabalho muito pujante e consistente de um processo que envolveu toda a Companhia na execução de duas agendas: as operações do dia–a–dia e os compromissos da fusão.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Marfrig para a venda da participação total na Quickfood S.A. (que constituía 91,89% do capital acionário da Quickfood S.A.) com base no valor de US$60.000 mil (equivalente a R$232.488 mil). A Quickfood S.A., subsidiária da Companhia com base na Argentina, operava 3 plantas de abate de bovinos com capacidade de 620 cabeças por dia e uma capacidade de processamento de aproximadamente 6.000 toneladas métricas por mês de hambúrgueres, salsichas, produtos frios e vegetais congelados. A alienação da participação da Companhia na Quickfood S.A. foi concluída em 2 de janeiro de 2019.

Alterações Societárias e de Governança

Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 9 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia, passando de BRF – Brasil Foods S.A. para BRF S.A.

Ainda, em 2013, a Companhia fez alterações em sua administração, iniciou um programa de aceleração de negócios e lançou um novo plano estratégico para o período de 2014 a 2017, visando ser uma das maiores empresas de alimentos do mundo, admirada por suas marcas, inovação e resultados.

O ano de 2014 foi um ano marcado por inúmeras mudanças estruturais, com crescimento da base de pontos de venda no Brasil, melhorias no nível de serviço e de atendimento ao cliente, crescimento em regiões como Oriente Médio e sudeste asiático e projetos que proporcionaram o aumento da capilaridade e capacidade de distribuição da Companhia.

6.3 - Breve Histórico

Acordo com a Lactalis

Ainda seguindo as diretrizes estratégicas, em 3 de setembro de 2014, a Companhia assinou memorando de entendimentos vinculante com a Lactalis do Brasil – Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. ("Lactalis"), uma companhia pertencente ao Groupe Lactalis S.A., para a venda de plantas da divisão de lácteos da Companhia. Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda com a Lactalis estabelecendo os termos e condições para a venda de suas unidades da divisão de lácteos, que incluía (a) as unidades localizadas nas cidades de Bom Conselho (PE), Carambeí (PR), Ravena (MG), Concórdia (SC), Teutônia (RS), Itumbiara (GO), Terenos (MS), Ijuí (RS), Três de Maio I (RS), Três de Maio II (RS) e Santa Rosa (RS), e (b) os respectivos ativos e marcas dedicados a tal divisão (Batavo, Elegé, Cotochés, Santa Rosa e DoBon). A operação foi concluída em 1º de julho de 2015 com o pagamento do preço de aquisição de aproximadamente R$2,1 bilhões.

Incorporação de Ações Minerva

Em 1º de outubro de 2014, a operação de incorporação de ações de emissão da Mato Grosso Bovinos S.A. ("Newco Bovinos"), sociedade então controlada pela Companhia, pela Minerva S.A ("Minerva") foi concluída, resultando na incorporação, pela Minerva, da totalidade das ações de emissão da Newco Bovinos, e na atribuição, à Companhia, de 29.000.000 ações de emissão da Minerva, que correspondiam, à época, a 16,29% do capital social total e votante da Minerva, e na atribuição de dois assentos no Conselho de Administração da Minerva. Essa operação resultou em parceria estratégica com a Minerva, que possui uma expertise maior no negócio de bovinos, agregando valor aos negócios da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era titular de 26.000.000 ações de emissão da Minerva.

Em assembleia geral extraordinária da Minerva, realizada em 15 de outubro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social da Minerva, aumento esse não acompanhado pela Companhia, e após a homologação do referido aumento pelo Conselho de Administração da Minerva, em reunião realizada em 20 de dezembro de 2018, a participação da Companhia foi diluída e passou a deter 4,04% do capital social da Minerva.

Em razão da diluição da participação da Companhia no capital social da Minerva, em 06 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu notificação da VDQ Holding S.A. ("VDQ") sobre a rescisão do Acordo de Acionistas da Minerva, celebrado entre VDQ e a Companhia, em 1º de novembro de 2013 e aditado em 22 de dezembro de 2015 (conforme aditado, o "Acordo de Acionistas"). O referido Acordo de Acionistas estabelecia que a VDQ poderia terminar antecipadamente o Acordo de Acionistas, por meio de notificação entregue à Companhia, caso o total de ações vinculadas detidas pela Companhia em relação à totalidade do capital social da Minerva se tornasse inferior a 6% e, considerando o não acompanhamento no aumento de capital, a participação da Companhia passou a um montante inferior ao mínimo estabelecido no Acordo de Acionista. A partir de 21 de dezembro de 2018, o Acordo de Acionistas foi rescindido, de pleno direito para todos os fins e efeitos. A rescisão deste Acordo de Acionistas não causou impacto nas operações da Companhia.

Cenário Internacional

Em relação ao cenário internacional, a Companhia inaugurou em 26 de novembro de 2014 uma nova fábrica em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, operação estratégica para maximizar a presença e a produção na região do Oriente Médio, onde a marca Sadia já era *top of mind*. A fábrica tem capacidade para produzir 70 mil toneladas de alimentos, produzindo processados como hambúrgueres e empanados.

No período entre 2014 e 2016, a Companhia adquiriu participação indireta em alguns distribuidores, tais como a Federal Foods, Al Khan Foods e BRF Alyasra, também em linha com as diretrizes estratégicas e com o plano de "globalização" da Companhia.

Em 2015, a Companhia anunciou a formação da SATS BRF Food Pte. Ltd., uma joint venture com uma subsidiária integral da SATS Ltd., maior prestadora de serviços portuários na Ásia, para desenvolver atividades de distribuição de alimentos em Singapura e região. Em 5 de setembro de 2019 celebrou

6.3 - Breve Histórico

Contrato de Compra e Venda estabelecendo os termos e condições para a alienação da totalidade das ações detidas pela Companhia na sociedade SATS BRF Food Pte Ltd., correspondentes a 49% das ações de emissão desta, pelo valor de SG$17.000.000,00 (dezessete milhões de dólares singapurianos), equivalentes a R$51.197.000,00 (cinquenta e um milhões de Reais), incluindo a assinatura de um novo contrato de distribuição e licenciamento de marcas pertencentes à Companhia.

Em 5 de outubro de 2015, a Companhia anunciou a aquisição de parte do negócio de distribuição de congelados da Qatar National Import and Export Co., sociedade que atua como distribuidora da Companhia no Estado do Qatar há mais de 40 anos.

Em 25 de abril de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária BRF GmbH, celebrou um contrato de compra e venda de ações com os acionistas da Al Khan Foodstuff LLC ("AKF"). Após a conclusão da operação em 20 de junho de 2016, a BRF GmbH tornou−se titular de toda a participação econômica na AKF. A avaliação da AKF no contexto da operação (valor do negócio equivalente a 100% da AKF) foi de US$32.600 mil.

Em 9 de setembro de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária BRF Foods GmbH, celebrou um contrato com a FFM Berhad dispondo sobre a cooperação das duas partes na FFM Further Processing SDN BHD, companhia de processamento de alimentos com sede na Malásia, e um investimento da BRF Foods GmbH na FFP no valor de aproximadamente US$16.000 mil. Após a conclusão da operação em 4 de outubro de 2016, a BRF Foods GmbH e a FFM Berhad passaram a deter 70% e 30% das ações da FFP, respectivamente. Em 24 de junho de 2020, a BRF Foods GmbH concluiu a alienação da totalidade das ações na sociedade FFM Further Processing SDN BHD, correspondentes a 70% das ações de emissão desta, pelo valor de aproximadamente US$7.350 mil. Na mesma data foram terminados os contratos de fornecimento e licenciamento de marcas existente entre subsidiárias da Companhia e a FFM Further Processing SDN BHD.

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia concordou com a alienação da maioria de suas subsidiárias localizadas na Europa, incluindo as plantas de processamento de Wrexham (Reino Unido) e Oosterwolde (Holanda), bem como de plantas localizadas na Tailândia, para a Tyson International Holding Co. A operação foi concluída em 3 de junho de 2019, com valor da operação totalizando US$377.042.479,09.

Em 29 de outubro de 2019, a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos (MOU) com a *Saudi Arabian General Investment Authority* ("SAGIA"), em caráter não-vinculante, contemplando a construção e operação, na Arábia Saudita, pela Companhia, de unidade de processamento de produtos de frango destinados majoritariamente ao mercado saudita, mas que também poderão ser exportados para outros países na região. A Companhia estima o valor do investimento em, aproximadamente, US$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos). O desenvolvimento desse projeto está atualmente em sua fase de especificação técnica e modelagem financeira.

Em 7 de maio de 2020, a Companhia, por meio da sua subsidiária integral, Badi Limited, celebrou com a Hungry Bunny Limited e outros, Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% do capital social da Joody Al Sharqiya Food Production Factory, uma empresa de processamento de alimentos, com uma unidade produtiva localizada em Dammam, na Arábia Saudita, cujo portfólio inclui cortes empanados, marinados, hamburgeres, dentre outros. A referida operação está estimada em aproximadamente US$ 8.000 mil de dólares norte-americanos, equivalente a aproximadamente R$45.000 mil, e está sujeita à satisfação determinadas condições precedentes usuais a operações de mesma natureza, inclusive aprovação das autoridades regulatórias.

Reorganização Societária da OneFoods

Em 11 de janeiro de 2017, a Companhia aprovou a constituição da subsidiária One Foods Holding Ltd. ("OneFoods"), antiga Sadia Halal, cujo propósito era a produção, distribuição e venda de produtos halal, com sede no Dubai International Financial Center. Esse processo de reestruturação contemplou a transferência de diversos ativos relacionados à produção e distribuição de produtos halal na Malásia e em alguns países do Oriente Médio e África, incluindo: (i) o contrato de compra e venda, do qual a OneFoods adquiriu participações acionárias em entidades que atendem o mercado de produtos halal da

6.3 - Breve Histórico

BRF GmbH, subsidiária integral da Companhia; e (ii) a contribuição da participação acionária da SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("SHB") para a OneFoods.

A SHB possuía instalações de armazenagem de grãos, fábricas de ração, contratos com produtores terceirizados, incubatórios e oito unidades de processamento e abate no Brasil, uma unidade de processamento nos Emirados Árabes Unidos, participação na FFM Further Processing SDN BHD e a Companhia possuía participação em algumas distribuidoras com base na Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Omã e Kuwait. Tais ativos foram transferidos à SHB ou diretamente à OneFoods.

No início de 2017, a Companhia e a Qatar Investment Authority ("QIA"), fundo soberano do Estado do Qatar, celebraram contratos definitivos, dispondo sobre a constituição de uma joint veture visando a aquisição das ações da Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayii A.S. ("Banvit") e sobre o relacionamento entre essa joint venture e a Banvit. Os direitos oriundos desses contratos foram posteriormente cedidos à OneFoods, de modo que a OneFoods e a QIA passaram a deter 60% e 40% de participação na joint venture, respectivamente. Em 25 de maio de 2017, a joint venture formada detida pela OneFoods e a QIA, chamada TBQ Foods GmbH, concluiu a operação de compra e venda de ações detidas pelos acionistas controladores da Banvit, representativas de 79,5% do capital social desta sociedade. A Banvit é a maior produtora de aves da Turquia, com operações completamente integradas e com o maior reconhecimento de marca do setor no país. Segundo os termos do contrato de compra e venda de ações acima descritos. Após a conclusão dessa operação, a TBQ Foods GmbH realizou uma oferta pública obrigatória para aquisição dos outros 20,5% das ações da Banvit dos acionistas minoritários nos mesmos termos e condições oferecidos aos acionistas controladores da Banvit. A conclusão da operação ocorreu em 17 de agosto de 2017, tendo a Companhia passado a deter 91,7% da Banvit, sendo o valor total da operação, incluindo o preço de compra pago em relação a oferta pública, foi de R$ 1,277 bilhão.

Com o objetivo de simplificar e dar maior eficiência e transparência as operações da Companhia, em 1º de setembro de 2018, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com duas de suas subsidiárias, BRF Foods GmbH e One Foods Holding Ltd., para adquirir todas as ações ordinárias da SHB. Em 12 de dezembro de 2018, em assembleia geral extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da SHB pela Companhia. A incorporação passou a ter efeito a partir de 31 de dezembro de 2018, após sua aprovação em assembleia geral extraordinária da SHB.

Plano de Reestruturação Operacional e Financeira da Companhia

Em 29 de junho de 2018, a Companhia anunciou, mediante fato relevante, a aprovação pelo Conselho de Administração de seu plano de reestruturação operacional e financeira ("Plano"). O objetivo do Plano era melhorar sua estrutura de capital, por meio da redução de sua alavancagem e também reforçar seus processos de qualidade e gestão. Uma das estratégias do Plano foi a decisão da Companhia de focar nos mercados brasileiro, asiático e muçulmano (*halal*), em que detém posições de liderança e vantagens competitivas.

Como decorrência da aprovação do plano, a Companhia realizou diversos desinvestimentos, nomeadamente: (i) a venda das subsidiárias Quickfood S.A., Avex S.A. e Campo Austral S.A., todas na Argentina, por um *enterprise value* total de US$ 145.500.000,00, fechadas entre 2 de janeiro e 11 de março de 2019; (ii) a venda das ações detidas pela Companhia em sociedades na Europa e na Tailândia, concluída em 3 de junho de 2019, com valor da operação totalizando US$377.042.479,09; e (iii) a venda das ações detidas pela Companhia na sociedade SATS BRF Food Pte Ltd. pelo valor de SG$17.000.000,00 (dezessete milhões de dólares singapurianos), equivalentes a aproximadamente R$51.197.000,00 (cinquenta e um milhões de Reais), incluindo a assinatura de um novo contrato de distribuição e licenciamento de marcas pertencentes à Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia anunciou, mediante fato relevante, a conclusão do Plano, que resultou na arrecadação, pela Companhia, de um valor total aproximado de R$ 4,1 bilhões. Para informações adicionais sobre as aquisições e alienações societárias realizadas pela Companhia, vide os itens 8.1 e 15.7 deste Formulário de Referência.

6.3 - Breve Histórico

Venda da Unidade de Várzea Grande

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um contrato com a Marfrig para a venda de R$100.000 mil de ativos imobiliários e equipamentos da fábrica localizada em Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso, que produz, entre outros itens, hambúrgueres, almôndegas e quibes. A operação foi concluída em 23 de janeiro de 2019 e, em 1º de abril de 2019, entrou em vigor um contrato de fornecimento com a Marfrig, por meio do qual a Marfrig se comprometeu a fornecer para a Companhia, com as marcas detidas pela Companhia, produtos produzidos na unidade de Várzea Grande, como hambúrgueres, almôndegas, quibes, frangos e produtos processados de peito de frango, por 60 meses.

Outras Operações em 2018 e 2019

Em 18 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a estruturação de um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") para adquirir, da Companhia, contas a receber de transações comerciais firmadas pela Companhia e seus clientes no Brasil. O fundo possui 3 classes distintas de cotas e atingiu um volume total de investimentos de R$ 875.000 mil.

Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com A Granja Três Arroyos S.A. e Fribel S.A. para a venda da totalidade das ações de emissão da Avex S.A. A Avex S.A. operava três fábricas localizadas em Llavalol, Villa Mercedes e Rio Cuarto, na Argentina e dedicava-se à produção de aves e margarina. A operação foi concluída em 4 de fevereiro de 2019 por um *enterprise value* de US$ 50.000 mil, então equivalentes a R$ 193.740 mil.

Em 10 de janeiro de 2019, a Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Ativos com a sociedade BOGS S.A. para a venda de sua instalação localizada na cidade de Florencio Varela, na Argentina, e todos os ativos e passivos a ela relacionados, incluindo as marcas "Bocatti" e "Calchaquí", com base no valor da empresa de US$26.753 mil, equivalente a R$95.036 mil. A operação foi concluída em 28 de fevereiro de 2019.

Em 10 de janeiro de 2019, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Piamontesa de Averaldo Giacosa e Compañía S.A. pela venda de todo o capital social da subsidiária da Companhia, Campo Austral S.A., incluindo suas instalações em San Andrés de Giles e Pilar e a marca "Campo Austral", com base no valor de US$7.919 mil, equivalentes a R$29.359 mil. A venda foi concluída em 11 de março de 2019.

Em 5 de setembro de 2019, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Sats Food Services Pte Ltd., estabelecendo termos e condições para a venda da sua participação na companhia alimentícia de Singapura Sats BRF Food Pte Ltd., equivalente a 49% de seu capital social. A operação foi concluída em 5 de setembro de 2019 pelo valor SGD 17.000 mil, equivalente a R$ 51.197 mil, mediante a assinatura de um novo contrato para a distribuição e o licenciamento de marcas de propriedade da Companhia.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não aplicável, pois não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

A Companhia é uma das maiores produtoras mundiais de proteína animal *in natura* e congelados, sendo responsável, de acordo com a Trademap, por aproximadamente 11,6% do comércio mundial de aves em 2019 e contendo um portfólio de aproximadamente três mil unidades SKUs (*Stock Keeping Unit ou*, em português, Unidade de Manutenção de Estoque). Com foco na criação, produção e abate de aves e suínos, industrialização, comercialização e distribuição de carnes *in-natura*, produtos processados, massas, vegetais congelados e derivados da soja. Nossos produtos processados incluem frango congelado e marinado, carnes de peru e frango Chester®, carnes especiais, carnes processadas congeladas, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados e produtos à base de vegetais. Vendemos também margarina, doces especiais, sanduíches e ração para animais. Somos proprietários de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Perdix, Confidence e Hilal.

A estratégia de portfólio da Companhia é baseada na criação de produtos inovadores, convenientes, práticos e saudáveis para os consumidores, de acordo com as suas necessidades e estilo de vida. A Companhia busca atingir esse objetivo por meio de um sólido processo de inovação, que tem por objetivo gerar produtos de elevado valor agregado, diferenciando sua atuação em relação aos seus concorrentes, fortalecendo sua marca e estimulando a fidelidade de seus clientes.

Brasil

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 34 unidades industriais no Brasil e contava entre os seus principais ativos com uma rede de distribuição que permitia que os seus produtos chegassem aos consumidores brasileiros por meio de mais de 555.000 entregas mensais e 45 centros de distribuição; 21 destes no mercado interno e 24 nos mercados de exportação.

Suas unidades industriais no Brasil incluem 34 unidades de processamento de carne, três de processamento de margarina, três de processamento de massas, uma de processamento de sobremesas e três de esmagamento de soja, todas próximas de seus fornecedores de matérias-primas ou dos principais centros de consumo. A Companhia possui um sistema logístico avançado em seu mercado interno, com 21 centros de distribuição, dos quais seis são de sua propriedade e 15 são arrendados de terceiros, sendo que todos atendem supermercados, varejistas, atacadistas, restaurantes e outros clientes.

Outros países

No mercado internacional, a Companhia possui uma marca líder, a Sadia, em várias categorias de países do Oriente Médio. A Companhia mantém 21 escritórios fora do Brasil, atendendo clientes em mais de 130 países em cinco continentes. A Companhia possui uma unidade industrial em Abu Dhabi, uma na Malásia e três na Turquia.

Além disso, após a efetivação dos desinvestimentos realizados no âmbito do plano de reestruturação financeira e operacional, a Companhia ainda opera 24 centros de distribuição localizados na Ásia, no Cone Sul e no Oriente Médio, bem como escritórios comerciais em quatro continentes.

Nesse contexto, as atividades desenvolvidas no Brasil são a espinha dorsal da estratégia da Companhia, por meio da alavancagem da liderança de suas marcas e a capilaridade de sua rede de distribuição. A Companhia também identifica oportunidades no segmento Halal, aumentando sua produção na região e estimulando mais oportunidades de negócios. Em relação ao mercado internacional, a Companhia reformulou a sua estratégia de atuação e elegeu o mercado asiático como sendo o mais adequado para replicar a forte presença na distribuição final, a exemplo do que foi feito no segmento Halal.

A Companhia acredita que a abrangência de sua capacidade de produção e distribuição, em conjunto com um portfólio de produtos variados e atento às necessidades e preferências dos clientes, a coloca em uma posição singular no mercado de alimentos global.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não aplicável, tendo em vista a Companhia não ser uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia divide seus segmentos operacionais observando primariamente as suas regiões de negócios, quais sejam: (i) Brasil; (ii) Internacional; e (iii) Outros Segmentos. O segmento Internacional concentra todas as operações da Companhia no exterior e absorveu os segmentos Halal e Internacional divulgados nas demonstrações financeiras anuais de 2018.

Os segmentos operacionais "Brasil" e "Internacional" compreendem as operações de vendas em todos os canais de distribuição e são subdivididos de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir:

- ***In-Natura***, o qual, por sua vez subdivide-se em "Aves" e "Suínos e outros", incluindo o seguinte:
    - Aves: produção e comercialização de aves inteiras e em cortes *in-natura*; e
    - Suínos e outros: produção e comercialização de outros cortes *in-natura.*
- ***Processados***, incluindo o seguinte:
    - Frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca *Chester*®) e perus;
    - Carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter,* salames, bacon e outros produtos defumados; e
    - Carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
    - Margarina;
    - Pratos principais preparados congelados, como lasanhas e pizzas, bem como outros alimentos congelados;
    - Produtos à base de vegetais, incluindo toda a linha *plant-based*; e
- ***Outras vendas***, incluindo farelo de soja, farinha de soja refinada e ração animal.

O segmento operacional "Outros Segmentos" inclui comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e *health care* (saúde e bem-estar), assim como de produtos agropecuários.

Segmento Brasil

O Segmento Brasil representa todas as atividades desenvolvidas pela Companhia no território brasileiro, onde atua, sendo que as marcas mais valiosas da Companhia atuam nesse mercado.

A Companhia atende a substancialmente toda a população brasileira por meio de uma rede de distribuição nacional. No mercado interno, a Companhia vende seus produtos diretamente para supermercados, atacadistas, lojas de varejo, estabelecimentos de *food service* e outros compradores institucionais.

Segmento Internacional

O mercado Internacional inclui África, Ásia, Europa/Eurásia e Américas.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

África. A estratégia da Companhia na África tem focado no desbloqueio de uma série de oportunidades de mercado que se enquadram principalmente na categoria de processados. Em 2019, a Companhia priorizou o fortalecimento de suas parcerias na região. A Companhia buscou negócios na África por meio de vendas a distribuidores estratégicos e com ampla abrangência. Angola continua sendo um mercado relevante de cortes de frango e alimentos processados, como salsichas e mortadela. A Companhia também ampliou o fornecimento de alimentos processados para a África do Sul por meio das unidades da Companhia localizadas na Turquia.

Ásia. A China, juntamente com Hong Kong, é o maior mercado da Companhia na Ásia, onde fornece um volume significativo e um portfólio diversificado, incluindo asas e pés de frango e cortes de suíno. Além disso, por meio de uma operação piloto de distribuição em Xangai, a Companhia tem estabelecido parcerias com varejistas para a venda de cortes de frango congelado Sadia aos consumidores chineses. No Japão, o nível de serviço local, os padrões de qualidade e a variedade de produtos oferecidos tornou a Companhia um fornecedor preferencial de produtos de frango no mercado. A Companhia foi a primeira produtora brasileira a exportar cortes de suíno para a Coreia do Sul, o que levou a novas oportunidades de negócios naquele país. Em 2019, a Companhia concluiu a venda de sua participação na *joint venture* com a Sats BRF Food Pte Ltd., em Singapura, e assinou um contrato de distribuição para continuar fornecendo os produtos da Companhia. Como descrito acima, em 3 de junho de 2019, a Compahia concluiu a venda de suas unidades na Tailândia, juntamente com a maior parte de seus ativos europeus, para a Tyson International Holding Co.

Europa. Em 14 de maio de 2018, a União Europeia divulgou sua decisão de remover 12 plantas da Companhia da lista que permite a importação de produtos de origem animal pelos países da União Europeia. Devido ao embargo às importações de produtos das unidades de produção da Companhia, a Companhia não pode mais vender produtos à União Europeia a partir das unidades embargadas. Essa suspensão provocou desafios para os negócios da Companhia na Europa e obrigou a Companhia a reorganizar suas vendas e rede de distribuição por meio do fortalecimento de suas parcerias com outros processadores de alimentos, operadores de *food service* e distribuidores locais. A Companhia alavancou a sua rede global de terceirizados para abastecer o mercado europeu com produtos produzidos fora do Brasil. Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia alienou para a Tyson International Holding Co. a maioria de suas subsidiárias na Europa, incluindo suas plantas de processamento de Wrexham (Reino Unido) e Oosterwolde (Holanda) e sua operação de processamento de alimentos e abate de aves na Tailândia. Essa operação foi concluída em 3 de junho de 2019 pelo montante equivalente de R$1.488.033 mil (US$382.106 mil). A Companhia comprometeu-se, no contrato de compra de e venda de ações celebrado com a Tyson International Holding Co., a não comercializar produtos avícolas para consumo humano em certas jurisdições da Europa, incluindo o Espaço Econômico Europeu (EEE) e o Reino Unido. A cláusula de *non-compete* é válida até 3 de junho de 2021 e 3 de junho de 2022, dependendo do canal de vendas.

Em 2019, a Companhia continuou a desenvolver seu portfólio de frangos na Rússia e em outros países da Eurásia a fim de manter sua presença nesses mercados. A Companhia vendeu seus produtos para processadores locais e operadores de *food service*.

Américas e Outros Países. A Companhia vendeu seus produtos nas Américas por meio de vendas diretas a distribuidores chave. Além disso, a Companhia fortaleceu o seu relacionamento comercial com clientes mexicanos em 2017 e 2018, onde vendeu principalmente cortes congelados de frango. Cuba tem sido um dos principais destinos dos alimentos processados, como salsichas de frango. A Companhia também vendeu cortes de frango, incluindo peito e asas, para empresas de processamento no Canadá. Além disso, a Sadia é uma marca estabelecida e detém importantes participações de mercado no Chile e no Uruguai, onde mantém escritórios locais, assim como no Paraguai, onde opera por meio de distribuidores locais consolidados.

Oriente Médio: No Oriente Médio, Turquia e Malásia, a Companhia vende para atacadistas, varejistas, pequenas lojas (comércio tradicional), prestadores de *food service* e processadores. Nesses mercados, a Companhia vende principalmente frango congelado em três categorias: frango inteiro, cortes de frango e produtos processados. A Companhia acredita ser um dos fornecedores preferenciais desses produtos nessa região devido aos seus padrões de qualidade e relacionamentos duradouros com os

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

clientes. A maior marca da Companhia, a Sadia, é reconhecida como a marca de alimentos líder no Oriente Médio e é a marca *top of mind* na categoria de carne congelada de acordo com um estudo feito pela Ipsos Research, uma empresa de consultoria terceirizada. Em 2017, a Companhia anunciou o início dos negócios Halal, 100% focado no mercado Halal. Também divulgou a conclusão da aquisição da Banvit na Turquia, por meio da TBQ Foods GmbH, uma *joint venture* formada com a Qatar Investment Authority em maio de 2017.

Segmento Internacional	2019	2018	2017
Volumes (Mil, toneladas)	**1.909**	**1.900**	**1.918**
Aves (In Natura)	1.504	1.529	1.476
Suínos e outros (In Natura)	152	132	159
Processados	252	239	171
Outras Vendas	1	NM	112
Receita Operacional Líquida (R$, Milhões)	**14.899**	**13.068**	**12.250**
Preço médio (R$/KG)	7,81	6,88	6,38
Lucro Bruto (R$, Milhões)	**3.596**	**2.068**	**1.968**
Margem Bruta (%)	24,1%%	15,8%	16,1%
EBITDA Ajustado (R$, Milhões)	**2,316**	**896**	**702**
Margem EBITDA Ajustado (%)	15,5%	6,9%	5,7%

NM = not meaningful

Outros Segmentos

Outros Segmentos é dividido nas seguintes unidades de negócios: (i) *Ingredients* (comercialização e desenvolvimento de ingredientes de saúde animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e cuidados de saúde (saúde e bem-estar)) e (ii) Outras Vendas (comercialização de produtos agrícolas). Como a Companhia utiliza os mesmos ativos para produzir produtos para todos os seus segmentos, não identifica ativos por segmento, com exceção aos ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Outros Segmentos + Ingredientes	2019	2018	2017
Volumes (Mil, Toneladas)	**269**	**268**	240
Aves (In Natura)	10	3	11
Suínos e outros (In Natura)	2	3	0
Processados	5	7	1
Outras vendas	253	254	227
Receita Operacional Líquida (R$, Milhões)	**1.058**	**838**	818
Lucro bruto (R$, Milhões)	**204**	**167**	138
Margem Bruta (%)	19,3%	20,0%	16,9%
EBITDA Ajustado (R$, Milhões)	**132**	**109**	76
Margem EBITDA Ajustado (R$, Milhões)	12,5%	13,0%	9,3%

Produtos Vendidos

Aves

A Companhia produz aves inteiras e cortes de aves congelados. Em 2019, a Companhia abateu aproximadamente 1,56 bilhão de aves, apresentando uma variação positiva de 0,9% em comparação a 1,55 bilhão de 2018. Vendeu 2.018 mil toneladas de frango congelado e outros produtos à base de aves em 2019, em comparação a 2.064 mil toneladas em 2018,excluindo as operações descontinuadas.

Em função das barreiras comerciais impostas pela União Europeia, a produção de peru em 2018 da Companhia foi significativamente reduzida pois a União Europeia era o nosso principal mercado consumidor desse produto.

Carne Suína e Bovina

Em 2019, a Companhia abateu aproximadamente 9,62 milhões de suínos e 34.413 bovinos, comparado a 9,84 milhões e 154.571, respectivamente, em 2018. Nas suas instalações, a Companhia cria suínos, mas não bovinos. Embora a maioria dos suínos que abata seja utilizada em produtos processados para

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

o mercado interno, também produz cortes congelados de carne suína e bovina, como lombos e costelas, e carcaças inteiras. Em 2019, vendeu 270 mil toneladas de cortes de carne suína e bovina, comparado a 252 mil toneladas de cortes de carne suína e bovina em 2018, excluindo as operações descontinuadas. A Companhia também está aprimorando a sua base de clientes internacionais de cortes de carne suína e bovina.

Produtos Alimentícios Processados

A Companhia produz alimentos processados, como frango congelado e marinado, carnes de peru e frango Chester®, carnes especiais, alimentos processados congelados, pratos prontos congelados, produtos fracionados e fatiados. Parte da sua estratégia é desenvolver outros produtos alimentícios processados nessas e em outras categorias, pois esses produtos tendem a ser menos sensíveis aos preços em comparação aos produtos congelados de aves e suínos. A Companhia vendeu 1.830 mil toneladas de alimentos processados em 2019, em comparação a 1.869 mil toneladas em 2018, excluindo as operações descontinuadas. A maioria das suas vendas de alimentos processados é realizada no mercado interno. A Companhia acredita que existam oportunidades de comercialização de produtos de valor agregado como esses para regiões-alvo e outros segmentos de mercado no Brasil, bem como de expansão de suas vendas no mercado de exportação.

A estratégia de produtos alimentícios processados da Companhia depende de uma gestão de marca precisa, um portfólio variado de produtos com preços estratégicos e inovação e excelência de serviços, de modo a permitir que os produtos da Companhia tenham maior alcance, tanto no mercado interno quanto em mercados internacionais.

Carnes Especiais

A Companhia processa carne suína para produzir carnes especiais, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter*, salames, bacon e carnes frias. Também processa frangos e outras aves para produzir carnes especiais, como linguiças, salsichas e mortadela de frango.

Carnes Processadas Congeladas

A Companhia produz, ainda, uma variedade de produtos congelados processados à base de carne de aves, suínos e bovinos, incluindo hambúrgueres, steaks, carne empanada, kibes e almôndegas.

Aves Marinadas

A Companhia produz frangos marinados e temperados (vendidos sob a marca *Chester*®) e perus; sendo o frango utilizada para essa linha de produtos uma ave selecionada ao longo dos anos para garantir um alto rendimento dos cortes de peito e coxa, as partes mais nobres do animal. A Companhia é proprietária e detentora exclusiva das marcas registradas da linha de produtos Chester®..

Produtos Halal

A Companhia oferece produtos à base de aves para os mercados islâmicos de acordo com o método halal de abate de animais.

Margarina

A Companhia vende, ainda, margarinas sob as marcas Qualy, Deline e Claybom. A Companhia mantém liderança de mercado com a marca Qualy, trazendo inovação ao mercado brasileiro. Por exemplo, em 2014, lançou a primeira margarina aerada do Brasil e, em 2016, aprimorou o portfólio da Qualy ao incluir sua fórmula exclusiva de vitaminas e minerais em seus produtos, o Q-Mix. Além disso, em 2017, lançou a primeira margarina com grãos integrais, a Qualy Multigrãos. Essa tecnologia de adição de grãos à margarina é protegida por patente, numa parceria com o seu fornecedor de equipamentos. Em 2018, lançou a Qualy Light Zero Lactose, a primeira margarina sem lactose no mercado brasileiro.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Pratos Prontos Congelados

A Companhia produz uma variedade de pratos prontos congelados, alguns dos quais contêm carne bovina, suína e de aves, incluindo os listados abaixo:

- *Massas e Pizzas*. Produz diversas variedades de lasanhas, pizzas e outras refeições prontas para consumo. Produz a carne utilizada nesses produtos e compra outras matérias-primas no mercado interno.

- *Batatas Fritas*. Vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceirizados. Antes dos desinvestimentos realizados no âmbito do seu plano de reestruturação financeira e operacional, vendía outros legumes congelados, incluindo brócolis, couve-flor, ervilhas e vagem.

- *Tortas e Doces*. Produz uma variedade de doces e tortas, como tortas de frango e palmito. Produz a carne, os molhos e as coberturas utilizadas em suas tortas e doces, e compra outras matérias-primas, como palmito, limão e outros recheios de terceiros.

Sobremesas Congeladas

A Companhia produz e vende sobremesas da marca Miss Daisy desde 1999. Oferece uma ampla gama de produtos da marca Miss Daisy, incluindo:

- Torta mousse;

- Torta holandesa; e

- Mousse congelado.

Produtos vegetais

Em 2020, a Companhia iniciou a comercialização de produtos congelados à base de proteínas vegetais sob a recém lançada marca Sadia Veg&Tal. A linha foi desenvolvida visando atender os mercados crescentes de consumidores vegetarianos, veganos e os chamados "flexitarianos", que são aqueles que querem variar a refeição e, portanto, passam a ter a opção de escolher o produto à base vegetal. A nova linha oferece os seguintes produtos:

- Hamburguer;

- *Nuggets*;e

- Tortas (sabores brócolis com requeijão e espinafre com ricota), já produzidas antes de 2020.

Outros

A Companhia produz ração animal principalmente para alimentar aves e suínos criados por seus integrados, embora também venda uma pequena parte para clientes não afiliados. Em 2019, produziu 9.480,75 mil toneladas de ração e premix, em comparação a 9.559,56 mil toneladas em 2018. Também produziu uma variedade limitada de produtos à base de soja, incluindo farelo de soja e farinha de soja refinada.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

As receitas líquidas de vendas para cada um dos segmentos operacionais são apresentadas a seguir (em R$ milhões):

Receita líquida de vendas	31.12.19	31.12.18	31.12.17
Brasil			
In-natura	4.635,6	3.998,4	3.489,9
Aves	3.692,4	3.198,3	2.697,5
Suínos e outros	943,1	800,1	792,4
Processados	12.839,0	12.274,7	11.681,6
Outras vendas	14,9	19,4	17,1
	17.489,5	16.292,5	15.188,6
Internacional			
In-natura	12.605,8	10.905,2	10.325,8
Aves	11.263,0	10.021,9	8.955,9
Suínos e outros	1.342,9	883,3	1.369,9
Processados	2.119,9	1.850,6	1.563,6
Outras vendas	173,6	312,9	418,2
	14.899,4	13.068,7	12.307,6
Outros segmentos			
Ingredientes	502,0	436,1	269,2
Outras vendas	556,1	391,1	548,8
	1.058,1	827,2	818,0
	33.446,9	30.188,4	28.314,2

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua tendo em vista que algumas contas apresentadas nas demonstrações de resultado, tais como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, são calculados de forma consolidada. Para informações adicionais acerca do lucro ou prejuízo resultado das operações da Companhia, ver suas demonstrações financeiras e item 10.1 (h) presente neste Formulário de Referência.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

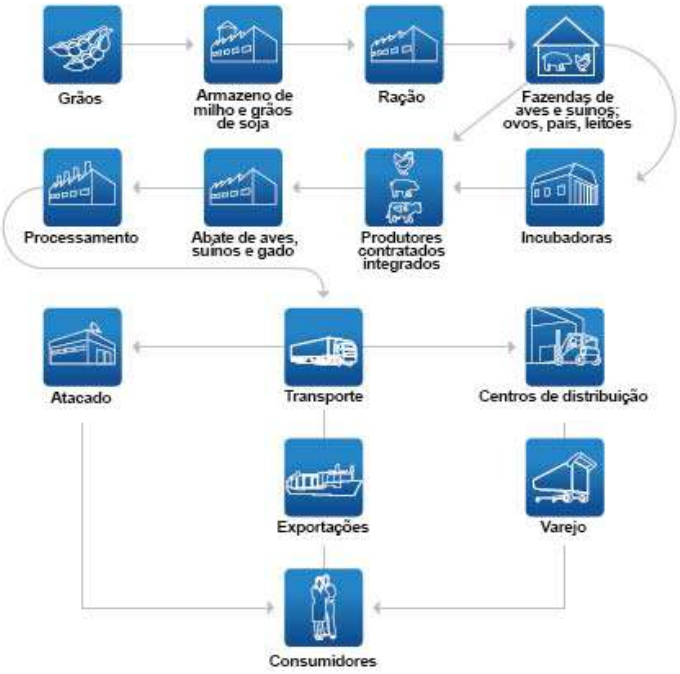
Em 31 de dezembro de 2019, o resultado líquido das operações continuadas da Companhia correspondeu a um lucro de R$1.213.300 mil.

a. características do processo de produção

Produção

A Companhia é uma produtora verticalmente integrada de produtos de aves e suínos. As aves e suínos são basicamente criados pelos integrados, a Companhia produz a ração animal, abate os animais, processa aves e suínos para produzir alimentos processados e distribui produtos processados e não processados em todo o Brasil e nos seus mercados de exportação.

O gráfico a seguir é uma representação simplificada da sua cadeia de produção de carne.



Aves

No início do ciclo de produção avícola, a Companhia compra pintos reprodutores na forma de ovos da Cobb do Brasil, afiliada da Cobb Vantress, e da Aviagen. Esses ovos são enviados para suas granjas de avós, onde são incubados e os pintos criados, constituindo seu estoque de avós. Os ovos produzidos por seu estoque de avós são incubados, produzindo suas matrizes. Também compra uma pequena porcentagem do seu estoque de matrizes de outros fornecedores. As matrizes produzem os ovos que podem ser incubados e que resultam em pintos de um dia que são usados em seus produtos avícolas. Produziu 1,63 bilhão de pintos de um dia, incluindo galinhas e Chester®, e 12,5 milhões de perus em 2019. Esses ovos são incubados em seus 27 incubatórios.

A Companhia envia os pintos de um dia, que ainda são de sua propriedade, para produtores contratados, cujas operações estão integradas ao seu processo produtivo. As granjas operadas por esses produtores variam quanto ao tamanho e estão próximas das suas unidades de abate. Esses produtores contratados integrados são responsáveis por gerenciar e criar as aves em suas granjas sob a supervisão dos veterinários da Companhia. Os pagamentos aos produtores integrados baseiam-se nas taxas de desempenho determinadas pela mortalidade das aves, na taxa de conversão alimentar e na quantidade de carne produzida, sendo projetados para cobrir seus respectivos custos de produção, sendo incluído um fator para proporcionar-lhes lucro líquido. A Companhia fornece ração e suporte veterinário e técnico

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

aos produtores contratados durante todo o processo de produção. Possui acordos comerciais com aproximadamente 6.900 produtores contratados integrados de aves. Muitos desses produtores integrados também produzem e vendem o milho que são utilizados pela Companhia para produzir a ração animal.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma capacidade de abate totalmente automatizada de 33,1 milhões de aves por semana.

Carne Suína

A Companhia produz a maioria da carne suína que utiliza em seus produtos. Também compra carne suína no mercado à vista.

Os criadores de leitão compram as matrizes da Companhia ou de criadores como a Agroceres e DanBred. Geralmente, a Companhia compra leitões de criadores contratados integrados perto das suas unidades de produção, que criam esses leitões até que atinjam um peso específico, ou compra leitões de fazendeiros que possuem matrizes. Transfere esses leitões para diferentes criadores contratados integrados, que criam os porcos até atingirem o peso de abate, e transporta os porcos desses criadores para as suas unidades de abate. Possui acordos com um total de 2.685 criadores contratados integrados, incluindo criadores de leitões e de suínos adultos. Monitora a produção de suínos por esses criadores contratados e fornece o suporte dos seus veterinários.

Os criadores locais de quem compra uma parte das suas necessidades de carne suína também estão localizados perto das suas unidades de produção, mas não são partes em seus contratos de parceria. Esses criadores geralmente criam os porcos desde o nascimento até atingirem o peso de abate, mas recebem suporte técnico limitado da Companhia. A Companhia compra os suínos criados por esses criadores locais de acordo com os contratos celebrados com eles.

A Companhia abate os suínos criados pelos seus criadores contratados ou compra de criadores locais ou no mercado *spot*. Depois de serem abatidos, os porcos são imediatamente cortados ao meio. As meias carcaças são, então, separadas de acordo com o uso pretendido. Essas partes tornam-se matéria-prima para a produção de cortes suínos e carnes especiais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma capacidade de abate de suínos de 190.950 cabeças por semana.

Carne Bovina

A Companhia tinha uma capacidade de abate de bovinos de 14.400 cabeças por semana até 1º de outubro de 2014 quando a Companhia e a Minerva assinaram um Acordo de Investimento, segundo o qual a Companhia alocou suas unidades de abate em Várzea Grande e Mirassol, bem como os funcionários da Companhia envolvidos nessas atividades, a uma empresa de capital fechado que foi incorporada à Minerva. Nessa transação, a Companhia recebeu participação na Minerva, que foi posteriormente alienada, conforme mencionado acima.

Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um contrato com a Marfrig para a venda, para a Marfrig, de imóveis e equipamentos de sua unidade localizada em Várzea Grande, Mato Grosso, que processava aproximadamente 69.000 toneladas/ano de carne bovina, na forma de hambúrguer. Essa transação foi concluída em 23 de janeiro de 2019 e, em 1º de abril de 2019, entrou em vigor o Contrato de Fornecimento celebrado entre a Companhia e a Marfrig, segundo o qual a Marfrig obrigou-se a fornecer à Companhia produtos acabados produzidos na unidade de Várzea Grande, como hambúrgueres, almôndegas, kibes, carne de frango e produtos à base de peito de frango processado durante 60 meses.

Alimentos Processados

A Companhia vende uma variedade de alimentos processados, alguns dos quais contêm carne de aves e suína produzidas por ela própria. A Companhia possui capacidade total de produção de 197 mil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

toneladas/mês em 16 unidades de produção no Brasil (Chapecó, Marau, Capinzal, Toledo, Videira, Lucas do Rio Verde, Uberlândia, Concórdia, Tatuí, Vitória de Santo Antão, Herval d'Oeste, Lajeado, Ponta Grossa, Paranaguá e Duque de Caxias) para processamento de produtos à base de carne (como mortadela, salsichas *frankfurter*, linguiça, hambúrguer e empanados) e produtos que não são à base de carne (como lasanha, pratos prontos e pizzas) para os mercados nacional e internacional. Em Tatuí, São Paulo, produz sanduíches prontos, lasanhas, pizzas, pães de queijo e outros itens de massas e doces. Em Ponta Grossa, no Paraná, produz pizzas, massas, sobremesas (Miss Daisy) e outros produtos processados. A Companhia compra a maioria dos demais ingredientes utilizados em suas lasanhas, pizzas, tortas e doces de terceiros no mercado interno. Esses temperos e matérias-primas secundários são aplicados a cada tipo ou linha de produto, de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos, para garantir consistência de cor, textura e sabor. A apresentação dos produtos finais é obtida pela modelagem, pelo revestimento, cozimento e congelamento em máquinas especiais. Os produtos são, então, submetidos a controles de qualidade e distribuídos ao mercado consumidor após terem sido embalados, rotulados e colocados em caixas.

Em novembro de 2014, a Companhia abriu sua primeira unidade de processamento de alimentos no Oriente Médio, com capacidade total de 70 mil toneladas/ano, para abastecer o mercado local do Oriente Médio, a Europa e a Ásia. Essa unidade produz salsichas *frankfurter*, empanados, hambúrguer, mortadela e peito de frango marinado.

A Companhia também vende batata frita congelada importada, produzida e embalada na Bélgica por terceirizados. Antes dos desinvestimentos realizados no âmbito do seu plano de reestruturação financeira e operacional, a Companhia vendía outros legumes congelados, incluindo brócolis, couve-flor, ervilhas e vagem.

A matéria-prima da margarina é o óleo de soja bruto, que é submetido a processos de refinamento e branqueamento. A Companhia produz margarinas nas unidades de Paranaguá, Paraná; Uberlândia, Minas Gerais, e Vitória de Santo Antão, sob as marcas Qualy, Deline e Claybom, e em Pernambuco, sob as marcas Qualy e Deline. A Companhia vende esses produtos como parte da sua estratégia de diversificação das suas linhas de produtos e aproveitamento da sua rede de distribuição de produtos resfriados.

A Companhia também vende alimentos halal, que é o alimento produzido de acordo com os preceitos da lei islâmica. As aves halal precisam passar por um procedimento religioso/técnico específico de criação, abate e processamento, assegurando a produção de acordo com as exigências da lei islâmica e a ausência de contato com alimentos ou ingredientes proibidos. Além disso, o Serviço de Inspeção Federal ("SIF") do MAPA pode impor outras exigências para a produção de alimentos halal, as quais a Companhia deve obedecer. A Companhia é auxiliada por entidades islâmicas responsáveis pelo abate e pela certificação de todos os seus produtos halal.

Ração

A Companhia produz a maior parte do alimento consumido nas fazendas operadas por seus produtores integrados de aves e suínos. Fornece alimentos para a maioria dos seus produtores integrados de aves e suínos como parte dos seus acordos de parceria. Também vende ração animal para produtores locais de suínos a taxas de mercado.

A Companhia possui 24 unidades de produção de ração, e conta com 3 plantas adicionais de terceiros com operações 100% dedicadas à Companhia. As matérias-primas básicas utilizadas na produção de ração animal são milho e farelo de soja misturados com conservantes e micronutrientes. Em 2018 e 2019, também adquiriu milho de produtores rurais e pequenos comerciantes por meio de cooperativas e *tradings* como Coamo, Bunge e Cargill, entre outras. O milho é cultivado principalmente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Compramos farelo de soja de grandes produtores como a Bunge, Cargill e Amaggi, principalmente segundo contratos de longo prazo. Os preços do milho, do grão de soja e do farelo de soja flutuam significativamente, influenciados pelas cotações internacionais e taxas de câmbio locais.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produtos Vegetais

A Companhia comercializa produtos congelados à base de vegetais sob a recém lançada marca Sadia Veg&Tal, incluindo hambúrguer, *nuggets* e tortas. Após a pesquisa de 14 diferentes tecnologias de produção de processados à base de proteína vegetal, a Companhia fechou acordo comercial com a empresa holandesa Vivera Foodgroup. Assim o hambúrguer e os *nuggets* são produzidos diretamente na Holanda e comercializados pela Companhia no Brasil. Já as tortas foram desenvolvidas pela própria Companhia e são produzidas na unidade de Ponta Grossa (PR), seguindo o mesmo processo produtivo atual das demais tortas que a Companhia já produzia. Da mesma forma, a compra dos ingredientes utilizados é feita com fornecedores homologados no mercado interno.

Outras Matérias-primas

A Companhia compra outros materiais necessários para seus produtos, como intestinos de animais preparados (para tripas), caixas de papelão e plástico (para embalagem), micronutrientes (para ração animal), especiarias e medicamentos veterinários de terceiros, tanto no mercado nacional quanto internacional.

Unidade de Produção	Estado da Unidade	Atividades
Produtos à base de carne bovina:		
Buriti Alegre**	Goiás	Abate de aves
Campos Novos	Santa Catarina	Abate de porcos e ração animal
Capinzal	Santa Catarina	Abate de aves e processamento de produtos industrializados
Carambeí**/****	Paraná	Abate de aves, ração animal e incubadora
Chapecó	Santa Catarina	Abate de aves (incluindo peru), processamento de produtos industrializados, ração animal e incubadoras
Concórdia	Santa Catarina	Abate de aves e porcos, processamento de produtos industrializados, ração animal e incubadoras
Dois Vizinhos**	Paraná	Abate de aves, ração animal e incubadoras
Dourados	Mato Grosso do Sul	Abate de aves, ração animal e incubadora
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	Processamento de produtos industrializados
Francisco Beltrão**	Paraná	Abate de aves (incluindo peru), ração animal e incubadoras
Garibaldi**	Rio Grande Sul	Abate de aves
Herval D'Oeste	Santa Catarina	Abate de porcos, produtos industrializados e incubação.
Jataí**	Goiás	Abate de aves, ração animal e incubadora
Lajeado	Rio Grande do Sul	Abate de aves e porcos e produtos industrializados
Lucas de Rio Verde	Mato Grosso	Abate de aves e porcos, processamento de produtos industrializados
Marau	Rio Grande Sul	Abate de aves e porcos, processamento de produtos industrializados, ração animal e incubadoras
Mineiros***/****	Goiás	Abate de aves e aves especiais (peru e Chester®) e processamento
Nova Marilândia*	Mato Grosso	Abate de aves
Nova Mutum**	Mato Grosso	Abate de aves, ração animal e incubadora
Paranaguá	Paraná	Processamento de produtos industrializados
Ponta Grossa	Paraná	Processamento de produtos industrializados
Rio Verde****	Goiás	Abate de aves e porcos, processamento de produtos industrializados
Serafina Corrêa	Rio Grande Sul	Abate de aves
Tatuí	São Paulo	Processamento de produtos industrializados
Toledo	Paraná	Abate de aves e porcos, processamento de produtos industrializados, ração animal e incubadoras
Uberlândia**	Minas Gerais	Abate de aves (incluindo perus) e porcos, processamento de produtos industrializados e incubação
Videira	Santa Catarina	Abate de aves, produtos industrializados, ração animal e incubadoras.
Vitória de Santo Antão	Pernambuco	Processamento de produtos industrializados
Produtos à base de Soja e Margarina:		
Paranaguá	Paraná	Processamento de margarina
Uberlândia	Minas Gerais	Processamento de margarina
Vitoria de Santo Antão	Pernambuco	Processamento de margarina
Dois Vizinhos**	Paraná	Esmagamento de soja

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Unidade de Produção	Estado da Unidade	Atividades
Videira	Santa Catarina	Esmagamento de soja
Toledo	Paraná	Esmagamento de soja

* Instalações de produção pertencentes a e operadas por terceiros que produzem de acordo com nossas especificações.

** Opera de acordo com as exigências halal.

*** As atividades da unidade de Mineiros foram suspensas pelo MAPA em 17 de março de 2017 devido à Operação Carne Fraca. A unidade voltou a operar em 11 de abril de 2017. Para mais detalhes, consulte o "Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informação Financeiras—Processos Judiciais—Operação Carne Fraca".

**** As exportações das unidades de Rio Verde, Carambeí e Mineiros foram suspensas pelo MAPA em 5 de março de 2018 devido à Operação Trapaça. Para mais detalhes, consulte o "Item 8. Informações Financeiras—A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informação Financeiras—Processos Judiciais—Operação Trapaça".

Centros de Distribuição

A Companhia opera 21 centros de distribuição no Brasil, dos quais 6 são próprios e 15 de terceiros, nos locais da tabela abaixo:

Local	Estado	Propriedade ou Arrendamento
Aparecida de Goiânia	Goiás	Arrendamento
Belém	Pará	Arrendamento
Cuiabá	Mato Grosso	Arrendamento
Duque de Caxias	Rio de Janeiro	Arrendamento
Embu	São Paulo	Arrendamento
Exportação Ponta Grossa	Paraná	Propriedade
Fortaleza	Ceará	Arrendamento
Itajaí	Santa Catarina	Arrendamento
Jundiaí	São Paulo	Propriedade
Londrina	Paraná	Arrendamento
Manaus	Amazonas	Arrendamento
Marau	Rio Grande do Sul	Propriedade
Nova Santa Rita	Rio Grande do Sul	Arrendamento
Ribeirão das Neves	Minas Gerais	Arrendamento
Rio Verde	Goiás	Propriedade
Salvador	Bahia	Arrendamento
São José dos Pinhais	Paraná	Arrendamento
Uberlândia	Minas Gerais	Propriedade
Viana	Espírito Santo	Arrendamento
Videira	Santa Catarina	Propriedade
Vitória de Santo Antão	Pernambuco	Arrendamento

A Companhia opera, ainda, 28 Transit Points no Brasil, nos locais da tabela abaixo:

Transit Points	Estado da Unidade	Propriedade ou Arrendamento
Apucarana	Paraná	Arrendamento
Aracajú	Sergipe	Arrendamento
Araçatuba	São Paulo	Arrendamento
Bauru	São Paulo	Propriedade
Brasília	Distrito Federal	Arrendamento
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Propriedade
Campo dos Goytacazes	Rio de Janeiro	Arrendamento
Criciúma	Santa Catarina	Arrendamento
Governador Valadares	Minas Gerais	Arrendamento
Guarulhos	São Paulo	Propriedade
Itabuna	Bahia	Arrendamento

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

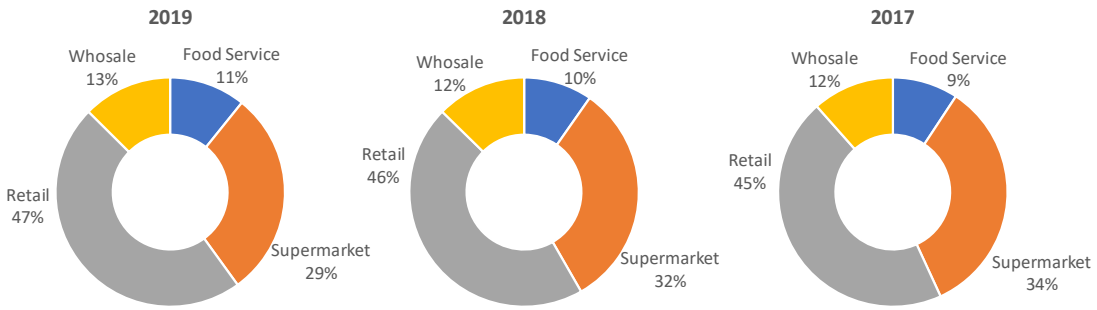
Transit Points	Estado da Unidade	Propriedade ou Arrendamento
Limeira	São Paulo	Arrendamento
Macapá	Amapá	Arrendamento
Maceió	Alagoas	Arrendamento
Marau	Rio Grande do Sul	Propriedade
Monte Claros	Minas Gerais	Arrendamento
Parnamirim	Rio Grande do Norte	Arrendamento
Paraíso do Tocantins	Tocantins	Arrendamento
Pelotas	Rio Grande do Sul	Arrendamento
Pouso Alegre	Minas Gerais	Arrendamento
Presidente Prudente	São Paulo	Arrendamento
Ribeirão Preto	São Paulo	Arrendamento
Santa Maria	Rio Grande do Sul	Arrendamento
São José do Ribamar	Maranhão	Arrendamento
São José dos Campos	São Paulo	Propriedade
Seabra	Bahia	Arrendamento
Sorocaba	São Paulo	Arrendamento
Teresina	Piauí	Arrendamento

b. Características do processo de distribuição

Brasil (Mercado Interno)

A Companhia tem se concentrado nas operações de logística, procurando aumentar sua eficiência e reduzir os custos de distribuição. Em 2019, a Companhia operou com 28 *transit points* e 21 centros de distribuição, dos quais 6 são próprios e 15 de terceiros, conforme listados no item 7.3.a acima, que servem supermercados, varejistas, lojas de atacado, restaurantes e outros clientes.

A Companhia cobre substancialmente toda a população brasileira através de uma rede de distribuição nacional. No mercado interno, a Companhia vende seus produtos diretamente a supermercados, atacadistas, varejistas, *food services* e outros clientes institucionais. O gráfico abaixo apresenta as receitas líquidas da Companhia no mercado brasileiro por canal para os períodos indicados:



A rede de distribuição brasileira da Companhia utiliza 21 centros de distribuição em diversos estados no País, conforme indicado acima. Os caminhões refrigerados transportam os produtos das plantas de processamento aos centros de distribuição e dos centros de distribuição aos clientes da Companhia. A Companhia possui 28 pontos de *transit points*, conforme acima indicado, que eram previamente denominados como pontos de *cross-docking*, em diversas áreas do País, os quais lhe permitem descarregar produtos de grandes caminhões refrigerados em menores caminhões ou vans para o transporte aos seus clientes. A Companhia não possui os veículos utilizados para o transporte de seus produtos e contrata diversas transportadoras para prestar esse serviço de forma exclusiva.

Além disso, os abatedouros da Companhia estão estrategicamente localizados em diferentes localidades no Brasil (Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Isso possibilita que a Companhia diminua os riscos de restrições

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a exportações que possam derivar de algumas regiões em particular, relacionadas a questões sanitárias. A diversidade geográfica dos centros de distribuição da Companhia em 14 estados brasileiros também permite a redução dos custos com transporte, tendo em vista a proximidade com as regiões produtoras de grãos e com os maiores portos de exportação do País.

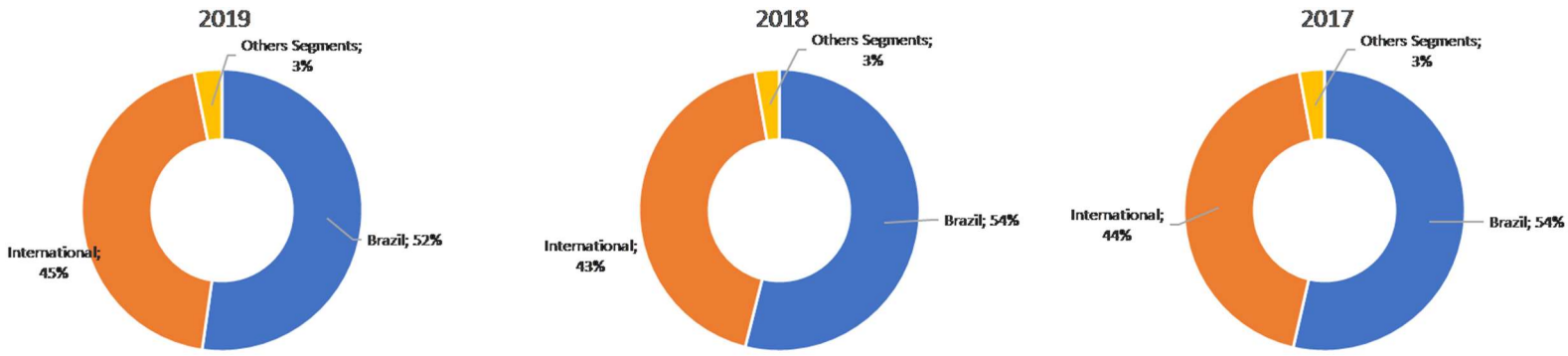
Mercado Externo

A Companhia exporta seus produtos principalmente por meio dos portos de Itajaí, Navegantes e Itapoá, em Santa Catarina. Também exporta seus produtos por meio do porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, de Paranaguá, no Paraná, e o de Santos, em São Paulo. Armazena seus produtos em depósitos refrigerados que pertencem e são operados principalmente por terceiros localizados em portos no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Em 2019, preencheu mais de 64% de seus contêineres de exportação nas fábricas, processo denominado carregamento de "produtos congelados frescos". A Companhia contrata transportadoras terceirizadas exclusivas para transportar seus produtos de suas unidades de produção para os portos e envia seus produtos para mercados de exportação por meio de transportadoras marítimas independentes.

Todos os portos que utiliza para carregar sua carga são terminais privados de terceiros. Ocasionalmente experimenta interrupções nos portos devido a desafios de logística, incluindo inundações, correntes fortes, pequenas correntes de ar, fortes ventos/ondas e neblina de inverno.

Os esforços de vendas e distribuição da Companhia no exterior são coordenados por escritórios nos seguintes países: Áustria, Rússia, Singapura, Coreia do Sul, China, Japão, Vietnã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Omã, Kuwait, África do Sul, Uruguai, Chile, Turquia e Malásia. A Companhia coordena seus esforços de marketing e fornece suporte de vendas aos clientes em seus principais mercados internacionais por meio desses escritórios. Os acordos de distribuição mantidos pela Companhia nos mercados internacionais variam de acordo com o mercado.

O gráfico abaixo demonstra um detalhamento da receita líquida da Companhia por região:



Para maiores informações, vide item 7.2.a. – "Segmento Internacional" acima.

Marketing

Os esforços de marketing da Companhia tomam por base: (i) a diversificação de suas linhas de produtos, agregando valor às categorias atuais; (ii) o aumento da conveniência de seus produtos *in natura* e processados; (iii) a garantia de que suas marcas sejam reconhecidas e associadas a produtos de alta qualidade; e (iv) o fortalecimento de sua reputação pautada pela qualidade, com ênfase no atendimento de alta qualidade aos seus clientes. Além disso, a Companhia pretende consolidar suas marcas, enquanto continua a customizar a atratividade de seus produtos a segmentos específicos dos mercados internacionais e do mercado interno.

No mercado brasileiro, a Companhia vende seus produtos principalmente sob as marcas Sadia, Perdigão e Qualy. Além dessas principais marcas, também vende seus produtos sob várias marcas da Sadia,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

incluindo: Soltíssimo, Nuggets, Frango Fácil e BIO. Além disso, vendemos produtos sob diversas marcas da Perdigão, incluindo: Chester, Ouro, Na Brasa, Meu Menu e Mini Chicken.

A Sadia é sua marca *premium* e possui posição de liderança no mercado brasileiro. A Perdigão também é uma marca líder no mercado brasileiro de alimentos, inclusive no segmento de alimentos processados. A Chester é uma marca da Perdigão muito conhecida por seus produtos natalinos.

A Companhia vende, ainda, margarina sob as marcas Qualy, Deline e Claybom. Mantém posição de liderança de mercado com a marca Qualy, trazendo inovação ao mercado brasileiro. Por exemplo, em 2014, lançou a primeira margarina aerada do Brasil e, em 2016, aprimorou o portfólio da Qualy ao incluir sua fórmula exclusiva de vitaminas e minerais em seus produtos, o Q-Mix. Além disso, em 2017, lançou a primeira margarina com grãos integrais, a Qualy Multigrãos. Essa tecnologia de adição de grãos à margarina é protegida por patente, numa parceria com seu fornecedor de equipamentos. Em 2018, lançou a Qualy Light Zero Lactose, a primeira margarina sem lactose no mercado brasileiro. Por meio de seu conhecimento técnico, associado a um profundo conhecimento das preferências dos consumidores, buscou manter suas posições de liderança de mercado.

A Miss Daisy é a linha de sobremesas congeladas da BRF. A Companhia produz e vende sobremesas da marca Miss Daisy desde 1999. Oferece uma ampla gama de produtos da marca Miss Daisy, incluindo torta mousse, torta holandesa e mousse congelado. Além disso, a Miss Daisy desenvolve produtos específicos em kits natalinos, que se tornaram populares no mercado brasileiro.

Em março de 2020, a Companhia lançou sua marca de produtos Sadia Veg&Tal. A linha foi desenvolvida visando atender os mercados crescentes de consumidores vegetarianos, veganos e os chamados "flexitarianos", que são aqueles que querem variar a refeição e, portanto, passam a ter a opção de escolher o produto à base vegetal. Mais do que o pioneirismo, a prioridade da Companhia no desenvolvimento desta nova linha foi a busca de uma tecnologia que permitisse a produção de itens com sabor e qualidade, e atrativos ao paladar do brasileiro. Para isso, pesquisou 14 tecnologias diferentes. Assim como em outros itens do portfolio da Companhia, a expectativa é de que a preferência do consumidor prevaleça também nesta categoria.

Nos mercados Halal, as principais marcas são Sadia e Banvit, que têm sido marcas líder em termos de participação de mercado e preferência do consumidor. A Companhia também utiliza marcas secundárias, como Perdix, Hilal e Korpe, bem como outras marcas, como Confidence, UNEF e Gozde em diversos países e canais de distribuição. A abertura da unidade de Abu Dhabi no Oriente Médio e sua atual expansão são marcos importantes da expansão de seu negócio de produtos Halal. A produção local de alimentos processados aumenta bastante a capacidade de adaptação dos seus produtos às preferências locais e ajudou na expansão de seu portfólio de produtos no Oriente Médio, uma vez que busca oferecer os melhores alimentos aos seus clientes.

Além disso, a aquisição da Banvit em 2017, a maior produtora de aves da Turquia, conferiu à Companhia oportunidades de crescimento no segmento de produtos processados para além dos mercados turcos, onde a Companhia buscou a consolidação de sua liderança no mercado de proteína animal Halal por meio de um portfólio mais abrangente de marcas.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Visão geral do mercado global de aves, suínos e bovinos

Aves

O Brasil foi o segundo maior produtor e o principal exportador de aves do mundo em 2019, com base nas estimativas calculadas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos ("USDA"). Os volumes de produção, consumo e exportação de aves do Brasil aumentaram significativamente nos últimos anos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento da produção dedicada às exportações das empresas brasileiras, bem como pela competitividade da indústria brasileira.

Segundo o USDA, o comércio mundial de aves aumentou 4,3% em 2019 em comparação com 2018, principalmente devido ao aumento das exportações da União Européia (que cresceu 8,3%); Tailândia (que aumentou 7,1%) e Ucrânia (que aumentou 26,2%) . Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal ("ABPA"), as exportações de cortes de aves aumentaram 3,4% em 2019 em comparação com 2018, representando 66,5% do volume total exportado de aves. O frango inteiro, que representava 26,0% do volume total, diminuiu 1,1% em 2019 em comparação com 2018. Os principais destinos em 2019 foram China, Arábia Saudita, Japão e Emirados Árabes. Em 2019, a Arábia Saudita diminuiu o volume total de importações do Brasil em 3,6%, a China aumentou em 33,6%, o Japão aumentou em 6,5%, e os Emirados Árabes aumentaram em 10,2%, em comparação com 2018.

As tabelas abaixo apresentam a posição do Brasil no mercado global de aves nos exercícios indicados:

Produtores Primários de Frango de Corte	**2019**	**2018**	**2017**
	(em milhares de toneladas – equivalente a "pronto para o cozimento")		
EUA	19.906	19.361	18.938
Brasil	**13.635**	**13.355**	**13.612**
União Europeia (28 países)	12.46	12.2	11.912
China	13.1	11.7	11.6
Rússia	4.74	4.872	4.617
Índia	4.902	4.855	4.64
México	3.625	3.485	3.4
Tailândia	3.3	3.17	2.99
Turquia	2.3	2.225	2.188
Argentina	2.171	2.11	2.15
Japão	1.72	1.685	1.661
Outros	17.147	16.736	16.094

Exportadores Primários de Frango de Corte	**2019**	**2018**	**2017**
	(em milhares de toneladas – equivalente a "pronto para o cozimento")		
Brasil	**3.715**	**3.687**	**3.847**
EUA	3.259	3.245	3.137
União Europeia (28 países)	1.545	1.427	1.323
Tailândia	885	826	757
China	430	447	436
Outros	1596	1596	1519
Total	**11.701**	**11.289**	**11.043**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Consumidores Primários de Frango de Corte	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – equivalente a "pronto para o cozimento")		
EUA	16.664	16.184	15.826
China	13.235	11.595	11.475
União Europeia (28 países)	11.655	11.536	11.281
Brasil	**9.925**	**9.671**	**9.768**
Rússia	4.785	4.785	4.786
Índia	4.9	4.852	4.638
México	4.468	4.301	4.198
Japão	2.8	2.761	2.688
Tailândia	2.455	2.345	2.226
Argentina	2.025	1.955	1.978
África do Sul	1.83	1.877	1.778
Outros	22.263	21.769	21.282

Fonte: USDA, janeiro de 2020.

Suínos

O Brasil foi o quarto maior produtor, exportador e quinto maior consumidor de carne suína do mundo em 2019, segundo o USDA. A produção e o consumo da carne suína do Brasil aumentaram desde 2009. O USDA espera uma redução de 9,1% na produção global e uma queda de 8,9% no consumo de carne suína em 2020. Segundo o USDA, as exportações globais de carne suína atingiram 9.476 mil toneladas em 2019. As empresas brasileiras de criação e abate de suínos continuam aumentando sua eficiência de produção. Pesquisa e desenvolvimento também ajudaram a reduzir a gordura, o colesterol e as calorias da carne suína produzida no Brasil. Esses aprimoramentos permitem uma produção mais eficiente dos principais cortes, mais carne por carcaça e uma carne mais nutritiva e saudável. O maior potencial genético dos reprodutores também contribuiu para o aumento da produção.

Segundo a ABPA, em dezembro de 2019, a China era o principal destino da carne suína do Brasil, seguida por Hong Kong, representando 33,2% e 21,7%, respectivamente, do total de exportações brasileiras de carne suína. As importações da China e de Hong Kong originadas do Brasil aumentaram 61,1% e 0,9%, respectivamente, em 2019.

As tabelas abaixo apresentam a posição do Brasil no mercado global de suínos nos exercícios indicados:

	Produção Mundial de Carne Suína		
Principais Produtores de Carne Suína	**2019**	**2018**	**2017**
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
China	46.500	54.040	54.518
União Europeia (28 países)	23.980	24.082	23.660
EUA	12.543	11.943	11.611
Brasil	**3.975**	**3.763**	**3.725**
Rússia	3.240	3.155	2.959
Vietnã	2.400	2.811	2.741
Outros	13.363	13.144	12.851

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Principais Produtores de Carne Suína	Produção Mundial de Carne Suína		
	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
Total	**106.001**	**112.938**	**112.065**

Principais Exportadores de Carne Suína	Exportações Mundiais de Carne Suína		
	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
União Europeia (28 países)	3.650	2.933	2.858
EUA	2.856	2.665	2.555
Canadá	1.330	1.331	1.351
Brasil	**860**	**730**	**786**
China	130	203	208
Chile	240	200	171
México	215	178	170
Outros	195	205	198

Principais Consumidores de Carne Suína	Consumo Mundial de Carne Suína		
	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
China	48.970	55.398	55.930
União Europeia (28 países)	20.345	21.163	20.817
EUA	10.126	9.748	9.541
Rússia	3.310	3.197	3.296
Brasil	**3.117**	**3.035**	**2.942**
Japão	2.730	2.775	2.731
Outros	16.753	17.026	16.355
Total	**105.351**	**112.342**	**111.611**

Fonte: USDA, janeiro de 2020.

Bovinos

O Brasil foi o segundo maior produtor, o quarto maior consumidor e o maior exportador de carne bovina do mundo em 2019, segundo o USDA. Para 2020, o USDA estima um aumento na produção e no consumo global de carne bovina de aproximadamente 0,01% e 0,4%, respectivamente e também um aumento de 2,5% nas exportações.

As tabelas a seguir apresentam a posição do Brasil no mercado mundial de bovinos nos anos indicados:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Produção Mundial de Carne Bovina

Principais Produtores de Carne Bovina	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
EUA	12.381	12.256	11.943
União Europeia (28 países)	8.030	8.003	7.869
Brasil	**7.875**	**9.900**	**9.550**
China	6.850	6.440	6.346
Índia	4.287	4.265	4.250
Argentina	3.120	3.050	2.840
Austrália	2.450	2.306	2.149
México	2.020	1.980	1.925
Paquistão	1.820	1.800	1.780
Turquia	0.000	1.400	1.399
Outros	12.771	11.077	10.936
Total	**61.604**	**62.477**	**60.987**

Consumo Mundial de Carne Bovina

Principais Consumidores de Carne Bovina	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
EUA	12.408	12.180	12.052
China	9.133	7.910	7.313
Brasil	**7.914**	**7.866**	**7.750**
União Europeia (28 países)	7.862	8.024	7.838
Índia	2.687	2.709	2.401
Argentina	2.372	2.562	2.547
Outros	17.108	19.388	19.156
Total	**59.484**	**60.639**	**59.057**

Exportações Mundiais de Carne Bovina

Principais Exportadores de Carne Bovina	2019	2018	2017
	(em milhares de toneladas – peso equivalente a carcaça)		
Brasil	**2.356**	**2.082**	**1.856**
Austrália	1.825	1.662	1.485
Índia	1.6	1.556	1.849
EUA	1.372	1.434	1.297
Nova Zelândia	649	633	593
Outros	3.512	3.2	2.888
Total	**11.314**	**10.567**	**9.968**

Fonte: USDA, janeiro de 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Conforme mencionado no item 7.2.a, a Companhia atualmente não cria, nem abate em suas instalações o gado bovino utilizado na produção de seus produtos, dependendo do fornecimento por terceiros.

Mercado Brasileiro

O Brasil é o quinto maior país do mundo, tanto em termos de extensão territorial quanto de população. Em 2019, o Brasil tinha uma população estimada em 209.7 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. O PIB do Brasil totalizou R$6,6 trilhões em 2017, R$6,9 trilhões em 2018 e R$7,2 trilhões em 2019. Em 2019, o PIB cresceu 1,1% em termos nominais e 0,3% per capita, comparado a 2018.

A inflação medida pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, atingiu 2,95% em 2017, 3,75% em 2018 e 4,31% em 2019, após uma sequência de taxas relativamente elevadas. A taxa de câmbio ao final do período, conforme medida pelo Banco Central, foi de US$3,31/US$1,00 em 2017, R$3,87/US$1,00 em 2018 e R$4,03/US$1,00 em 2019, com uma desvalorização de 4,1% do real em 2019, se comparado a 2018.

O Brasil é um dos maiores consumidores de carnes do mundo, com consumo per capita de 99,9 quilos em 2019, incluindo carne bovina, suína e de frango, segundo o USDA. A demanda por produtos à base de aves e suínos no mercado interno é diretamente afetada pelas condições econômicas do País. Em virtude da ligeira recuperação econômica em 2019, o consumo de carne aumentou em 1,3% em 2019 em comparação ao ano de2018. O mercado interno do Brasil é altamente competitivo, especialmente em alimentos frescos e produtos congelados de aves e carne suína. Além da Companhia, existem muitos grandes produtores, incluindo a Seara Alimentos S.A. ("Seara") (adquirida da Marfrig pela JBS S.A. ("JBS") em 2013, a Cooperativa Central Aurora Alimentos ("Aurora") e a JBS. As principais produtoras do mercado de alimentos frescos enfrentam forte concorrência de um grande número de pequenos produtores que operam na economia informal e, às vezes, oferecem produtos de baixa qualidade a preços inferiores aos das grandes produtoras. A Companhia busca desenvolver produtos de qualidade, concentrando-se em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e agreguem valor para as marcas sólidas a ela pertencentes, como a Sadia e a Perdigão.

O setor de alimentos processados é mais concentrado do que o setor de alimentos frescos em termos de número de concorrentes. O consumo de produtos processados é influenciado por uma série de fatores, incluindo o nível da renda do consumidor e os esforços de marketing direcionados a atender a demanda do consumidor por produtos com maior valor agregado. A Companhia acredita que os alimentos processados também representam uma oportunidade de crescimento nos próximos anos.

Com base em dados disponibilizados pela A.C. Nielsen, prestados a eles pela Companhia e alguns de seus concorrentes, a Companhia estima as seguintes informações de mercado:

- O mercado brasileiro de alimentos industrializados teve receitas de aproximadamente R$21.543milhões em 2019, comparado a R$20.187 milhões em 2018;
- O mercado brasileiro de alimentos congelados teve receitas de aproximadamente R$4.607 milhões em 2019, comparado a R$4.174 milhões em 2018; e
- O mercado brasileiro de margarinas faturou R$3.837 milhões em 2019, comparado a R$3.901 milhões em 2018;

Esses números não incluem dados da Companhia por região ou categoria de produtos que não são cobertos pelos dados da A.C. Dados.

Mercado Internacional

O Brasil é um dos principais *players* no mercado global de exportação graças às suas vantagens naturais (solo, água, clima), custos competitivos de insumos e ganhos em eficiência na produção animal. A Companhia capitalizou, a exemplo de outros grandes produtores brasileiros, essas vantagens para desenvolver a abrangência e escala de seus negócios.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A demanda global por produtos brasileiros de carne suína e de aves é significativamente afetada por barreiras comerciais, incluindo (i) barreiras tarifárias que, em última análise, protegem certos mercados internos; e (ii) barreiras não-tarifárias, incluindo principalmente quotas de importação, barreiras sanitárias e barreiras técnicas/religiosas.

Barreiras tarifárias

A UE (desde 2007) e a Rússia (desde 2012) têm protegido as suas indústrias de carne aplicando quotas de importação e tarifas elevadas sobre os volumes importados fora da quota.

Em setembro de 2013, a África do Sul elevou as tarifas sobre produtos de frango originários de todos os países, exceto da UE (devido a um acordo de livre comércio que estabelece tarifa zero para produtos avícolas). As tarifas aumentaram para 82% para frangos inteiros, 12% para cortes desossados e 37% para cortes com osso.

Em dezembro de 2016, a Arábia Saudita aumentou sua tarifa de importação de carne de frango de 5% para 20%.

Em agosto de 2017, o governo chinês iniciou uma investigação *antidumping* com relação às exportações brasileiras de frango inteiro e cortes de frango, incluindo as exportações da Companhia. Na determinação preliminar divulgada em junho de 2018, as autoridades chinesas impuseram impostos de importação provisórios sobre os produtos à base de aves importados do Brasil. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e os exportadores brasileiros concordaram com determinados preços mínimos de exportação nas vendas para a China.

Em agosto de 2018, o Iraque elevou a tarifa sobre produtos à base de aves de 10% para 60%.

Barreiras não tarifárias

Quotas de importação

Em 2005, o Brasil obteve um resultado favorável em um painel contra a UE na Organização Mundial do Comércio ("OMC") com relação à reclassificação (e aumento tarifário) das exportações de carne de peito de frango salgadas. Em contrapartida, a UE introduziu quotas na importação de certos códigos tarifários, especialmente para peito de frango salgado, peito de peru marinado e frango processado, e, em julho de 2007, o Brasil recebeu a maioria dessas quotas.

A Rússia utiliza quotas para controlar as importações de carne suína, bovina e de aves. Como parte das negociações em torno de sua adesão à OMC, a Rússia fez algumas mudanças nos seus critérios de quotas em 2013. Aboliu suas cotas para carne de porco em 1º de janeiro de 2020. Como resultado, as importações de carne de porco estão sujeitas a uma tarifa fixa de importação de 25%.

Com relação às importações de frangos, a Rússia estabeleceu uma cota de 364.000 toneladas de carne no total. Do total da cota, 100.000 toneladas correspondem a importações de carne desossada, das quais 80.000 toneladas são destinadas à UE e 20.000 toneladas a outros países; 250.000 toneladas correspondem a importações de produtos não desossados, sem discriminação geográfica; e 14.000 toneladas correspondem a produtos desossados destinados às importações da Turquia. A tarifa intracota é de 25% e a tarifa extracota é de 80%. No entanto, nem todos os tipos de cortes de aves podem ser importados dentro das cotas, por exemplo, *grillers* e frango desossado inteiro (*shawarma*). Os produtos que não podem ser importados dentro das cotas estão sujeitos a uma tarifa de importação de 80%.

Com relação às importações de carne bovina, a Rússia estabeleceu uma cota de 40.000 toneladas para carne refrigerada e de 530.000 toneladas para importação de carne congelada. Do total da cota para carne refrigerada, 29.000 toneladas são alocadas para a UE e 11.000 toneladas são alocadas para importações de outros países. Da cota total de carne bovina congelada, 60.000 toneladas são alocadas para a UE, 60.000 toneladas são alocadas nos Estados Unidos, 3.000 toneladas são alocadas na Costa Rica e 407.000 toneladas são alocadas em importações de outros países. A tarifa intra-cota é de 15% e a tarifa extra-cota é de 50%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em dezembro de 2017, o México renovou sua quota de importação de carne de aves de 300.000 toneladas até o final de 2019.

Barreiras Sanitárias

Apesar do progresso nas negociações comerciais, diversos grandes mercados ainda não estão abertos aos produtos à base de carne brasileiros devido a barreiras sanitárias, inclusive a União Europeia e a Colômbia para carne suína, e Taiwan e Panamá para frango.

Em decorrência da Operação Trapaça, em 5 de março de 2018, a Companhia recebeu uma notificação do MAPA informando a suspensão imediata das exportações de suas unidades de Rio Verde/GO, Carambeí/PR e Mineiros/GO para 13 países que têm exigências sanitárias específicas relacionados ao controle de *Salmonella spp*. O MAPA suspendeu temporariamente as exportações de nove outras unidades da Companhia para a União Europeia em 15 de março de 2018, mas revogou tal decisão em 18 de abril de 2018. Em 14 de maio de 2018, a União Europeia anunciou a decisão de remover 12 unidades de produção da Companhia no Brasil da lista de plantas com permissão de importação de produtos de origem animal pelos países da União Europeia.

Barreiras técnicas

A curto prazo, a Companhia deve responder rapidamente à imposição de quaisquer novas restrições, incluindo restrições temporárias relacionadas à saúde, redirecionando produtos para outros mercados ou alterando as especificações do produto para atender às novas exigências, a fim de minimizar seu efeito sobre as suas vendas líquidas de exportação. A longo prazo, essas restrições poderão afetar a taxa de crescimento dos nossos negócios.

Em abril de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência de não atordoamento (*stunning*) dos animais no processo de abate. A Arábia Saudita alegou que as práticas de abate de frango das empresas brasileiras violavam as práticas halal devido ao uso de choque elétrico para deixar as aves atordoadas momentos antes do abate. A Companhia e outras empresas brasileiras foram então obrigadas a migrar seus processos de produção para abatedouros que não utilizam práticas de atordoamento dos animais para poder abastecer o mercado saudita. A Companhia incorreu e espera incorrer em custos adicionais quanto a tais exigências de exportação para a Arábia Saudita. Além disso, em janeiro de 2019, a autoridade reguladora de alimentos e medicamentos da Arábia Saudita publicou um relatório autorizando 25 unidades brasileiras a produzir carne de frango para o mercado saudita, incluindo oito unidades da Companhia. Uma das unidades da Companhia (Lajeado/RS) que já havia produzido carne de frango para o mercado saudita não foi incluída como unidade autorizada. Entretanto, as oito unidades autorizadas possuem capacidade suficiente para atender a demanda desse mercado. Embora a Companhia espere poder continuar a migrar a produção de carne de frango destinada à Arábia Saudita para as unidades autorizadas sem afetar significativamente os seus embarques para a Arábia Saudita, tais mudanças podem resultar em redução de receita e aumento de despesas.

Suspensão temporária de exportações carne de frango à Arábia Saudita

Em 16 de fevereiro de 2020, a Saudi Food and Drug Authority – SFDA, serviço sanitário da Arábia Saudita, emitiu relatório suspendendo temporariamente dois estabelecimentos da Companhia, especificamente Dois Vizinhos-PR e Francisco Beltrão-PR, para exportação de carne de frango para aquele país em razão das investigações conduzidas no contexto da Operação Trapaça.

O impacto efetivo dessa medida para a Companhia se restringe às exportações da planta de Dois Vizinhos, que, em fevereiro de 2020, vinha operando com um volume de aproximadamente 6 mil toneladas/mês de exportação para a Arábia Saudita. A planta de Francisco Beltrão não estava realizando embarques ao país.

A Companhia já iniciou os ajustes de redirecionamento de produção para suas demais plantas até que os fatos sejam devidamente esclarecidos, possuindo ainda cinco plantas habilitadas para a Arábia Saudita. As plantas de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão serão utilizadas, a partir deste momento, para atendimento de outros mercados.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Efeito de Doenças Animais

Gripe Aviária

A gripe aviária tem atraído a atenção da comunidade internacional ao longo dos anos, com surtos em aves de criação tendo sérias consequências tanto na subsistência quanto no comércio internacional em muitos países. Além disso, embora a maioria dos vírus da gripe aviária não infecte seres humanos, alguns, como a gripe aviária H5N1 e H7N9, são bem conhecidos do público visto ocasionar infecções graves e, por vezes, fatais em pessoas.

A demanda por produtos da Companhia pode ser significativamente afetada por surtos de doenças em animais, como a gripe aviária. Se um número significativo de novos casos de gripe aviária ocorrer em humanos, ainda que não seja em nenhum dos mercados da Companhia, a demanda pelos seus produtos de aves tanto dentro quanto fora do Brasil seria afetada negativamente e a extensão do efeito para a Companhia não pode ser previsto. Até mesmo casos isolados de gripe aviária em humanos podem impactar negativamente seus negócios devido à sensibilidade pública à doença.

O Brasil ainda não teve um caso documentado de gripe aviária, embora haja preocupações de que um surto de gripe aviária possa ocorrer futuramente no país. Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar ao descarte necessário de nossos planteis de aves, o que resultaria na diminuição das vendas no setor avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de aves e resultaria em despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, qualquer surto de gripe aviária no Brasil provavelmente levaria a restrições imediatas na exportação de alguns dos produtos da Companhia para os principais mercados de exportação. Medidas preventivas adotadas pelas autoridades brasileiras, caso haja, podem não ser eficazes para impedir a disseminação da gripe aviária no Brasil. Além disso, qualquer futuro surto significativo de gripe aviária no Brasil poderia levar a uma pressão para o descarte dos porcos, ainda que não seja comprovada nenhuma ligação entre os casos de gripe e o consumo de carne suína

Outras Doenças Animais

Além disso, a demanda nos mercados de exportação da Companhia também pode ser influenciada por outras doenças animais. Por exemplo, as importações de suínos da maioria dos estados brasileiros foram proibidas na Rússia de 2005 a 2007 devido a casos de febre aftosa que afetaram o gado nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Não criamos suínos no Mato Grosso do Sul ou no Paraná. No entanto, essas proibições afetaram as exportações brasileiras para a Rússia de modo geral e, na época, exigiram que mudássemos a produção de suínos para o mercado russo para o Rio Grande do Sul, o único estado brasileiro que não estava sujeito à proibição, até a Rússia levantar restrições importações de oito estados brasileiros adicionais em dezembro de 2007.

Uma doença viral chamada diarreia epidêmica suína (PED) foi diagnosticada na América do Norte e na Ásia nos últimos anos. Os principais sinais clínicos são sintomas entéricos, retardo do crescimento e alta mortalidade. Nesses locais, a doença foi responsável pelo aumento significativo de animais expostos e pelo consequente aumento do preço devido à baixa oferta. Uma vacina para prevenir a doença ainda não foi desenvolvida, mas a gestão geral e a biossegurança reduzem o impacto.

Em agosto de 2018, houve um surto de peste suína africana na China. O mercado chinês alterou suas compras em função desse surto. Consequentemente, nossos volumes de cortes de carne suína vendidos para a China aumentaram. Em decorrência dos surtos de peste suína africana na China, o MAPA suspendeu as importações de tripa de porco natural da China. Essa suspensão foi preventiva e já foi revogada.

Embora todos os nossos porcos no Brasil sejam originários de zonas livres da peste suína clássica, houve vários surtos recentes fora dessas zonas. Em outubro de 2018, um surto de peste suína clássica foi confirmado no estado brasileiro do Ceará. Além disso, em 2019, foi confirmado um caso de peste suína clássica nos estados brasileiros de Alagoas e Piauí. O Brasil possui duas zonas em relação ao status sanitário da Febre Suína Clássica, a zona franca composta por 16 estados brasileiros e inclui mais de 95% da produção comercial suína brasileira e uma zona não franca, localizada no norte do Brasil. Todos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

os três estados com casos confirmados de febre suína clássica estão localizados fora da zona livre de febre suína clássica. O governo brasileiro também tomou medidas para conter o surto. Não foram anunciados embargos comerciais formais como resultado desse surto.

Vendas

A Companhia vende seus produtos tanto no mercado interno brasileiro quanto em mercados internacionais. As vendas líquidas para o mercado brasileiro, incluindo a maioria dos seus alimentos processados, representaram 52,3%, 53,9% e 53,6% de suas vendas líquidas em 2019, 2018 e 2017, respectivamente. As vendas líquidas para os mercados internacionais, incluindo a maior parte dos seus frangos inteiros e cortes congelados e cortes de outras aves e carne suína e bovina congelados, representaram 44,5%, 43,3% e 43,5% em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta a discriminação da receita líquida da Companhia para os exercícios indicados:

	2019	**2018**	**2017**
Mercado Brasileiro			
Aves	11,0%	10,6%	9,5%
Carne suína/bovina	2,8%	2,7%	2,8%
Produtos alimentícios processados	38,4%	40,7%	41,3%
Outras Vendas	0,0%	0,1%	0,1%
Total do Mercado Brasileiro	52,3%	54,0%	53,6%
Mercados Internacionais			
Aves	33,7%	33,2%	31,6%
Carne suína/bovina	3,8%	2,7%	5,1%
Produtos alimentícios processados	6,3%	6,0%	5,5%
Outras Vendas	0,5%	1,2%	1,5%
Total de Mercados Internacionais	33,7%	33,2%	31,6%
Outros Segmentos			
Aves	0,1%	0,3%	0,1%
Carne suína/bovina	0,0%	1,8%	0,0%
Produtos alimentícios processados	0,0%	0,5%	0,0%
Outras Vendas	3,0%	2,6%	2,8%
Total de Outros Segmentos	3,2%	2,7%	2,9%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

ii. condições de competição nos mercados

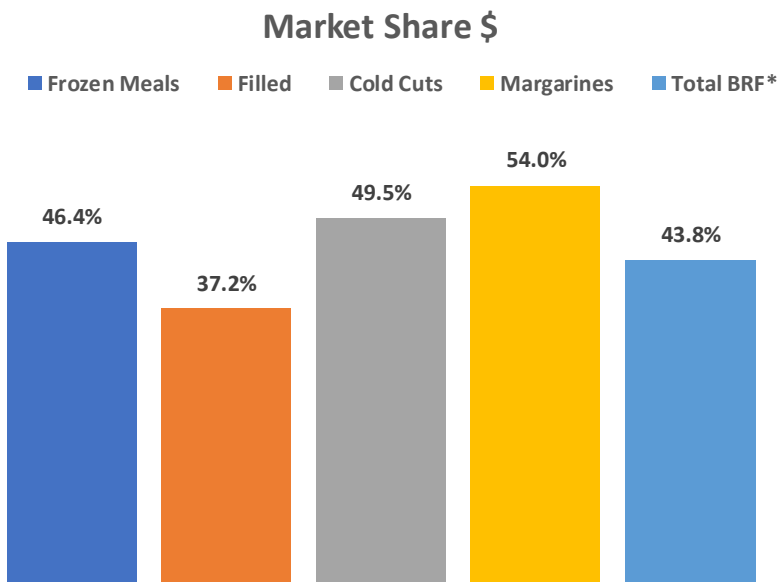
Brasil

O mercado interno brasileiro é altamente competitivo, particularmente com relação a produtos de carne de aves e de suínos frescos e congelados.

A Companhia procura desenvolver produtos de qualidade, com foco em soluções inovadoras que atendam às necessidades dos clientes e capturem valor para suas marcas fortes, como a Sadia e a Perdigão.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O gráfico abaixo mostra o percentual mais recentemente disponível de *market share* da Companhia em 2019 nas categorias indicadas:



Fonte: A.C. Nielsen Bimonthly Retail – Margarinas e Pratos Prontos (outubro/novembro de 2019); Embutidos e Resfriados (novembro/dezembro de 2019)

Como a A.C. Nielsen reúne dados de empresas que reportam a eles voluntariamente, em determinadas áreas do país e categorias cobertas por elas, o tamanho total do mercado em que esses percentuais estão baseados são menores que a estimativa interna da Companhia para o tamanho do mercado.

A JBS é a principal concorrente da Companhia no mercado interno. No segmento de processados, a Companhia concorre com a JBS. No mercado de industrializados de carne, seus concorrentes são a Aurora e a JBS, enquanto que o remanescente do mercado corresponde a diversos concorrentes de pequeno porte. A Companhia é líder em termos de *market share* no mercado de:

(i) congelados (que inclui hambúrgueres, bifes, quibes, almôndegas e massas), seguidos pela JBS, Aurora, Pif Paf Alimentos S.A. ("Pif Paf") e outros concorrentes menores;

(ii) pizzas congeladas, seguidos pela JBS, Dr. Oetker Brasil Ltda. e Pif Paf; e

(iii) margarinas, seguidos pela Bunge Alimentos, Unilever, JBS (com a marca Doriana) e Vigor Alimentos S.A., companhia afiliada à JBS.

No mercado interno de aves inteiras e cortes de aves e suínos, a Companhia concorre com pequenos produtores, muitos dos quais operam na economia informal e oferecem produtos de baixa qualidade a preços baixos. Esse tipo de concorrência representa um fator significativo na sua decisão de vender a maior parte das suas aves inteiras e cortes de aves e suínos no mercado internacional e configura uma barreira para a expansão de suas vendas desses produtos no mercado interno. No mercado interno, o reconhecimento da marca, capacidade de distribuição, preço de venda, qualidade e atendimento aos seus clientes são o diferencial da Companhia.

O mercado de produtos processados ainda está crescendo no Brasil e a Companhia acredita que as perspectivas de médio e longo prazo para esse segmento são positivas com base na evolução verificada nos anos anteriores. Ao mesmo tempo, a Companhia está investindo em iniciativas como inovação, lançamento de novos produtos com foco no conceito de "saúde", racionalização de seu portfólio de processados de carnes no mercado interno e melhoria do posicionamento das marcas de seu portfólio.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Internacional

A Companhia enfrenta concorrência significativa em seus mercados internacionais, tanto de produtores brasileiros quanto de produtores de outros países. Um exemplo cada vez mais relevante são as cooperativas, que possuem benefícios fiscais e certa mobilidade para realocarem sua produção ao mercado externo nos momentos em que as exportações se tornam mais atrativas do que o mercado interno.

Outro exemplo é a JBS, um dos competidores diretos da Companhia no mercado internacional, e que possui muitas das mesmas vantagens competitivas que a Companhia em relação a produtores de outros países, incluindo recursos naturais e custos competitivos de insumos.

Os cortes de frangos e suínos da Companhia, em particular, sofrem alta competição em termos de preços e são sensíveis à substituição por outros produtos. Os clientes, por sua vez, procuram diversificar suas fontes de abastecimento através de produtores de diferentes países, mesmo quando a Companhia oferece um custo mais baixo.

Medidas protecionistas entre parceiros comerciais do Brasil também constituem fator competitivo importante. As exportações brasileiras de carne de aves e suína são cada vez mais afetadas por medidas tomadas por outros países para proteger os produtores locais. O Oriente Médio é a região internacional mais representativa para a Companhia em termos de receita. Dentro do Oriente Médio, a Companhia possui forte presença na região do Golfo, que engloba os países Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, entre outros.

A receita líquida da Companhia nos mercados internacionais atingiu R$14,9 bilhões em 2019, um aumento de 14,1% em relação a 2018. Apesar de um ambiente de mercado internacional ainda desafiador em 2019, a Companhia acredita exportar mais do que os seus principais concorrentes brasileiros, já que é uma das maiores exportadoras de aves do mundo. Em 2019, a Companhia foi responsável por 11,6% do comércio mundial de aves, de acordo com a Trademap.

Em seus mercados internacionais, sua concorrência é baseada em qualidade, custo, preços e atendimento aos nossos clientes.

d. eventual sazonalidade

Brasil

As vendas líquidas de carne e produtos processados no mercado brasileiro não estão sujeitas a grandes flutuações sazonais. Entretanto, o quarto trimestre da Companhia geralmente é um pouco mais forte do que os outros trimestres devido ao aumento da demanda por seus produtos durante as festas de fim de ano, especialmente perus, Chester®, lombo de porco e presunto. A Companhia também comercializa certos produtos especificamente para as festas de fim de ano, como cestas de presentes com seus produtos que alguns empregadores distribuem para seus funcionários. Seus resultados também são afetados pelas estações secas e chuvosas com relação ao milho, soja e farelo de soja, que são suas principais matérias-primas na produção de rações.

Em 2017, o primeiro trimestre representou 24,1% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre registrou 23,3%, o terceiro trimestre registrou 24,7% e o quarto trimestre registrou 27,9%.

Em 2018, o primeiro trimestre representou 23,0% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre registrou 22,6%, o terceiro trimestre registrou 25,3% e o quarto trimestre registrou 29,1%.

Em 2019, o primeiro trimestre representou 22,5% das vendas totais da Companhia no mercado interno, o segundo trimestre registrou 23,3%, o terceiro trimestre registrou 25,1% e o quarto trimestre registrou 29,1%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Mercado Internacional

Os padrões de compra sazonais variam de acordo com os mercados internacionais específicos. No entanto, as vendas da Companhia no mercado internacional, se considerado como um todo, não são materialmente afetadas pela sazonalidade, uma vez que são expostas a diferentes sazonalidades aplicáveis a cada região. Entretanto, a receita líquida em mercados internacionais específicos, por vezes, varia de acordo com a temporada. No Oriente Médio, por exemplo, a Companhia tem uma diminuição de suas vendas durante o Ramadã e os meses de verão.

Em 2017, o primeiro trimestre representou 22,7%das vendas internacionais da Companhia, o segundo trimestre registrou 24,6%, o terceiro trimestre registrou 27,2%e o quarto trimestre registrou 25,5%.

Em 2018, o primeiro trimestre representou 23,6%das vendas internacionais da Companhia, o segundo trimestre registrou 24,5%, o terceiro trimestre registrou 26,3%e o quarto trimestre registrou 25,6%.

Em 2019, o primeiro trimestre representou 21,4% das vendas internacionais da Companhia, o segundo trimestre registrou 26,7%, o terceiro trimestre registrou 25,5% e o quarto trimestre registrou 26,3%.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Uma das estratégias da Companhia é construir relacionamentos mais eficazes com seus fornecedores, utilizando critérios de seleção para avaliá−los em vários quesitos, incluindo a qualidade do produto, o desempenho do produto e confiabilidade de entrega.

A Companhia conta com um sistema de monitoramento de cadeia estruturado para fortalecer o controle de riscos socioambientais, apoiar um modelo de negócios ético e responsável e desenvolver parcerias sustentáveis. Procura fazer isso realizando auditorias de qualidade, distribuindo e exigindo a adesão do fornecedor ao Código de Conduta de seus Fornecedores, seguindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, consultando dados públicos e também incluindo determinadas obrigações relacionadas em seus contratos com fornecedores. O Código de Conduta de seus Fornecedores, publicado no site da Companhia e previamente acordado por seus fornecedores, regula o relacionamento e se concentra no comportamento ético, na responsabilidade social e ambiental. A Companhia está focada em uma abordagem mais forte de gerenciamento de riscos, especialmente com relação à qualidade, integridade e segurança, além de sustentabilidade e conformidade.

Em 2019, a Companhia criou um processo interno para os fornecedores cumprirem o Código de Conduta de seus fornecedores e estabeleceu padrões de compras internas. O processo foi liderado por um grupo de trabalho interno focado em garantir a implementação efetiva do Código de Conduta dos Fornecedores, mitigando riscos para a Companhia e fortalecendo o seu relacionamento com os seus *stakeholders*. A partir de setembro de 2019, todos os novos fornecedores passaram a ter que confirmar a conformidade com o Código de Conduta antes de serem registrados nos sistemas internos da Companhia.

A Norma Corporativa para Contratação de fornecedores prevê certas exceções à regra que exige que os fornecedores aceitem o Código de Conduta de Fornecedores da Companhia. Por exemplo, os fornecedores não são obrigados a aceitar o Código de Conduta dos Fornecedores se forem uma entidade pública conectada ao governo ou se tiverem seu próprio código de conduta; nesse caso, poderão preencher um pequeno formulário indicando o site onde o código de conduta está disponível ou anexando-o ao formulário. Se um fornecedor se recusar a aceitar o Código de Conduta da Companhia e não se enquadrar nas exceções estabelecidas pela norma, a situação será direcionada ao comitê crítico interno da Companhia para análise. Referido comitê crítico é composto por membros dos departamentos

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

jurídico, compliance e de compras. Se o comitê crítico não puder tomar uma decisão, o assunto será encaminhado ao comitê executivo da Companhia para resolução.

Em caso de conflito de interesse com fornecedores, a Companhia conta com uma equipe especializada que analisa o risco de manutenção ou substituição de fornecedores específicos. Além disso, por meio de análises bissemanais de dados disponíveis ao público no Brasil, a Companhia identifica fornecedores que não cumprem as suas exigências legais e/ou as normas internas. Na avaliação de fornecedores, a Companhia analisa regularmente os seguintes itens, entre outros: práticas ambientais, relações de trabalho e práticas e cumprimento geral de leis e regulamentos. Atualmente, a Companhia está em processo de padronização do seu programa de monitoramento em todos os seus departamentos, mas todos os seus fornecedores novos devem cumprir o Código de Conduta para Fornecedores e a Política de Operações com Partes Relacionadas, seja com relação a um contrato ou compras pontuais.

A avaliação e seleção adequada de fornecedores, bem como a manutenção de relacionamentos com tais fornecedores, é crítica para a competitividade da Companhia no mercado. O processo de avaliação de fornecedor muitas vezes envolve a consideração simultânea de vários aspectos do desempenho do fornecedor, incluindo preço, inovação, prazo de entrega, qualidade e suporte pós-venda, juntamente com políticas e desempenho socioambientais. O processo da Companhia segue diretrizes estabelecidas, fundamentadas por sistemas e regras a serem seguidas por todos os membros da sua equipe de compras. Em 2018, a Companhia implantou o seu sistema de compras, o Ariba SAP, uma ferramenta avançada destinada a fortalecer a sua função de compliance.

O acompanhamento e a auditoria são monitorados continuamente por meio de auditorias internas e externas, para garantir que seus processos sejam constantemente aprimorados e estejam alinhados com suas normas e códigos, compliance e esforços de sustentabilidade.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui uma vasta lista de fornecedores, não apresentando, portanto, risco de concentração.

iii. eventual volatilidade em seus preços

As margens operacionais da Companhia dependem, dentre outros fatores, do preço de compra de matérias−primas e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, inclusive durante curtos intervalos de tempo, em virtude de vários fatores, como o fornecimento e a demanda de produtos proteicos, como a carne de frango e de suínos.

A Companhia tenta administrar alguns desses riscos com a utilização de programas de gestão de risco e *hedge*, incluindo contratos futuros e opções de compra e venda. Contudo, essas estratégias não eliminam completamente esses riscos. Além disso, esses programas também poderão limitar ganhos derivados de flutuações favoráveis do preço de commodities.

Para maiores informações sobre a volatilidade dos preços de commodities, vide item 10.2.c deste Formulário de Referência.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Nenhum dos clientes (ou grupo de clientes) da Companhia foi responsável por mais de 10% das suas receitas líquidas nos últimos três exercícios sociais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para o exercício das atividades da Companhia, há que se cumprir inúmeras legislações, regulamentações e autorregulações, tais como (i) legislação trabalhista; (ii) legislação previdenciária e direitos da criança e do adolescente; (iii) legislação de saúde pública, vigilância sanitária, regulatórias de produtos, proteção ao consumidor; (iv) legislação ambiental; (v) legislação brasileira de rotulagem e comunicação de marca; (v) regulamentação de valores mobiliários; (vi) legislação de defesas da concorrência; (vii) legislação tributária/fiscal; (viii) autorização para autoprodução de energia elétrica; e (ix) autorização para a compra, armazenagem e consumo de produtos químicos controlados.

O MAPA regula a atividade da Companhia por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária e do Departamento de Inspeção de Produtos Animais, que é responsável pela regulação, normatização e inspeção das atividades relacionadas ao setor no que tange aos critérios de saúde pública e sanidade animal e de qualidade relativos à regulamentação técnica dos produtos comestíveis e não comestíveis de origem animal em todas as unidades industriais nos mercados interno e internacional, observados os requisitos sanitários dos mercados importadores.

A atividade de inspeção é realizada por meio de verificações oficiais pelas equipes do Serviço de Inspeção Federal do MAPA nas unidades industriais. O escopo do seu trabalho inclui todos os estágios do processo de produção (por exemplo: recebimento de animais e matérias–primas, produção, rotulagem, armazenamento etc). Quando identificadas não conformidades durante essas verificações oficiais, elas podem gerar penalidades que podem variar desde uma advertência à suspensão permanente nas atividades comerciais das unidades.

A Companhia também está sujeita à supervisão de outras autoridades governamentais internacionais e brasileiras (nos níveis federal, estadual e municipal), que incluem, entre outros, vários órgãos ambientais e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"), responsável pela vigilância sanitária de produtos alimentícios vendidos no Brasil, entre outras questões.

A Companhia realiza periodicamente consultas a listas públicas de áreas embargadas e ocorrências de violação de direitos humanos e trabalhistas, fornecidas pelos órgãos Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Secretaria do Trabalho e Emprego, do Ministério da Economia, para certificar–se de que todas as normas, políticas e leis aplicáveis estão sendo seguidas por seus fornecedores. As consultas são realizadas nos processos de novos contratos e contratos vigentes.

Os fornecedores de materiais diretos – como insumos, matérias–primas e embalagens – também são auditados sobre aspectos relacionados à qualidade, tendo seus itens monitorados no processo produtivo, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos acordados com a Companhia.

A Companhia possui sistemas e ferramentas próprios para avaliar o nível de conformidade das operações, a fim de identificar ocorrências, prevenir riscos e aprimorar as condições ambientais, de trabalho, saúde e segurança para colaboradores e parceiros de negócios. Diversos aspectos são considerados nessa análise, incluindo a gestão ambiental, o ambiente laboral e o funcionamento operacional.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

As atividades da Companhia estão sujeitas ao estrito cumprimento de leis e regulações ambientais a níveis municipal, estadual e federal, que regulam os aspectos relacionados a água, efluentes, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e odores. As operações da Companhia também estão sujeitas aos procedimentos de licenciamento ambiental em níveis federal, estadual e/ou municipal.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A proteção ambiental é a prática de proteger o meio ambiente, tutela preventiva. Contudo, ainda que a Companhia adote todas as medidas preventivas para impedir os impactos/danos ambientais e, mesmo assim eles vierem a ser verificados, existirá a obrigação da Companhia de reparar o dano ambiental. A responsabilidade jurídica ambiental percorre por três esferas, sendo; administrativa, civil e criminal. A responsabilidade administrativa encontra-se prevista nos atigos 70 a 76 da Lei 9.605/1998 e sua regulamentação pelo Decreto 6.514/2008. A responsabilidade civil está prevista na Lei 6.938/1981, sendo que o sistema jurídico brasileiro adota a responsabilidade objetiva, sem culpa, impondo a obrigatoriedade de reparar pelos danos causados. A Constituição Federal no paragrafo 3º do artigo 225, reforça essa obrigatoriedade em reparar os danos causados. A responsabilidade penal encontra-se prevista pela Lei 9.605/1998 que disciplina as sanções adminsitrativas e penais aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

A Companhia possui três plantas que receberam a certificação ISO 14001 localizadas no Brasil. Essas plantas foram auditadas por órgãos regulatórios e se submetem regularmente a avaliações.

A Companhia contrata técnicos profissionais na área ambiental e lhes fornece treinamento regular nos aspectos ambientais que são parte integral de sua atividade. Todas as plantas da Companhia são construídas em linha com a legislação ambiental aplicável relativa aos aspectos ambientais.

A Companhia possui uma Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) que estabelece as diretrizes com relação aos princípios de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aplicáveis à Companhia e a todos os seus colaboradores. A gestão ambiental da Companhia é baseada nas diretrizes da ISO 14001 e orientada por documentos normativos, que abordam os aspectos e possíveis impactos ambientais relacionados ao negócio da Companhia e trazem o cumprimento legal de patamar mínimo de desempenho. O monitoramento da implementação e cumprimento dessa norma é realizado por indicadores técnicos, com metas definidas anualmente, auditorias periódicas que reportam diretamente ao Conselho de Administração da Companhia evidenciando o compromisso da alta direção com as obrigações legais ambientais. Em 2019 a Companhia aprimorou o sistema de gestão ambiental com a implantação de um sistema *online* para o gerenciamento de requisitos legais aplicáveis à saúde, segurança e meio ambiente. Por meio desse sistema, a Companhia também faz a gestão de documentos legais aplicáveis às suas atividades.

A Companhia mantém seus esforços para cumprir com exigências, normas e políticas internas e externas relacionadas à gestão ambiental. Das operações diretas à cadeia de valor, as iniciativas abrangem assuntos como efluentes e resíduos sólidos, consumo de energia e água e emissões de gases de efeito estufa. Anualmente são destinados recursos para investir em pesquisa, projetos e operação dos sistemas de controle ambiental. Todos os novos investimentos que envolvem um aumento na produção ou alteração no processo incluem a avaliação da capacidade dos controles ambientais instalados, com base no dimensionamento dos projetos. O objetivo disso é atender os padrões já alcançados e aprimorar os indicadores de desempenho da Companhia como um todo.

Ainda, com o intuito de elevar a capacidade de investimento em ações ambientais, em 2015, a Companhia realizou a emissão de *green bonds* destinados a financiar projetos verdes em suas divisões e operações de negócios. Esses projetos tiveram como foco as seguintes categorias: eficiência energética, energias renováveis, florestas sustentáveis, redução de emissão de gases de efeito estufa, gestão de água, embalagens, redução do uso de matéria-prima ou gestão de resíduos. Foram mais de €500 milhões em recursos para aplicação em investimentos socioambientais até 2022.

A Companhia está comprometida com a apuração de ocorrências que envolvam impactos ambientais de sua cadeia produtiva. Por meio de um fluxo interno para comunicação ambiental, são estipulados fluxos e responsáveis, bem como as formas de retorno do assunto ao manifestante. As ações envolvem as fábricas e a área corporativa de meio ambiente, e vinculam−se à estratégia de mitigação de riscos.

No campo, a parceria que possui com seus produtores integrados é uma das estratégias que a Companhia utiliza para garantir que suas atividades e aquelas praticadas por eles sejam realizadas de acordo com os padrões ambientais. A Companhia supervisiona os produtores integrados, por meio de visitas periódicas para acompanhamento de aspectos e controles ambientais nas granjas, dá suporte técnico e orientação no intuito de estabelecer uma operação ambientalmente adequada.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Os produtores integrados são avaliados mensalmente em relação ao licenciamento ambiental e às outorgas de captação de água.

A importância de monitorar questões socioambientais está no impacto que os riscos mapeados podem causar, envolvendo desde imagem e reputação, a paralisação da produção, multas e, em casos críticos, uma possível depreciação da Companhia no mercado de capitais por conta de graves denúncias. Assim, para reduzir esses riscos, a Companhia possui documentos como o Manual de Transparência (Código de Ética e Conduta), o Código de Conduta para Fornecedores e os próprios contratos de compra, que incluem cláusulas socioambientais. A Companhia é também signatária de diversos pactos e acordos sobre o tema, incentivando a adesão de seus fornecedores.

Há áreas da Companhia aplicáveis ao Novo Código Florestal bem como ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Apesar de seus esforços para cumprir com a legislação e regulação ambiental, a Companhia é ocasionalmente requerida a celebrar acordos ambientais com o governo brasileiro relacionados ao descumprimento de requisitos para licenciamento ambiental. A Companhia é requerida, nos termos de tais acordos, dentre outros, a reparar quaisquer danos causados. Se a Companhia não cumprir com tais obrigações, está sujeita ao pagamento de multas acumuladas diariamente. Para maiores informações sobre os acordos celebrados pela Companhia, vide item 4.7 deste Formulário de Referência.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A principal propriedade intelectual da Companhia é constituída pelas suas marcas nacionais e internacionais. A Companhia vende seus produtos principalmente sob as marcas "Sadia", "Qualy" e "Perdigão" no mercado brasileiro e principalmente sob as marcas "Perdix", "Perdigão", "Sadia", "Confidence", "Fazenda", "Qualy", "Borella", "Sahtein", "Hilal", "Halal", "Sulina" e "Deline" nos mercados internacionais, conforme descrito abaixo em "—Marketing".

A Companhia também possui várias marcas de produtos ou linhas de produtos específicos. No mercado brasileiro, essas marcas incluem, entre outras, "Sadia Bio", "Sadia Salamitos", "Sadia Hot Pocket", "Perdigão Ouro", "Chester Perdigão", "Perdigão NaBrasa", "Assa Fácil" e "Claybom". Entre suas marcas registradas estão: "Halal" (no Oriente Médio, além da Arábia Saudita), "Unef" (no Oriente Médio), "Sulina" e "Fazenda" (na Europa) e "Alnoor" (em vários países do Oriente Médio). A marca "Sadia" está registrada em mais de 90 países. No Oriente Médio, a "Sadia" está registrada em países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Bahrein, Iêmen, Irã, Iraque, Líbano e Omã, bem como na região do Cáucaso, em países asiáticos e na América Latina. O mascote da Sadia é protegido tanto como marca registrada como direito autoral, de acordo com o registro na Biblioteca Nacional do Brasil, sendo que essa proteção se estende a outros países além do Brasil.

Além disso, a Companhia possui patentes registradas no Brasil e em mais de 10 países. A Companhia solicitou que as marcas registradas Sadia, Perdigão e Qualy fossem reconhecidas como "marcas de alto renome" pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que concedeu esse reconhecimento à Sadia e à Perdigão novamente em setembro de 2018. Também solicitou o registro da sua nova marca corporativa "BRF" (e o design que a acompanha) em mais de 150 países na América do Norte e do Sul, Europa, Ásia, África e Oriente Médio.

Por fim, a Companhia possui vários nomes de domínio na Internet no Brasil, registrados na autoridade competente, como "perdigao.com.br", "claybom.com.br", "qualy.com.br", "sadia.com.br", "Brf-foodservices.com.br" e "brf.com".

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Receita Líquida (R$ milhões)	Participação na receita líquida total (%)
Brasil	18.354,0	54,9%

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
Receitas provenientes dos clientes atribuídos a:	Receita Líquida (R$ milhões)	Participação (%)
Turquia	2.323,2	6,9%
Arábia Saudita	2.276,3	6,8%
China	1.736,3	5,2%
Japão	1.430,5	4,3%
Emirados Árabes Unidos	1.143,8	3,4%
Outros países	6.182,9	18,5%

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
	Receita Líquida (R$ milhões)	Participação (%)
Países Estrangeiros	15.093,0	45,1%

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia possui subsidiárias no exterior, as quais atendem à legislação de suas respectivas jurisdições, como, por exemplo, normas locais de natureza concorrencial, societária e anticorrupção. As regulações a que tais subsidiárias se sujeitam no âmbito das respectivas jurisdições, entretanto, não afetam os negócios da Companhia.

No entanto, como grande exportadora de seus produtos, a Companhia está sujeita às regulações de natureza tarifária bem como não tarifária estabelecidas pelos países importadores. O eventual aumento do imposto de importação pode impactar as exportações da Companhia para o país de destino, como foi o caso da África do Sul que, em março de 2020, elevou as tarifas de importação de aves originárias do Brasil de 12% para 42% para cortes sem osso e de 37% para 62% para cortes com osso. As regulações não tarifárias também podem produzir efeitos nas exportações da Companhia por alterarem os procedimentos aduaneiros, por exemplo, ou mesmo modificarem regulamentações técnicas, como a proibição do uso de ractopamina em suínos, estabelecida pelo governo russo em 2018.

Por ser grande exportadora para os países do Oriente Médio, as regulações religiosas, em particular os padrões de produção de alimentos Halal, também são fatores relevantes para a Companhia. Em 2018, a Arábia Saudita implementou prática de não insensibilização anterior à sangria das aves que fossem exportadas para seu território e, em 2019, o Egito passou a credenciar apenas uma certificadora Halal para as exportações ao país.

Ademais, a finalização de processos de negociação de acordos comerciais entre o Brasil ou MERCOSUL e outros países ou blocos econômicos também podem produzir impactos nos negócios da Companhia. Como exemplo, o acordo comercial celebrado e atualmente em implementação entre MERCOSUL e União Europeia e as negociações iniciadas do acordo comercial do MERCOSUL com a Coreia do Sul possuem potencial de gerar efeitos nas exportações da Companhia.

As habilitações de unidades produtivas para exportação para mercados específicos, por sua vez, são meios pelos quais os países importadores decidem quais unidades produtivas estão ou não aptas a produzir e exportar para seu país. Estas habilitações podem ser concedidas pelo próprio governo do país importador, após inspeções *in loco* e/ou documentais ou podem ser delegadas ao governo brasileiro, com base em acordos sanitários bilaterais entre Brasil e o país importador. Países que antes não faziam seleção de unidades produtivas específicas aprovadas para exportação para seu território, podem passar a fazê-lo, como foi o caso do Iraque em 2018.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

a. Se o emissor divulga relatório de sustentabilidade ou documento similar

A Companhia publica Relatório Anual e de Sustentabilidade seguindo padrão GRI (Global Reporting Initiative – desde 2008) e as principais diretrizes de Relato Integrado (IIRC – desde 2013), metodologia internacionalmente reconhecida, com periodicidade anual e indicadores considerando escopo global com período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Após período de análise de atendimento aos requisitos do IIRC, o relatório passa a partir de 2019 a ser denominado de Relatório Integrado.

A definição dos conteúdos a reportar leva em conta o plano estratégico da Companhia, seus temas mais relevantes de sustentabilidade, compromissos de relatos anteriores e a percepção de seus principais executivos e líderes sobre a materialidade. Em 2019, a relação de temas materiais passou por revisão, sendo resultado da realização de um novo processo de materialidade. Como resultado da validação dos resultados, foram destacados na matriz de Materialidade temas relevantes, tais como: água e mudanças climáticas, bem-estar animal, cadeia de fornecimento, comunidades, desenvolvimento humano e organizacional, desperdício de alimentos, energia, gestão da inovação e tecnologia, e nutrição alimentar.

Além disso, a Companhia possui compromisso com a preservação do meio ambiente, bem-estar animal e com o desenvolvimento social. Nesse sentido, ela possui as seguintes políticas ou manuais:

Compromisso de Bem−Estar Animal: A Companhia quer transformar positivamente toda sua cadeia global atuando de forma cada vez mais ética e responsável. A produção de animais é sua base de atuação, sendo assim, o bem-estar animal é naturalmente uma de suas grandes responsabilidades, de modo que a fomenta não apenas dentro, mas também fora do universo BRF. Estrutura suas práticas e compromissos por meio do programa global "Bem-Estar Animal Feito pela BRF" (*Animal Welfare Made in* BRF), que estabelece políticas, normas, processos, indicadores e treinamentos contínuos, respeitando as especificidades de cada localidade onde atua, sejam ambientais, culturais, climáticas ou religiosas. Com este programa, quer trilhar mundialmente um caminho construído numa base sólida e verdadeira. O programa contempla avaliação de *gaps* e oportunidades, com plano de ação de curto, médio e longo prazo para alcançar o seu objetivo global de maximizar o bem-estar dos animais. A Companhia assume publicamente compromissos e metas de longo prazo que guiam o seu negócio.

Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente ("SSMA"): A Política de SSMA estabelece as diretrizes com relação aos princípios de Saúde, Segurança e Meio Ambiente aplicáveis à Companhia e a todos os seus colaboradores. A gestão ambiental da Companhia é baseada nas diretrizes da ISO 14001 e orientada por documentos normativos, que abordam os aspectos e possíveis impactos ambientais relacionados ao negócio da Companhia e traz o cumprimento legal de patamar mínimo de desempenho.

Manual de Transparência: O Manual de Trasparência (Código de Ética e Conduta da Companhia) estabelece os valores e as diretrizes que irão orientar as decisões e atitudes dos colaboradores da Companhia. As diretrizes do documento estão alinhadas com princípios éticos, de coerência, transparência, integridade e respeito às pessoas, à legalidade e à sociedade em geral. Essa é uma política com princípios gerais que orientam diversas outras normas internas específicas.

Código de Conduta de Parceiros de Negócio da BRF: O código é o norteador do Programa de Monitoramento da Cadeia de Fornecedores. O maior objetivo do documento é reafirmar o compromisso da Companhia com a gestão responsável da cadeia, estabelecendo um comportamento ético e padrões mínimos a serem seguidos por fornecedores, tais como a não utilização de mão de obra infantil ou escrava, a gestão ambiental adequada, a qualidade dos bens e serviços, etc.

Manual de SSMA para Terceiros – Prestadores de Serviços: O manual orienta os prestadores de serviços atuantes na Companhia quanto aos procedimentos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente exigidos pela Companhia.

Investimento Social: Criado em 2012, o Instituto BRF (IBRF) tem como objetivo promover comunidades mais sustentáveis a partir dos alimentos e da cidadania corporativa. A Companhia trabalha para ampliar

7.8 - Políticas Socioambientais

a força transformadora de seu negócio, com foco em voluntariado e no empoderamento de comunidades.

Nos últimos anos, a Companhia aderiu a uma série de iniciativas voluntárias nacionais e internacionais que abordam causas socioambientais – incluindo direitos humanos, ética, integridade, mudanças climáticas e responsabilidade na indústria de alimentos, sendo as principais:

- Pacto Global: em 2019, a Companhia passou de signatária para membro do Comitê Brasileiro do Pacto Global, com participação da Vice-Presidência. Trabalha pela adoção interna dos desafios globais propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Pacto Global tem como objetivo incentivar as empresas a alinharem suas estratégias e operações a dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): a Companhia conecta os seus pilares estratégicos às metas atreladas aos ODS, que constroem uma agenda para combater desafios da humanidade com base em 17 objetivos e 169 metas em áreas como fome, saneamento, biodiversidade, ética, direitos humanos e sociais.

- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção: também desde 2011, a Companhia integra o compromisso – que reúne empresas engajadas na busca de um mercado mais ético e íntegro.

- Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto): participa dessa iniciativa, junto com outras empresas mobilizadas no combate ao trabalho escravo em cadeias produtivas.

- Na Mão Certa: iniciativa que combate a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Na Companhia, o tema é crítico em função de riscos potenciais que envolvem sua cadeia logística.

- Programa Brasileiro GHG Protocol: a Companhia utiliza o Registro Público de Emissões como ferramenta de divulgação anual do seu inventário global de emissões de gases de efeito estufa, auditado por entidade independente.

- CDP (Climate Change, Water e Forest): esse fórum aborda a gestão responsável das emissões, recursos hídricos e florestais, tratando de temas como mudanças climáticas, cadeia de fornecimento, água e estratégias, riscos e oportunidades correlacionados.

- Universidades e ONGs de BEA: com projetos e metas públicas de bem-estar animal desde 2012, a Companhia atua em parceria com ONGs internacionais de proteção animal e com universidades referências no tema, para maximizar as oportunidades de melhoria na cadeia produtiva.

- Global Reporting Initiative (GRI) e International Integrated Reporting Council (IIRC): as diretrizes de relato disseminadas por essas duas organizações guiam as práticas de prestação de contas da Companhia e contribuem para a definição de métricas e indicadores socioambientais para as suas operações.

A Companhia possui o Comitê de Qualidade e Sustentabilidade (CQS) que é o comitê de assessoramento do Conselho de Administração para temas relacionados à qualidade e sustentabilidade. O reporte é a cada 60 (sessenta) dias sobre o andamento da estratégia, bem como avanço nas metas executivas. Também são deliberados temas críticos para tomadas de decisão e suporte via Conselho.

Os membros do CQS são do Conselho de Administração: Roberto Rodrigues, Luiz Furlan, José Luiz Osório e Flavia Bittencourt. O CQS possui um, além de seus membros, um consultor externo: Vicente Falconi.

7.8 - Políticas Socioambientais

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia divulgou, por meio de comunicado ao mercado, que que foi inserida na 15ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da B3. O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na B3 sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Na data de divulgação do comunicado ao mercado, a Companhia era a única empresa do setor de alimentos no Brasil a figurar na lista. A sua reinserção no índice e a melhoria no desempenho de seus indicadores relativos aos temas de meio ambiente, sustentabilidade e governança corporativa são compromissos assumidos dentro do plano estratégico de longo prazo divulgado pela Companhia em 2018. A nova carteira vigorará de 06 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021 e reúne 36 ações de 30 companhias. A seleção é realizada com base em critérios estabelecidos pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGVCes da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – FGV EAESP e o processo é auditado pela KPMG.

b. A metodologia seguida na elaboração dessas informações

O Relatório Inegrado da Companhia adota como diretrizes a metodologia de relato da Global Reporting Initiative ("GRI"), versão *Standard* opção abrangente, e o framework de relato integrado proposto pelo International Integrated Reporting Council (IIRC), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A Companhia também mapeia os Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para entender como melhor mensurar o seu impacto real nessa agenda.

Neste relato, a Companhia avançou na conexão entre os dados comunicados e os temas mais relevantes na percepção de seus públicos de relacionamento internos e externo, no reporte de todos os conteúdos específicos de desempenho associados a cada tópico material, além de aprofundar a demonstração de suas práticas de governança corporativa. Também apresentou os indicadores setoriais de alimentos da GRI. A Companhia também buscou avançar na demonstração de como cada tema socioambiental possui conexão com os riscos e oportunidades que mapeou para o negócio, além de conversar com os resultados financeiros e operacionais. O Relatório Integrado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 será apresentado ao final do primeiro semestre de 2020.

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Até a apresentação deste Formulário de Referência, o inventário de emissões de gases do efeito estufa para as operações globais da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, ainda estava em processo de verificação por terceira parte.

O Relatório Integrado da Companhia, assim que finalizado, fica disponível no website de RI da Companhia (http://ri.brf-global.com) e no website institucional da Companhia (https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/relatorio-integrado/).

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

As políticas e manuais mencionados acima estão disponíveis no seguinte website: https://www.brf-global.com/sustentabilidade/como-atuamos/diretrizes-de-sustentabilidade/.

e. se o relatório de sustentabilidade leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor.

A Companhia conecta os seus pilares estratégicos às metas atreladas aos ODS, que constroem uma agenda para combater desafios da humanidade com base em 17 objetivos e 169 metas em áreas como fome, saneamento, biodiversidade, ética, direitos humanos e sociais. Os ODS materiais para o desempenho das atividades da Companhia são:

7.8 - Políticas Socioambientais

- ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável);

- ODS 4 (Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos);

- ODS 6 (Água Potável e Saneamento: assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos);

- ODS 7 (Energia Acessível e Limpa: assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos);

- ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico);

- ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação);

- ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis);

- ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis);

- ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos); e

- ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis).

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Seguro

A Companhia contrata seguro patrimonial com cobertura para danos materiais em suas plantas, equipamentos e estoques, incluindo cobertura de interrupção de negócios. Além disso, a Companhia mantém uma apólice de responsabilidade civil geral com ampla cobertura no caso de danos à terceiros resultantes da produção, distribuição e venda de seus produtos. A Companhia considera os valores cobertos usuais para uma companhia de seu porte e adequados para proteção de riscos previsíveis associados a suas atividades.

Saúde e Segurança

Todos os empregados da Companhia e contratados no Brasil e em suas operações internacionais devem cumprir os protocolos de segurança. Todos os indicadores, metas e programas de saúde e segurança do trabalho são construídos de acordo com avaliações periódicas de riscos, com envolvimento direto da alta administração da Companhia. Entre as medidas estão o estabelecimento de metas de saúde e segurança no trabalho, sistematização de indicadores chaves de desempenho (*Key Performance Indicators – KPI's*), monitoramento e controle de riscos de alto potencial, auditorias nas unidades e governança por meio de comitês voltados a temas de saúde e segurança do trabalho.

A Companhia mantém um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho integrado ao de sistema gestão, visando que seja participativo e que envolva todos os níveis da organização, de maneira que sejam atendidos os princípios, a política e os requisitos legais, por meio de elementos mandatórios, básicos, intermediários e avançados, utilizando-se de estratégias que envolvem metodologia, instalações e cultura organizacional.

Além disso, a Companhia contratou uma empresa de consultoria para auxiliar a fortalecer ainda mais a estrutura de saúde e segurança, inclusive quanto aos sistemas de refrigeração que utilizam amônia, prevenção de incêndios e outras melhorias em questões de saúde e segurança. As políticas de saúde e segurança da Companhia têm o objetivo de reduzir acidentes com e sem afastamento, doenças ocupacionais e incidentes com prejuízo relevante.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 29 de junho de 2018 plano de reestruturação operacional e financeira da Companhia ("Plano"), tendo por objetivo melhorar sua estrutura de capital por meio da redução de sua alavancagem, incluindo, ainda, reforço de seus processos de qualidade e gestão.

O ponto de partida desse Plano foi a decisão da Companhia de focar as suas operações no mercado doméstico brasileiro, na Ásia e no mercado muçulmano, neste último caso atendido por plantas exclusivas, que incluem os ativos de Banvit, na Turquia. São mercados onde a Companhia ocupa posição de liderança e tem fortes vantagens competitivas.

Em decorrência dessa orientação estratégica, foi prevista no Plano a venda de unidades operacionais na Europa, Tailândia e Argentina. O plano também abrangia a venda de ativos imobiliários e não operacionais, e de participações minoritárias em empresas. Uma outra iniciativa foi a realização de operação de securitização de recebíveis.

A previsão era arrecadar aproximadamente R$ 5 bilhões com as medidas acima destacadas, fazendo com que a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ficasse em torno de 4,35x em dezembro de 2018, já considerando a alta do dólar norte-americano e os impactos referentes às restrições parciais de exportação para o mercado externo, e abaixo de 3,00x em dezembro 2019. Nesse sentido, a Companhia realizou a venda de alguns ativos, quais sejam:

- Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou com a Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig") um contrato de compra e venda de ações da Quickfood S.A., empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina e controlada pela Companhia, pelo qual a Marfrig se comprometeu a adquirir 91,89% do capital social da Quickfood S.A. por US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos). Adicionalmente, na mesma data, a Companhia celebrou com a Marfrig (i) contrato em que a Marfrig assumiu o compromisso de adquirir imóvel e equipamentos da unidade da Companhia de Várzea Grande-MT, pelo valor de R$100.000.000,00 (cem milhões de Reais); e (ii) acordo de fornecimento de produtos, por meio do qual a Marfrig se comprometeu a fornecer à Companhia produtos acabados, como hambúrgueres, almondegas, quibes, dentre outros, pelo prazo de 60 meses. A alienação descrita no item (i) acima foi concluída em 23 de janeiro de 2019, e o acordo de fornecimento descrito no item (ii) acima entrou em vigor nesta mesma data;

- A operação de venda à Marfrig das ações de emissão da Quickfood S.A. de titularidade da Companhia, representativas de 91,89% do capital social da Marfrig foi concluída em 2 de janeiro de 2019;

- Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações de sua controlada Avex S.A., uma das líderes na produção de alimentos à base de frango e margarinas na Argentina, por meio do qual a Granja Tres Arroyos S.A. e a Fribel S.A. se comprometeram, conjuntamente, a adquirir 100% do capital social da Avex S.A. por US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos). Em 04 de fevereiro de 2019 a operação foi concluída;

- Em 10 de janeiro de 2019, a Companhia celebrou contratos para a venda da Campo Austral S.A., uma das empresas líderes na produção de alimentos à base de suínos na Argentina, por um *enterprise value* de US$ 35.500.000,00 (trinta e cinco e quinhentos milhões de dólares norte-americanos). A operação consistiu na (i) venda da planta localizada na cidade de Florencio Varela, na Argentina, e de todos os ativos e passivos relacionados, inclusive as marcas "Bocatti" e "Calchaquí", à sociedade argentina BOGS S.A., e, na sequência, na (ii) venda de 100% das ações de emissão da Campo Austral S.A., incluindo suas plantas San Andrés de Giles e Pilar e a marca "Campo Austral", à sociedade argentina La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A. ("La Piamontesa"). Em 28 de fevereiro de 2019 e 11 de março de 2019, as vendas para a BOGS S.A. e para a La Piamontesa foram concluídas, respectivamente; e

8.1 - Negócios Extraordinários

- Em 7 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda com a Tyson International Holding Co. estabelecendo os termos e conduções para a alienação de 100% das ações detidas pela Companhia em sociedades localizadas na Europa e Tailândia, que desenvolvem atividades de processamento de alimentos e abate de aves, por um *enterprise value* de tais sociedades no montante de US$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos). A conclusão da venda das ações de titularidade da Companhia de emissão de sociedades localizadas na Europa e Tailândia ocorreu em 3 de junho de 2019, e o valor final da operação totalizou US$ 377.042.479,09 (trezentos e setenta e sete milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove dólares americanos e nove centavos). Com o fechamento desta operação, a Companhia concluiu as alienações previstas no Plano de Reestruturação Operacional e Financeira anunciado pela Companhia através de Fato Relevante datado de 29 de junho de 2018, cujo objetivo era acelerar o processo de desalavancagem financeira da Companhia.

Além disso, em 18 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a estruturação de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios originados de operações comerciais realizadas entre a Companhia e seus clientes no Brasil. A distribuição inicial das cotas foi bem sucedida e foram arrecadados R$ 875 milhões.

O Plano foi concluído em 7 de fevereiro de 2019, alcançando R$ 4,1 bilhões, ou seja, cerca de 81% dos R$ 5 bilhões incialmente planejados. As condições adversas no mercado argentino, as incertezas quanto ao regime de quotas e medidas protecionistas na Europa e a intensificação dos debates referentes ao "Brexit" trouxeram muitos desafios adicionais durante o processo de negociação e desinvestimento. Em que pese esse cenário desfavorável, a Companhia entendeu que o Plano foi bem-sucedido na medida em que: **(i)** monetizou imediatamente os ativos da Companhia, fortalecendo a posição de liquidez da Companhia e equacionou os compromissos financeiros de curto-prazo da Companhia; **(ii)** estabeleceu uma trajetória declinante da alavancagem líquida; **(iii)** liberou tempo e dedicação do time executivo e da estrutura como um todo para emprego nos mercados-chave e mais promissores; **(iv)** evitou o consumo de caixa e a ocorrência de resultados negativos em 2019, conforme trajetória do segundo semestre de 2018; e **(v)** reduziu e mitigou potenciais riscos e contingências futuros.

Para mais informações sobre as operações descritas acima, favor consultar itens 11, 15 e 18 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Com a venda das Operações Argentina, Europa e Tailândia e mudanças na gestão, a Companhia alterou a sua forma de segmentação em relação a 31.12.18 observando primariamente as suas regiões de negócios, sendo: (i) Brasil; (ii) Internacional, que concentra todas as operações da Companhia no exterior e absorveu os segmentos Halal e Internacional divulgados nas demonstrações financeiras anuais de 2018; e (iii) Outros Segmentos.

Os segmentos operacionais compreendem as operações de vendas de todos os canais de distribuição e são subdivididos de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir:

- Aves: produção e comercialização de aves inteiras e em cortes *in-natura*.
- Suínos e outros: produção e comercialização de cortes *in-natura*.
- Processados: produção e comercialização de alimentos processados, congelados e industrializados derivados de aves, suínos e bovinos, margarinas, produtos vegetais e a base de soja.
- Outras vendas: comercialização de farinhas para food service, entre outros.

Outros segmentos são compostos por comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e health care (saúde e bem-estar), assim como de produtos agropecuários.

Esses segmentos compreendem as operações de vendas de todos os canais de distribuição e são subdivididos de acordo com a natureza dos produtos cujas características são descritas a seguir: aves (produção e comercialização de aves inteiras e em cortes *in−natura*); suínos e outros (produção e comercialização de cortes *in−natura*); processados (produção e comercialização de alimentos processados, congelados e industrializados derivados de aves, suínos e bovinos, margarinas, produtos vegetais e a base de soja) e outras vendas (comercialização de farinhas para food service, entre outros).

"Outros Segmentos" está subdividido em: (i) Ingredientes (comercialização e desenvolvimento de ingredientes de nutrição animal, nutrição humana, nutrição de plantas (fertilizantes) e health care (saúde e bem-estar), canal este que foi criado durante o 2º trimestre de 2017, com o intuito de agregar valor aos coprodutos e otimizar a cadeia de produção da Companhia e (ii) Outros segmentos (comercialização de produtos agropecuários).

No contexto do Plano, conforme definido no item 8.1. acima, a Companhia reduziu o estoque de matéria-prima congelada e produto acabado. Tal medida resultou em uma melhoria de R$ 970 milhões durante o segundo semestre de 2018, o que eliminou a necessidade de liquidação de produtos, maiores custos de armazenagem e complexidade na gestão operacional.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais, nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Todos as informações acerca dos bens do ativo não–circulante relevantes estão presentes nas letras "a", "b" e "c" deste item 9.1.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica margarinas Paranaguá	Brasil	PR	Paranaguá	Própria
Fábrica ração Lucas do Rio Verde	Brasil	MT	Lucas do Rio Verde	Própria
Fábrica ração Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Filial vendas Duque de Caxias	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Frigorífico aves Serafina Corrêa	Brasil	RS	Serafina Corrêa	Própria
Fábrica ração/extração de óleo Toledo	Brasil	PR	Toledo	Própria
Fábrica margarinas Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Filial vendas Salvador-sadia	Brasil	BA	Salvador	Própria
Granja matr. Aves "c" Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Frigorífico aves Buriti Alegre	Brasil	GO	Buriti Alegre	Própria
Granja aves/suínos/cdg/av. mat. aves Sede	Brasil	SC	Faxinal dos Guedes	Própria
Factory FFM Further Sdn. Bhd	Malásia			Própria
CD Jundiaí - Pulmão	Brasil	SP	Jundiaí	Própria
Filial Itajaí	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Frigorífico aves/suínos/indl. LRV	Brasil	MT	Lucas do Rio Verde	Própria
Frigorífico aves/suínos Toledo	Brasil	PR	Toledo	Própria
Frigorífico aves/suínos Rio Verde	Brasil	GO	Rio Verde	Própria
Frigorífico aves/suínos Concórdia	Brasil	SC	Concórdia	Própria
Banvit Bandirma Vitaminli	Turquia			Própria
Frigorífico suínos/indl. Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Frigorífico aves/perus Chapecó	Brasil	SC	Chapecó	Própria
Frigorífico suínos Marau	Brasil	RS	Marau	Própria
Factory United Arab Emirates	Emirados Árabes Unidos			Própria
Frigorífico aves Capinzal	Brasil	SC	Capinzal	Própria
Frigorífico aves/suínos Videira	Brasil	SC	Videira	Própria
Frigorífico aves Dois Vizinhos	Brasil	PR	Dois Vizinhos	Própria
Frigorífico aves Mineiros	Brasil	GO	Mineiros	Própria
Fábrica de massas Ponta Grossa	Brasil	PR	Ponta Grossa	Própria
Frigorífico suínos Campos Novos	Brasil	SC	Campos Novos	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Frigorífico indl. Vitória de Santo Antão	Brasil	PE	Vitória de Santo Antão	Própria
Frigorífico aves/perus Uberlândia	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Frigorífico aves/suínos Lajeado	Brasil	RS	Lajeado	Própria
Frigorífico aves/suínos/indust. - CBI	Brasil	PR	Carambeí	Própria
Fábrica ração Chapecó	Brasil	SC	Chapecó	Própria
Frigorífico aves Nova Mutum	Brasil	MT	Nova Mutum	Própria
Frigorífico indl. Tatuí	Brasil	SP	Tatuí	Própria
Frigorífico aves Marau	Brasil	RS	Marau	Própria
Fábrica margarinas Vitória de São Antão	Brasil	PE	Vitória de Santo Antão	Própria
Frigorífico aves Dourados	Brasil	MS	Dourados	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (Brasil)	29/05/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Brasil)	27/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hot Pocket (Brasil)	24/01/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Brasil)	24/01/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Chester (Brasil)	13/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	BRF (Brasil)	12/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Toque de Sabor (Brasil)	28/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Claybom (Brasil)	23/04/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão Ouro (Brasil)	21/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Nabrasa (Brasil)	09/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Mascote 3D Sadia	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Paraguai)	02/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Bolivia)	Em renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Haiti)	15/09/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Kuwait)	11/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Siria)	23/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Canada)	04/02/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Peru)	13/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Chester (Brasil)	13/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	BRF (Brasil)	10/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Toque de Sabor (Brasil)	28/11/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Claybom (Brasil)	01/09/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão Ouro (Brasil)	21/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Mascote Sadia Figurativa (Brasil)	19/01/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Uruguai)	22/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Botswana)	05/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Lesotho)	22/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Moçambique)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Namibia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Swaziland)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Angola)	28/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Burundi)	25/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Cape Verde)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Congo) (DRC)	06/01/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Djibouti)	20/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Egito)	14/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Ethiopia)	25/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Gambia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Ghana)	01/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Seychelles)	15/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Sierra Leone)	17/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (China)	13/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Hong Kong)	15/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Japan)	30/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Macao)	09/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Perdigão (Philippines)	28/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Singapore)	27/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Coreia do Sul)	15/04/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Sri Lanka)	07/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Taiwan)	15/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Aruba)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Bahamas)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Cuba)	10/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Curacao)	16/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Dominican Republic)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Haiti)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Saint Martin)	16/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Trinidad and Tobago)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Albania)	06/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Andorra)	19/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Armenia)	14/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Belarus)	31/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Benelux)	23/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (BES Islands - Bonaire, Saint Eustatius, Saba)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Bulgaria)	05/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Community Trademarks)	21/09/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Perdigão (República Tcheca)	25/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Denmark)	27/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (France)	15/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Georgia)	01/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Alemanha)	31/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Italia)	19/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Kazakhstan)	20/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Lithuania)	21/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Macedonia)	20/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Moldova)	22/04/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Portugal)	20/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Romania)	20/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Russian Federation)	21/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Servia)	16/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Espanha)	05/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Suécia)	22/05/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Suiça)	06/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Ucrania)	06/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Uzbekistan)	12/11/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Bahrain)	19/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Iraque)	17/09/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Jordan)	06/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Kuwait)	13/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Perdigão (Lebanon)	09/06/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Oman)	07/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Qatar)	14/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Saudi Arabia)	06/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Tunisia)	26/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (United Arab Emirates)	04/12/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Yemen)	16/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Canada)	08/11/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Argentina)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Bolivia)	26/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Chile)	05/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Paraguay)	04/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Peru)	12/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Uruguay)	10/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Venezuela)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Albania)	15/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Honduras)	01/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Hong Kong)	28/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Azerbaijan)	25/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Bahrain)	28/11/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Belarus)	25/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Benelux)	27/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (BES Islands (Bonaire, Saint Eustatius, Saba)	04/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Bolivia)	07/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Bosnia-Herzegovina)	20/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Botswana)	03/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Bulgaria)	25/11/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Canada)	02/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Cape Verde Islands)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Chile)	23/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (European Community Trademarks)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Congo)	Pedido Inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Costa Rica)	24/03/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Croatia)	21/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Cuba)	19/03/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Czech Republic)	06/05/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Denmark)	04/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Djibouti)	04/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Dominican Republic)	Pedido Inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Algeria)	07/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Angola)	15/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Argentina)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Aruba)	01/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (Austria)	31/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Egypt)	08/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Salvador)	03/06/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Ethiopia)	31/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Finland)	22/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (France)	27/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Gambia)	16/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Georgia)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Alemanha)	31/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Ghana)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Grecia)	27/04/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Guatemala)	16/03/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Benelux)	19/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Alemanha)	31/01/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Lithuania)	23/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Macedonia)	20/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Iran)	01/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Lebanon)	20/01/2030	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Yemen)	06/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Argentina)	06/02/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Chile)	09/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Saudi Arabia)	20/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Emirados Árabes Unidos)	20/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Perdix (Grenada)	03/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Trinidad and Tobago)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Suriname)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Algeria)	30/03/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Haiti)	31/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Liberia)	11/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Madagascar)	19/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Maldives)	Não depositado	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Mauritius)	15/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Morocco)	07/05/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Mozambique)	17/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (OAPI)	23/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Nigeria)	Pedido inicial	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Hungary)	28/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (India)	13/02/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Indonesia)	20/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Iran)	19/05/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Iraq)	19/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Israel)	11/08/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Italy)	29/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Jamaica)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Japan)	27/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (Jordan)	04/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Kazakhstan)	25/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Kenya)	20/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Kuwait)	11/10/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Kyrgyzstan)	27/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Lebanon)	22/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Lesotho)	22/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Liberia)	04/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Madagascar)	18/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Malawi)	19/04/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Mauritius)	06/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Mexico)	24/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Moldova)	25/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Mozambique)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Nicaragua)	29/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Nigeria)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (OAPI)	01/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Oman)	15/06/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Panama)	27/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Paraguay)	28/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Peru)	13/09/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Philippines)	26/02/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Poland)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (Portugal)	11/07/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Qatar)	12/11/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Romania)	26/11/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Russian Federation)	15/06/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Rwanda)	19/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Sao Tome and Principe)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Saudi Arabia)	19/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Sierra Leone)	13/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Singapore)	06/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Slovak Republic)	03/06/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Slovenia)	18/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (South Africa)	01/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (South Korea)	01/09/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Spain)	05/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (St. Kitts and Nevis)	18/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (St. Maarten)	23/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Sudan)	05/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Swaziland)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Suécia)	21/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Suiça)	26/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Syria)	Pedido em renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Haiti)	31/05/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Sadia (Honduras)	01/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Hong Kong)	28/06/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Kenya)	20/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Liberia)	04/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Madagascar)	18/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Malawi)	17/04/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Mauritius)	25/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Marrocos)	12/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Nigeria)	Registro em renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (OAPI)	02/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Rwanda)	19/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Sao Tome & Príncipe)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Seychelles)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Sudan)	05/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Tunisia)	30/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Uganda)	19/04/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Zambia)	18/04/2033	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Zanzibar)	17/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Zanzibar)	17/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Brasil)	26/10/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Algeria)	01/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Sierra Leone)	13/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Zimbabwe)	18/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Perdix (China)	06/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Hong Kong)	08/01/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Japao)	24/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Taiwan)	15/02/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Tanzania)	Registro em renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Tunisia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Turkey)	31/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Uganda)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Ukraine)	25/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (United Arab Emirates)	15/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (United States)	08/11/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Uruguay)	05/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Uzbekistan)	01/06/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Yemen)	06/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Zambia)	18/04/2033	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Zanzibar)	17/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sadia (Zimbabwe)	19/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Angola)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Cape Verde Islands)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Congo)	01/06/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Liberia)	04/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Mauritius)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Confidence (Morocco)	08/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Namibia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Nigeria)	17/08/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (OAPI)	02/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Congo)	12/02/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da Companhia. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Perdigão (Djibouti)	08/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Egypt)	06/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Gambia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdigão (Ghana)	17/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Sierra Leone)	13/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (South Africa)	08/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Hong Kong)	25/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Singapore)	29/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Bahamas)	30/12/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Romania)	05/08/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Confidence (Bahrain)	09/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Jordan)	17/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Kuwait)	06/09/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Lebanon)	14/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Oman)	C30 17/12/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Qatar)	Registro aguardando concessão	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Saudi Arabia)	09/12/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Yemen)	16/03/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Paraguay)	23/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Uruguay)	21/10/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Confidence (Venezuela)	16/02/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Nome de domínio na internet	5kbrf.com.br	14/05/2020	Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos estão relacionados a: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos solicitados; (iii) por ordem judicial decorrente de disputa, como por exemplo, anterioridade de marca registrada semelhante a nome de domínio registrado por outro titular; e (iv) expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Em caso de perda do nome de domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio. Apesar de existir a possibilidade de perda do direito de utilizar tal nome de domínio, a Companhia possui outros nomes de domínio, bem como poderá registrar outros nomes de domínio, que poderiam substituir este.
Nome de domínio na internet	academiabrf.com	04/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	agrobrf.com.br	30/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	agrobrf.com	30/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	akillicocuk.org	19/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	akillicocuksofrasi.com	18/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	akillicocuksofrasi.com.tr	13/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	akillicocuksofrasi.net	18/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	akillicocuksofrasi.org	19/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	alkhanfoods.com	27/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	avechester.com.br	31/01/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	balance.com.br	02/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.com	26/05/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.com.tr	08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.eu	30/04/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.gen.tr	30/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.im	13/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.it	29/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.org	04/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit.tv	20/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitas.com	01/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitas.com.tr	29/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitbasketbol.com.tr	13/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitburada.com	10/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitburada.tv	05/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitci.com	15/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitciftligi.com	15/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvit- iftlîj i.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitesor.com	09/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitfood.com	24/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	banvitfood.eu	30/04/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitfood.net	04/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitfood.org	04/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitfood.ro	28/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitkirmizi.com.tr	07/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitkirmizi.net	04/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitkirmizi.org	04/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitlekazaniyorum.com	01/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitlezzetcibasi.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitlezzetcibasi.info	08/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitlezzetcibasi.net	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitlezzetcibasi.org	08/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Nome de domínio na internet	banvitmarket.com	10/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitnatura.com	20/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitnerede.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitselection.com	20/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvitshop.com	10/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	banvityildizlarakademisi.com	21/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	bconnectbrf.com	22/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	beslereturunleri.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	besleretürünleri.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	birdebanvitesor.com	09/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Nome de domínio na internet	brasilfoods.com	29/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	brbrf.com	30/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.ae	22/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.biz	18/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.com	08/09/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.digital	19/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.direct	01/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.email	01/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.global	09/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.guide	01/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.info	16/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.lu	01/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.mobi	16/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.pet	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.sg	01/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf.tv	25/11/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-africa.com	10/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-america.com	11/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-asia.com	10/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-br.com	11/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-brasil.com	11/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-conosur.com	07/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfcorp.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-corp.com	10/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	brf-eu.com	16/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-eurasia.com	13/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-europe.com	10/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-foodservice.eu	18/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-foodservice.gr	23/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-foodservice.nl	18/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-foodservice.se	19/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-foodservices.com.br	14/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-global.com	18/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfglobalplaza.com	02/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfhub.com	06/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfhub.com.br	08/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.cl	06/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.cn	30/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.com	07/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-ingredients.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.com.br	29/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-ingredients.com.br	20/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.com.cn	30/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.eu	11/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-ingredients.eu	11/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.net.cn	30/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfingredients.org.cn	30/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Qualy (Mozambique)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Namibia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (South Africa)	01/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Italy)	03/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Lebanon)	12/08/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Venezuela)	Pedido Inicial	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Angola)	15/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Congo)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Ghana)	01/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Mauritius)	25/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Morocco)	12/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (OAPI)	02/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Algeria)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Nigeria)	12/09/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Nome de domínio na internet	brfinnovation.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-innovation.com	02/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-invicta.com	30/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfkits.com.br	12/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-latam.com	10/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brflog.com.br	02/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brflux.lu	01/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-lux.lu	27/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfluxembourg.lu	01/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	brf-luxembourg.lu	01/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfmail.com	28/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfme.com	11/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-me.com	16/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-mena.com	16/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfmiddleeast.com	11/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfnow.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfoperacaotrapaca.com	22/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima..	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfprevidencia.com.br	02/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfresults.com	08/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-ro.com	24/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfsa-br.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brfsalmonela.com	22/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	brf-tr.com	24/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cadastrobrf.com	11/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cadastrobrf.com.br	11/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cemilecemile.com.tr	13/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	chester.com.br	05/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	churrascadanabrasa.com.br	31/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	ciftliketi.com	16/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	claybom.com.br	05/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cocugumveben.org	19/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	comprabrf.com	12/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	comprabrf.com.br	12/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	comprerapido.com.br	08/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cookedchicken.co.uk	19/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	cookedchicken.com	18/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	deline.com.br	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	federalfoods.com	26/01/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gozdeeturunleri.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gözdeetürünleri.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gud.com.co	15/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gud.pet	16/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gudpet.co	15/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	gudpet.com.br	16/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	hackathonbrf.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	herguntavukhergunsaglik.com	19/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	herg¿ntavukherg¿nsaî lık.com	19/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	hindiureticileri.org	22/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	hotpocket.com.br	04/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	hotpocketxburguer.com.br	02/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	hubbrf.com	15/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	infobrf.com	29/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	innovation-brf.com	02/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	institutobrf.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	institutobrf.com.br	06/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	invictafoodgroup.co.uk	01/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	invictafoodgroup.com	01/09/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	invictafoods.co.uk	04/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	invictafoods.com	21/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kapidaget.com.tr	14/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	katkisizlezzet.com	28/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	katkēsēzlezzet.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	katkēsēzlezzet.net	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	katkisizlezzet.org	28/11/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	katkisizsevgi.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kidelli.com.br	26/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kireti.com	13/01/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kēreti.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kēreti-iftliĵi.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	kireticiftligi.com.tr	18/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	korpe.com.tr	23/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	korpeet.com	03/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	korpeet.com.tr	30/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lezzetcibasi.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lezzet-ibakēcom	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lezzetg¿nekı.com	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lezzetgunesi.com.tr	13/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lezzetg¿nekı.net	18/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	linhaouro.com.br	10/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lojabfr.com.br	16/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lojabrf.com	12/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lojabrf.com.br	12/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lojasbfr.com	16/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	lojasbrf.com	16/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	margarinaqualy.com.br	11/06/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	memorialattiliofontana.com.br	09/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercatoperdigao.com	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercatoperdigao.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercatosadia.com	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercatosadia.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercattoperdigao.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercattosadia.com	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mercattosadia.com.br	07/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	merceariaemcasa.com.br	09/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	missdaisy.com.br	30/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	mkt-brf.com	23/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	nabrasaperdigao.com.br	10/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	ohf.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	onefoods.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	onefoods.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	onefoods.com.br	06/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	oneglobalfoods.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	onehalal.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	onehalalfoods.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	onehalalfoods.com	13/03/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	oneinternationalfoods.ae	19/10/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	operacaotrapaca.com	22/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	operacaotrapacabrf.com	22/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	ouroperdigao.com.br	10/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	peitodeperu.com.br	13/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigao.cn	03/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigao.cn.com	27/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigao.com.br	26/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigão.com.br	31/08/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigao.eu	08/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigaoevoce.com.br	23/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigaokits.com.br	24/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdigao-kits.com.br	08/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdix.eu	29/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdix-foodservice.eu	19/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdix-foodservice.gr	23/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdix-foodservice.nl	18/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	perdix-foodservice.se	19/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	portalsaberbrf.com.br	15/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	prezato.com.br	02/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	prezatosadia.com.br	02/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	promocaosadia.com.br	30/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	qualy.com.br	04/08/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	qualysadia.com.br	02/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadecinema.com	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadecinema.com.br	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadecinemasadia.com	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadecinemasadia.com.br	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadenovela.com	22/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadenovela.com.br	22/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitadenovelas.com.br	29/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdecinema.com	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdecinema.com.br	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdecinemasadia.com	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdecinemasadia.com.br	18/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdenovela.com	22/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdenovela.com.br	22/02/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	receitasdenovelas.com.br	29/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	saberalimenta.com.br	26/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	sacbrf.com	08/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.cl	02/05/2028	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.cn.com	28/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.co.za	19/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.com	16/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.com.br	26/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.com.uy	08/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.jp	31/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia.uy	08/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-arabia.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiaarabia.net	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-foodservice.com	04/05/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-foodservice.eu	19/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-foodservice.gr	23/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-foodservice.nl	18/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-foodservice.se	19/12/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiafoodservices.com.br	30/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiahalal.com	13/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiakits.com.br	29/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-kits.com.br	08/08/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadialife.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadia-life.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiame.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	sadia-me.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiarabia.net	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadias.co.za	19/03/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiavitalight.com.br	07/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sadiavitasoja.com.br	07/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sdesaibamais.com	05/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	sdesaibamais.com.br	05/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	seumercato.com	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	seumercato.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	seumercatto.com	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	seumercatto.com.br	07/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	shopbrf.com	24/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	shopbrf.com.br	24/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	tadpi.com	01/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	tadpi.com.tr	02/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	thisisneat.co.uk	20/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	turminhaperdigao.com.br	10/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	universalmeats.co.uk	19/02/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	wearebrf.com	13/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	wearebrf.com.br	13/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Nome de domínio na internet	zeytintepe.com.tr	18/01/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima.
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Rússia)	03/11/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Belarus)	29/08/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Kyrgyzstan)	12/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Moldova)	18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Ucrânia)	12/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Cazaquistão)	18/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Geórgia)	16/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Fazenda (apenas a palavra - Armênia)	20/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Paraguay)	10/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Kuwait)	21/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Japan)	28/04/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Uruguay)	28/10/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Portugal)	11/07/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Zambia)	18/04/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Aruba)	01/09/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Uruguay)	02/09/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Bahrain)	16/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Jordan)	12/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Oman)	08/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Qatar)	21/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Yemen)	19/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Bolivia)	16/06/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Chile)	24/12/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Alemanha)	30/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Qualy (Argentina)	28/09/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Saudi Arabia)	26/09/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Switzerland)	24/09/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (United Arab Emirates)	11/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Qatar)	21/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Syria)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Israel)	25/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Iraq)	14/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Kuwait)	22/07/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (China)	13/11/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Lebanon)	18/05/2031	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Saudi Arabia)	Pedido inicial em análise	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Jordan)	29/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (United Arab Emirates)	09/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Singapore)	07/03/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Bahrain)	27/06/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Borella (Yemen)	22/04/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sahtein (Lebanon)	23/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sahtein (Israel)	11/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sahtein (Iraq)	14/08/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sahtein (Yemen)	29/05/2029	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sahtein (United Arab Emirates)	24/01/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Hilal (Lebanon)	23/11/2027	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Jordan)	27/07/2024	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Qatar)	08/07/2025	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Paraguay)	22/01/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Botswana)	05/03/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Uruguay)	30/04/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Mozambique)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (South Africa)	01/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Swaziland)	23/02/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Burundi)	25/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Angola)	15/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Cape Verde)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Djibouti)	04/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Gambia)	16/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Ghana)	01/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Kenya)	20/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Liberia)	07/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Mauritius)	25/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Morocco)	08/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (OAPI)	02/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Rwanda)	13/07/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Sao Tome & Principe)	14/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Sierra Leone)	13/02/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Hilal (Madagascar)	18/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Sudan)	05/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Zanzibar)	17/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Zimbabwe)	19/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hilal (Algeria)	28/11/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Halal (Iraque)	12/11/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Kuwait)	18/04/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Jordan)	26/10/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (United Arab Emirates)	09/07/2026	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Bahrain)	21/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Saudi Arabia)	06/12/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Qatar)	01/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Unef (Yemen)	08/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Sulina (Singapura)	Em processo de renovação	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Qualy (Brasil)	25/08/2022	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Hot Pocket (Brasil)	18/12/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Alnoor (Qatar)	01/06/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Alnoor (Jordan)	24/07/2023	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Nome de domínio na internet	brf-global.com (Brasil)	18/07/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Nuggets (Brasil)	05/06/2020	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima
Marcas	Perdix (Israel)	11/10/2021	São os mesmos eventos descritos acima.	São as mesmas consequências descritas acima

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Al-Wafi Takamol Food Prod	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Arábia Saudita			Industrialização e comercialização de produtos.	75,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	11,614286	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	109.277.723,93
31/12/2018	19,982064	0,000000	0,00			
31/12/2017	-0,043345	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Al Khan Foodstuff LLC.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Omã			Importação, comercialização e distribuição de produtos.	70,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	-2,172319	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	42.631.957,24
31/12/2018	25,599840	0,000000	0,00			
31/12/2017	7,300000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Banvit Bandirma Vitaminli	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Turquia			Holding.	91,710000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	7,648446	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	536.314.823,54
31/12/2018	1,906091	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Constituída para atender ao plano de expansão da Companhia no Oriente Médio.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
BRF Al Yasra Food K.S.C.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Kuait			Importação, comercialização e distribuição de produtos.	49,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2019	18,919513	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	129.480.706,10
31/12/2018	8,263613	0,000000	0,00			

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2017	36,440000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.								
BRF Foods GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Áustria			Industrialização, importação e comercialização de produtos.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	2,351956	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	819.289.499,69		
31/12/2018	223,092874	0,000000	0,00					
31/12/2017	44,040000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.								
BRF Global GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Áustria			Holding a Trading.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	202,847045	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	2.911.566.827,03		
31/12/2018	155,043264	0,000000	0,00					
31/12/2017	299,020000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Holding e centralizadora de investimentos no exterior.								
Federal Foods LLC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Emirados Árabes Unidos			Importação e comercialização de produtos.	49,000000
				Valor mercado				
31/12/2019	-21,444906	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	110.904.957,41		
31/12/2018	20,725214	0,000000	0,00					
31/12/2017	9,760000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.								
Federal Foods Qatar L.L.C.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Qatar			Importação, comercialização e distribuição de produtos.	100,000000

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
				Valor mercado				
31/12/2019	-25,772320	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2019	24.481.176,93		
31/12/2018	29,839080	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Adquirida para atender ao plano de expansão da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 9 do Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10. Comentários dos diretores

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos de terceiros, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas:

Índices Em milhares de R$	**2019**	**2018**	**2017**
Ativo circulante[1]	14.946.182	15.704.595	19.143.952
Passivo circulante[1]	13.324.005	13.357.111	14.874.377
Liquidez Corrente	**1,12**	**1,18**	**1,29**
Ativo circulante[1]	14.946.182	15.704.595	19.143.952
Ativo realizável a LP	9.455.356	7.549.076	6.586.544
Passivo circulante[1]	13.324.005	13.357.111	14.874.377
Passivo não circulante	20.228.277	20.361.960	18.641.322
Liquidez Geral	**0,73**	**0,69**	**0,77**
Alavancagem (Dívida líquida[2] / EBITDA Ajustado[3])	**2,50**	**5,12**	**4,46**

(1) Para os exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, os ativos mantidos para venda e passivos diretamente relacionados a estes ativos não foram considerados para cálculo dos índices de liquidez corrente e liquidez geral.

(2) A Companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos passivos deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos ativos. A dívida líquida é uma medida financeira e não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, segundo o IFRS ou U.S. GAAP. Para o ano de 2018, utilizou-se a Dívida Líquida Pro-Forma[4] para o cálculo da alavancagem.

(3) O EBITDA pode ser definido como lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, e é utilizado como uma medida de desempenho pela administração da Companhia. Para o ano de 2017, foi utilizado o EBITDA Pro-Forma[5] para o cálculo da alavancagem. O EBITDA Ajustado é uma medida que parte do EBITDA e sofre ajustes para aproximar-se do potencial de geração bruta operacional de caixa. As duas métricas são utilizadas como medidas de desempenho pela administração da Companhia. Para o ano de 2017, foi utilizado o EBITDA Pro-Forma[5] para o cálculo da alavancagem

(4) Dívida Líquida Pro-Forma, incluindo a venda de todos os ativos na Argentina (R$564.000 mil), Europa e Tailândia (R$1.138.000 mil), da planta localizada em Várzea Grande- MT (R$100.000 mil), a parcela não cedida em 2018 para o FIDC (R$200.000 mil) e o ajuste cambial referente ao patamar de R$/US$ projetado no momento do anúncio do Plano de Reestruturação Operacional e Financeira datado de 29/06/2018 (R$203.000 mil).

(5) EBITDA Pro-Forma, incluindo os resultados de janeiro a maio de 2017 da subsidiária Banvit, adquirida em maio de 2017.

2019

A Companhia conclui o ano de 2019 com sólidos resultados financeiros, voltando a gerar lucro. A estabilidade da gestão e a excelência na execução foram fundamentais para que a Companhia

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

conseguisse atingir esses resultados. Em 2019, a Companhia reviu fundamentos, aperfeiçoou sua estratégia, reforçou o valor de suas marcas, fortaleceu sua capacidade operacional, investiu no lançamento de novos produtos e executou com disciplina o plano de desinvestimento e o plano estratégico concebidos em 2018.

Sua estratégia de longo prazo contemplou, para o ano de 2019, a reversão da tendência declinante de sua rentabilidade. A Companhia superou esse objetivo por meio de uma evolução de sua margem bruta, de 16,1% em 2018 para 24,1% em 2019, fruto do crescimento da sua receita líquida em mais de R$3.258.559 mil ou 10,8% no período.

O desempenho financeiro da Companhia em 2019 consolidou a redução da alavancagem financeira líquida, medida pela razão entre dívida líquida e EBITDA Ajustado. A geração de caixa livre auferida em 2019, associada aos recursos oriundos das vendas de ativos de Argentina, Europa e Tailândia, promoveu uma redução na dívida líquida de R$15.689.297 mil em 2018 para R$13.268.966 mil em 2019, com alongamento do prazo médio para 4,6 anos. O EBITDA Ajustado das operações continuadas, por sua vez, teve uma expansão de R$2.462.258 mil para R$5.317.221 mil no período, uma evolução de 116,0%. Consequentemente, o indicador de alavancagem líquida reduziu-se para 2,50x, abaixo dos 5,12x reportado no fim de 2018 e aproximando-se da meta de longo prazo de 1,5x a 2,0x. Ainda que excluídos os efeitos decorrentes da adoção do IFRS 16 no EBITDA Ajustado de 2019, a alavancagem financeira líquida da Companhia teria atingido 2,83x. Esse desempenho permitiu a elevação das perspectivas para as notas de crédito da Companhia pelas agências de rating S&P e Moody's.

No Brasil, a Companhia apresentou evolução no desempenho, fruto da melhor execução comercial, menor ruptura devido à melhoria da eficiência logística, rígido controle dos níveis de estoques, otimização do mix de produtos e rentabilização dos canais de vendas. A campanha de comemorativos apresentou o melhor desempenho desde 2015.

No mercado Halal, a Companhia continuou enfrentando alguns obstáculos, seja por conta das restrições de embarques para o mercado iraquiano a partir da Turquia, o que impactou a sua subsidiária Banvit, seja em decorrência da suspensão da planta de processados de Abu Dhabi para o mercado saudita. Face a estas medidas, a Companhia redirecionou os volumes para mercados adjacentes, mantendo o volume agregado comercializado no mercado Halal. Recentemente, a Companhia recebeu a notícia sobre a suspensão temporária, pela autoridade sanitária saudita, das suas plantas localizadas no Estado do Paraná, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão. Imediatamente, iniciou-se protocolo de redirecionamento de produção para as demais cinco plantas habilitadas para a Arábia Saudita, ao mesmo tempo em que conduziu-se tratativas com representantes para elucidação de qualquer questão para reversão dessa decisão. Somado a isto, a Companhia anunciou, em outubro de 2019, uma nova planta de processados, a qual receberá investimento de, aproximadamente, US$120.000 mil e consolidará presença da Companhia na região.

Nos demais mercados internacionais, a Companhia continua com uma dinâmica favorável, beneficiada principalmente pela demanda asiática, decorrente do alastramento da peste suína africana. Em 2019, a Companhia avançou com suas iniciativas de expansão de mercados, tendo. conquistado 25 novas habilitações, dentre as quais destacaram-se as unidades aprovadas para a China – Lucas do Rio Verde/MT (aves e suínos), Lajeado/RS (suínos) e Campos Novos/SC (miúdos suínos).

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R$33.446.980 (10,8% acima de 2018). O crescimento foi marcado pelo melhor desempenho comercial em todas as regiões. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R$2.952.773, com lucro líquido de R$ 1.213.261. Incluindo o resultado das operações descontinuadas o lucro líquido consolidado, seria de R$ 297.452.

A dívida líquida da Companhia totalizou em R$13.268.963, 15,4% abaixo da registrada em 2018, impactada pela geração de caixa livre, parcialmente compensada por efeitos não caixa (variação cambial) e pelos efeitos da descontinuação das empresas desinvestidas no ano de 2019.

2

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$1.865.399 em 2019, 16,8% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R$8.148.349, acima dos R$7.531.777 registrados em 31 de dezembro de 2018, em função do lucro acumulado e de outros resultados abrangentes auferidos no período.

2018

O ano de 2018 foi o mais desafiador da história de 10 anos da Companhia e testou a sua capacidade de reação e de respostas. Foi também o ano em que a Companhia realizou um dos maiores conjuntos de ajustes de gestão, patrimoniais e financeiros de sua história, construindo as bases para a recuperação da Companhia.

Medidas protecionistas que fecharam importantes mercados importadores, a pressão de custos em um mercado doméstico onde não foi possível repassar preços e a greve dos caminhoneiros estão entre os principais elementos externos deste período. Os problemas de governança, a extensa desestruturação de equipes, sistemas e processos e uma segunda fase de operações de investigações policiais foram outros elementos a compor este cenário de desafios. As consequências mais visíveis no negócio e que a Companhia enfrentou ao longo de 2018 foram a queda das margens, um elevado aumento do endividamento e a constituição de estoques de matéria-prima muito superiores ao nível desejável. Se excluídos esses fatores não recorrentes, o resultado negativo seria muito inferior.

A Companhia reconhece que os resultados de 2018 deixaram muito a desejar. Eles evidentemente não refletem a sua visão sobre o potencial máximo de geração de valor para a sociedade e seus acionistas. Mas ainda assim, 2018 terá sido um ano fundamental para a reconstrução da Companhia e para o início de sua recuperação, porque foi quando foram plantadas as sementes de mudanças estruturais na estratégia e na sua operação.

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R$30.188.421 mil (6,6% acima de 2017), com destaque para as unidades comerciais do Brasil e Halal. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R$206.334 mil, com prejuízo líquido de R$2.114.506 mil. Incluindo o resultado das operações descontinuadas o prejuízo líquido consolidado seria de R$4.466.246 mil, principalmente pelo resultado do impairment das operações descontinuadas e de Várzea Grande, no montante de R$2.533.000 mil.

A dívida líquida da Companhia totalizou R$15.610.000 mil, 17,3% acima da registrada em 2017, impactada pelos efeitos financeiros da dívida bruta, bem como consumo de caixa livre no ano de 2018. Esse aumento resultou em uma dívida líquida *pro-forma* sobre EBITDA ajustado de 12 meses de 5,12x no fim do período de 2018.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$2.241.474 mil em 2018, 19,1% maior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R$7.531.777 mil, abaixo dos R$11.712. 782 mil registrados em 31 de dezembro de 2017, em função do prejuízo acumulado do ano, bem como da menor reserva de lucro no período.

2017

O ano de 2017 ficou marcado por eventos desafiadores para a indústria de alimentos, permeado por um ambiente macroeconômico brasileiro ainda em estágio inicial de recuperação. Apesar disso, a Companhia conduziu mudanças importantes no modelo de gestão, visando sustentar seu crescimento e rentabilidade no longo prazo. Unidades de negócio foram consolidadas em uma única divisão internacional, cujo escopo corporativo passou a atuar de forma mais integrada e global.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No Brasil, a Companhia aumentou a sua base de clientes atendidos, encerrando o ano com 187 mil clientes, ao passo que continuou elevando os níveis de serviços prestados. Reforçou o posicionamento das marcas Sadia, Qualy e Perdigão com mais de 70 inovações, dentre elas o relançamento bem-sucedido da categoria de lasanhas da marca Perdigão, após o fim de todas as restrições impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") há cinco anos. Destaca-se, na virada de 2017 para 2018, o lançamento de Kidelli, nova marca focada em um novo segmento de mercado para a Companhia. Além disso, a Companhia continuou focada no crescimento global, via sinergias nas aquisições e parcerias locais pelo Oriente Médio, principalmente. Destaca-se o início das operações da OneFoods, subsidiária com sede em Dubai dedicada ao mercado muçulmano, bem como a aquisição e consolidação da Banvit, maior produtora de aves na Turquia, realizada em parceria com o Qatar Investment Authority ("QIA").

A Companhia apresentou uma receita líquida das operações continuadas de R$28.314.160 mil em 2017 (1,5% acima de 2016), com destaque para as unidades comerciais do Brasil e Halal. O resultado operacional, medido pelo EBIT, foi de R$663.184 mil, com prejuízo líquido de R$966.765 mil. Incluindo o resultado das operações descontinuadas, o prejuízo líquido consolidado seria de R$1.098.854 mil.

A dívida líquida da Companhia totalizou R$13.309.800 mil, 19,5% acima da registrada em 2016, impactada pela aquisição da Banvit, bem como efeitos financeiros de variação cambial e derivativos. Esse aumento resultou em uma dívida líquida sobre EBITDA (últimos doze meses) de 4,46x no fim do período de 2017.

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$1.881.758 mil em 2017, 3,0% menor em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da Companhia totalizou o valor de R$11.712.782 mil, abaixo dos R$12.219.353 mil registrados em 31 de dezembro de 2016, em função do prejuízo acumulado do ano, bem como da menor reserva de lucro no período.

Análise dos impactos da COVID-19

Conforme descrito no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*", bem como descrito no item 10.9, os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (COVID-19).

Eventuais eventos adversos podem ocorrer após a data de emissão de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia continuará a tomar medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, as descritas no item 5.6 - Outras informações relevantes e 10.9 – Outros fatores com influência relevante – "*Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia*" deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2019, a estrutura de capital da Companhia era composta de 30% de capital próprio[1] e 70% de capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta de 25% de capital próprio e 75% de capital de terceiros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta de 36% de capital próprio e 64% de capital de terceiros.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de terceiros, sendo este último relacionado à captação de recursos junto a instituições financeiras e/ou emissão de dívidas no mercado de capitais nacional e internacional. Mais detalhes sobre a utilização de capital de terceiros pela Companhia podem ser obtidos no item 10.1.f. abaixo.

---

(1) A representatividade do capital próprio é mensurada pela relação entre o Patrimônio Líquido e o total do Endividamento Bruto acrescido do Patrimônio Líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando que 83,2% do endividamento bruto em 2019 era de longo prazo e que a Companhia mantém disponibilidades de R$5.259.600 mil frente aos seus compromissos financeiros de curto prazo, equivalentes a R$3.132.015 mil, a Companhia avalia sua capacidade de pagamento como confortável. Ademais as disponibilidades são suficientes para pagamento dos compromissos financeiros até 2022.

O cronograma de vencimento do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

	Consolidado (R$ milhares)
	31.12.19
2020	3.132.028
2021	1.906.989
2022	2.123.475
2023	2.421.966
2024 em diante	9.035.821
	18.620.279

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido a geração de caixa de suas atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia captou recursos por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais, os quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo (vide item 10.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia contratará novas operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais quando identificar a necessidade de recursos adicionais para financiar o plano de investimentos de longo prazo ou com o objetivo de continuar melhorando o perfil do seu endividamento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Sempre que possível, a Companhia priorizará captações de longo prazo e custos atrativos com objetivos específicos, junto aos órgãos de fomento como Banco de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Financiamento de Estudos e Projetos ("FINEP"), entre outros, sendo que os recursos serão utilizados para financiar essencialmente capital fixo.

A Companhia acredita que essas fontes de financiamento serão suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro e de investimentos no curso normal de seus negócios.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A principal fonte de endividamento da Companhia é a captação de recursos destinados ao financiamento dos seus investimentos em imobilizado e capital de giro. Em 2019, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R$18.620.279 mil, dos quais R$7.613.755 mil estavam denominados em moeda local e R$11.006.524 mil em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 2018, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R$22.165.444 mil, dos quais R$10.627.140 mil estavam denominados em moeda local e R$11.538.304 mil em moeda estrangeira, primariamente em dólares norte-americanos. Em 2017, os empréstimos e financiamentos da Companhia totalizaram R$20.444.400 mil, dos quais R$9.343.000 mil estavam denominados em moeda local e R$11.101.300 mil em moeda estrangeira, majoritariamente em dólares norte-americanos.

A Companhia utiliza os recursos líquidos obtidos por meio de financiamento para gastos de capital, gastos associados ao processo produtivo e para manutenção de liquidez disponível. A tabela abaixo apresenta o endividamento da Companhia (de acordo com o tipo de dívida e a moeda) líquido de caixa, equivalentes de caixa e títulos negociáveis para os exercícios sociais indicados:

	Em 31 de dezembro				
	Curto prazo em 31 de dezembro de 2019	**Longo prazo em 31 de dezembro de 2019**	**2019**	**2018**	**2017**
	(em milhares de Reais, exceto onde indicado)				
Dívida Total	(3.132.029)	(15.488.250)	(18.620.279)	(22.165.444)	(20.444.378)
Outros ativos e passivos financeiros, líquido	41.712	49.988	91.700	(52.696)	(208.955)
Caixa, caixa e equivalentes e títulos negociáveis:					
Moeda nacional	2.004.993	45.963	2.050.956	5.341.288	4.940.885
Moeda estrangeira	2.947.268	261.389	3.208.657	1.187.555	2.402.803
Total	4.952.261	307.352	5.259.613	6.528.843	7.343.688
Dívida Líquida	1.861.944	(15.130.910)	(13.268.966)	(15.689.297)	(13.309.645)

A tabela abaixo apresenta uma discriminação adicional do endividamento da Companhia por tipo de dívida:

	Empréstimos e financiamentos Curto Prazo em 31 de dezembro de 2019	**Empréstimos e financiamentos de Longo Prazo em 31 de dezembro de 2019**	**Empréstimos e financiamentos Total em 31 de dezembro de 2019**	**Empréstimos e financiamentos Total em 31 de dezembro de 2018**	**Empréstimos e financiamentos Total em 31 de dezembro de 2017**
	(em milhares de R$)				
Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento	45.516	-	45.516	264.545	570.082
Debêntures	13.029	742.731	755.760	-	-
Linhas de Crédito de Exportação	26.624	1.585.741	1.612.365	1.625.327	1.889.198
Bonds	-	-	-	-	503.802
Linhas de Crédito de Capital de Giro	1.568.613	1.744.026	3.312.639	5.863.023	2.555.363
Empréstimo PESA	284.308	-	284.308	273.426	249.366
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	891.369	706.078	1.597.447	2.597.502	3.571.652
Incentivos Fiscais	5.720	-	5.720	3.317	3.566
Moeda nacional	**2.835.179**	**4.778.576**	**7.613.755**	**10.627.140**	**9.343.029**
Linhas de Crédito de Exportação	104.972	302.303	407.275	1.383.192	2.150.728
Bonds	115.288	10.292.196	10.407.484	9.746.446	8.529.921
Linhas de Crédito de Bancos de	-	-	-	-	3.572

6

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Desenvolvimento					
Adiantamentos de contratos de câmbio	-	-	-	214.192	-
Linhas de Crédito de Capital de Giro	76.590	115.175	191.765	194.474	417.128
Moeda estrangeira	**296.850**	**10.709.674**	**11.006.524**	**11.538.304**	**11.101.349**
Total:	**3.132.029**	**15.488.250**	**18.620.279**	**22.165.444**	**20.444.378**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As tabelas a seguir apresentam informações selecionadas sobre o valor do endividamento da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2019-2018

(Em R$ milhares)

										Consolidado
	Encargos (a.a.)	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**PMPV[(1)]**	**Saldo 31.12.18**	**Tomado**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Var. Camb**	**Saldo 31.12.19**
Moeda nacional										
Capital de giro	Pré-fixado / CDI	6,07% (7,78% em 31.12.18)	1,2	5.863.023	1.193.616	(3.745.967)	(421.600)	423.567	-	3.312.639
Linha de crédito de exportação	CDI	5,83% (9,02% em 31.12.18)	8,7	1.625.327	(22.403)	(31.700)	(108.845)	149.986	-	1.612.365
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Pré-fixado / Selic / TJLP	5,09% (6,16% em 31.12.18)	0,3	264.545	-	(223.077)	(7.005)	11.053	-	45.516
Debêntures	CDI / IPCA	7,90%	6,2	-	742.250	(15)	(16.372)	29.897	-	755.760
Programa especial de saneamento de ativos	IGPM	12,22% (12,45 em 31.12.18)	0,2	273.426	-	-	(8.554)	19.436	-	284.308
Incentivos fiscais	Pré-fixado	2,40% (2,40% em 31.12.18)	-	3.317	70.203	(67.805)	(570)	575	-	5.720
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	CDI / IPCA	6,73% (6,08% em 31.12.18)	2,5	2.597.502	-	(999.905)	(139.633)	139.483	-	1.597.447
				10.627.140	**1.983.666**	**(5.068.469)**	**(702.579)**	**773.997**	**-**	**7.613.755**
Moeda estrangeira										
Bonds	Pré-fixado + v.c. USD e EUR	4,36% (4,07% 31.12.18)	6,0	9.746.446	3.082.040	(2.906.635)	(504.774)	648.991	341.416	10.407.484

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Linhas de crédito de exportação	LIBOR + v.c. USD	5,54% (2,47% em 31.12.18)	3,2	1.383.192	-	(948.646)	(31.277)	28.937	(24.931)	407.275
Adiantamentos de contratos de câmbio	Pré-fixado + v.c. USD	(4,67% em 31.12.18)	-	214.192	92.750	(327.469)	(10.249)	12.831	17.945	-
Capital de giro	Pré-fixado + v.c. TRY	16,56% (21,91% em 31.12.18)	1,1	194.474	240.702	(229.919)	(41.974)	42.237	(13.755)	191.765
				11.538.304	**3.415.492**	**(4.412.669)**	**(588.274)**	**732.996**	**320.675**	**11.006.524**
				22.165.444	**5.399.158**	**(9.481.138)**	**(1.290.853)**	**1.506.993**	**320.675**	**18.620.279**
Curto Prazo				**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.132.029**
Longo Prazo				**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.488.250**

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2018-2017

(Em R$ milhares)

															Consolidado
	Encargos (a.a.)	**Taxa média ponderada de juros (a.a.)**	**PMPV[(1)]**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Saldo 31.12.18**	**Descontinuadas**	**Lib Apl**	**Amort/Resg**	**Juros pagos / Receb.**	**Juros apropriados**	**Soma de valor justo**	**Var. Cab**	**Var. Monet**	**Saldo 31.12.17**
Moeda nacional															
Capital de giro	Taxa Fiza / 118% do CDI (7,78% em	7,78% (7,78% em	1,7	1.695,390	4.167.633	5.863.023		4.431.145	(1.235.896)	(149.702)	262.113	-	-	-	2.555.363

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	31.12.17)	31.12.17)												
Linha de crédito de exportação	109,45% do CDI (100,35% em 31.12.17)	9,02% (6,91% em 31.12.17)	3,2	39,294	1.586.033	1.625.327		1.621.124	(1.850.000)	(188.743)	153.747	-	-	-	1.889
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Taxa Fixa / Selic /TJLP + 1,25% (Selic / Taxa Fixa/ TJLP + 1,48% em 31.12.17)	6,16% (6,78% em 31.12.17)	1,1	220.414	264.198	264.545		-	(315.113)	(20.346)	29.929	-	-	-	570.082
Bonds	7,75% (7,75% em 31.12.17)	7,75% (7,75 em 31.12.17)	0,1	-	-	-		-	(500.000)	(19.375)	15.573	-	-	-	503.802
Programa especial de saneamento de ativos	Taxa Fixa / IGPM + 4,90% (Taxa Fixa / IGPM + 4,90% em 31.12.17)	12,45% (4,36 em 31.12.17)	1,4	3.761	269.665	273.426		-	-	(8.101)	32.161	-	-	-	249.366
Incentivos fiscais	2,40% (2,40% em 31.12.17)	2,40 (2,40% em 31.12.17)	0,5	3.317	-	3.317		57,246	(57,500)	(445)	451	-	-	-	3.566
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	96,40% DO cdi / ipca + 5,897% (96,5 CDI / IPCA 5,897 em 31.12.17)	6,08% (7,41% em 31.12.17)	1,6	1.114.904	1.482.598	2.597.502		-	(996.985)	(223.143)	245.978	-	-	-	3.571.652
				3.077.080	**7.550.060**	**10.627.140**		**6.109.515**	**(4.955.500)**	**(609.855)**	**739.951**	**-**	**-**	**-**	**9.343.030**
Moeda estrangeira														
Bonds	4,07% (4,08% 31.12.17) + v.c. UR$, EUR e ARS	4,07% (4,08% 31.12.17) + v.c. UR$, EUR e ARS	4,8	99.568	9.646.878	9.746.446	(87.113)	-	(14.791)	(466.552)	506.484	-	1.278.498	-	8.529.919
Linhas de crédito de exportação	Libor + 0,25% (LIBOR = 1,85% em 31.12.17) + v.c. UR$	2,47% (3,35% em 31.12.17) + v.c. UR$	0,8	998.730	384.462	1.383.192		8.395	(1.067.367)	(75.878)	67.621	-	299.692	-	2.150.727
Capital de giro	0,00% (23,10% 31.12.17) + v.c. ARS / + v.c. USD	0,00% (23,10% 31.12.17) + v.c. ARS / + v.c. USD	-	-	-	-	(68.660)	813.279	(898.283)	(3.623)	46.025	-	(56.616)	-	167.888
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	-	0,00% (6,22% em 31.12.17) + v.c. US$ e outras moedas	-	-	-	-		-	(3.850)	(192)	471	-	-	-	3.572

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras dividas e garantidas arrendamento	0,00% (0,00% 31.12.17) + v.c. ARS	0,00% (0,00% 31.12.17) + v.c. ARS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos de contratos de câmbio	(4,67% + v.c. UR$)	(4,67% + V.C. US$)	0,8	214.192	-	214.192	208.474	-	-	1.077	-	4.641	-	-	
Capital de giro	21,91% + V.C. try (15,95% v.c. TRY em 31.12.17)	21,91% + v.c. TRY (15,95% + v.c. TRY em 31.12.17)	0,7	157.819	36.655	194.474	193.058	(216.610)	(21.057)	35.934	-	(46.091)	-	249.240	
				1.470.309	**10.067.995**	**11.538.304**	**(155.773)**	**1.223.206**	**(2.220.902)**	**(567.311)**	**657.612**	**-**	**1.480,123**	**-**	**11.101.346**
				4.547.389	**17.618.055**	**22.165.444**	**(155.773)**	**7.332.721**	**(7.156.402)**	**(1.177.166)**	**1.397.563**	**-**	**1.480,123**	**-**	**20.444.376**

Empréstimos e Financiamentos Circulante e Não Circulante 2017-2016

(Em R$ milhares)

Consolidado

	Encargos (a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	PMPV[1]	Circulante	Não Circulante	Saldo 31.12.17	Combinação Tomado de negócios[2]	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	Atualização Monetária	Circulante	Não Circulante	Saldo 31.12.16
Moeda nacional															
Capital de giro	7,79% (8,90% em 31.12.16)	7,79% (8,90% em 31.12.16)	0,8	1.631.469	923.894	2.555.363	3.579.445	-	(2.400.985)	(162.218)	212.995	-	-	1.326.126	-	1.326.126
Certificado de recebíveis do agronegócio	96,51% do CDI / IPCA + 5,90% (96,50% do CDI / IPCA + 5,90% em 31.12.16)	7,41% (13,43% em 31.12.16)	2,4	1.097.882	2.473.770	3.571.652	780.000	-	(779.190)	(393.809)	334.574	-	-	168.110	3.461.967	3.630.077
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	Taxa f ixa/Selic/ TJLP + 1,48% (Taxa f ixa/Selic/ TJLP + 0,75% em	6,78% (7,93% em	1,7	3 13.311	256.771	570.082	62.439	-	(403.772)	(37.256)	47.359	196	20.104	381.303	499.709	881.012

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	31.12.16)	31.12.16)													
Bonds	7,75% (7,75% em 31.12.16)	7,75% (7,75% em 31.12.16)	0,4	5 03.802	-	503.802	-	-	-	(38.750)	46.425	-	(6.806)	4.140	498.793	502.933
Linhas de crédito de exportação	100,35% do CDI (13,68% em 31.12.16)	6,91% (13,68% em 31.12.16)	1,2	39.198	1.850.000	1.889.198	-	-	-	(214.311)	181.212	-	-	72.297	1.850.000	1.922.297
Programa especial de saneamento de ativos	Taxa f ixa / IGPM + 4,90% (Taxa fixa / IGPM + 4,90% em 31.12.16)	4,36% (12,09% em 31.12.16)	2,2	3.532	245.834	249.366	-	-	-	(8.055)	9.736	(1.662)	(2.209)	3.546	248.010	251.556
Outras dívidas garantidas	(8,50% em 31.12.16)	(8,50% em 31.12.16)	-	-	-	-	-	-	(129.874)	(8.904)	9.185	-	11	32.331	97.251	129.582
Incentivos fiscais	2,40% (2,40% em 31.12.16)	2,40% (2,40% em 31.12.16)	0,5	3.566	-	3.566	34.405	-	(30.911)	(220)	220	-	-	72	-	72
				3.592.760	5.750.269	9.343.029	4.456.289	-	(3.744.732)	(863.523)	841.706	(1.466)	11.100	1.987.925	6.655.730	8.643.655
Moeda estrangeira																
Bonds	4,08% (4,71% em 31.12.16) + v.c. US$, EUR e ARS	4,08% (4,71% em 31.12.16) + v.c. US$, EUR e ARS	6,0	1 05.080	8.424.841	8.529.921	77.129	-	(395.970)	(382.020)	410.433	326.687	-	489.229	8.004.433	8.493.662
Linhas de crédito de exportação	LIBOR + 1,85% (LIBOR + 2,71% em 31.12.16) + v.c. US$	3,35% (3,85% em 31.12.16) + v.c. US$	2,2	9 53.502	1.197.226	2.150.728	3.576.033	-	(2.981.166)	(98.501)	105.475	238.293	-	312.219	998.375	1.310.594
Adiantamentos de contratos de câmbio	(2,39% em 31.12.16) + v.c. US$	(2,39% em 31.12.16) + v.c. US$	-	-	-	-	4.065	-	(203.396)	(4.741)	347	(9.115)	-	212.840	-	212.840
Linhas de crédito de bancos de desenvolvimento	UMBNDES + 1,73% (UMBNDES + 2,10%	6,22% (6,24% em	1,0	2.613	959	3.572	-	-	(5.906)	(372)	1.213	(264)	-	5.883	3.018	8.901

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

	em 31.12.16)	31.12.16)														
	+ v.c. US$ e outras moedas	+ v.c. US$ e outras moedas														
	23,10%	23,10%														
Capital de giro	(14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS /+ v.c. US$	(14,28% em 31.12.16) + v.c. ARS /+	1,5	1 28.156	39.732	167.888	1.584.848	-	(1.629.418)	(19.777)	59.246	(119.739)	-	236.908	55.820	292.728
Capital de giro	15,95% + v.c TRY	15,95% + v.c TRY	0,1	2 49.240	-	249.240	-	389.151	(40.644)	(41)	5.103	(104.329)	-	-	-	-
				1.438.591	9.662.758	11.101.349	5.242.075	389.151	(5.256.500)	(505.452)	581.817	331.533	-	1.257.079	9.061.646	10.318.725
				5.031.351	15.413.027	20.444.378	9.698.364	389.151	(9.001.232)	(1.368.975)	1.423.523	330.067	11.100	3.245.004	15.717.376	18.962.380

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os principais instrumentos de dívida vigentes em 30 de dezembro de 2019 estão descritos abaixo.

Endividamento em Moeda Nacional

Linhas de Crédito de Bancos de Desenvolvimento

Linhas de Crédito BNDES FINEM. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía obrigações em aberto perante o BNDES, incluindo empréstimos obtidos no âmbito do programa FINEM no montante de R$45.516 mil. Os empréstimos com o BNDES foram celebrados para financiar a aquisição de maquinários e equipamentos, bem como a construção, melhoria e expansão das instalações produtivas. O valor do principal e os juros desses empréstimos são geralmente pagos mensalmente, com datas de vencimento ao longo 2020. O valor do principal dos empréstimos está denominado em Reais com taxas de juros sujeitas às variações da TJLP e Selic. Esses empréstimos estão incluídos na linha de "Linha de crédito de bancos de desenvolvimento – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Linhas de Crédito de Capital de Giro

Financiamento de Crédito Rural. A Companhia possui empréstimos no curto prazo no montante de R$3.312.639 mil em 31 de dezembro de 2019 com bancos comerciais que, sob um programa do Governo Federal oferece taxas de juros atrativas focada no incentivo das atividades rurais com vencimento entre 2020 e 2022. Os recursos desses empréstimos geralmente são aplicados e estão incluídas na linha de "Capital de giro – Moeda Nacional" das tabelas acima. Para 2020, pré-pagamos parte desses empréstimos, totalizando R$2.200.000 mil. Essas linhas de crédito estão incluídas na linha "Capital de giro — moeda local" na tabela acima.

Linhas de Crédito de Exportação

Linhas de pré-financiamento para exportação. A Companhia possui uma linha de pré-financiamento para exportação com saldo total de R$1.612.365 mil em 31 de dezembro de 2019. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é denominado em Reais com datas de vencimento entre 2020 e 2023. Esses empréstimos estão incluídos na linha "Linha de crédito de exportação – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Empréstimo PESA

PESA. A Companhia possui um empréstimo obtido junto ao Programa Especial de Saneamento de Ativos, com saldo de R$284.308 mil em 31 de dezembro de 2019, que está sujeito à variação do IGP-M mais juros de 4,9% por ano, e é garantido por fiança e penhor de títulos públicos de dívida. Esse empréstimo está incluído na linha "Programa especial de saneamento de ativos – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Incentivos Fiscais

Incentivos Fiscais Estaduais. A Companhia também possui créditos oferecidos no âmbito de programas de incentivo fiscal estadual para promover investimento nesses estados, com saldo de R$5.720 mil em 31 de dezembro de 2019. Sob esses programas, foi concedido à Companhia crédito proporcional ao pagamento do ICMS gerado pelos investimentos na construção ou expansão das unidades de produção nesses estados. Esses créditos possuem um prazo de 20 anos e taxas de juros fixa. Essas linhas de crédito são incluídas na linha "Incentivos fiscais – Moeda Nacional" das tabelas acima.

Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 19 de abril de 2016, a Companhia concluiu a emissão de CRA referente à distribuição pública da 1ª Série da 9ª Emissão da Octante Securitizadora S.A., no valor de R$ 1.000.000 mil líquido de juros, emitidos com cupom de 96,50% da taxa de Depósito Interbancário do valor total. a taxa de Depósito Interbancário ("DI"), e juros pagos a cada nove meses. Os CRA eram lastreados em créditos decorrentes das exportações da Companhia contratadas com a BRF Global GmbH, os quais foram cedidos à referida securitizadora. Os CRAs venceram e foram pagos em 19 de abril de 2019.

Em 16 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a emissão de CRA vinculados a oferta pública de distribuição da 1ª e 2ª Série da 1ª Emissão da Vert Companhia Securitizadora, no montante de R$1.500.000 mil, líquido de juros. A emissão da 1ª Série totalizou R$780.000 mil ao custo de 96,00% da taxa de Depósito Interbancário, com vencimento do principal em parcela única em 16 de dezembro de 2020 e juros pagos a cada 8 meses. A emissão da 2ª Série, por sua vez, totalizou R$720.000 mil, ao custo de 5,8970% a.a. atualizado pela variação do IPCA, com vencimento do principal em parcela única em 18 de dezembro de 2023 e juros pagos a cada 16 ou 18 meses. Os CRA são lastreados em créditos decorrentes das exportações da Companhia contratadas com a BRF Global GmbH e BRF Foods GmbH e foram cedidos e/ou prometidos à referida securitizadora. Em 15 de agosto de 2017, os CRA relativos à 1ª. Série foram transferidos para a empresa SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("SHB"), subsidiária da Companhia, baseado nas exportações entre SHB e BRF Foods GmbH. As condições negociadas na data de emissão permanecem em vigor. Em 31 de dezembro de 2018, os CRA da 1ª Série foram transferidos para a Companhia, devido à incorporação da empresa SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. Essa operação está incluída na linha de "Certificado de Recebíveis do Agronegócio – Moeda Nacional" das tabelas acima. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo em aberto dessa linha totalizou R$1.597.400 mil, sendo os saldos das 1ª e 2ª Séries, respectivamente, R$794.600 mil e R$802.900 mil.

1ª Emissão de Debêntures ("Debêntures")

Em 30 de abril de 2019, foram subscritas 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00, totalizando o montante de R$750.000 mil, sendo emitidas em 3 séries. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. Os montantes subscritos para as 1ª, 2ª e 4ª séries foram, respectivamente, R$70.000 mil, R$411.732 mil e R$268.268 mil. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo atualizado totalizou R$755.760 mil. Os saldos para as 1ª, 2ª e 4ª séries totalizaram, respectivamente, R$70.286 mil, R$416.029 mil e R$269.445 mil, em 31 de dezembro de 2019.

Endividamento em Moeda Estrangeira

Linhas de Crédito à Exportação

Linhas de pré-financiamento para exportação. A Companhia possui diversas linhas de pré-financiamento para exportação, com saldo total de R$407.275 mil, em 31 de dezembro de 2019. O endividamento no âmbito dessas linhas de crédito é geralmente denominado em dólares norte-americanos, com datas de vencimento entre 2020 e 2023. Os juros dessas linhas acumulam no período de seis e doze meses e são equivalentes a LIBOR mais spread. No âmbito de cada uma dessas linhas, a Companhia recebeu um empréstimo de um ou mais credores garantido por recebíveis relativos às exportações de seus produtos a clientes específicos, como em todas as operações desta natureza.

Linhas de Capital de Giro

Capital de giro em moeda estrangeira. São recursos obtidos junto a instituições financeiras internacionais, usados principalmente como capital de giro principalmente das subsidiárias localizadas na Turquia, no valor de R$191.765 mil e com vencimentos ao longo de 2020. Estas linhas de crédito estão incluídas na linha de "Capital de giro - Moeda estrangeira" das tabelas acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Títulos - Bonds

BFF Notes 2020: Em 28 de janeiro de 2010, a BFF International Limited, subsidiária da Companhia, emitiu *Senior Notes* no valor total de US$750.000 mil, cujos títulos são garantidos pela Companhia, com taxa de juros nominal de 7,25% a.a., taxa efetiva de 7,54% a.a. e vencimento em 28.01.20. Em 20 de junho de 2013, o montante de US$120.700 mil desses *Senior Notes* foi trocado por *Senior Notes BRF 2023*. Em 15 de maio de 2014, o montante de US$409.600 mil foi recomprado com parte dos recursos obtidos pelo *Senior Notes BRF 2024*. Em 28 de maio de 2015, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$101.400 mil, de forma que o saldo remanescente totalizou US$118.300 mil, sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US$16.000 mil (equivalente a R$52.000 mil). Em 14 de setembro de 2016, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$32.200 mil (equivalente a R$104.900 mil), sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US$4.910 mil (equivalente a R$13.400 mil). O prêmio pago aos detentores dos títulos existentes foi registrado como despesa financeira. Em 22 de novembro de 2019, a Companhia concluiu um resgate integral (*make-whole*) do valor remanescente em circulação totalizando US$86.100 mil, sendo o prêmio pago na transação no valor de US$813 mil (equivalente a R$3.430 mil), líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores de títulos existentes, foi registrado como despesa financeira.

Senior Notes BRF 2022: Em 06 de junho de 2012, a Companhia emitiu *Senior Notes* no valor nocional total de US$500.000 mil, taxa de juros nominais de 5,88% a.a., taxa efetiva de 6,00% a.a. e vencimento em 6 de junho de 2022. Em 26 de junho de 2012, a Companhia fez uma captação adicional de US$250.000 mil, com taxa de juros nominais de 5,88% a.a. e taxa efetiva de 5,50% a.a. Em 28 de maio de 2015, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$577.100 mil, de forma que o saldo remanescente totalizou US$172.900 mil, sendo o pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US$79.400 mil (equivalente a R$258.600 mil). Em 14 de setembro de 2016, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$54.200 mil (equivalente a R$176.700 mil), sendo pago prêmio na transação, líquido de juros, no valor de US$5.700 mil (equivalente a R$18.600 mil). Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$9.400 mill, sendo o prêmio pago US$400 mil (equivalente a R$1.670 mil), líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$109.300 mil (equivalente a R$440.600 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2023: Em 15 de maio de 2013, a Companhia efetuou oferta no exterior de bonds de 10 anos, no valor total de US$500.000 mil, com vencimento do principal em 22 de maio de 2023 ("*Senior Notes BRF 2023*"), emitidos com cupom (juros) de 3,95% ao ano (*yield to maturity* de 4,135%), pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2013. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de US$154.000 mill, sendo o prêmio pago US$1.700 mil (equivalente a R$7.080 mil), líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$346.000 mil (equivalente a R$1.394.600 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2024: Em 15 de maio de 2014, a Companhia concluiu uma oferta de *Senior Notes* de 10 anos, no valor total de US$750.000 mil, com vencimento do principal em 22 de maio de 2024 ("*Senior Notes BRF 2024*"), emitidos com cupom (juros) de 4,75% ao ano (*yield to maturity* de 4,952%), a serem pagos semestralmente, a partir de 22 de novembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$517.900 mil (equivalente a R$2.087.500 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2022: Em 29 de maio de 2015, a Companhia concluiu oferta de *Senior Notes* de sete anos, no valor total de EUR500.000 mil, com vencimento do principal em 3 de maio de 2022, emitidos com cupom (juros) de 2,75% ao ano (*yield to maturity* de 2,822%), a serem pagos anualmente, a partir de 3 de junho de 2016. Em 18 de setembro 2019, a Companhia finalizou uma oferta de recompra no montante de EUR175.200 mill, sendo o prêmio pago no valor de EUR8.500 mil, líquido de juros. Dito prêmio, pago aos detentores dos títulos existentes, foi registrado como

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2019, havia EUR324.800 mil (equivalente a R$1.471.400 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2026: Em 29 de setembro de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, concluiu a oferta de *Senior Notes* de 10 (dez) anos, no valor total de US$500.000 mil, com vencimento do principal em 29 de setembro de 2026, emitidos com cupom (juros) de 4,35% a.a. (*yield to maturity* de 4,625%), a serem pagos semestralmente, a partir de 29 de março de 2017. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$500.000 mil (equivalente a R$2.015.400 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2030: Em 24 de setembro de 2019, a Companhia concluiu oferta de Senior Notes no valor total de US$750.000 mil, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030, emitidos com cupom (juros) de 4,875% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, havia US$750.000 mil (equivalente a R$3.023.000 mil) em aberto desses títulos.

Senior Notes BRF 2050: Em 26 de outubro de 2020, a Companhia concluiu sua oferta de *Senior Notes* no valor total de US$800.000 mil, com vencimento do principal em 21 de setembro de 2050, emitidos com cupom (juros) de 5,750% ao ano. Inicialmente, a Companhia emitiu, em 21 de setembro de 2020, o valor principal de US$500.000 mil, e em 26 de outubro de 2020, realizou um *retap* (segunda tranche) das *Senior Notes BRF 2050* no valor de US$300.000 mil, nos mesmos termos e condições da escritura relacionada a primeira tranche de US$500.000 mil.

Derivativos

No âmbito da Política de Gestão de Riscos Financeiros, com objetivo de proteger as margens operacionais por meio do *hedge accouting* e equalizar ativos e passivos demonimados em moeda estrangeiras contra as incertezas dos preços dos fatores de riscos (moedas e *commodities*), a Companhia celebrou contratos de derivativos de moedas que possuíam valor de mercado de R$115.300 mil e contratos de derivativos de *commodities* que possuíam valor de mercado de R$23.600 mil em 31 de dezembro de 2019 com diversas instituições financeiras em diferentes datas de vencimento. Essas operações não necessitam de garantias adicionais. Esses derivativos são registrados no balanço patrimonial da Companhia como outros ativos e passivos financeiros.

Demais Linhas de crédito
Linhas de Crédito Rotativo. Visando manter uma posição prudente e sustentável de liquidez de curto prazo e em continuidade à estratégia de extensão do prazo médio e redução do custo de suas dívidas, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia contratou junto ao Banco do Brasil uma linha de crédito rotativo no valor de até R$1.500.000 mil com vencimento em três anos. A referida linha de crédito poderá ser desembolsada total ou parcialmente a critério da Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2019, referida linha de crédito estava disponível, porém não havia sido utilizada.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui convênios com instituições financeiras cujo objetivo é facilitar o acesso ao crédito dos seus produtores rurais parceiros para a construção de aviários, granjas e adequações.

Possui também convênios que buscam facilitar o acesso ao crédito dos seus fornecedores que desejarem antecipar recebíveis da Companhia.

Por fim, a Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais, preços das commodities e taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de *hedge accounting*.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas financeiras quirografárias da Companhia. As dívidas financeiras que possuem garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

O grau de subordinação se destaca nas operações que possuem garantias Reais, em sua maioria unidades fabris, contratadas junto ao BNDES. O quadro abaixo demonstra os montantes detalhados das garantias Reais.

Valores abaixo expressos em R$ mil

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Saldo de empréstimos e financiamentos	**18.620.279**	22.165.444
Garantias por hipotecas de bens	**51.237**	267.862
Vinculado ao FINEM-BNDES	**45.516**	217.620
Vinculado a incentivos fiscais e outros	**5.721**	50.242

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As dívidas da Companhia descritas neste item 10.1 (f) possuem, conforme o caso, *covenants* não financeiros habituais de contratos celebrados no mercado financeiro e de capitais, que podem causar o vencimento antecipado de um ou mais contratos devido, por exemplo: (i) ao inadimplemento por parte da Companhia, a partir de limites definidos, conforme o caso; (ii) ao *cross-default*, a partir de limites definidos, conforme o caso; (iii) às restrições à distribuição de dividendos, em caso de mora; (iv) à restrição de alienação de ativos, a partir de determinados limites, excluindo-se tipos de ativos e operações, conforme caso; (v) à alienação de controle societário etc. Tais obrigações estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os contratos de financiamento firmados pela Companhia foram integralmente desembolsados, exceto a *Revolving Credit Facility*, mencionada acima, que permaneceu disponível conforme saldo inicial de US$ 1.000.000 mil até a data de 22 de fevereiro de 2019, quando foi encerrada.

Com objetivo de melhorar a gestão de liquidez, em 27 de dezembro de 2019 contratamos uma linha de crédito rotativo (*Revolving Credit Facility*) junto ao Banco do Brasil até o limite de R$1.500.000 mil pelo prazo de 3 anos. Tal linha poderá ser desembolsada total ou parcialmente pela Companhia, quando necessário. Em 31 de dezembro de 2019, esta linha de crédito permanece inutilizada.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Em 01.01.19, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento Mercantil - e optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

relacionados ao exercício social findo em 31.12.18 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes CPC 06 (R1) / IAS 17.

Os resultados e fluxos de caixa das operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia. Períodos comparativos foram reapresentados.

Na seção 10.3, "*Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*", demonstra-se os resultados das operações descontinuadas.

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	**31.12.19 (1)**	**AV-% 31.12.19 (2)**	**31.12.18 (1)**	**AV - % 31.12.18 (2)**	**Variação% 2019 x 2018**
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITA LIQUIDA	33.446.980	100,0%	30.188.421	100,0%	10,8%
Custo dos produtos vendidos	(25.370.042)	-75,9%	(25.320.753)	-83,9%	0,2%
LUCRO BRUTO	8.076.938	24,1%	4.867.668	16,1%	65,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(4.911.666)	-14,7%	(4.513.594)	-15,0%	8,8%
Gerais e administrativas	(615.683)	- 1,8%	(551.165)	- 1,8%	11,7%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(23.899)	-0,1%	(46.269)	-0,2%	-48,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	428.820	1,3%	19.311	0,1%	2.120,6%
Equivalência patrimonial	(1.737)	0,0%	17.715	0,1%	-109,8%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.952.773	8,8%	(206.334)	-0,7%	-1.531,1%
Despesas financeiras	(3.613.051)	-10,8%	(3.891.106)	-12,9%	-7,1%
Receitas financeiras	1.747.652	5,2%	1.649.632	5,5%	5,9%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.087.374	3,3%	(2.447.808)	-8,1%	-144,4%
Imposto de renda e contribuição social	125.887	0,4%	333.302	1,1%	-62,2%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	1.213.261	3,6%	(2.114.506)	-7,0%	-157,4%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(915.809)	-2,7%	(2.351.740)	-7,8%	-61,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	297.452	0,9%	(4.466.246)	-14,8%	-106,7%
Lucro (Prejuízo) Líquido Operações Continuadas Atribuível à					
Acionistas controladores	1.202.240	3,6%	(2.114.968)	-7,0%	-156,8%
Acionistas não controladores	11.021	0,0%	462	0,0%	2.285,5%
	1.213.261	3,6%	(2.114.506)	-7,0%	-157,4%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(2) Representatividade em relação à Receita Líquida.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Líquida

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	**31.12.19**	**31.12.18**	**31.12.17**
Receita líquida de vendas			
Brasil			
In-natura	4.635.597	3.998.483	3.489.846
Aves	3.692.377	3.198.356	2.697.462
Suínos e outros	943.220	800.127	792.384
Processados	12.839.008	12.274.681	11.681.579
Outras vendas	14.874	19.372	17.187
	17.489.479	16.292.536	15.188.612
Internacional			
In-natura	12.605.846	10.905.155	10.325.747
Aves	11.262.954	10.021.923	8.955.860
Suínos e outros	1.342.892	883.232	1.369.887
Processados	2.119.918	1.850.614	1.563.612
Outras vendas	173.630	312.902	418.177
	14.899.394	13.068.671	12.307.536
Outros segmentos			
Outros	1.058.107	827.214	818.012
	33.446.980	**30.188.421**	**28.314.160**

A receita líquida consolidada da Companhia aumentou R$3.258.559 mil, ou 10,8%, passando de R$30.188.421 mil em 2018 para R$33.446.980 mil em 2019, decorrente principalmente de:

1. Brasil – A receita líquida aumentou em R$1.196.943 mil ou 7,3%, passando de R$16.292.536 mil, em 2018 para R$17.489.479 mil, em 2019. Tal aumento é fruto dos reajustes de preços e readequação dos investimentos em bonificações para o varejo, elevando os preços médios.

2. Internacional – A receita líquida aumentou em R$1.830.723 mil ou 14,0%, passando de R$13.068.671 mil em 2018 para R$14.899.394 mil em 2019. Os principais fatores foram: (i) aumento de preços na Arábia Saudita, decorrente da oferta restrita de produtos; (ii) aumento de preços na Turquia; (iii) maior demanda no mercado asiático, por conta da Peste Suína Africana; e (iv) aumento do volume exportado, devido a maior quantidade de plantas da Companhia habilitadas.

3. Outros segmentos – Em 2019, a receita líquida aumentou em R$230.893 mil ou 27,9%, para R$1.058.107 mil, em 2019 de R$827.214 mil, em 2018, principalmente devido à melhor performance da BRF Ingredients.

Custo do produto vendido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2019, o custo de produto vendido totalizou R$25.370.042 mil, permanecendo praticamente estável, com aumento de apenas 0,2%, ou R$49.289 mil em relação a 2018, que foi de R$25.320.753 mil. Este aumento é explicado devido a maiores gastos de pessoal, energia, manutenção e frete, parcialmente compensados pelos ganhos gerados pelo programa de Orçamento Base Zero.

Lucro bruto

Em 2019, o lucro bruto totalizou R$8.076.938 mil, registrando um aumento de 65,9%, ou R$3.209.270 mil, em relação a 2018, que foi de R$4.867.668 mil. A margem bruta aumentou de 16,1% em 2018 para 24,1% em 2019, pelo melhor resultado operacional tanto no segmento Brasil quanto no segmento internacional. Ao longo do ano, seguimos com a nossa estratégia de rentabilizar a operação por meio da gestão sustentável de preços, melhor execução comercial e otimização do mix de canais, produtos e países.

Despesas operacionais

Em 2019, as despesas operacionais aumentaram R$440.220 mil ou 8,6%, resultado de: (i) maiores investimentos em marketing para fortalecimentos das nossas marcas; (ii) maiores despesas de frete no mercado internacional por conta da desvalorização cambial; e (iii) gastos com provisões judiciais no segmento Brasil. Em termos relativos, as despesas operacionais representaram 16,6% da receita líquida em 2019, comparado a 16,9% em 2018, fruto da melhor alavancagem operacional.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2019, a Companhia teve uma receita nesta rubrica equivalente a R$428.820 mil, representando um aumento de R$409.509 mil, em comparação com 2018. Essa receita foi devida, principalmente, aos ganhos de causas referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Resultado da equivalência patrimonial

Em 2019, o resultado de equivalência patrimonial totalizou um valor negativo de R$1.737 mil, apresentando uma redução de R$19.452 mil em relação ao ano de 2018 que foi de R$17.715 mil positivo. Essa variação ocorreu em razão da alienação da participação na coligada SATS BRF Food em Singapura.

Resultado operacional

Em 2019, o resultado operacional atingiu um lucro de R$2.952.773 mil, um aumento de R$3.159.107 mil. A tabela abaixo, demonstra o resultado operacional por segmento.

(*Em milhares de R$*)	**31.12.19**	**31.12.18**
Brasil	1.818.813	590.416
Internacional	1.275.285	23.778
Outros segmentos	109.138	89.311
Subtotal	**3.203.236**	**703.505**
Corporate	(250.463)	(909.839)
	2.952.773	(206.334)

Resultado financeiro líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2019, a despesa financeira líquida totalizou R$1.865.399 mil, representando uma queda de 16,8% ou R$376.075 mil, em comparação com 2018, que foi de R$2.241.474 mil, principalmente decorrente de: (i) ganhos de variação cambial no período, e (ii) ganho de R$4.526 mil com o derivativo *Total Return Swap* em 2019, frente a uma perda de R$213.847 mil, em 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2019, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram uma receita de R$125.887 mil, representando uma redução de 62,2%, ou R$207.415 mil em comparação com 2018. A taxa efetiva em 2019 foi de (11,6%) comparada com a taxa efetiva de 13,6% em 2018. Essa variação foi principalmente devido ao não reconhecimento parcial de impostos diferidos ativos, em função da incapacidade de realização futura.

Lucro líquido do exercício

Em 2019, o lucro total das operações continuadas foi de R$1.213.261 mil, registrando um aumento de R$3.327.767 mil em comparação a 2018, quando foi registrado prejuízo de R$2.114.506 mil. Considerando as operações descontinuadas, o lucro total foi de R$297.452 mil em 2019 comparado com um prejuízo de R$4.466.246 mil registrado em 2018.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 das contas patrimoniais

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4.237.785	10,2%	4.869.562	11,5%	-13,0%
Títulos e valores mobiliários	418.182	1,0%	507.035	1,2%	-17,5%
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	3.090.691	7,4%	2.720.041	6,4%	13,6%
Estoques	3.887.916	9,3%	3.877.294	9,1%	0,3%
Ativos biológicos	1.603.039	3,8%	1.513.133	3,6%	5,9%
Tributos a recuperar	473.732	1,1%	560.389	1,3%	-15,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	152.486	0,4%	506.483	1,2%	-69,9%
Instrumentos financeiros derivativos	195.324	0,5%	182.339	0,4%	7,1%
Caixa restrito	296.294	0,7%	277.321	0,7%	6,8%
Ativos mantidos para venda	99.245	0,2%	3.326.305	7,8%	-97,0%
Outros ativos circulantes	590.733	1,4%	690.998	1,6%	-14,5%
Total do ativo circulante	15.045.427	36,1%	19.030.900	44,9%	-20,9%
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Títulos e valores mobiliários	307.352	0,7%	290.625	0,7%	5,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	71.029	0,2%	96.922	0,2%	-26,7%
Tributos a recuperar	5.169.547	12,4%	3.142.547	7,4%	64,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	269.263	0,6%	7.246	0,0%	3.616,0%
Impostos sobre a renda diferidos	1.845.862	4,4%	1.519.652	3,6%	21,5%
Depósitos judiciais	575.750	1,4%	669.098	1,6%	-14,0%
Ativos biológicos	1.081.025	2,6%	1.061.314	2,5%	1,9%
Instrumentos financeiros derivativos	49.991	0,1%	-	0,0%	0,0%
Caixa restrito	-	0,0%	584.300	1,4%	-100,0%
Outros ativos não circulantes	85.537	0,2%	177.372	0,4%	-51,8%
Total do ativo realizável a longo prazo	9.455.356	22,7%	7.549.076	17,8%	25,3%
Investimentos	14.880	0,0%	86.005	0,2%	-82,7%
Imobilizado	12.276.889	29,4%	10.696.998	25,2%	14,8%
Intangível	4.908.079	11,8%	5.019.398	11,8%	-2,2%
Total do ativo não circulante	26.655.204	63,9%	23.351.477	55,1%	14,1%
TOTAL DO ATIVO	41.700.631	100,0%	42.382.377	100,0%	-1,6%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ativo circulante

O ativo circulante somava R$15.045.427 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$19.030.900 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R$3.985.473 mil, ou 20,9% principalmente pela alienação das operações na Argentina, Europa e Tailândia. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante representava 36,1% do ativo total, comparado a 44,9% no ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R$631.777 mil, ou 13,0%, passando de R$4.869.562 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$4.237.785 mil em 31 de dezembro de 2019, sendo essa redução decorrente principalmente devido ao consumo de caixa nas atividades de financiamento, com a recompra de *bonds* e pré-liquidação de dívidas.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários diminuíram em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$507.035 mil para R$418.182 mil em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma queda de R$88.853 mil, ou 17,5%. A redução é decorrente dos resgates efetuados ao longo do período para cumprimento de obrigações.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A rubrica de contas a receber de clientes e outros recebíveis somava R$3.090.691 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando um aumento de R$370.650 mil, ou 13,6%, em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R$2.720.041 mil. A variação é decorrente principalmente do aumento no faturamento nos últimos meses de 2019 associado aos fatores apresentados na receita líquida.

Estoques

Os estoques passaram de R$3.877.294 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$ 3.887.916 mil em 31 de dezembro 2019, aumentando em R$10.622 mil, ou 0,3%. O aumento é decorrente, principalmente, do aumento de estoques de materiais secundários, mercadoria para revenda e adiantamento a fornecedores.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$560.389 mil para R$473.732 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma diminuição R$86.657 mil, ou 15.5%. Essa diminuição é decorrente de compensações e movimentações ocorridas no período.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$182.339 mil para R$195.324 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$12.985 mil, ou 7,1%. Esse aumento é decorrente, principalmente, ao aumento no valor justo dos derivativos de *commodities* e moedas.

Caixa restrito

A rubrica de caixa restrito aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$277.321 mil para R$296.294 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$18.973 mil, ou 6,8%. Esse aumento é decorrente dos juros apropriados aos certificados dados em garantia do empréstimo obtido por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos ("PESA").

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda somavam R$99.245 mil em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R$3.227.060 mil, ou 97,0%, em relação a 31 de dezembro de 2018, que era de R$3.326.305 mil. Essa redução é decorrente da alienação das operações Argentina, Europa e Tailândia em 2019.

Ativo não circulante

O ativo não circulante somava R$26.655.204 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$23.351.477 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$3.303.727 mil, ou 14,1%. O aumento ocorreu principalmente em decorrência das rubricas de tributos a recuperar e imobilizado.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários aumentaram em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$290.625 mil para R$307.352 mil em 31 de dezembro de 2019, ou seja, um aumento de R$16.727 mil, ou 5,8%. Esse aumento é decorrente das apropriações de juros nas aplicações financeiras.

Tributos a recuperar

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A rubrica tributos a recuperar aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$3.142.547 mil para R$5.169.547 mil em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$2.027.000 mil, ou 64,5%. Esse aumento é decorrente dos ganhos de causa obtidos pela Companhia, permitindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Impostos sobre a renda diferidos

A rubrica de impostos sobre a renda diferidos aumentou em R$326.210 mil, ou 21,5%, passando de R$1.519.652 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$1.845.862 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente da constituição de imposto diferido ativo sobre o prejuízo fiscal.

Ativos biológicos

A rubrica de ativos biológicos aumentou em R$19.711 mil, ou 1,9%, passando de R$1.061.314 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$1.081.025 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente do ciclo operacional regular da Companhia.

Caixa restrito

O saldo de caixa restrito foi nulo em 31 de dezembro de 2019, comparado com R$584.300 mil em 31 de dezembro 2018. A variação deve-se ao termo de transação firmado com a Lactalis do Brasil – Comércio, Importação e Exportação de Laticínios Ltda. ("Lactalis"), o qual instituiu a liberação do saldo total da conta.

Outros ativos não circulantes

A rubrica de outros ativos não circulantes diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$177.372 mil para R$85.537 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$91.835 mil, ou 51,8%. Essa redução é decorrente da diminuição dos saldos de depósito caução e outros direitos.

Investimentos

A rubrica investimentos diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$86.005 mil para R$14.880 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$71.125 mil, ou 82,7%. Essa redução é decorrente da alienação e participação da Companhia na SATS BRF Food em Singapura.

Imobilizado

O imobilizado aumentou R$1.579.891 mil, ou 14,8%, passando de R$10.696.998 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$12.276.889 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento é decorrente da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Intangível

O intangível diminuiu R$111.319 mil, ou 2,2%, passando de R$5.019.398 mil em 31 de dezembro de 2018 para R$4.908.079 mil em 31 de dezembro de 2019. A diminuição é decorrente principalmente da amortização ocorrida no período.

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)					
	31.12.19 (1)	**AV - % 31.12.19**	**31.12.18 (1)**	**AV - % 31.12.18**	**Variação% 2019 x 2018**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	3.132.029	7,5%	4.547.389	10,7%	-31,1%
Fornecedores	5.784.419	13,9%	5.487.205	12,9%	5,4%
Fornecedores risco sacado	842.037	2,0%	875.300	2,1%	-3,8%
Arrendamento mercantil	376.628	0,9%	75.712	0,2%	397,4%
Salários, obrigações sociais e participações	825.254	2,0%	618.669	1,5%	33,4%
Obrigações tributárias	517.208	1,2%	402.971	1,0%	28,3%
Instrumentos financeiros derivativos	153.612	0,4%	235.035	0,6%	-34,6%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.084.308	2,6%	495.584	1,2%	118,8%
Benefícios a empregados	95.919	0,2%	94.728	0,2%	1,3%
Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda	-	0,0%	1.131.529	2,7%	-100,0%
Outros passivos circulantes	512.591	1,2%	524.518	1,2%	-2,3%
Total do passivo circulante	13.324.005	32,0%	14.488.640	34,2%	-8,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15.488,250	37,1%	17.618.055	41,6%	-12,1%
Fornecedores	12.347	0,0%	12.803	0,0%	-3,6%
Arrendamento mercantil	2.054.552	4,9%	167.041	0,4%	1.130,0%
Obrigações tributárias	190.257	0,5%	162.239	0,4%	17,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	710.061	1,7%	854.667	2,0%	-16,9%
Impostos sobre a renda diferidos	85.310	0,2%	65.774	0,2%	29,7%
Benefícios a empregados	593.555	1,4%	373.423	0,9%	58,9%
Instrumentos financeiros derivativos	3	0,0%	-	0,0%	-
Outros passivos não circulantes	1.093.942	2,6%	1.107.958	2,6%	-1,3%
Total do passivo não circulante	20.228.277	48,5%	20.361.960	48,0%	-0,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.460.471	29,9%	12.460.471	29,4%	0,0%
Reservas de capital	192.845	0,5%	115.354	0,3%	67,2%
Prejuízos acumulados	(3.996.985)	-9,6%	(4.279.003)	-10,1%	-6,6%
Ações em tesouraria	(38.239)	-0,1%	(56.676)	-0,1%	-32,5%
Outros resultados abrangentes	(722.469)	-1,7%	(1.275.519)	-3,0%	-43,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhares de R$, exceto quando %*)	31.12.19 (1)	AV - % 31.12.19	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	Variação% 2019 x 2018
Patrimônio líquido de controladores	7.895.623	18,9%	6.964.627	16,4%	13,4%
Participação de não controladores	252.726	0,6%	567.150	1,3%	-55,4%
Total de patrimônio líquido	8.148.349	19,5%	7.531.777	17,8%	8,2%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41.700.631	100,0%	42.382.377	100,0%	-1,6%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R$5.784.419 mil em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$5.487.205 mil, um aumento de 5,4%, ou R$297.214 mil. O aumento é decorrente, principalmente, das melhoras no ciclo financeiro em 2019.

Fornecedores risco sacado

O saldo de fornecedores risco sacado totalizava R$842.037 mil em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$875.300 mil, refletindo uma redução de 3,8%, ou R$33.263 mil. A redução é decorrente do ciclo operacional regular da Companhia.

Arrendamento mercantil

O saldo de arrendamento mercantil totalizava R$376.628 mil em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$75.712 mil, um aumento de 397,4%, ou R$300.916 mil. O aumento é decorrente da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 e a Companhia optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a apresentação de períodos comparativos. Sendo assim, os saldos relacionados à 31 de dezembro de 2018 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes: CPC 06 (R1) / IAS 17.

Salários e obrigações sociais e participações

O saldo de salários e obrigações sociais e participações totalizava R$825.254 mil em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$618.669 mil, um aumento de 33,4%, ou R$206.585 mil. O incremento é decorrente, principalmente, do aumento na provisão para participação dos administradores e funcionários nos resultados.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R$235.035 mil para R$153.612 mil em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$81.423 mil, ou 34,6%. Essa diminuição é decorrente, principalmente, aos contratos de troca de índices / moedas (Swap).

Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda

O saldo de passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda totalizava R$1.131.529 mil em 31 de dezembro de 2018, esse saldo era decorrente da transferência dos saldos das operações descontinuadas. Com a conclusão da alienação das operações destinadas à venda na Argentina, Europa e Tailândia, o saldo foi liquidado.

Passivo não circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O passivo não circulante somava R$20.228.277 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$20.361.960 mil em 31 de dezembro de 2018, uma diminuição de R$133.683 mil, ou 0,7%. Tal diminuição ocorreu principalmente pela variação na rubrica de empréstimos e financiamentos e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

Nossas dívidas de longo prazo com instituições financeiras somavam R$15.488.250 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$17.618.055 mil em 31 de dezembro de 2018, uma redução de R$2.129.805 mil, ou 12,1%. Essa redução é decorrente principalmente das pré-liquidações e amortizações de dívidas realizadas no período.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O saldo de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizava R$710.061 mil em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R$854.667 mil, uma diminuição de 16,9%, ou R$144.606 mil. A redução é decorrente das diminuições das contingências trabalhistas e tributárias não circulantes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era de R$8.148.349 mil e R$7.531.777 mil em 31 de dezembro de 2018. Houve um aumento de R$616.572 mil, ou 8,2%, decorrente principalmente do lucro auferido no período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reapresentados para fins contábeis, de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas, devido as operações descontinuadas mencionadas na seção 8.1 – Negócios Extraordinários.

Como procedimento, os resultados do exercício das operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia e, são reapresentados para os períodos comparativos. No entanto, para o balanço patrimonial a reclassificação dos ativos mantidos para venda é prospectiva a data em que as condições são satisfeitas, mantendo-se o passado conforme apresentado.

Na seção 10.3, "*Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*", demonstra-se os resultados das operações descontinuadas.

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV-% 31.12.18 (2)	Reapresentado 31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17 (2)	Variação% 2018 x 2017
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITA LIQUIDA	30.188,4	100,0%	28.314,2	100,0%	6,6%
Custo dos produtos vendidos	(25.320,7)	-83,9%	(22.601,2)	-79,8%	12,0%
LUCRO BRUTO	4.867,7	16,1%	5.712,9	20,2%	-14,8%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(4.513,6)	-15,0%	(4.208,7)	-14,9%	7,2%
Gerais e administrativas	(551,1)	- 1,8%	(462,5)	-1,6%	19,2%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(46,3)	-0,2%	(67,5)	-0,2%	-31,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19,3	0,1%	(333,4)	-1,2%	-105,8%
Equivalência patrimonial	17,7	0,1%	22,4	0,1%	-21,0%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(206,3)	-0,7%	663,2	2,3%	-131,1%
Despesas financeiras	(3.891,1)	-12,9%	(3.445,5)	-12,2%	12,9%
Receitas financeiras	1.649,6	5,5%	1.563,7	5,5%	5,5%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(2.447,8)	-8,1%	(1.218,6)	-4,3%	100,9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(6,8)	0,0%	41,2	0,1%	-116,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	340,1	1,1%	210,6	07%	61,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV-% 31.12.18 (2)	Reapresentado 31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17 (2)	Variação% 2018 x 2017
PREJUÍZO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(2.114,5)	-7,0%	(966,8)	-3,4%	118,7%
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(2.351,7)	-7,8%	(132,1)	-0,5%	1680,4%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.466,2)	-14,8%	(1.098,9)	-3,9%	306,4%
Prejuízo Líquido Operações Continuadas Atribuível à					
Acionistas controladores	(2115,0)	-7,0%	(984,3)	-3,5%	114,9%
Acionistas não controladores	0,5	0,0%	17,5	0,1%	-97,4%
	(2.114,5)	-7,0%	(966,8)	-3,4%	118,7%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(2) Variação em relação à Receita Líquida.

Receita Líquida

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18	Reapresentado 31.12.17	Reapresentado 31.12.16
Receita líquida de vendas			
Brasil			
In-natura	3.998,5	3.489,9	3.109,0
Aves	3.198,4	2.697,5	2.410,3
Suínos e outros	800,1	792,4	698,7
Processados	12.274,7	11.681,6	11.600,8
Outras vendas	19,4	17,1	98,2
	16.292,5	15.188,6	14.808,0
Halal			
In-natura	6.685,1	5.588,8	5.584,3
Aves	6.632,9	5.554,4	5.542,1
Suínos e outros	52,2	34,4	42,2
Processados	1.295,6	909,7	642,3
Outras vendas	320,8	195,5	-
	8.301,5	6.694,0	6.226,6
Internacional			
In-natura	4.213,5	4.736,9	5.125,2
Aves	3.382,4	3.401,4	4.106,5
Suínos e outros	831,1	1.335,5	1.018,7
Processados	553,4	654,0	863,7
Outras vendas	0,3	222,6	11,2
	4.767,2	5.613,5	6.000,1
Outros segmentos			
Ingredientes	436,2	269,2	-
Outras vendas	391,0	548,8	849,2
	827,2	818,0	849,2
	30.188,4	**28.314,1**	**27.883,9**

A receita líquida consolidada da Companhia aumentou R$1.874.261 mil, ou 6,6%, passando de R$28.314.160 mil em 2017 para R$30.188.421 mil em 2018, decorrente principalmente dos maiores volumes vendidos no segmento Brasil, que cresceu 7,1% em relação a 2017, e do segmento Halal, cujo crescimento foi de 23,9% em relação a 2017, assim com o maior preço médio em ambos segmentos.

1. Brasil – A receita líquida acumulada aumentou em R$1.096.152 mil, ou 7,2%, passando de R$15.188.612 mil em 2017 para R$16.284.764 mil em 2018. Tal aumento é fruto, principalmente do crescimento do volume vendido (7,1%) combinado com ligeiro aumento dos preços médios dos produtos vendidos neste segmento.

2. Halal – Em 2018, a receita líquida foi de R$8.293.271 mil, contabilizando um crescimento de 23,9% em relação a 2017 que fechou em R$6.694.036 mil, refletindo o cenário de preços mais favorável em 2018, influenciado pelo melhor balanço entre oferta e demanda de produtos e a consolidação da Banvit a partir de junho de 2018.

3. Internacional – Em 2018, a receita líquida foi de R$4.767.146 mil, contabilizando uma redução de R$846.354 mil ou 15,1% em relação a 2017 que foi de R$5.613.500 mil. Os principais fatores que impactaram o resultado foram: (i) restrição no mercado russo; (ii) excesso de oferta no mercado japonês; (iii) tarifa temporária antidumping chinesa; e (iv) saturação do mercado de Hong

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Kong. Adicionalmente, o aumento no preço dos grãos e mudança no mix de canais e produtos sobrepuseram as economias realizadas no âmbito do Plano de reestruturação. Volumes de venda de carne de porco para a China aumentaram devido proibição parcial da Rússia para importações de suínos do Brasil.

4. Outros segmentos – Em 2018, a receita líquida aumentou em R$25.228 mil ou 3.1%, para R$843.240 mil em 2018 de R$818.012 mil em 2017, principalmente devido à melhor performance da BRF Ingredients.

Custo do produto vendido

Em 2018, o custo de produto vendido totalizou R$25.320.753 mil, registrando um aumento de 12,0%, ou R$2.719.538 mil, em relação a 2017, que foi de R$22.601.215 mil. Este aumento é explicado, principalmente pelo aumento do preço dos grãos, maior capacidade ociosa e mudanças no *mix* de produtos com expansão de produtos *in natura*. Adicionalmente, outros itens não recorrentes impactaram negativamente os custos de venda, incluindo: (i) R$403.000 mil relacionados à Operação Carne Fraca/Trapaça; (ii) R$196.000 mil relacionados ao Plano de Reestruturação Operacional e Financeira; e (iii) R$73.000 mil como resultado do impacto da greve dos caminhoneiros.

Lucro bruto

Em 2018, o lucro bruto totalizou R$4.867.668 mil, registrando uma redução de 14,8%, ou R$845.277 mil, em relação a 2017, que foi de R$5.712.945 mil. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos desafios operacionais que impactaram nossa cadeia de negócios, como maiores preços de grãos, tarifa antidumping chinesa e ajustes no processo de produção com o intuito de atender à exigência da Arábia Saudita de *non stunning.* Além disso, a Companhia teve o impacto negativo de R$184.000 mil relativos aos efeitos do *hedge accounting* das dívidas nas exportações (designado quando da contratação da mesma), conforme divulgado pela Companhia nos últimos trimestres.

Despesas operacionais

Em 2018, as despesas operacionais aumentaram 0,5%, ou R$24.241 mil.

Em termos percentuais, dado o crescimento da Companhia, as despesas operacionais representaram 16,8% da receita líquida em comparação a 17,8% registrado em 2017. Esse aumento ocorreu principalmente pelo: (i) maior gasto com logística como resultado da expansão na rede de distribuição para servir um maior número de pontos de venda; (ii) inflação; e (iii) variação cambial em nossas operações internacionais.

Perda por recuperabilidade dos recebiveis e outros

Perda por recuperabilidade dos recebíveis reduziu para R$46.300 mil em 2018 (R$67.500 mil em 2017), primarialmente como resultado da adoção inicial do IFRS 9.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2018, a Companhia teve uma receita nesta rubrica equivalente a R$19.300 mil, representando um aumento de R$352.800 mil, em comparação com 2017. Este aumento é resultado, principalmente da redução nas provisões de contingências cíveis e reconhecimento de crédito tributário após da decisão judicial favorável em um processo de sua incorporada, devidamente transitada em julgado, excluindo o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Resultado da equivalência patrimonial

Em 2018, o resultado de equivalência patrimonial totalizou R$17.715 mil, apresentando uma pequena redução de R$4.668 mil ou 20,9% em relação ao ano de 2017 que foi de R$22.383 mil. Essa variação

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ocorreu em razão da finalização das atividades da UP Alimentos Ltda. combinada com o aumento dos lucros da SATS BRF Food em Singapura.

Resultado operacional

Em 2018, o resultado operacional atingiu R$206.334 mil negativos, uma queda de R$869.518 mil. A tabela abaixo, demonstra o resultado operacional por segmento.

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18	Reapresentado 31.12.17
Brasil	589,5	960,7
Halal	323,9	7,5
Internacional	(287,5)	46,1
Outros segmentos	77,6	71,9
Ingredientes	115,0	52,1
Outras vendas	(37,4)	19,8
Subtotal	**703,5**	**1.086,2**
Corporate	(909,8)	(423,0)
	(206,3)	663,2

Financeiras líquidas

Em 2018, a despesa financeira líquida totalizou R$2.241.474 mil, representando um aumento de 19,1%, ou R$359.716 mil, em comparação com 2017, que foi de R$1.881.758 mil, principalmente em função do impacto negativo de: (i) maior impacto da variação cambial nos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira; e (ii) marcação a mercado dos instrumentos derivativos de *Total Return Swap*, que totalizaram uma despesa de R$214.000 mil em 2018.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizaram R$333.302 mil, representando um aumento de 32,4%, ou R$81.493 mil, em comparação com 2017, que ocorreu em função do aumento do imposto diferido.

Em 2018, o imposto de renda e a contribuição social totalizou um resultado de R$333.302 mil (R$251.809 mil em 2017). A taxa efetiva em 2018 foi de 13,6% comparada com a taxa efetiva de 20,7% em 2017. Essa variação é primariamente atribuída ao aumento das perdas em 2018, imposto de renda diferido ativo relacionado aos prejuízos fiscais e base negativa não sendo reconhecida porque a realização não é provável, variação cambial de investimentos, resultado das subsidiarias da Companhia no exterior e baixa de imposto ativo não realizado devido a incorporação da SHB na Companhia.

Prejuízo líquido do exercício

Em 2018, o prejuízo total das operações continuadas foi de R$2.114.506 mil, registrando um aumento de 118,7% em comparação com 2017. Considerando as operações descontinuadas, o prejuízo total foi de R$4.466.246 mil em 2018 comparado com R$1.098.854 mil registrado em 2017.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 das contas patrimoniais

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17	Variação% 2018 x 2017
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	4.869,6	11,5%	6.010,8	13,3%	-19,0%
Aplicações financeiras	507,0	1,2%	228,4	0,5%	122,0%
Contas a receber de clientes	2.604,9	6,1%	3.919,0	8,7%	-33,5%
Títulos a receber	115,1	0,3%	113,1	0,3%	1,8%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17	Variação% 2018 x 2017
Juros sobre capital próprio a receber	7,3	0,0%	6,2	0,0%	18,1%
Estoques	3.877,3	9,1%	4.948,2	10,9%	-21,6%
Ativos biológicos	1.513,1	3,6%	1.510,5	3,3%	0,2%
Tributos a recuperar	560,4	1,3%	728,9	1,6%	-23,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	506,5	1,2%	499,3	1,1%	1,4%
Instrumentos financeiros derivativos	182,4	0,4%	90,5	0,2%	101,5%
Caixa restrito	277,3	0,7%	127,8	0,3%	117,0%
Outros passivos circulantes	683,7	1,6%	961,1	2,1%	-28,9%
	15.704,6	37,1%	19.143,8	42,3%	-18,0%
Ativos mantidos para venda	3.326,3	7,8%	41,6	0,1%	7901,5%
Total do ativo circulante	19.030,9	44,9%	19.185,4	42,4%	-0,8%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	290,6	0,7%	568,8	1,3%	-48,9%
Contas a receber de clientes	8,0	0,0%	6,3	0,0%	27,2%
Títulos a receber	89,0	0,2%	116,4	0,3%	-23,5%
Tributos a recuperar	3.142,5	7,4%	2.418,2	5,3%	30,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7,2	0,0%	20,0	0,0%	-63,8%
Impostos sobre a renda diferidos	1.519,7	3,6%	1.369,4	3,0%	11,0%
Depósitos judiciais	669,1	1,6%	688,9	1,5%	-2,9%
Ativos biológicos	1.061,3	2,5%	903,7	2,0%	17,4%
Caixa restrito	584,3	1,4%	407,8	0,9%	43,3%
Outros ativos não circulantes	177,4	0,4%	87,2	0,2%	103,4%
Investimentos	86,0	0,2%	68,2	0,2%	26,1%
Imobilizado	10.697,0	25,2%	12.190,6	27,0%	-12,3%
Intangível	5.019,4	11,8%	7.197,6	15,9%	-30,3%
Total do ativo não circulante	23.351,5	55,1%	26.043,1	57,6%	-10,3%
TOTAL DO ATIVO	42.382,4	100,0%	45.228,5	100,0%	-6,3%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Ativo circulante

O ativo circulante somava R$19.030.900 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$19.185.523 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma diminuição de R$154.623 mil, ou 0,8%. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante representava 44,9% do ativo total, comparado a 45,3% no ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R$1.141.267 mil, ou 19,0%, passando de R$6.010.829 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$4.869.562 mil em 31 de dezembro de 2018, sendo essa redução decorrente principalmente devido ao consumo de caixa em suas operações e atividades de investimento. A Companhia tem tido como fonte primária de caixa o fluxo de caixa das atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos, ofertas de ações e venda de aplicações financeiras. Apesar de ter uma parte substancial da dívida que vencerá nos próximos anos, a Companhia acredita na sólida posição de caixa e equivalente de caixa, junto com o fluxo de caixa das atividades operacionais e a extensão do prazo de vencimento de uma parte do endividamento será suficiente para cobrir a necessidade de capital de giro da Companhia e o cumprir com o endividamento no curso normal de seus negócios.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras aumentaram em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$228.430 mil para R$507.035 mil em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R$278.605 mil, ou 122,0%. O aumento é decorrente das operações efetuadas ao longo do período.

Contas a receber de clientes

A rubrica de contas a receber de clientes somava R$2.604.928 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de R$1.314.094 mil, ou 33,5%, em relação a 31 de dezembro de 2017, que era de R$3.919.022 mil. A redução é decorrente, principalmente, ao recebimento das faturas, a constituição do Fundo de Direitos Creditórios no Brasil ("FIDC") e a cessão de recebíveis de clientes no país e de terceiros no exterior devido aos saldos das operações descontinuadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Estoques

Os estoques passaram de R$4.948.168 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$ 3.877.294 mil em 31 de dezembro 2018, reduzindo em R$1.070.874 mil, ou 21,6%. A diminuição é decorrente, principalmente, a redução de estoques de matéria-prima congelada e produtos acabados.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$728.918 mil para R$560.389 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição R$168.529 mil, ou 23,1%. Essa diminuição é decorrente, principalmente, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no período de 1992 a 2009 de sua incorporada Perdigão Agroindustrial.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$90.536 mil para R$182.339 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$91.803 mil, ou 101,5%. Esse aumento é decorrente, principalmente, ao aumento dos contratos a termo de moedas (NDF); contratos de opções de moedas; contratos a termo de milho (NDF) e contratos de troca de índices / moedas (Swap).

Caixa restrito

A rubrica de caixa restrito aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$127.821 mil para R$277.321 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$149.500 mil, ou 117,0%. Esse aumento é decorrente aos certificados com vencimento em 2020 dados em garantia do empréstimo obtido por meio do Programa Especial de Saneamento de Ativos ("PESA"); ao depósito atrelado às operações no mercado internacional e ao *Time Deposit* atrelado às operações de Nota de Crédito à Exportação (NCE).

Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda somavam R$3.326.305 mil em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento de R$3.284.700 mil, ou 7901,5%, em relação a 31 de dezembro de 2017, que era de R$41.571 mil. Esse aumento é decorrente, principalmente dos ativos destinados à venda das operações Argentina, Europa e Tailândia, aos ativos da unidade de Várzea Grande**.**

Ativo não circulante

O ativo não circulante somava R$23.351.477 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$26.042.958 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R$2.691.481 mil, ou 10,3%. A redução ocorreu principalmente em decorrência das rubricas de imobilizado e intangível.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras diminuíram em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$568.805 mil para R$290.625 mil em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma diminuição de R$278.180 mil, ou 48,9%. Tal diferença reflete a estratégia da Companhia de aproveitar de forma mais eficiente os recursos disponíveis.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$2.418.155 mil para R$3.142.547 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$724.392 mil, ou 30,0%. Esse aumento é decorrente, principalmente, ao reconhecimento do crédito

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de PIS e COFINS referente ao direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no período de 1992 a 2009 de sua incorporada Perdigão Agroindustrial.

Impostos sobre a renda diferidos

A rubrica de impostos sobre a renda diferidos aumentou em R$150.286 mil, ou 11,0%, passando de R$1.369.366 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$1.519.652 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento é decorrente da constituição de imposto diferido ativo sobre o prejuízo fiscal do período.

Ativos biológicos

A rubrica de ativos biológicos aumentou em R$157.660 mil, ou 17,4%, passando de R$903.700 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$1.061.314 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento é decorrente da incorporação da SHB pela BRF S.A.

Caixa restrito

A rubrica de caixa restrito aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$407.803 mil para R$584.300 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$176.497 milhões, ou 43,3%. Esse aumento é decorrente ao depósito dado em garantia pela alienação do segmento de lácteos ao Groupe Lactalis ("Parmalat"), com vencimento em 2021, pela transação de total return swap, com vencimento em 2019 (nota 4.4.ii.d. das Demonstrações Financeiras Consolidadas) e pela alienação da empresa Gale com vencimento em 2020.

Outros ativos não circulantes

A rubrica de outros ativos não circulantes aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$87.157 mil para R$177.372 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$90.215 mil, ou 103,4%. Esse aumento é decorrente as despesas antecipadas e outros direitos.

Investimentos

A rubrica investimentos aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$68.195 mil para R$86.005 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$17.810 mil, ou 26,1%. Esse aumento é decorrente de investimentos da BRF S.A. e BRF GmbH.

Imobilizado

O imobilizado diminuiu R$1.493.585 mil, ou 12,3%, passando de R$12.190.583 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$10.696.998 mil em 31 de dezembro de 2018. A diminuição é decorrente à transferência para ativos mantidos para venda das operações Argentina, Europa e Tailândia e outros ativos.

Intangível

O intangível diminuiu R$2.178.238 mil, ou 30,3%, passando de R$7.197.636 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$5.019.398 mil em 31 de dezembro de 2018. A diminuição é decorrente à transferência para ativos mantidos para venda das operações Argentina, Europa e Tailândia.

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17	Variação% 2018 x 2017
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	4.547,4	10,7%	5.031,4	11,1%	-9,6%
Fornecedores	5.552,4	13,1%	6.445,5	14,3%	-13,9%
Fornecedores risco sacado	885,8	2,1%	715,2	1,6%	23,9%
Salários e obrigações sociais	555,0	1,3%	635,1	1,4%	-12,6%
Obrigações tributárias	403,0	1,0%	426,0	0,9%	-5,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(*Em milhões de R$, exceto quando %*)	31.12.18 (1)	AV - % 31.12.18	31.12.17 (1)	AV - % 31.12.17	Variação% 2018 x 2017
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	6,2	0,0%	1,9	0,0%	226,0%
Participações dos administradores e funcionários	63,7	0,2%	95,9	0,2%	-33,6%
Instrumentos financeiros derivativos	235,0	0,6%	299,5	0,7%	-21,5%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	495,6	1,2%	536,1	1,2%	-7,6%
Planos de benefícios a empregados	94,7	0,2%	85,2	0,2%	11,2%
Outros passivos circulantes	518,3	1,2%	602,6	1,3%	-14,0%
	13.357,1	31,5%	14.874,4	32,9%	-10,2%
Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda	1.131,5	2,7%	-	0,0%	0,0%
Total do passivo circulante	14.488,6	34,2%	14.874,4	32,9%	-2,6%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17.618,1	41,6%	15.413,0	34,1%	14,3%
Fornecedores	179,8	0,4%	196,8	0,4%	-8,6%
Obrigações tributárias	162,2	0,4%	171,2	0,4%	-5,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	854,7	2,0%	1.237,1	2,7%	-30,9%
Impostos sobre a renda diferidos	65,8	0,2%	155,3	0,3%	-57,6%
Planos de benefícios a empregados	373,4	0,9%	343,1	0,8%	8,8%
Outros passivos não circulantes	1.108,0	2,6%	1.124,8	2,5%	-1,5%
Total do passivo não circulante	20.362,0	48,0%	18.641,3	41,2%	9,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.460,5	29,4%	12.460,5	27,6%	0,0%
Reservas de capital	115,3	0,3%	115,1	0,3%	0,2%
Reservas de lucros	-	0,0%	101,4	0,2%	-100,0%
Prejuízos acumulados	(4.279,0)	-10,1%	-	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(56,7)	-0,1%	(71,5)	-0,2%	-20,7%
Outros resultados abrangentes	(1.275,5)	-3,0%	(1.405,2)	-3,1%	-9,2%
Patrimônio líquido de controladores	6.964,6	16,4%	11.200,3	24,8%	-37,8%
Participação de não controladores	567,2	1,3%	512,5	1,1%	10,7%
Total de patrimônio líquido	7.531,8	17,8%	11.712,8	25,9%	-35,7%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.382,4	100,0%	45.228,5	100,0%	-6,3%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R$5.552.434 mil em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R$6.445.486 mil, uma diminuição de 13,9%, ou R$893.052 mil. A diminuição é decorrente, principalmente, à transferência dos saldos das operações descontinuadas e pela redução dos prazos de pagamentos junto aos seus fornecedores.

Fornecedores risco sacado

O saldo de fornecedores risco sacado totalizava R$885.783 mil em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R$715.189 mil, um aumento de 23,9%, ou R$170.594 mil. O aumento é decorrente, principalmente, à incorporação da SHB.

Salários e obrigações sociais

O saldo de salários e obrigações sociais totalizava R$555.016 mil em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R$635.097 mil, uma diminuição de 12,6%, ou R$80.100 mil. A diminuição é decorrente das reduções dos saldos patrimoniais dessas contas.

Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar totalizava R$62.500 mil em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R$1.900 mil, um aumento de 226,3%, ou R$4.300 mil. O aumento é decorrente da UP! Alimentos Ltda.

Instrumentos financeiros derivativos

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos diminuiu em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R$299.491 mil para R$235.035 mil em 31 de dezembro de 2018, representando uma diminuição de R$64.456 mil, ou 21,5%. Essa diminuição é decorrente, principalmente, aos contratos de troca de índices / moedas (Swap).

Passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O saldo de passivos diretamente relacionados a ativos mantidos para venda totalizava R$1.131.529 mil em 31 de dezembro de 2018, esse saldo é decorrente à transferência dos saldos das operações descontinuadas.

Passivo não circulante

O passivo não circulante somava R$20.361.960 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$18.641.322 mil em 31 de dezembro de 2017, uma diminuição de R$1.720.638 mil, ou 9,2%. Tal diminuição ocorreu principalmente pela variação na rubrica de empréstimos e financiamentos.

Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

Nossas dívidas de longo prazo com instituições financeiras somavam R$17.618.055 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$15.413.027 mil em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R$2.205.028 mil, ou 14,3%. Esse aumento é decorrente principalmente à captação de crédito rural para capital de giro.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O saldo de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizava R$854.667 mil em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R$1.237.116 mil, uma diminuição de 30,9%, ou R$382.449 mil. A redução é decorrente das diminuições das contingências.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 era de R$7.531.777 mil e R$11.712.782 mil em 31 de dezembro de 2017. Houve uma redução de R$4.181.005 mil, ou 35,7%, decorrente do prejuízo do período efetuado por meio do saldo em prejuízos acumulados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016

A tabela a seguir apresenta informações financeiras auditadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 sem a reapresentação dos períodos comparativos conforme explicado acima.

Adicionalmente, para fins comparativos, a tabela com as informações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 com a reapresentação está demonstrada na seção *10.9 - Outros fatores com influência relevante*.

(Em milhões de R$, exceto quando %)	**31.12.17 (1)**	**AV % (2) 31.12.17**	**31.12.16 (1)**	**AV % (2) 31.12.16**	**Variação % 2017 x 2016**
RECEITA LÍQUIDA	33.469,4	100,0%	33.732,9	100,0%	-0,8%
Custo dos produtos vendidos	(26.565,3)	79,4%	(26.206,4)	77,7%	1,4%
LUCRO BRUTO	6.904,0	20,6%	7.526,4	22,3%	-8,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(4.730,1)	14,1%	(4.965,7)	14,7%	-4,7%
Gerais e administrativas	(572,0)	1,7%	(577,4)	1,7%	-0,9%
Outras despesas operacionais, líquidas	(888,2)	2,7%	(197,5)	0,6%	349,8%
Equivalência patrimonial	22,4	-0,1%	29,3	-0,1%	-23,6%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	736,1	2,2%	1.815,2	5,4%	-59,4%
Despesas financeiras	(3.627,3)	10,8%	(4.506,4)	13,4%	-19,5%
Receitas financeiras	1.545,7	4,6%	2.373,7	7,0%	-34,9%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.345,5)	-4,0%	(317,5)	-0,9%	323,8%
Imposto de renda e contribuição social corrente	16,6	0,0%	(154,0)	0,5%	-110,8%
Imposto de renda e contribuição social diferido	230,0	0,7%	104,1	0,3%	121,0%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.098,9)	4,1%	(367,3)	-1,1%	199,1%
Atribuível à					
Acionistas controladores	(1.125,6)	-3,4%	(372,4)	-1,1%	202,3%
Acionistas não controladores	26,7	0,1%	5,0	0,0%	429,7%

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(2) Variação em relação à Receita Líquida.

Receita Líquida

A receita líquida consolidada da Companhia caiu R$263.514 mil, ou 0,8%, passando de R$33.732.866 mil em 2016 para R$33.469.352 mil, decorrente de pequena queda de volume durante o ano de 2017.

No 3º trimestre de 2017, a Companhia teve uma reorganização dos segmentos divulgáveis, que reflete a maneira como a Administração toma suas decisões. Dessa forma, a partir desta data a Companhia passou a ter 5 segmentos, sendo: Brasil, One Foods (anteriormente chamado de MENA), Internacional (que contempla os antigos segmentos "Europa", "Ásia", "África" e Américas), Cone Sul (anteriormente chamado de LATAM) e Outros segmentos.

1. *Brasil*. A receita líquida acumulada aumentou em R$380.523 mil, ou 2,6%, passando de R$14.808.089 mil em 2016 para R$15.188.612 mil em 2017. Um tímido crescimento de volume em produtos in-natura e processados no início de 2017 favoreceu a melhora de receita no início de 2017. Com a Operação Carne Fraca no início do 2º trimestre, os volumes voltaram a sofrer uma queda o que prejudicou a estratégia desenhada para o ano. A melhora no nível de serviço e execução comercial minimizaram os impactos ocorridos no trimestre anterior, porém não alavancaram de forma significativa a recuperação do mercado brasileiro.

2. *Internacional*. Em 2017, o segmento é a fusão dos segmentos Europa, Ásia, África e Américas. Essa mudança ocorreu para refletir a tomada da decisão da Administração da Companhia. A seguir, as variações de cada uma das regiões que compõem o segmento:

- *Europa*. Em 2017 a receita líquida foi de R$3.533.400 mil, apresentando uma queda de R$266.900 mil ou 7,0% em relação à 2016, ano no qual a receita líquida foi de R$3.800.300 mil. Um dos eventos não recorrentes mais significativos foi a Operação Carne Fraca que impactou a região negativamente no início de 2017, por conta do impedimento de exportação dos produtos em questão.

- Ásia – Em 2017, a receita líquida foi de R$4.115.900 mil, versus R$4.748.800 mil em 2016, apresentando uma queda de R$632.900 mil ou 13,3% em relação ao ano anterior. A região asiática também sofreu impactos da Operação Carne Fraca com a redução de volumes exportados. Atrasos nos embarques e a transferência das operações da Tailândia para a Europa impactaram negativamente a região.

- África – Em 2017, a receita líquida foi de R$491.900 mil, contabilizando uma queda de R$275.900 mil ou 35,9% em relação a 2016 que foi de R$767.800 mil. Tal redução ocorreu pela deterioração do mix de produtos, queda significativa do preço médio por conta do alto nível dos estoques e baixo preço das commodities.

- Américas – Em 2017, a receita líquida foi de R$355.700 mil, contabilizando um tímido crescimento de R$36.300 mil ou 11,4% em relação ao ano de 2016, que foi de R$319.400 mil. O aumento identificado ocorreu em função dos melhores volumes e preços com estratégia de priorizar mercados com melhor rentabilidade como o México.

3. One Foods – Em 2017, a receita líquida foi de R$6.696.800 mil, contabilizando um crescimento de 7,6% em relação a 2016 que fechou em R$6.226.600 mil. O principal evento ocorrido no segmento, além da reorganização societária, foi a aquisição e consolidação das operações da Banvit em 2017, que proporcionou uma melhora de preços e volumes consolidados acima do esperado.

4. LATAM – Em 2017, a receita líquida foi de R$1.861.600 mil, contabilizando um pequeno crescimento de R$96.800 mil ou 5,5% em relação a 2016 que foi de R$1.764.800 mil. A crise econômica na Argentina ainda é fortemente desafiadora impactando negativamente os volumes na

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

região. Além disso, os efeitos da Operação Carne Fraca também impactaram principalmente a região do México. Um mix de produtos com menor valor agregado também teve significativo impacto na receita apurada no período.

Custo do produto vendido

Em 2017, o custo de produto vendido totalizou R$26.565.346 mil, registrando um aumento de 1,4%, ou R$358.899 mil, em relação a 2016, que foi de R$26.206.447 mil. Mesmo com uma melhora no preço do milho e do farelo de soja, os custos apresentaram pequeno aumento que pode ser relacionado em partes ao ciclo de vida dos animais e aos estoques na cadeia que não refletem a redução dos preços simultaneamente. Em relação à ROL (receita operacional líquida), a representatividade dos custos dos produtos vendidos foi de 78,8% ante 77,7% em 2016, demonstrando pequeno aumento na margem bruta.

Lucro bruto

Em 2017, o lucro bruto totalizou R$6.904.006 mil, registrando uma redução de 8,3%, ou R$622.413 mil, em relação a 2016, que foi de R$7.526.419 mil. Essa redução foi ocasionada por aumento do desconto em função do prazo de validade dos produtos (FIFO) que foi acima da média histórica e aumento do custo de armazenagem e frete em função dos atrasos de embarque no Sul.

Despesas operacionais

Em 2017, as despesas operacionais sofreram pouca variação, com pequena redução de 4,3%, ou R$241.000 mil. Em termos percentuais, dado o crescimento da Companhia, as despesas operacionais representaram 15,8% da receita líquida em comparação a 16,4% registrado em 2016. Essa pequena redução ocorreu principalmente pelo comprometimento da Companhia na contenção de gastos como melhoria na eficiência logística, otimização das estruturas organizacionais, menores gastos com ações internas e maior diluição das despesas fixas.

Outras despesas operacionais, líquidas

Em 2017, a Companhia teve um resultado líquido negativo nesta rubrica equivalente a R$888.224 mil, representando um aumento de 349,8%, ou R$690.744 mil, em comparação com 2016. Em 2017 a Companhia teve despesas não recorrentes como as decorrentes da Operação Carne Fraca, provisões provenientes de ação civil pública de Uberlândia e provisão da Elebat decorrente da alienação dos ativos para a Lactalis (operação realizada no 2º trimestre de 2015). Além disso, a Companhia teve impacto positivo relacionado à adesão ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária).

Resultado da equivalência patrimonial

Em 2017, o resultado de equivalência patrimonial totalizou R$22.383 mil, apresentando uma pequena redução de R$6.916 mil ou 23,6% em relação ao ano de 2016 que foi de R$29.299 mil. Essa estabilidade deu-se pelo fato de os investimentos da Companhia não terem sofrido grandes alterações.

Resultado operacional

Em 2017, o resultado operacional atingiu R$736.078 mil, uma queda de 59,4%, ou R$1.079.096 mil, em comparação com 2016, e a margem diminuiu de 5,4% em 2016 para 2,2% em 2017. Esse desempenho decorre, principalmente, do crescimento do custo do produto vendido e do crescimento da rubrica de outras despesas operacionais, líquidas impactada pelas despesas operacionais não recorrentes do ano de 2017.

Financeiras líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 2017, a despesa financeira líquida totalizou R$2.081.78 mil, representando uma redução de 2,4%, ou R$51.077 mil, em comparação com 2016, que foi de R$2.132.655 mil. As principais movimentações foram de juros líquidos sobre endividamento e/ou aplicações, AVP (ajuste a valor presente) de clientes e fornecedores, variação cambial e outros não recorrentes como a adesão ao PERT.

Prejuízo líquido do exercício

Em 2017, o prejuízo total foi de R$1.098.854 mil, registrando um aumento de 199,1% em comparação com 2016.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 das contas patrimoniais

(Em milhões de R$, exceto quando %)	31.12.17 (1)	AV -% 31.12.17	31.12.16 (1)	AV -% 31.12.16	Variação % 2017 x 2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.010,8	13,3%	6.356,9	14,8%	-5,4%
Aplicações financeiras	228,4	0,5%	622,3	1,4%	-63,3%
Contas a receber de clientes	3.919,0	8,7%	3.085,1	7,2%	27,0%
Títulos a receber	113,1	0,3%	149,0	0,3%	-24,1%
Juros sobre capital próprio a receber	6,2	0,0%	7,4	0,0%	-16,9%
Estoques	4.948,2	10,9%	4.791,6	11,2%	3,3%
Ativos biológicos	1.510,5	3,3%	1.644,9	3,8%	-8,2%
Tibutos a recuperar	728,9	1,6%	846,1	2,0%	-13,9%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	499,3	1,1%	388,7	0,9%	28,5%
Ativos mantidos para venda	41,6	0,1%	26,1	0,1%	59,1%
Outros ativos financeiros	90,5	0,2%	198,0	0,5%	-54,3%
Caixa restrito	127,8	0,3%	218,3	0,5%	-41,4%
Outros ativos circulantes	961,1	2,1%	559,2	1,3%	71,9%
Total do ativo circulante	**19.185,5**	**42,4%**	**18.893,7**	**44,0%**	**1,5%**
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	568,8	1,3%	527,7	1,2%	7,8%
Contas a receber de clientes	6,3	0,0%	10,7	0,0%	-41,5%
Títulos a receber	116,4	0,3%	186,5	0,4%	-37,6%
Tributos a recuperar	2.418,2	5,3%	1.482,6	3,5%	63,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	20,0	0,0%	36,0	0,1%	-44,5%
Impostos sobre a renda diferidos	1.369,4	3,0%	1.103,1	2,6%	24,1%
Depósitos judiciais	688,9	1,5%	732,6	1,7%	-6,0%
Ativos biológicos	903,7	2,0%	917,3	2,1%	-1,5%
Caixa restrito	407,8	0,9%	427,6	1,0%	-4,6%
Outros ativos não circulantes	87,2	0,2%	149,6	0,3%	-41,7%
Investimentos	68,2	0,2%	58,7	0,1%	16,2%
Imobilizado	12.190,6	27,0%	11.746,2	27,4%	3,8%
Intangível	7.197,6	15,9%	6.672,6	15,5%	7,9%
Total do ativo não circulante	26.043,0	57,6%	24.051,2	56,0%	8,3%
TOTAL DO ATIVO	**45.228,5**	**100%**	**42.944,9**	**100%**	**5,3%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativo circulante

O ativo circulante somava R$19.185.523 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$18.893.738 milem 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$291.785 mil, ou 1,5%. Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante representava 42,4% do ativo total, comparado a 44,0% no ano anterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R$346.090 mil, ou 5,4%, passando de R$6.356.919 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$6.010.829 mil em 31 de dezembro de 2017, sendo essa redução decorrente principalmente devido ao consumo de caixa em suas operações (principalmente capital de giro) e atividades de investimento.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes somavam R$3.919.022 mil em 31 de dezembro de 2017, apresentando um aumento de R$833.875 mil, ou 27,0%, em relação a 31 de dezembro de 2016, que

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

era de R$3.085.147 mil. Parte desse aumento reflete o aumento nas vendas realizadas no mercado externo.

Estoques

Os estoques passaram de R$4.791.640 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$4.949.168 mil em 31 de dezembro 2017, aumentando em R$156.528 mil, ou 3,3%. O crescimento identificado deu-se em função da queda nas vendas de final de ano, não esperadas pela Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não circulante somava R$26.042.958 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$24.051.198 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R$1.991.760 mil, ou 8,3%. O crescimento ocorreu principalmente em decorrência das rubricas aplicações financeiras, tributos a recuperar, impostos sobre a renda diferidos e intangível.

Aplicações financeiras

A rubrica de aplicações financeiras incorreu em um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2016, passando de R$527.728 mil para R$568.805 mil em 31 de dezembro de 2017, ou seja, um aumento de R$41.077 mil, ou 7,8%. Tal diferença reflete a estratégia da Companhia de aproveitar de forma mais eficiente os recursos disponíveis.

Tributos a recuperar

A rubrica tributos a recuperar aumentou em comparação com 31 de dezembro de 2016, passando de R$1.518.582 mil para R$2.438.165 mil em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R$919.583 mil, ou 60,6%. Essa alteração se deve, principalmente, a créditos relacionados à adesão do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) no segundo semestre de 2017.

Impostos sobre a renda diferidos

A rubrica de impostos sobre a renda diferidos aumentou em R$266.220 mil, ou 24,1%, passando de R$1.103.146 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$1.369.366 mil em 31 de dezembro de 2017. O aumento é decorrente da constituição de imposto diferido ativo sobre o prejuízo fiscal do período.

Intangível

A rubrica intangível aumentou R$525.082 mil, ou 7,9%, passando de R$6.672.554 mil em 31 de dezembro de 2016 para R$7.197.636 mil em 31 de dezembro de 2017. O aumento foi ocasionado pela aquisição na Banvit no 2º trimestre de 2017.

(Em milhões de R$, exceto quando %)	**31.12.17[1]**	**AV - % 31.12.17**	**31.12.16[1]**	**AV - % 31.12.16**	**Variação % 2017 x 2016**
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.031,4	11,1%	3.245,0	7,6%	19,0%
Fornecedores	6.445,5	14,3%	5.839,8	13,6%	10,4%
Fornecedores risco sacado	715,2	1,6%	1.335,6	3,1%	-46,5%
Salários e obrigações sociais	668,6	1,5%	610,8	1,4%	9,5%
Obrigações tributárias	426,0	0,9%	319,6	0,7%	33,3%
Juros sobre capital próprio a pagar	1,9	0,0%	2,3	0,0%	-16,9%
Participações dos administradores e funcionários	95,9	0,2%	5,1	0,0%	1777,4%
Outros passivos financeiros	299,5	0,7%	529,6	1,2%	-43,4%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	536,1	1,2%	276,2	0,6%	94,1%
Planos de benefícios a empregados	85,2	0,2%	76,7	0,2%	11,1%
Outros passivos circulantes	602,6	1,3%	399,7	0,9%	50,8%
Total do passivo circulante	14.907,9	33,0%	12.640,4	29,4%	8,7%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15.413,0	34,1%	15.717,4	36,6%	-1,9%
Obrigações tributárias	171,2	0,4%	13,1	0,0%	1211,7%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.237,1	2,7%	1.107,7	2,6%	11,7%
Impostos sobre a renda diferidos	155,3	0,3%	156,2	0,4%	-0,6%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Planos de benefícios a empregados	309,6	0,7%	253,4	0,6%	22,2%
Outros passivos não circulantes	1.321,6	2,9%	837,5	2,0%	57,8%
Total do passivo não circulante	18.607,8	41,1%	18.085,2	42,1%	2,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12.460,5	27,6%	12.460,5	29,0%	0,0%
Reservas de capital	115,1	0,3%	41,0	0,1%	180,7%
Reservas de lucros	101,4	0,2%	1.350,7	3,1%	-92,5%
Ações em tesouraria	(71,5)	-0,2%	(721,9)	-1,7%	-90,1%
Outros resultados abrangentes	(1.405,2)	-3,1%	(1.290,3)	-3,0%	8,9%
Patrimônio líquido de controladores	11.200,2	24,8%	11.840,0	27,6%	-5,4%
Participação de não controladores	512,6	1,1%	379,4	0,9%	35,1%
Total do patrimônio líquido	11.712,8	25,9%	12.219,4	28,5%	-4,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**45.228,5**	**100,0%**	**42.944,9**	**100,0%**	**5,3%**

(1) Informações extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Passivo circulante

O passivo circulante somava R$14.907.874 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$12.640.423 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R$2.267.451 mil, ou 17,9%, que está relacionado principalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos e fornecedores. A participação do passivo circulante sobre o passivo total era de 33,0% em 31 de dezembro de 2017 e 29,4% no período anterior.

Fornecedores

A rubrica de fornecedores totalizava R$6.445.486 mil em 31 de dezembro de 2017, enquanto em 2016 o saldo era de R$5.839.838 mil em 31 de dezembro, um aumento de 10,4%, ou R$605.648 mil. Tal variação decorre, principalmente, da estratégia adotada pela Companhia de ampliar os prazos de pagamentos junto a seus fornecedores.

Fornecedores risco sacado

A Companhia realizou operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos de parte de suas compras de matéria-prima, máquinas e equipamentos e insumos junto a fornecedores nos mercados interno e externo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de fornecedores risco sacado teve montante total de R$715.189 mil enquanto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante apurado foi de R$1.335.582 mil apresentando uma redução de R$620.393 mil ou 46,5% no período comparativo.

Empréstimos e Financiamentos (circulante)

As dívidas de curto prazo, incluindo parcela corrente da dívida de longo prazo com instituições financeiras, somavam R$5.031.351 mil em 31 de dezembro de 2017 ante R$3.245.004 mil em 31 de dezembro de 2016, um crescimento de R$1.786.347 mil, ou 55,0%.

Passivo não circulante

O passivo não circulante somava R$18.607.825 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$18.085.160 mil em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R$522.665 mil, ou 2,9%. Tal aumento ocorreu principalmente pela variação na rubrica de outros passivos não circulantes.

Empréstimos e Financiamentos (não circulante)

As dívidas de longo prazo da Companhia com instituições financeiras somavam R$15.413.027 mil em 31 de dezembro de 2017 e R$15.717.376 mil em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R$304.349 mil, ou 1,9%. O saldo se manteve estável, variando apenas pelas movimentações usuais desta rubrica.

Patrimônio líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 era de R$11.712.782 mil, enquanto que no final do exercício anterior era de R$12.219.353 mil. Houve uma redução de R$507.571 mil, ou 4,1%, decorrente principalmente da absorção do prejuízo do período efetuado por meio do saldo da reserva de lucro e relativo ao cancelamento de ações em tesouraria.

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente

A tabela a seguir apresenta determinadas informações consolidadas de fluxo de caixa para os períodos indicados:

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2019	**2018**
Fluxo de Caixa	(em milhares de Reais)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....	2.521.230	295.685
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento.....	1.443.106	(1.415.879)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento.....	(4.817.102)	73.924
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	54.540	71.452
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	**(798.226)**	**(974.818)**

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais de R$2.521.230 mil em 2019, comparado a R$295.685 mil gerados em 2018. O aumento de R$2.225.545 mil é devido principalmente ao registro de lucro de R$ 1.213.261 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (em comparação a prejuízo de R$2.114.506 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), ajustado pelos efeitos que não afetam o caixa de R$4.384.914 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (comparado aos efeitos que não afetam o caixa de R$4.425.222 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), somados à redução no ciclo financeiro médio em 9,3 dias em 2019.

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

A Companhia gerou caixa de R$1.443.106 mil nas atividades de investimento em 2019, comparado a uma aplicação de caixa de R$1.415.879 mil em 2018. O aumento de R$2.858.985 mil é decorrente principalmente do recebimento pela alienação das operações na Argentina, Europa e Tailândia, além da liberação do caixa restrito referente à operação com a Lactalis em 2019.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

A Companhia registrou fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamento de R$4.817.102 mil em 2019, comparado a fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento de R$73.924 mil em 2018. Em 2019, o montante de dívida amortizada, líquido das captações foi de R$4.081.980 mil, comparado a um montante de captação de R$276.139 mil líquido de repagamentos em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente

A tabela a seguir apresenta determinadas informações consolidadas de fluxo de caixa para os períodos indicados:

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2018	**2017**
Fluxo de Caixa	(em milhões de Reais)	
Caixa líquido gerados nas atividades operacionais.....	295,7	649,4
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(1.415,9)	(2.134,5)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	73,9	1.057,1
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	71,5	81,9
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	**(974,8)**	**(346,1)**

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais continuadas de R$428.384 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais continuadas de R$669.807 mil em 2017. A redução de R$241.423 mil é devida principalmente a um aumento no prejuízo líquido para R$2.114.506 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado a um prejuízo líquido de R$966.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), ajustado pelos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R$4.425.200 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (comparado aos efeitos de entradas que não afetam o caixa de R$3.752.600 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), principalmente relacionados ao resultado financeiro de R$2.241.474 mil, parcialmente compensado por R$340.100 mil de imposto de renda diferido.

A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades operacionais descontinuadas de R$132.699 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa aplicados nas atividades operacionais descontinuadas de R$20.451 mil em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R$295.685 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R$649.356 mil em 2017.

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

A Companhia aplicou R$1.326.660 mil de caixa em atividades de investimento continuadas em 2018, comparado a R$2.050.364 mil em 2017, uma redução de R$723.704 mil, principalmente por a Companhia não ter utilizado nenhum caixa em combinações de negócio em 2018. Em 2018, o caixa aplicado em atividades de investimento consistiu principalmente em R$578.000 mil em despesas de capital em ativo imobilizado, R$845.300 mil na aquisição e formação de plantel de reprodutores e R$249.400 mil em caixa restrito. A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados em atividades de investimento descontinuadas de R$89.219 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa aplicados em atividades de investimento descontinuadas de R$84.149 mil em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento consolidadas (continuadas e

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

descontinuadas) de R$1.415.900 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R$2.134.513 mil em 2017.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

A Companhia registrou fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento continuadas de R$173.742 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento continuadas de R$1.047.671 mil em 2017. Em 2018, a Companhia recebeu recursos da emissão de títulos de dívida no valor de R$6.500.102 mil, o que foi parcialmente compensado pela amortização de dívida no valor de R$6.223.693 mil. A Companhia registrou fluxos de caixa líquidos aplicados em atividades de financiamento descontinuadas de R$99.818 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados em atividades de financiamento descontinuadas de R$9.412 mil em 2017, resultando em fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R$73.924 mil em 2018, comparado a fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades de financiamento consolidadas (continuadas e descontinuadas) de R$1.057.083 mil em 2017.

Comparação das posições do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente

	Ano encerrado em 31 de dezembro de	
	2017	**2016**
Fluxo de Caixa	(em milhões de Reais)	
Caixa líquido gerados nas atividades operacionais.....	652,8	1.821,1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento.....	(2.288,0)	(4.159,9)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento.....	1.207,1	3.720,7
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa.....	81,9	(387,9)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa.....	**(346,2)**	**994,0**

Fluxos de caixa de atividades operacionais

Registramos fluxos de caixa líquidos proporcionados por atividades operacionais de R$652.814 mil em 2017, em comparação a fluxos de caixa fornecidos por atividades operacionais de R$1.821.174 mil em 2016. A redução de R$1.168.360 mil é devida principalmente a: (i) aumento na perda líquida para R$1.125.572 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (comparado a um prejuízo líquido de R$372.383 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) ajustado pelos efeitos de entrada de fluxo não caixa de R$3.883.506 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (comparado a efeitos de entrada de fluxo não caixa de R$1.581.345 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), principalmente com relação a variações cambiais e juros de R$1.561.132 mil parcialmente compensados por R$449.822 mil de saída de fluxo de não caixa do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) e (ii) o fato de que os fluxos de caixa proporcionados por mudanças nos ativos e passivos operacionais foram menores em 2017, com um montante total de saída de caixa de R$2.105.100 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em comparação à entrada de fluxo de caixa de R$567.400 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxos de Caixa Aplicados nas Atividades de Investimento

Utilizamos R$2.287.895 mil em caixa em atividades de investimento em 2017, comparado a R$4.159.920 mil em 2016, uma redução de R$1.871.025 mil, principalmente como resultado do menor uso de caixa em combinações de negócios em 2017 (redução de R$1.752.084 mil). Em 2017, nosso caixa usado em atividades de investimento consistiu principalmente de R$1.119.651 mil em aquisição de negócios, líquido de caixa, principalmente com relação à aquisição do Banvit no valor de R$1.034.100 mil, R$887.033 mil em despesas de capital em propriedade, unidades e equipamentos, R$713.229 mil para aquisição e reprodução de gado e R$74.742 mil em caixa restrito.

Fluxos de Caixa Gerados nas Atividades de Financiamento

Registramos fluxos de caixa fornecidos para atividades de financiamento de R$1.207.007 mil em 2017, em comparação a fluxos de caixa fornecidos para atividades de financiamento de R$3.720.641 mil em 2016. Em 2017, recebemos recursos da emissão de dívida no montante de R$9.698.364 mil, parcialmente compensados pelo pagamento de dívidas no valor de R$9.001.232 mil. Também recebemos recursos da alienação de ações de tesouraria no valor de R$509.875 mil para acelerar a redução dos nossos índices de alavancagem financeira.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Resultados das operações do emissor

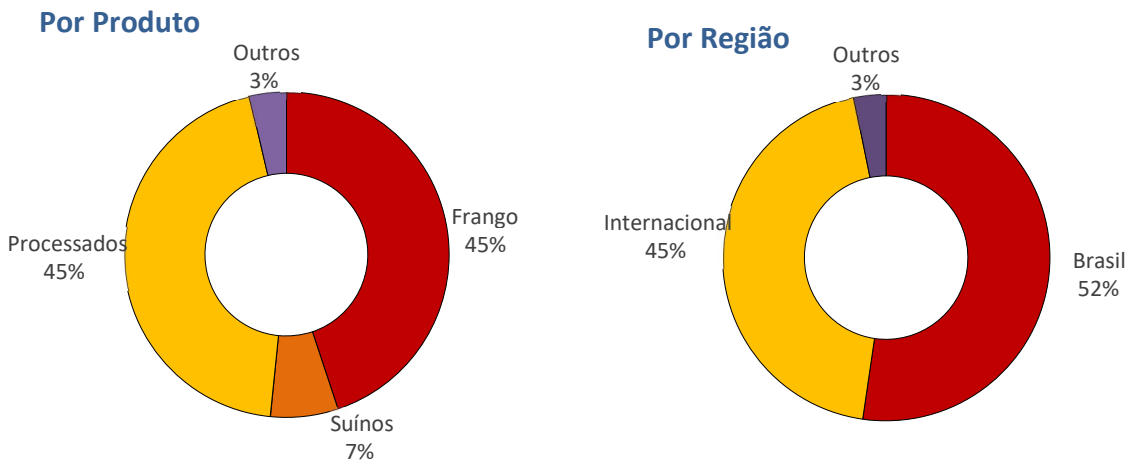
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, um detalhamento dos nossos produtos vendidos no Brasil e a clientes internacionais:

- ***Produtos à base da Carne***, consistindo em carne *in natura* resfriada e/ou congelada, que definimos como frango inteiro e em cortes, carne suína e cortes de carne bovina;
- ***Produtos Alimentícios Processados***, incluindo o seguinte:
  - Frangos inteiros e em cortes, congelados, marinados (vendidos sob a marca *Chester*®) e perus;
  - Carnes de especialidades, como salsichas, produtos à base de presunto, mortadela, salsichas *frankfurter,* salames, bacon e outros produtos defumados; e
  - Carnes processadas congeladas, como hambúrgueres, *steaks*, empanados, kibes e almôndegas;
- ***Outros Produtos Processados***, incluindo o seguinte:
  - Margarina; e
  - Pratos principais preparados congelados, como lasanhas, pizzas e sobremesas, bem como outros alimentos congelados; e
- ***Outros***, consistidos em farelo de soja, farinha de soja refinada e ração animal.

Antes dos desinvestimentos realizados no âmbito do Plano de Reestruturação Operacional e Financeira, divulgado em junho de 2018, outros produtos processados incluíam maionese, mostarda e ketchup.

Os gráficos abaixo apresentam a receita da Companhia em 2019 dividida em produtos e unidades de negócio:



10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e continuarão sendo influenciados por uma ampla gama de fatores, incluindo:

- Condições econômicas no Brasil e no exterior;
- O efeito das barreiras comerciais e outras restrições de importação;
- Preocupações relacionadas ao COVID-19, a ASF, a gripe aviária e outras doenças de origem humana e animal;
- A sensibilidade do mercado doméstico às mudanças na demanda global, incluindo o efeito das ações dos principais concorrentes brasileiros e aumentos temporários na oferta de produtores em outros países;
- Alterações regulatórias que proporcionem impactos adversos na consecução das atividades da Companhia, provenientes de mudanças legislativas, decretos do poder executivo, normativos e termos de compromisso firmados junto ao Ministério Público, dentre outros;
- Mudanças nos preços de *commodities*;
- Flutuações na taxa de câmbio e inflação;
- Taxas de juros;
- Custos de frete.

Fatores sazonais e volatilidade que afetam tanto os preços de matéria-prima quanto os preços de vendas podem afetar materialmente os resultados da Companhia.

O custo de produção da Companhia é dependente principalmente do preço e oferta de milho e farelo de soja. Entre outras matérias-primas, estão soja em grãos, suínos e bovinos, por exemplo. Os preços de venda dos produtos da Companhia são determinados por alterações constantes na oferta e demanda que podem flutuar de maneira significativa, além de outros fatores externos que a Companhia não consegue controlar, como flutuações nos níveis de produção doméstica global de aves, suínos e bovinos, mudanças nas regulamentações ambientais, mudanças na conjuntura econômica, condições climáticas, doenças em animais e na lavoura e custos atrelados a taxas de câmbio. Adicionalmente, os preços das principais matérias-primas, incluindo milho, farelo de soja e soja (em grão), estão sendo afetados pela disputa comercial entre EUA e China. Não há certezas sobre o horizonte de resolução, bem como sobre os efeitos nas condições econômicas e políticas mundiais no longo prazo. Qualquer mudança no preço ou na disponibilidade de matéria-prima necessária para a produção de nossos produtos causadas por esses ou outros fatores poderão impactar a Companhia.

O setor econômico no qual a Companhia está inserida também é caracterizado por períodos cíclicos, onde preços e rentabilidade oscilam em decorrência dos patamares de oferta e demanda. Não há certeza de que a Companhia conseguirá se adaptar adequadamente aos períodos cíclicos ou à volatilidade, sendo que podem ter efeitos adversos em nossas operações ou resultados financeiros.

Desastres naturais, pandemias ou variações climáticas extremas, incluindo enchentes, calor ou frio excessivo, furacões ou outras tempestades, assim como qualquer interrupção em nossas plantas que necessitarem a realocação temporária de funções para outras instalações podem prejudicar o crescimento e a saúde de animais vivos ou interferir em nossas operações em razão de faltas de

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

energia, danos à nossa produção e instalações de processamento ou interrupção de canais ou sistemas de informação. O surto do COVID-19 ("Coronavirus"), originado na China no final de 2019 e declarado como pandemia global pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, poderá afetar adversamante os negócios e as operações da Companhia, inclusive na medida que entregas estimadas de produtos podem vir a ser atrasadas substancialmente tanto como resultado da maior propagação do vírus ou como resultado de medidas preventivas implementadas por governos ou empresas para limitar a disseminação do mesmo. Além disso, as operações da Companhia incluem instalações globais de produção e distribuição e, caso haja um surto de Coronavírus nas suas instalações ou nas comunidades onde a Companhia opera e distribui os seus produtos, a sua distribuição, operação, empregados, fornecedores, consumidores e canais de distribuição poderão ser severamente afetados. Referida pandemia poderá também ter um impacto adverso na demanda de consumo, no preço das commodities, na economia e nos mercados financeiros de diversos países, resultando em um desaquecimento econômico que poderá afetar a demanda pelos produtos da Companhia e causar um efeito material adverso sobre o resultado de suas operações. Para maiores informações sobre os riscos e as medidas preventivas adotadas pela Companhia, consulte o item 5.6 - Outras informações relevantes e 10.9 – Outros fatores com influência relevante – "*Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia*" deste Formulário de Referência, bem como no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*".

A seguir, apresentamos maiores detalhes sobre estes fatores:

Situação econômica mundial e brasileira

O Conselho Monetário Nacional definiu a meta de inflação no Brasil em 4,25% para 2019, com uma possível variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. A taxa de inflação, que esteve abaixo da meta em 2,95% e 3,75% em 2017 e 2018, respectivamente, aumentou para 4,31% em 2019. Os aumentos de preços geralmente reduzem o poder de compra dos consumidores, especialmente entre as classes de renda mais baixas e acabam limitando o consumo.

O mercado de trabalho brasileiro registrou taxa média de desemprego de 11,8% em 2019, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios ("PNAD") do IBGE, o que representa uma leve deterioração quando comparado a 11,6% em 2018. Além disso, após subir para 93,0 pontos em 2018, a confiança do consumidor brasileiro recuou para 91,6 pontos em dezembro de 2019, segundo uma Pesquisa de Consumo da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O PIB real do Brasil aumentou a uma taxa média anual de 2,3% de 2004 a 2019. Após aumentar 0,5% em 2014, o PIB brasileiro diminuiu 3,5% por dois anos consecutivos, em 2015 e em 2016. Reagindo a essa fraca situação econômica, o Banco Central reduziu a taxa SELIC, a taxa básica de juros de curto prazo. Em termos gerais, a tendência a longo prazo em taxas de juros continua em queda, de 17,8% em 31 de dezembro de 2004 para 4,0% em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, o PIB cresceu 1,1% comparado a 2018.

O real desvalorizou 4,0% em relação ao dólar norte-americano em 2019, de R$3,87 por US$1,00 em 2018 para R$4,03 por US$1,00 em 2019.

Barreiras tarifárias e outras barreiras (forma clássica e oriundas de processos de defesa comercial)

A demanda global por produtos de aves e suínos brasileiros é significativamente afetada por barreiras comerciais, incluindo: (i) as barreiras tarifárias, ou altas tarifas de importação que protegem determinados mercados domésticos; (ii) as barreiras não-tarifárias, principalmente cotas de importação, barreiras sanitárias (que são o tipo mais comum de barreiras enfrentadas pela indústria da carne) e barreiras religiosas/técnicas. Além disso, alguns países empregam subsídios para a produção

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

e as exportações, que tendem a distorcer o comércio internacional e interferir no negócio da Companhia. Nós monitoramos continuamente as barreiras comerciais e outras restrições em importações nos mercados de frango, suínos e bovinos no mundo diretamente ou a partir de firmas de consultoria especializadas, já que essas restrições afetam significativamente a demanda por nossos produtos e o nível de nossas exportações.

A União Europeia (desde 2007), a Rússia (desde 2012) e o México (desde 2013) protegem suas indústrias locais de carne com a aplicação de cotas de importação e a cobrança de tarifas (por vezes proibitivas) para os volumes exportados fora da cota determinada.

Em setembro de 2013, a África do Sul aumentou as tarifas de importação para produtos derivados de frango procedentes de todos os países, com exceção da União Europeia (devido a um acordo de livre comércio entre eles que estabelece tarifa zero para a produtos de aves). As tarifas passaram para 82% para o frango inteiro, 12% para os cortes desossados e 37% para os cortes com osso. Novas tarifas estão sendo consideradas pelo governo sul-africano.

Em dezembro de 2016, a Arábia Saudita aumentou as tarifas de importação para produtos derivados de frango de 5% para 20%.

Em agosto de 2017, o governo chinês iniciou uma investigação a respeito de práticas *antidumping* nas exportações brasileiras de frango inteiro e em partes, incluindo as exportações da Companhia. Em uma determinação preliminar em junho de 2018, as autoridades chinesas impuseram a aplicação provisória de tarifa de importação no frango brasileiro. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e os exportadores brasileiros concordaram em aceitar um preço mínimo de venda para a China.

Em agosto de 2018, o Iraque decidiu aplicar uma tarifa extra sobre importação, aumentando de 10% para 60% a tarifa sobre produtos de frango.

Barreiras não-tarifárias

Cotas de Importação

Em 2005, o Brasil obteve resultado favorável em painel contra a União Europeia na OMC em relação à reclassificação (e aumento da tarifa) das exportações de carne de peito de frango salgada. Como contrapartida, a União Europeia introduziu cotas para as importações de alguns códigos tarifários, notadamente de peito de frango salgado, peito de peru marinado e de frango processado e, em julho de 2007, foi concedida ao Brasil parcela majoritária dessas cotas.

A Rússia, desde 2003, utiliza cotas para controlar suas importações de carne suína, bovina e de aves. Como parte das negociações para sua adesão à Organização Mundial do Comércio ("OMC"), a partir de 1° de janeiro de 2020, a Rússia aboliu as cotas de suínos. Atualmente, qualquer companhia pode importar carne suína pagando uma tarifa de importação fixa de 25%.

As seguintes cotas são aplicadas à importação de frango: tarifa intracota de 25% e extracota de 80%. O volume total das cotas é de 364 mil toneladas divididas em 100 mil toneladas de cortes desossados, no qual 80 mil toneladas são alocadas para a União Europeia e 20 mil toneladas para outros países; 250 mil toneladas de carne com osso, sem discriminação geográfica; e para perus, 14 mil toneladas de desossados e/ou carne com osso, sem discriminação geográfica. No entanto, nem todos os códigos podem ser importados dentro das cotas, e.g. grillers e frangos inteiros desossados (shawarma) estão submetidos à 80% de imposto de acordo com as regulações alfandegárias internas da Rússia.

Para bovinos, as cotas aplicadas para importação são: tarifas intracotas de 15% e extracota de 50%. Cotas para carne resfriada – 40 mil toneladas na qual 29 mil toneladas são para a EU e 11 mil para os demais países. Cotas para a carne congelada – 530 mil toneladas, sendo que 60 mil foram alocadas para a União Europeia, 60 mil para os EUA, 3 mil para Costa Rica e 407mil toneladas para os demais países.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em dezembro de 2017, o México renovou a sua cota de importação de carne de frango de 300 mil toneladas até 2019, sendo que em outubro desse ano a mesma expirou.

Barreiras sanitárias

Apesar de progressos nas negociações, diversos mercados importantes (a despeito de avanço nas negociações para abertura comercial) ainda não estão abertos para os produtos derivados de carne brasileiros em função de barreiras sanitárias. São os casos de União Europeia e Colômbia para a carne suína; e Taiwan e Panamá para frango.

Como resultado da Operação Trapaça, em 5 de março de 2018, recebemos do Ministério da Agricultura, Meio-Ambiente e Abastecimento ("MAPA") uma notificação que suspendia imediatamente as exportações das plantas de Rio Verde/GO, Carambei/PR e Mineiros/GO para 13 países que tinham exigências sanitárias específicas relacionados ao controle de *Salmonella spp*. O MAPA suspendeu temporariamente as exportações de dez outras plantas da Companhia para a União Europeia em 15 de março de 2018, mas revogou tal suspensão em 18 de abril de 2018. Em 14 de maio de 2018, a União Europeia divulgou decisão de remover 12 de nossas plantas do Brasil da lista que habilitava a importação de produtos de origem animal para os países da União Europeia. A União Europeia normalmente tem requisições mais rigorosas relacionadas à níveis de Salmonella e outros padrões de segurança alimentar comparado ao Brasil e aos mercados em que operamos.

Dado o banimento da importação de nossas plantas, não estamos mais aptos a vender nossos produtos produzidos nas plantas embargadas para a União Europeia e temos que redirecionar nossa capacidade de produção para outros mercados, os quais podem operar com níveis diferentes de preços e margens.

Barreiras técnicas

No curto prazo, temos que responder rapidamente a qualquer imposição de qualquer nova restrição, incluindo restrições temporárias de saúde através do redirecionamento para outros mercados ou alterando as especificações do produto, com o intuito de atender às novas exigências visando minimizar os efeitos das nossas exportações líquidas. No longo prazo, estas restrições podem afetar a taxa de crescimento do nosso negócio.

Em janeiro de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência do *non-stunning* para o processo de abate animal. A Arábia Saudita considerou que as práticas de abate das companhias brasileiras violavam os princípios Halal, devido ao uso de um choque elétrico para atordoar as aves. A Companhia e outras companhias brasileiras, por essa razão, necessitaram migrar seus processos produtivos para o abate *non-stunning* para que pudessem suprir o mercado saudita. Nós incorremos, e esperamos incorrer, custos adicionais relacionados à essas requisições para a exportação à Arábia Saudita. Em janeiro de 2019, a autoridade sanitária da Arábia Saudita publicou relatório habilitando 25 estabelecimentos brasileiros como exportadores de carne de frango para aquele país. A Companhia passou a ter oito dentre as vinte e cinco plantas habilitadas para exportação de carne de frango para a Arábia Saudita, sendo que uma das plantas que a Companhia exportava (Lajeado/RS/SIF 1449), não consta da nova lista. Entretanto, as oito plantas habilitadas possuem capacidade suficiente de atendimento da demanda daquele mercado. Embora continuemos com o redirecionamento de produção de frango para a Arábia Saudita às fábricas habilitadas sem mudanças disruptivas significativas nos embarques para este mercado, estas mudanças podem resultar em redução de receitas e aumento de despesas.

Consequências da ocorrência de surtos e/ou casos de doenças animais de interesse econômico e de saúde pública

Gripe Aviária (Influenza Aviária, IA)

A gripe aviária tem atraído a atenção da comunidade internacional ao longo dos anos, com surtos em aves de criação, tendo sérias consequências, tanto na subsistência quanto no comércio internacional em muitos países. Além disso, embora a maioria dos vírus da gripe aviária não infecte seres humanos,

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

alguns, como a gripe aviária H5N1 e H7N9, são bem conhecidos do público devido à sua implicação em infecções graves e, por vezes, fatais em pessoas.

A demanda por produtos da Companhia pode ser significativamente afetada por surtos de doenças em animais, como a gripe aviária. Se um número significativo de novos casos de gripe aviária ocorrer em humanos, ainda que não seja em nenhum dos seus mercados, a demanda pelos seus produtos de aves tanto dentro quanto fora do Brasil poderá ser afetada negativamente e a extensão do efeito para a Companhia não pode ser previsto. Até mesmo casos isolados de gripe aviária em humanos podem impactar negativamente os seus negócios devido à sensibilidade pública à doença.

O Brasil ainda não teve um caso documentado de gripe aviária, embora haja preocupações de que um surto de gripe aviária possa ocorrer futuramente no país. Qualquer surto de gripe aviária no Brasil poderia levar ao descarte necessário dos planteis de aves da Companhia, o que resultaria na diminuição das vendas no setor avícola, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de aves e resultaria em despesas adicionais para o descarte de aves. Além disso, qualquer surto de gripe aviária no Brasil provavelmente levaria a restrições imediatas na exportação de alguns de seus produtos para os principais mercados de exportação. Medidas preventivas adotadas pelas autoridades brasileiras, caso haja, podem não ser eficazes para impedir a disseminação da gripe aviária no Brasil. Além disso, qualquer futuro surto significativo de gripe aviária no Brasil poderia levar a uma pressão para o descarte de suínos, ainda que não seja comprovada nenhuma ligação entre os casos de gripe e o consumo de carne suína. Qualquer descarte de suínos da Companhia dessa natureza resultaria na diminuição das vendas de carne suína, impediria a recuperação dos custos incorridos na criação ou compra de suínos e resultaria em despesas adicionais para o descarte de suínos. Desse modo, qualquer disseminação da gripe aviária ou o aumento das preocupações sobre essa doença pode ter efeito substancial e adverso sobre a Companhia.

Outras enfermidades animais

Da mesma forma, a demanda nos mercados de exportação da Companhia pode ser influenciada por outras enfermidades. Por exemplo, as importações de suínos da maior parte dos estados brasileiros sofreram banimento da Rússia de 2005 a 2007, devido aos casos de febre aftosa nos estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Nós não criamos suínos nos estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. No entanto, o banimento afetou as importações brasileiras para a Rússia no geral e, na época, exigiu que a Companhia transferisse a produção de suínos para o mercado russo para o Rio Grande do Sul, o único estado brasileiro que não ficou sujeito à proibição, até a Rússia suspender restrições nas importações provenientes de outros oito estados brasileiros em dezembro de 2007.

Mais recentemente, uma doença viral chamada diarreia epidêmica suína foi diagnosticada na América do Norte e na Ásia. Os principais sinais clínicos são sintomas entéricos, baixa estatura e alta mortalidade. Nestas regiões, a doença foi responsável por significativa redução dos animais em fase de terminação e consequente aumento dos preços em decorrência da redução da oferta. Ainda não há vacinação para prevenção da doença, mas procedimentos de biossegurança e gerenciamento podem reduzir seus impactos.

Surtos de Febre Suína Africana estão sendo reportados desde agosto de 2018. O mercado chinês alterou suas compras como resultados desses surtos. Consequentemente, nossos volumes de cortes de suínos vendidos à China aumentaram. Como consequência dos surtos de Gripe Suína Africana na China, o MAPA suspendeu a importação de tripa de porco natural da China. Esta medida foi preventiva e já foi suspensa.

Em 2019, o caso mais recente de Gripe Suína Clássica ("GSC") foi confirmado no estado brasileiro do Alagoas. Apesar da região não ser reconhecida como livre de GSC, o governo brasileiro tomou ações para restringir o surto. Nenhum embargo comercial foi reportado como resultado desse surto.

Efeito da demanda do mercado exportador no mercado doméstico

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

As flutuações na demanda de produtos de aves, suínos e bovinos em nossos mercados de exportação geralmente afetam os preços de fornecimento e venda desses produtos no mercado brasileiro. Os exportadores brasileiros geralmente redirecionam os produtos do mercado internacional para o mercado interno, aumentando o fornecimento desses produtos internamente e, muitas vezes, afetando negativamente o preço de venda. Consequentemente, isso afeta as nossas vendas líquidas no mercado interno.

Por exemplo, em 2017, a Rússia embargou as importações de carne de porco do Brasil, alegando a presença de ractopamina na ração dos animais. Em decorrência disso, quase 259,4 mil toneladas por ano tiveram que ser redirecionadas a outros mercados, o que acabou gerando excesso de oferta no mercado interno e contribuiu para a diminuição do preço da carcaça de porco em 2018.

Em agosto de 2017, o governo chinês iniciou uma investigação de *antidumping* com relação às exportações brasileiras de frango inteiro e cortes de frango, incluindo as exportações da Companhia. Na determinação preliminar divulgada em junho de 2018, as autoridades chinesas impuseram impostos de importação provisórios sobre os produtos à base de aves importados do Brasil. A investigação terminou em fevereiro de 2019 e os exportadores brasileiros concordaram com determinados preços mínimos de exportação nas vendas para a China.

Além disso, em abril de 2018, a Arábia Saudita instituiu a exigência de não atordoamento dos animais no processo de abate. A Arábia Saudita alegou que as práticas de abate de frango das empresas brasileiras violavam as práticas halal devido ao uso de choque elétrico para deixar as aves atordoadas. A Companhia e outras empresas brasileiras foram então obrigadas a migrar seus processos de produção para abatedouros que não utilizam práticas de atordoamento dos animais para poder abastecer o mercado saudita.

Em 2019, a demanda chinesa por proteínas importadas cresceu significativamente em razão da Febre Suína Africana, um vírus mortal que reduziu drasticamente a oferta local de carne suína e, consequentemente, aumentou o preço local e global de proteína. Em 2019, a China habilitou 9 plantas de frango, seis plantas de suínos e vinte e duas plantas de bovinos brasileiras para melhorar o volume de importação e reduzir seu déficit de proteínas.

A Companhia monitora a ações de seus nossos concorrentes nacionais, uma vez que também são impactados por mudanças no mercado externo e podem redirecionar seus produtos para o mercado interno ou externo. Além disso, monitora as flutuações na oferta gerada pelos produtores na China, nos EUA, na União Europeia e em outras regiões, pois o aumento da produção nesses mercados pode levar a uma maior oferta em outros países.

Custo com transporte

O custo de transporte dos produtos da Companhia ao longo da sua rede de distribuição doméstica e para os seus clientes no exterior é significativo, sendo afetado por flutuações no preço do petróleo. Em 2019, 2018 e 2017, os custos com frete representaram aproximadamente 5,0%, 5,5% e 5,0% das receitas líquidas das operações continuadas. A Companhia envia seus produtos de exportação por navios e, em grande maioria, através das modalidades CFR (*cost and freight*) ou DDP (*delivered duty paid*), os quais a exigem pagar pelo frete e pelos custos com seguro. Em 2019, companhias de transporte incluíram o fator de ajuste do *bunker* (o combustível utilizado pelos navios) em seus acordos em razão da incerteza em combustíveis futuros, como resultado da instabilidade política no Oriente Médio. Em 2019, as companhias marítimas também começaram a se preparar para a implementação das regulações de baixo enxofre (Low-Sulphur Regulation) da Organização Marítima Internacional (ou "OMI"), que foram efetivadas em 1° de janeiro de 2020. Como resultados da nova regulação, os níveis de frete da Companhia aumentaram aproximadamente entre 10% e 12%, em razão do maior custo do *bunker* VLSFO, no qual cria emissões menores de enxofre comparados ao bunker IFO. É esperado que a nova regulação da OMI afete todos os agentes do setor marítimo.

A demanda global por proteínas também é esperada que pressione os níveis de frete e restrinja a disponibilidade de containers em razão da Febre Suína Africana na China, especialmente em rotas

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

marítimas com capacidades restritas, como a da América do Sul para a Ásia. Em razão da incerteza do tamanho do crescimento da demanda global e da necessidade de acordos bilaterais entre os países produtores e a China, atualmente a Companhia não consegue estimar os efeitos possíveis nos níveis de frete.

Para informações sobre o impacto dos preços de *commodities* e os efeitos das variações da taxa de câmbio, inflação e taxa de juros na receita da Companhia, vide item 10.2.c abaixo.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alteração de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As informações deste item estão prestadas no item 10.2.c abaixo.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Preços de commodities

Várias das matérias-primas da Companhia são *commodities* cujos preços flutuam constantemente em resposta às forças de mercado de oferta e procura. A Companhia compra grandes quantidades de farelo de soja, soja (grão) e milho, usados substancialmente na produção de toda ração animal própria. Em sua maior parte, os preços das *commodities* que a Companhia compra são expressos em Reais. Embora os custos dos insumos sejam denominados em Reais, os preços das *commodities* tendem a acompanhar os preços internacionais e são influenciados por flutuações das taxas de câmbio. As compras de milho, farelo de soja e soja representaram aproximadamente 28,1% do custo de vendas da Companhia em 2019, em comparação a 24,8% em 2018 Embora a Companhia produza a maior parte do rebanho suíno que utiliza nos seus produtos de carne suína, a Companhia também comprou suínos no mercado à vista em 2019 (2,8% do abate total de suínos)

Além disso, os preços de venda de muitos de seus produtos, incluindo todos os seus produtos para o mercado internacional, são altamente sensíveis ao preço de mercado dessas *commodities* e flutuam com esse preço. Em 2019, a média do preço do milho no Brasil foi 5,8% menor que 2018. Além disso, o preço do milho em dezembro de 2019 foi 19.9% maior do que 2018. Em 2019, a média do preço do farelo de soja no Brasil foi 8,9% menor do que a média do preço em 2018. Comparando dezembro de 2019 com dezembro de 2018, o preço do farelo de soja no Brasil foi 5,9% maior. O efeito da queda ou aumento de preços de matérias-primas sobre a margem bruta da Companhia é maior no tocante a produtos de natureza mais similar a produtos frescos do que em relação a produtos de maior valor agregado.

A capacidade da Companhia de repassar aumentos de preços de matéria-prima a seus preços de venda é limitada pelos preços vigentes dos produtos vendidos em seus mercados internos e internacionais, especialmente para os produtos frescos.

Efeitos das variações da taxa de câmbio e inflação

A tabela abaixo apresenta, nos períodos indicados, a flutuação do real frente ao dólar norte-americano, as taxas de câmbio diárias médias e de encerramento de período e inflação brasileira medidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M").

	2019	2018	2017
Apreciação (depreciação) do real frente ao dólar norte-americano	(4.02%)	(17.14%)	(1.50%)
Taxa de câmbio do encerramento do período (U.S.$1.00)	R$4.03	R$3.87	R$3.31
Média (diária) da taxa de câmbio (U.S.$1.00) (1)	R$3.95	R$3.66	R$3.19
Taxa de câmbio básica SELIC (meta) do encerramento do período (2)	4.50%	6.50%	7.00%
Inflação (INPC) (3)	4.48%	3.43%	2.07%
Inflação (IPCA) (4)	4.31%	3.75%	2.95%
Inflação (IGP-M) (5)	7.30%	7.55%	(0.53)%

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Fonte: IBGE, Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil.

(1) A média (diária) da taxa de câmbio é a soma das taxas de câmbio diárias com base na transação PTAX 800 Opção 5, dividida pelo número de dias úteis do período.
(2) A taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação de Custódia) é a principal taxa de juros de referência brasileira.
(3) O INPC é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e oito salários mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil
(4) O IPCA é publicado pelo IBGE e mede a inflação para famílias com renda entre um e 40 salários mínimos mensais em 11 regiões metropolitanas do Brasil
(5) O IGP-M atribui pesos diferentes ao consumidor, preços de atacado e preços de construção. O IGP-M é publicado pela Fundação Getúlio Vargas, fundação privada.

Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são significativamente afetados por mudanças no câmbio do real frente ao dólar norte-americano, euro e libra esterlina. As vendas da Companhia nos mercados internacionais são faturadas principalmente em dólares norte-americanos e, na Europa, em euros e libras esterlinas, porém seus resultados operacionais são registrados em Reais. A apreciação do real frente a essas moedas reduz o valor que recebemos em Reais, diminuindo, dessa forma, as vendas líquidas da Companhia relacionadas aos mercados internacionais, sendo que o oposto ocorre quando o real deprecia em relação às outras moedas.

Os preços do farelo de soja e da soja, importantes ingredientes das rações para animais da Companhia, estão diretamente vinculados ao dólar norte-americano. O preço do milho, outro importante ingrediente das rações, também é indexado, porém em níveis inferiores ao da soja e ao farelo de soja. Além do farelo de soja, da soja e do milho, a Companhia compra, dos seus fornecedores localizados no exterior, tripas para linguiças, nutrientes minerais para ração, embalagens e outras matérias-primas, assim como equipamentos para uso em suas unidades de produção, os quais são pagos em dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras. Quando o real se deprecia frente ao dólar norte-americano, o custo em Reais das matérias-primas e equipamentos da Companhia atrelados à moeda dos Estados Unidos aumenta, sendo que tais aumentos podem afetar negativa e materialmente seus resultados operacionais. Por outro lado, a apreciação do real tem um efeito positivo nos seus custos já que parte deles são fixados em dólar norte-americano, contudo essa redução não afeta imediatamente seus resultados operacionais por causa da duração do seu ciclo de produção de aves e suínos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha obrigações de dívida em moeda estrangeira no valor total de R$11.006.524 mil, representando, na data, 59,1% do seu endividamento total consolidado. Apesar de administrar uma parcela dos seus riscos cambiais por meio de derivativos e fluxos de caixa futuros de exportações em dólares norte-americanos e outras moedas estrangeiras, as obrigações de dívida da Companhia em moeda estrangeira não se encontram completamente protegidas. Uma acentuada depreciação do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas aumentaria o montante em Reais que seriam necessários para atender os requisitos do serviço de dívida das suas obrigações em moeda estrangeira. A Companhia atua no sentido de proteger o fluxo de caixa proveniente das receitas e custos denominados ou com importante influência da variação cambial, com base em limites estabelecidos em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros, de forma a evitar uma distorção de suas margens pela apreciação do real frente ao dólar norte-americano. Em caso de desvalorização do real frente ao dólar norte-americano, o efeito favorável nestas margens é parcialmente mitigado pelo volume de operações de hedge contratados com efeito no horizonte de tempo determinado pela Política de Gestão de Riscos Finaneiros. Para maiores detalhes sobre a exposição operacional da Companhia ao câmbio ver itens 4.2.iv.b – "Exposição de Resultado Operacional" e 5.2.b – "Riscos Cambiais" acima.

Historicamente, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A demanda de seus produtos no mercado doméstico é sensível à inflação dos preços ao consumidor, conforme refletido em variações no INPC e IPCA, sendo que os custos e despesas da Companhia são incorridos em sua maioria em Reais. Devido ao fato de que contratos de longo prazo com fornecedores e clientes não são habituais no setor da Companhia e os preços são geralmente negociados mensal ou trimestralmente, altas na inflação causam um impacto imediato nas suas vendas líquidas e custos.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O índice IGP-M geralmente é usado na negociação de preços que a Companhia paga aos seus fornecedores como referência para a inflação. Além disso, a Companhia adquire energia elétrica para operar suas unidades de produção por meio de contratos de longo prazo que incluem ajustes periódicos de inflação de acordo com o índice IGP-M.

Em termos de custos com pessoal, os salários são ajustados somente uma vez ao ano, com base em acordos coletivos entre os sindicatos patronais e sindicatos de trabalhadores. Geralmente, os sindicatos dos trabalhadores seguem o INPC como parâmetro para suas negociações.

Efeitos das taxas de juros

Nossas despesas financeiras são afetadas por movimentos nas taxas de juros brasileiras e estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2019, 36,6% do nosso endividamento total de R$18.620.279 mil era (1) denominado em Reais (ou em *swap* cambial) e têm juros indexados às taxas de juros flutuantes brasileiras, como a TJLP, a taxa de juros utilizada em nossos contratos de financiamento com o BNDES, ou o CDI, a taxa do certificado de depósito interbancário aplicado aos nossos contratos de *swap* cambial e algumas de nossas outras dívidas denominadas em real, ou IPCA ou (2) denominado em dólares norte-americanos, indexado a uma taxa de juros flutuante com base na LIBOR. Qualquer aumento no CDI, TJLP ou LIBOR pode ter um efeito adverso sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

A tabela abaixo mostra as taxas médias de juros às quais fomos expostos nos anos seguintes:

	Média dos juros do exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
	(%)	(%)	(%)
TJLP	5.6	7.0	7.0
CDI	4.4	6.4	6.9
LIBOR de seis meses	1.9	2.9	1.8

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Em decorrência do plano de reestruturação operacional e financeira divulgado nas demonstrações financeiras de 2018, ao longo do exercício findo em 31.12.19 foram concluídas as alienações das operações na Argentina, Europa e Tailândia, assim como da unidade de Várzea Grande-MT. Os detalhes das operações estão demonstrados a seguir:

Em 02.01.19, a transação de venda das ações representativas de 91,89% do capital social da anteriormente controlada Quickfood S.A. foi concluída. Nesta data, a Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig") efetuou o pagamento do montante equivalente a R$211.835 mil (USD54.891 mil) à Companhia. Durante o 3º trimestre de 2019, as partes acordaram no valor do ajuste de preço pelo capital de giro, dívida líquida e outros itens contratuais, o que gerou uma redução do preço no montante equivalente a R$20.544 mil (USD4.954 mil).

Em 23.01.19, a transação de venda dos imóveis e equipamentos da unidade de Várzea Grande-MT à Marfrig foi concluída pelo valor de R$100.000 mil, sendo recebido o valor de R$81.500 mil, líquido de custos associados. Em 01.04.19, todas as condições precedentes foram superadas e o adquirente assumiu em definitivo as operações da unidade.

Em 04.02.19, a transação de venda da Avex S.A. foi concluída, sendo que o valor equivalente a R$82.736 mil (USD22.500 mil) foi recebido à vista e o equivalente a R$86.990 mil (USD22.324 mil) será recebido por meio da liquidação de passivos da Avex S.A. com a Companhia.

Em 28.02.19, a anteriormente controlada Campo Austral S.A. concluiu a venda de sua planta localizada na cidade de Florencio Varela, na Argentina, e de todos os ativos e passivos relacionados, inclusive as marcas "Bocatti" e "Calchaquí", à sociedade argentina BOGS S.A. pelo montante equivalente a R$95.036 mil (USD26.753 mil), recebido em março de 2019.

Em 11.03.19, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações de emissão da Campo Austral S.A., à sociedade argentina La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A. por valor equivalente a R$29.359 mil (USD7.619 mil), dos quais USD3.619 mil foram recebidos à vista e USD4.000 mil serão pagos em parcelas.

Em 03.06.19, a Companhia concluiu a venda de 100% das ações detidas em certas sociedades localizadas na Europa e Tailândia à Tyson International Holding Co. pelo valor equivalente a R$1.466.950 mil (USD377.043 mil), recebido integralmente na mesma data. Durante o 3º trimestre de 2019 as partes acordaram no valor do ajuste de preço pelo capital de giro e dívida líquida, que gerou um aumento do preço equivalente a R$21.083 mil (USD5.063 mil).

No último trimestre de 2019, a Companhia evoluiu nas negociações para alienação de sua participação na entidade controlada FFM Further Processing Sdn. Bhd., cujos saldos foram reclassificados para a rubrica de Ativos Mantidos para Venda. Quando da reclassificação, o investimento passou a ser mensurado pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo líquido das despesas de venda. Essa mensuração levou ao registro de redução ao valor recuperável do investimento no montante de R$7.346 mil, registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais, nas operações continuadas. Em 24 de junho de 2020, a Companhia concluiu a alienação da totalidade da partipação detida no capital social da FFM Further Processing SDN BHD pelo valor de aproximadamente US$7.350 mil.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

					31.12.19
	Controladora				Consolidado
(*Em milhares de R$*)		Operações Argentina	Operações Europa e Tailândia	Lácteos (2)	Total
RECEITA LÍQUIDA	4.816	80.843	1.090.409	-	1.171.252
Custo dos produtos vendidos	(197)	(95.223)	(978.318)	-	(1.073.541)
LUCRO BRUTO (1)	**4.619**	**(14.380)**	**112.091**	**-**	**97.711**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	-	(11.389)	(38.321)	-	(49.710)
Gerais e administrativas	(1.985)	(5.106)	(33.883)	-	(38.989)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(4.129)	-	(4.129)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(125.690)	(27.397)	(39.608)	(96.486)	(163.490)
Equivalência patrimonial	(40.736)	-	(21)	-	(21)
REJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(163.792)**	**(58.272)**	**(3.871)**	**(96.486)**	**(158.628)**
Despesas financeiras	-	(20.982)	(8.800)	-	(29.782)
Receitas financeiras	-	8.284	(10.134)	-	(1.850)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(163.792)**	**(70.970)**	**(22.805)**	**(96.486)**	**(190.260)**
Imposto de renda e contribuição social	97.750	100.380	12.657	-	113.037
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	**(66.042)**	**29.410**	**(10.148)**	**(96.486)**	**(77.223)**
Ganho (perda) na venda de investimentos e realização de outros resultados abrangentes	(838.586)	(905.339)	66.754	-	(838.586)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**(904.628)**	**(875.929)**	**56.606**	**(96.486)**	**(915.809)**
Atribuível à:					
Acionistas controladores	**(904.628)**	**(875.929)**	**67.787**	**(96.486)**	**(904.628)**
Acionistas não controladores	**-**	**-**	**(11.181)**	**-**	**(11.181)**

				31.12.17
	Controladora			Consolidado
		Operações Argentina	Operações Europa e Tailândia	Total
RECEITA LIQUIDA	15.420	2.024.932	3.130.260	5.155.192
Custo dos produtos vendidos	58.879	(1.845.924)	(2.602.265)	(4.448.189)
LUCRO BRUTO (1)	74.299	179.008	527.995	707.003
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas	-	(221.467)	(238.047)	(459.514)
Gerais e administrativas	(10.052)	(39.746)	(72.377)	(112.123)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(1.052)	(6.799)	(7.851)
Outras despesas operacionais líquidas	(23.300)	(50.573)	(4.048)	(54.621)
Equivalência patrimonial	(182.274)	-	-	-

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

				31.12.17
	Controladora			Consolidado
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(141.327)**	**(133.830)**	**206.724**	**72.894**
Despesas financeiras	-	(342.860)	65.637	(277.223)
Receitas financeiras	-	71.625	5.778	77.403
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(141.327)**	**(405.065)**	**278.139**	**(126.926)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(1.311)	(23.286)	(24.597)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	4.030	15.404	19.434
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**(141.327)**	**(402.346)**	**270.257**	**(132.089)**
Atribuível à:				
Acionistas controladores	(141.327)	(389.480)	248.153	(141.327)
Acionistas não controladores	-	(12.866)	22.104	9.238

(1) O efeito positivo na receita refere-se ao resultado de *hedge accounting* nas vendas para as operações descontinuadas. O efeito positivo no custo refere-se a alocações de gastos com produtos destinados aos mercados das operações descontinuadas.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

(*Em milhares de R$*)	Consolidado	
ATIVIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS	**31.12.19**	**31.12.18**
Prejuízo líquido	**(915.809)**	(2.351.740)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado		
Depreciação e amortização	**3.776**	228.789
Depreciação e exaustão do ativo biológico	**9.700**	27.248
Perda na alienação e baixas de ativos	**5.598**	8.629
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(493)**	(66.968)
Equivalência patrimonial	**21**	-
Resultado na venda de operações descontinuadas	**757.256**	-
Provisão para perdas nos estoques	**(7.294)**	-
Redução ao valor recuperável	**81.329**	2.476.152
Resultado financeiro líquido	**31.631**	(483.802)
Impostos sobre a renda diferidos	**(116.883)**	104.750
Correção monetária por hiperinflação	**-**	(426.535)
Outras provisões	**32.821**	(17.388)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro	**(118.347)**	(500.865)
Contas a receber de clientes	**(133.233)**	37.892
Estoques	**59.135**	71.670
Ativos biológicos circulantes	**55**	3.024
Fornecedores	**50.947**	(269.404)
Fornecedores risco sacado	**(28)**	(374)
Geração de caixa das atividades operacionais	**(141.471)**	(658.057)

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(*Em milhares de R$*)	Consolidado	
Aplicações em títulos mensurados ao VJR (1)	**(6.472)**	(403.242)
Resgate de títulos mensurados ao VJR (1)	**29.097**	340.696
Pagamento de juros	**-**	(29.815)
Outros ativos e passivos operacionais	**9.612**	617.719
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais descontinuadas	**(109.234)**	(132.699)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DESCONTINUADAS		
Aplicações no imobilizado	**(14.350)**	(57.280)
Aplicações no ativo biológico não circulante	**(11.911)**	(31.840)
Aplicações no intangível	**-**	(99)
Aumento de capital em subsidiária	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**-**	-
Recebimento pela venda do imobilizado e investimento	**1.874.955**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento descontinuadas	**1.848.694**	(89.219)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DESCONTINUADAS		
Captações de empréstimos e financiamentos	**10.122**	821.674
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(8.555)**	(921.492)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento descontinuadas	**1.567**	(99.818)
Aumento (decréscimo) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**1.741.027**	(321.736)

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05.09.19 a Companhia alienou a totalidade das ações detidas na entidade controlada em conjunto SATS BRF Food PTE Ltd. à SATS Food Services PTE Ltd. pelo montante equivalente a R$51.197 mil (SGD17.000 mil).

c. Eventos ou operações não usuais

Em 30.04.19, foram subscritas 750.000 Debêntures com valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil Reais), totalizando o montante de R$750.000 mil, sendo emitidas em 3 séries conforme quadro abaixo. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com esforços restritos. A oferta pública foi encerrada em 28.06.19, quando o valor total foi recebido pela Companhia. Foram incorridos custos de R$4.868 mil para a emissão, os quais serão reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações com base no método dos juros efetivos.

Em 24.09.19 a Companhia efetuou oferta no exterior de senior notes no montante de USD750.000 mil, com vencimento do principal em 24.01.30 e taxa de juros de 4,875% a.a. (*yield to maturity* de 5,00%) pagos semestralmente. Foram incorridos custos de R$46.540 mil para a emissão, os quais serão reconhecidos no resultado ao longo do prazo das operações com base no método dos juros efetivos.

A Companhia utilizou substancialmente os recursos para efetuar a liquidação e renegociação de outras dívidas de prazos mais curtos, efetuando oferta de recompra (*Tender Offer*).

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

O prêmio pago nas recompras foi de R$92.053 mil e foi registrado na rubrica de Despesas Financeiras. Adicionalmente, ocorreu a baixa de R$25.575 mil de custos que haviam sido diferidos proporcionais às parcelas recompradas, registrados também nas Despesas Financeiras.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que são convergentes com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), exceto pela adoção do ICPC22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos mercantis em 01.01.2019 e da adoção do CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros e do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente em 01.01.2018. Para essas normas adotadas, não houve reapresentação de saldos comparativos, de forma que os exercícios apresentados nestas Demonstrações Financeiras possuem práticas diferentes.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com relação à interpretação ICPC 22 / IFRIC 23, não houve registro de impactos. Com relação ao pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16, houve registro de ativo de direito de uso de R$2.397.743 mil, passivo de arrendamento de R$2.391.456 mil e, a diferença entre os saldos no montante de R$6.287 mil, a qual foi ocasionada por provisões de arrendamentos operacionais já registradas em 31.12.18, no Patrimônio Líquido. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional, conforme demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.18.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, com relação ao pronunciamento CPC 47 / IFRS 15, não houve registro de impactos. Com relação ao CPC 48 / IFRS 09 – Instrumentos Financeiros, houve registro de aumento nas perdas de crédito esperadas em contas a receber e títulos e valores mobiliários, em contrapartida ao patrimônio líquido, no montante de R$14.450 mil.

Os Diretores da Companhia entendem que, além das alterações citadas acima, não houve outras alterações em práticas contábeis que tiveram efeitos significativos nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos três exercícios sociais, não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores independentes da Companhia. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, constou a seguinte ênfase em nossas Demonstrações Financeiras:

Ênfase

"Chamamos a atenção para as notas 1.2 e 1.3 às demonstrações financeiras, que descrevem as investigações envolvendo a Companhia, bem como seus atuais e potenciais desdobramentos. No estágio atual das investigações, não é possível determinar os potenciais impactos financeiros e não-financeiros para a Companhia em decorrência das mesmas e dos seus potenciais desdobramentos e, consequentemente, registrar potenciais perdas as quais poderão ter um efeito material adverso na posição financeira da Companhia, nos seus resultados e nos seus fluxos de caixa no futuro. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto."

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas. A Administração avalia estas estimativas e julgamentos periodicamente, baseando-se em experiências históricas e em inúmeros outros fatores considerados razoáveis sob tais circunstâncias. Contudo, as incertezas relativas a esses julgamentos, premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros

Na opinião da Administração da Companhia, as políticas contábeis críticas adotadas, sumarizadas abaixo, refletem adequadamente as condições de seus negócios.

a) Economias hiperinflacionárias:
A Companhia possui subsidiárias na Argentina, país considerado de economia hiperinflacionária. Para estas subsidiárias as práticas abaixo são adotadas:

Os itens não monetários, assim como o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço das subsidiárias esteja registrado ao valor corrente.

Como a economia hiperinflacionária foi identificada apenas para as subsidiárias localizadas na Argentina e a controladora não está sediada em país de economia hiperinflacionária, a Companhia não reapresentou os saldos de exercícios anteriores. A correção monetária do exercício (que utilizou o Índice de Preços ao Consumidor da Argentina – "IPC") foi registrada em contrapartida ao resultado das operações descontinuadas para aquelas subsidiárias alienadas durante o exercício e em contrapartida ao resultado das operações continuadas para as subsidiárias em que a Companhia mantém participação acionária (nota 1.1).

A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do exercício, tanto para itens patrimoniais como de resultado.

Os índices utilizados em 2018 e 2019 estão demonstrados na tabela abaixo:

Período	IPC acumulado
2018	48,01%
2019	53,46%

b) Combinações de negócios:
São contabilizadas pelo método de aquisição, o qual determina que o custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. A Companhia mensura a participação de não controladores com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Combinação de negócios com partes relacionadas são reconhecidas utilizando o método de aquisição quando os acordos possuem substância e pelo custo quando não for observada substância na transação.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

c) Estoques:

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados e inferiores aos valores de mercado. O custo dos produtos acabados inclui matérias-primas adquiridas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem, que estão relacionados a todos os processos necessários para a adequação dos produtos em condições de venda. Provisões para obsolescência, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registradas quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de Custo dos Produtos Vendidos sem transitar pelos estoques.

d) Impostos e contribuições sobre o lucro:

No Brasil, compreende o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e legislações aplicáveis. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação em bases universais instituída pela Lei nº 12.973/14. A Companhia analisa o resultado de cada subsidiária para a aplicação da referida legislação, de forma a respeitar os tratados assinados pelo Brasil e evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulantes. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos em um horizonte de 10 anos não é provável, o ativo é desreconhecido (nota 10.3).

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

Em 01.01.19 iniciou a vigência da interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 que trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas, a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

A Companhia avaliará periodicamente as posições assumidas em que há incertezas sobre o tratamento fiscal adotado e constituirá provisão quando aplicável.

e) Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas:

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e estes estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

As perdas por redução ao valor recuperável são registradas na rubrica Outras Despesas Operacionais.

Os resultados do exercício e os fluxos de caixa das operações descontinuadas são apresentados separadamente dos resultados das operações continuadas da Companhia.

Os períodos comparativos são reapresentados no caso da demonstração do resultado do exercício e dos fluxos de caixa. No entanto, o balanço patrimonial mantém-se conforme apresentado no passado.

f) Ativo intangível:

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto aqueles advindos de uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social, e quaisquer alterações observadas são aplicadas de forma prospectiva. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, sendo alocados nas unidades geradoras de caixa (nota 15). A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas da Companhia, os quais se espera que contribuam indefinidamente para seus fluxos de caixa.

g) Arrendamento Mercantil:

Prática contábil aplicada até 31.12.18

As operações de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia e são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado ou intangível, em contrapartida ao passivo, pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado e intangível são depreciados e os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback da Companhia, classificados após a venda dos ativos como arrendamento operacional, são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação for mensurada ao valor justo;

- Caso o preço de transação seja estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Prática contábil aplicada a partir de 01.01.19

Em 01.01.19, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e optou pela abordagem retrospectiva modificada sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício social findo em 31.12.18 (nota 19.1) seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes CPC 06 (R1) / IAS 17, conforme apresentado acima.

No processo de transição, a Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- a Companhia tem o direto de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
    - tem o direito de operar o ativo, ou
    - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. As opções de prorrogação da vigência ou rescisão antecipada dos contratos são analisadas individualmente considerando o tipo de ativo envolvido bem como sua relevância no processo produtivo da Companhia. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma base dos ativos de propriedade da Companhia. Adicionalmente, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido ao valor recuperável de acordo com o CPC 01 / IAS 36, quando aplicável, e reajustado pela remensuração do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado a taxa de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Como resultado da adoção do IFRS 16, em 01.01.19, foram reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento o montante de R$2.157.346 mil na controladora. No consolidado houve

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

registro de ativo de direito de uso de R$2.397.743 mil, passivo de arrendamento de R$2.391.456 mil e, a diferença entre os saldos no montante de R$6.287 mil, a qual foi ocasionada por provisões de arrendamentos operacionais já registradas em 31.12.18, no Patrimônio Líquido. Tais contratos eram divulgados anteriormente como arrendamento operacional, conforme demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31.12.18 (nota 23.1).

A Companhia fez uso dos seguintes expedientes práticos para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivo de arrendamento com prazo do contrato inferior a 12 meses, e sem opção de compra e de baixo valor. Os pagamentos associados a tais contratos são reconhecidos como despesa no resultado em uma base linear ao longo do período do arrendamento;
- utilização de uma única taxa de desconto a cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de empréstimo, mensurada em 01.01.19, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 7,92% para a controladora e consolidado.

Adicionalmente, contratos com prazo indeterminado e sem pagamentos fixos são despesados conforme incorridos.

h) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes:
As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, (ii) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Nos casos em que há grande número de processos cujos valores não são individualmente relevantes, a Companhia utiliza também estudos históricos para determinar a probabilidade e o valor das perdas.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade.

i) Instrumentos financeiros:
São contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra. Sua apresentação no balanço patrimonial e notas explicativas dá-se conforme a característica de cada contrato.

- **Ativos financeiros:** São reconhecidos quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e classificados com base nas características de seus fluxos de caixa e no modelo de gestão para o ativo. A tabela abaixo demonstra a forma de classificação e mensuração dos ativos financeiros:

Categoria	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
	Contas a receber de clientes e outros recebíveis: valor faturado ajustado a valor presente e, quando aplicável,	

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Custo Amortizado	deduzidas as perdas de crédito esperadas Para outros ativos: Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão	Juros, variações no custo amortizado e perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.
Custo Amortizado Valor Justo por meio do Resultado ("VJR")	Valor justo	Variações no valor justo reconhecidas no resultado.
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")	Valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua emissão.	Variações no valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando da liquidação ou transferência, os ganhos ou perdas acumuladas são diretamente reclassificados à rubrica de Lucros ou prejuízos acumulados. Para instrumentos de dívida, as perdas de crédito esperadas são reconhecidas diretamente no resultado.

A Companhia avalia a cada período de reporte as perdas de crédito esperadas para os instrumentos mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos de dívida mensurados ao VJORA. As perdas e/ou reversões de perdas são registradas no Resultado.

Um ativo financeiro somente é desreconhecido quando os direitos contratuais expiram ou são efetivamente transferidos.

Caixa e equivalentes de caixa: compreende os saldos de caixa, bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata cujos vencimentos, no momento da aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários classificados nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensurados a valor justo por meio do resultado.

Perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes e outros recebíveis: a Companhia realiza regularmente estudo de perdas históricas das carteiras de clientes que possui em todas as regiões, levando em consideração as dinâmicas dos mercados em que atua e instrumentos que possui para redução dos riscos de crédito, tais como: cartas de crédito, seguros e garantias reais, assim como identifica clientes específicos cujos riscos destoam da carteira, os quais são tratados conforme expectativas individuais.

Com base nestes estudos são gerados fatores de perdas estimadas por carteira e classe de vencimentos que, aplicados sobre os montantes de contas a receber, geram as perdas de crédito esperadas. Adicionalmente a Companhia avalia fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas e, caso necessário, ajusta o modelo de cálculo.

Títulos a receber em cobrança judicial são reclassificados para o não circulante assim como a perda estimada de crédito relacionada. Os títulos são baixados contra a perda estimada à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

- **Passivos financeiros:** São reconhecidos no momento em que a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial é pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado considerando o método dos juros efetivos.

Um passivo financeiro somente é desreconhecido quando a obrigação contratual expira, é liquidada ou cancelada.

- **Ajuste a valor presente:** A Companhia mensura o ajuste a valor presente sobre os saldos de curto e longo prazo de contas a receber, fornecedores e outras obrigações, sendo registrados em contas redutoras das respectivas rubricas em contrapartida ao

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

resultado financeiro. A Companhia adota o custo médio ponderado de capital para apurar o ajuste a valor presente dos ativos e passivos mencionados, que corresponde a 11,3% a.a. em 31.12.19 (10,4% a.a. em 31.12.18).

- **Contabilidade de *hedge:*** A Companhia optou por aplicar os requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 em relação à contabilidade de *hedge*.

Hedge de fluxo de caixa: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida na rubrica Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva no Resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados ao resultado ou ao balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

Quando o instrumento é designado em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, as mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo e do elemento temporal das opções são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes. Quando da liquidação do instrumento, estes custos de *hedge* são reclassificados ao resultado em conjunto com o valor intrínseco dos instrumentos.

Hedge de valor justo: a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de *hedge* é ou será reconhecido. O objeto de *hedge*, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo.

Hedge de investimento líquido no exterior: A Companhia adotou esta prática a partir de 01.08.19. Nesta relação, o resultado efetivo da variação cambial do instrumento é registrado em Outros Resultados Abrangentes, na mesma rubrica em que são reconhecidos os ajustes acumulados de conversão dos investimentos objetos da relação. Apenas quando da alienação dos investimentos protegidos, o montante acumulado é reclassificado ao resultado do exercício.

j) Receita de contrato com clientes:

As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, líquido dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais o controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, e é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia.

As vendas da Companhia são originadas por ordens de vendas e por contratos formais firmados, em geral, com grandes redes de varejo e atacado. Os descontos e rebates podem tanto ser negociados pontualmente, quanto ter suas condições definidas nos contratos. Em todos os casos, condição de performance é satisfeita quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente.

A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo, as quais possuem ajuste a valor presente para reconhecimento do componente financeiro.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

No curso normal de seus negócios, a Companhia celebra contratos com terceiros para aquisição de matérias-primas, principalmente milho e farelo de soja, em que os preços acordados podem ser fixos ou a fixar. A Companhia celebra também outros compromissos, tais como fornecimento de energia elétrica, embalagens, construção de imóveis, entre outros, para suprimento de suas atividades de manufatura. Os compromissos firmes de compra são demonstrados abaixo:

	Consolidado (R$ milhares)
	31.12.19
Total circulante	**4.306.217**
Total não circulante	**1.689.755**
2021	537.487
2022	275.083
2023	199.302
2024	192.780
2025 em diante	485.103
	5.995.972

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras que têm ou que são suscetíveis de ter efeitos sobre a sua condição financeira, receitas e despesas, resultados das operações, liquidez, despesas de capital que são materiais para investidores.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. Natureza e o propósito da operação

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A administração da Companhia não espera efeitos relevantes nas operações descritas no item 10.6 deste Formulário de Referência e não evidenciados nas demonstrações financeiras que possam vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações contábeis da Companhia.

Para uma descrição sobre a natureza de cada operação, assim como o montante das obrigações assumidas e os direitos gerados em favor da Companhia em decorrência das operações não evidenciadas em nossas demonstrações financeiras, vide item 10.6 deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A tabela abaixo estabelece as despesas de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

Investimentos	**2019**	**2018**	**2017**
Em R$ Milhões			
Ativo Imobilizado	412,1	533,6	887,0
Ativos biológicos	809,1	877,21	713,2
Aquisições e outros investimentos	143,8	200,7	1.120,9
Ativo Intangível	64,3	20,6	51,2
Total	**1.429,3**	**1.631,7**	**2.772,3**

2020

A Companhia espera iniciar a recuperação dos níveis de investimentos nos patamares históricos para ganho de participação de mercado e aumento de receita, englobando projetos de inovação em linha com o Planejamento Estratégico. Ademais a Companhia espera realizar investimentos para redução de custos operacionais, implementação de sistemas de gestão baseados em Tecnologia da Informação para melhoria de controles internos e gestão de processos, além de projetos que venham a mitigar potenciais riscos regulatórios e associados ao processo de produção relacionados à sua operação. Como destaque, temos: (i) Projetos para atendimento da demanda do Mercado Externo, principalmente da região do Oriente Médio e China, (ii) Reativação da fábrica de margarinas em Uberlândia, (iii) Execução dos projetos para atendimento de demanda de industrializados no Mercado Interno na Fábrica de Seropédica (RJ), (iv) Continuidade dos projetos para implementar os conceitos da Indústria 4.0 em frigoríficos de abates de frango e (v) Retomada da agenda de investimentos em projetos de inovação com foco no Mercado Interno.

2019

Os investimentos realizados no ano totalizaram R$1.429.000 mil, desconsiderando o impacto contábil referente à adoção do IFRS 16, o que representa uma redução de 12% em relação ao ano anterior, sendo R$411.000 mil destinados para crescimento, eficiência e suporte; R$809.000 mil para ativos biológicos e R$208.000 mil para arrendamento mercantil e outros. Considerando o impacto contábil referente à adoção do IFRS 16, o valor total de CAPEX é R$1.877.000 mil. Como destaque, tivemos os projetos: (i) Execução dos projetos para atendimento de demanda de industrializados no Mercado Interno na Fábrica de Seropédica (RJ), (ii) Implementar dos conceitos da Indústria 4.0 em frigoríficos de abates de frango, (iii) Sistemas para otimização dos processos de planejamento de produção e vendas, (iv), Melhorias de processos e gestão de Recursos Humanos e (v) Inauguração do Centro de Distribuição de Londrina (PR).

2018

Em 2018, a Companhia concentrou seus investimentos na manutenção do parque fabril e melhorias de processos produtivos, principalmente em projetos relacionados a controle de processos e tecnologias de informação, qualidade e outros investimentos relacionados à eficiência fabril. Para os projetos de crescimento, o foco principal foi em finalizar os projetos iniciados em períodos anteriores, estando em linha com o compromisso da Companhia para uma utilização mais eficiente do capital empregado.

2017

Em 2017, a Companhia teve uma redução de investimentos totais reflexo de um cenário macroeconômico e setorial mais desafiador, além do comprometimento da Companhia com a trajetória

10.8 - Plano de Negócios

de redução do patamar de alavancagem. Não obstante, houve uma redução nos investimentos voltados ao aumento de capacidade e redução de custos. Por outro lado, proporcionalmente aumentou-se os investimentos na melhoria e controle de processos produtivos em frigoríficos, fábricas de ração e granjas, modernização de laboratórios e qualidade de produtos, atualizações de sistemas transacionais e atendimento a novas legislações e melhorias das condições de trabalho de funcionários nos processos de produção. A Companhia investiu R$136.500 mil nas suas fábricas de Toledo, Campos Novos e Rio Verde para aumentar a produção de suínos destinada ao mercado chinês, além disso, investimentos de mais R$20.100 mil em uma nova linha de ingredientes animais.

As principais despesas de capital em 2019 estão descritas abaixo:

Demanda. Apesar do cenário desafiador de mercado nos últimos anos, em 2019, a Companhia deu continuidade a projetos de expansão com aumento da capacidade de abate de suínos para o mercado externo e brasileiro, agregação de valor no *mix* de produtos, principalmente em proteínas de frango, assim como investiu em categorias de frios e embutidos para o mercado interno.

Eficiência. Em 2019, além de finalizar os projetos decorrentes de períodos anteriores, também se iniciou investimentos em projetos para melhoria no sistema de planejamento integrado, otimização no processo para utilização de matéria prima e início do programa Indústria 4.0.

Qualidade, pessoas e sustentabilidade. Em 2019, a Companhia focou em projetos para melhoria e controle de processos produtivos em frigoríficos, fábricas de ração e granjas, modernização de laboratórios e qualidade de produtos. Além disso, investiu na melhoria de qualidade dos postos de trabalho e sustentabilidade do parque operacional.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia conta com recursos provenientes da geração de caixa operacional, bem como linhas de crédito com instituições financeiras e de fomento, incluindo empréstimos com objetivo de incentivo às atividades rurais e emissão de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional (vide item 10.1.f para maiores detalhes sobre contratos de empréstimos e financiamento relevantes).

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2019, a Companhia conclui o Plano de Restruturação Financeira e Operacional iniciado em 2018. Adicionalmente, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R$58.500 mil referente à venda de ativos não estratégicos.

Em 2018, a Companhia realizou seu Plano de Restruturação Financeira e Operacional que incluiu, dentre outras iniciativas, a venda de todos os seus ativos localizados na Europa, Argentina, Tailândia, além da planta localizada em Várzea Grande – MT. O fechamento da maioria destas operações de venda ocorreu no início de 2019. O montante total estimado referente à venda destes ativos totalizou R$1.982.000 mil. Adicionalmente, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R$241.000 mil referente à venda de ativos não estratégicos também no âmbito do mesmo Plano.

Em 2017, a Companhia realizou desinvestimentos no total de R$14.000 mil mediante a iniciação de projetos de venda de propriedades não produtivas.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve qualquer aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, além dos já descritos no item acima, que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

10.8 - Plano de Negócios

No ano de 2019, foram lançados 233 novos produtos para os consumidores, sendo 136 lançamentos no mercado brasileiro e 97 no mercado internacional. Dentre os lançamentos no mercado internacional, 43 foram na região da Ásia, 9 na África, 10 nas Américas, 16 no Cone Sul e 19 no Oriente Médio.

As atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P&D&I") da Companhia compreendem a pesquisa e inovação agropecuária e a pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos. O time de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos está localizado em Jundiaí, no Estado de São Paulo, onde fica o BRF *Innovation Center* ("BIC"). A partir do BIC são desenvolvidos todos os produtos destinados ao Mercado Nacional e exportados a partir da plataforma produtiva do Brasil. As atividades de Pesquisa e Desenvolvimento envolvem também o desenvolvimento e a otimização de embalagens primárias e secundárias, assim como a aplicação das artes gráficas e das informações técnicas dos produtos.

A Planta Piloto de Desenvolvimento de Produtos do BIC é referência no Brasil em infraestrutura para a execução de testes de desenvolvimento de produtos alimentícios e de embalagens. Em 2019, foram realizados mais de 900 testes de produtos com objetivos que vão desde o desenvolvimento de novos produtos até a verificação de performance individual de ingredientes, formulações e aditivos.

A área de PD&I agropecuária possui atualmente pesquisadores dedicados às atividades de inovação e suporte à produção, dos quais alguns são doutores, outros mestres e muitos possuem especialização na área de produção animal. Além dos pesquisadores corporativos, a Companhia conta com um vasto quadro de veterinários, agrônomos e zootecnistas atuando diretamente no sistema de produção.

Em associação com a FINEP, CNPq (PNPD – Programa Nacional de Pós-Doutorado e RHAE - Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas) e Fundação Araucária (Programa de Pós-doutorado na Companhia) e FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a Companhia promoveu, nos últimos anos, a inserção de mestres e doutores em seu corpo técnico. Até o momento 17 pesquisadores foram absorvidos. Ao mesmo tempo, a Companhia desenvolve um excelente programa de trainee e estágio, assim como incentiva seus funcionários à realização de cursos pós-graduação. Em 2019, a Companhia iniciou um novo programa denominado "Doutores do Agro", no âmbito do qual cinco vagas de PhD foram criadas com o intuito de desenvolver projetos específicos em diferentes áreas: nutrição, melhoramento animal, saúde animal, produção suína e manejo de aves.

A Companhia possui uma das maiores estruturas experimentais de pesquisa para aves e suínos do mundo, com uma fábrica de rações experimental e 19 galpões experimentais, os quais são distribuídos em quatro granjas experimentais, localizadas no Estado de Santa Catarina, com um total de 1.380 baias experimentais para avaliações das características de impacto na cadeia de produção. Além disso, a Companhia possui seis laboratórios bromatológicos e cinco laboratórios animais que suportam as atividades de pesquisa e a operação.

Além da estrutura de pesquisa formal da Companhia, a Companhia estruturou um processo de pesquisa no sistema de produção. Isto permite avaliar todas as tecnologias em condições reais de produção, com número adequado de amostras, calcular impacto produtivo e financeiro e definir o momento adequado de introduzir determinada tecnologia. O sistema de pesquisa a campo é um diferencial da Companhia em relação aos centros de pesquisa e as demais empresas do setor.

Em 2019, alinhado à estratégia de desenvolvimento de consumo de suínos no Brasil, a Companhia lançou um portfolio robusto da proteína com cortes para o dia a dia Sadia, cortes temperados para churrasco Perdigão Na Brasa e cortes temperados comemorativos para o Natal Sadia. Refletindo sua posição de liderança como marca mais inovadora, foram lançados sob a marca Sadia diversos produtos que trazem mais praticidade para o dia a dia do consumidor, tais como: linha Mac'n Cheese, conceito jovem e pioneiro no Brasil de prato pronto congelado que fica pronto em 5 minutos no micro-ondas; nova linha de produtos Sadia Na Receita, portfolio de frangos pré-preparados como desfiados, cubados e tiras, para auxiliar no preparo das receitas e a linha Sadia Marinados, com cortes de frangos levemente temperados com ingredientes como sal, cebola e alho. Além disso, foi lançada a submarca Sadia Speciale com portfolio de maior valor agregado como presunto tipo parma e as novidades presunto cru e salame com borda de pimenta. Sob a marca Ouro Perdigão, foi lançada a linha de mini salsichas, em continuidade ao processo de expansão de portfolio na categoria de aperitivos e petiscos. Também foi

10.8 - Plano de Negócios

lançado o portfolio de pizzas congeladas Perdigão, que garantirá o aumento de visibilidade da marca no principal mercado da categoria. Com a marca Qualy, foi lançada a linha Qualy Vita, feita com óleos vegetais e fonte de Omega 6, nutriente essencial para o cuidado do coração. Por fim, a Companhia também expandiu o portfolio da marca Kidelli, com pães de queijo congelados.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

A Companhia investiu R$67.846 mil, R$53.476 mil e R$51.958 mil em 2019, 2018 e 2017, respectivamente, em atividades de P&D&I. Nos exercícios de 2015 a 2018, a Companhia também considerou como despesa de P&D&I os valores de gasto fixo lançados nos centros de custo das gerências ligadas a essas atividades, bem como os valores dispendidos como material de consumo em testes de pesquisa experimental e pesquisa de campo dos projetos de P&D&I agropecuária, razão pela qual se verifica um aumento do valor em tais exercícios.

A Companhia entende que investir em P&D&I é um fator chave para manter suas vantagens competitivas, seja para otimizar sua cadeia produtiva, melhorando a sustentabilidade, bem como lançando produtos inovadores, atendendo às expectativas e necessidades de consumidores, clientes e mercados.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia conta com um programa próprio de melhoramento genético de suínos, competitivo com os programas das empresas de genética internacionais. Tal programa atende, atualmente, por opção, 70% da produção da Companhia. O programa conta com seis granjas núcleo no Estado de Santa Catarina, com um quadro de 135 funcionários, uma granja no Estado de Goiás, com um quadro de 40 funcionários, além de uma granja *backup* em Minas Gerais. Hoje temos um banco de tecidos com mais de 580 mil amostras de material genético e uma série de trabalhos foram realizados para a incorporação da avaliação genômica no processo de seleção em 2020. Para viabilizar esse salto tecnológico, a Companhia estabeleceu parcerias com seis centros da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, centros de pesquisa, universidades e órgãos de pesquisa e desenvolvimento (BNDES, Finep, CNPq e FAPESP) e formou um quadro com sete geneticistas.

Nos últimos anos, foram estabelecidas parcerias de pesquisa em projetos financiados pela EMBRAPA, FINEP, CNPq, BNDES, e, desde 2009, a Companhia beneficia-se com a recuperação fiscal pela Lei do Bem, nos anos em que apura lucro tributável. Esta lei introduz um incentivo tributário relacionado à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica. A lei define "inovação tecnológica" como a criação de um novo produto ou processo de produção, como novas funcionalidades ou características que tragam aumento de melhorias e ganhos efetivos de qualidade ou produtividade, resultando numa competitividade de mercado mais forte. A principal característica do mecanismo deste incentivo tributário é a exclusão de despesas para determinar a quantia do imposto de renda e contribuição social que é cobrada na renda líquida.

O processo integrado de inovação agropecuária da Companhia parte de interfaces com empresas e centros de pesquisa, caracterizado pelo compartilhamento da utilização de estruturas físicas e corpo técnico, para solução das principais demandas pelo desenvolvimento de trabalho em conjunto, mas principalmente resultando na retroalimentação de novas propostas de inovação a partir da própria rede de desenvolvimento tecnológico.

A equipe de P&D&I do BIC trabalha em conjunto com a área de Garantia da Qualidade na adoção de práticas internacionais de garantia de qualidade, *food safety* e *food fraud,* além do desenvolvimento de sistemas de acompanhamento para monitoramento de produtos e processos industriais.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10.8 - Plano de Negócios

A Companhia investiu R$67.846 mil, R$53.476 mil e R$51.958 mil em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

Em 2019, alinhado à estratégia de desenvolvimento de consumo de suínos no Brasil, a Companhia lançou um portfolio robusto da proteína com cortes para o dia a dia Sadia, cortes temperados para churrasco Perdigão Na Brasa e cortes temperados comemorativos para o Natal Sadia. Refletindo sua posição de liderança como marca mais inovadora, foram lançados sob a marca Sadia diversos produtos que trazem mais praticidade para o dia a dia do consumidor, tais como: linha Mac'n Cheese, conceito jovem e pioneiro no Brasil de prato pronto congelado que fica pronto em 5 minutos no micro-ondas; nova linha de produtos Sadia Na Receita, portfolio de frangos pré-preparados como desfiados, cubados e tiras, para auxiliar no preparo das receitas e a linha Sadia Marinados, com cortes de frangos levemente temperados com ingredientes como sal, cebola e alho. Além disso, foi lançada a submarca Sadia Speciale com portfolio de maior valor agregado como presunto tipo parma e as novidades presunto cru e salame com borda de pimenta. Sob a marca Ouro Perdigão, foi lançada a linha de mini salsichas, em continuidade ao processo de expansão de portfolio na categoria de aperitivos e petiscos. Também foi lançado o portfolio de pizzas congeladas Perdigão, que garantirá o aumento de visibilidade da marca no principal mercado da categoria. Com a marca Qualy, foi lançada a linha Qualy Vita, feita com óleos vegetais e fonte de Omega 6, nutriente essencial para o cuidado do coração. Por fim, a Companhia também expandiu o portfolio da marca Kidelli, com pães de queijo congelados.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A Companhia foi alvo de duas investigações externas denominadas "Operação Carne Fraca" em 2017 e "Operação Trapaça" em 2018. O Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia conduziu investigações independentes em conjunto com o Comitê Independente de Investigação, formado por membros externos e assessores jurídicos externos, no Brasil e no exterior, com relação às alegações envolvendo os funcionários e ex-funcionários da Companhia, tanto para as referidas operações como em outras investigações em curso.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os principais impactos observados em decorrência destas investigações foram registrados em "Outras despesas operacionais", no montante de R$79.937 mil (R$78.889 mil em 31 de dezembro de 2018), principalmente referente aos gastos com advogados, assessorias e consultorias.

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Conforme descrito no fator de risco constante do item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*", os negócios, operações e condições financeiras da Companhia podem ser material e adversamente afetados pela disseminação de epidemias, pandemias ou outras crises de saúde pública, incluindo o novo coronavírus (COVID-19).

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a COVID-19 é uma emergência de saúde global e em 11 de março 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia continua operando seus complexos industriais, centros de distribuição, logística, cadeia de suprimentos e escritórios de apoio, ainda que temporariamente e parcialmente em regime de trabalho remoto em algumas de suas localidades corporativas. Desta forma, na data deste Formulário de Referência, a única alteração relevante na programação de produção, operação e/ou comercialização é referente à unidade de Lajeado, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*". Adicionalmente, a administração tem desenvolvido e implementado diversos planos de contingência para sustentação de suas operações e monitora os efeitos da pandemia por meio do Comitê Permanente de Acompanhamento Multidisciplinar, formado por executivos, especialistas na área de infectologia e consultores contratados.

Clientes de determinadas regiões e canais em que a Companhia atua estão sendo afetados, principalmente pelas medidas de distanciamento social impostas pelas autoridades. A Companhia antevê um aumento da inadimplência ao longo do segundo trimestre de 2020 e consequente incremento nas perdas de crédito esperadas. Os impactos deste aumento na expectativa de perdas estão registrados na nota 6 das informações financeiras intermediárias da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2020 ("ITR – 1ºTRI20").

Em consonância com sua estratégia de sustentação de liquidez e disciplina financeira para enfrentar as incertezas trazidas pela pandemia do COVID-19, a Companhia contratou, entre 25 e 31 de março de 2020 e no dia 15 de maio, linhas de financiamento junto a instituições financeiras no Brasil, no montante agregado de, aproximadamente, R$2.400.000 mil e prazo médio de 15 ano, sem quaisquer cláusulas

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

de covenants financeiros. Essa iniciativa visa reforçar, preventivamente, o seu nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade. Vale ressaltar ainda que, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia contratou uma linha de crédito rotativo (*revolving credit facility*) junto ao Banco do Brasil, no montante de até R$1.500.000 mil, pelo prazo de até 3 anos e cujos recursos não foram desembolsados, conforme informada no item 10.1.e.i deste Formulário de Referência. Considerando o nível atual de liquidez, as iniciativas adicionais citadas anteriormente e as perspectivas para o curto e médio prazo, a administração não antevê comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a continuidade da Companhia.

A administração também entende que as projeções de resultados e dos fluxos de caixa utilizadas para análise de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa permanecem substancialmente adequadas, não havendo necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas até o momento. Pela alta volatilidade e incerteza sobre duração e impacto da pandemia, a Companhia seguirá monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

Para maiores informações sobre os riscos e medidas adotadas pela Companhia com relação à pandemia do COVID-19, consulte o item 4.1 deste Formulário de Referência, intitulado "*Pandemias ou surtos de doenças humanas, como o novo coronavírus (COVID-19), podem causar alterações nos padrões de consumo e comércio, nas cadeias de suprimentos e nos processos de produção, bem como causar interrupções na produção e remessas de produtos, o que pode prejudicar significativamente as operações e os resultados operacionais da Companhia*", o item 10.1.a - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais e o item 5.6 - Outras informações relevantes.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. Objeto da projeção

Projeção de (i) Alavancagem financeira líquida da Companhia, medida pela razão entre Dívida Líquida/EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses, desconsiderando efeitos tributários relevantes; (ii) Investimentos; (iii) Receita Líquida; (iv) EBITDA; (v) Margem EBITDA, (vi) Margem líquida; e de (vii) Retorno Sobre o Capital Investido ("ROIC").

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

(i) Até o fim do exercício de 2020: alavancagem financeira líquida;

(ii) Período de 2021 a fim do exercício de 2030**:** Estimativa de realização de investimentos e alavancagem financeira líquida;

(iii) Período de 2021 a fim do exercício de 2026**:** crescimento de receita líquida e do EBTIDA;

(iv) Período de 2027 a fim do exercício de 2030: crescimento de receita líquida, Margens EBITDA, margem líquida e ROIC.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As premissas levam em consideração o novo planejamento estratégico da companhia para os próximos 10 anos, com foco nas categorias de suínos, pratos prontos, substitutos de carne, PET, e outros produtos de valor agregado no processo de intensificação da internacionalização da companhia.

Para a projeção de alavancagem do ano de 2020, conforme divulgado no Fato Relevante de 3 de março de 2020, leva-se em consideração premissas futuras para o mercado de câmbio, *commodities*, notadamente milho, e de proteínas, incluindo os efeitos da peste suína africana na Ásia, os recentes casos de gripe aviária na Europa, Ásia e Oriente Médio e os impactos conhecidos até o momento do coronavírus no mundo, dentre outros.

Todas as premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores exógenos, que fogem do controle da administração da Companhia.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

(a) Dívida Líquida/EBITDA (2020): entre 2,35x e 2,75x;

(b) Estimativa de realização de investimentos de, aproximadamente, R$ 55 bilhões nos próximos dez anos, com estabelecimento de limite prudencial de alavancagem financeira líquida (razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado dos 12 meses anteriores) de até 3 vezes;

(c) **Período de 2021 a 2023:** estimativa de atingimento de receita líquida de aproximadamente R$ 65 bilhões, com crescimento do EBTIDA em duas vezes em relação ao patamar atual, considerando os últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2020;

(d) **Período de 2024 a 2026**: estimativa de crescimento da receita líquida e do EBTIDA de 2,5 vezes em relação aos níveis atuais, considerando os últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2020 e com crescimento da receita em mais de 60% no mercado brasileiro;

(e) **Período de 2027 a 2030:** estimativa de atingimento de receita líquida de R$ 100 bilhões e de crescimento do EBTIDA em mais de 3,5 vezes em relação ao patamar atual, considerando os últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2020, com Margens EBITDA consistentes acima de 15%,

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

margem líquida de aproximadamente 6% e retorno sobre o capital investido ("ROIC") de aproximadamente 16%.

As estimativas relativas ao resultado e ao potencial de crescimento da Companhia constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, do desempenho econômico geral do país e do setor e dos mercados internacionais, estando sujeitas a mudanças.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções, inicialmente divulgadas em 29 de junho de 2018, sobre o exercício social que se findou em 31 de dezembro de 2019, foram substituídas em 7 de fevereiro de 2019. Após a finalização do Plano de Monetização, a Companhia revisou o indicador *guidance* de alavancagem líquida de 3,0x para 3,65x ao final de 2019.

Em 9 de agosto de 2019, como resultado da implementação do seu Plano de Restruturação Operacional e Financeira e das perspectivas futuras para o mercado de proteínas, a Companhia atualizou sua estimativa de alavancagem financeira líquida, de 3,65x para 3,15x ao final de 2019. Na mesma data, a Companhia também divulgou estimativa de alavancagem financeira líquida de 2,65x ao final de 2020.

Em 8 de novembro de 2019, a Companhia atualizou novamente sua estimativa de alavancagem financeira líquida para 2,75x ao final de 2019.

Em 03 de março de 2020, a Companhia divulgou, através de Fato Relevante, revisão da estimativa para sua alavancagem financeira, que passou a ser entre 2,35x e 2,75x ao final de 2020. Tal estimativa segue vigente até a presente data.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

As projeções apresentadas em 8 de novembro de 2019 estabeleceram que o indicador de alavancagem líquida medida pela razão entre Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da Companhia seria de 2,75x em 31 de dezembro de 2019.

No entanto, em função do êxito na execução dos planos de desinvestimentos e estratégico concebidos em 2018, a Companhia conseguiu terminar 2019 apresetando uma robusta reversão na tendência declinante de sua rentabilidade dos anos anteriores. A sua margem bruta evoluiu de 16,1% em 2018 para 24,1% em 2019. Mesmo em um ambiente de alta no custo dos grãos em relação ao ano anterior, conseguiu mitigar esse efeito por meio de seus processos de compras de commodities, substituição por insumos alternativos, ganhos de eficiência, de alavancagem operacional e da gestão matricial de gastos. No Brasil, as melhorias foram fruto principalmente da melhor execução comercial, menor ruptura devido à melhoria da eficiência logística, rígido controle dos níveis de estoques, otimização do mix de produtos e rentabilização dos canais de vendas. Nos mercados internacionais, a Companhia foi beneficiada especialmente pela dinâmica favorável dos mercados asiáticos, que com fortes retrições de oferta, em decorrência do surto da Peste Suína Africana, sofreram com forte pressão de preços. Assim, com a forte recuperação na geração de caixa operacional, somada às vendas de ativos na Argentina, Europa e Tainlândia, a alavancagem líquida da Companhia terminou 2019 em 2,50x.

Contudo, em março de 2020, como resultado da revisão de suas premissas futuras para o mercado de câmbio, commodities, notadamente milho e de proteínas, incluindo os efeitos da peste suína africana na Ásia, os casos mais recentes de gripe aviária na Europa, Ásia e Oriente Médio e os impactos conhecidos até então do coronavírus no mundo, a Companhia atualizou a sua estimativa de alavancagem financeira líquida da Companhia para se situar entre 2,35x e 2,75x ao final de 2020.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A projeção referente a 2020 continua válida.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições do Conselho de Administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao Conselho de Administração, indicando: (i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados; (ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto; (iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Conselho de Administração é composto por no mínimo 9 e no máximo 11 membros efetivos, dos quais pelo menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

Quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, a Assembleia Geral indicará um Presidente e um Vice−Presidente, devendo este substituir ao primeiro em suas ausências ou impedimentos.

Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas na legislação e no Estatuto:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando à perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia ou de suas sociedades controladas, direta e indiretamente, e fixar−lhes as atribuições, observado o disposto no Estatuto;

(iv) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(v) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e nos casos previstos em Lei;

(vi) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva e as demonstrações financeiras relativas a cada exercício social;

(vii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva a remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral e fixar os critérios para participação nos lucros dos empregados e administradores, observando o disposto no Estatuto;

(viii) autorizar a constituição e dissolução de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;

(ix) escolher e destituir os auditores independentes indicados pelo Comitê de Auditoria e Integridade;

(x) propor à Assembleia Geral a emissão de novas ações da Companhia acima do limite do capital autorizado;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xi) ressalvadas as hipóteses de competência da Assembleia Geral, nos termos da regulamentação editada pela CVM, deliberar sobre (a) a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou utilização em planos aprovados pela Assembleia Geral; e (b) a eventual alienação ou cancelamento de tais ações;

(xii) deliberar sobre a emissão pela Companhia ou por suas sociedades controladas, direta e indiretamente, de debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias (*commercial paper*) e outros títulos de crédito assemelhados;

(xiii) deliberar sobre a emissão pela Companhia de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição e ágio, bem como se será concedido o direito de preferência aos acionistas ou reduzido o prazo para o seu exercício, conforme autorizado pela legislação em vigor;

(xiv) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores da Companhia, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei e/ou a distribuição de juros de capital, conforme previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada;

(xv) aprovar a política de pagamento de dividendos da Companhia;

(xvi) propor à Assembleia Geral Ordinária, observados os limites estabelecidos no Artigo 35, parágrafo único, do Estatuto, os valores a serem pagos a título de participação estatutária dos empregados e administradores nos lucros de cada exercício social, bem como definir os critérios para distribuição de tais valores;

(xvii) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis pela Companhia, em benefício de qualquer pessoa ou entidade, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xviii) apresentar proposta para aprovação em Assembleia de plano de outorga de opção de compra de ações ou plano de concessão de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços às suas controladas, direta e indiretamente, dentro do limite do capital autorizado, cabendo ao Conselho de Administração a administração do referido plano, incluindo a outorga de opções e concessões de ações no âmbito de tais planos;

(xix) autorizar alterações na negociabilidade e emissão de *American Depositary Receipts* – ADRs pela Companhia ou suas controladas, direta e indiretamente;

(xx) aprovar seu regimento interno que deverá dispor, no mínimo, sobre as seguintes matérias: (i) as atribuições do Presidente do Conselho de Administração; (ii) as regras de substituição do Presidente do Conselho de Administração em sua ausência ou vacância; (iii) as medidas a serem adotadas em situações de conflito de interesses; (iv) a definição de prazo de antecedência suficiente para o recebimento dos materiais para discussão nas reuniões, com a adequada profundidade; e (v) a possibilidade da realização, durante as reuniões do Conselho de Administração, de sessões exclusivas com os conselheiros externos, sem a presença dos membros da Diretoria Executiva e demais convidados;

(xxi) constituir comitês técnicos ou consultivos, de caráter não deliberativo, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração. Os comitês poderão atuar, entre outras, nas seguintes áreas: (i) estratégica e financeira, (ii) governança corporativa, conduta e ética, e (iii) remuneração de administradores e desenvolvimento executivo;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxii) acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados para assessorar o Conselho de Administração, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos, nos termos da legislação vigente e do Estatuto;

(xxiii) estabelecer mecanismos de avaliação periódica de desempenho de seus integrantes, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento e a efetividade da governança da Companhia, podendo contratar especialistas externos para o processo de avaliação;

(xxiv) elaborar e tornar público parecer fundamentado contendo opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer reorganização societária, aumento de capital e outras operações que derem origem à mudança de controle, em até 15 (quinze) dias da divulgação de todas as condições da operação que resulte na mudança de controle, no qual se manifestará se tal operação assegura tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;

(xxv) elaborar e tornar público parecer prévio fundamentado contento opinião favorável ou contrária à aceitação de toda e qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, no qual se manifestará: (a) sobre a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos seus acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as eventuais alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ação de emissão da Companhia, disponíveis no mercado;

(xxvi) submeter à Assembleia Geral propostas de alterações do Estatuto Social da Companhia, que digam respeito ao prazo de duração da Companhia, objeto social, aumentos ou reduções de capital, emissão de títulos mobiliários e/ou valores mobiliários, exclusão do direito de preferência na subscrição de ações e demais títulos e/ou valores mobiliários, dividendos, juros de capital, poderes e atribuições da Assembleia Geral, estrutura e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, e respectivos quóruns de deliberações;

(xxvii) aprovar o plano de desmobilização anual da Companhia proposto pela Diretoria Executiva, bem como a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens imóveis da Companhia ou de sociedade controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, que não estejam discriminados no Plano de Desmobilização já aprovado conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxviii) aprovar proposta de cisão, fusão, incorporação em que a Companhia ou sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente, sejam parte ou da própria Companhia, bem como sua transformação ou qualquer outra forma de reestruturação societária;

(xxix) deliberar sobre a liquidação, dissolução, nomeação de liquidantes, falência ou atos voluntários de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sociedade controladas e coligadas, direta e indiretamente, bem como reorganizações financeiras a elas relacionadas;

(xxx) aprovar a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração de bens do ativo não circulante (exceto bens imóveis) da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxxi) autorizar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, penhor mercantil, hipotecas, fianças e avais, bem como a contratação de seguros-garantia ou cartas fianças conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxxii) autorizar a Diretoria Executiva a oferecer produtos e bens móveis e imóveis da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, em garantia às instituições financeiras quando da contratação de financiamentos ou em garantia de processos judiciais, sempre que tais atos resultem em obrigações para a Companhia ou para sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxxiii) aprovar a contratação com terceiros de operações de endividamento da Companhia ou de sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxxiv) aprovar a política de gestão de risco financeiro da Companhia, estabelecendo as principais condições para a contratação de operações de *hedging* (ativos e passivos), devendo tal política conter, no mínimo, as seguintes especificações: objetivo do *hedge*, fatores de riscos, instrumentos elegíveis, limites e alçadas;

(xxxv) aprovar a emissão, aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, pela Companhia ou por sociedades controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, de participações societárias e/ou quaisquer valores mobiliários em quaisquer sociedades (inclusive renúncia a direito de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de subsidiárias, controladas ou coligadas), conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxxvi) aprovar e definir, previamente, os atos a serem praticados pela Diretoria Executiva da Companhia em Assembleia Gerais e/ou Reuniões de Sócios de empresas controladas, coligadas ou investidas, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista e/ou sócia de tais sociedades, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração ou que envolverem aspectos reputacionais e estratégicos para a Companhia

(xxxvii) aprovar a realização de operações e negócios de qualquer natureza com partes relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflito de Interesses da Companhia, conforme aprovada pelo Conselho de Administração;

(xxxviii) aprovar (i) o Código de Conduta; (ii) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, e (iii) a Política de Contribuições e Doações, os quais deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa;

(xxxix) aprovar os orçamentos de capital anuais e plurianuais gerais integrados (orçamentos das operações, orçamentos de investimentos, e os orçamentos de fluxo de caixa) da Companhia e de suas controladas e coligadas, fixação da política de investimento e da estratégia empresarial. O orçamento anual geral integrado deverá sempre ser aprovado até o último dia do ano anterior ao ano civil a que se refere e deverá cobrir os doze meses do exercício seguinte. A qualquer momento durante o ano civil, o orçamento da Companhia deverá cobrir um período mínimo de seis meses. A execução e realização do orçamento aprovado será revista mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração;

(xl) aprovar a celebração, de quaisquer contratos ou acordos (exceto contratação de endividamento) envolvendo o curso normal das atividades da Companhia ou de sociedades controladas, direta ou indiretamente, incluindo, mas não se limitando, contratos de prestação de serviços, consultoria ou fornecimento, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, bem como aprovar a extinção contratual ou a celebração de termos aditivos aos contratos já firmados que acarretem nova obrigação de igual valor;

(xli) aprovar a celebração, alteração, rescisão, renovação ou cancelamento de quaisquer contratos, acordos ou similares envolvendo patentes, processos de produção e/ou tecnologia, direitos autorais, nomes de domínio, marcas registradas ou depositadas em nome da Companhia ou de qualquer sociedade por ela controlada ou coligada, direta ou indiretamente, conforme definido na Política de Alçadas da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, salvo (a) se realizados entre a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Companhia e empresas integralmente controladas, ressalvados os casos de venda e/ou cessão definitiva, que deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração; e (b) para autorização de uso de marcas por empresas controladas ou coligadas.

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, que contém um maior detalhamento das suas funções e procedimentos operacionais, conforme aprovado em 31 de maio de 2016 pelo próprio orgão. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço http://ri.brf-global.com/.

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Comitê de Auditoria e Integridade, conforme suas atribuições, recomendar sua a contratação ao Conselho de Administração. Ao Conselho de Administração compete, por sua vez, escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria e Integridade, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta por no mínimo 2 e no máximo 15 membros, eleitos por um período de 2 anos, permitida a recondução, sendo um Diretor Presidente Global, um Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores e os demais Diretores com designação e funções a serem propostas ao Conselho de Administração pelo Diretor Presidente Global.

Os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, podendo o órgão escolher dentre os candidatos pré−selecionados pelo Diretor Presidente Global. Para tanto, o Diretor Presidente Global enviará ao Conselho de Administração uma cópia do *curriculum vitae* do candidato indicado, juntamente com os termos de sua contratação e todas as demais informações necessárias à comprovação de qualificação estabelecida no Estatuto Social da Companhia, que avaliará a sua indicação, considerando também a recomendação do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, o qual fez uma pré-avaliação do candidato.

A Diretoria Executiva é integrada exclusivamente por profissionais que tenham comprovada formação acadêmica e prática, adquirida em cursos e no exercício de atividades compatíveis com as funções para as quais estejam sendo indicados.

A Diretoria Executiva não possui um regimento interno próprio.

Compete à Diretoria Executiva:

(i) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior;

(ii) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) aprovar normas corporativas que disciplinem as demais alçadas de aprovação e responsabilidades pelos atos de gestão necessários à condução das atividades da Companhia, definindo os limites de competência para os diversos processos decisórios, conforme os níveis hierárquicos da Companhia e sempre observando as regras estabelecidas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração;

(v) decidir, por solicitação do Diretor Presidente Global, sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração;

(vi) aprovar a realização de determinadas operações e negócios com Partes Relacionadas, em conformidade com o disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflitos de Interesses da Companhia;

(vii) elaborar a minuta, para posterior submissão à deliberação do Conselho de Administração (i) do Código de Conduta; (ii) da Política de Gerenciamento de Riscos, (iii) da Política de Negociação de Valores Mobiliários, (iv) da Política de Transação entre Partes Relacionadas, e (v) da Política de Contribuições e Doações, que deverão observar os requisitos mínimos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa.

As deliberações da Diretoria Executiva serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente Global, ou ao seu substituto, o voto de qualidade.

Conselho Fiscal

A Companhia tem um Conselho Fiscal permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, que exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição, sendo permitida a sua reeleição, com as atribuições, competência e remuneração previstos em Lei.

Para o pleno exercício das funções no Conselho Fiscal devem ser observados os requisitos previstos na legislação aplicável, o disposto no Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal. São aplicáveis aos membros do Conselho Fiscal as mesmas obrigações e vedações impostas pela Lei e pelo Estatuto aos administradores da Companhia. O Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia foi aprovado em 27 de setembro de 2016 pelo próprio órgão. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço http://ri.brf-global.com/.

Comitê de Auditoria e Integridade

A Companhia tem um Comitê de Auditoria e Integridade em funcionamento permanente, com no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo a maioria de seus integrantes membros independentes e, ao menos, 1 (um) de seus membros não pertencente ao Conselho de Administração, observados os requisitos estabelecidos na regulamentação aplicável, especialmente na Instrução CVM nº 509/11. Ao menos um dos membros independentes do Conselho de Administração deverá ser indicado para também integrar o Comitê de Auditoria e Integridade. Nenhum dos integrantes do Comitê de Auditoria e Integridade poderá pertencer à Diretoria Executiva.

Os membros do Comitê de Auditoria e Integridade são indicados pelo Conselho de Administração para mandato de 2 anos e exercerão seus cargos por, no máximo, 10 anos, podendo ser destituídos a qualquer tempo. No caso do membro do Comitê que também seja membro do Conselho de Administração, o mandato se encerrará concomitantemente ao mandato de conselheiro.

O exercício das atividades dos membros do Comitê de Auditoria e Integridade deve observar as regras previstas na legislação brasileira, especialmente na Instrução CVM 509/11, e norte−americana, incluindo o disposto na Sarbanes−Oxley Act e as regras emitidas pela Securities and Exchange Commission − SEC.

Pelo menos um dos membros do Comitê de Auditoria e Integridade deve ter comprovado conhecimento em assuntos de contabilidade societária, para se qualificar como como especialista financeiro.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Auditoria e Integridade tem as seguintes atribuições: 1) opinar sobre a contratação e destituição do auditor externo independente para a condução de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; 2) supervisionar as atividades: (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (b) da área de controles internos da Companhia; (c) da área de auditoria interna da Companhia; e (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; 3) monitorar a qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; 4) avaliar e monitorar as exposições de Risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; 5) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e 6) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas; 7) avaliar as práticas de integridade (*compliance*) da Companhia e propor aprimoramentos; 8) avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor externo independente e encaminhá-lo para apreciação do Conselho de Administração; e 9) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores externos independentes e o Comitê de Auditoria e Integridade em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Integridade é um órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração e reunir−se−á mensalmente e sempre que necessário, de forma que as informações contábeis da Companhia sejam sempre por ele apreciadas antes de sua divulgação.

O Comitê de Auditoria e Integridade deve possuir meios para receber, reter e responder a denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em relação ao descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia (incluindo matérias de contabilidade, controles internos e auditoria), além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria e Integridade deve possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes, e remunerar tais especialistas e pagar as despesas administrativas ordinárias do Comitê de Auditoria e Integridade.

O regimento interno do Comitê de Auditoria e Integridade foi aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de agosto de 2016 e descreve detalhadamente suas funções e seus procedimentos operacionais. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço http://ri.brf-global.com/.

Comitês de Assessoramento

O Conselho de Administração, no uso das atribuições estabelecidas no Estatuto Social, pode aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, cabendo a ele acompanhar o cumprimento das atribuições dos comitês que venham a ser criados, aprovar os seus respectivos regulamentos e avaliar os pareceres e relatórios emitidos pelos mesmos.

Em reunião realizada em 26 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a criação de quatro comitês de assessoramento, ficando assim constituídos: a) Comitê de Governança e Sustentabilidade; b) Comitê de Finanças e Política de Riscos; c) Comitê de Pessoas, Organização e Cultura; e d) Comitê de Estratégia e Mercados.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Já em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou: (i) a alteração da denominação do Comitê de Estratégia e Mercados para "Comitê de Estratégia, M&A e Mercados"; (ii) a união do Comitê de Finanças e Política de Riscos com o Comitê de Governança e Sustentabilidade, passando este a denominar–se "Comitê de Finanças, Governança e Sustentabilidade".

Em reunião realizada em 27 de abril de 2017, o Conselho de Administração aprovou a criação do Comitê de Marketing e, por fim, em reunião realizada em 31 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração aprovou (i) a alteração do Regimento Interno dos Comitês para inclusão das atribuições do Comitê de Marketing; além disso, a reunião realizada em 22 de fevereiro de 2018 deliberou sobre a exclusão das atribuições de Sustentabilidade do Comitê de Finanças e Governança, passando esse tema a ser tratada pela administração da Companhia a partir da criação do Comitê de Sustentabilidade.

Em reunião realizada em 14 de junho de 2018, considerando a recente mudança da composição do Conselho de Administração, os conselheiros aprovaram a reestruturação dos comitês de assessoramento, com designação de novas atribuições, bem como a criação do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade, além de incluir as atribuições de Governança no Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura.

Em reunião realizada em 19 de dezembro de 2019, os conselheiros aprovaram por unanimidade a extinção do Comitê de Estratégia e Marketing.

Assim, atualmente a Companhia possui os seguintes Comitês, além do Comitê de Auditoria e Integridade Estatutário, conforme acima detalhado:

a) Comitê de Finanças e Gestão de Riscos;

b) Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura; e

d) Comitê de Qualidade e Sustentabilidade.

Os Comitês são de caráter não deliberativo, não tendo poder decisório. As reuniões devem contar com um secretário para assessorar os trabalhos do Comitê, sendo que compete aos Comitês, quando solicitado pelo Conselho de Administração, emitir análises e pareceres com relação aos assuntos pertinentes.

O regimento interno dos Comitês de Assessoramento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de setembro de 2019 e descreve detalhadamente as respectivas funções e procedimentos operacionais. Referido regimento está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço http://ri.brf-global.com/.

a) Comitê de Finanças e Gestão de Riscos

Responsável por: (i) avaliar recomendações ao Conselho sobre as políticas de finanças da Companhia, recomendando adequações, quando necessário; (ii) emitir recomendações sobre o plano anual de objetivos e metas da Companhia; (iii) emitir recomendações sobre o processo de orçamento elaborado pela Diretoria Executiva, bem como submetê-lo à apreciação do Conselho de Administração; (iv) acompanhar a execução do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à política financeira da Companhia; (v) emitir recomendações sobre propostas de investimento e/ou desinvestimento e de financiamento; (vi) emitir recomendações sobre a compra/venda de valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou de suas subsidiárias nos mercados de capitais nacionais e/ou internacionais; (vii) emitir recomendações sobre propostas relacionadas a otimização fiscal e tributária; (viii) acompanhar e analisar a estrutura de capital da Companhia, bem como avaliar medidas que recomendem alterações; (x) avaliar propostas de distribuição de dividendos e/ou constituição de reservas de capital; (xi) recomendar ao Conselho de Administração a política de Gestão de Riscos da Companhia e solicitar adequações, quando necessário; (xii) recomendar ao Conselho de Administração os limites de exposição a riscos (alçadas de riscos) da Companhia, solicitando

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

ajustes, quando aplicável; (xiii) reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes de Gestão de Riscos da Companhia apresentadas/discutidas no âmbito do Comitê; (xiv) recomendar, sob a ótica de Gestão de Riscos, o plano estratégico de longo prazo, plano anual e metas da Companhia, sempre que apresentados ao Comitê; (xv) acompanhar os principais riscos da Companhia (financeiros, operacionais, estratégicos e/ou regulamentares) apresentados ao Comitê e reportar ao Conselho de Administração os temas relevantes; (xvi) recomendar o processo de tratativa dos principais riscos da Companhia apresentado ao Comitê, considerando os seguintes quesitos: "Assumir", "Mitigar", "Transferir" ou "Eliminar"; (xvii) recomendar avaliações de riscos pontuais e/ou específicos à Diretoria de Riscos; (xviii) emitir recomendações sobre o plano anual e respectivo orçamento da Área de Riscos, em conjunto com a Diretoria de Riscos Corporativos; e (xix) acompanhar a execução do plano anual e orçamento aprovado pelo Conselho, bem como o cumprimento das orientações definidas pelo Conselho de Administração no tocante à política de Gestão de Riscos da Companhia.

b) Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura

Responsável por: (i) assessorar o Conselho de Administração na definição das políticas de remuneração, desenvolvimento de pessoas e treinamentos, compensação de executivos e colaboradores, propondo constantes melhorias e acompanhando práticas de remuneração de mercado; (ii) dar apoio nos processos de avaliação, seleção e desenvolvimento das principais lideranças; (iii) aconselhar o Conselho de Administração na formulação e prática da cultura Companhia, monitorando e encorajando o comportamento das lideranças; (iv) recomendar ações que alinhem as expectativas de acionistas e executivos; (v) avaliar e recomendar melhorias aos métodos de recrutamento da Companhia; (vi) recomendar planos de sucessão; (vii) avaliar e acompanhar os programas de participações nos resultados e programas de opções de compra de ações da Companhia; (viii) avaliar e recomendar práticas de gestão e treinamento; (ix) acompanhar a gestão do clima organizacional, recomendar adequações e revisões; (x) zelar por uma gestão fundamentada nos princípios de governança corporativa e sustentabilidade, incluindo, dentre outros (a) transparência de informações; (b) igualdade de informações; (c) prestação de contas; e (d) responsabilidade corporativa; (xi) acompanhar o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto Social, regimentos, códigos e políticas da Companhia; (xii) promover a constante melhoria das práticas de governança, recomendando novas práticas e/ou propondo alterações às práticas existentes, propor alterações ao Estatuto Social, Regimentos Internos dos Comitês, Política de Governança Corporativa, Código de Ética e Conduta (Manual de Transparência), e outras normas internas relacionadas à governança; (xii) zelar pelo eficaz funcionamento do Conselho de Administração e de seus Comitês, bem como promover o bom relacionamento entre o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, acionistas e stakeholders; (xiv) recomendar ao Conselho de Administração sobre a estrutura dos Comitês, propondo alterações, quando necessário, inclusive suas composições, competências e experiências necessárias; (xv) auxiliar na coordenação da agenda anual de reuniões do Conselho de Administração e dos Comitês, garantir o andamento dos trabalhos e o reporte periódico dos Comitês ao Conselho de Administração; (xvi) auxiliar na seleção e indicar ao Conselho de Administração, pessoas que, atendidos os requisitos legais e aqueles previstos no Estatuto Social, possam ser candidatas a integrar os Comitês, bem como pessoas para posições de Conselheiro para repor eventuais vacâncias; e (xvii) apoiar o Presidente do Conselho na organização de um processo formal e periódico de avaliação dos conselheiros e do Conselho de Administração, que deverá ser realizado anualmente.

c) Comitê de Qualidade e Sustentabilidade

Responsável por: (i) acompanhar os principais sistemas de qualidade e sustentabilidade da Companhia, comparando os resultados apresentados com as metas estabelecidas, bem como conhecendo os custos da não qualidade, recomendando, se necessário, auditorias pontuais; (ii) zelar pelo desenvolvimento das quatro frentes principais do conceito de "Sistema de Garantia da Qualidade", sendo elas: (a) Planejamento da Qualidade: planejamento do produto (captação e desdobramento da função qualidade), do processo, das especificações de materiais de fornecedores e da qualidade, simplicidade e precisão das especificações do produto, dos padrões técnicos de processo e dos procedimentos operacionais padrão, com destaque especial para manutenção dos padrões de matéria prima e do cumprimento fiel das listas técnicas de produto, com a devida validação pelo controle de checagem de tabela nutricional completa; (b) Execução da Qualidade: gerenciamento da rotina em toda a cadeia de valor desde as práticas dos integrados até o varejista final bem como das operações de apoio,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

notadamente as manutenções elétrica e mecânica; (c) Controle da Qualidade: controle da qualidade, compreendendo as auditorias do próprio sistema de garantia da qualidade dos fornecedores, da disciplina operacional no cumprimento dos padrões existentes, dos laboratórios (com ênfase na padronização laboratorial e auditoria do sistema laboratorial, bem como certificações), da metrologia, da rastreabilidade e do fluxo de informações e documentação, acompanhamento das reclamações e demandas dos clientes e do processo de tratamento de priorização destas, bem como acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos na área de reclamações, incluindo a análise em tempo real das redes sociais; (d) Atuação Corretiva no Sistema da Qualidade: observar a capacitação e a prática de equipe própria de solução de problemas interfuncionais na cadeia de valor decorrentes dos relatórios de auditoria, das reclamações de clientes e das redes sociais; (iii) verificar se a área de Planejamento de Produto monitora não somente as preferências do consumidor, como também a evolução do comportamento social, econômico e ambiental para desenvolvimento de linhas de novos produtos e inovação em conteúdo e embalagens; (iv) acompanhar os avanços quanto à conformidade dos padrões ISO, especialmente a ISO 9001, ISO 17025 e ISO 14000, bem como observar a intenção da Companhia de estar certificada nos principais padrões de gestão de sistemas da qualidade e sustentabilidade mundiais referenciados internacionalmente pela GFSI (tais como, exemplificativamente, Global GaP, SQF, BRC e IFS); (v) acompanhar os avanços dos padrões específicos de segurança dos alimentos, sustentabilidade e de clientes da Companhia, observando a intenção da Companhia de estar certificada nos referidos padrões; (vi) acompanhar a retenção dos empregados da área de Sistema de Garantia da Qualidade, solicitando à área de Recursos Humanos um plano para: (a) redução de *turnover*; (b) aumento de "*engagement*"; (c) redução de absenteísmo; (d) aumento contínuo do tempo médio dos empregados na Companhia, visando a retenção de conhecimento; e (e) atração das melhores pessoas do segmento no mercado, bem como verificar o plano de carreira dos referidos empregados com especial ênfase à educação e treinamento de pessoal e, por fim, nivelar a remuneração aos índices de mercado; (vii) acompanhar o plano de digitalização do sistema de garantia da qualidade e da sustentabilidade; (viii) acompanhar o status de implementação das ações, referente ao plano de mitigação dos 12 riscos prioritários da Companhia no que tange a dimensão Qualidade e Sustentabilidade, em seus três elementos de risco, sendo eles: (a) qualidade de produtos, (b) processos e procedimentos técnicos; e (c) bem-estar animal, recomendando, se necessário, novas ações pontuais; (ix) acompanhar os principais indicadores de Sustentabilidade da Companhia, no que tange (a) responsabilidade social e cadeia de fornecedores, (b) processos de ecoeficiência, mudanças climáticas, emissão de gases de efeito estufa e resíduos, (c) aderência aos instrumentos de mercado DJSI (Índice Dow Jones de Sustentabilidade), ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e CDP (*Carbon Disclosure Project*), (d) bem-estar animal e aderência ao BBFAW (*Business Benchmark on Farm Animal Welfare*) e (e) atendimento aos compromissos públicos estabelecidos em sustentabilidade, comparando, para todas as cinco dimensões, os resultados apresentados com as metas estabelecidas, bem como, recomendando, se necessário, novas ações pontuais.

Área de Auditoria Interna

O processo de auditoria interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração no cumprimento de seus objetivos.

A atividade de auditoria está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da Companhia, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções e oportunidades de melhorias apontadas nos relatórios.

A área deve assessorar a administração no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

A Auditoria Interna tem amplo e irrestrito acesso a todas as unidades, áreas e informações da Companhia, exceto aquelas expressamente discriminadas pelo Comitê de Auditoria e Integridade.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O departamento tem atuação global e reporta-se ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Integridade, sendo composta por uma Diretoria e três Gerências operacionais distribuídos em cinco (5) escritórios regionais de maior atuação da Companhia, totalizando 67 pessoas.

A Companhia ressalta, ainda, que sua área de Auditoria Interna existe há mais de 30 anos, estando incorporada no dia-a-dia da Companhia.

A Área de Auditoria de Interna da Companhia não possui um regimento interno formalmente aprovado.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com as regras do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente Global não podem ser exercidos pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância do cargo de Diretor Presidente Global, quando a Companhia deverá: (i) divulgar que a mesma pessoa está ocupando os dois cargos em função da vacância; (ii) divulgar, em 60 dias a partir da data de vacância, as medidas tomadas para resolver a ocorrência; e (iii) resolver a ocorrência em um ano.

Neste sentido, o mandato do Sr. Pedro Pullen Parente como Diretor Presidente Global terminou em 18 de junho de 2019 e, em 28 de março de 2019, o Sr. Lorival Nogueira Luz Júnior, o então Vice-Presidente Executivo Global da Companhia, foi nomeado como sucessor para o cargo de Diretor Presidente Global para um período de 2 anos.

Compete, exemplificativamente:

Ao Diretor Presidente Global:

a. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

b. representar a Diretoria Executiva nas reuniões do Conselho de Administração;

c. submeter à deliberação do Conselho de Administração as propostas da Diretoria Executiva relativas aos orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

d. supervisionar e orientar a condução dos negócios financeiros, sociais e de sustentabilidade e as atividades dos demais Diretores;

e. apresentar ao Conselho de Administração, as demonstrações financeiras, os orçamentos, anuais e plurianuais, e de investimentos, o planejamento financeiro e o fluxo de caixa; e

f. propor ao Conselho de Administração os cargos de Diretores, com ou sem designação específica, e os respectivos titulares para o desempenho de funções específicas que julgar necessárias.

Ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores:

a. elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva e sob a coordenação do Diretor Presidente Global, os orçamentos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração e responder pelo controle da execução desses orçamentos principalmente no que se refere ao controle do fluxo de caixa;

b. orientar a execução da política econômico−financeira, supervisionando as atividades econômico − financeiras, segundo as determinações do Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

c. organizar e coordenar o sistema de informações necessário à sua atuação, bem como supervisionar todas as atividades de controladoria da Companhia;

d. representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários listados e administrar a política de relacionamento com investidores; e

e. monitorar o cumprimento, pelos acionistas da Companhia, das obrigações dispostas no Capítulo VIII do Estatuto Social e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências.

Aos demais Diretores Vice-Presidentes, cuja designação será dada pelo Conselho de Administração por sugestão do Diretor Presidente Global:

a. orientar, coordenar e supervisionar as atividades específicas sob sua responsabilidade; e

b. executar encargos específicos que lhes forem atribuídos por decisão do Diretor Presidente Global.

A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como a prática de todos os atos jurídicos, compete a: (i) quaisquer dois membros da Diretoria Executiva em conjunto; (ii) qualquer membro da Diretoria Executiva em conjunto com um procurador com poderes específicos; ou (iii) dois procuradores com poderes específicos, sempre agindo em conjunto.

A Companhia pode ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos na prática dos seguintes atos: (i) representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios de sociedades da qual participe; (ii) representação da Companhia em juízo; ou (iii) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos públicos, sociedades de economia mista, juntas comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.

A Diretoria Executiva da Companhia não possui um regimento interno próprio.

c. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia tem caráter permanente e, conforme informado acima, seu regimento interno foi aprovado em 27 de setembro de 2016 e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores no endereço http://ri.brf-global.com/.

d. Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo: (i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros; (ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação; (iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e (iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Em 2018, a Companhia contratou serviços de consultoria da Russell Reynolds Associates ("RRA") para avaliação do desempenho do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia. A avaliação incluiu uma avaliação de desempenho individual dos membros de tal órgão.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A recomendação da RRA foi de que a Companhia realizasse autoavaliação a cada ano e contratasse um avaliador externo periodicamente (por exemplo, a cada 2 ou 3 anos).

A metodologia da avaliação incluiu vários componentes e ferramentas ao longo do processo, quais sejam: (i) uma pesquisa eletrônica (cobrindo várias áreas de desempenho e eficácia do Conselho de Administração) que foi tomada por todos os membros, do Conselho de Administração e membros selecionados da administração da Companhia; (ii) entrevistas detalhadas e individuais com cada membro da Diretoria, do Conselho de Administração e dos membros selecionados da administração da Companhia (durante as entrevistas, a consultoria externa avaliou várias questões que afetaram o desempenho total do Conselho de Administração: foco e alinhamento organizacional e estratégico, estruturas e comitês do Conselho de Administração, principais processos e funcionamento do Conselho de Administração, mecanismos de reuniões do Conselho de Administração e fluxo de informações, força da composição do Conselho de Administração, necessidades e lacunas de habilidades, cultura e comportamento do Conselho de Administração e liderança do conselho e processos de sucessão); (iii) análise completa da governança, na qual o Conselho de Administração da Companhia foi avaliado em relação às principais prioridades de governança e métricas dos principais investidores/ influenciadores institucionais (por exemplo, Previ, o maior fundo de pensão do Brasil; ISS; expectativas ESG); e (iv) revisão de *benchmarking* entre pares, avaliando de forma semelhante as prioridades de governança e as métricas de estrutura e composição do Conselho de Administração.

O relatório completo incluiu um plano de ação de priorização e resumo para o Conselho de Administração se concentrar nos 12 meses posteriores à entrega do relatório. Durante a entrega da RRA e a apresentação completa ao Conselho de Administração sobre o resultado da avaliação, a RRA discutiu suas descobertas e alinhou com o Conselho de Administração sobre as áreas de desenvolvimento mais relevantes a serem enfocadas posteriormente. Essa discussão foi concluída com o alinhamento em torno do andamento do plano de ação.

Em 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação da consultoria Boston Consulting Group ("BCG") para realizar a avaliação do desempenho do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia.

A metodologia da avaliação incluiu vários componentes e ferramentas ao longo do processo, quais sejam: (i) análise de material relativo à Companhia, incluindo, mas não se limitando ao relatório da avaliação conduzida pela RRA, estatuto social e regimentos internos; (ii) entrevista inicial com o Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia para definir temáticas principais da avaliação e principais dimensões da matriz de competências; (iii) preparação de questionário padronizado, permitindo visão quantificada da percepção de cada indivíduo avaliado, bem como atualiazação da base de referência e comparação futura ("Questionário"); (iv) validação do Questionário com o Presidente do Conselho de Administração; (v) autoavaliação e avaliação 360º, na qual cada participante avaliar o grupo de participantes, ambas de forma individual e anônima; (vi) avaliação externa, por meio de entrevistas individuais com duração de 45 a 60 minutos cada; (vii) avaliação de dados quantitativos, incluindo, mas não se limitando à frequência, duração, agenda e pauta de reuniões; (viii) consolidação e análise das informações coletadas; (ix) formulação de recomendações sobre a forma de melhorar o funcionamento do Conselho de Administração; (x) validação das recomendações formuladas junto ao Presidente do Conselho de Administração; e (xi) apresentação do relatório final ao Conselho de Administração.

O relatório completo incluiu (i) recomendações, priorizadas por urgência, para a melhoria de cada um dos elementos da governança e de seus respectivos fóruns; (ii) sessões de feedback conduzidas pelo Presidente do Conselho de Administração; e (iii) sessões de *feedback* individual conduzidas pela BCG, com a apresentação das principais características, competências e contribuições ao sistema de governança, nível de engajamento e participação nas reuniões que participa, avaliação comparativa com demais membros (sem divulgação de nomes) da governança e sugestões de melhoria (comportamentos, ações) para sua atuação mais efetiva no sistema de governança.

Para o ano de 2020, a Companhia planeja iniciar o processo de avaliação no começo do segundo semestre.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A Assembleia Geral, convocada e instalada na forma da lei e do Estatuto da Companhia, reunir−se−á ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que interesses e assuntos sociais exigirem deliberação dos acionistas.

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração mediante a deliberação da maioria de seus membros ou, ainda, nas hipóteses previstas no Estatuto e no parágrafo único do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações.

A primeira convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com, no mínimo, 30 dias de antecedência, e a segunda convocação, com, no mínimo, 8 dias, uma vez que a Companhia é emissora de ações que servem de lastro para programa de *Depositary Receipts* ("ADRs") patrocinado (artigo 8º da Instrução CVM Nº 559/2015). A Companhia deverá disponibilizar, no máximo até a data da primeira publicação do edital de convocação, para todos os acionistas, os materiais e documentos necessários para a análise das matérias constantes da ordem do dia, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

b. Competências

Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice−Presidente. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice−Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por conselheiro especialmente indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da mesa designará um ou mais secretários para a Assembleia Geral.

As deliberações da Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei e no Estatuto da Companhia, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei e no Estatuto:

1) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

2) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou planos de concessão de ações aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

3) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

4) deliberar acerca da saída da Companhia do Novo Mercado da B3;

5) fixar a remuneração do Conselho Fiscal na forma da Lei e do Estatuto.

6) aprovar, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, a dispensa de realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações em caso de saída do Novo Mercado.

A Assembleia Geral fixará anualmente o montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer os critérios para rateio da remuneração global entre os administradores.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos compulsórios e adicionais necessários para respaldar o entendimento e a tomada das decisões objeto das assembleias da Companhia são disponibilizados no website de Relações com Investidores (http://ri.brf-global.com/). Além disso uma cópia do material disponibilizado no website de Relações com Investidores também fica disponível nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Securities and Exchange Commission (www.sec.gov). Os acionistas que desejarem consultar e examinar os documentos no escritório corporativo da Companhia localizado na Avenida das Nações Unidas, 8.501, 1º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo – SP, deverão previamente agendar data e horário de visita com o departamento de Governança Corporativa (telefones: +55 (11) 2322-5397).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

No âmbito de Assembleias Gerais de Acionistas, a Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse, aplicando−se as regras constantes na legislação brasileira caso ocorra qualquer conflito de interesses.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia realiza pedido público de procuração por ocasião do envio de seu Manual de Participação em Assembleia, que contém instruções de participação assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, bem como o modelo de procuração. Dessa forma, os acionistas podem assegurar sua participação nas assembleias, podendo, caso queiram, votar favoravelmente, desfavoravelmente ou se abster em relação às matérias que serão deliberadas.

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nas Assembleias Gerais, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar, com no mínimo cinco dias de antecedência, além do documento de identidade, conforme o caso: (i) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante e/ou os documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista; e/ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações escriturais, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia. Sem prejuízo dessa disposição, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem a sua qualidade de acionista poderá participar e votar no conclave.

Somente será aceito instrumento de procuração outorgado há menos de 1 (um) ano para um procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, de acordo com o previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas pessoa jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais.

Os detentores de ADRs serão representados pelo The Bank of New York, na qualidade de instituição depositária, nos termos do Deposit Agreement firmado com a Companhia.

Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser notarizados e traduzidos na forma juramentada.

Em todas as Assembleias, a Companhia disponibiliza a seus acionistas e representantes legais, em conjunto com os demais documentos relacionados à Assembleia, um modelo de procuração.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Excepcionalmente, no ano de 2020, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, para os seus investidores que se habilitaram para votar na Assembleia Geral Ordinária e Extráordinária da Companhia ocorrida em 27 de abril de 2020, a Companhia dispensou a necessidade de apresentação de firma reconhecida para o instrumento de mandato, bem como a notarização e tradução dos documentos apresentados em língua estrangeira.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do boletim de voto diretamente à Companhia deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida das Nações Unidas, 8501, 1º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo – SP, aos cuidados do Departamento Jurídico-Societário:

(i) via física do boletim de voto a distância relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:

a) Pessoas físicas: Documento de identidade com foto do acionista.

b) Pessoas jurídicas: (b.1) Último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (i.e.: ata de eleição dos diretores); e (b.2) Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

c) Fundos de investimento: (c.1) Último regulamento consolidado do fundo; (c.2) Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração); e (c.3) Documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto.

Excepcionalmente, no ano de 2020, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, a Companhia dispensou a entrega física do boletim de voto a distância, permitindo o seu encaminhamento somente por via eletrônica.

A Companhia não exige o reconhecimento de firma dos boletins de voto a distância.

Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser notarizados e traduzidos na forma juramentada.

Nos termos do artigo 21−U da Instrução CVM nº 481/2009, a Companhia comunicará ao acionista, no prazo de 3 (três) dias contados do recebimento do boletim de voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

Os documentos necessários ao exercício do voto a distância deverão ser recebidos na Companhia em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral. Eventuais boletins de voto recebidos pela Companhia após essa data serão desconsiderados, independentemente da data em que tenham sido remetidos. Excepcionalmente, no ano de 2020, em razão da pandemia decorrente do COVID-19, a Companhia estendeu o prazo de recebimento dos boletins de voto para até 2 dias antes da realização da sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ocorrida em 27 de abril de 2020.

O acionista poderá também, se preferir, antecipar o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas do boletim de voto a distância e dos documentos acima referidos para o endereço eletrônico acoes@brf.com. De qualquer modo, ressalvado o caso previsto acima, é indispensável que a Companhia receba, no prazo de 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral, a via original do boletim de voto a distância e a cópia autenticada dos demais documentos encaminhados anteriormente por e-mail pelo acionista.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

h. Sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância. A única exceção à regra foi a indicada acima, por ocasião da pandemia decorrente da COVID-19.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista pretenda incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto a distância, será necessário apresentar tais propostas, juntamente com os documentos a ela pertinentes, por meio de correspondência enviada à Avenida das Nações Unidas, 8501, 1º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo – SP, aos cuidados do Departamento Jurídico-Societário, ou por meio do endereço eletrônico acoes@brf−br.com, nos prazos estabelecidos pelo artigo 21−L da Instrução CVM nº 481/2009.

j. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

A Companhia mantém endereço eletrônico (acoes@brf-br.com), por meio do qual recebe comentários dos acionistas, inclusive sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Alternativamente ao envio diretamente à Companhia, o boletim de voto a distância também pode ser enviado pelo acionista por transmissão de instruções de preenchimento (i) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central, ou (ii) ao Itaú Corretora de Valores S.A., instituição contratada pela Companhia para prestar o serviço de escrituração de ações, no caso das ações que não estejam depositadas em depositário central.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões do último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração da Companhia se reuniu 32 vezes no exercício social de 2019, sendo 10 reuniões ordinárias e 20 extraordinárias.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que não há acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

No âmbito do Conselho de Administração, a Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, que trata, dentre outros assuntos, da definição de situações envolvendo conflitos de interesses entre partes relacionadas e as regras aplicáveis às situações de conflito de interesses com partes relacionadas.

Configura-se conflito de interesses quando uma pessoa ou um terceiro, mantendo qualquer forma de negócio com uma parte relacionada, se encontrar envolvido em processo decisório em que tenha o poder de influenciar e/ou direcionar o resultado deste processo decisório, assegurando um ganho e/ou benefício para si, algum membro próximo da família, sociedade por ele controlada ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda esteja em situação que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. No caso da Companhia e suas subsidiárias, configura–se situação de conflito de interesses aquelas nas quais os objetivos ou motivações dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos e aos interesses da Companhia, suas subsidiárias e seus acionistas em matérias específicas.

Sempre que uma pessoa chave que seja membro integrante de órgão colegiado da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, tiver interesse conflitante com o da Companhia ou das suas subsidiárias, este deve ausentar–se das discussões sobre o tema e abster-se de votar, bem como abster-se de manifestar-se, influenciar ou interferir de qualquer forma no respectivo processo decisório.

A manifestação da existência da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção do membro do órgão colegiado envolvido deverão constar expressamente da ata da respectiva reunião do órgão colegiado. O membro envolvido poderá solicitar ao secretário da reunião que seja incluída uma declaração onde conste sua abstenção na discussão e na votação de determinada matéria, constando ainda o local, data e hora da reunião realizada e outras informações que possam identificar a matéria discutida ou identificar a respectiva reunião. A deliberação tomada com o voto do membro envolvido acerca de qualquer aspecto relacionado a uma situação de conflito de interesses será anulável.

d. Política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo (i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; (ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração à composição do órgão e à seleção de seus membros.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia ainda não possui uma política formalizada de indicação e preenchimento de cargos do Conselho de Administração. Para maiores informações acerca do integral cumprimento pela Companhia do Regulamento do Novo Mercado atualmente vigente, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Conforme o artigo 47 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, na Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionadas com ou oriundas da sua condição de emissor, acionista, administrador ou membro do Conselho Fiscal, conforme o caso, e, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/1976, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação do Novo Mercado, assim como do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, a ser conduzida em conformidade com este último Regulamento.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Carlos Alberto Bezerra de Moura	01/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
034.141.847-10	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/05/2020	Não	0.00%
Diretor Vice-Presidente Financeiro.					
Sidney Rogério Manzaro	29/03/1966	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
044.667.638-10	Administrador de empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Neil Hamilton dos Guimarães Peixoto Junior	23/02/1966	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
952.937.017-20	Engenheiro químico	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Alessandro Rosa Bonorino	10/01/1970	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
004.978.597-42	Economista	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Leonardo Campo Dallorto	20/10/1973	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
034.845.357-41	Engenheiro mecânico	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Marcel Sacco	03/04/1967	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2021	Até 30 de abril de 2022	0
100.523.638-05	Bacharel em Marketing	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	12/05/2021	Não	0.00%
Grazielle Tallia Parenti	21/03/1970	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2021	Até 30 de abril de 2022	0
504.667.391-68	Administradora de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	12/05/2021	Não	0.00%
Vinícius Guimarães Barbosa	17/05/1968	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
956.931.817-15	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Lorival Nogueira Luz Junior	16/06/1971	Pertence apenas à Diretoria	28/05/2020	Até 30 de abril de 2022	0
678.741.266-53	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/05/2020	Não	0.00%
Luiz Fernando Furlan	29/07/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	6
019.489.978-00	Engenheiro Quimico e Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade					
Flavia Buarque de Almeida	04/08/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	3
149.008.838-59	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenadora do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura					
Augusto Marques da Cruz Filho	16/10/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	1
688.369.968-68	Economista	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Auditoria e Integridade					
Dan Ioschpe	25/02/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	1
439.240.690-34	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Coordenador do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Flavia Maria Bittencourt	15/01/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	0
011.971.887-11	Engenheira Química	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade e membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura					
José Luiz Osório de Almeida Filho	08/10/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	1
051.367.447-07	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	96.87%
Membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade					
Ivandré Montiel da Silva	27/02/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	0
449.975.660-04	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Integridade e membro do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos					
Roberto Rodrigues	12/08/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	1
012.091.598-72	Engenheiro Agrônomo	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	96.87%
Coordenador do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade					
Marcelo Feriozzi Bacci	26/09/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	Até AGO de 2022	0
165.903.168-05	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2020	Não	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria e Integridade e membro do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos					

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Pedro Pullen Parente	21/02/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/04/2020	2 anos	1
059.326.371-53	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2020	Não	100.00%
Maria Paula Soares Aranha	08/02/1957	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	1
035.859.048-58	Bancária e Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	100.00%
Attilio Guaspari	20/10/1946	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	14
610.204.868-72	Engenheiro Civil	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	100.00%
André Vicentini	25/05/1981	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	4
283.726.668-06	Engenheiro	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	100.00%
Susana Hanna Stiphan Jabra	27/08/1957	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	5
037.148.408-18	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
Valdecyr Maciel Gomes	17/12/1954	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	2
718.224.887-53	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
Mônica Hojaij Carvalho Molina	05/07/1969	Conselho Fiscal	27/04/2020	Até AGO de 2021	1
137.295.488-08	Administradora de Empresas	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	30/04/2020	Não	0.00%
Experiência profissional / Critérios de Independência					

Carlos Alberto Bezerra de Moura - 034.141.847-10

O Sr. Carlos Alberto Bezerra de Moura é Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cursou ainda pós-graduação em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ) e MBA em Administração Empresarial pela Fundação Dom Cabral, com extensão pela Kellogg School of Management. Atuou como Diretor Executivo e CFO da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) entre 2011 e 2019. Anteriormente, ocupou o cargo de Vice-Presidente Corporativo e Diretor Financeiro da Diagnósticos da América S.A. (DASA) de novembro de 2009 a maio de 2011. Foi Diretor e Sócio do Itaú Unibanco Holding Financeira na área de varejo entre dezembro de 2001 e novembro de 2009 e teve passagens anteriores pelo Banco Bozano, Simonsen e Deloitte Touche Tohmatsu. O Sr. Carlos Alberto também atuou como membro de conselhos de administração de empresas em diversos setores, como tecnologia da informação, serviços financeiros e programas de fidelidade.
O Sr. Carlos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Carlos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Sidney Rogério Manzaro - 044.667.638-10

Formado em Administração de Empresas na Universidade de Santana e MBA em Propaganda e Marketing pela ESPM, o Sr. Sidney Manzaro possui 38 anos de vivência em gestão de negócios nos segmentos de alimentos, com forte atuação na área comercial e reestruturações. Foi Trainee na AMBEV em 1991, onde atuou por 14 anos, com uma trajetória importante na área comercial, liderando reestruturações, GTM e atuando fortemente nos canais de rota e autosserviço. Na Companhia, sua trajetória de 10 anos teve início em 2005 no canal de AS, posteriormente liderou o negócio da marca Rezende/Wilson, o projeto TAC/CADE, In Natura e Lacteos. Em 2013, liderou o projeto GTM e em seguida assumiu a diretoria comercial do varejo, com gestão direta das equipes da Sadia, Perdigão, Lácteos e Food Service. Em 2015 assumiu a diretoria regional SP, com responsabilidade do maior volume do Brasil. Entre os anos 2015 a 2018, atuou como CEO na empresa Grano, investida do fundo americano Arlon Capital. Em 2018, regressa à Companhia assumindo a Vice-Presidência Comercial do Brasil.
O Sr. Sidney não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Sidney declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Neil Hamilton dos Guimarães Peixoto Junior - 952.937.017-20

Formado em Engenharia Química, com mestrado em Biotecnologia e MBA, todos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. Neil Peixoto possui mais de 27 anos de experiência, nacional e internacional, na indústria de alimentos. Com um sólido background em P&D, Qualidade, Manufatura e Negócios, iniciou sua carreira na Fleischmann & Royal em 1992. De 1997 a 2000, ocupou a posição de Gerente de área de P&D e Qualidade para a América Latina na divisão de produtos industriais da Nabisco, que, posteriormente, foi adquirida pela Kraft Foods. Já na Kraft Foods atuou por quase 7 anos como Diretor Associado da área de Assuntos Científicos, Regulatórios e Nutrição da América Latina e, em 2007, assumiu a posição de Diretor de P&D para a categoria de Bebidas e Alimentos da América Latina, inicialmente baseado nos EUA, e posteriormente no México. Após cisão da Kraft Foods (em 2 novas empresas, Mondelez Internacional e Kraft Foods), Neil continuou sua carreira na Mondelez International de onde em 2012 seguiu para a Suiça para primeiramente ocupar a posição de Diretor de P&D da Categoria de Alimentos na Europa, e posteriormente Diretor Executivo Global de P&D e Qualidade para a Categoria de Alimentos da empresa. Desde 2018, o Sr. Neil ocupa o cargo de Vice-Presidente Global de Qualidade, Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia.

O Sr. Neil Peixoto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Neil declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n°. 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Alessandro Rosa Bonorino - 004.978.597-42

Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Executive MBA pela Fundação Dom Cabral, o Sr. Alessandro Bonorino possui quase 30 anos de experiência, sendo os últimos 19 em posições executivas. Iniciou sua carreira como auditor na KPMG. EM 1992, ingressou na área de recursos humanos da IBM, onde conduziu projetos de transformação de diversas disciplinas de gestão de pessoas com escala nacional, regional e global. Reconhecido por vários anos como um dos melhores profissionais de RH do Brasil por revistas especializadas, sua experiência corporativa abrange vivência em culturas diversas, tendo residido em diferentes países, onde ocupou relevantes posições na área de RH. Algumas de suas funções na IBM foram de Diretor de RH da América do Sul Espanhola, a partir da Argentina; Diretor de RH do Brasil e, posteriormente, da América Latina, além de ocupar funções mundiais na empresa, com destaque para VP Mundial de Recrutamento da IBM Corporação, na China. Entre 2016 e 2017, atuou como VP Mundial de RH na unidade “Services Delivery and Transformation”. Em 2017, ingressou na Companhia como Vice-Presidente de Recursos Humanos e, no ano de 2018, assumiu, também, a área de serviços compartilhados.
O Sr. Alessandro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Leonardo Campo Dallorto - 034.845.357-41

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Espírito Santo, com mestrado e doutorado em Engenharia Industrial pela PUC-RJ e MBA pela Fundação Dom Cabral. O Sr. Leonardo Dallorto possui mais de 18 anos de experiência, sendo os últimos 10 em posições executivas. Iniciou sua carreira na Vale, em 2002, onde atuou na área de Logística Ferroviária e Portuária e participou da expansão internacional da empresa atuando em projetos no Canadá, Índia e África. Entre 2007 e 2011, atuou na consultoria McKinsey&Co, com foco em projetos de Supply Chain, Procurement, Estratégia e M&A, em empresas de diversos setores na América Latina. Ingressou na Companhia em 2011 atuando como Diretor, onde liderou a área de Suprimentos, Planejamento Integrado. Como Diretor, ocupando a Vice-Presidência Comercial Brasil, liderou as áreas de Logística e Regional Sul, desenvolvendo programas de relacionamento com os clientes, GTM e revisão do papel de Distribuidores na região. Como Diretor de Operações Industriais, participou das definições do footprint fabril e liderou o projeto de produtividade (Guide). Desde 2018, o Sr. Leonardo atua como Vice-Presidente de Planejamento Integrado e Supply Chain.

O Sr. Leonardo Dallorto não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Leonardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n°. 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Marcel Sacco - 100.523.638-05

O Sr. Marcel Sacco é formado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (“ESPM”) e possui mestrado em Administração de Negócios com ênfase em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”). Também completou as especializações em Gestão Avançada de Marketing pelo IMD na Suíça; em Gestão Geral Avançada pelo INSEAD, localizado na França; além do Programa de Liderança pelo Instituto para Liderança Criativa em São Diego, Califórnia. Além disso, o Sr. Marcel Sacco concluiu o Programa de Desenvolvimento de Conselheiros pela Fundação Dom Cabral. No ano de 2008 foi indicado como um dos três melhores profissionais de marketing no Brasil pelo Prêmio Caboré. O Sr. Marcel Sacco já atuou em empresas como a Parmalat Brasil, Telefônica, Schincariol e Bauducco. Nos últimos cinco anos, ocupou o cargo de Gerente Geral Brazil & LatAm na The Hersey Company de 2019 até 2021, onde anteriormente atuou como Gerente Geral Brasil & América do Sul de 2013 até 2019. Atualmente, o Sr. Marcelo Sacco atua como membro do Conselho de Administração da Farmax – Indústria de Cosméticos e Farmacêuticos e da NGO Gerando Falcões. Por fim, em maio de 2021 passou a ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Novos Negócios na BRF S.A.
O Sr. Marcel não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Marcel declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Grazielle Tallia Parenti - 504.667.391-68

Formada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), possui MBA com ênfase em Marketing na FIA/USP e pós-graduação em Políticas Públicas na FGV. A Sra. Grazielle Parenti possui mais de 25 anos de experiência e alta representatividade na Indústria, com passagens pela Votorantim, Diageo e Mondelez. Atualmente, ocupa, ainda, a posição de Presidente do Conselho da ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, é presidente do instituto BRF, atua também como membro do Conselho de Administração de diversas associações de classe, além de fazer parte do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex), colegiado da Câmara Executiva de Comércio Exterior do Ministério da Economia e do Conselho Empresarial Brasil China. Muito comprometida com a agenda de Diversidade e Inclusão, ela é a presidente do Capítulo Brasileiro do BRICS Woman Business Alliance e outras iniciativas nacionais e internacionais. Por fim, em maio de 2021 a Sra. Grazielle Parenti ocupou o cargo de Diretora Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade na BRF S.A.
A Sra. Grazielle não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Grazielle declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Vinícius Guimarães Barbosa - 956.931.817-15

O Sr. Vinicius Guimarães Barbosa é graduado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA pelo IBMEC. O Sr. Barbosa iniciou sua carreira como estagiário na Brahma (Anheuser-Busch Inbev), onde trabalhou por 25 anos e ocupou diversos cargos em compras, operações e logística. Ele foi responsável pela integração de várias fusões e aquisições no departamento da cadeia de suprimentos. Antes de ingressar na Companhia, o Sr. Vinícius Barbosa foi Vice-Presidente de Operações e Logística da Anheuser-Busch para os Estados Unidos e Canadá. Ele se tornou nosso Diretor de Operações e Aquisição em 2018.
O Sr. Vinicius Guimarães Barbosa não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Vinícius declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Lorival Nogueira Luz Junior - 678.741.266-53

O Sr. Lorival Luz é formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, com diversos cursos de especialização no exterior. O Sr. Lorival Luz tem mais de 28 anos de experiência profissional. Em setembro de 2017, foi nomeado Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e, em abril de 2018, foi indicado como CEO interino. Em junho de 2018, ele foi nomeado diretor global de operações (COO) e, em 28 de março de 2019, foi nomeado sucessor do Sr. Pedro Pullen Parente como CEO global da empresa, após o término do mandato do deste, tomando posse em 17 de junho de 2019. De 2013 a setembro de 2017, foi Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores (CFO) da Votorantim Cimentos S.A. Entre 2010 e 2011, foi Diretor Executivo de Tesouraria e Relações com Investidores na Votorantim Industrial e, em março de 2011, foi eleito Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (CFO) da CPFL Energia S.A. e subsidiárias do grupo CPFL Energia. De 2008 a 2009, foi CFO e Diretor de Relações com Investidores da Estácio Participações. Antes disso, o Sr. Lorival Luz trabalhou no Citibank por 17 anos, ocupando diferentes cargos nas áreas de Corporate e Banco de Investimento, Tesouraria, Banco de Varejo e Controle Financeiro. Foi também Diretor Executivo de Tesouraria da Credicard e ocupou o mesmo cargo no Banco Citicard até 2008.
O Sr. Lorival Luz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Lorival declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Luiz Fernando Furlan - 019.489.978-00

O Sr. Luiz Fernando é graduado em Engenharia Química pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial PUC-SP) e em Administração de Empresas pela Universidade de Santana em São Paulo, com cursos de extensão e especialização, no Brasil, pela Fundação Getúlio Vargas, no ano de 1980 e, no exterior, pela INSEAD AMP, em 1991. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. Foi presidente do conselho de administração da Sadia S.A. de 1993 a 2002 e de 2008 a 2009, onde também ocupou diversos cargos executivos, no período entre 1976 a 1993. Foi co-presidente do Conselho de Administração da Companhia, de 2009 a 2011, bem como foi membro dos Conselhos de Administração da Telefônica (Espanha), de 2008 a 2019; da Global Board da Panasonic (Japão), de 2008 a 2013; da Walmart Internacional (USA), de 2011 a 2013; da AMIL Participações S.A., de 2008 a 2013; da AGCO Corporation (EUA), de 2010 a 2017 e membro do Conselho Consultivo da Abertis Infraestructuras SA (Espanha), de 2013 a 2015. Foi Ministro de Estado do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, de 2003 a 2007. Foi Presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) de 2008 a 2016, e desde então passou a presidente honorário. Participou como membro da Comissão Global para Conservação dos Oceanos (Global Ocean Commission – USA), de 2013 a 2015 e foi Presidente do Conselho Deliberativo da SP Negócios (indicado pelo Prefeito da cidade de São Paulo), de 2017 a 2020, além de ser membro do Grupo Wise Brasil-Japão, que busca o fortalecimento da parceria econômica. Além de membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Luiz Fernando Furlan também faz parte do Comitê de Comitê de Qualidade e Sustentabilidade.
O Sr. Luiz Fernando Furlan não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Luiz declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por ser Presidente do Conselho Deliberativo da SP Negócios, com mandato vigente.

Flavia Buarque de Almeida - 149.008.838-59

A Sra. Flavia Almeida é graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, possui MBA pela Harvard Business School e especialização em liderança pelo INSEAD. Atuou como conselheira independente das Lojas Renner S.A. De 2011 a 2016 e conselheira da Universidade de Harvard (Board of Overseers) de 2011 até 2018. Entre 2009 e 2013, foi sócia sênior do Monitor Group (atualmente Monitor Deloitte). Antes disso, entre 2003 e 2009, a Sra. Flavia Almeida foi diretora geral da Participações Morro Vermelho S.A., holding familiar que controla o Grupo Camargo Corrêa, além de conselheira em diversas empresas do Grupo Camargo Corrêa. Durante os anos de 1989 a 2003, trabalhou na McKinsey & Company, onde foi sócia. É a CEO da Península Participações desde 2019, exercendo, também, os cargos de sócia e diretora da Península Capital Participações S.A., desde 2013, além de ocupar as posições de sócia indireta e diretora da O3 Gestão de Recursos Ltda. A Sra. Flavia Almeida é conselheira da Companhia desde 2017, além de ser membro do Conselho de Administração do Groupe Carrefour (França), W2W E-Commerce de Vinhos S.A. (Wine.com.br), da Vitamina Chile S.P.A. e do Instituto Península, e foi eleita em 2019 ao cargo de Conselheira Independente do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A. A Sra. Flavia Almeida também atua como coordenadora do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura da Companhia.
A Sra. Flavia Almeida não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Flávia declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Augusto Marques da Cruz Filho - 688.369.968-68

O Sr. Augusto Marques é doutor e pós-graduado em Teoria Econômica pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da Universidade de São Paulo, graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), tendo cursado Desenvolvimento no Exterior no Insead – Institut Européen d'Aministration des Affaires. Atuou no Grupo Pão de Açúcar durante 11 anos, passando pelas funções de diretor executivo da companhia, diretor administrativo financeiro e, por dois anos e meio, como diretor presidente, até deixar o cargo em 2005. Entre 2005 e 2010, foi membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria da B2W. De abril de 2016 até agosto de 2019, exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora. Atualmente, é membro do Conselho de Administração das empresas JSL S.A. e General Shopping, além de atuar como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Integridade da Companhia.
O Sr. Augusto Marques da Cruz Filho não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Augusto Marques declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por ser Presidente do Conselho de Administração da BR Distribuidora S.A., com mandato vigente.

Dan Ioschpe - 439.240.690-34

O Sr. Dan Ioschpe é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Pós-Graduação pela ESPM – SP e MBA pela Tuck School do Dartmouth College. Ingressou na Ioche-Maxion, em 1986, onde exerceu vários cargos, até junho de 1996, quando saiu para assumir a Presidência da AGCO no Brasil. Retornou à companhia, em janeiro de 1998, assumindo, no mesmo ano, a Presidência. Em abril de 2014, deixou a Presidência da Ioche-Maxion, ocupando a Presidência de seu Conselho de Administração. O Sr. Dan Ioschpe também atuou como Presidente do Fórum das Empresas Transnacionais Brasileiras (FET), e como membro do Conselho de Administração da Profarma até maio de 2020. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da WEG, Profarma, Cosan Marcopolo e Embraer, bem como Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e Presidente do Conselho de Administração do Sindipeças. Além de membro do Conselho de Administração da Companhia, o Sr. Dan Ioschpe também é coordenador do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos e membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura da Companhia.
O Sr. Dan Ioschpe não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Dan Ioschpe declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Flavia Maria Bittencourt - 011.971.887-11

A Sra. Flavia Bittencourt é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, cursou pós-graduação em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM e possui MBA Executivo pela Fundação Dom Cabral. Atuou como membro do Conselho de Administração das Lojas Marisa, entre 2018 e 2019, e foi Consultora do The Carlyle Group, de 2012 até 2013. A Sra. Flávia Bittencourt possui uma longa trajetória na Oi – Telemar, com mais de 10 anos de atuação, em cargos como Gerente de Mercado de Voz (2001 – 2003), Gerente Geral de Marketing do Oi Móvel e, posteriormente, do Grupo Oi (2003 – 2005) e também ocupou a posição de Diretora Superintendente de Marketing (2005 – 2011). Além disso, foi Diretoria de Marketing da Lácteos Brasil, cofundadora da STORIES4FUN e Vice-Presidente Sênior da América Latina e Presidente Nacional da Sephora Brasil. Atualmente, é CEO da Adidas e membro do Conselho de Administração da Tim Brasil. Além de ser membro do Conselho de Administração, a Sra. Flavia Bittencourt também ocupa o cargo de membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade.
A Sra. Flavia Bittencourt não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Flavia Bittencourt declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

José Luiz Osório de Almeida Filho - 051.367.447-07

O Sr. José Luiz Osório é graduado e mestre em Engenharia pela PUC-Rio além de Mestre em Engenharia pela Stanford University (EUA). O Sr. José Luiz Osório ocupou cargos executivos no Bank Boston e no Banco Garantia, entre 1978 e 1993. Além disso, foi o sócio-gerente de investment banking no Banco Icatu (1993-1997), country manager do Lehmar Brothers Brasil (1997-1999), Diretor Executivo do BNDES/BNDESPar (1999), Presidente da CVM (2000-2002) e do Instituto Ibero Americano de Mercado de Capitais, bem como da Icatu Securities e da Garantia Inc. (ambas sediadas em Nova Iorque). O Sr. José Luis Osório foi membro do Conselho de Administração e da direção das Lojas Renner (2005-2007), Invest Tur (2007-2008), Comitê de Fusão e Aquisições (2013-2015), Banco Triângulo (2003-2017), Grupo MZ (2009-2018), foi membro do Conselho Consultivo do Centro Millstein para Mercados Globais e Propriedade Empresarial (2013-2016) e da Universidade de Columbia (2007-2012). Fundou o Jardim Botânico Investimentos, em 2003 e é membro do Conselho de Administração da Elba Equipamentos e Serviços S.A., desde 2010. Além de atuar como membro do Conselho de Administração da Companhia, também é membro do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade.
O Sr. José Luiz Osório não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. José Luiz Osório declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Ivandré Montiel da Silva - 449.975.660-04

O Sr. Ivandré Montiel da Silva formou-se em Ciências Econômicas, com pós-graduação em Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RGS) e Mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (UNB), além de ter realizado diversos cursos de capacitação e especialização para Conselheiros de Administração, com foco em governança corporativa, gestão e mercado de capitais pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e pela Fundação Dom Cabral. Atuou como Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica no Ministério da Fazenda, de dezembro de 2015 até janeiro de 2019, além de ter atuado como Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios (2012 – 2015) e Vice-Presidente de Agronegócios (2019 – 2020) do Banco do Brasil S.A. O Sr. Ivandré Montiel Silva também já ocupou a posição de membro do Conselho de Administração da Mapfre BB SH1 Participações (BrasilSeg), de janeiro de 2019 até janeiro de 2020. Atualmente, ocupa o cargo de CEO da BrasilSeg. Além de membro do Conselho de Administração, o Sr. Ivandré Montiel da Silva é membro do Comitê de Auditoria e Integridade e do Comitê de Finanças e Gestão de Riscos.
O Sr. Ivandré Montiel da Silva não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Ivandré Montiel declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por ter exercido o cargo de Vice-Presidente de Agronegócios do Banco do Brasil.

Roberto Rodrigues - 012.091.598-72

O Sr. Roberto Rodrigues é Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ-USP em 1965. É Doutor Honoris Causa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, obtendo tal título em 1998. Foi membro do Conselho de Administração da Minerva S.A. e professor na UNESP de 1967 até 2012 e é membro do Conselho Consultivo da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo - OCESP desde 1990 (associação sem fins lucrativos que é o órgão institucional do sistema cooperativista de São Paulo). Foi também Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, entre 1985 e 1991; da Sociedade Rural Brasileira, entre 1994 e 1996; da Associação Brasileira do Agronegócio, entre 1999 e 2002; da Aliança Cooperativa Internacional, entre 1997 e 2001. Além disso, foi Ministro da Agricultura do Brasil, entre 2003 a 2006 e Presidente do Conselho de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - COSAG FIESP, cargo que exerceu entre 2006 e 2012. Atualmente é conselheiro do COSAG FIESP. Por fim, atua, desde 2006, como Coordenador do Centro de Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Além de ser conselheiro da Companhia, o Sr. Roberto Rodrigues também ocupa o cargo de Coordenador do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade da Companhia.
O Sr. Roberto Rodrigues não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Roberto declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Marcelo Feriozzi Bacci - 165.903.168-05

O Sr. Marcelo F. Bacci é graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, além de possuir MBA em Finanças e Mercado de Capitais pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais e o título de “Master” em Business Administration pela Stanford Graduate School of Business, detendo, ainda, certificados com foco em efetividade dos Conselhos de Administração e Gestão Pública e Global por instituições como a Harvard Business of School e Stanford GSB. O Sr. Marcelo F. Bacci foi eleito um dos CFOs mais admirados do Brasil pela Revista Análise Editorial nos anos de 2017, 2018 e 2019 e foi o vencedor do Prêmio Equilibrista do IBEF 2018 (CFO do ano). Ocupou diversos cargos no UNIBANCO – União de Bancos Brasileiros, iniciando a sua carreira como Trainee em 1991, posteriormente, ocupou os cargos de Associate – Corporate Finance (1991–1993), Gerente de Mercado de Capitais Internacional (1994-1997) e Gerente de Tesouraria Internacional (1998). Na sequência, teve passagens por diversas empresas, atuando como Summer Associate – Financial Institutions Group no Lehman Brothers, INC.; Gerente Financeiro (2000-2001), Diretor de Finanças e Administração (2001-2004) e Diretor Executivo – CFO (2004-2005) da PROMON S/A; ocupou, também, as posições de CFO – Northern Latin America (2005-2009) e CFO - Bioserv (2009-2011) da Louis Dreyfus Company. Atualmente, é o CFO da Suzano Group, empresa em que atua por mais de 09 anos, e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Vracel Celulose S.A. Já atuou nos Conselhos de Administração de companhias como a Biosev, Terminal de Exportação de Açúcar Guarujá (TEAG), Companhia Nacional de Açúcar e Álcool (CNAA) e Trópico Sistemas.
O Sr. Marcelo F. Bacci não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pedro Pullen Parente - 059.326.371-53

O Sr. Pedro Parente é bacharel em engenharia elétrica pela Universidade de Brasília, em 1976. O Sr. Pedro Parente acumulou a posição de CEO Global da Companhia e Presidente do Conselho de Administração de junho de 2018 até abril de 2019, quando deixou a posição de CEO, permanecendo apenas como Presidente do Conselho de Administração. Iniciou a carreira no serviço público no Banco do Brasil, em 1971 e foi transferido para o Banco Central, em 1973, em ambos os casos por concurso público. Foi consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no País, incluindo Secretarias de Estado e a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, tendo atuado em diversos cargos na área econômica do governo brasileiro. Foi Ministro de Estado (1999-2002), tendo sido o coordenador da equipe de transição do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Neste período relevante, também atuou como Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001/2002. No período de 2003 até 2009, foi Vice-Presidente Executivo (COO) do Grupo RBS e, de janeiro de 2010 a abril de 2014, foi CEO da Bunge Brasil. De 2016 a 2018, foi CEO da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., empresa onde também atuou como membro (1999 - 2002) e Presidente (2002 – 2016) do Conselho de Administração. Foi também Presidente do Conselho de Administração de empresas listadas e não listadas, incluindo a B3 – Brasil, Bolsa Balcão, CPFL, Duratex, Banco do Brasil, entre outras. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da General Atlantic no Brasil, sócio da EB Capital, e membro dos conselhos de administração da Prumo S.A., da Continental Grain Corporation e da Syngenta AG.
O Sr. Pedro Parente não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Pedro Parente declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por ser Diretor Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., com mandato de jun/16 a mar/19.

Maria Paula Soares Aranha - 035.859.048-58

A Sra. Maria Paula é bacharel em administração de empresas pela FGV-EAESP, pós-graduada em administração de empresas pela FGV-EAESP, pós-graduada em ciências contábeis pela FGV-RJ, mestre em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo - USP e mestre em controladoria e prestação de contas pela FEA/USP. Foi membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A., de 2013 a 2018, atuando como coordenadora do CAE - Comitê de Auditoria Estatutária, desde a sua constituição. Foi membro do Conselho de Administração da Paranapanema S.A., de 2014 a 2016, atuando também como coordenadora do Comitê de Auditoria Não Estatutária desta empresa, assessora fiscal, entre 2011 a 2013, na Fibria Celulose S.A. de , além de ter trabalhado, por dois anos, na Invepar S.A. de 2016 a 2018. Atualmente, atua no Comitê de Auditoria e Riscos do Grupo Hapvida, como especialista em gestão de riscos e demonstrações financeiras. É conselheira certificada pela ICSS-A e participou da comissão de Gestão de Riscos e Controle do IBGC. É consultora especializada em controladoria, controles internos e sistemas de gestão corporativa. Foi funcionária do Banco do Brasil de 1981 a 2007, onde atuou como Gerente Executiva do Conselho de Controladoria e Diretoria de Distribuição. Tem experiência trabalhando em instituições financeiras, promovendo a criação de vários modelos, implementação e desenvolvimento de sistemas de gestão, planejamento, orçamento, custos, contabilidade gerencial, gerenciamento de riscos, gestão na distribuição de serviços bancários, gerenciamento de redes de agências e serviços de terminal.
A Sra. Maria Paula não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Maria Paula declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Attilio Guaspari - 610.204.868-72

O Sr. Attilio é graduado em Engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP e mestre em Ciências da Administração pela UFRJ. Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento –BNDES e Presidente do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria da Perdigão e da Companhia, com a designação de especialista financeiro do comitê de auditoria. Possui vasta experiência no cargo de Diretor de Auditoria Interna, como Diretor Financeiro e membro de conselhos de administração.
O Sr. Attilio não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Attilio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

André Vicentini - 283.726.668-06

O Sr. André Vincentini é graduado em Engenharia Mecânica de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP (2003). Especializações em ALM (Asset Liability Management) e em Gestão de Riscos pelo Instituto Educacional da BM&FBOVESPA (2010 e 2012). De janeiro de 2009 a março de 2016, atuou como Superintendente Corporativo de Tesouraria e Serviços Financeiros da BM&FBOVESPA S.A., sendo responsável pela gestão financeira das empresas do Grupo, tanto locais como no exterior, nas áreas de tesouraria, planejamento financeiro, contas a pagar, contas a receber, crédito e cobrança. Foi também responsável pela gestão financeira do fundo de previdência, atuando como Diretor de Investimentos do Mercaprev (AETQ). De setembro de 2006 a dezembro de 2008, atuou como Gerente de Gestão Financeira da Telefônica S.A., responsável pelas operações financeiras do grupo nos mercados locais e internacionais, para gerenciamento de caixa e proteção dos riscos de mercado. De setembro de 2003 a setembro de 2006, atuou como Analista Financeiro Pleno da Perdigão Agroindustrial, sendo membro da Tesouraria responsável pelo gerenciamento de fluxo de caixa, análise de viabilidade e precificação de operações estruturadas, derivativos e operações de comércio exterior. De janeiro de 2001 a setembro de 2003, foi estagiário do Banco Votorantim, atuando na mesa de estruturação e precificação de produtos.
O Sr. André não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. André declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Susana Hanna Stiphan Jabra - 037.148.408-18

A Sra. Susana é formada em economia pela FEA- USP, com MBA em Finanças, pelo Insper. Atua há mais de 30 anos em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Foi membro titular do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A., da Companhia Paulista de Força e Luz, da Companhia Piratininga de Força e Luz e da CPFL Geração de Energia S.A., da Fras-Le S.A., CSU Cardsystem S.A., da Telenorte Celular Participações S.A., da Bonaire Participações S.A, dentre outras e Conselheira Fiscal da CPFL Energia S.A., da JSL S.A., da Kepler Weber S.A., da Paranapanema S.A., da FERBASA, do Universo Online S.A., do Banco Itau Unibanco S. A, dentre outras. Foi membro de diversos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, inclusive do Comitê de Auditoria da Companhia. É Conselheira de Administração e Fiscal com Certificação pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e Mediadora certificada pela GVLaw. A Sra. Susana não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Susana declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Valdecyr Maciel Gomes - 718.224.887-53

O Sr. Valdecyr é graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense – UFF (1986), com especialização em Direito Financeiro Internacional na Euromoney, Oxford University (1997) e participação no Advanced Executive Program da Kellogg School of Management at Northwestern University (2013). De março de 2014 a setembro de 2016, atuou como head para a América Latina e Managing Partner da Brookfield Asset Management. De março de 2008 a setembro de 2013, foi CEO e Presidente da Brookfield Asset Management, bem como de outras empresas do grupo (Banco Brascan S.A., Brookfield Serviços Financeiros Ltda., Brascan Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, BRKB DTVM S.A., BRKB Consultoria e da Brookfield Gestão de Ativos Ltda.). De setembro de 2013 a setembro de 2016, foi Diretor e Vice-Presidente da Brookfield Asset Management, bem como: Diretor e Vice-Presidente Executivo e Managing Partner da Brookfield Brasil Ltda. e da Brookfield Participações Ltda.; Diretor da Brookfield Brazil Ltd. e da Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.; Diretor da Fisher Eagle Capital Investments LLC e da Marlin Capital Investiments LLC. De 2008 a junho de 2011 foi Diretor da Brascan Holdings Plc, responsável pela constituição e gestão da empresa, cuja função era captar recursos no exterior para investimentos no Brasil. De 2001 a 2008, foi Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco Brascan S.A., tendo atuado como Diretor Jurídico da mesma instituição de 1997 a 2001. De 1990 a 1997, atuou como fiscal de tributos do Município do Rio de Janeiro e como advogado da Brascan Brasil Ltda. De 1983 a 1990, foi advogado do Banco Garantia S.A. e, em 1982, foi Oficial do Exército do Governo Federal, como comandante de tropa.
O Sr. Valdecyr não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Valdecyr declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Mônica Hojaij Carvalho Molina - 137.295.488-08

A Sra. Mônica Molina é formada em Administração de Empresas pela FEA-USP e pós-graduada em Marketing pela ESPM-SP. Atua como senior advisor em Estratégia de Negócios e M&A, como sócia diretora da Condere desde 2013, tem mais de 20 anos de experiência profissional, incluindo posições como diretora estatutária, em empresas de médio e grande portes – Agronegócio (Grupo Louis Dreyfus, Bertin), Telecomunicações e Tecnologia (BellSouth Intl, Datasul, Bematech, CSU) e Linha Branca (Whirlpool). Com dupla-certificação pelo IBGC, tem um assento no Conselho de Administração da estatal Dataprev desde julho 2018 e no Conselho Consultivo do Grupo Omni desde maio 2018. Em 2016, foi membro independente do Conselho Fiscal da CSU CardSystem. Eleita por acionistas minoritários, ocupou a posição de membro suplente do Conselho Fiscal das seguintes companhias de capital aberto: Sonae Sierra, Mahle Metal Leve, SLC Agrícola, Lojas Americanas e Tegma Logística. É docente no curso CFO Estrategista, na Educação Executiva do Insper-SP.
A Sra. Mônica Molina não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
A Sra. Mônica Molina declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Carlos Alberto Bezerra de Moura - 034.141.847-10	
N/A	N/A
Sidney Rogério Manzaro - 044.667.638-10	
N/A	N/A
Neil Hamilton dos Guimarães Peixoto Junior - 952.937.017-20	
N/A	N/A
Alessandro Rosa Bonorino - 004.978.597-42	
N/A	N/A
Leonardo Campo Dallorto - 034.845.357-41	
N/A	N/A
Marcel Sacco - 100.523.638-05	
N/A	N/A
Grazielle Tallia Parenti - 504.667.391-68	
N/A	N/A
Vinícius Guimarães Barbosa - 956.931.817-15	
N/A	N/A

Lorival Nogueira Luz Junior - 678.741.266-53	
N/A	N/A
Luiz Fernando Furlan - 019.489.978-00	
N/A	
Flavia Buarque de Almeida - 149.008.838-59	
N/A	
Augusto Marques da Cruz Filho - 688.369.968-68	
N/A	
Dan Ioschpe - 439.240.690-34	
N/A	
Flavia Maria Bittencourt - 011.971.887-11	
N/A	
José Luiz Osório de Almeida Filho - 051.367.447-07	
N/A	
Ivandré Montiel da Silva - 449.975.660-04	
N/A	
Roberto Rodrigues - 012.091.598-72	
N/A	
Marcelo Feriozzi Bacci - 165.903.168-05	
N/A	
Pedro Pullen Parente - 059.326.371-53	
N/A	N/A
Maria Paula Soares Aranha - 035.859.048-58	
N/A	N/A
Attilio Guaspari - 610.204.868-72	
N/A	N/A
André Vicentini - 283.726.668-06	
N/A	N/A
Susana Hanna Stiphan Jabra - 037.148.408-18	
N/A	N/A
Valdecyr Maciel Gomes - 718.224.887-53	
N/A	N/A
Mônica Hojaij Carvalho Molina - 137.295.488-08	
N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Marcelo Feriozzi Bacci	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	26/09/1969	30/04/2020	Até AGO 2022
165.903.168-05		Administrador		27/04/2020	0	0.00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos						
Valmir Pedro Rossi	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	10/06/1961	06/06/2020	AGO 2022
276.266.790-91		Contador		28/05/2020	0	0.00%
Augusto Marques da Cruz Filho	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	16/10/1952	30/04/2020	Até AGO 2022
688.369.968-68		Economista		27/04/2020	1	100.00%
Ivandré Montiel da Silva	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	27/02/1969	30/04/2020	Até AGO 2022
449.975.660-04		Economista		27/04/2020	0	0.00%
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos / Comitê de Inteligência sobre o Consumidor						
Jerônimo Antunes	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	18/11/1955	06/06/2020	AGO 2022
901.269.398-53		Contador e Administrador de Empresas		28/05/2020	0	100.00%
Dan Ioschpe	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	25/02/1965	30/04/2020	AGO 2022
439.240.690-34	Pessoas, Governança, Organização e Cultura / Finanças e Gestão de Riscos	Administrador de Empresas		27/04/2020	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Flavia Buarque de Almeida	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	04/08/1967	30/04/2020	Até AGO 2022
149.008.838-59	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	Economista		27/04/2020	3	100.00%
Comitê de Inteligência sobre o Consumidor						
Flavia Maria Bittencourt	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	15/01/1970	30/04/2020	Até AGO 2022
011.971.887-11	Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	Engenheira Química		27/04/2020	0	0.00%
Comitê de Inteligência sobre o Consumidor						
José Luiz Osório de Almeida Filho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	08/10/1951	30/04/2020	Até a AGO 2022
051.367.447-07	Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	Engenheiro Civil		27/04/2020	1	100.00%
Luiz Fernando Furlan	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	29/07/1946	30/04/2020	AGO 2022
019.489.978-00	Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	Engenheiro Quimico e Administrador de Empresas		27/04/2020	6	100.00%
Manoel Cordeiro Silva Filho	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	01/07/1953	30/04/2020	AGO 2022
253.571.747-68	Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	Administrador de Empresas		30/04/2020	1	100.00%

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Roberto Rodrigues	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	12/08/1942	30/04/2020	AGO 2022
012.091.598-72	Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	Engenheiro Agrônomo		27/04/2020	1	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Marcelo Feriozzi Bacci - 165.903.168-05

Ver item 12.5/6

Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91

O Sr. Valmir Rossi possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Passo Fundo, com pós graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul e em Marketing pela PUC-RJ, além de MBAs em Administração pela Universidade de São Paulo e em Gestão de Negócios pela Universidade Nacional de Brasília. Nos últimos anos, atuou como Conselheiro de Administração ou Fiscal em diversas companhias de capital aberto como a Metalúrgica Gerdau S.A., Brasilprev S.A., BB Seguridade S.A., Banco da Amazônia S.A. e Kepler Weber S.A., além de Conselheiro Deliberativo de diversas entidades e associações, além de ter ocupado por 30 anos diversos cargos no Banco do Brasil S.A. (1983 – 2015). Atualmente, o Sr. Valmir Rossi é Conselheiro Fiscal Titular da Cadam S.A. – Kamin LLC., Conselheiro Fiscal Suplente no Banco Santander S.A. (Brasil), Membro do Comitê de Auditoria do Grupo JSL S.A. e membro da Comissão de Ética na Governança Corporativa do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. O Sr. Valmir Rossi não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Valmir Rossi é qualificado como um membro independente de acordo com as regras do Novo Mercado.

Augusto Marques da Cruz Filho - 688.369.968-68

Ver item 12.5/6

Ivandré Montiel da Silva - 449.975.660-04

Ver item 12.5/6

Jerônimo Antunes - 901.269.398-53

O Sr. Jerônimo Antunes possui Mestrado e Doutorado em Ciências Contábeis na área de Especialização de Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (1998 e 2005, respectivamente) e graduação em Administração de Empresas (1981) e Ciências Contábeis (1987) também pela Universidade de São Paulo. O Sr. Jeronimo Antunes foi Conselheiro de Administração Independente e Presidente dos Comitês de Auditoria da Petrobras e da Petrobras Distribuidora, além de ter atuado como membro do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão da Petrobras, Conselheiro de Administração Independente e Presidente do Comitê de Auditoria da SABESP, Presidente do Comitê de Auditoria da Desenvolve SP, Conselheiro de Administração da Paranapanema, Conselheiro e Diretor do Instituto Brasileiro de Auditores Independentes – IBRACON. A Atualmente, é professor doutor concursado da Universidade de São Paulo, Conselheiro de Administração Independente e Presidente do Comitê de Auditoria da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, Coordenador do Comitê de Auditoria do IRB-Brasil Resseguros e membro dos Comitês de Auditoria da Paranapanema e Desenvolve SP, membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – Fipecafi, membro do Instituto de Governança Corporativa do Brasil - IBGC e revisor ad hoc da Revista Contabilidade & Finanças e Revista Universo Contábil (Online). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nas seguintes atividades: auditoria independente, assurance services, consultoria empresarial, perícia contábil, avaliação de empresas, coordenação de comitês de auditoria e conselheiro de administração
O Sr. Jerônimo Antunes não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Valmir Rossi é qualificado como um membro independente de acordo com as regras do Novo Mercado.

Dan Ioschpe - 439.240.690-34

Ver item 12.5/6

Flavia Buarque de Almeida - 149.008.838-59

Ver item 12.5/6

Flavia Maria Bittencourt - 011.971.887-11

Ver item 12.5/6

José Luiz Osório de Almeida Filho - 051.367.447-07

Ver item 12.5/6

Luiz Fernando Furlan - 019.489.978-00

Ver item 12.5/6

Manoel Cordeiro Silva Filho - 253.571.747-68

O Sr. Manoel Cordeiro é formado em administração de empresas pela Faculdade Moraes Júnior, Rio de Janeiro, com pós-graduação em engenharia econômica pela Faculdade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, e MBA em finanças pelo IBMEC. O Sr. Manoel tem 32 anos de experiência na Vale S.A., tendo sido Diretor de Investimento e Financeiro da VALIA, de 1998 a 2007, e também coordenador do Comitê de investimento da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, ou ABRAPP.
O Sr. Manoel Cordeiro não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
O Sr. Manoel declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Roberto Rodrigues - 012.091.598-72

Ver item 12.5/6

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Feriozzi Bacci - 165.903.168-05	
N/A	
Valmir Pedro Rossi - 276.266.790-91	
N/A	
Augusto Marques da Cruz Filho - 688.369.968-68	
N/A	
Ivandré Montiel da Silva - 449.975.660-04	
N/A	
Jerônimo Antunes - 901.269.398-53	
N/A	
Dan Ioschpe - 439.240.690-34	
N/A	
Flavia Buarque de Almeida - 149.008.838-59	
N/A	
Flavia Maria Bittencourt - 011.971.887-11	

N/A

José Luiz Osório de Almeida Filho - 051.367.447-07

N/A

Luiz Fernando Furlan - 019.489.978-00

N/A

Manoel Cordeiro Silva Filho - 253.571.747-68

N/A

Roberto Rodrigues - 012.091.598-72

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável. Os administradores da Companhia não possuem qualquer uma das relações mencionadas neste item 12.9.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não Aplicável. Os administradores da Companhia não possuem qualquer uma das relações mencionadas neste item 12.10.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

O reembolso de eventuais despesas incorridas pelos administradores da Companhia está coberto por apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (*Directors and Officers Liability*), contratada pela Companhia, com vigência até 30 de janeiro de 2021, com um limite global de US$100 milhões. O Prêmio líquido do seguro é de cerca de USD 3,3 milhões.

Tal seguro, contratado seguindo melhores práticas de mercado, se destina a garantir os custos de defesa legal e as indenizações decorrentes de processos judiciais e administrativos, aos quais estejam atreladas reclamações de terceiros, relacionadas às atividades dos executivos da Companhia.

Dentre as coberturas estipuladas em tal apólice, destacam−se aquelas que abrangem despesas processuais, custos de defesa e indenizações, custos de perícia e depósitos recursais, bloqueio de bens, entre outras. Referida apólice de seguro apresenta especificações, limites e franquias praticadas usualmente no mercado.

Considerando que, em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura do seguro não se aplica, o pagamento de perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada decorreu de ato praticado no exercício da sua função como administrador, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos administradores da Companhia, o seguro se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

Adicionalmente ao seguro descrito acima, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2018, a celebração de contratos de indenidade com os membros de seu Conselho de Administração que exerceram mandato até a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2018, bem como com os membros eleitos em referida assembleia. Ademais, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2020, restou aprovada a celebração de contratos de indenidade com os novos membros do Conselho de Administração da Companhia, que até então não integravam a administração da Companhia.

a. por qual motivo a Companhia preferiu propor a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar

O contrato de indenidade tem o intuito de indenizar os membros atuais do Conselho de Administração da Companhia, os membros imediatamente anteriores do Conselho de Administração, os membros da Diretoria Executiva, bem como os Vice-Presidentes da Companhia ("Garantidos" e, no singular, "Garantido") por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras constrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil já contratado pela Companhia. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional à cobertura do seguro de responsabilidade civil. Inclusive, nas cláusulas do contrato, a Companhia se compromete, expressamente, a contratar o referido seguro de responsabilidade civil.

b. o valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A., com pagamento de prêmio no valor líquido total de cerca de USD 2,8 milhões e com cobertura do montante total de até US$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), correspondente ao limite máximo de indenização, conforme esclarecido acima.

c. se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem obrigados a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros ou à companhia em

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

consequência de atos ilícitos dolosos ou de quaisquer atos ilícitos praticados antes da prestação do compromisso de indenidade

O contrato de indenidade exclui expressamente de sua cobertura as perdas apuradas pelo Garantido em virtude de atos praticados por ele com dolo ou má-fé, independentemente de tais atos terem sido praticados antes ou após a celebração do contrato de indenidade.

d. se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores

O contrato de indenidade prevê a cobertura de quaisquer perdas decorrentes da participação do Garantido (i) em processos judiciais em curso ou futuros, no Brasil ou no exterior, que acarretem bloqueios de bens ou quaisquer outras espécies de constrição ao patrimônio do Garantido; (ii) em processos judiciais ou administrativos, atuais ou futuros, em que sejam estabelecidas penalidades ou quaisquer tipos de sanções, ressalvada a exclusão da cobertura de perdas apuradas pelo Garantido em razão de atos praticados com dolo ou má-fé. Além disso, o contrato de indenidade estabelece a cobertura de perdas relativas à celebração de qualquer espécie de acordo no âmbito de procedimento iniciado contra o Garantido.

e. em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia

Tendo em vista que o contrato de indenidade exclui, expressamente, a garantia em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura para os demais casos em que o Garantido apure perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao Garantido decorreu de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos Garantidos, o contrato de indenidade se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

f. as principais cláusulas contidas no compromisso de indenidade, incluindo o limite global ou anual da cobertura garantida aos beneficiários, quando aplicável, bem como o período de cobertura estabelecido no referido compromisso

Os contratos de indenidade celebrados pela Companhia (i) não possuem limite de cobertura; (ii) estabelecem garantia cuja cobertura abarca todo o período de exercício do cargo executivos pelo Garantido, seja este período anterior ou posterior à celebração do contrato de indenidade; e (iii) será celebrado por prazo indeterminado, continuando em vigor mesmo depois do término do vínculo entre o Garantido e a Companhia.

g. qual o órgão da companhia será competente para determinar o pagamento ou o reembolso que os administradores fizerem jus nos termos do compromisso de indenidade e de que forma tal órgão lidará com os conflitos de interesses inerentes à decisão

O Conselho de Administração é o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso, devendo se abster de votar aquele que for beneficiário da garantia, bem como outros membros do Conselho de Administração beneficiados pela garantia e que estejam envolvidos na mesma demanda que tenha dado origem ao pedido de indenização.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Presença em Assembleias

A despeito da pulverização do seu capital, as assembleias da Companhia têm ocorrido, em média, com presença aproximada de 69% e a participação dos acionistas sendo estimulada pela abordagem direta aos investidores, bem como pela disponibilização do manual para os acionistas, no qual são detalhadamente explicados o motivo da assembleia, a importância da presença, além de orientações gerais sobre o processo.

A Companhia realizou nos últimos três exercícios sociais, 7 assembleias gerais, conforme abaixo:

Data	Tipo	Quórum de instalação	Quórum
29/04/2019	AGO	Em 1ª convocação	58,78%
29/04/2019	AGE	Em 1ª convocação	58,94%
12/12/2018	AGE	Em 1ª convocação	70,47%
05/11/2018	AGE	Em 1ª convocação	71,33%
25/05/2018	AGE	Em 1ª convocação	65,76%
26/04/2018	AGO/E	Em 1ª convocação	72,19%
26/04/2017	AGO/E	Em 1ª convocação	84,50%

Governança Corporativa

Adicionalmente, a Companhia aderiu em 15 de agosto de 2011 ao Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas e declara que aplica os princípios e as regras estabelecidas em tal Código.

Além disso, como uma companhia com suas ações negociadas no segmento especial de governança corporativa Novo Mercado da B3, a Companhia cumpre todos os requisitos do Regulamento do Novo Mercado que lhe eram exigidos até 31 de dezembro de 2017. Com a entrada em vigor, em 02 de janeiro de 2018, do novo Regulamento do Novo Mercado, a Companhia está se adaptando às novas regras e, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia para a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2021, data estabelecida pela B3 para cumprimento integral do novo regulamento, estará cumprindo adequadamente com todas os pontos ali exigidos, já tendo, contudo, ajustado o seu estatuto social, para conformá-lo a estas novas regras.

Composição dos Comitês

De modo a refletir a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, conforme aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, os comitês da Companhia tiveram suas composições e estruturas alteradas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 30 de abril de 2020. A partir desta data, os comitês de assessoramento passaram a ser composto da seguinte forma:

• *Comitê de Auditoria e Integridade*: Srs. Augusto Marques da Cruz Filho, Ivandré Montiel da Silva e Marcelo Feriozzi Bacci. O Comitê de Auditoria e Integridade também é composto por membros externos, que serão definidos nos termos da Instrução CVM nº 509/2011. Periodicidade de reunião ordinária: mensal

• *Comitê de Finanças e Gestão de Riscos*: Srs. Dan Ioschpe, Ivandré Montiel da Silva, Marcelo Feriozzi Bacci e, como membro externo, o Sr. Manoel Cordeiro Silva Filho. Sugestão de periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano.

12.12 - Outras informações relevantes

• *Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura*: Sras. Flavia Buarque de Almeida e Flavia Maria Bittencourt, e o Sr. Dan Ioschpe. Sugestão de periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano.

• *Comitê de Qualidade e Sustentabilidade*: Srs. Roberto Rodrigues, Luiz Furlan, José Luiz Osório, Sra. Flavia Maria Bittencourt e, como consultor externo, o Professor Vicente Falconi. Sugestão de periodicidade de reunião ordinária bimestral, correspondente a 6 vezes por ano.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e dos diretores estatutários e não estatutários, tem como objetivo atrair e reter os profissionais que detenham qualificação, competência e perfil adequado às características e necessidades do negócio. Da mesma forma, visa criar um plano de recompensa e incentivos adequados à condução sustentável dos negócios, alinhando os interesses estratégicos de curto e longo prazos dos acionistas às melhores práticas de mercado e governança corporativa.

Cabe ainda mencionar que, a Companhia possui um Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura que, entre outras atribuições, é responsável por analisar periodicamente a estratégia de remuneração fixa e variável adotada, emitindo suas recomendações a respeito, bem como eventuais modificações a serem implementadas na política de remuneração. Caso o referido Comitê decida pela necessidade de modificar a política de remuneração, a sugestão de modificação é submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

As diretrizes de remuneração vigentes foram formalmente aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 14 de dezembro de 2018.

Para maiores detalhes sobre a metodologia adotada, vide o item (b) (iii) abaixo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Todos os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais, a qual é estabelecida de acordo com a legislação e padrões de mercado e tem por objetivo a compensação adequada aos conselheiros pela participação em reuniões e pelas suas contribuições ao referido órgão. Sendo que para o Presidente do órgão é estabelecida uma remuneração fixa diferenciada dos demais membros, tendo em vista a função exercida pelo mesmo.

Quando aplicável, alguns membros do Conselho de Administração podem também receber valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida), benefícios de cessação do exercício do cargo (cláusulas previstas em contrato de não concorrência – "non compete"), benefício pós-emprego (previdência privada), adicional por participação em comitês e incentivos de longo prazo (plano de remuneração baseada em ações).

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa, composta de 12 pagamentos mensais. A remuneração é determinada na respectiva assembleia geral que aprova sua eleição, não sendo inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída à Diretoria Estatutária, não computados os benefícios e demais parcelas variáveis, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.406/76"). Os suplentes

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

não recebem qualquer tipo de remuneração, recebendo remuneração apenas pela reunião que participarem.

Diretoria

A remuneração global e anual dos membros da Diretoria estatutária é determinada pelo Conselho de Administração com base nas práticas de mercado (vide item (b) (iii) abaixo) e é composta por remuneração fixa e variáveis de curto e longo prazos. Pode também contemplar eventuais gratificações adicionais que visem a atração e retenção dos profissionais. Esta composição visa promover a execução do planejamento estratégico e a busca dos resultados de forma coerente, transparente e voltada aos interesses da organização, dos acionistas e dos demais *stakeholders*.

A remuneração fixa, composta de 13 pagamentos mensais e abono de férias, tem por objetivo a compensação pelos serviços prestados.

A remuneração dos membros da Diretoria também contempla valores referentes a benefícios diretos e indiretos (assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, *check-up*), compromissos de desligamentos (verbas atreladas a compromissos de não concorrência, não solicitação e uso de informações confidenciais), incentivos de contratação e de retenção que se mostrarem necessários e benefício pós-emprego (previdência privada), seguindo as melhores práticas de mercado.

A remuneração variável de Curto Prazo é constituída e paga através do Programa de Participação nos Lucros e Resultados – PLR da Companhia. Tem por objetivo incentivar e reconhecer os executivos pelo alcance dos resultados de curto prazo da Companhia.

Este incentivo está atrelado ao alcance de metas globais pré-estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício social pelo Conselho de Administração. O potencial a ser pago a cada executivo é baseado em múltiplos do salário mensal, metas de áreas e avaliação de desempenho individual.

A remuneração variável de longo prazo é constituída e paga através do (i) plano de remuneração baseadas em opções de ações, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020; (ii) plano de ações restritas, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2015 e modificado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2018, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2020; e (iii) plano de ações restritas e *performance shares* aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2019, os quais têm por objetivo atrair, manter, motivar os executivos e gerar valor para a Companhia, além de ser um importante mecanismo de alinhamento dos executivos aos interesses dos acionistas no longo prazo. O potencial a ser concedido a cada executivo é determinado em múltiplos do salário mensal, metas globais da Companhia, definidas pelo Conselho de Administração, e avaliação de desempenho individual. Tal composição de remuneração estimula a busca de resultados pela Diretoria e reconhece o alcance e a superação das metas pré-definidas, direcionando as ações aos indicadores e alavancas chaves para a garantir a execução da estratégia e a geração de resultados da Companhia equilibrando curto e longo prazo.

Comitês

Membros do Conselho de Administração eleitos para composição dos Comitês de Assessoramento recebem remuneração fixa adicional por participação. Desde 2015, os membros externos que participam de determinados Comitês de Assessoramento, conforme deliberação do Conselho de Administração, fazem jus a remuneração fixa mensal.

Atualmente, os membros da Diretoria, estatutária ou não estatutária, ou outro colaborador da Companhia que participem dos demais Comitês de Assessoramento não fazem jus a qualquer remuneração adicional.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos três últimos exercícios sociais é apresentada nas tabelas abaixo:

2019	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	**69,0%**	**-**	**-**	**-**	**31%**	**100%**
Conselho Fiscal	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Diretoria Estatutária	**37%**	**25%**	**22%**	**-**	**16%**	**100%**
Diretoria não estatutária	**32%**	**30%**	**-**	**-**	**38%**	**100%**
Comitê de Auditoria e Integridade	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Estratégia e Marketing	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**

2018	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	**79,2%**	**-**	**-**	**-**	**20,8%**	**100%**
Conselho Fiscal	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Diretoria Estatutária	**58,9%**	**9,7%**	**25%**	**-**	**6,4%**	**100%**
Diretoria não estatutária	**47%**	**10%**	**-**	**-**	**43%**	**100%**
Comitê de Auditoria e Integridade	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Estratégia e Marketing	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Finanças e Gestão de Riscos	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Qualidade e Sustentabilidade	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**

2017	Remuneração fixa	Remuneração variável	Benefícios pós-emprego	Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Conselho Fiscal	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Diretoria Estatutária	**59%**	**-**	**0,5%**	**17,1%**	**35,3%**	**100%**
Diretoria não estatutária	**69,8%**	**-**	**-**	**-**	**30,2%**	**100%**
Comitê de Auditoria	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Finanças, Governança e Sustentabilidade	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Pessoas, Organização e Cultura	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**
Comitê de Estratégia, M&A e Mercados	**100%**	**-**	**-**	**-**	**-**	**100%**

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura analisa anualmente a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada pela Companhia, a qual é posteriormente submetida à apreciação, deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

A remuneração dos administradores (inclusive membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (seleção de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária é estabelecida em assembleia geral de acionistas, levando-se em consideração os elementos citados no parágrafo anterior.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A política da Companhia distribui de forma equitativa os componentes da remuneração fixa de modo a assegurar o alinhamento às práticas de mercado e ao sistema de governança.

A remuneração variável visa o alcance e a superação das metas corporativas e individuais, o que induz ao compartilhamento de riscos e resultados.

Em relação aos benefícios diretos e indiretos e benefícios pós-emprego, os administradores são enquadrados às mesmas políticas vigentes aplicáveis aos demais funcionários da Companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em dezembro de 2017 e no período compreendido de janeiro a abril de 2018, 1 membro do Conselho de Administração renunciou à remuneração decorrente do exercício desta função, pois passou a cumular cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Estatutária da Companhia. Por esse motivo, em 2017 e em 2018, existia 1 membro do Conselho de Administração que não recebia remuneração paga pela Companhia. No entanto, tal condição cessou com a renúncia do referido membro em 03 de maio de 2018.

Com exceção deste membro do Conselho de Administração, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 não existiam membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Estatutária e não estatutária da Companhia que, por qualquer motivo, não recebiam remuneração paga pela Companhia. Em relação aos membros dos Comitês, conforme informado no item (b) acima, os participantes de Comitês que não são membros da administração da Companhia possuem remuneração fixa especificamente pela sua participação no Comitê.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Em relação à remuneração fixa, a Companhia se baseia em pesquisas de mercado e performance indidual dos seus executivos.

Para a determinação dos valores da remuneração variável, é considerado o desempenho dos executivos mediante estabelecimento prévio de metas globais e de áreas, como, por exemplo, EBIT, nível de endividamento, resultado líquido, aderência aos padrões de qualidade, aderência ao orçamento, índice de segurança do trabalho e indicadores gestão de pessoas.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês são elegíveis apenas à remuneração fixa e podem ser elegíveis de maneira limitada ao programa de remuneração baseadas em ações. Para os diretores estatutários e não estatutários, em relação à remuneração variável, ou incentivo de curto prazo, este elemento está atrelado a indicadores de desempenho da Companhia (metas globais) e à avaliação de desempenho individual. Se atingidas as metas globais, o participante estará sujeito à avaliação de metas individuais (cumprimento de indicadores de performance de áreas e individuais) para o recebimento da remuneração variável.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A prática adotada pela Companhia em relação aos diversos componentes da remuneração está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo, na medida em que, ao definir os componentes da remuneração, busca-se o alinhamento entre os interesses da Companhia e dos administradores. A remuneração fixa é definida de acordo com as práticas de mercado, conforme já descrito anteriormente, objetivando a retenção do profissional e recompensando o desempenho indivual. A remuneração variável de curto prazo, que representa parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a indicadores de desempenho alcançáveis no prazo de um ano; essa determinação tem por objetivo remunerar de acordo com o mercado e, principalmente, o crescimento, rentabilidade e outros indicadores não financeiros da Companhia, já que as metas estabelecidas, se alcançadas, projetam a Companhia a um patamar de crescimento e lucratividade desejado pelos acionistas e investidores, condicionando o ganho do executivo à perenidade do negócio, promovendo assim uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

Além disso, os planos de remuneração baseados em ações da Companhia foram criados para fortalecer a expectativa do acionista da Companhia de criar uma visão e comprometimento de longo prazo nos executivos, promovendo o conhecimento, as competências e o comportamento necessários à perenidade do negócio, além de reforçar o nível de atração e retenção dos seus principais executivos.

Atualmente são elegíveis ao programa de remuneração baseados em ações alguns membros do Conselho de Administração, Diretores estatutários e não estatutários e Gerentes executivos. Em termos de instrumentos, temos planos de *stock options*, ações restritas e ações por performance, embora nos últimos anos tenhamos outorgado aos executivos apenas ações restritas e ações por performance que, por sua vez, são um excelente instrumento de alinhamento de interesse vinculado a uma meta de geração de valor ao acionista.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer qualquer existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

As remunerações individuais do Conselho de Administração e da Diretoria são periodicamente revistas e analisadas pelo Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura com o apoio da Vice-presidência de Recursos Humanos e do Presidente Global, discutindo os princípios gerais da política de remuneração e recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos administradores (inclusive dos membros dos Comitês) e membros do Conselho Fiscal é periodicamente comparada com as práticas de mercado (por meio da seleção de empresas de grande porte, na sua maioria de bens de consumo, que possuam políticas estruturadas e boas práticas na gestão do capital humano, com boas condições de emprego em todos os níveis organizacionais e que possuam uma composição de remuneração equilibrada), através de pesquisas

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

salariais realizadas por meio de consultorias especializadas, além do acompanhamento de inflação do período, avaliando-se a necessidade de ajuste nos componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura, órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, avalia anualmente as diretrizes e prática de remuneração dos administradores e funcionários da Companhia e, caso entenda ser necessário, submete ao Conselho de Administração recomendação de modificação na remuneração até então adotada.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	12.139.000,00	27.728.000,00	798.000,00	40.665.000,00
Benefícios direto e indireto	159.000,00	1.789.000,00	0,00	1.948.000,00
Participações em comitês	2.120.000,00	0,00	0,00	2.120.000,00
Outros	2.789.000,00	10.859.000,00	199.000,00	13.847.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	22.936.000,00	0,00	22.936.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	12.355.000,00	0,00	12.355.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	6.790.000,00	23.641.000,00	0,00	30.431.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. O valor inclui INSS.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	23.997.000,00	99.308.000,00	997.000,00	124.302.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	8,00	3,00	21,00
Nº de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	11.101.000,00	18.317.000,00	442.000,00	29.860.000,00
Benefícios direto e indireto	153.000,00	1.320.000,00	0,00	1.473.000,00
Participações em comitês	898.000,00	0,00	0,00	898.000,00
Outros	2.399.000,00	8.338.000,00	89.000,00	10.826.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	19.176.000,00	0,00	19.176.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	16.275.000,00	0,00	16.275.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	6.287.000,00	12.052.000,00	0,00	18.339.000,00
Observação	número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente. O valor inclui INSS.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	20.838.000,00	75.478.000,00	531.000,00	96.847.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,33	3,00	17,33
Nº de membros remunerados	9,66	4,33	3,00	16,99
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.622.000,00	18.565.000,00	510.000,00	27.697.000,00
Benefícios direto e indireto	153.000,00	645.000,00	0,00	798.000,00
Participações em comitês	876.000,00	0,00	0,00	876.000,00
Outros	1.874.000,00	4.536.000,00	102.000,00	6.512.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário	INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.912.000,00	0,00	3.912.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	10.070.000,00	0,00	10.070.000,00
Baseada em ações (incluindo opções)	3.025.000,00	2.596.000,00	0,00	5.621.000,00
Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	14.550.000,00	40.324.000,00	612.000,00	55.486.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,42	6,17	3,00	18,59
Nº de membros remunerados	9,42	6,17	3,00	18,59
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.887.892,36	15.414.203,13	522.646,00	22.824.741,49
Benefícios direto e indireto	2.118,00	966.320,82	0,00	968.438,82
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.377.578,44	6.219.204,96	104.529,20	7.701.312,60
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos Ônus BRF (%) INSS Empresa 20,00	INSS FGTS Encargos Empregador Provisões de Férias e de 13º Salário *Incidência sobre honorários à Diretoria Estatutária	Encargos Ônus BRF (%) INSS Empresa 20,00	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	246.108,00	0,00	246.108,00
Cessação do cargo	0,00	8.172.667,00	0,00	8.172.667,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	16.906.126,98	0,00	16.906.126,98

Observação	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	O número total de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.	
Total da remuneração	8.267.588,80	47.924.630,89	627.175,20	56.819.394,89

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

ANO: 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**10,00**	**4,00**	**3,00**	**17,00**
Número de membros remunerados	10,00	4,00	3,00	**17,00**
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	**0**
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	28.669.000,00	NA	**28.669.000,00**
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	19.113.000,00	NA	**19.113.000,00**

ANO: 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**10,00**	**8,00**	**3,00**	**21,00**
Número de membros remunerados	10,00	8,00	3,00	**21,00**
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	**0**
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	19.944.000,00	NA	**19.944.000,00**
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	16.620.000,00	NA	**16.620.000,00**
iv – Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	19.176.000,00	NA	**19.176.000,00**

ANO: 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	**10,00**	**6,00**	**3,00**	**19,00**
Número de membros remunerados	9,66	4,33	0,00	**16,99**
Em relação ao bônus				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	3.912.000.000,00	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	0	NA	**0**
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	17.141.850.000,00	NA	**17.141.850,00**

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	17.141.850.000,00	NA	**17.141.850,00**
iv – Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	0	NA	**0**

ANO: 2017	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	**9,42**	**6,17**	**3,00**	**18,58**
Número de membros remunerados	**0,00**	**6,17**	**0,00**	**6,17**
Em relação ao bônus				
i – Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	**N/A**
ii – Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	**N/A**
iii – Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	**N/A**
iv – Valor Efetivamente reconhecido no resultado do exercício	N/A	N/A	N/A	**N/A**
Em relação à participação no resultado				
i – Valor mínimo previsto no plano de remuneração	NA	20.299.936,00	NA	**20.299.936,00**
ii – Valor máximo previsto no plano de remuneração	NA	20.299.936,00	NA	**20.299.936,00**
iii – Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	NA	20.299.936,00	NA	**20.299.936,00**
iv – Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	NA	0,00	NA	**0,00**

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

1) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações – Aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015 e modificado em AGO/E de 27 de abril de 2020

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 8 de abril de 2015, e alterado em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 27 de abril de 2020, tem como público elegível os Diretores estatutários, os Diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos como beneficiários das opções deste plano, entretanto, membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, poderão, na qualidade de diretores, receber outorgas de opções da Companhia.

O instrumento referente ao Plano de Opção de Compra de Ações é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao executivo, um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas serão determinados pelo Conselho de Administração anualmente e estarão vinculados à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações neste instrumento é utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção seja igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcança seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio for atingida

Os participantes do Plano de Opção de Compra de Ações deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquire o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Opção de Compra de Ações caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um Comitê especial para assessorá-lo na administração do plano.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações tem por objetivo permitir que os beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquiram ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; (c) possibilitar à Companhia ou às outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados os beneficiários e incentivar a criação de valor; e (d) compartilhar riscos e ganhos e forma equitativa entre acionistas e os beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, espera alinhar as ações dos beneficiários do plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando o ganho de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo a atitude comprometida e sustentável dos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações tem por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano de Opção de Compra de Ações vem fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de criar visão e comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

O exercício das opções outorgadas somente poderá ocorrer a partir de um ano da data da outorga e na proporção máxima 1/4 das opções a cada ano, podendo fazê-lo durante um prazo de até seis anos, fazendo com que os beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que pode ser objeto de outorga de opção de compra, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Ações Restritas, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 20.311.831 em 29 de abril de 2020.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Ações Restritas, não poderá exceder a quantidade máxima de ações que podem ser objeto de outorga de opção de compra, que é equivalente a 2,5% do número total de ações da Companhia, correspondente a 20.311.831 ações em 29 de abril de 2020.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixará o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções, observado que o preço de exercício nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), ponderada pelo volume de negociação, nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Cada opção de compra de ações dará direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Sem prejuízo do disposto acima, durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções. Caso o beneficiário não tenha os recursos necessários para custear o exercício das opções, será facultada a venda das ações necessárias para pagar o exercício das opções mais os custos e impostos incidentes. A quantidade de ações sujeitas à restrição de venda será calculada conforme os termos e condições estabelecidos no plano.

Os contratos de opção serão celebrados individualmente com cada beneficiário, podendo o Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejar exercer a sua opção deverá comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser oportunamente divulgado pelo Conselho de Administração.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações será determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca será inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente pela variação do IPCA ou por outro índice que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga das opções e as datas especificadas abaixo, conforme segue:

(a) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do primeiro aniversário da data de outorga;

(b) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do segundo aniversário da data de outorga;

(c) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do terceiro aniversário da data de outorga; e

(d) 1/4 das opções poderá ser exercido a partir do quarto aniversário da data de outorga.

As opções serão exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completar o sexto aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O Plano de Opção de Compra de Ações entrou em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Companhia e permanecerá vigente por prazo indeterminado, podendo ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral. O término de vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele, tampouco a validade de eventuais opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações e da vedação à alienação mencionada no item "h" acima.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Durante o prazo de um ano contado da data de exercício da respectiva opção, os beneficiários não poderão vender, ceder e/ou ofertar à venda as ações adquiridas com o exercício de opções.

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições do plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O Plano de Opção de Compra de Ações poderá ser alterado ou extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

n. Efeitos de saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, as regras previstas para a saída por desligamentos da Companhia são as seguintes:

1. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante (i) demissão por justa causa, como previsto na Consolidação das Leis do Trabalho; ou (ii) destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, tais como as previstas nos art. 153 a 157 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações; ou (iii) desídia do beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; ou (iv) condenação penal relacionada a crimes dolosos; ou (v) a prática, pelo beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia ou contra as sociedades sob o seu controle; ou (vi) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, de seus acionistas, ou de quaisquer sociedades sob o seu controle; ou (vii) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário celebrado pelo beneficiário com a Companhia e/ou com a sociedades sob o seu controle ou de eventuais aditivos a tal instrumento ou contrato; ou ainda (viii) descumprimento do Estatuto Social da Companhia e/ou das sociedades sob o seu controle e demais disposições societárias aplicáveis ao beneficiário, como administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2. Na hipótese de ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou por vontade do próprio beneficiário, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

3. Na hipótese de ser desligado da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente extintas, e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas, no prazo de 60 dias contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

4. Na hipótese de desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-ão automaticamente exercíveis e poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de seis meses contados da data do desligamento, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de seis meses contados da data do desligamento, após o que as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2) Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance – Aprovado em AGO/E de 08 de abril de 2015 e alterado em AGO/E de 26 de abril de 2017, AGE de 25 de maio de 2018, AGO/E de 29 de abril de 2019 e AGO/E de 27 de abril de 2020.

a. Termos de condições gerais

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 8 de abril de 2015 e alterado pelas assembleias gerais de acionistas realizadas em 26 de abril de 2017, 25 de maio de 2018, 29 de abril de 2019 e 27 de abril de 2020, tem como público elegível os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários, diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos da Companhia e/ou de suas controladas. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da diretoria, somente poderão receber outorgas de ações restritas da Companhia na qualidade de diretores.

O instrumento do Plano de Outorga de Ações Restritas/ Ações por Performance consiste na outorga de ações restritas / ações por performance aos participantes, de acordo com a proporção entre o valor despendido pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia na B3 (ações de paridade) e o valor líquido de verbas autorizadas, conforme aplicável, no ano da aquisição, ou a qualquer outro critério condicionante que o Conselho de Administração julgar conveniente. Entende-se por verbas autorizadas a participação nos resultados, bônus de contratação e outras verbas (não incluindo salário) autorizadas pelo Conselho de Administração para investimento por parte do beneficiário.

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

A aprovação da lista dos participantes e do número de ações a serem outorgadas será determinada pelo Conselho de Administração anualmente e estará vinculado à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia e da valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garante sua participação em outorgas posteriores.

Os participantes do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance deverão celebrar com a Companhia contratos individuais de outorga de ações restritas, através do qual o participante adquire o direito de outorga de ações restritas da Companhia, conforme critérios descritos acima, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance caberá ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando o disposto no estatuto social da Companhia e na legislação aplicável, bem como respeitando os limites da remuneração global dos administradores e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Será facultado ao mesmo constituir um

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Comitê especial para assessorá-lo na administração do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance tem por objetivo outorgar ações restritas às pessoas elegíveis como beneficiários, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e (c) possibilitar à Companhia ou às sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculadas as pessoas elegíveis.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, espera alinhar as ações dos participantes deste plano de ações de longo prazo à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando o ganho de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promover uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance tem por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de alinhamento e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

A implementação do Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance vem fortalecer a expectativa do acionista e do investidor da Companhia de criar uma visão e comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga, somado ao número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, é equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondente a 20.311.830 ações em 27 de abril de 2020.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. Condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração condicionará a outorga das ações restritas ao investimento por parte do beneficiário na aquisição de ações de emissão da Companhia com a utilização de sua remuneração variável, conforme os termos e condições estabelecidos no Plano de Outorga de Ações Restritas.

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas / ações por performance somente serão plenamente adquiridos se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

(i) os beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia, pelo período que venha a ser definido pelo Conselho de Administração; e

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(ii) seja alcançado pela Companhia um indicador de performance corporativo que esteja alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e da Companhia, este indicador será definido pelo Conselho de Administração da Companhia nos respectivos contratos de outorga, devendo este ser apurado ao final de cada aniversário da data de outorga durante todo o período que vier a ser definido pelo Conselho de Administração, nos termos do item (a) acima.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do beneficiário as respectivas ações restritas, sem custo para o beneficiário.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

Enquanto os direitos às ações restritas / ações por performance não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidos acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Outorga de Ações Restritas / Ações por Performance prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações restritas / ações por performance serão outorgadas sem custo ao beneficiário, nos termos e condições acima descritos.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Os direitos dos beneficiários em relação às ações restritas / ações por performance somente serão plenamente adquiridos após o terceiro aniversário da data de outorga, se verificadas, cumulativamente, as condições descritas no item "h" acima. A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Adicionalmente, o Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às ações restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

k. Forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os beneficiários. O Conselho de Administração poderá estabelecer, ainda, o pagamento do referido montante em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Contrato de Outorga.

l. Restrições à transferência das ações

Enquanto os direitos às ações restritas não forem plenamente adquiridos, nos termos e condições estabelecidas no item "h" acima, o beneficiário não poderá empenhar, vender, ceder, alienar ou transferir, direta ou indiretamente, as ações de emissão da Companhia adquiridas com sua remuneração variável.

O Conselho de Administração também poderá impor restrições à transferência das ações restritas / ações por performance, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações restritas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

m. Critério e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das ações, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

Qualquer alteração legal significativa no tocante às leis e regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de ações, poderá levar à revisão integral do Plano de Outorga de Ações Restritas.

O Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance poderá ser extinto a qualquer tempo por decisão da assembleia geral da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração em ações

De acordo com o Plano de Outorga de Ações Restritas / ações por performance, as regras previstas para a saída do Plano por desligamentos da Companhia são as seguintes:

1. Nas hipóteses de desligamento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2. Na hipótese de desligamento por falecimento do beneficiário, as ações restritas não plenamente adquiridas na data do desligamento terão seu prazo de carência antecipado e, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do espólio do beneficiário, ou se findo este para os herdeiros e sucessores legais do beneficiário, as respectivas ações restritas, sem custo para o beneficiário ou seus herdeiros e sucessores legais.

Não obstante o disposto nos itens acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas nos itens acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado beneficiário.

3) Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Opção de Compra de Ações Adicional (descontinuados em 31 de março de 2015)

a. termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2010 e alterado em 24 de abril de 2012, 9 de abril de 2013 e 3 de abril de 2014 e descontinuado em 31 de março de 2015, era composto por dois instrumentos: o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, tendo como público elegível os diretores estatutários, diretores não estatutários e outros empregados da Companhia e/ou de suas controladas.

O primeiro instrumento era baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), mediante o qual era concedido pela Companhia ao executivo um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de sua emissão a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos.

O segundo instrumento, opcional ao executivo, consistia na outorga de opções de compra de ações de acordo com a proporção entre o valor despendido pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia no mercado de bolsas de valores em que negocia suas ações e o valor líquido da participação nos resultados recebido pelo beneficiário da Companhia ou de controlada, conforme aplicável, no ano da aquisição.

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas eram determinados pelo Conselho de Administração anualmente e estavam vinculados à obtenção de resultados

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

previamente definidos para a Companhia e levando em consideração a valorização dos negócios da Companhia. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garantia sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações no Plano de Opção de Compra de Ações era utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting*), o ganho resultante da opção era igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcançava seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio fosse atingida.

No Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, o número de opções a serem outorgadas a cada participante era o resultado da proporção do valor desembolsado pelo participante elegível para adquirir ações da Companhia no mercado de bolsas de valores, comprando através das notas de corretagem, e o valor líquido da participação nos resultados, bônus de contratação e/ou demais verbas (não incluindo salário) recebido pelo beneficiário da Companhia ou de controlada, conforme aplicável, no ano da aquisição, da seguinte forma:

- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional superior ou igual a 50% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a quatro vezes o número de ações de paridade;

- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional superior ou igual a 25% e inferior a 50% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a duas vezes o número de ações de paridade;

- aos beneficiários que desembolsavam uma quantia proporcional inferior a 25% do valor líquido de participação nos resultados, eram outorgadas opções equivalentes a uma vez o número de ações de paridade.

Os participantes do Plano celebraram com a Companhia contratos individuais de outorga de opção de compra de ações, através do qual o participante adquiriu o direito de opção de compra de ações de emissão da Companhia, direito este pessoal e intransferível.

A administração do Plano cabia ao Conselho de Administração da Companhia, respeitando os requisitos legais aplicáveis e os limites de diluição máxima autorizados em assembleia de acionistas. Foi facultado ao mesmo se utilizar do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura para auxiliá-lo nesta atividade.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional tinham como objetivos: (a) atrair, reter e motivar os participantes; (b) gerar valor para os acionistas da Companhia; e (c) incentivar a visão de empreendedor do negócio.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para seus executivos, esperava alinhar as ações dos participantes deste plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia, condicionando a remuneração variável de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo uma atitude de comprometimento e sustentabilidade dos participantes deste plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional tinham por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos seus principais executivos, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional foram constituídos com o intuito de fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de criar uma visão e o comprometimento de longo prazo no executivo, promovendo o conhecimento, as competências e comportamentos necessários à perenidade do negócio.

O exercício das opções outorgadas nos dois instrumentos somente poderia ocorrer a partir de um ano da data da outorga e na proporção máxima 1/3 das opções a cada ano, podendo fazê-lo durante um prazo de até cinco anos, fazendo com que os beneficiários se comprometessem com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que poderia ser objeto de outorga de opção de compra, considerando de forma consolidada o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional da Companhia, era equivalente a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 21.811.831 ações na data de sua descontinuidade. No âmbito desses Planos, foram outorgadas um total de 20.105.106 ações.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderia exceder a quantidade máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opção de compra. Considerando de forma consolidada o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional da Companhia, esse número corresponde a 2,5% do número total de ações de emissão da Companhia, equivalente a 21.811.831 ações na data de sua descontinuidade. Em 31 de dezembro de 2015, do total de opções outorgadas no âmbito desses planos, 8.636.137 de opções estavam ativas e poderão ser exercidas até dentro do prazo máximo previsto para cada outorga.

h. Condições de aquisição de ações

Para aquisição de ações, conforme os contratos de outorgas, o beneficiário deverá respeitar o período de carência (*vesting*), de acordo com o descrito na letra "j" abaixo. Respeitado o prazo de carência e havendo o interesse do beneficiário pelo exercício, o mesmo deverá fazê-lo mediante uma notificação expressa por escrito.

Não verificados quaisquer impeditivos legais, o Conselho de Administração, na reunião ordinária do mês imediatamente seguinte ao recebimento da notificação de exercício, promoverá o respectivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, ou realizará todos os atos necessários para autorizar a negociação privada das ações mantidas em tesouraria, de forma a conceder ao participante as ações referentes às opções maduras exercidas.

A Companhia praticará todos os atos necessários visando o registro das ações subscritas ou adquiridas pelo participante junto à instituição financeira responsável pela escrituração das ações.

As ações adquiridas ou subscritas farão jus a dividendos e demais proventos como se houvessem sido adquiridas, na mesma data, na B3.

O exercício da opção, realizado conforme os termos deste item, será formalizado mediante a celebração de termo de subscrição de ações, contrato de compra e venda de ações ou qualquer outro documento que venha a ser determinado pelo Conselho de Administração e/ou pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações, o qual deverá conter, necessariamente, as seguintes informações: (a) a quantidade de ações adquiridas ou subscritas; (b) o preço do exercício; e (c) a forma de pagamento.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O pagamento poderá ser feito pelo beneficiário em até cinco dias úteis após o registro das ações em seu nome, sendo facultado ao beneficiário o uso do saldo líquido de impostos da negociação das ações adquiridas pelo exercício das opções para o pagamento do preço de exercício.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações foi determinado pelo Conselho de Administração e equivalente ao valor médio do preço de fechamento das ações nos 20 pregões anteriores à assinatura do contrato de outorga, regra esta válida para ambos os planos.

O preço de exercício será corrigido mensalmente pela variação do IPCA, ou qualquer outro índice escolhido pelo Conselho de Administração, desde a data da outorga até o mês anterior ao envio da notificação de exercício das opções pelo beneficiário.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários possa impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Opção de Compra de Ações Adicional poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo:

(a) até 1/3 do total das opções poderia ser exercido após um ano da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável;

(b) até 2/3 do total das opções poderia ser exercido após dois anos da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável; e

(c) a totalidade das opções poderia ser exercida após três anos da assinatura do contrato de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável.

Transcorridos os prazos mínimos estabelecidos acima, os quais poderão ser estendidos a critério exclusivo do Conselho de Administração no contrato de outorga, as opções exercíveis seriam consideradas opções maduras, tendo, desta forma, o beneficiário adquirido o direito de exercê-las a seu exclusivo critério, respeitado o prazo máximo de validade das opções estabelecido.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas seriam provenientes, conforme fosse deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

l. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas ou subscritas de acordo com as regras do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Opção de Compra de Ações Adicional, bem como dos contratos individuais de outorga, não estavam sujeitas a qualquer período de restrição, de modo que o beneficiário poderia negociar livremente a qualquer momento.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganização societária, seja por fusão, incorporação ou transformação da Companhia, ou ainda na hipótese de saída da Companhia do segmento do Novo Mercado, o Conselho de Administração deliberaria quanto aos efeitos da reorganização societária para as opções outorgadas até a data do evento.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Ainda, na hipótese de alteração do número de ações, seja por grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, as opções e o preço de exercício poderia ser igualmente ajustados, a critério do Conselho de Administração, de forma a evitar quaisquer distorções e prejuízos à Companhia e/ou aos beneficiários.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Opção de Compra de Ações Adicional descontinuados, as regras previstas para a saída por desligamentos eram as seguintes:

1. Na hipótese de o desligamento ser voluntário ou partir de iniciativa da Companhia sem justa causa, as opções maduras teriam seu prazo de validade antecipado e deveriam ser exercidas dentro de, no máximo, 30 dias da notificação de desligamento. As opções ainda não maduras serão canceladas.

2. Na hipótese de o desligamento ser de iniciativa da Companhia com justa causa, todas as opções outorgadas ao beneficiário, incluindo, mas não se limitando às opções maduras, seriam canceladas a contar da notificação de desligamento.

3. As opções canceladas conforme o disposto nos itens 1 e 2 acima não ensejariam qualquer direito de indenização ao beneficiário.

4. Os contratos de outorga ou os contratos de opção de compra de ações adicional seriam rescindidos a contar da data do desligamento do beneficiário, sendo que tal rescisão não ensejaria qualquer direito de indenização ao beneficiário.

5. Não seriam aplicáveis as disposições acima na hipótese de diretores estatutários não reeleitos para seus respectivos cargos, desde que estes ainda permanecessem no quadro de empregados da Companhia e e/ou de controladas, hipótese na qual os contratos de outorga ou contratos de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável, permaneceriam em vigor com os mesmos termos e condições.

Para os casos de aposentadoria por tempo de serviço ou invalidez permanente do beneficiário, as opções maduras poderiam ser exercidas dentro do prazo de validade estabelecido no contrato de outorga ou no contrato de opção de compra de ações adicional, conforme aplicável. As opções ainda não maduras seriam automaticamente consideradas opções maduras, imediatamente exercíveis dentro do prazo de validade 60 dias a contar da data de saída da Companhia. No caso de falecimento do beneficiário, as opções seriam transferidas para os herdeiros e/ou legatários do beneficiário, sendo que as opções maduras poderiam ser exercidas dentro de novo prazo de validade de 12 meses a contar da data de falecimento do beneficiário; e as opções ainda não exercíveis seriam consideradas imediatamente opções maduras e poderiam ser exercidas dentro do prazo de validade de 12 meses a contar da data de falecimento do beneficiário.

4) Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Option*) (descontinuado em 31 de março de 2015)

a. Termos e condições gerais

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) da Companhia, aprovado pela assembleia geral de acionistas realizada em 3 de abril de 2014 e descontinuado em 31 de março de 2015, tinha como público elegível diretores estatutários, diretores não estatutários e outros empregados da Companhia e/ou de suas controladas.

O instrumento é baseado no conceito de opção de compra de ações (*performance stock options*), mediante o qual era concedido pela Companhia ao executivo um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício), sujeito a prazos predefinidos e condições de atingimento de metas.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

A aprovação da lista dos participantes e do número de opções a serem outorgadas era determinada pelo Conselho de Administração anualmente, e estava vinculada à obtenção de resultados previamente definidos para a Companhia, à valorização dos negócios da Companhia e á determinação de metas corporativas. A participação do executivo em um ciclo de outorga não garantia sua participação em outorgas posteriores.

Para determinação do número de opções de compra de ações era utilizado o conceito de cálculo em que, atingida uma expectativa de valorização da ação de emissão da Companhia no período de carência estipulado (*vesting)* e de metas corporativas, o ganho resultante da opção era igual ao nível de premiação alvo ao executivo. Neste conceito, o participante somente alcançava seu potencial de ganho se a expectativa dos acionistas em termos de valorização do negócio fosse atingida.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) tinha por objetivo permitir que os beneficiários, sujeitos a determinadas condições, adquirissem ações da Companhia, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter os beneficiários.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

A Companhia, ao estabelecer uma oportunidade de investimento diferenciada e competitiva para os seus executivos, visando alinhar as ações dos beneficiários do plano à visão dos acionistas e investidores da Companhia condicionando a remuneração variável de longo prazo do executivo à perenidade do negócio e, com isso, promovendo uma atitude de comprometimento e de sustentabilidade dos beneficiários do plano.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) tinha por objetivo complementar o pacote de remuneração de seus executivos, reforçando o nível de atração e retenção dos principais executivos da Companhia, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) buscava fortalecer a expectativa do acionista e investidor da Companhia de se criar uma visão e comprometimento de longo prazo no executivo, e o compromisso dos executivos em gerar valor e resultados sustentáveis para a Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações abrangidas que pode ser objeto de outorga de opção de compra é equivalente a 0,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 4.362.366 ações na data de sua descontinuidade. No âmbito desse plano, foram outorgadas um total de 1.251.238 ações. Em 31 de dezembro de 2015, não há opções ativas do total de opções outorgadas no âmbito desse plano.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas não poderia exceder a quantidade máxima de ações que poderiam ser objeto de outorga de opção de compra, que era equivalente a 0,5% do número total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 4.362.366 ações na data de sua descontinuidade.

h. Condições de aquisição de ações

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Conselho de Administração, anualmente ou em periodicidade que julgar conveniente, fixou o preço de exercício de cada opção e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício de cada opção e impunha quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Cada opção de compra de ações dava direito ao beneficiário de adquirir uma ação da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

A outorga de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) foi realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre a Companhia e os beneficiários, os quais especificavam, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) as metas de desempenho da Companhia e outros termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções; (c) o prazo final para exercício das opções; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento.

O Conselho de Administração tinha autonomia para subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor períodos de vedação para negociação (*lock-up*) de parte das ações e outras restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

Os contratos de opção foram celebrados individualmente com cada beneficiário, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer termos e condições diferenciados para cada contrato de opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os beneficiários, mesmo que houvessem situações similares ou idênticas.

O beneficiário que desejassem exercer a sua opção deveria comunicar à Companhia, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de opções que desejasse exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração.

i. Critério para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções de compra de ações outorgadas era determinado pelo Conselho de Administração na data de outorga, observado que nunca podia ser inferior à média da cotação das ações da Companhia na B3 ponderada pelo volume de negociação nos 20 últimos pregões que antecederem a data de outorga, corrigido monetariamente de acordo com o índice determinado pelo Conselho de Administração.

j. Critério para fixação do prazo de exercício

A fixação do prazo de exercício levou em consideração as práticas de mercado, bem como o período médio necessário para que a gestão dos beneficiários pudesse impactar na valorização das ações e no crescimento da Companhia.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos contratos de opção, as opções tornar-se-ão exercíveis após um prazo de carência de, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia.

As opções eram exercíveis até o último dia útil do ano civil em que se completaria o 4º aniversário da data de outorga. As opções não exercidas nos prazos e condições estipulados foram consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização.

k. Forma de liquidação

As ações objeto das opções outorgadas deveriam ser provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração, da emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou de ações mantidas em tesouraria.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

l. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração tinha autonomia para subordinar o exercício da opção a determinadas condições, bem como impor períodos de vedação para negociação (*lock-up*) de parte das ações e outras restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo beneficiário dessas mesmas ações.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração tinha autonomia para determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restringiam ou impediam a negociação de ações por parte dos beneficiários.

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderia também rever as condições do plano, desde que não alterasse os respectivos princípios básicos. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, das companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do plano.

O plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela assembleia geral de acionistas da Companhia.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options* descontinuadas), as regras previstas para a saída por desligamentos eram as seguintes:

1. Na hipótese de desligamento da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todas as opções já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

2. Na hipótese de desligamento da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, ou por vontade do próprio beneficiário, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para a Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e poderiam ser exercidas no prazo de 30 dias contados da data do término da carência, após o que restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderiam ser exercidas, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o qual as mesmas restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

3. Na hipótese de desligamento da Companhia por aposentadoria ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para a Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e poderiam ser exercidas no prazo de 60 dias contados da data do término da carência, após o que restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento permaneceriam válidas, podendo ser exercidas nos termos do plano e respectivo contrato de opção.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

4. Na hipótese de desligamento da Companhia por falecimento: (i) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, tornar-se-iam exercíveis proporcionalmente ao tempo do prazo de carência em que o beneficiário tiver trabalhado para Companhia, desde que satisfeitas as condições determinadas no respectivo contrato de opção, e poderiam ser exercidas no prazo de 12 meses contados da data do término da carência, após o que restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderiam ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário, no prazo de 12 meses contados da data do desligamento, após o qual as mesmas restariam automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018.

Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015 não há outorga de uma opção de compra, mas sim a transferência de ações da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 13.4 acima.

ANO: 2019 – Conselho de Administração		
b. número total de membros	1	1
c. número de membros remunerados	1	1
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2019
i - data de outorga	08/06/2018	08/06/2018
ii – quantidade de opções outorgadas	276.000	100.490
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
iv – prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	50% - 08/06/2019 50% - 08/06/2019	33% - 01/06/2020 33% - 01/06/2021 33% - 01/06/2022
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções	**N/A**	**N/A**
Em aberto no início do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em Reais)	**22,29**	**30,61**
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	**0,03%**	**0,01%**

ANO: 2019	**Diretoria Estatutária**							
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33	8
c. número de membros remunerados	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33	8
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra 2	Ações Restritas/ Ações por performance
i - data de outorga	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017	18/06/2018	01/10/2018	01/06/2019
ii – quantidade de opções outorgadas	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771	135.000	319,030	598.949
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções	50% - 18/06/2019 50% - 18/06/2020	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2021	1/3 em 01/06/2020 1/3 em 01/06/2021

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

	2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções		2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções			1/3 em 01/06/2022
iv – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A	N/A
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções								
Em aberto no início do exercício social	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em Reais)	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91	20,00	21,44	30,61
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%	0,02%	0,03%	0,07%

ANO: 2018	Diretoria Estatutária						
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
c. número de membros remunerados	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra 2
i - data de outorga	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017	18/06/2018	01/10/2018
ii – quantidade de opções outorgadas	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771	135.000	319,030
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	50% - 18/06/2019 50% - 18/06/2020	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2021
iv – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A
v – prazo de restrição à transferência de ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções							
Em aberto no início do exercício social	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A	Não se aplica	Não se aplica
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em Reais)	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91	20,00	21,44
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%	0,02%	0,03%

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

ANO: 2017	Diretoria Estatutária						
b. número total de membros	7,58	7,58	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17
c. número de membros remunerados	6,00	7,00	6,00	6,00	6,17	6,17	6,17
d. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações	Outorga 2014	Outorga 2014 II	Outorga 2016 I	Outorga 2016 II	Outorga 2017 - Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 – Extra II
i - data de outorga	04/04/2014	18/12/2014	28/04/2016	31/05/2016	30/03/2017	31/08/2017	01/12/2017
ii – quantidade de opções outorgadas	511.744	2.226.270	3.200.000	693.860	150.000	187.333	290.771
iii – prazo para que as opções se tornem exercíveis	2015 – 1/3 das opções 2016 – 2/3 das opções 2017 – 3/3 das opções	2015 – 1/3 das opções 2016 – 2/3 das opções 2017 – 3/3 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2017 - 1/4 das opções 2018 - 2/4 das opções 2019 - 3/4 das opções 2020 - 4/4 das opções	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções	2018 - 30% das ações 2019 - 70% das ações	2018 - 1/4 das opções 2019 - 2/4 das opções 2020 - 3/4 das opções 2021 - 4/4 das opções
iv – prazo máximo para exercício das opções	03/04/2019	17/12/2019	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023
v – prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano
vi – preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções							
Em aberto no início do exercício social	54,49	75,27	57,65	47,68	N/A	Não se aplica	N/A
Perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
e. valor justo das opções na data da outorga (em Reais)	12,56	14,58	9,21	10,97	9,45	41,85	7,91
f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,06%	0,26%	0,39%	0,09%	0,02%	0,02%	0,04%

(*) A outorga referente ao ano de 2015, foi cancelada pelo Conselho de Administração em 29/03/16

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018, sendo que não há opções em aberto para o Conselho de Administração.

Em relação ao Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado em AGO/E de 8 de abril de 2015 não há outorga de uma opção de compra, mas sim a transferência de ações da Companhia mediante o cumprimento de determinadas condições descritas no item 13.4 acima.

2019							
Ano de outorga	Outorga 2016	Outorga 2016 I	Outorga 2017 Extra	Ações Restritas 2017	Outorga 2017 Extra II	Ações Restritas 2018	Ações Restritas 2018 – Extra II
b. número total de membros	7,67	7,67	6,17	6,17	6,17	4,33	4,33
c. número de membros remunerados	1,00	0	0	6,17	0	6,17	4,33
d. Em relação às opções ainda não exercíveis							
i – quantidade	17.090	0	0	74.265	0	135.000	319,030
ii – data em que se tornarão exercíveis	8.545 em 28/04/2019 8.545 em 28/04/2020	N/A	N/A	2019 - 100% das ações	N/A	67.500 em 18/06/2019 67.500 em 18/06/2019	1/3 em 01/10/2019 1/3 em 01/10/2020 1/3 em 01/10/2020
iii – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	N/A	01/12/2023	N/A	N/A
iv – prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	N/A	1 ano	N/A	N/A
v – preço médio ponderado de exercício	58,53	48,41	38,75	Não aplicável	41,87	Não aplicável	Não aplicável
vi – valor justo das opções no último dia do exercício social[1]	9,21	10,97	9,21	Não aplicável	10,97	Não aplicável	Não aplicável
e. em relação às opções exercíveis[1]							
i – quantidade	17.090	0	-	-	-	-	-
ii – prazo máximo para exercício das opções	28/04/2022	31/05/2022	30/03/2023	-	01/12/2023	-	-
iii – prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	-	1 ano	-	-
iv – preço médio ponderado de exercício[2]	58,53	48,41	N/A	-	N/A	-	-
v – valor justo das opções no último dia do exercício social[3]	9,21	10,97	9,45	-	7,91	-	-
vi – valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R$ 157.398,90	N/A	N/A	-	N/A	-	-

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Os membros do Conselho de Administração da Companhia passaram a fazer jus à remuneração baseada em ações a partir do Exercício de 2018.

Opções Exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	10,00	8,00
número de membros remunerados	1,00	8,00
Opções Exercidas		
Número de ações	NA	NA
Preço médio ponderado de exercício	NA	NA
Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	NA
Ações Entregues		
Número de ações	100.490	598.949
Preço médio Ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas	N/A	N/A

Em 2016 e 2017, não houve exercícios de opções ou entrega de ações aos membros da Diretoria Estatutária.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Planos de Opção de Compra de ações: Para a precificação utiliza-se o modelo *Black-Scholes-Merton.*

Planos de Ações Restritas com outorgas anteriores a outubro 2018: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão da data de outorga das ações.

Planos de Ações Restritas com outorgas após outubro 2018, inclusive: Para a precificação utiliza-se o valor médio do preço de fechamento do pregão do mês anterior à data de outorga das ações.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Planos de Opção de Compra de ações:

Considerando que os valores relativos ao ciclo de outorgas consideram as outorgas realizadas até a data de elaboração deste Formulário de Referência, foram utilizadas as seguintes premissas para a precificação das opções alvo dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia:

- ✓ Preço da ação: utilizado o preço de fechamento do pregão anterior à data de outorga (B3 - *ticker* BRFS3);

- ✓ Preço de exercício: resultado da média do preço de fechamento do pregão (B3 – *ticker* BRFS3) dos últimos 20 pregões anteriores à data de outorga das opções, corrigido pelo IPCA;

- ✓ Prazo de vida opção: As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas pelos participantes, respeitado os prazos mínimos de carência estabelecidos abaixo:

1) Plano de Opção de Compra de Ações vigente, aprovado em AGO/E de 08/04/15: (a) até 1/4 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/4 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) até 3/4 do total das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; (d) a totalidade das opções poderão ser exercidas após quatro anos da assinatura do contrato de outorga; e (e) o prazo máximo seis anos após a outorga para exercício das opções;

2) Plano de Opção de Compra de Ações e Plano de Opção de Compra de Ações Adicional descontinuados em 31 de março de 2015: (a) até 1/3 do total das opções poderão ser exercidas após um ano da assinatura do contrato de outorga; (b) até 2/3 do total das opções poderão ser exercidas após dois anos da assinatura do contrato de outorga; (c) a totalidade das opções poderão ser exercidas após três anos da assinatura do contrato de outorga; e (d) o prazo máximo cinco anos após a outorga para exercício das opções;

3) Plano de Opção de Compra de Ações (*Performance Stock Options*) descontinuado em 31 de março de 2015: as opções se tornarão exercíveis, após um prazo de carência de, no mínimo, 18 meses e, no máximo, 24 meses, contados da data da outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia;

- ✓ Taxa Livre de Risco: como taxa Livre de risco é considerada a NTN-B (Nota do Tesouro Nacional) disponível na data da precificação e com vencimento equivalente à vida da opção;

13.8 - Precificação Das Ações/opções

- ✓ Taxa de dividendos: é considerado histórico de pagamento de dividendos da Companhia nos últimos dois anos; e

- ✓ Volatilidade das ações nominais de emissão da Companhia: A Companhia utiliza-se da volatilidade ponderada do histórico das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável às modelagens ou premissas de cálculo, pois, diferentemente das opções de ações, a quantidade de ações é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de ações, considerando o seu valor de mercado.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Planos de Opção de Compra de ações:

Conforme metodologia de precificação das opções alvo (*Black-Scholes-Merton*) e das características dos Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, não são utilizadas premissas para incorporar efeitos de exercício antecipado.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Planos de Opção de Compra de ações:

A Companhia utiliza-se da volatilidade histórica das ações nominais de sua emissão para o estabelecimento da taxa de volatilidade.

Planos de Ações Restritas:

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Planos de Opção de Compra de ações:

Não aplicável.

Planos de Ações Restritas

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos administradores e conselheiros fiscais, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social estão indicadas abaixo:

	Ações Ordinárias de Emissão da Companhia	ADRs com lastro em Ações Ordinárias de Emissão da Companhia
Conselho de Administração	6.474.420	0
Diretoria	236.338	0
Conselho Fiscal	600	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		
b. número de membros	9,42	8	8	8
c. número de membros remunerados	0	1	2	0
d. nome do Plano	N/A	Plano de Benefícios II (fechado para novas adesões)	Plano de Benefícios III (aberto para novas adesões)	Plano de Benefícios FAF (fechado para novas adesões)
e. quantidade de Administradores que reúnem as condições para se aposentar [1]	N/A	1	0	0
f. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- 55 anos de idade completos; - 3 anos de serviço creditado (participação no plano); - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	- 55 anos de idade completos; - 3 anos de serviço creditado (participação no plano); - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora	- Ter cumprido o prazo de 10 anos de contribuição para o plano - Estar em gozo de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição concedido pelo Regime Oficial de Previdência - Término do vínculo empregatício junto à Patrocinadora
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores [2]	N/A	R$ 640.002,96	R$ 1.513.002,59	N/A
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 86.028,21	R$ 708.599,70	R$ 0,00
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.	Não há previsão de resgate antecipado, exceto no término do vínculo empregatício.

[1] Preenche as condições, porém, é necessário que ocorra o término do vínculo empregatício.

[2] Valor total das contribuições de patrocinadora (desde a adesão ao Plano) acrescido da rentabilidade.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	8,00	4,33	6,17	10,00	9,66	9,42	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	8,00	4,33	6,17	10,00	9,66	9,42	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	10.105.934,64	4.842.479,53	2.640.000,00	9.745.064,17	1.472.400,00	1.472.400,00	198.830,00	197.646,00	197.646,00
Valor da menor remuneração(Reais)	4.181.110,24	4.842.479,53	1.330.000,00	480.000,00	480.000,00	480.000,00	173.438,00	117.000,00	117.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	9.434.781,18	9.312.626,58	7.771.561,77	2.010.356,42	1.506.112,94	877.974,03	177.000,00	203.858,33	209.058,40

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Para a maior e a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme instrução específica deste item. Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2018	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2017	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Para a maior e a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme instrução específica deste item. Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2018	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2017	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Para a maior e a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme instrução específica deste item. Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.

31/12/2018	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.
31/12/2017	Para todos os órgãos, o membro com maior remuneração individual exerceu o cargo por 12 meses Para a menor remuneração individual, foram excluídos os membros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses Para o valor médio da remuneração, são considerados todos os elementos informados no item 13.2.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui uma política institucionalizada que determine o pagamento de indenização aos administradores em razão de destituição ou aposentadoria. Não obstante, a Companhia celebrou determinados acordos contratuais com certos diretores os quais prevêem o pagamento de indenização ao administrador, pelo prazo de 3 (três) anos contados do encerramento do vínculo com a Companhia, como forma de compensação pela vedação da prática de atos considerados de concorrência com a Companhia. Tal mecanismo tem por objetivo reduzir os impactos financeiros do administrador em razão das limitações aplicadas em seu campo profissional, em razão da celebração do contrato. Caso a indenização se torne devida, não haverá impactos financeiros relevantes para a Companhia.

Para mais informações sobre apólices de seguros e/ou de contratos de indenidade, vide seção 12.11 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, tendo em vista que a Companhia não possui controladores diretos ou indiretos.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer valor reconhecido no resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Nos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, não houve qualquer valor reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14. Recursos humanos

14.1 - Descrições dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As informações prestadas abaixo abrangem a Companhia e suas controladas:

	2019	2018	2017
Brasil			
Administração	10.338	7.473	9.462
Comercial	7.111	9.795	7.502
Produção	68.676	67.976	70.903
	86.125	85.244	87.867
Exterior			
Administração	1.410	3.552	2.138
Comercial	793	1.019	731
Produção	4.514	15.806	17.498
	6.717	20.377	20.367
Total	**92.842**	**105.621**	**108.234**

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

As informações prestadas abaixo abrangem a Companhia e suas controladas no Brasil:

	2019	2018	2017
Brasil			
Administração	402	103	520
Comercial	894	532	30
Produção	11.155	6.805	6.245
Total	**12.451**	**7.440**	**6.795**

Os terceirizados no Brasil desempenham as seguintes atividades: Segurança Patrimonial e Eletrônica, Serviços de Limpeza, Controle de Pragas, Recepção e Pendura de Animais, Cargas e Descargas (Movimentações Internas), Abate e Sangria de Aves, Apanha de Aves, Restaurantes, Lavanderia / Vestiários, Temporários e Sexagem de Pintos.

Não estão disponíveis as informações de terceirizados que atuam nas unidades do exterior.

c. índice de rotatividade

As informações prestadas abaixo abrangem a Companhia e suas controladas.

31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
15,30%	17,24%	16,08%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima, referentes aos três últimos exercícios sociais.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Os empregados da Companhia recebem remuneração fixa e variável. A política de remuneração é estabelecida de acordo com as práticas de mercado, sendo que a remuneração variável está atrelada ao alcance de metas pré−estabelecidas e aprovadas no início de cada exercício, integrante do Programa de Participação nos Lucros e Resultados.

Tal política de remuneração estimula a busca de resultados pelos empregados e reconhece o alcance e superação das metas pré−definidas, gerando direcionadores e atenção nos indicadores críticos para a estratégia e resultados da Companhia, e que finalmente, também corresponde aos interesses dos acionistas.

b. política de benefícios

A política de benefícios da Companhia destinada aos seus empregados é estabelecida de forma a complementar as necessidades sociais dos empregados e está alinhada às práticas de mercado, de forma que os empregados possam desempenhar suas atividades de forma tranquila e comprometida.

Nesta linha, é oferecido aos funcionários um pacote de benefícios atraente, constituído por:

✓ Assistência médica e odontológica

✓ Seguro de vida

✓ Refeição

✓ Cesta básica

✓ Transporte

✓ Previdência privada

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

São elegíveis como beneficiários dos planos de outorga de ações e de opção de compra de ações da Companhia os seguintes empregados não administradores: diretores não estatutários e pessoas ocupando outros cargos da Companhia e/ou de suas controladas.

Para informações sobre os planos de outorga de ações e os planos de opção de compra de ações da Companhia, veja o item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

No Brasil, 100% dos colaboradores são abrangidos por acordos e representados pelo sindicato dos trabalhadores (79 sindicatos, 70 acordos e quatro convenções coletivas). A Companhia acredita ter relações satisfatórias com seus funcionários e não houve greves, paralisações ou conflitos trabalhistas significativos nos últimos três exercícios sociais.

No exterior, são seguidas as leis do trabalho de cada um dos países, e, quando há uma entidade representante dos trabalhadores, a cobertura de acordos coletivos é de 100%.

A Companhia reconhece às entidades legalmente constituídas o importante papel por estas desempenhado, estabelecendo processos de diálogo e composição, com a observância da legislação em vigor, dos princípios éticos e das boas práticas de mercado. São vedadas quaisquer atitudes discriminatórias por ideologia sindical.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Com a finalidade de enfrentar os desafios causados pela pandemia global do novo coronavírus (COVID-19), originado na China no final de 2019 e declarada como pandemia global pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, foi instituído um grupo de trabalho multidisciplinar composto por especialistas, incluindo um infectologista de renome no Brasil, o qual vem monitorando todas as nossas operações, dialogando com as autoridades públicas e instruindo nossos colaboradores, visando a execução segura de nossas atividades.

Cumpre destacar que o referido grupo de trabalho foi instituído antes mesmo de a OMS ter oficialmente classificado a doença como pandemia, em 11 de março de 2020, e de o Brasil ter confirmado qualquer caso de contaminação pelo COVID-19, o que demonstra que a Companhia tem sido diligente sobre o tema.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas para contribuir com a contenção da contaminação da população e preservação da saúde e bem-estar de seus colaboradores, destacam-se campanhas de conscientização sobre adoção de práticas de higiene, disponibilização de produtos de higienização individual e reforço de limpeza em todas as instalações, distanciamento social, implementação de home office para o departamento de administração, dispensa de trabalho sem prejuízo de remuneração para aprendizes, estagiários, gestantes, maiores de 60 anos e demais colaboradores dos grupos de risco, manutenção e reforço de telemedicina, vacinação contra a gripe, e monitoramento e avaliação da saúde dos colaboradores, bem como eventuais sintomas de contaminação. Por exemplo, entre os dias 5 e 19 de junho de 2020, as atividades na unidade produtiva de Rio Verde (GO) foram suspensas, com a manutenção de equipes reduzidas para funcionamento dos serviços essenciais de suporte à operação, sendo os demais colaboradores da referida unidade produtiva preventivamente afastados, sem qualquer prejuízo salarial, e devidamente orientados a permanecer em suas residências. Em 10 de junho de 2020 a Companhia iniciou a realização de testagem adicional por amostragem dos colaboradores, seguindo protocolo que vem sendo implementado em todas as unidades da Companhia. O objetivo é obter informações precisas e com rapidez para garantir o bem-estar dos colaboradores da Companhia e maior controle na identificação da COVID-19. Com o objetivo de trazer maior confiabilidade ao processo, a Companhia também solicitou a realização de contraprova, por amostragem, em outros laboratórios, para os resultados então apresentados. A partir de 19 de junho de 2020, a Companhia iniciou a retomada gradativa das atividades da unidade de Rio Verde (GO) mediante a prévia avaliação médica de todos colaboradores. Para evitar impactos em abastecimento durante o período de paralisação, a produção foi redirecionada para outras unidades da Companhia na região.

A Companhia também está monitorando eventuais afastamentos de colaboradores em razão do COVID-19 e conta com suporte de empresas especializadas em recrutamento para substituir temporariamente e da forma mais rápida possível os empregados afetados. Para maiores informações sobre as medidas de combate à pandemia do COVID-19, vide item 5.6 deste Formulário de Referência.

Não há outras informações relevantes com relação a este item 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Kapitalo Investimentos Ltda.					
11.180.009/0001-48	Brasileira-SP	Não	Não	21/01/2021	
Não					
40.784.398	5,020%	0	0,000%	40.784.398	5,020%
Previ - Caixa Previdência Funcionários Banco do Brasil					
33.754.482/0001-24	Brasileiro-RJ	Não	Não	30/09/2020	
Não					
75.048.452	9,237%	0	0,000%	75.048.452	9,237%
Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social					
34.053.942/0001-50	Brasileiro-RJ	Não	Não	27/01/2021	
Não					
80.447.828	9,902%	0	0,000%	80.447.828	9,902%
OUTROS					
611.426.484	75,255%	0	0,000%	611.426.484	75,255%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
4.766.084	0,586%	0	0,000%	4.766.084	0,586%
TOTAL					
812.473.246	100,000%	0	0,000%	812.473.246	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	27/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	59.091
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1.871
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	34

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

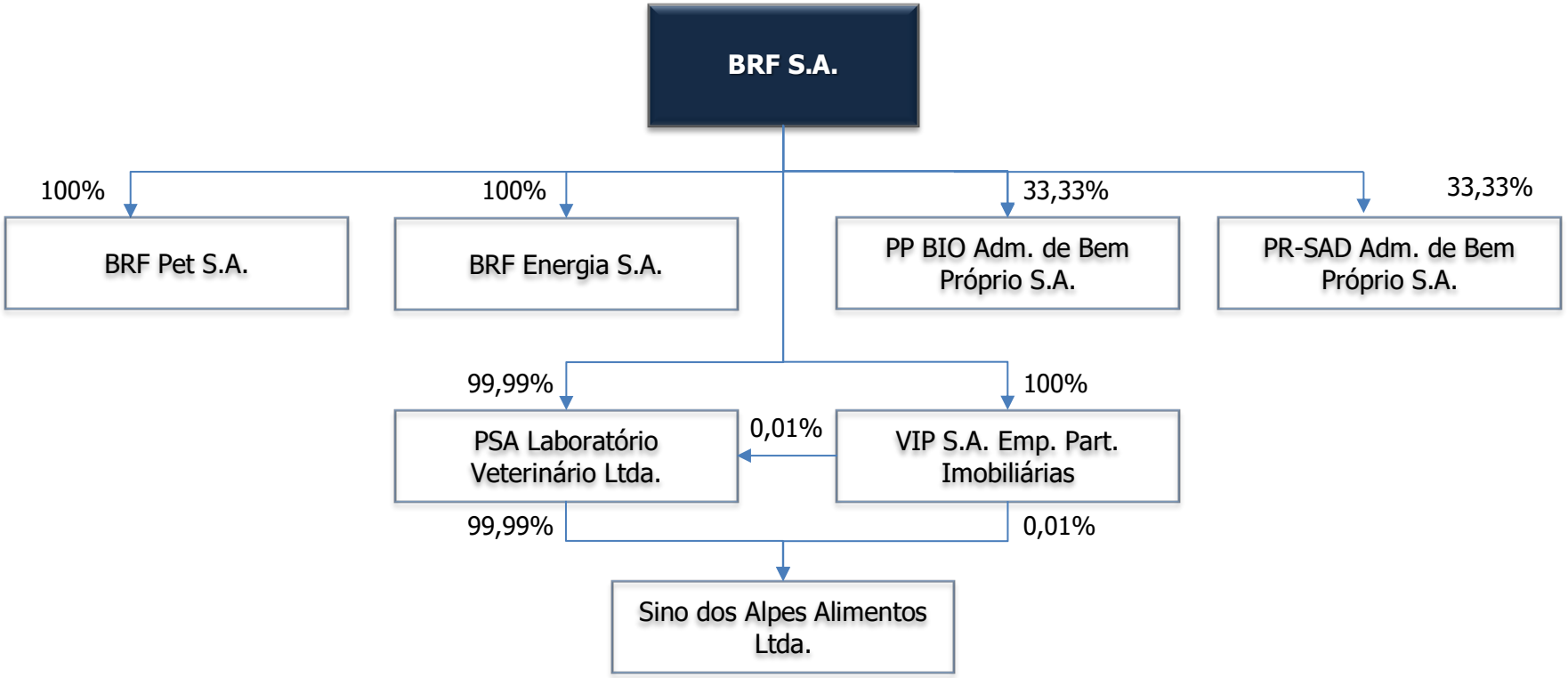
Quantidade ordinárias (Unidades)	811.759.800	99,912%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	811.759.800	99,912%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

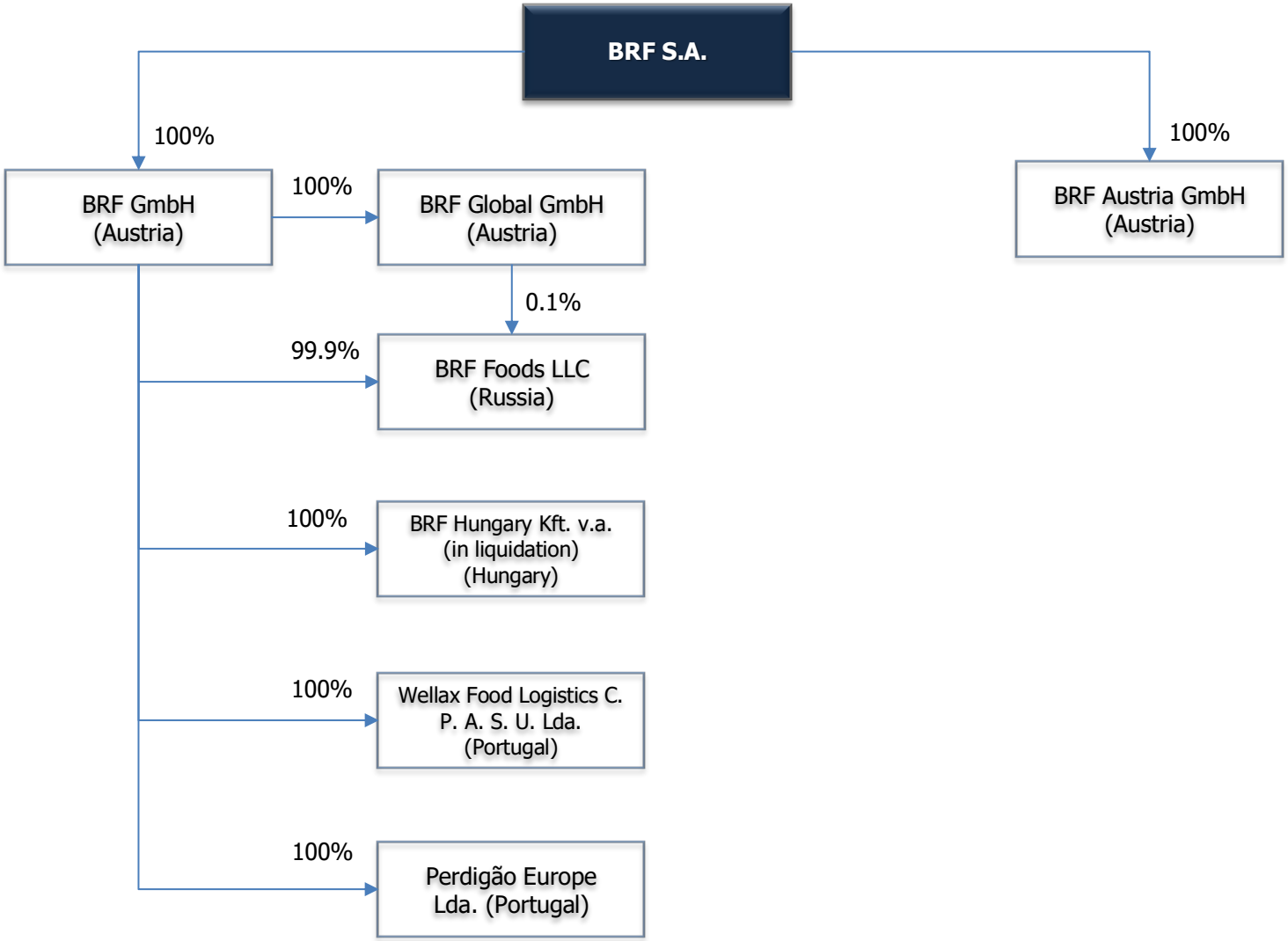
Tendo em vista a complexidade e número de sociedades controladas e coligadas, a Companhia optou por segregar o seu organograma societário, data–base 31 de dezembro de 2019, conforme os seguintes quadros:

(i) Brasil:



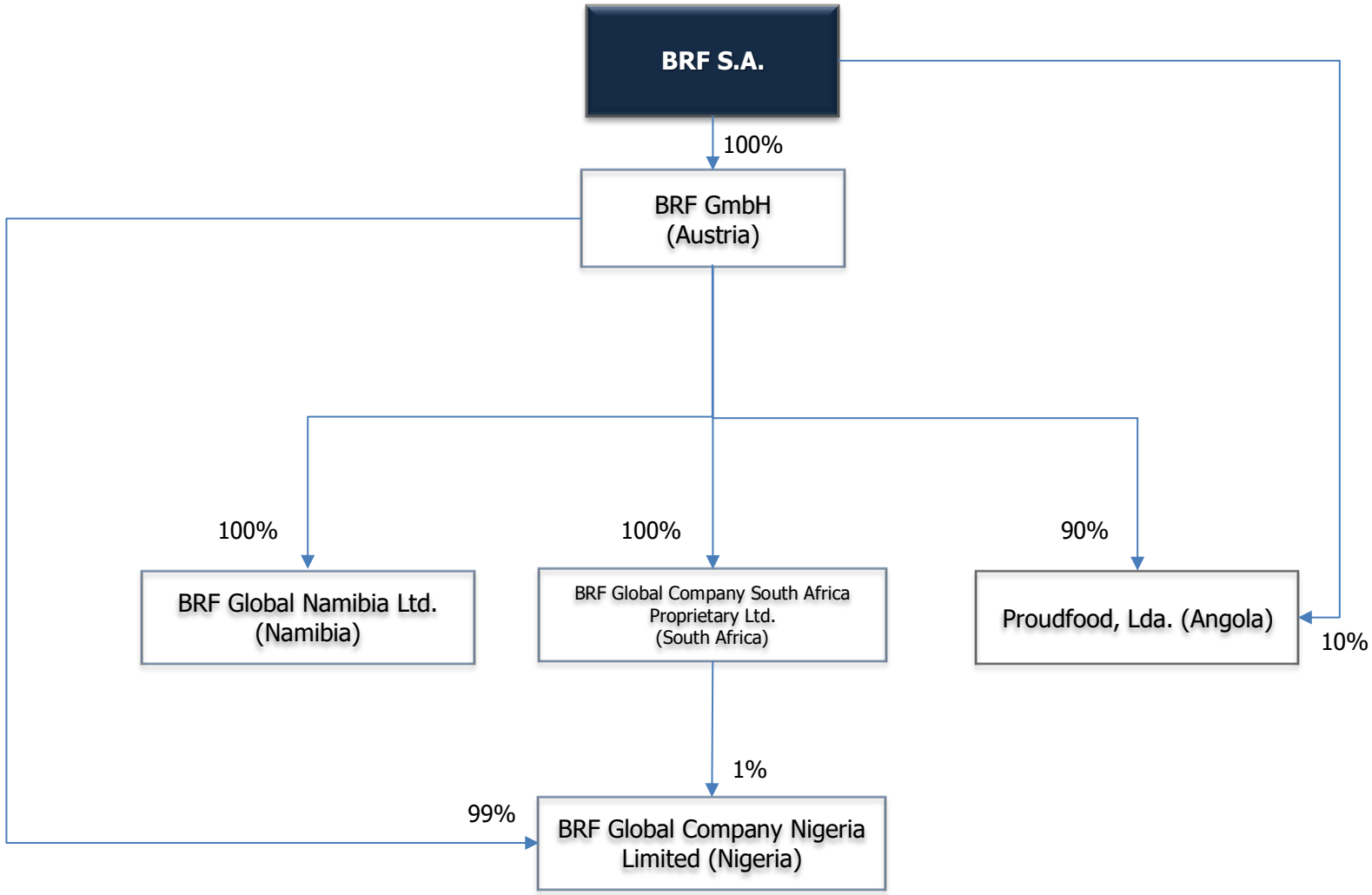
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(ii) Europa:



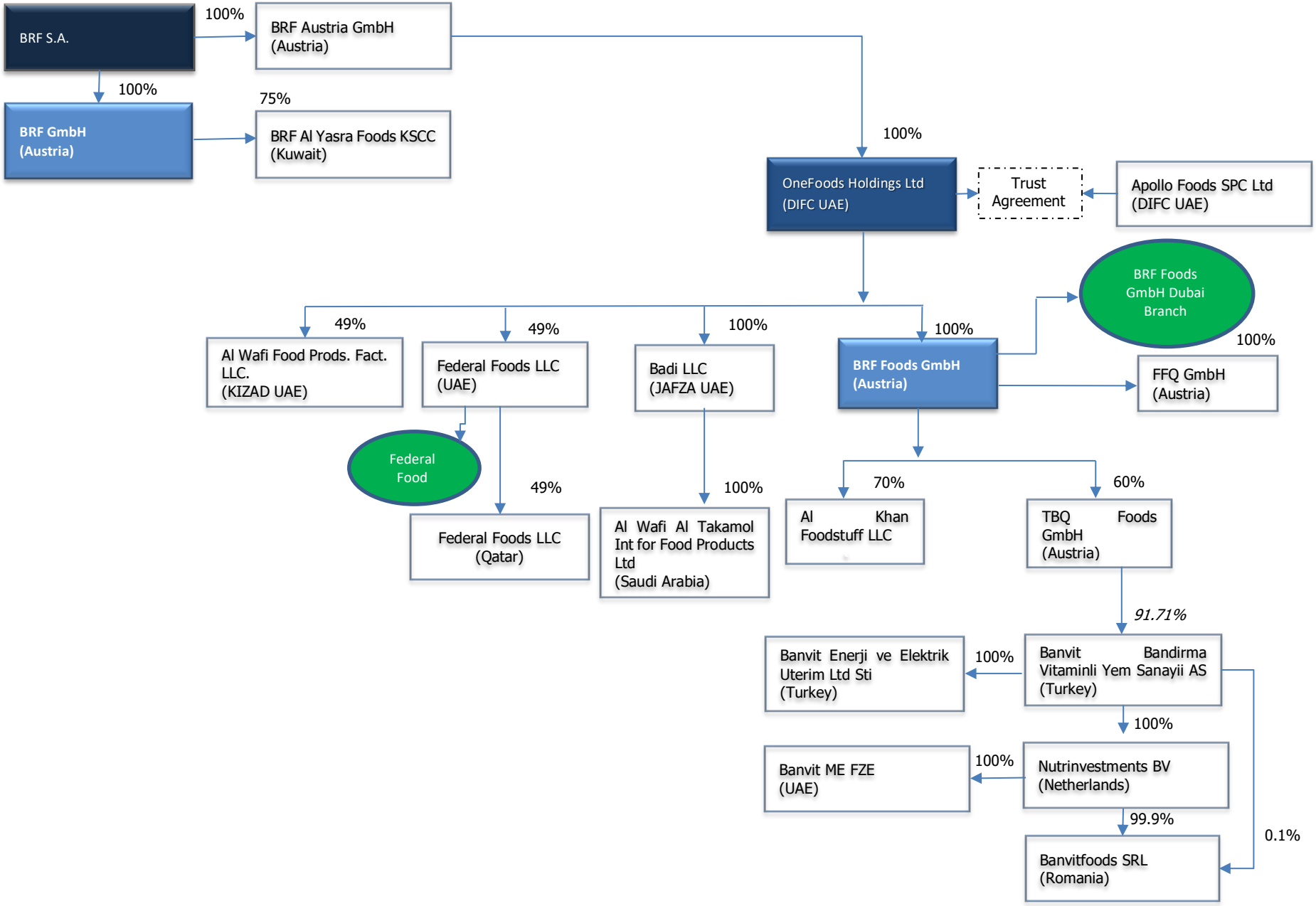
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(iii) África:



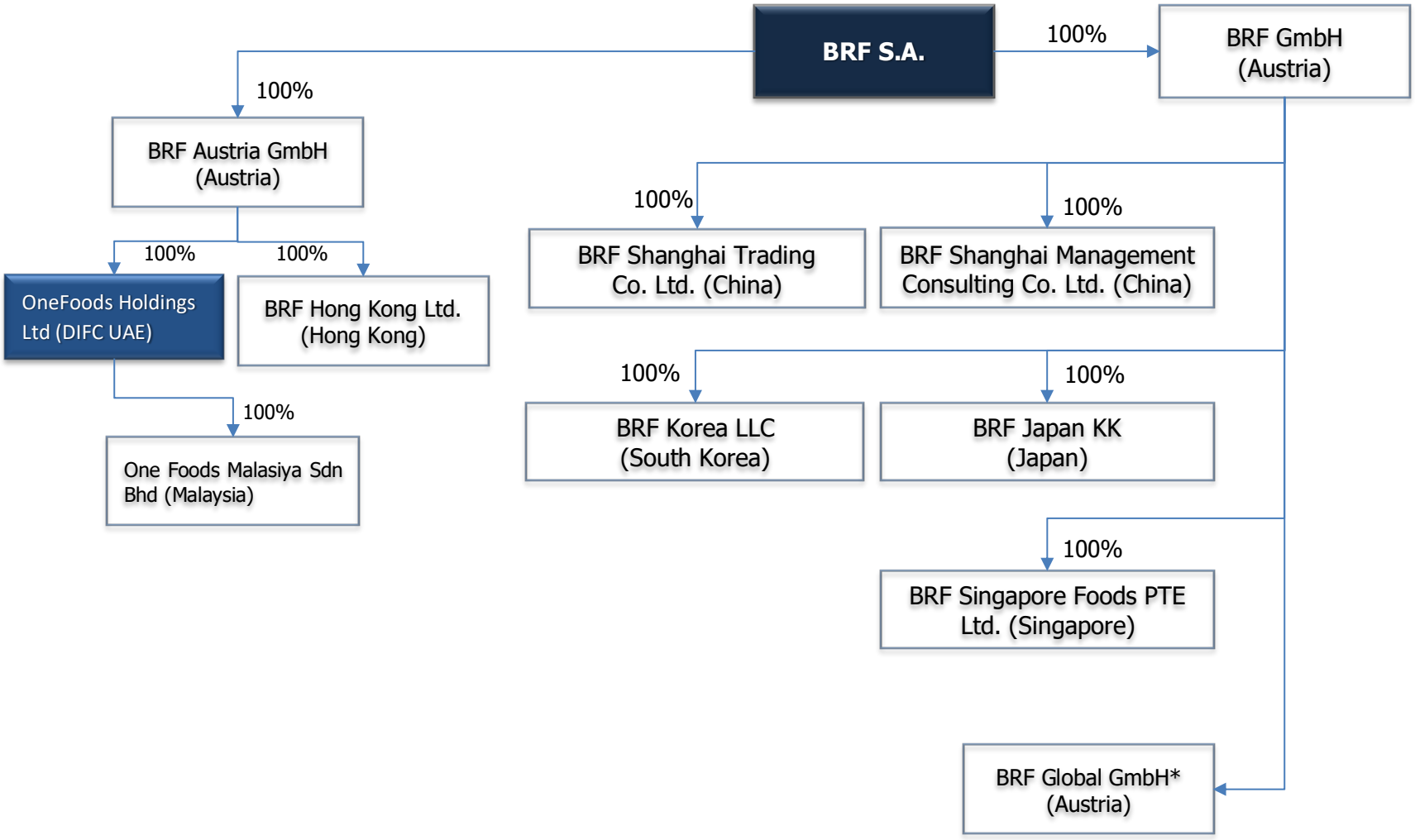
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(iv) Mercado Halal:



15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

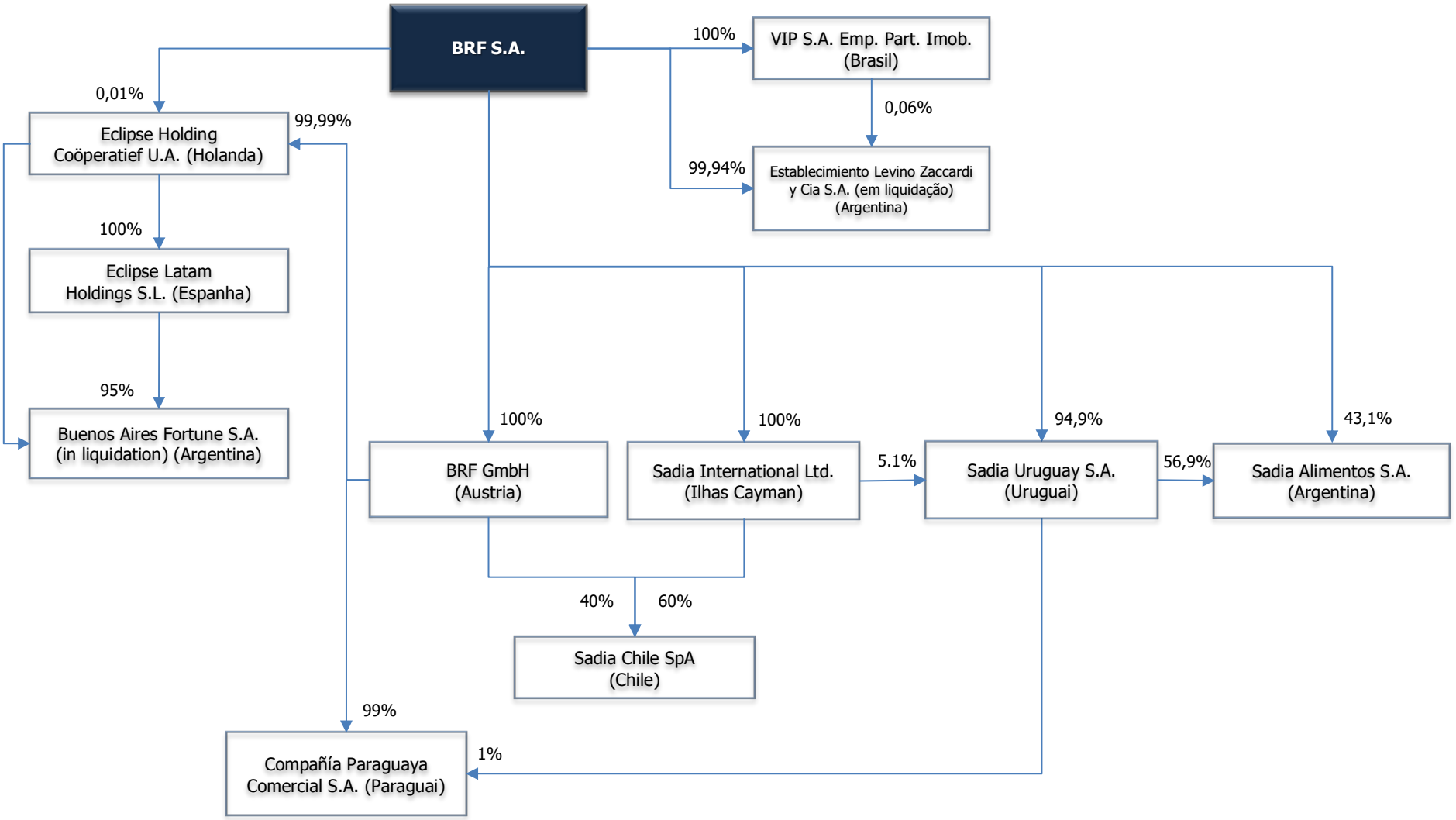
(v) Ásia:



(*) BRF Global GmbH has a Representative Office in Ho Chi Minh City, Vietnam.

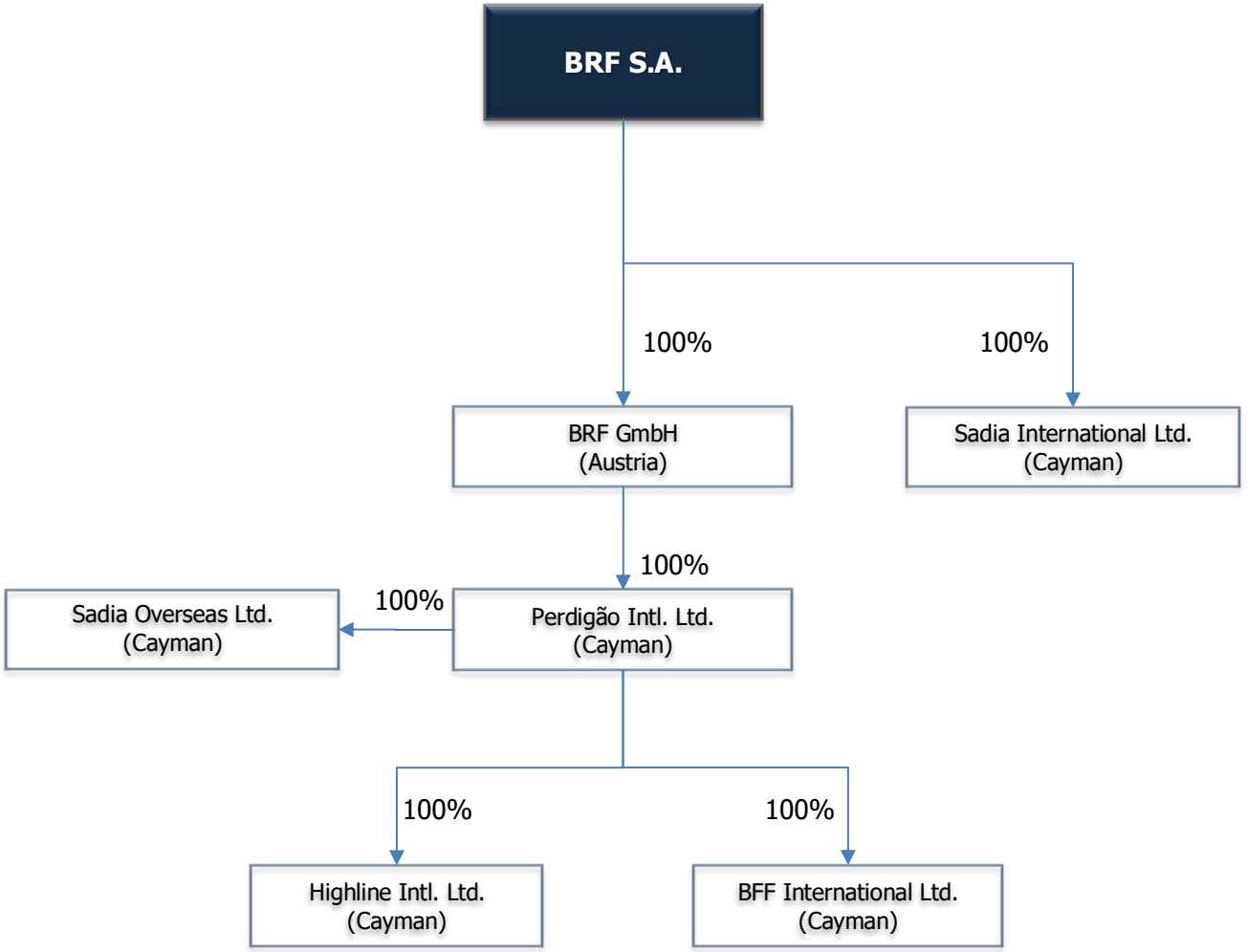
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(vii) Cone Sul:



15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

(vii) Cayman:



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

A Companhia não possui qualquer acordo de acionistas arquivado em sua sede.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Desde 1º de janeiro de 2017, a Companhia teve as seguintes alterações relevantes nas suas participações:

- Em 2 de fevereiro de 2017, a GIC Private Limited nos informou que sua participação totalizava 29.983.951 ações ordinárias e 10.483.177 ADRs, representando aproximadamente 4,98% do capital social da Companhia à época.

- Em 5 de maio de 2017, a Tarpon Gestora de Recursos S.A. nos informou que sua participação na Companhia totalizava 69.485.935 ações ordinárias, representando aproximadamente 8,55% do capital social da Companhia à época.

- Em 9 de maio de 2017, a GIC Private Limited nos informou que sua participação totalizava 51.913.900 ações ordinárias, representando aproximadamente 6,39% do capital social da Companhia à época.

- Em 2 de junho de 2017, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 30.643.993 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,62% do capital social da Companhia à época.

- Em 18 de agosto de 2017, a Standard Life Aberdeen nos informou que sua participação totalizava 40.706.225 ações ordinárias, representando aproximadamente 5,09% do capital social da Companhia à época.

- Em 21 de setembro de 2017, a Standard Life Aberdeen nos informou que sua participação totalizava 40.164.585 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,94% do capital social da Companhia à época.

- Em 25 de setembro de 2017, a Standard Life Aberdeen nos informou que sua participação totalizava 41.205.885 ações ordinárias, representando aproximadamente 5,07% do capital social da Companhia à época.

- Em 17 de outubro de 2017, a Standard Life Aberdeen nos informou que sua participação totalizava 40.586.026 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,99% do capital social da Companhia à época.

- Em 20 de outubro de 2017, a Standard Life Aberdeen nos informou que sua participação totalizava 40.748.226 ações ordinárias, representando aproximadamente 5,02% do capital social da Companhia à época.

- Em 6 de dezembro de 2017, a GIC Private Limited nos informou que sua participação totalizava 40.618.045 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,99% do capital social da Companhia à época.

- Em 1º de junho de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.594.345 ações ordinárias e 3.425.202 ADRs, representando aproximadamente 5,04% do capital social da Companhia à época.

- Em 15 de junho de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.508.775 ações ordinárias e 3.069.935 ADRs, representando aproximadamente 4,99% do capital social da Companhia à época.

- Em 5 de julho de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.309.516 ações ordinárias e 3.413.575 ADRs, representando aproximadamente 5,01% do capital social da Companhia à época.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

- Em 13 de julho de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua posição acionária agregada havia atingido 36.965.486 ações ordinárias e 3.535.739 ADRs, representando aproximadamente 4,98% do capital social da Companhia à época.

- Em 24 de julho de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.112.724 ações ordinárias e 3.550.231 ADRs, representando aproximadamente 5,00% do capital social da Companhia à época.

- Em 8 de agosto de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.147.915 ações ordinárias e 3.436.208 ADRs, representando aproximadamente 4,99% do capital social da Companhia à época.

- Em 9 de agosto de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.211.315 ações ordinárias e 3.436.208 ADRs, representando aproximadamente 5,00% do capital social da Companhia à época.

- Em 10 de agosto de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 37.128.021 ações ordinárias e 3.396.733 ADRs, representando aproximadamente 4,98% do capital social da Companhia à época.

- Em 28 de setembro de 2018, a Tarpon nos informou que sua participação totalizava 40.229.235 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,95% do capital social da Companhia à época.

- Em 26 de outubro de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 36.795.404 ações ordinárias e 3.881.447 ADRs, representando aproximadamente 5,00% do capital social da Companhia à época.

- Em 30 de outubro de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 36.584.167 ações ordinárias e 3.881.447 ADRs, representando aproximadamente 4,98% do capital social da Companhia à época.

- Em 31 de outubro de 2018, a BlackRock, Inc. nos informou que sua participação totalizava 36.857.067 ações ordinárias e 3.823.935 ADRs, representando aproximadamente 5,00% do capital social da Companhia à época.

- Em 6 de dezembro de 2018, Standard Life Aberdeen plc. nos informou que sua participação totalizava 40.485.544 ações ordinárias e / ou outros valores mobiliários e derivativos referenciados em tais ações, representando aproximadamente 4,98% do capital social da Companhia à época.

- Em 31 de maio de 2019, a GIC Private Limited nos informou que sua participação totalizava 40.776.747 ações ordinárias, representando aproximadamente 5,019% do capital social da Companhia à época.

- Em 14 de agosto de 2019, a GIC Private Limited nos informou que sua participação totalizava 40.408.499 ações ordinárias, representando aproximadamente 4,97% do capital social da Companhia à época.

- Em 29 de agosto de 2019, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil nos informou que sua participação totalizava 81.121.752 ações ordinárias, representando aproximadamente 9,98% do capital social da Companhia à época.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

(a) Evento	Constituição da OneFoods
(b) Principais condições do negócio	Em 30 de junho de 2016, a Companhia aprovou a constituição da subsidiária OneFoods, antiga Sadia Halal, cujo propósito é a produção, distribuição e venda de produtos halal. Esse processo de reestruturação contemplou a transferência de diversos ativos relacionados à produção e distribuição de produtos halal, incluindo: (i) instalações de armazenagem de grãos, fábricas de ração, contratos com produtores terceirizados, incubatórios e oito unidades de processamento e abate no Brasil; (ii) uma unidade de processamento nos Emirados Árabes Unidos; (iii) participação na FFM Further Processing SDN BHD; e (iv) participação da Companhia em algumas distribuidoras com base na Arábia Saudita, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Sultanato de Omã e Kuwait. Esses ativos foram transferidos à SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("SHB"), um dos acionistas controladores da OneFoods. A Companhia também transferiu e licenciou algumas marcas que utilizava em certos mercados de produtos halal para a OneFoods. A OneFoods, com base em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, iniciou suas atividades em 2 de janeiro de 2017.
(c) Partes envolvidas	BRF Austria GmbH
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A BRF Austria GmbH passou a deter 100% das ações.
(e.1) Quadro societário antes da operação	Não aplicável.
(e.2) Quadro societário depois da operação	A BRF Austria GmbH passou a deter 100% das ações.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

(a) Evento	Aquisição de participação societária na Banvit Bandirma Vitaminli Yem Sanayii A.S. ("Banvit")
(b) Principais condições do negócio	Em 9 de janeiro de 2017, a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de ações com os acionistas controladores da Banvit dispondo sobre a aquisição de todas as ações da Banvit detidas por eles, que representavam 79,5% das ações da Banvit. A Banvit é a maior produtora de aves da Turquia, com operações completamente integradas e com o maior reconhecimento de marca do setor na Turquia. Em 24 de maio de 2017, a BRF Foods GmbH entrou em um acordo com o Qatar Investment Authority ("QIA"), fundo soberano do Qatar, o qual adquiriu participação societária na TBQ, de forma que BRF Foods GmbH e QIA passaram a ser detentores, respectivamente, de 60% e 40% de participação societária. O acordo de acionistas da TBQ, garante à BRF Foods GmbH o controle sobre a entidade, sendo que os direitos detidos pelo QIA são apenas protetivos. O acordo celebrado junto ao QIA prevê opções de venda de ações ou de troca de participação na One Foods Holdings Ltd., detidas pelo QIA, além de opção de compra de ações detida pela BRF Foods GmbH. Estas opções podem ser exercidas apenas em condições específicas estabelecidas contratualmente, expirando em 4,5 anos após 24 de maio de 2017. Pelas opções de venda e troca de participação, a BRF Foods GmbH registrou um passivo de TRY505.392 mil (equivalente a R$464.985 mil) na rubrica de outros passivos não circulantes. Em 25 de maio de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária TBQ, concluiu a transação de compra de ações com os acionistas controladores da Banvit, para aquisição de 79,48% das ações de emissão da Banvit pelo montante de TRY917.856 (equivalente a R$844.885 mil). Em continuidade à transação descrita acima e em concordância com as normas regulatórias do mercado de capitais da Turquia, a TBQ Foods GmbH ("TBQ"), subsidiária da Companhia, realizou uma oferta mandatória de compra de ações aos acionistas não controladores. A oferta ocorreu entre os dias 17 de julho de 2017 e 11 de agosto de 2017, resultando na aquisição de 12.225.326 ações da Banvit, equivalente a 12,23% de participação. O montante total do dispêndio para aquisição das ações foi de TRY164.080 mil (equivalente a R$151.036 mil), pago a partir do valor em caixa restrito. Com a conclusão da

15.7 - Principais Operações Societárias

	oferta, a TBQ passou a deter 91,71% de participação acionária na Banvit, permanecendo o restante das ações, 8,29%, listadas na Istanbul Stock Exchange sob o ticker BANVT. Conforme condições de ajuste de preço estabelecidas no contrato de compra de ações, durante o mês de agosto de 2017 a TBQ complementou o montante pago aos antigos acionistas controladores da Banvit em US$41.065 mil (equivalente a R$129.344 mil), sendo US$21.980 mil consumidos do caixa restrito, US$11.451 mil aportados pela BRF Foods GmbH e US$7.634 mil aportados pelo QIA. Concluídos o pagamento do ajuste de preço e da oferta mandatória de compra de ações, a TBQ desconsiderou o montante de TRY111.324 mil (equivalente a R$102.474 mil) remanescente registrado na rubrica de outros passivos circulantes.
(c) Partes envolvidas	TBQ Foods GmbH, BRF Foods GmbH e Banvit
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A TBQ Foods GmbH passou a deter 91,71% de participação acionária na Banvit, permanecendo o restante das ações, correspondentes a 8,29% do capital social, listadas na Istanbul Stock Exchange sob o ticker BANVT.
(e.1) Quadro societário antes da operação	Os seguintes acionistas detinham as seguintes ações na Banvit: Vural Görener 24.83%; Emine Okşan Koçman 19.01%; Aabar Investments Pis 16.32%; Emine Esra Görener 14.50%; Fatma Makbule Görener 4.83%; Public Shares 20.52%
(e.2) Quadro societário depois da operação	A TBQ Foods GmbH passou a deter 91,71%.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	**Aquisição de participação societária na BRF Invicta Ltd ("BRF Invicta")**
(b) Principais condições do negócio	Em 18 de abril de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral BRF GmbH, celebrou contrato de compra e venda de ações da BRF Invicta, pelo montante de GBP20.266 mil (equivalente a R$79.134 mil), representando 7,16% de participação societária adicional. O prêmio pago na aquisição da participação dos acionistas minoritários foi de GBP14.209 mil (equivalente a R$55.298 mil), registrado no grupo de reserva de capital.
(c) Partes envolvidas	BRF GmbH e BRF Invicta
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A BRF GmbH passou a deter 69,16% da BRF Invicta Ltd.
(e.1) Quadro societário antes da operação	A BRF GmbH detinha 62%, e os minoritários, 38% da BRF Invicta Ltd.
(e.2) Quadro societário depois da operação	A BRF GmbH passou a deter 69,16%, e os minoritários, 30,84% da BRF Invicta Ltd.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	**Incorporação da SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A.**
(b) Principais condições do negócio	Em 01 de setembro de 2018 a Companhia adquiriu a totalidade das ações da empresa SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A. ("SHB") das empresas BRF Foods GmbH e One Foods Holding Ltd, ambas subsidiárias da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

	A Companhia aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2018, a incorporação da SHB, sua subsidiária integral, com a consequente extinção da mesma, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação da Incorporação da SHB, celebrado pelos administradores da Companhia e da SHB, em 26 de outubro de 2018.
(c) Partes envolvidas	BRF S.A. e SHB Comércio e Indústria de Alimentos S.A.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia passou a ser única da acionista da SHB.
(e.1) Quadro societário antes da operação	99% da BRF Foods e 1% One Foods
(e.2) Quadro societário depois da operação	100% Companhia
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	**Alienação da participação na QuickFood S.A.**
(b) Principais condições do negócio	Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou, com a Marfrig Global Foods S.A., um Contrato de Compra e Venda de Ações da QuickFood S.A., empresa líder na produção de alimentos derivados de carne bovina na Argentina, controlada pela Companhia, por meio do qual a Marfrig se comprometeu a adquirir 91,89% do capital social desta, por um *enterprise value* equivalente a esta participação, de US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos). A Quickfood opera 3 plantas localizadas em San Jorge, Baradero e Arroyo Seco, com capacidade de abate de 620 cabeças/dia e processamento de cerca de 6 mil toneladas/mês de hambúrgueres, salsichas, frios e vegetais congelados. A Companhia, nessa mesma data, celebrou: (i) contratos que preveem o compromisso de aquisição, por parte da Marfrig, do imóvel e de equipamentos da unidade da Companhia de Várzea Grande-MT, pelo valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais) e (ii) um Acordo de Fornecimento, por meio do qual a Marfrig se compromete a fornecer à Companhia produtos acabados, como hambúrgueres, almôndegas, quibes, dentre outros, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.
(c) Partes envolvidas	BRF S.A., Marfrig Global Foods S.A. e QuickFood S.A.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia deixou de deter ações da Quickfood S.A.
(e.1) Quadro societário antes da operação	A Companhia detinha 91,89% das ações da Quickfood S.A., sendo o restante detido por diversos acionistas minoritários.
(e.2) Quadro societário depois da operação	A Marfrig Global Foods S.A. passou a deter 91,89% das ações da Quickfood S.A., sendo o restante detido por diversos acionistas minoritários.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	**Alienação da participação na Avex S.A.**
(b) Principais condições do negócio	Em 19 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou, com a Marfrig Global Foods S.A., um Contrato de Compra e Venda de Ações da Avex S.A., uma das líderes na produção de alimentos à base de frango e margarinas na Argentina, controlada pela Companhia, por

15.7 - Principais Operações Societárias

	meio do qual a Granja Tres Arroyos S.A. e a Fribel S.A. se comprometeram, conjuntamente, a adquirir 100% do capital social da Avex, por um *enterprise value* equivalente a US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos). A Avex operava 3 plantas localizadas em Llavalol, Villa Mercedes e Rio Cuarto, todas na Argentina, com capacidade de abate de 160 mil aves/dia e processamento de mais de 10 mil toneladas/mês de produtos, tais como margarinas, molhos, azeite e ingredientes para panificação.
(c) Partes envolvidas	BRF S.A., Sadia Uruguay S.A., Avex S.A., Granja Tres Arroyos S.A. e a Fribel S.A.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia deixou de deter ações da Avex S.A.
(e.1) Quadro societário antes da operação	A Companhia detinha 95% e a Sadia Uruguay 5% das ações da Avex S.A.
(e.2) Quadro societário depois da operação	A Granja Tres Arroyos S.A. passou a deter 60% e a Fribel S.A. 40% das ações da Avex S.A.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	**Alienação da participação na Campo Austral S.A. para La Piamontesa e alienação da planta de Florencio Varela**
(b) Principais condições do negócio	Em 10 de janeiro de 2019, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações da Campo Austral S.A., uma das líderes na produção de alimentos à base de suínos na Argentina, controlada pela Companhia, por meio do qual a La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A. se comprometeu a adquirir 100% do capital social da Campo Austral S.A., por um *enterprise value* equivalente a US$ 11.000.000,00 (onze milhões de dólares norte-americanos). A Campo Austral operava 3 plantas localizadas em Florencio Varela (vide parágrafo abaixo), San Andrés de Giles e Pilar, todas na Argentina, com capacidade de abate de 2.300 suínos/dia e de processamento de 2.144 toneladas/mês, incluindo produtos como embutidos e carne *in natura*. A venda foi concluída em 11 de março de 2019. Em 10 de janeiro de 2019, no entanto, a Campo Austral S.A. celebrou um Contrato de Compra e Venda de Fundo de Comércio com a BOGS S.A., por meio da qual foi alienada a planta de Florencio Varela e todos os ativos e passivos relacionados, inclusive as marcas Calchaquí e Bocatti, por um *enterprise value* de US$ 24.500.000,00. A venda foi concluída em 28 de fevereiro de 2019, portanto antes da venda das ações da Campo Austal S.A. para La Piamontesa.
(c) Partes envolvidas	BRF S.A., BRF GmbH, Eclipse Latam Holdings S.L., Eclipse Holding Coöperatief U.A., Buenos Aires Fortune S.A., Campo Austral S.A., BOGS S.A. e La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia deixou de deter ações da Campo Austral S.A.
(e.1) Quadro societário antes da operação	As seguintes sociedades do Grupo BRF detinham ações da Campo Austral S.A.: (i) BRF GmbH, 50,48%; (ii) Buenos Aires Fortune, 6,53%; (iii) Eclipse Holding Coöperatief U.A., 11,1%; e (iv) Eclipse Latam Holdings, S.L., 31,89%.
(e.2) Quadro societário depois da operação	La Piamontesa de Averaldo Giacosa y Compañía S.A. passou a deter 100% das ações da Campo Austral S.A.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) Evento	Alienação da participação em subsidiárias na Europa e Tailândia para a Tyson
(b) Principais condições do negócio	Em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações de subsidiárias na Europa e Tailândia para a Tyson International Holding Co., as quais desenvolviam atividades de processamento de alimentos e abate de aves. A transação considerou um *enterprise value* de US$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de dólares norte-americanos).
(c) Partes envolvidas	BRF S.A, BRF GmbH, BRF Global GmbH, Tyson International Holding Co. e Tyson Foods, Inc.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia deixou de deter ações de determinadas subsidiárias na Europa e de todas as subsidiárias na Tailândia.
(e.1) Quadro societário antes da operação	As seguintes sociedades do Grupo BRF detinham ações das subsidiárias vendidas: BRF GmbH e BRF Global GmbH.
(e.2) Quadro societário depois da operação	Tyson International Holding Co. passou a deter 100% das ações das subsidiárias vendidas e anteriormente detidas pela BRF GmbH e BRF Global GmbH.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas, de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

(a) Evento	Alienação da participação na Sats BRF Food Pte. Ltd.
(b) Principais condições do negócio	Em 5 de setembro de 2019, a Companhia firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Sats Food Services Pte. Ltd., estabelecendo termos e condições para a O valor davenda de sua participação na companhia alimentícia de Singapura Sats BRF Food Pte. Ltd., equivalente a 49% de seu capital social. A transação foi concluída no mesmo dia pelo valor de SGD 17 milhões (dezessete milhões de dólares singapurianos).
(c) Partes envolvidas	BRF GmbH e Sats Food Services Pte. Ltd.
(d) Efeitos resultantes no quadro acionário	A Companhia deixou de deter ações da Sats BRF Food Pte. Ltd.
(e.1) Quadro societário antes da operação	BRF GmbH detinha 49% das ações da Sats BRF Food Pte. Ltd.
(e.2) Quadro societário depois da operação	Sats Food Services Pte. Ltd. passou a deter 100% das ações da Sats BRF Food Pte. Ltd.
(f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Foram observados todos os direitos dos acionistas de forma a garantir o tratamento equitativo entre os acionistas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de outubro de 2014 foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações de Conflito de Interesses da Companhia e suas subsidiárias.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de março de 2016, foi aprovada a revisão da Política mencionada acima, bem como alteração da sua denominação, que passou a ser ***Política de Transações com Partes Relacionadas*** ("Política"). Posteriormente, em nova reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de junho de 2019, aprovou-se nova versão da Política, atualmente vigente e publicada no site institucional da Companhia.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas Subsidiárias (conforme definidas na Política), e todos os seus respectivos funcionários, administradores e acionistas, em transações envolvendo partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que as decisões da Companhia sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, assegurando ainda transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa.

Os termos utilizados em letra maiúscula na presente seção e que não estejam aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído na Política.

Nos termos da Política,, em conformidade com o Pronunciamento Técnico Contábil CPC nº 5 (R1) ("CPC 05"), conforme alterado, aprovado pela CVM através da Deliberação nº 642/2010, é considerada "Parte Relacionada" a pessoa física ou pessoa jurídica que esteja relacionada com a Companhia e/ou qualquer de suas Subsidiárias, conforme indicado a seguir:

(i) Uma pessoa física, ou um Membro Próximo da Família desta pessoa, caso: a. tenha Controle pleno ou compartilhado da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; b. tenha Influência Significativa sobre a Companhia ou quaisquer de suas Subsidiárias; ou c. seja Pessoa Chave da administração da Companhia, de qualquer de suas Subsidiárias ou da Controladora da Companhia.

(ii) Uma pessoa jurídica, caso: a. faça parte do mesmo grupo econômico da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; b. seja Coligada, Controlada ou Controladora da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; c. a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias esteja sob o Controle conjunto (*joint venture*) de uma terceira pessoa jurídica ou de uma ou mais pessoas; d. exerça Influência Significativa sobre a Companhia ou sofra Influência Significativa da Companhia; e. seja Coligada ou Controlada em conjunto (joint venture) de uma terceira pessoa jurídica pertencente ao mesmo grupo econômico da Companhia ou de qualquer de suas Subsidiárias; f. esteja sob Controle conjunto (joint venture) de uma terceira pessoa jurídica da qual a Companhia seja coligada; g. mantenha ou seja um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários sejam os empregados da Companhia e da própria pessoa jurídica; h. seja Controlada, direta ou indiretamente, de modo pleno ou sob controle conjunto, de qualquer pessoa referida no item (i) acima; i. qualquer pessoa identificada no item "(i)" "a", acima exerça Influência Significativa sobre tal pessoa jurídica ou seja Pessoa Chave da administração de tal pessoa jurídica; e j. a pessoa jurídica, ou qualquer pessoa jurídica do grupo econômico do qual ela faça parte, forneça serviços de Pessoa Chave da administração à Companhia ou à Controladora da Companhia.

(iii) No contexto da Política, uma pessoa jurídica não é Parte Relacionada simplesmente porque uma Pessoa Chave da administração da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias exerça Influência Significativa sobre tal pessoa jurídica.

Toda Transação com Parte Relacionada ou alteração de Transação com Parte Relacionada deve obedecer às seguintes diretrizes gerais:

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(i) ser realizada em Condições de Mercado;

(ii) ter observado e cumprido todos os requisitos das políticas e normas internas de contratação e demais políticas relacionadas estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias;

(iii) ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Executivo da Companhia, conforme o disposto a seguir:

a. Compete ao Conselho de Administração da Companhia aprovar operação, ou conjunto de operações relacionadas, exceto aquelas expressamente indicadas na Política, envolvendo Transações com Partes Relacionadas da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias, (i) com valor igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais) ou (ii) realizadas com Pessoas Chave; e

b. Compete ao Comitê Executivo da Companhia (apenas os estatutários), como órgão colegiado, aprovar operação, ou conjunto de operações relacionadas, exceto aquelas expressamente indicadas na Política, envolvendo Transações com Partes Relacionadas da Companhia, ou de qualquer de suas Subsidiárias, com valores inferiores a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais);

(iv) previamente à sua contratação ou alteração, toda Transação com Parte Relacionada, sujeita à aprovação do Conselho de Administração nos termos da Política, deve ser informada ao Comitê de Auditoria e Integridade, via nota técnica a ser aprovada pelo Departamento de Compliance e pelo Jurídico-Societário, e ao Comitê de Finanças e Gestão de Risco ("Comitês"), nos termos previstos na Política, para que estes órgãos:

a. realizem a sua prévia avaliação com o objetivo de definir suas recomendações quanto à respectiva Transação com Parte Relacionada, avaliando: (1) se há motivos claramente razoáveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (2) se a transação é realizada em Condições de Mercado; (3) se foi realizado, ou não, um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; e (4) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação;

b. informem aos órgãos da administração da Companhia responsáveis pela aprovação da respectiva Transação com Parte Relacionada acerca das eventuais orientações adicionais para que a Transação com Parte Relacionada atenda a esta Política, considerando-se o caso específico; e c. façam as recomendações, acerca da rejeição ou aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia.

Na informação aos Comitês, devem ser fornecidos:

(1) os detalhes da operação que representa uma Transação com Parte Relacionada, incluindo valores (Reais ou estimados), direitos e obrigações envolvidos;

(2) a identificação das Partes Relacionadas envolvidas, bem como de quaisquer outras partes envolvidas na respectiva Transação com Parte Relacionada, incluindo detalhes sobre o tipo de relação existente e interesse da Parte Relacionada na transação;

(3) notas técnicas para a deliberação dos órgãos colegiados responsáveis pela aprovação da respectiva Transação com Parte Relacionada, acompanhadas dos documentos que comprovam que a operação atende ou atenderá às condições de mercado;

(4) indicação se a Transação com Parte Relacionada deverá ser divulgada publicamente com base nas regras aplicáveis à Companhia ou não, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 30, XXXIII, da Instrução CVM n° 480/2009, conforme alterada;

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

(5) indicação se a Transação com Parte Relacionada não violará restrições contidas em contratos da Companhia; e

(6) indicação se a Transação com Parte Relacionada afetará ou poderá vir a afetar a independência de qualquer administrador independente.

(v) ser divulgada pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias, de acordo com as leis e normas vigentes para estas operações, inclusive nas respectivas demonstrações financeiras, no Formulário 20-F da SEC e Formulário de Referência da CVM, em qualquer caso, se requerido pelas regras aplicáveis; e

(vi) quando constituir fato ou ato relevante, ser divulgada de acordo com a regulamentação pertinente da CVM e da SEC.

As Transações Ordinárias, apesar de autorizadas pelo Conselho de Administração, devem ser realizadas em observância às diretrizes estabelecidas na Política e deverão ser reportadas, trimestralmente, para avaliação do Comitê de Auditoria e Integridade.

Transações ordinárias, de natureza operacional e recorrente, que integram atividades rotineiras da Companhia relacionadas, em especial, à estrutura desenvolvida para distribuição no mercado externo ou transações inerentes aos aspectos financeiros (gestão de caixa, entre outros) e que requerem decisão de curto prazo para fechamento da operação ("Transações Ordinárias"), são consideradas autorizadas pelo Conselho de Administração, sendo elas: (1) compra e venda de produtos, industrialização e compartilhamento de custos entre a Companhia e suas Subsidiárias ou entre as suas Subsidiárias; (2) operações financeiras de mútuo, empréstimos e pré-pagamento de exportação entre a Companhia e suas Subsidiárias integrais ou entre suas Subsidiárias integrais; (3) prestar garantias para suas subsidiarias integrais junto a instituições financeiras para contratação de transações financeiras respeitando as políticas internas aplicáveis; e (4) as transações comerciais usuais com Pessoas Chave referentes às compras de produtos da Companhia, realizadas nos termos das políticas internas da Companhia.

Operações financeiras envolvendo Subsidiárias não integrais, ou seja, que possuam acionistas minoritários deverão ser submetidas para deliberação conforme diretrizes estabelecidas na Política.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (sistemas.cvm.gov.br/?ciadoc), buscando pela companhia "BRF S.A.", na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas"; e (ii) na página da Companhia de Relações com Investidores (https://ri.brf-global.com/), clicando no campo "Governança Corporativa", logo após em "Estatuto e Políticas" e, por fim, selecionando "Política de Transações com Partes Relacionadas".

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BRF Global GmbH - Branch	31/12/2019	1.733.000,00	R$1.733.000,00	R$1.733.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF Foods LLC	31/12/2019	464.000,00	R$464.000,00	R$464.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos e obrigações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa e vice versa quando no caso de Outras Obrigações.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Global GmbH	31/12/2019	9.720.724.000,00	R$3.843.949.000,00	R$3.843.949.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber). Para informações adicionais, vide item 16.3.b. O “montante envolvido” refere-se ao total da receita de vendas em 2019.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a sua controlada BRF Global GmbH foram realizadas predominantemente tendo em vista a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação da controlada, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente aprovadas pelo órgão administrativo competente da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Global GmbH	31/12/2019	4.049.636.000,00	R$4.049.636.000,00	R$4.049.636.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. O montante refere-se ao pré-pagamento de exportação, operação usual feita entre as unidades produtivas no Brasil com a Subsidiária BRF Global GmbH, que atua como trading internacional.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF Global GmbH	31/12/2019	114.883.000,00	R$114.883.000,00	R$114.883.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Resultado financeiro líquido. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Despesa financeira de juros pre-pagamento controladas no período de 2019.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controlada BRF Global GmbH celebraram transações das quais decorreram o pagamento e/ou recebimento de receitas e despesas financeiras, tais como o pagamento de juros entre a Companhia e sua subsidiária. Tais eventos decorrem de transações autorizadas pela administração da Companhia, as quais foram realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF GmbH	31/12/2019	1.311.123.000,00	R$1.311.123.000,00	R$1.311.123.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. Refere-se a diversas transações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF GmbH	31/12/2019	1.520.000,00	R$1.520.000,00	R$1.520.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos. Refere-se a diversas transações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Pet S.A.	31/12/2019	2.885.000,00	R$800.000,00	R$800.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a sua controlada BRF Pet foram realizadas predominantemente tendo em vista a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação da controlada, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente aprovadas pelo órgão administrativo competente da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Pet S.A.	31/12/2019	16.000,00	R$16.000,00	R$16.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a pagar), para compras pela Companhia de mercadorias produzidas pela BRF Pet S.A. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF Pet S.A.	31/12/2019	167.000,00	R$167.000,00	R$167.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Pet S.A.	31/12/2019	39.000,00	R$39.000,00	R$39.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Aquisições do período. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Campo Austral	31/12/2019	1.448.000,00	R$1.448.000,00	R$1.448.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Receitas de vendas). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a suas controladas, conforme descritas no item 16.2 acima deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente tendo em vista (i) a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação das respectivas controladas ou, (ii) a aquisição pela Companhia de produtos de suas controladas e/ou subsidiárias, para fins de beneficiamento ou distribuição, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente apro						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Federal Foods Qatar	31/12/2019	141.000,00	R$141.000,00	R$141.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
FFM Further	31/12/2019	70.000,00	R$70.000,00	R$70.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Highline International Ltd.	31/12/2019	7.351.000,00	R$7.351.000,00	R$7.351.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. Refere-se a diversas transações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
One Foods Holdings	31/12/2019	5.662.000,00	R$5.662.000,00	R$5.662.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Perdigão International Ltd.	31/12/2019	905.550.000,00	R$905.550.000,00	R$905.550.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. O montante refere-se ao pré-pagamento de exportação. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controladas, realizaram diversas transa-»es no ©mbito do plano de expans«o da Companhia, abrangendo inclusive a antecipa-«o de recursos para pr®¡ pagamento de exporta-»es ou despesas com as reestrutura-»es do mercado externo. Tais transa-»es foram autorizadas pela administra-«o da Companhia e realizadas em car§ter comutativo ou de contrapresta-»es pactuadas em car§ter adequado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Perdigão International Ltd.	31/12/2019	52.397.000,00	R$52.397.000,00	R$52.397.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Resultado financeiro líquido. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Despesa financeira de juros pré-pagamento Controlada no período de 2019.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controladas e/ou coligadas BRF Global GmbH e Perdigão International Ltd. celebraram transações das quais decorreram o pagamento e/ou recebimento de receitas e despesas financeiras, tais como o pagamento de juros entre a Companhia e suas subsidiárias. Tais eventos decorrem de transações autorizadas pela administração da Companhia, as quais foram realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.	31/12/2019	234.000,00	R$234.000,00	R$234.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Establecimiento Levino Zaccardi y Cia. S.A.	31/12/2019	2.000,00	R$2.000,00	R$0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Resultado financeiro líquido. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controladas celebraram transações das quais decorreram o pagamento e/ou recebimento de receitas e despesas financeiras, tais como o pagamento de juros entre a Companhia e suas subsidiárias. Tais eventos decorrem de transações autorizadas pela administração da Companhia, as quais foram realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sadia Alimentos S.A.	31/12/2019	11.159.000,00	R$11.159.000,00	R$0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controladas, realizaram diversas transa-»es no ©mbito do plano de expans«o da Companhia, abrangendo inclusive a antecipa-«o de recursos para pr®¡ pagamento de exporta-»es ou despesas com as reestrutura-»es do mercado externo. Tais transa-»es foram autorizadas pela administra-«o da Companhia e realizadas em car§ter comutativo ou de contrapresta-»es pactuadas em car§ter adequado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sadia Alimentos S.A.	31/12/2019	1.200.000,00	R$1.200.000,00	R$ 0,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Resultado financeiro líquido. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A Companhia e a suas controladas celebraram transações das quais decorreram o pagamento e/ou recebimento de receitas e despesas financeiras, tais como o pagamento de juros entre a Companhia e suas subsidiárias. Tais eventos decorrem de transações autorizadas pela administração da Companhia, as quais foram realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sadia Chile S.A.	31/12/2019	69.662.000,00	R$99.095.000,00	R$99.095.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a suas controladas, conforme descritas no item 16.2 acima deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente tendo em vista (i) a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação das respectivas controladas ou, (ii) a aquisição pela Companhia de produtos de suas controladas e/ou subsidiárias, para fins de beneficiamento ou distribuição, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente apro						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sadia Chile S.A.	31/12/2019	46.000,00	R$46.000,00	R$46.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Aquisições do período. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de mercadorias.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Sadia Uruguay S.A.	31/12/2019	40.552.000,00	R$3.096.000,00	R$3.096.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a suas controladas, conforme descritas no item 16.2 acima deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente tendo em vista (i) a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação das respectivas controladas ou, (ii) a aquisição pela Companhia de produtos de suas controladas e/ou subsidiárias, para fins de beneficiamento ou distribuição, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente apro						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sadia Uruguay S.A.	31/12/2019	36.598.000,00	R$36.598.000,00	R$40.522.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
PSA Laboratório Veterinário Ltda.	31/12/2019	396.000,00	R$396.000,00	R$396.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia recebeu ou receberá, dividendos e juros sobre capital próprio, das suas seguintes controladas e/ou coligadas, em decorrência de lucro do período apurado na PSA Laboratório Veterinário Ltda.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Vip S.A. Empreendimentos e Part. Imobiliárias	31/12/2019	22.000,00	R$22.000,00	R$22.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia recebeu ou receberá, dividendos e juros sobre capital próprio, das suas seguintes controladas e/ou coligadas, em decorrência de lucro do período apurado em cada uma delas: BRF Energia, BRF Pet S.A. e VIP S.A. Empreendimentos e Participações Imobiliárias.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Previdência	31/12/2019	18.200.000,00	R$18.200.000,00	R$18.200.000,00	Até janeiro/2025	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade na qual a Companhia não tem participação acionária, porém possui relacionamento com os membros do Conselho de Administração e que presta serviços à Companhia de consultoria.						
Objeto contrato	Contrato de locação de imóveis (prédio industrial e comercial). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Em rela-«o ¨ transa-«o com parte relacionada realizada entre a Companhia e a BRF Previd° ncia (ñBFPPò), conforme descrita no item 16.2 deste Formul§rio de Refer° ncia, ressaltaī se que a mesma foi celebrada de acordo com a Pol²tica de Transa-»es com Partes Relacionadas por atender ao crit®rio de pagamento compensat· rio adequado, visto que o valor dos alugu®is corresponde ¨ s condi-»es de mercado para im· veis semelhantes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Al-Wafi Food Products Factory LLC	31/12/2019	30.000,00	R$30.000,00	R$30.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Al-Wafi Food Products Factory LLC	31/12/2019	927.000,00	R$927.000,00	R$927.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outras obrigações entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controlada pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controladora pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Avex S.A.	31/12/2019	1.439.000,00	R$1.439.000,00	R$1.439.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Receita de vendas). Para informações adicionais, vide item 16.3.b. O montante acima refere-se ao total de receitas de vendas transacionadas entre as companhias no exercício de 2019.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a sua controlada foram realizadas predominantemente tendo em vista a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação da controlada, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente aprovadas pelo órgão administrativo competente da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banvit	31/12/2019	1.094.000,00	R$1.094.000,00	R$1.094.000,00	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a controladora pagou a terceiros e emite uma fatura cobrando a controlada pela reposição do caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Energia S.A.	31/12/2019	229.874.000,00	R$6.376.000,00	R$6.376.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de energia elétrica para a Companhia (Contas a pagar) e aquisições do período. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. O “montante envolvido” refere-se ao total das aquisições de energia em 2019.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de energia elétrica.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
BRF Foods GmbH	31/12/2019	166.924.000,00	R$833.062.000,00	R$833.062.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Trata-se de um contrato de fornecimento de mercadorias (Contas a receber). Para informações adicionais, vide item 16.3.b.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	As transações realizadas entre a Companhia e a BRF Foods Gmbh foram realizadas predominantemente tendo em vista a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação da BRF Foods Gmbh.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BRF Global GmbH - Branch	31/12/2019	1.296.000,00	R$1.296.000,00	R$1.296.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Outros direitos entre a Companhia e sua subsidiária. Para informações adicionais, vide item 16.3.b. Repasse de gastos que a Controladora pagou a terceiros e emite fatura cobrando a Controlada pela reposição de caixa.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Todas as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social foram realizadas seguindo os padrões de mercado e amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições feitas pela Companhia, de modo a garantir sua celebração no estrito interesse da Companhia.

Com efeito, além de seguir as determinações da Lei das Sociedades por Ações e adotar práticas de governança corporativa diferenciadas, tais como as previstas no Regulamento do Novo Mercado, todas as situações que poderiam ensejar conflito de interesses foram submetidas aos órgãos decisórios competentes da Companhia, conforme item 4.3. da Política, que estabelece as regras para decisões envolvendo Transações com Partes Relacionadas.

Além disto e, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração ou dos demais órgãos compententes da Companhia, nos termos da Política, que estavam por alguma razão impedidos de apreciar a transação, em face de conflito de interesse, deixaram de votar acerca de sua eventual celebração, bem como abstiveram-se de manifestar-se, influenciar ou interferir de qualquer forma no respectivo processo decisório.

A Política tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos a serem observados pela Companhia, suas subsidiárias, e todos os seus respectivos funcionários, administradores e acionistas, em transações envolvendo partes relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses, com a finalidade de assegurar que a tomada de decisão nestes assuntos seja tomada no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo ainda transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral e equidade de tratamento com fornecedores e clientes, consoante as melhores práticas de governança corporativa.Neste sentido, visando evitar a realização ou alteração de transações com partes relacionadas em situações de conflito, desde a vigência da Política, obedeceram às seguintes diretrizes gerais :

(i) realizadas em condições de mercado, ou seja, foram respeitados o tratamento equitativo, a transparência, a boa fé e a ética em relação aos participantes na transação, de forma a permitir que estes pudessem apresentar suas propostas de negócio obedecendo as mesmas regras, práticas de mercado, condições e premissas, com deveres e obrigações usualmente acordados com os demais clientes, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, que não fossem partes relacionadas;

(ii) foram observados e cumpridos todos os requisitos das políticas de contratação estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias;

(iii) para as transações de alçada do Conselho do Administração da Companhia, previamente à sua contratação e/ou formalização, o Comitê de Finanças e Gestão de Riscos da Companhia, bem como o Comitê de Auditoria e Integridade, providenciaram: (a) realização de prévia avaliação com o objetivo de definir suas recomendações quanto à respectiva Transação com Parte Relacionada, avaliando: (1) a existência de motivos claramente razoáveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para realização da Transação com a Parte Relacionada; (2) realização da transação em Condições de Mercado; (3) se foi realizado, ou não, um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; e (4) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; (b) a informação aos órgãos da administração da Companhia responsáveis pela aprovação da respectiva Transação com Parte Relacionada acerca das eventuais orientações adicionais para que a Transação com Parte Relacionada atenda a Política, considerando-se o caso específico; e (c) a recomendação acerca da rejeição ou aprovação, ao Conselho de Administração da Companhia. Na informação aos Comitês, foram fornecidos: (1) os detalhes da Transação com Parte Relacionada, incluindo valores (reais ou estimados), direitos e obrigações envolvidos; (2) a identificação das Partes Relacionadas envolvidas, bem como de quaisquer outras partes envolvidas na respectiva Transação com Parte Relacionada, incluindo detalhes sobre o tipo de relação existente e interesse da Parte Relacionada na transação; (3) notas técnicas para a deliberação dos órgãos colegiados

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

responsáveis pela aprovação da respectiva Transação com Parte Relacionada, acompanhadas dos documentos que comprovam que a operação atende ou atenderá às condições de mercado; (4) indicação sobre a necessidade de divulgada publicamente com base nas regras aplicáveis à Companhia ou não, incluindo, mas não se limitando, ao disposto no artigo 30, XXXIII, da Instrução CVM n° 480/2009, conforme alterada; (5) indicação se a Transação com Parte Relacionada não viola restrições contidas em contratos da Companhia; e (6) indicação a respeito da Transação com Parte Relacionada afetar ou poder vir a afetar a independência de qualquer administrador independente.

(iv) foram aprovadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Executivo, conforme aplicável;

(v) foram divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia e/ou de suas controladas/coligadas, de acordo com as leis e normas vigentes para estas operações; e foram divulgadas como fato ou ato relevante, caso fossem enquadradas no preceito, de acordo com a regulamentação pertinente da CVM e da SEC e Política.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A adoção das medidas descritas no item "a" acima reforça que as transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social observaram o princípio da comutatividade das condições pactuadas, com pagamento compensatório adequado.

A Companhia, ao realizar tais transações com partes relacionadas, observou as condições praticadas pelo mercado à época da contratação da respectiva operação, tomando−se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com seus parceiros, sem prejuízo dos órgãos de governança acima referidos no item "a" que podem solicitar esclarecimentos a qualquer momento, nos termos do Estatuto Social e da Política.

As transações com partes relacionadas foram contratadas com a identificação de suas principais características e condições, tais como preço global, preço unitário, prazos, garantias, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, oportunidade em que foi analisado o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e, caso houvesse necessidade de pagamento compensatório dessas transações, houve adequação às características de tais negociações, mediante, em alguns casos, avaliação do caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação do prestador de serviços, e em outros, mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

Ademais, todas as Transações com Partes Relacionadas observaram e cumpriram os requisitos das políticas e normas internas de contratação e demais políticas relacionadas estabelecidas pela Companhia e suas Subsidiárias.

Abaixo segue elenco das transações com partes relacionadas realizadas no último exercício social, analisadas de forma individual ou agrupada, conforme o caso, de forma a demonstrar a comutatividade de sua contratação.

Venda de mercadorias

As transações realizadas entre a Companhia e a suas controladas , conforme descritas no item 16.2 acima deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente tendo em vista (i) a venda de mercadorias produzidas pela Companhia para fins de distribuição nos mercados de atuação das respectivas controladas ou, (ii) a aquisição pela Companhia de produtos de suas controladas e/ou subsidiárias, para fins de beneficiamento ou distribuição, sempre obedecendo aos preços praticados no mercado, em relação aos distribuidores que não são partes relacionadas da Companhia, e foram previamente aprovadas pelo órgão administrativo competente da Companhia.

Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A Companhia recebeu ou receberá, dividendos e juros sobre capital próprio, das suas seguintes controladas, em decorrência de lucro do período apurado em cada uma delas: PSA Laboratório Veterinário Ltda. e VIP S.A. Empreendimentos e Participações Imobiliárias.

Contas a pagar

As transações realizadas entre a Companhia e suas controladas descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência, foram realizadas predominantemente para compras de mercadorias produzidas pela Companhia.

Operações no âmbito do plano de expansão

A Companhia e a suas controladas Al−Wafi Foods Products Factory LLC, Banvit, BFF International Ltd., BRF Al Yasra, BRF Foods GmbH – Branch, BRF Foods LLC, BRF Global GmbH, BRF GmbH, BRF Pet S.A., Federal Foods, Federal Foods Qatar, FFM Further, Highline International Ltd., One Foods Holdings e Perdigão International Ltd., realizaram diversas transações no âmbito do plano de expansão da Companhia, abrangendo inclusive a antecipação de recursos para pré−pagamento de exportações ou despesas com as reestruturações do mercado externo. Tais transações foram autorizadas pela administração da Companhia e realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.

Pagamento de Juros

A Companhia e a suas controladas BRF Global GmbH, Perdigão International Ltd., Estableciemento Levino Zaccardi y Cia S.A., Sadia Alimentos S.A. e Sadia Uruguay S.A. celebraram transações das quais decorreram o pagamento e/ou recebimento de receitas e despesas financeiras, tais como o pagamento de juros entre a Companhia e suas subsidiárias. Tais eventos decorrem de transações autorizadas pela administração da Companhia, as quais foram realizadas em caráter comutativo ou de contraprestações pactuadas em caráter adequado.

Locação de Imóvel

Em relação à transação com parte relacionada realizada entre a Companhia e a Fundação Francisco Xavier Fontana ("FAF"), conforme descrita no item 16.2 deste Formulário de Referência, ressalta−se que a mesma foi celebrada de acordo com a Política por atender ao critério de pagamento compensatório adequado, visto que o valor dos aluguéis corresponde às condições de mercado para imóveis semelhantes.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
25/06/2016	12.553.417.953,36		812.473.246	0	812.473.246
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
25/02/2016	12.553.417.953,36		812.473.246	0	812.473.246
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
25/02/2016	12.553.417.953,36		812.473.246	0	812.473.246
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
31/03/2010	0,00		1.000.000.000	0	1.000.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve aumento do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento ou bonificação em ações da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Em 26 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de até 7.500.000 ações ordinárias, a serem potencialmente recompradas durante o período de um ano, com término em 26 de março de 2021. As ações adquiridas no programa de recompra poderão ser mantidas em tesouraria, canceladas ou posteriormente alienadas no mercado, bem como para cumprir as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações e do Plano de Outorga de Ações Restritas.

Em 25 de maio de 2020, a Companhia informou, por meio de Fato Relevante, a conclusão do programa de aquisição de ações de sua própria emissão, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de março de 2020. Por meio do referido programa, a Companhia recomprou 4.836.000 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 0,60% do seu capital social.

Conforme informado, as ações recompradas têm por objetivo a permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado, bem como visa cumprir com as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do (i) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015 e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2020 e (ii) do Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015 e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2018, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2019 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2020

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão o direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de recesso tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista dissidente poderá solicitar levantamento de balanço especial verificado em data não anterior há 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, a Companhia deverá pagar imediatamente 80% do valor de reembolso, calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas, e o saldo remanescente, no prazo de 120 dias, a contar da data da deliberação da Assembleia Geral que ensejou o direito de recesso, a partir do novo balanço patrimonial, conforme disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às ações que não decorram de lei somente poderão ser modificados mediante aprovação em assembleia geral de acionistas.
Outras características relevantes	Ver o item 18.2 para hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

(i) alienação de controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e regulamentação vigentes e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante;

(ii) qualquer Acionista Adquirente, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá (a) imediatamente divulgar tal informação por meio de fato relevante, na forma prevista na regulamentação editada pela CVM; e (b) no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 33,33% (trinta e três virgula trinta e três por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos do Estatuto Social da Companhia;

(iii) A saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição das ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre oferta pública de aquisição das ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição das ações ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem a efetivação de alienação das ações;

(iv) Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída compulsória do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição das ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os requisitos estabelecidos no item (iii) acima;

É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição das ações, visando a mais de uma das finalidades previstas nos itens acima, no Regulamento do Novo Mercado, na legislação societária ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição das ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Com exceção daquelas ofertas públicas de aquisição das ações destinadas à saída do Novo Mercado e/ou ao cancelamento do registro de companhia aberta, a realização de oferta pública de aquisição das ações unificada somente poderá ser realizada por acionista da Companhia que detenha montante igual ou superior a 33,33% do total de ações de emissão da Companhia, observado o disposto no item (ii) acima.

Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública de aquisição das ações conforme o item (i) acima, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de ações da Companhia em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado, dentro dos dezoito meses subsequentes à aquisição do Poder de Controle.

No que se refere à oferta pública de aquisição das ações estabelecida no item (ii), esta deixa de ser obrigatória na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 33,33% do total das ações de sua emissão em decorrência (a) de sucessão legal,

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 dias contados do evento relevante, (b) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (c) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, ou (d) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia de acordo com as regras previstas na regulamentação aplicável.

Para fins do cálculo do percentual de 33,33% do total de ações de emissão da Companhia, descrito no item (ii) acima, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Ademais, a oferta pública de aquisição das ações descrita no item (ii) acima deverá ser (a) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (b) efetivada em leilão a ser realizado na B3, (c) lançada pelo preço determinado de acordo com o indicado nos próximos parágrafos abaixo, e (d) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição das ações.

O preço de aquisição de cada ação de emissão da Companhia na oferta pública de aquisição das ações descrita no item (ii) acima não poderá ser inferior ao maior valor entre (a) 140% da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 120 pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição das ações, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (b) 140% da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante os últimos 30 pregões anteriores à data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição das ações, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

A realização da oferta pública de aquisição das ações mencionada no item (ii) não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição das ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública de aquisição das ações mencionada no item (iii) acima, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, observadas as regras e condições do Regulamento do Novo Mercado.

Na hipótese de não atingimento do percentual de aquisição de ações que autorizem a saída do Novo Mercado, após a realização da oferta pública de aquisição das ações prevista no item (iv) acima, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da oferta pública de aquisição das ações, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções pela B3.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Caso algum acionista seja obrigado à realização de oferta pública nos termos do item (ii) do item 18.2, e não cumpra com as obrigações indicadas no Estatuto Social da Companhia, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da oferta pública ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista adquirente não poderá votar para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta pelo Estatuto Social, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas pelo Estatuto Social.

Ainda, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação legal ou estatutária, cessando a suspensão tão logo cumprida a obrigação, devendo o acionista comunicar a Companhia sobre o referido cumprimento. Também caberá à Assembleia Geral estabelecer, entre outros aspectos, o alcance e o prazo da suspensão, observadas as vedações previstas em lei.

A Assembleia Geral para suspensão de direitos poderá ser convocada por acionistas representando, no mínimo, 5% do capital social, quando o Conselho de Administração não atender, no prazo de oito dias, o pedido de convocação que apresentarem, com a indicação da obrigação descumprida e a identificação do acionista inadimplente.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.312.720.640	25,24	19,49	R$ por Unidade	22,51
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.186.528.540	32,07	22,95	R$ por Unidade	28,52
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	144.571.130	40,50	32,08	R$ por Unidade	36,44
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.738.502.910	37,99	32,89	R$ por Unidade	35,75

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	12.399.047.800	39,85	22,16	R$ por Unidade	31,46
30/06/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.628.134.440	25,97	17,91	R$ por Unidade	22,38
30/09/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.831.375.740	23,66	19,40	R$ por Unidade	21,61
31/12/2018	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.466.482.760	23,35	19,77	R$ por Unidade	21,58

Exercício social **31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.180.468.960	49,50	35,58	R$ por Unidade	42,34
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.793.765.190	46,55	37,52	R$ por Unidade	414,44
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.500.692.460	47,12	36,58	R$ por Unidade	41,29
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.034.603.280	47,95	35,59	R$ por Unidade	41,41

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações da Companhia, da Espécie Quirografária
Data de emissão	30/04/2019
Data de vencimento	30/04/2026
Quantidade (Unidades)	750.000
Valor total (Reais)	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	755.760.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 e 15 da Instrução CVM 476, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), observado o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate será permitido após 30/04/2021 (inclusive) para as Debêntures da 1ª Série; após 30/04/2022 (inclusive) para as Debêntures da 2ª e 4ª Séries. O valor a ser pago em razão de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª e 2ª Série e ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série, acrescido dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do resgate, se for o caso; e de prêmio flat, correspondente a 1,00% a.a para as Debêntures da 1ª Série, 0,80% a.a. para as Debêntures da 2ª Série e 4ª Série, pelo prazo remanescente das Debêntures, calculado de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	(i) Data de vencimento: 1ª Série: 30/04/2022; 2ª Série: 30/04/2024; 3ª Série: 30/04/2026; 4ª Série: 30/04/2026 (ii) Remuneração: Debêntures da 1ª Série: 100% a.a. da taxa DI acrescido de spread limitado a 0,90% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding); Debêntures da 2ª Série: 100% a.a da taxa DI acrescido de spread limitado a 1,08% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding); Debêntures da 3ª Série: até 5,50% a.a (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) atualizados pela variação do IPCA; Debêntures da 4ª Série: 100% a.a da taxa DI acrescido de spread limitado a 1,45% a.a. (a ser definido em Procedimento de Bookbuilding) (ii) Espécie: quirografária (iii) Vigência: Prazo total de 7 anos contados da data de emissão, vencendo em 30/04/2026. (iv) Pagamento da Remuneração: Semestral, a partir de 30/10/2019, vencendo em 30/04/2026. (v) Amortização: 1ª Série: Parcela única em 30/04/2022; 2ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2023 e a 2ª em 30/04/2024; 3ª Série: Duas Parcelas, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026; 4ª Série: Duas Parceals, sendo a 1ª em 30/04/2025 e a 2ª em 30/04/2026. (vi) Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Destinação de Recursos: Reforço de capital de giro da Companhia. Vencimento antecipado automático: Pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, inadimplemento, transformação do tipo societário da Emissora, entre outros.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	28

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3, sob o código "BRFS3".

As Debêntures da Companhia, conforme descritos no item 18.5 acima, são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
Entidade Administradora	**Data de admissão**	**Data de Início listagem**	**Percentual**
Descrição de Segmento de Negociação		**Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior**	
Descrição do Banco Depositário		**Descrição da Instituição Custodiante**	
ADR	BRF5	Estados Unidos	Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)
Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)	01/10/1996	20/10/2000	53.230000%
Sim: ADRs listados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)		Sim: Cada 1 ADR representa 1 ação ordinária	
Sim: The Bank of New York Mellon		Sim: Itaú Unibanco	

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2023 –144A- Reg S
Data de emissão	15/05/2013
Data de vencimento	22/05/2023
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor nominal global (Reais)	1.011.650.000,00
Saldo devedor em aberto	1.370.400.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os bonds não foram nem serão registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidos nos Estados Unidos da América, na base de isenções de registros aplicáveis. Os bônus (bonds) foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O emitente poderá resgatar as notas de forma total ou parcial, a qualquer momento após 22/05/2014, mediante aviso prévio não inferior a 30 nem superior a 60 dias, a um preço de resgate igual a 100% do valor principal das notas, mais o valor presente dos pagamentos de juros até o vencimento, descontado a taxa de Treasury mais 35 pontos base, além dos juros vencidos até a data do resgate e não pagos, quando houver, e outros montantes adicionais, quando aplicável.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Comoanhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Bonds” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US$ 500.000.000,00 e convertida em Reais pela Ptax da data de recebimento do valor, a saber, dia 15/05/2013, BRLUSD: 2,0233 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2022 – 144A- Reg S
Data de emissão	06/06/2012
Data de vencimento	06/06/2022
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor nominal global (Reais)	1.513.725.000,00
Saldo devedor em aberto	435.900.000,00
Restrição a circulação	Sim

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Descrição da restrição	As notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América, na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá resgatar as notas somente em sua totalidade, a qualquer momento, a um preço de resgate igual ao maior preço entre: (1) 100% do valor principal da mesma, e (2) a soma dos valores atualizados dos pagamentos restantes programados, calculados até a data do resgate (excluindo juros auferidos até a data de resgate) devidos a contar da data de resgate até a data de vencimento declarada, descontados em base semestral até a data de resgate (supondo um ano de 360 dias composto por 12 meses de 30 dias) à taxa do Tesouro, mais 0,5 pontos percentuais, mais, em cada caso, se houver, os juros vencidos não pagos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Bonds” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US$ 750.000.000,00 e convertida em Reais pela Ptax da data de recebimento do valor, a saber, dia 06/06/2012, BRLUSD: 2,0183 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2022
Data de emissão	29/05/2015
Data de vencimento	03/05/2022
Quantidade (Unidades)	100.000
Valor nominal global (Reais)	1.759.400.000,00
Saldo devedor em aberto	1.492.700.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os Bônus (bonds) não foram nem serão registrados perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidos nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. Os Bônus (bonds) foram oferecidos apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Os Bonds podem ser resgatados, no todo ou em parte, a qualquer momento depois de 3 de junho de 2016 a um preço de resgate equivalente ao maior entre: (i) 100% do valor principal; e (ii) a soma dos valores presentes, calculados a partir da data de resgate, e os pagamentos remanescentes do principal e juros (excluindo juros auferidos até a data de resgate) devidos após a data de resgate até a data de vencimento, descontado a taxa de títulos do governo comparáveis mais 40 pontos base, além dos juros vencidos até a data do resgate e não pagos, quando houver, e outros montantes adicionais, quando aplicável. Os bonds, com vencimento em 03 de maio de 2022, foram emitidos com cupom (juros) de 2,75% ao ano (taxa efetiva 2,822%), os quais são devidos e pagos semestralmente, a partir de 03 de junho de 2016.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Bonds” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de EUR 500.000.000,00 e convertida em Reais pela Ptax da data de recebimento do valor, a saber, dia 03/06/2016, BRLEUR: 3,5188 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2030 – 144A- Reg S
Data de emissão	24/09/2019
Data de vencimento	24/01/2030
Quantidade (Unidades)	100.000
Valor nominal global (Reais)	3.129.100.000,00
Saldo devedor em aberto	3.022.700.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Hipótese e cálculo do valor de resgate	As notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento até 24 de outubro de 2029 a um preço de resgate equivalente ao maior entre: (i) 100% do valor principal; e (ii) a soma dos valores presentes, calculados a partir da data de resgate, e os pagamentos remanescentes do principal e juros (excluindo juros auferidos até a data de resgate) devidos após a data de resgate até a data de vencimento, descontados em base semestral até a data de resgate (supondo um ano de 360 dias composto por 12 meses de 30 dias) à taxa do tesouro, mais 0,5%, acrescido, em cada caso, se houver, os juros vencidos e não pagos. Neste caso, qualquer resgate das notas estará sujeito a (1) haver pelo menos US$ 150,0 milhões do valor principal das notas (incluindo quaisquer notas adicionais) em circulação após o referido resgate ou (2) o resgate integral das notas em circulação. Após 24 de outubro de 2029, as notas poderão ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento ao preço de 100% do valor de principal das notas em circulação a serem resgatadas, acrescidos de juros acumulado e não pagos (incluindo quaisquer notas adicionais, caso existam).
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Taxa de juros de 4,875% ao ano (yield to maturity de 5,00%) pagos semestralmente. Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de USD 750.000.000,00 e convertida em Reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor, a saber, dia 24/09/2019, BRL/USD: 4,1721 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2050 – 144A – Reg S
Data de emissão	21/09/2020
Data de vencimento	21/09/2050
Quantidade (Unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	2.722.000.000,00
Saldo devedor em aberto	2.832.144.458,33
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento antes de 21 de março de 2050, a um preço de resgate baseado em um valor “make-whole” acrescido de juros acumulados e não pagos. A partir de 21 de março de 2050, as Notes podem ser resgatadas no todo ou em parte, a qualquer momento, a 100% de seu valor principal acrescido dos juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários. As Notes também podem ser resgatadas, no todo, mas não em parte, em 100% de seu valor principal, mais juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários, no caso de eventos específicos relacionados às leis tributárias aplicáveis.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Taxa de juros de 5,750% ao ano pagos semestralmente. Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de USD 800.000.000,00 e convertida em Reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor de USD 500.000.000,00, dia 21/09/2020, BRL/USD: 5,4440 e o valor de USD 300.000.000,00, dia 26/10/2020, BRL/USD: 5,6328 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Emissão Retap de BRF Notes 2050 – 144A – Reg S
Data de emissão	26/10/2020
Data de vencimento	21/09/2050
Quantidade (Unidades)	300.000
Valor nominal global (Reais)	1.689.840.000,00
Saldo devedor em aberto	1.689.840.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram, nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As Notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento antes de 21 de março de 2050, a um preço de resgate baseado em um valor “make-whole” acrescido de juros acumulados e não pagos. A partir de 21 de março de 2050, as Notes podem ser resgatadas no todo ou em parte, a qualquer momento, a 100% de seu valor principal acrescido dos juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários. As Notes também podem ser resgatadas, no todo, mas não em parte, em 100% de seu valor principal, mais juros acumulados e não pagos, além de valores resultantes de deduções ao Noteholder, por fatos geradores tributários, no caso de eventos específicos relacionados às leis tributárias aplicáveis

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Taxa de juros de 5,750% ao ano pagos semestralmente. Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de USD 800.000.000,00 e convertida em Reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil na data de recebimento do valor de USD 500.000.000,00, dia 21/09/2020, BRL/USD: 5,4440 e o valor de USD 300.000.000,00, dia 26/10/2020, BRL/USD: 5,6328 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2024 – 144A- Reg S
Data de emissão	15/05/2014
Data de vencimento	22/05/2024
Quantidade (Unidades)	200.000
Valor nominal global (Reais)	1.662.600.000,00
Saldo devedor em aberto	2.086.200.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América, na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act, e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	As notes podem ser resgatadas, no todo ou em parte, a qualquer momento depois de 22 de maio de 2015, a um preço de resgate equivalente ao maior entre: (i) 100% do valor principal; e (ii) a soma dos valores presentes, calculados a partir da data de resgate, e os pagamentos remanescentes do principal e juros (excluindo juros auferidos até a data de resgate), devidos após a data de resgate até a data de vencimento, descontados em base semestral até a data de resgate (supondo um ano de 360 dias composto por 12 meses de 30 dias) à taxa do tesouro, mais 0,4%, acrescido, em cada caso, se houver, os juros vencidos e não pagos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher com “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Bonds” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos no valor de US$ 750.000.000,00 e convertida em Reais pela Ptax da data de recebimento do valor, a saber, dia 15/05/2014, BRLUSD: 2,2168 (Fonte Bacen).

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	BRF Notes 2026 – 144 – Reg S

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Data de emissão	29/09/2016
Data de vencimento	29/09/2026
Quantidade (Unidades)	500.000
Valor nominal global (Reais)	1.611.450.000,00
Saldo devedor em aberto	1.999.500.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes não foram nem serão registradas perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nem sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado, ou o Securities Act, e só foram oferecidas nos Estados Unidos da América na base de isenções de registros aplicáveis. As notes foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A do Securities Act e a pessoas não americanas fora dos Estados Unidos da América, exceto nas jurisdições em que tal oferta ou venda seja proibida, de acordo com a Regulation S.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Na falta de uma categoria “Notes” ou “Bonds” no espaço Valor Mobiliário, a Companhia optou por preencher como “Debêntures” por mera conveniência. Vale ressaltar que a Companhia está tratando única e exclusivamente de “Notes” nesse item. Emissão realizada em dólares norte-americanos, no valor de USD 500.000.000,00 e convertida em Reais pela taxa divulgada no website do Banco Central do Brasil, na data de recebimento do valor, a saber, dia 29/09/2016, BRLUSD: 3,2229 (Fonte Bacen).

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Oferta Pública de Debêntures com Esforços Restritos (abril de 2019)

Em 2019, a Companhia realizou oferta pública de distribuição de 750.000 debêntures da 1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações da Companhia, da Espécie Quirografária, em até 4 (Quatro) Séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, emitidas pela Companhia em 30 de abril de 2019. A oferta pública foi realizada no Brasil, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, perfazendo o montante de R$750.000 mil.

Para maiores informações sobre as características das debêntures da 1º Emissão da Companhia, vide o item 18.5 acima.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

1ª Emissão de Debêntures

Os recursos obtidos por meio da oferta de debêntures da 1ª emissão de debêntures simples da Companhia com esforços restritos de colocação, emitidas em 30 de abril de 2019, no montante de R$750.000 mil ("Debêntures"), foram utilizados, pela Companhia, no curso ordinário dos seus negócios, para efetuar o reforço de caixa e capital de giro da Companhia.

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas na escritura de emissão das Debêntures.

4.875% Senior Notes 2030

Os recursos obtidos por meio da oferta no exterior de *senior notes,* emitidas em 24 de setembro de 2019, no montante de 750 milhões de dólares norte-americanos, com vencimento do principal em 24 de janeiro de 2030 e taxa de juros de 4,875% a.a. ("Senior Notes"), foram utilizados, pela Companhia, para (i) efetuar o reforço de caixa da Companhia, no curso ordinário dos seus negócios; e (ii) efetuar a liquidação e renegociação, de parte ou da totalidade, de outras dívidas de prazos mais curtos, efetuando oferta de recompra (*tender offer*) para os seguintes *bonds*:

Operação	Vencimento	Principal Recomprado (valores em milhares de Reais)
Sadia Overseas BRFSBZ7	2020	363.686
BRF AS BRFSBZ2	2022	795.932
BRF AS BRFSBZ5	2022	38.937
BRF AS BRFSBZ3	2023	641.363
BRF AS BRFSBZ4	2024	961.797

A Companhia não tem conhecimento da ocorrência de quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas no prospecto de distribuição das Senior Notes.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

5.750% Senior Notes 2050

Parte dos recursos obtidos por meio da primeira tranche da oferta no exterior de Senior Notes BRF 2050 emitidas em 21 de setembro de 2020 foram utilizados, pela Companhia, para recompra de todas e quaisquer das:

Operação	Vencimento	Principal Recomprado (valores em milhares de Reais*)
5,875% Senior Notes	2022	63.053.563,20
2,750% Senior Notes	2022	259.915.202,40
3,95% Senior Notes	2023	289.463.959,20
4,75% Senior Notes	2024	891.959.512,80
4,350% Senior Notes - emissão da BRF GmbH e garantidas pela BRF	2026	4.044.350,40

O saldo remanescente dos recursos obtidos por meio da primeira tranche da oferta no exterior de Senior Notes BRF 2050, emitidas em 21 de setembro, foi utilizado para propósitos corporativos gerais da Companhia.

Os recursos obtidos por meio da 2ª tranche da oferta no exterior de Senior Notes BRF 2050 emitidas em 26 de outubro de 2020 foram utilizados para propósitos corporativos gerais [, o que também incluiu o pagamento de dívidas específicas.]

* Emissão realizada em dólares norte-americanos e convertida em Reais pela taxa PTAX divulgada no website do Banco Central do Brasil no dia 26/10/2020 no valor de BRL/USD: 5,6328 (Fonte Bacen).

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não houve realização de ofertas públicas efetuadas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros no período compreendendo os últimos três exercícios sociais.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Direitos dos Acionistas

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas assembleias de acionistas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia e o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não pode emitir ações sem direito a voto ou com direitos de voto restritos. Além disso, de acordo com o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de sua emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações ordinárias na proporção de suas participações no total das ações emitidas ou em circulação. Além disso, no caso de liquidação da Companhia, os acionistas titulares de ações de sua emissão têm o direito de receber os montantes relativos a reembolso do capital, na proporção da sua participação no capital social, após o pagamento de todas as obrigações da Companhia. Os titulares de ações ordinárias têm, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto, o direito de participar de futuros aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital social, e também o direito de desfazer de suas ações em ofertas públicas no caso de aquisições, pelo ofertante, de ações em quantidade igual ou maior que 33,33% do total de ações emitidas pela Companhia, de acordo com os termos e condições previstas no Artigo 41 do Estatuto Social.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social e tampouco as deliberações adotadas em uma Assembleia Geral podem privar um acionista dos seguintes direitos:

- direito a participar na distribuição dos lucros;

- direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;

- direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias;

- direito de fiscalizar a administração da Companhia na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações; e

- direito a se retirar da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Debêntures

Com relação às Debêntures descritas no item 18.5 acima, seguem algumas informações adicionais acerca das hipóteses de resgate antecipado compulsório e restrições aplicáveis.

A Companhia terá a obrigação de resgatar as debêntures na ocorrência dos eventos abaixo:

(i) inadimplemento, pela Companhia, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo vencimento;

(ii) questionamento judicial, pela Companhia, das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão;

(iii) (a) decretação de falência da Companhia ou de qualquer de suas controladas relevantes (conforme definido na Escritura de Emissão); (b) pedido de autofalência da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia ou de qualquer de suas Controladas Relevantes e não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Companhia e de qualquer de suas Controladas Relevantes;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(iv) propositura, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(v) caso as Debêntures e/ou a Escritura de Emissão sejam consideradas ou declaradas nulas, inválidas ou inexequíveis por qualquer lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, inclusive qualquer decisão judicial;

(vi) transformação do tipo societário da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;

(vii) caso a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, exceto com a anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

(viii) na hipótese de a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas tentar ou praticar qualquer ato visando anular, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, as Debêntures, a Escritura de Emissão, qualquer documento relativo à Emissão ou qualquer das suas respectivas cláusulas; e

(ix) redução de capital social da Companhia, exceto se observado o artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia, poderá ter a obrigação de resgatar as Debêntures, no caso das seguintes hipóteses abaixo:

(i) inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, que não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do referido inadimplemento;

(ii) inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou seu valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do inadimplemento, em virtude de (a) negociação entre a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário) ou (b) decisão judicial ou arbitral;

(iii) início de processo de execução e/ou descumprimento de sentença definitiva, em face da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes e/ou descumprimento de qualquer sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral final, de natureza condenatória contra a Companhia e/ou qualquer de suas Controladas Relevantes, no prazo estipulado em referida decisão ou sentença, em valor individual ou agregado superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), exceto se (a) no caso de sentença arbitral, a Companhia esteja pleiteando perante o poder judiciário a decretação da nulidade da sentença arbitral nos termos do artigo 32 e 33 da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e, no contexto de tal pleito, tenha obtido a suspensão dos efeitos da referida sentença arbitral; ou (b) no caso de decisão judicial, no contexto, do processo de execução, a Companhia tenha prestado garantia integral, nos termos da lei processual vigente, e tal garantia tenha suspendido os efeitos da referida sentença arbitral;

(iv) questionamento judicial por terceiros, das Debêntures ou da Escritura de Emissão;

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(v) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais que impossibilitem o exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, de forma a afetar materialmente suas operações, exceto na hipótese em que tais licenças estejam em processo de renovação tempestiva;

(vi) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira da Companhia e/ou de qualquer de suas Controladas Relevantes não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou o valor equivalente em outras moedas;

(vii) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada Relevante da Companhia, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativos da Companhia e/ou de qualquer Controlada Relevante da Companhia que detenha patrimônio imobilizado, em valor equivalente ou superior a US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de forma individual ou agregada;

(viii) condenação da Companhia em sede de segunda instância judicial, que verse sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e do *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável ("Leis Anticorrupção"), exceto em relação aos casos descritos no Formulário de Referência, Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da Emissora na presente data;

(ix) protestos de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada Relevante, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se, seja validamente comprovado pela Companhia ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi cancelado, sustado ou suspenso; (b) foram prestadas e aceitas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado; ou (c) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo;

(x) pagamento pela Companhia de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja em mora em quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão;

(xi) cisão, fusão e incorporação da Companhia (inclusive incorporação de ações), ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e qualquer de suas Controladas Relevantes, exceto se (a) mediante prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (b) caso ocorra dentro do grupo econômico da Companhia; (c) caso a Companhia permaneça no controle direto ou indireto, das Controladas Relevantes; ou (d) seja assegurado aos Debenturistas o direito de resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) as declarações ou garantias prestadas pela Companhia, na Escritura de Emissão revelarem-se inverídicas, incorretas, inconsistentes ou imprecisas, sob qualquer aspecto relevante;

(xiii) caso qualquer disposição da Escritura de Emissão sejam consideradas ou declaradas nulas, inválidas ou inexequíveis por qualquer lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, inclusive qualquer decisão judicial; e

(xiv) alteração do objeto social da Companhia que implique mudança da atividade principal da Companhia;

CRA

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Com relação aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio lastreado em créditos do agronegócio de titularidade da Companhia, seguem algumas informações adicionais acerca das hipóteses de resgate antecipado compulsório e restrições aplicáveis.

A Vert Companhia Securitizadora ("Emissora dos CRAs") terá a obrigação de resgatar automaticamente a totalidade dos CRAs na ocorrência dos eventos abaixo:

(i) descumprimento, pela Companhia e/ou SHB e/ou pela BRF Global GmbH ("BRF Global") e/ou pela BRF Foods GmbH ("BRF Foods"), de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os respectivos Contratos de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e/ou o Contrato de Cessão, ou qualquer documento relacionado, desde que não sanada no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, a contar do respectivo vencimento;

(ii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Companhia e/ou SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods;

(iii) extinção, liquidação, dissolução, declaração de insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros, não contestado ou elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Companhia e/ou da SHB, bem como qualquer dos procedimentos anteriores, ou com efeitos similares, que envolvam a BRF Global e/ou a BRF Foods;

(iv) caso a BRF Global e/ou a BRF Foods se recusem a efetuar os pagamentos devidos em decorrência de descumprimento, pela Companhia, conforme o caso, ou por terceiros, de suas respectivas obrigações no âmbito dos respectivos Contratos de Exportação por culpa, dolo, omissão ou má-fé; ou

(v) descumprimento das regras anticorrupção pela Companhia.

A Emissora dos CRAs terá a obrigação de resgatar a totalidade de cada uma das séries dos CRAs na ocorrência dos eventos abaixo, exceto se diversamente determinado por, no mínimo, 2/3 dos respectivos detentores de cada uma das séries dos CRAs:

(i) descumprimento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, conforme aplicável, de qualquer obrigação não-pecuniária, principal ou acessória, relacionada com os respectivos Contratos de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e/ou o Contrato de Cessão, desde que não sanada no prazo estabelecido no respectivo instrumento, ou, em caso de omissão, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação informando a ocorrência do evento;

(ii) alteração dos termos e condições de cada Compromisso de Pagamento, sem o consentimento prévio, expresso e por escrito da Emissora dos CRAs;

(iii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, em qualquer dos Contratos de Exportação, em cada Compromisso de Pagamento, em cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais DI ou Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais IPCA e no Contrato de Cessão, conforme aplicável, que possa afetar materialmente o cumprimento do Contrato de Cessão, são (a) falsas ou enganosas ou, (b) em qualquer aspecto relevante, insuficientes ou incorretas, nas datas em que foram prestadas, desde que não sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contado da data em que a Emissora dos CRAs comunicar à Companhia e/ou à SHB e/ou à BRF Global e/ou à BRF Foods sobre a respectiva comprovação;

(iv) descumprimento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods de qualquer decisão ou sentença judicial, arbitral ou administrativa, conforme aplicável, contra as quais não caiba recurso, em valor, individual ou agregado, superior a US$ 150.000.000,00

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

(cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;

(v) protesto de títulos contra a Companhia e/ou a SHB e/ou a BRF Global e/ou a BRF Foods em valor, individual ou agregado, superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo legal, tiver sido validamente comprovado à Emissora dos CRAs que o(s) protesto(s) foi(ram): (a) cancelado(s) ou suspenso(s); (b) efetuado(s) por erro ou má- fé de terceiros; ou (c) garantido(s) por garantia(s) aceita(s) em juízo;

(vi) inadimplemento, na data de vencimento da obrigação, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se sanado no respectivo prazo de cura então indicado no respectivo contrato, conforme aplicável;

(vii) vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia e/ou da SHB e/ou da BRF Global e/ou da BRF Foods, cujo valor seja superior a US$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, exceto se (1) (1.a) no prazo de cura previsto no respectivo instrumento para a dívida ou obrigação específica, conforme aplicável, ou (1.b) em não havendo tal prazo de cura, em 5 (cinco) Dias Úteis, for comprovado à Emissora dos CRAs que a dívida ou obrigação geradora de tal vencimento antecipado foi integralmente quitada, renovada ou renegociada de modo a impedir sua exigibilidade, nos termos acordados com o credor de tal dívida; ou (2) se a exigibilidade da referida dívida ou obrigação for suspensa por decisão judicial;

(viii) pagamento, pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, de lucros, dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia e/ou a SHB e/ou a BRF Global e/ou a BRF Foods esteja(m) em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas em cada Compromisso de Pagamento, cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais DI ou cada Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais IPCA e no Contrato de Cessão, ou qualquer documento relacionado;

(ix) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de Reorganização Societária da Companhia e/ou da SHB, exceto (i) mediante aprovação prévia e por escrito da Emissora dos CRAs; (ii) caso ocorra dentro do grupo econômico da Companhia; ou (iii) caso a Companhia permaneça no Controle, direto ou indireto, da SHB; ou (iv) a sociedade sobrevivente da referida Reorganização Societária assuma expressamente as obrigações da Companhia sob o Contrato de Cessão, do respectivo Contrato de Exportação, Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e Compromissos de Pagamento;

(x) existência de sentença condenatória transitada em julgado ou arbitral definitiva relativamente à prática de atos pela Companhia e/ou pela SHB e/ou pela BRF Global e/ou pela BRF Foods, que importem em infringência à legislação que trata do combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, bem como ao crime contra o meio ambiente;

(xi) na hipótese de a Companhia e/ou as Devedoras, direta ou indiretamente, tentarem ou praticarem qualquer ato visando anular, questionar, revisar, cancelar ou repudiar, por meio judicial ou extrajudicial, o Contrato de Exportação, cada Compromisso de Pagamento, o Termo de Cessão dos Créditos do Agronegócio Adicionais e o Contrato de Cessão, qualquer documento relacionado ou qualquer das Cláusulas de documentos relativos à emissão dos CRAs; ou

(xii) caso qualquer das Devedoras questione, de forma judicial ou extrajudicial, (a) a qualidade, a especificação e/ou a quantidade dos Produtos objeto dos Créditos do Agronegócio, inclusive

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

após seu embarque e independentemente de sua entrega do local de destino da exportação; ou (b) o recebimento dos Produtos.

Caso os CRAs tenham que ser resgatados pela Emissora dos CRAs, nos termos previstos acima, a Companhia ficará obrigada a realizar a recompra dos Créditos do Agronegócio correspondentes.

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	CRA (2016) 1ª Série: BRVERTCRA005; 2ª Série: BRVERTCRA013
Data de emissão	16/12/2016
Data de vencimento	18/12/2023
Quantidade (Unidades)	1.500.000
Pessoas Físicas (Unidades)	1ª Série: 1.779; 2ª Série: 1.588
Pessoas Jurídicas (Unidades)	1ª Série: 9; 2ª Série: 8
Investidores Institucionais (Unidades)	1ª Série: 3; 2ª Série: 3
Valor nominal global (Reais)	1.500.000.000,00
Saldo devedor em aberto	1.597.448.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Condições descritas no item 18.12 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	Resgate antecipado obrigatório: para informações sobre o resgate antecipado desta emissão, vide item 18.12 deste Formulário de Referência. A partir da data de integralização, os CRAs DI farão jus a juros remuneratórios incidentes sobre o valor nominal unitário, conforme o caso, correspondentes a 96,00% (noventa e seis inteiros por cento) da taxa DI. A partir da data de integralização, sobre o valor nominal unitário dos CRAs IPCA, atualizado conforme disposto na Cláusula 6.1 do Termo de Securitização e na seção "Informações Relativas aos CRA e à Oferta - Atualização dos CRAs IPCA", na página 46 do prospecto definitivo, incidirão juros remuneratórios, correspondentes a 5,8970% (cinco inteiros e oito mil, novecentos e setenta décimos de milésimos por cento) ao ano. Não foram constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre os CRAs, que gozarão da garantia que integra o Contrato de Cessão. Os CRAs não contarão com garantia flutuante da emissora, razão pela qual qualquer bem ou direito integrante de seu patrimônio, que não componha o patrimônio separado, não será utilizado para satisfazer as obrigações.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
26/03/2020	27/03/2020 à 26/03/2021	192.845.436,04	Ordinária		7.500.000	0,932534	4.836.000	21,92	R$ por Unidade	64,480000

O programa de recompra de ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”) tem por objetivo adquirir as ações para permanência em tesouraria, cancelar ou posteriormente aliená-las no mercado, bem como cumprir com as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015, e do Plano de Outorga de Ações Restritas, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 08 de abril de 2015, alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2017, na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2018 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2019.
Em relação aos efeitos econômicos da operação, a Companhia entende que são de baixo impacto e que não afetarão o cumprimento das obrigações assumidas perante seus credores.
Em 25 de maio de 2020, a Companhia concluiu o Programa de Recompra, tendo recomprado 4.836.000 ações ordinárias, representativas de aproximadamente 0,60% do seu capital social total.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.057.224	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	343.778	53,60
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	713.446	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.333.701	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	276.477	53,60
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.057.224	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	13.468.001	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	12.134.300	53,60

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.333.701
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**29/06/2017**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Pessoas Vinculadas são: (i) a própria Companhia; (ii) seus Administradores e Acionistas Controladores diretos e indiretos (conforme definidos na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência); (iii) seus Empregados e Colaboradores (conforme definidos na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência); (iv) os membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por por deliberação do Conselho de Administração; e (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em sociedade Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), tenha conhecimento de informação que possa constituir Ato ou Fato Relevante (conforme definidos na Política e no item 21.2 deste Formulário de Referência) sobre a Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia (“Política”), elaborada nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas Pessoas Vinculadas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência) na divulgação de informações, sendo as regras e procedimentos sobre a divulgação de atos e fatos relevantes descritos no item 21 deste Formulário de Referência, e na negociação de valores mobiliários (conforme definidos na Política) de emissão da Companhia, conforme regras e procedimentos descritos neste item 20.
No que diz respeito à negociação dos valores mobiliários, a Política define: (i) as regras a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, conforme impostas pela legislação aplicável; e (ii) a política interna de negociação de valores mobiliários adotada pela Companhia.
Um dos seus principais objetivos é contribuir para o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática de insider trading (prática, por uma pessoa, de negociação de valores mobiliários com base em Informação Privilegiada (conforme definida abaixo) a respeito da qual referida pessoa deva manter sigilo, com o intuito de obtenção de vantagem indevida em benefício próprio ou de terceiros).
Para os fins da Política, entende-se como “Informação Privilegiada”: Atos ou Fatos Relevantes (conforme definidos na Política e no item 21.2 deste Formulário de Referência) ainda não divulgados à Comissão de Valores Mobiliários, à Securities and Exchange Commission, às bolsas de valores e/ou entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, e, simultaneamente, aos investidores em valores mobiliários, analistas e demais agentes do mercado de capitais.
O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c), buscando pela companhia “BRF S.A.”, na categoria “Política de Negociação de Ações da Companhia”; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.brf-global.com), clicando no campo “Investidores”, em seguida em “Governança Corporativa”, logo após em “Políticas, Estatuto e Regimentos” e, por fim, selecionando “1-Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários”.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários: (i) no período de 15 dias anteriores à divulgação ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) e das informações anuais (DFP) da Companhia; e (ii) nas seguintes hipóteses: (a) na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento as Pessoas Vinculadas; (b) quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (c) quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia. A vedação prevista no item (ii)(a) acima não se aplica à aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, por intermédio de negociações privadas, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela assembleia geral da Companhia ou quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em assembleia geral, nos termos do item 4.9 da Política. Já as vedações previstas no item (i) acima, bem como nos itens (ii)(a) e (ii)(b) acima, não se aplicam às negociações de valores mobiliários realizadas pelos Administradores da Companhia ou de suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, bem como às demais Pessoas Vinculadas, se for o caso, que tenham celebrado Planos Individuais de Investimento (conforme definidos na Política), desde que tais planos observem os requisitos estabelecidos na Política e desde que a Companhia tenha aprovado cronograma definindo datas específicas para a divulgação das informações trimestrais e anuais, nos termos do item 4.10 da Política. Além disso, a qualquer tempo, é vedada a negociação, pelos Administradores e Acionistas Controladores (diretos ou indiretos) da Companhia, pelos Empregados e Colaboradores da Companhia, pelos membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposições estatutárias ou por deliberação do Conselho de Administração, e por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em sociedade Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação que possa constituir Ato ou Fato Relevante sobre a Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, de instrumentos derivativos de qualquer espécie referenciados em valores mobiliários incluindo as operações que sejam negociadas a termo, mercados futuros, por meio de opções de compra e venda e/ou swaps, dentre outros, que derivem, integral ou parcialmente, do valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Em relação à Política de Divulgação da Companhia, descrita no item 20.1 deste Formulário de Referência, seguem informações adicionais abaixo.

a) Outras características relevantes (Item 20.1, "Principais características e locais de consulta"):

As vedações à negociação tratadas na Política aplicam-se às negociações realizadas diretamente pelas Pessoas Vinculadas, bem como àquelas realizadas indiretamente, por intermédio de: (i) Pessoas Ligadas (conforme definido na Política, são as pessoas que mantenham os vínculos indicados a seguir com Pessoas Vinculadas (conforme aplicável): (a) o cônjuge, de quem não se esteja separado judicialmente; (b) o(a) companheiro(a); (c) qualquer dependente incluído na declaração anual de imposto sobre a renda; ou (d) sociedades controladas, direta ou indiretamente, seja pelas Pessoas Vinculadas ou pelas demais Pessoas Ligadas); (ii) Contatos Comerciais (conforme definido na Política, é toda pessoa que tenha conhecimento de informação referente a Ato ou Fato Relevante da Companhia, em decorrência de relação comercial, profissional ou de confiança estabelecida com a Companhia, tais como auditores independentes, advogados, consultores e instituições do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários); ou (iii) terceiros com quem as Pessoas Vinculadas tenham celebrado contrato de fidúcia (trust) ou administração de carteira de ações.

Para fins do disposto acima, não são consideradas negociações indiretas aquelas realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as pessoas sujeitas à Política, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador ou do gestor do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

b) Outras informações relacionadas aos períodos de vedação e procedimentos de fiscalização adotados pela Companhia (Item 20.1 – "Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização"):

Adicionalmente, verificada a existência de Ato ou Fato Relevante, é facultado ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia fixar períodos de bloqueio, sem que esteja obrigado a apresentar qualquer justificativa, até que tal Ato ou Fato Relevante seja devidamente divulgado ao mercado, observado o disposto na Política. Nesta hipótese, mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo a vedação de negociação, caso esta possa, a juízo da Companhia, interferir nas condições dos negócios com ações da Companhia, de maneira a resultar prejuízo à própria Companhia ou a seus acionistas.

Ainda, o Conselho de Administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou a alienação de ações de própria emissão enquanto não forem divulgados, na forma prevista na Política, determinados eventos previstos no item 4.9 da Política. Caso, após a aprovação de programa de recompra, advenha fato que se enquadre em qualquer das hipóteses acima, a Companhia suspenderá, imediatamente, as operações com ações de sua própria emissão até a divulgação do respectivo Ato ou Fato Relevante.

A negociação das ações adquiridas em decorrência do exercício de opções outorgadas de acordo com o plano de opções de ações a que se refere o item 4.16 da Política deverá observar eventuais restrições estabelecidas em referido plano, sem prejuízo das restrições ou limitações impostas pela Política ou pela legislação aplicável.

Adicionalmente, os Acionistas Controladores (conforme definidos na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), bem como os Diretores e membros do Conselho de Administração da Companhia e de suas Sociedades Controladas, não poderão negociar com valores mobiliários da Companhia nas datas em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas, Sociedades Coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Por fim, os ex-Administradores não poderão negociar valores mobiliários da Companhia pelo prazo de 12 meses após o seu afastamento.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Política"), elaborada nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, foi reformada em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada 29 de junho de 2017 e entrou em vigor nesta mesma data.

A Política tem como propósito estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser compulsoriamente observados e aplicados pelas Pessoas Vinculadas (conforme definidas abaixo) na divulgação de informações, sendo as regras e procedimentos sobre a divulgação de atos e fatos relevante descritos neste item 21, e na negociação de valores mobiliários (conforme definidos na Política) de emissão da Companhia, conforme regras e procedimentos descritos no item 20 deste Formulário de Referência.

Para os fins da Política, Pessoas Vinculadas são:

(i) a própria Companhia;

(ii) os diretores estatutários, membros do conselho de administração, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados ou que venham a ser criados por disposição estatutária (titulares e suplentes) da Companhia ("Administradores"), bem como o acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de acionistas ou sob controle comum que: (a) detenha a titularidade de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da Companhia; e (b) efetivamente exerça o poder de controle e direção das atividades sociais da Companhia, orientando o funcionamento dos órgãos da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Acionistas Controladores");

(iii) os membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por deliberação do Conselho de Administração;

(iv) os empregados e executivos da Companhia, bem como quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, nas sociedades que são controladas pela Companhia, direta ou indiretamente, conforme definido no art. 243, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações, no Brasil ou no exterior, as quais também se identificam como Partes Relacionadas, conforme definido pelas normas internacionais de contabilidade - IFRS, adotadas pela Companhia ("Sociedades Controladas") ou nas sociedades em que a Companhia tenha influência significativa, na forma definida no art. 243 da Lei das Sociedades por Ações, no Brasil ou no exterior, as quais também se identificam como Partes Relacionadas, conforme definido pelas normas internacionais de contabilidade - IFRS, adotadas pela Companhia ("Sociedades Coligadas"), tenham acesso a qualquer Informação Privilegiada (conforme definida na Política e no item 20.1(c) deste Formulário de Referência) ("Empregados e Colaboradores");

(v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em sociedade Controladora, nas Sociedades Controladas e nas Sociedades Coligadas, tenha conhecimento de informação que possa constituir Ato ou Fato Relevante (conforme definido na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência) sobre a Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política (conforme definida no item 21.1 deste Formulário de Referência), no que diz respeito à divulgação de informações, visa a assegurar o atendimento aos objetivos de amplitude, qualidade, transparência, eficiência e igualdade de tratamento aos investidores em valores mobiliários, analistas e demais agentes do mercado de capitais ("Público Investidor"), na divulgação de informações que constituam Atos ou Fatos Relevantes (conforme definidos abaixo) relativos aos valores mobiliários (conforme definidos abaixo) da Companhia.

A Política busca, ainda, a manutenção da confiança do Público Investidor, dos próprios Administradores, dos Empregados e Colaboradores (conforme definidos na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência) e dos participantes do mercado de capitais em geral, quanto à veracidade e atualidade das informações operacionais e da situação econômico-financeira da Companhia, bem como de suas Sociedades Controladas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência). A Política rege, também, a divulgação de informações relevantes à imprensa especializada, aos Empregados e Colaboradores da Companhia e ao público em geral.

São considerados Atos ou Fatos Relevantes aqueles definidos como relevantes nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), inclusive qualquer decisão de Acionistas Controladores (conforme definidos na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou de suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro, ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários da Companhia; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários da Companhia.

Cumpre aos Administradores da Companhia analisar com rigor as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia e de suas Sociedades Controladas e Sociedades Coligadas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), considerando sempre a sua materialidade, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

Com relação às hipóteses referidas na Instrução CVM 358 relativas à: (i) aquisição de outras sociedades ou de ativos operacionais de outras sociedades pela Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, (ii) alienação de participações societárias ou ativos operacionais pela Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, (iii) operação de fusão, incorporação ou incorporação de ações, envolvendo a Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, e (iv) investimentos da Companhia, suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, presumir-se-á a existência de Ato ou Fato Relevante quando a operação representar 5% ou mais do valor de mercado da Companhia e, ainda, se houver sido iniciada auditoria externa para consecução da operação ou se houver sido efetuada proposta vinculante visando a consecução da operação. Não constituirá Ato ou Fato Relevante, para os efeitos da Política, a mera prospecção de oportunidades de investimento ou de negócios pela Companhia ou por suas Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas, ainda que envolvam a celebração de acordos de confidencialidade, as quais deverão ser mantidas sob rigoroso sigilo pelas Pessoas Vinculadas.

A Companhia promoverá a imediata divulgação de qualquer uma das situações previstas acima, ainda que não caracterizadas como Ato ou Fato Relevante, caso ocorra vazamento de sua existência ao mercado e dele resulte oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

Caso a Companhia julgue que determinada informação que não se enquadre, conceitualmente, como ato ou fato relevante, seja de interesse dos acionistas ou do mercado em geral, esta poderá ser divulgada por meio de Comunicado ao Mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As Pessoas Vinculadas devem observar as seguintes regras, decorrentes da Política: (i) comunicar ao Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia ("DRI") ou, em sua ausência, à área de relações com investidores da Companhia, qualquer informação que entendam caracterizar Ato ou Fato Relevante, a quem caberá decidir sobre a necessidade de divulgar a matéria ao mercado e sobre o nível de detalhamento da divulgação; (ii) atender prontamente às solicitações de esclarecimentos formuladas pelo DRI quanto à verificação da ocorrência de Ato ou Fato Relevante; e (iii) guardar sigilo da Informação Privilegiada (conforme definida na Política e no item 20.1(c) deste Formulário de Referência) a qual tenha acesso em virtude de sua posição, cargo ou função que ocupam, até a sua adequada divulgação ao mercado nos termos da Política, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante será feita: (i) por meio eletrônico às autoridades reguladoras competentes e às bolsas de valores e/ou entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior ("Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão"); (ii) por meio: (a) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Valor Econômico (http://www.valor.com.br/valor-ri), (b) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias PR News (http://www.prnewswire.com), (c) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.brf-global.com/); e (d) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net). As divulgações de que tratam a Política serão efetuadas em português e em inglês. As informações fornecidas aos órgãos reguladores e divulgadas por meio da Internet deverão ser constantemente atualizadas e incluirão as informações em teor idêntico àquele remetido à CVM, à SEC, e às Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer simultaneamente em todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão localizadas no País ou no exterior. No caso de incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

A divulgação de informações será obrigatoriamente feita ao Público Investidor de modo geral. Caso uma informação caracterizada como Ato ou Fato Relevante seja inadvertidamente revelada a uma pessoa ou grupo específico de pessoas que não sejam as Pessoas Vinculadas, a Companhia, por intermédio do DRI, fará imediatamente ampla divulgação da informação ao mercado, na forma da Política.

Os Atos ou Fatos Relevantes poderão excepcionalmente deixar de ser divulgados ao mercado quando os Acionistas Controladores ou os Administradores, conforme o caso, entenderem que sua revelação porá em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesta hipótese, os Acionistas Controladores ou os Administradores, estes últimos por intermédio do DRI, conforme o caso, poderão decidir por submeter à apreciação da CVM a questão acerca da não divulgação ao público de Ato ou Fato Relevante. Neste caso, o requerimento deverá ser dirigido ao Presidente da CVM, em envelope lacrado, no qual deverá constar a palavra "Confidencial", com a justificativa para o pedido de sigilo. Os Acionistas Controladores ou os Administradores, estes últimos por intermédio do DRI, conforme o caso, ficam obrigados a divulgar ao mercado, imediatamente, o Ato ou Fato Relevante caso a informação escape ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

A diligência de manutenção do sigilo é assegurada por meio da assinatura do "*Termo de Adesão*", constante do Anexo I da Política de Divulgação. Tal termo é assinado pelos Administradores da Companhia. O "*Termo de Adesão*" torna seus signatários corresponsáveis pelo cumprimento da Política de Divulgação.

É política da Companhia não comentar rumores ou especulações originadas no mercado, exceto em situações em que tais rumores ou especulações se refiram a Atou ou Fato Relevante que tenha escapado ao controle da Companhia ou estejam acarretando oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Os termos com iniciais maiúsculas empregados neste item 21.2 que não estejam de outra forma definidos neste item devem ser interpretados com o mesmo significado atribuído na Política.

O texto integral da Política poderá ser encontrado: (i) na página da CVM (https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c), buscando pela companhia "BRF S.A.", na categoria "Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante"; e (ii) na página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.brf-global.com), clicando no campo "Investidores", em seguida em "Governança Corporativa", logo após em "Políticas, Estatuto e Regimentos" e, por fim, selecionando "1-Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários".

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia é responsável por:

(i) divulgar e comunicar à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), à Securities and Exchange Commission ("SEC"), às bolsas de valores e/ou entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários (conforme definidos na Política) de emissão da Companhia sejam ou venham a ser admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior ("Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão"), qualquer Ato ou Fato Relevante (conforme definidos na Política e no item 21.2 deste Formulário de Referência) ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, de suas Sociedades Controladas ou de suas Sociedades Coligadas (conforme definidas na Política e no item 21.1 deste Formulário de Referência), imediatamente após a sua ocorrência;

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação dos Atos ou Fatos Relevantes referidos no item (i) acima, simultaneamente, a todos os mercados em que os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior;

(iii) prestar as informações solicitadas, caso a CVM, a SEC, ou as Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão venham a exigir esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante;

(iv) avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores e/ou ao Mercado de Balcão, nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários da Companhia, pelo tempo necessário à adequada disseminação do Ato ou Fato Relevante; e

(v) ocorrendo vazamento de Informação Privilegiada (conforme definida na Política e no item 20.1(c) deste Formulário de Referência) ou oscilações atípicas na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia, inquirir quaisquer pessoas que, a seu exclusivo juízo, possam deter a informação ainda não divulgada ao mercado, a fim de avaliar a necessidade de sua divulgação imediata na forma da Política, bem como manter registro deste procedimento.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 21.